

revista de **ESTUDOS & PESQUISAS**  
sobre as **AMÉRICAS**



**Volume 13, N° 3, 2019**



**ISSN: 1984-1639**

**Editor Chefe**

**Raphael Lana Seabra**, Universidade de Brasília

**Editor-Assistente**

**Daniel Bin**, Universidade de Brasília

**Secretário Executivo**

**Paulo Roberto**, Universidade de Brasília

**Secretária Editorial**

**Luara Wandelli Loth**, Universidade de Brasília

**Fernanda A. Fernandes Fidelis**, Universidade de Brasília

**Comitê editorial**

**Elaine Moreira**, Departamento de Estudos Latino-Americanos –  
Universidade de Brasília, Brasil

**Flávia Lessa de Barros**, Departamento de Estudos Latino-  
Americanos – Universidade de Brasília, Brasil

**Conselho Editorial**

**Ana Laura Rivoir Cabrera**, Departamento de Sociología de la  
Universidad de la República, Uruguai

**Ana Maria Fernandes**, Universidade de Brasília (in memoriam)

**Andy Higginbottom**, Associate Professor Kingston University

**Benício Viero Schmidt**, Universidade de Brasília

**Carlos Eduardo da Rosa Martins**, Universidade Federal de Rio  
de Janeiro, Brasil

**César Germaná Cavero**, Universidad Nacional Mayor de San  
Marcos, Peru

**Cristóbal Kay**, Rotterdam Erasmus University, Haia, Holanda,

**Daniel H. Levine**, Pontificia Universidad Católica del Perú, Peru

**Daniel Mato**, Investigador Principal de CONICET, Argentina

**Daniilo Enrico Martuscelli**, Universidade Federal da Fronteira  
Sul, Erechim, Brasil

**Eduardo Devés Valdés**, Universidad de Santiago de Chile, Chile

**Eugenio Enrique Espinosa Martínez**, Professor titular da  
Universidad de La Habana, Cuba

**Evelina Dagnino**, Universidade Estadual de Campinas, Brasil

**Gilberto Maringoni de Oliveira**, Universidade Federal do ABC

**Juan Agulló Fernández**, Universidade Federal da Integração  
Latino-Americana, Brasil

**Juan Pablo Pérez Sáinz**, Facultad Latinoamericana de Ciencias  
Sociales, Costa Rica

**Marcos Roitman Rosenmann**, Universidad Complutense de  
Madrid, Espanha

**Mariano Feliz**, Departamento de Sociología de la Universidad  
Nacional de La Plata, Argentina

**Maristella Svampa**, Universidad Nacional de la Plata, Argentina,

**Marie Laure Geoffray**, Institut des Hautes Etudes de L'Amérique  
Latine- Sorbonne Nouvelle/Paris 3, França

**Mirian Jimeno**, Universidad Nacional de Colombia, Colômbia

**Nildo Domingos Ouriques**, Universidade Federal de Santa  
Catarina, Brasil

**Nora Garita Bonilla**, Universidad de Costa Rica, Costa Rica

**Pablo Gentili**, CLACSO, Argentina/ UFRJ, Brasil

**Patricio Valdívieso**, Pontificia Universidad Católica de Chile,  
Chile

**Ronald Inglehart**, Universidade de Michigan, EUA

**Sônia E. Alvarez**, University of Massachusetts, Estados Unidos da  
América do Norte

**Timothy Power**, University of Oxford, Inglaterra

**Victor Armony**, Université du Québec à Montréal, Canadá

**Wilson Fernandez**, Universidad de la Republica, Uruguai

**Yamandú Acosta Roncagliolo**, Universidad de la República,  
Uruguai

Copyright © 2015

Departamento de Estudos Latino-Americanos - ELA  
Universidade de Brasília (UnB)

Capa: Luara Wandelli Loth

Arte: “Rosas y Estrellas” de Raúl Martínez, Pintura à óleo, 1972

É permitida a reprodução dos artigos desde  
que mencione a fonte.

Universidade de Brasília (UnB)

Reitora: Márcia Abrahão

Vice-reitor: Enrique Huelva

Instituto de Ciências Sociais

Diretor: Luis Roberto Cardoso de Oliveira

Vice-Diretor: Arthur Trindade Maranhão Costa

Departamento de Estudos Latino-Americanos - ELA

Chefe: Cristhian Teófilo da Silva

Coordenação do Programa de Pós-Graduação: Leonardo Cavalcanti

Coordenação de Graduação: Raphael Lana Seabra

A correspondência comercial deve ser enviada para Revista de  
Estudos e Pesquisas sobre as Américas Campus Universitário  
Darcy Ribeiro - Multiuso II, 1º piso, Brasília – Distrito Federal -  
Asa Norte, CEP 70910-900 Brasília-DF - Brasil

A **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas** (ISSN 1984-1639) é uma publicação quadrimestral do Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília (UnB), indexa da embases de dados Nacionais e Internacionais, como o LATINDEX, DOAJ,, REDIB, Sumários e periódicos CAPES. Na classificação QUALIS da CAPES está situada como B1 nas áreas Interdisciplinar, direito e Planejamento Urbano e Regional/Demografia. A revista aceita trabalhos inéditos sob a forma de artigos, resenhas de livros ou entrevistas. A Revista abrange todas as áreas classificadas no CNQP como Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas.

Os trabalhos deverão contemplar: (i) a discussão dos grandes temas e problemas que caracterizam o pensamento sobre as Américas; (ii) a ênfase nos estudos comparativos e interdisciplinares; e (iii) a consistência com as linhas de pesquisa do programa de pós-graduação do ELA. A Revista publica trabalhos em português, espanhol e inglês. Poderão ser publicados trabalhos em outras línguas, a critério do Comitê Executivo.

## Sumário

Apresentação

Clássicos das Ciências Sociais Latino-Americanas

Martí em seu (terceiro) Mundo - *Roberto Fernández Retamar* ..... 1

Che Guevara e sua Contribuição ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Cuba - *Tirso Saenz* ..... 37

Dossiê: Os 60 anos da Revolução Cubana e a América Latina: logros, desafios e dilemas

Apresentação do Dossiê - *Joana Salém Vasconcelos, Fabio L. Barbosa dos Santos, Jales Dantas da Costa* ..... 67

Estados Unidos-Cuba: oito mitos de uma confrontação histórica - *Elier Ramírez Cañedo* ..... 73

As Potencialidades e os Limites do Direito Internacional Público Contemporâneo: uma análise do bloqueio imposto à Cuba pelos EUA - *Gabriel Dourado Rocha, Marcos Antonio da Silva* ..... 100

O Panorama da Internet em Cuba e uma Análise da Chegada do Google na Ilha - *vanessa de Souza Oliveira* ..... 135

A Constituição da República de Cuba de 2019: ampliação democrática e regulação econômica como desafios do tempo presente ao socialismo real - *Enzo Bello, Maria Lúcia Barbosa* ..... 175

Os Primeiros Trinta Anos da Revolução Cubana à luz do Pensamento Martiano - *Filipe Silveira Farhat, Aline Marcondes Miglioli, Carlos Alberto Cordovano Vieira* ..... 207

Estado, Identidade e Educação: cento e cinquenta anos de resistências e lutas em Cuba - *Maria do Carmo Luiz Caldas Leite, Camilo Onoda Luiz Caldas* ..... 234

Folclore, Religiões Afro-Cubanas e Racismo em Santiago de Cuba - *Bianca Ferreira Oliveira* .. 271

A Universidade, o Fórum de Ciência e Técnica e o Desenvolvimento Local Sustentável em Cuba - *Nelson Afonso Garcia Santos, Ivo Marcos Theis* ..... 291

A Ação dos EUA na Venezuela: ONGs, Sociedade Civil e Neoliberalismo - *Tiago Santos Salgado* ..... 320

Cuba: continuidades e rupturas na construção do socialismo - *Aline Fae Stocco* ..... 345

## Ensaio

Che Guevara: América Latina, o despertar de um continente - *María del Carmen Ariet García* .... 388

## **Artigos**

Haiti: Aspectos Socio-Históricos Internos e Emigração - *Simone Rodrigues Pinto*..... 407

Políticas de Nanotecnologia em Argentina, Brasil e México: emulação e adaptação - *Noela Invernizzi* ..... 431

## **Resenhas**

Em busca de um marxismo revolucionário e latino-americano: uma análise de “Fernando Martínez Heredia: Pensar en tiempo de Revolución” - *Marcos Antonio da Silva*..... 459



## Apresentação do Número

Caras e Caros leitores,

A presente edição celebra os 60 anos da Revolução Cubana através da publicação do Dossiê *Os 60 anos da Revolução Cubana e a América Latina: logros, desafios e dilemas* organizado pela pesquisadora Joana Salém Vasconcelos (USP) e pelos professores Fabio Luis Barbosa dos Santos (UNIFESP) e Jales Dantas da Costa (UnB). Trata-se de um dos principais eventos ocorridos na América Latina, um verdadeiro divisor de águas em todos os âmbitos da vida social – da política, passando pelas artes e literatura, até a medicina. Como toda revolução, representou um fenômeno social total, do qual simpático ou não ao processo, há que discuti-lo e há que compreendê-lo. Além do Dossiê voltado à relação recíproca entre a Ilha Caribenha e seus vizinhos continentais, a dois artigos importantes compõem a Seção “Clássicos das Ciências Sociais Latino-Americanas”. Acreditamos que neste número encontramos a primeira tradução ao português de Roberto Fernandez Retamar, de seu ensaio dos anos 1960 sobre a formação e desenvolvimento do precursor da Revolução Cubana, José Martí. Outro texto que compõe esta seção é de autoria de Tirso W. Saenz, professor aposentado da Universidade de Brasília, que reconstitui os dramas, dilemas e avanços na reconfiguração industrial e tecnológica de Cuba durante os primeiros momentos da Revolução, como também sua trajetória enquanto Vice-Ministro da Indústria que acompanhou diretamente ao Ministro Ernesto Che Guevara. A seção de Ensaios traz o texto de autoria de María del Carmen Ariet que reconstitui a trajetória pessoal, moral e revolucionária de “Che”, um belo ensaio que resgata sua percepção sobre a Revolução Continental. Neste novo número, inúmeros ensaios e artigos originalmente redigidos em castelhano foram traduzidos ao português sustentando o compromisso do Editorial com a tradução, divulgação e incentivo à leitura de textos fundamentais sobre a América Latina e Caribe através da publicação de trabalhos inéditos em língua portuguesa e de difícil circulação em bibliotecas, livrarias e acervos em geral.

Deixamos aqui nosso agradecimento sincero às e aos avaliadores e avaliadoras deste número, como também às e aos autores e às autoras que o compõem. Agradeço nosso Comitê Editorial pelo apoio, ao nosso Secretário Executivo, Paulo Roberto, às Secretárias de Edição



Fernanda Alves Fernandes Fidelis e Luara Wandelli Loth, pessoas que sem as quais não seria possível a realização deste trabalho.

No mais, desejamos uma boa leitura!



DOI: 10.21057/10.21057/repamv13n3.2019.28752

## Martí em seu (terceiro) Mundo\*

Roberto Fernández Retamar<sup>1</sup>

*A Ezequiel Martínez Estrada e Manuel Pedro González*

Encarcerado e levado a julgamento por atacar um quartel em Santiago de Cuba em 26 de julho de 1953, Fidel Castro respondeu aos juízes que queriam conhecer o instigador do ataque: “é José Martí”. Anos depois, os dois grandes documentos políticos que estabelecem a orientação do processo revolucionário desencadeado naquele 26 de julho, as chamadas *Primeira Declaração de Havana* (1960) e *Segunda Declaração de Havana* (1962), começam se referindo a José Martí.

Este dirigente político, que seguiu sendo subversivo 60 anos depois da sua morte, é o escritor a quem Rubén Darío chamou “*Maestro*” e Alfonso Reyes, “supremo varão literário”. O mesmo a quem Gabriela Mistral considerava “o homem mais puro da raça” e Ezequiel Martínez Estrada, não apenas “um Herói”, como também “um Santo, um Sábio e um Mártir”. Quem era esse homem raro a quem, a um século de seu nascimento, Fidel Castro atribui a paternidade da mais dramática revolução do continente americano? Que é recitado de memória pelos estudantes da sua terra e pelos escritores mais exigentes? Que é reivindicado por pensadores das mais diversas orientações? Quem é esse homem que, antes dos seus 18 anos, tendo padecido de prisão política, saiu exilado da sua ilha e não viveu a não ser dedicado a ela, regressando aos 42 anos para morrer na guerra que ele próprio organizou e na qual não chegaria a ferir ninguém? E que, sem haver publicado um livro, deixou milhares de

---

\* Publicado originalmente sob o título “Martí em su (Tercer) Mundo” como introdução ao livro de textos selecionados de José Martí sob título *Martí* de 1970 pelo Editorial Biblioteca Marcha no Uruguai. Tradução do original em castelhano por Joana Salém Vasconcelos, doutoranda em História Econômica pela Universidade de São Paulo, autora *História agrária da revolução cubana: dilemas do socialismo na periferia* (ed. Alameda, 2016) e co-organizadora do livro *Cuba no século XXI: dilemas da revolução* (ed. Elefante, 2017).

<sup>1</sup> Poeta, ensaísta e intelectual cubano, nascido em Havana em 9 de junho de 1930 e falecido na mesma cidade em 20 de julho de 2019. Autor do clássico da Teoria Social Latino-Americana *Caliban* entre outros livros essenciais como *Algunos usos de civilización y barbarie* e *Cuba defendida*.



páginas escritas no melhor da língua espanhola, visionário em política e em arte, e que hoje é citado por estadistas, escritores e homens simples, reverenciado por todos?

## Vida

Em 1853, morriam fora de Cuba, um em Madri e outro na Flórida, dois homens relevantes do país, que propuseram soluções aos seus problemas políticos: um, o patricio Domingo Delmonte, pensou que tais soluções não deviam levar à separação da Espanha, mas sim materializar-se em reformas adequadas; outro, o presbítero Félix Varela, sustentou, ao contrário e com suficientes razões, a necessidade da independência de Cuba. Por pretender levar às vias de fato este último critério 40 anos antes, em 1812, o artesão negro José Antonio Aponte havia sido executado em Havana, “o primeiro cubano que sonhou a bela inspiração de rebelar-se contra a dominação espanhola de um modo prático”, como escreveu o historiador Juan Arnao em 1877. Também foi levado ao cadafalso em Havana, em 1851, o militar venezuelano Narciso López, por ter invadido a ilha para anexá-la aos Estados Unidos. A ideia de separar Cuba da Espanha tinha, pois, seu desenvolvimento, suas irreconciliáveis diferenças e seus grandes mortos em meados do século XIX. Naquele ano de 1853, em 28 de janeiro, José Martí nascia em Havana. Foi filho de espanhóis humildes (dom Mariano e dona Leonor), a quem a necessidade havia conduzido à “sempre fidelíssima ilha de Cuba”, onde se conheceram e se casaram. Cuba era, junto a Porto Rico, a última colônia espanhola do Novo Mundo. Sete filhas tiveram depois do casamento. Foram, dirá o próprio Martí, “pobres, muito pobres”. Para subsistir às necessidades mais urgentes, o pai, praticou diversas atividades menores com ocasionais momentos de desemprego. O filho homem, ainda criança, teve que acompanhá-lo em algumas, às vezes fora de Havana, mas ainda em Cuba.

O encontro de Martí com o professor cubano Rafael María de Mendive foi decisivo. Mendive, que além de professor era um delicado poeta e um ineludível patriota, dirigia a escola em que Martí foi matriculado e logo descobriu as qualidades excepcionais do garoto. Pediu ao pai, e finalmente obteve a autorização para custear seus estudos. Mais adiante, até seu exílio, Martí o tratará como seu segundo pai, com uma influência determinante em sua vida. Ainda em sua infância, foi em Mendive que Martí viu, deslumbrado, a conjunção entre o homem de letras, o professor e o patriota; do intelectual que se opõe virilmente à tirania, sofre a prisão e o exílio. Impossível não reconhecer essa fixação nas primeiras atividades públicas



de Martí, que durante estes anos reproduzirão e mais tarde magnificarão às do professor. No colégio particular de Mendive, chamado San Pablo, Martí aprende sobre tertúlias literárias e políticas. Certa vez, o professor (que era tradutor de Moore) o surpreenderia vertendo *Hamlet* ao espanhol às escondidas. Tinha então 13 anos.

Quando Martí tinha 15 anos, em 10 de outubro de 1868, estourava no povoado de Yara a primeira guerra cubana contra a Espanha, que se estendeu por 10 anos. Ainda que filho de espanhóis, Martí, o discípulo predileto do *criollo* Mendive, aderiu desde o primeiro momento à “causa de Yara”. Ele então publica, clandestinamente, seu soneto “*El diez de octubre*”; edita, em princípios de 1869, primeiro *El Diablo Cojuelo* e, depois o “semanário democrático cosmopolita” *La Pátria Libre*, que não ultrapassa o primeiro número. Neste último, dá a conhecer seu poema dramático *Abdala*, “escrito expressamente para a pátria”. Ao alcançar os 16 anos, este homem de grande destino escreve a profecia de sua vida. O jovem Abdala deve defender sua pátria, Nubia (clara alusão a Cuba), frente ao opressor, apesar dos rogos de sua irmã e de sua mãe, em cujos braços terminará por morrer. Abdala, em seu nome em castelhano, é Boabdil, *el Chico*, último rei de Granada que combateu contra os conquistadores da América, os Reis Católicos. À mãe, que tenta em vão detê-lo, Abdala explica:

*El amor, madre, a la patria  
No es el amor ridículo a la tierra,  
Ni a la yerba que pisan nuestras plantas;  
Es el odio invencible a quien oprime,  
Es el rencor eterno a quien la ataca;  
Y tal amor despierta en nuestro pecho  
El mundo de recuerdos que nos llama  
A la vida otra vez...<sup>2</sup>*

Em seguida, os acontecimentos se aceleram. O colégio de Mendive será fechado; o professor é primeiro encarcerado e depois deportado. Por um incidente menor, os “voluntários” espanhóis – organizados para combater os cubanos – penetram na casa de seu fraternal amigo Fermín Valdéz Domínguez e encontram ali uma carta em que se acusava um

---

<sup>2</sup> “O amor, mãe, à pátria, não é o amor ridículo à terra, nem à erva que pisam nossas plantas; é o ódio invencível a quem a oprime, é o rancor eterno a quem a ataca; e tal amor desperta em nosso peito um mundo de recordações que nos chama à vida outra vez” (Nota da tradutora – N.T).



co-discípulo de apostasia (heresia) por haver ingressado no corpo de voluntários. A carta está assinada por Martí e Valdéz Domínguez. Em 21 de outubro, ambos são presos. No julgamento, quase cinco meses depois, Martí reivindica energicamente a paternidade da carta e o direito de Cuba à sua independência. É condenado a seis anos de prisão. Um mês depois o conduzem para realizar trabalhos forçados em uma pedreira e, seis meses mais tarde, por gestões do pai com o arrendatário das pedreiras, é enviado à Ilha de Pinos. Finalmente, ali se comuta a pena por desterro para Espanha, para onde partiria em 15 de janeiro de 1871. Ao cumprir 18 anos, Martí já esteve um ano na prisão. Horas antes de tomar o barco, escreve a Mendive: “Sofri muito, mas tenho convicção de que soube sofrer. E se tive forças para tanto e se me sinto com forças para ser verdadeiramente homem, só devo isso a você e é seu, só seu, o quanto de bom e carinhoso tenho”. No mar, redige sua primeira obra de envergadura: sua extraordinária autodefesa [alegato] *El presidio político en Cuba*, que publicará em Madri ainda esse ano. Em um tom ao mesmo tempo realista e simbólico, impregnado de sabor bíblico, o jovem denuncia a espantosa situação do presídio político em Cuba. Martí sai de Cuba já formado, apesar de seus poucos anos. Sua precocidade genial e as tremendas provas a que foi submetido fazem dele um homem maduro quando abandona o país. Depois vai aprimorar, mas não modificar suas atitudes e ideias básicas.

A vida na Espanha (1871-1874), ainda que dura, será importante para ele. Ali se reunirá com Valdéz Domínguez, também deportado depois de um processo iníquo que custou a vida de 8 inocentes estudantes de medicina. Enquanto ganha sua vida trabalhando, oferecendo aulas, estudará de maneira irregular o resto de seu secundário, junto com Direito, Filosofia e Letras nas universidades de Madri e Saragoça. Polemiza nos jornais sobre a questão cubana e em 1873 publica um novo opúsculo: *La república española ante la revolución cubana*, no qual convoca a nascente e rapidamente fracassada república espanhola a ser consequente com seus princípios no que toca a Cuba. Na Espanha, Martí se familiariza com os clássicos espanhóis, com seus pintores místicos e estóicos. Ali, nos dirá depois, “despetalou seu botão, a escassa flor da minha vida”.

Abandona a Espanha em fins de 1874. Conhece, de passagem a França. E marcha para o México, via Southampton e Nova Iorque. No México, se reúne enfim com sua família, que vai para lá com ele se encontrar; adquire amizades profundas, sobretudo a de Manuel Mercado; acaba por tornar-se jornalista e crítico; e conhece quem será sua esposa. Do México se separa do caudilhismo, como em outros países hispano-americanos por onde



passou. Por rechaçá-lo em um e outro lugar, abandonará o México, a Guatemala e a Venezuela, países em que viverá entre 1875 e 1881, com ocasionais estadias na Espanha, de onde será novamente desterrado (1879), Nova Iorque (1880) e na própria Cuba. Na Guatemala, será professor e escreverá seu panfleto *Guatemala* (1878). Na Venezuela, editará uma revista que só terá dois números: a *Revista Venezolana* (1881), onde já aparecem alguns dos seus trabalhos literários importantes. Em todos os lugares, é grande sua influência na juventude. Vai a Cuba em duas ocasiões: em 1877, quando visita Havana fugazmente usando seu segundo nome e segundo sobrenome (Julián Pérez); e em 1878, quando volta a seu país após renunciar à cátedra que desempenha na Guatemala, em solidariedade a um amigo deposto pelo tirano, e se depara com a trégua que se seguiu à guerra dos 10 anos. Lá Martí trabalha como ajudante de advogado. Mas, sobretudo, fala publicamente de suas simpatias revolucionárias e se mescla a atividades conspirativas, pelo que é deportado de novo à Espanha no ano seguinte (1879). Essa vez permanecerá só alguns meses na Espanha, de onde segue rota para outro exílio, passando em Nova Iorque e Caracas até voltar a Nova Iorque em 1881.

Sua existência andarilha não encontrará repouso senão a partir desta data, quando se fixa em Nova Iorque, cidade onde permanecerá até 1895, sem viajar ao estrangeiro nos primeiros anos e com saltos rapidíssimos, a partir de 1892, para México, Santo Domingo, Jamaica e América Central, já plenamente entregue à preparação da guerra. Esta vida contribui para apressar a infelicidade conjugal. Havia casado no México em 1877 com a cubana Carmen Zayas Bazán. Esperavam um filho, quando Martí renunciou seu posto na Guatemala e marchou de volta para sua pátria. Acabavam de dar à luz, quando Martí é deportado outra vez para Espanha. Em vão, a esposa, que não compreende a tarefa que Martí se impôs, pede um assentamento<sup>3</sup>. Rapidamente, o lar está danificado e ainda que existam esforços de reconciliação em torno ao filho, em 1890 a ruptura é definitiva. Naquele período, Martí se aproximou de outra mulher, viúva, em cuja casa de hóspedes tinha vivido em Nova Iorque, e cujos filhos considerará como seus: Carmen Miyares. A menor de suas filhas, María, provavelmente foi rebento carnal de Martí.

Ao mesmo tempo, as viagens a que Martí se viu obrigado (algumas vezes por desterro; outras para ganhar a vida sem dobrar-se aos caudilhos; outras, enfim, para preparar a

---

<sup>3</sup> É digno de nota o desdém com o qual o autor se refere à esposa de Martí, como se a “grandeza da missão masculina” o desresponsabilizasse de qualquer outro dever (N.T.).



revolução), lhe permitem ter um conhecimento de primeira mão das realidades imediatas nas quais se move. Na Espanha, se incorpora ao mais vivo da sua tradição cultural, mas verifica a impossibilidade de que Cuba permaneça a ela unida: é outro país. Nas várias repúblicas latino-americanas que visita, se abre à compreensão de uma unidade maior, que ele chamará de “Nuestra América”, dentro da qual Cuba aparece articulada. Nos Estados Unidos, o país estrangeiro onde permanece mais tempo, se familiariza como o que chamará de “América europeia” e, sem deixar de reconhecer suas virtudes, vê espantado como reaparecem ali os vícios que acreditava terem deixado para trás na Europa, ratificando a diferença de estrutura e espírito entre as duas Américas. Ademais, e isso é o mais importante, Martí vive nos Estados Unidos quando a nação passa do capitalismo pré-monopolista ao capitalismo monopolista e imperialista, o que o levará inexoravelmente a lançar-se sobre o mundo; em primeiro lugar, sobre a América Latina e, em particular, sobre Cuba. O fato de que sua pátria permaneça colônia agudiza dramaticamente sua sensibilidade e sua compreensão sobre estes problemas.

Nos anos iniciais, ainda que compreenda rapidamente a realidade norte-americana, sua grande preocupação é a independência frente à Espanha. Em sua primeira estadia em Nova Iorque, em 1880, presidiu o Comitê Revolucionário Cubano de Nova Iorque, que proclamará a chamada “*Guerra Chiquita*”: mediante este movimento bélico, cujo chefe militar foi o general Calixto García, se tentou levar novamente a guerra ao país, mas este, fatigado depois de 10 anos de combate infrutífero contra Espanha, não estava ainda maduro para reiniciar o combate, de modo que a nova tentativa se extinguiu naquele mesmo ano.

No entanto, Martí não cessou seu empenho e prosseguiu dirigindo-se às grandes figuras da guerra passada, tentando estimulá-las a reiniciar a luta libertadora. Em 1884, seus planos parecem ao ponto de tornarem-se realidade. Martí se reúne em Nova Iorque com os generais Máximo Gómez, nascido em Santo Domingo, e Antonio Maceo. Ambos saíram da Guerra dos 10 Anos com enorme prestígio e simbolizavam a radicalização crescente que essa guerra conheceu por sua extração popular (ambos eram camponeses pobres e Maceo, além disso, negro). Naquela ocasião, contudo, os planos *martianos* não chegam a concretizar-se. Martí compreendeu que Gómez, atribuindo o fracasso da guerra às travas e ao caráter civil extemporâneo do governo em armas, pretendia dar um marcado caráter militar ao novo governo; e decide desvincular-se dos planos, por temor de levar sua pátria a uma variante estéril de caudilhismo que viu prejudicar outros países hispano-americanos. É uma dura decisão, que custa ao Martí os anos mais amargos da sua vida. Até 1887, permanecerá



voluntariamente às margens das tarefas concretas em favor da guerra da independência: tarefas que, por outro lado, não chegam a se materializar sem sua participação. Na ilha, enquanto isso, vai crescendo uma campanha autonomista que, se bem permite que independentistas velados se expressem, é índice sobretudo da atitude conciliadora, às vezes francamente reacionária, que assumiu a burguesia agrícola *criolla* à raiz da derrota de 1878.

Nesse momento, Martí já é o escritor de língua espanhola mais lido e admirado do continente. Sarmiento, a mais prestigiada figura da velha geração, ao recomendar a Paul Groussac sua tradução ao francês para torná-lo conhecido na Europa, lhe dirá: “Em espanhol, não há nada que se pareça ao uivo de Martí e, depois de Victor Hugo, nada na França possui essa ressonância metálica”. E isso apesar de que Sarmiento discrepava do juízo áspero que Martí fazia sobre os Estados Unidos. Quando à geração mais jovem, Rubén Darío disse sobre ele, em 1888: “escreve, ao nosso juízo, mais brilhantemente que qualquer um da Espanha ou da América”.

Martí havia feito jornalismo durante sua estadia no México. Nos Estados Unidos, escreveu *The Sun* e *The Hour*, diretamente em inglês ou em francês para ser traduzido ao inglês. Mas foi graças à sua colaboração em jornais de língua espanhola, uma vez fixado em Nova Iorque, que sua fama cresceu pela América espanhola. Uma vintena de jornais do continente difunde seus trabalhos. Martí escreve em forma de “cartas” suas *Escenas norteamericanas*, crônicas em que apresenta a ciclópica realidade do país, traça retratos admiráveis e, sobretudo, adverte e previne.

Ainda que sejam suas colaborações jornalísticas as que o tornem amplamente conhecido, Martí publicou também uma coletânea de versos, *Ismaelillo*, em 1882, em edição do autor; e o romance *Amistad funesta*, que escreveu sob encomenda em somente uma semana e divulgou com pseudônimo em 1885, via entregas. Também realizou diversas traduções. Deixará sem publicar, dessa época, seus *Versos libres e Flores del destierro*, coleções poéticas para as quais escreveu respectivos prólogos.

Em 1887, considera novamente propícia a situação para tentar uma aproximação entre os exilados. Os convida a celebrar dignamente o aniversário de 10 de outubro. Em uma sala em Nova Iorque, como ocorrerá nos anos seguintes, se dirige aos emigrados ali reunidos. Em 1880, havia falado em “animar os que acreditam com a boa nova”; saúda agora o “religioso entusiasmo” e evoca “o júbilo santo dos exércitos da liberdade”. Martí eletriza seu público com uma palavra encrespada, flamejante de metáforas, que nunca descem ao vulgar e sempre



fascinam. É mais difícil em sua oratória que na sua poesia, mas o entendem: é comovente. A reação dos ouvintes é fervorosa. Martí então dirige uma carta, assinada por ele e outros cubanos, ao general Máximo Gómez, consultando sobre sua disposição para lutar (estava ainda viva a ferida da separação, três anos antes). Gómez responde laconicamente, reiterando que sua espada está a serviço de Cuba. A possibilidade conspirativa voltava a se abrir.

Ao mesmo tempo, a fama continental de Martí continuava crescendo e seus trabalhos se multiplicam. Em 1888 é nomeado representante da Associação da Imprensa de Buenos Aires nos Estados Unidos. No ano seguinte, lhe cai no colo a inesperada tarefa de escrever integralmente uma revista para crianças, *La edad de oro*, das quais só quatro números vieram à luz, “porque por crença ou por medo ou por comércio”, dirá mais tarde Martí em carta a um amigo, “o editor queria que eu falasse do ‘temor a Deus’ e que o nome de ‘Deus’ e não a tolerância do espírito divino estivessem em todos os artigos e histórias”. Aquele gigante, em meio a tormentas, se inclina a falar com crianças para lhes explicar, como um professor paternal, coisas de história e de ciência, para lhes contar poesias que anunciam seus *Versos sencillos* e acostamá-los à justiça, à beleza, ao amor à sua pátria hispano-americana e aos humildes.

Em fins da década de 1880, os que até então pareciam somente temores de Martí sobre a atitude norte-americana em relação à outra América, começam a tornar-se uma realidade visível para todos. Em 1889, Martí responde com energia contra o jornal *The Manufacturer* que, com beneplácito da imprensa estadunidense, expressava seu desdém pelos cubanos. Contudo, o mais memorável durante o inverno de 1889-1890 foi a convocatória feita por Washington para a Primeira Conferência de Nações Americanas. Apenas Santo Domingo se absteve de ir. Embora sem participação direta, Martí assiste cheio de ansiedade àquele conclave do qual sairia, no futuro, a política do pan-americanismo, a Organização de Estados Americanos... No prólogo de seus *Versos sencillos*, nos falava “daquele inverno de angústia em que, por ignorância, ou por fé fanática, ou por medo, ou por cortesia, se reuniram em Washington, sob a terrível águia, os povos hispano-americanos. Qual de nós esqueceu aquele escudo, o escudo da águia de Monterrey e de Chapultepec, da águia de López e de Walker, que esmagava em suas garras todos os cantos da América? Vivi aquilo com agonia, até que pude confirmar a cautela e o brio de nossos povos; e o horror e a vergonha em que estive, com legítimo temor de que pudéssemos nós, os cubanos, com mãos parricidas, ajudar o plano



insensato de apartar Cuba da pátria que almeja e nela se completa, a pátria hispano-americana, em benefício exclusivo de um novo amo dissimulado...”.

Martí adoeceu daquela ansiedade. “O médico me mandou para montanha”, dirá em continuação. “Corriam os riachos e se fechavam as nuvens: escrevi versos”. Com efeito, o lutador escreve ali seus *Versos sencillos*, que publicará em 1891, de novo em modesta edição de autor. O homem múltiplo, o barroco, o que se prepara para a guerra tremenda, escreve octossílabos singelos; cheios, porém, desta estranha complexidade do popular.

Em 1890, a pluralidade de tarefas de Martí é francamente assombrosa. Torna-se cônsul da Argentina, Uruguai e Paraguai em Nova Iorque, é eleito presidente da Sociedade Literária Hispano-Americana e presidente honorário da Liga, sociedade de negros na qual servirá também como professor. Ademais, oferece aulas de espanhol em uma escola noturna. No final desse ano, Uruguai o nomeia seu representante na Conferência Monetária Internacional Americana, que terá lugar também em Washington. Na conferência, Martí se choca oficialmente com o critério norte-americano. É uma das figuras mais ativas e responsável pela derrota da tese dos Estados Unidos. Queriam eles, os máximos produtores de dinheiro, que se aceitasse o bimetalismo nas moedas, o que contrariava os países europeus que tinham se oposto anteriormente, como a Inglaterra. Washington pretendia agora agenciar a participação das nações hispano-americanas para apresentar novamente sua demanda. Mas isso apressaria que estes países ficassem quase exclusivamente vinculados aos Estados Unidos e distanciados dos países europeus, cuja relação era proveitosa para a Hispano-América. Martí adverte: “Nem nos acordos da moeda, que é o instrumento de comércio, pode um povo saudável prescindir – para acatar a um país que nunca o ajudou, ou só o ajuda por emulação e medo do outro – das nações que lhes antecipam o caudal necessário para suas empresas, que lhes obrigam o carinho da sua fé, que o esperam nas crises e lhe dão formas de delas sair, que o tratam como par, sem desdém arrogante e lhe compram seus frutos”.

Em 1891, as condições internas de Cuba anunciam a proximidade de um novo levante militar. É mister encontrar sustentação para a “guerra necessária”, ou será novamente infrutífera. Martí vai dedicar-se inteiramente à tarefa revolucionária. Em maio, publicou *La Nación*, sua última correspondência. Em outubro, renunciou aos consulados da Argentina, Uruguai e Paraguai e, pouco depois, à presidência da Sociedade Literária Hispano-Americana. Para viver, conserva somente suas aulas noturnas de espanhol. O raio de sua influência pessoal fascinante vai se abrindo para além de Nova Iorque: os emigrados cubanos residentes



em Tampa, tabaqueiros em sua maioria, demandam sua presença. Chega lá em 25 de novembro. No dia seguinte, pronunciou um discurso que era já uma visão radiante da república futura. Os ânimos estavam exaltados e vibrantes. Sentia-se o vento da guerra. No 27º aniversário do fuzilamento dos estudantes de 1871, seu discurso foi um canto à vida que se alçava flamejante das tumbas, já não era mais uma evocação de luto. Os tabaqueiros da região de Cayo Hueso, outro albergue da diáspora cubana, querem igualmente tê-lo entre eles. O Natal chega ao Cayo. Ali também sua palavra comoverá e será imantada sua presença. Fica decidido que os diversos clubes de emigrados cubanos que foram surgindo ao calor da revolução, se integrem em um organismo unificador, e Martí se encarrega de redigir as bases desse organismo. Em 5 de janeiro são aprovadas, em Cayo Hueso, as *Bases del Partido Revolucionário Cubano*. Menos que um partido político, no sentido atual do termo, se tratava da reunião de “todas as associações organizadas de cubanos independentes que aceitem seu programa e cumpram com os deveres nele impostos”, como diziam explicitamente os *Estatutos secretos*. É uma organização de frente única, em que moderados e radicais se juntam pela tarefa imediata de tornar Cuba independente. Martí volta alegre para Nova Iorque no início de 1892. Lá, depois de uma ácida polêmica, mas de feliz conclusão, prossegue a rápida organização do partido, cuja proclamação acontece dia 10 de abril. Martí é eleito porta-voz do partido e depois será reeleito até sua morte.

Para dotar o partido de um veículo oficial, naquele ano Martí funda o jornal *Patria*. No primeiro número se apresentam as bases do partido e o artigo programático “Nuestras ideas”. Até sua morte, em 1895, Martí terá, anonimamente, o maior peso na redação desse órgão, que constitui um dos mais singulares exemplos de jornalismo. O enorme escritor aborda tanto o artigo de fundo, como a pequena nota de circunstância – como na seção “En casa” – alusiva a um casamento ou uma visita, em que vai apresentando o romance da realidade diária da emigração cubana com uma luz quase mítica.

Sua tarefa organizativa só vai aumentando. Volta para Flórida e, estruturada a futura revolução, viaja para Santo Domingo para conversar com Máximo Gómez, que mostra seu inteiro acordo com a guerra iminente. Martí publica então, em *Patria*, a carta pública em que o convida a encabeçar a luta militar, “hoje não tenho outra remuneração para lhe oferecer que não o prazer do sacrifício e a provável gratidão dos homens”.

No ano seguinte, quando já percorreu a Jamaica e a costa atlântica dos centros de refugiados, volta a Santo Domingo e se desloca para Costa Rica para encontrar Maceo. É



nesse ano febril que, de passagem por Nova Iorque, vê pela única vez a Ruben Darío, a quem chama, emocionado, de “filho”.

No ano seguinte, 1894, é Gómez quem vai à Nova Iorque. Os cubanos da grande cidade sentem, diante dessa conjunção, a iminência da guerra. Martí viaja ao México para arrecadar auxílios e fundos.

A guerra é questão de dias, quando rompe o ano de 1895. Mas em 10 de janeiro, uma notícia estremece Martí: três barcos carregados de armas com destino a Cuba, cuja compra havia consumido boa parte dos fundos recebidos durante três anos, são apreendidos no porto Fernandina, da Flórida. Ocorreu um deslize, quando não uma traição, por parte de um dos homens que atuava na compra. Por um momento, Martí fica temeroso. Porém, um advogado norte-americano amigo seu consegue recuperar o carregamento de armas. Ademais, a reação na ilha e dos emigrados era de entusiasmada surpresa ao conhecerem a magnitude dos preparativos. Martí se recompõe em seguida. Em 29 de janeiro, ordena o levante para as próximas semanas. No 30, parte de Nova Iorque para se encontrar com Gómez. No 24 de fevereiro, eclode a guerra. No dia 25 de março, Gómez e Martí lançam o *Manifiesto de Montecristi* (chamado assim pelo lugar em Santo Domingo onde foi assinado), explicando ao mundo que “a revolução de independência iniciada em Yara, depois de gloriosa e cruenta preparação, entrava em Cuba em um novo período de guerra, em virtude de ordem e acordo do Partido Revolucionário no estrangeiro e na ilha e da exemplar congregação de todos os elementos consagrados ao saneamento e à emancipação do país, para o bem da América e do mundo...”.

No dia 11 de abril, abandonam a terra haitiana rumo à Cuba. São acompanhados por quatro revolucionários. Depois de uma viagem azarada, em que o pequeno bote que os conduz ameaça naufragar, chegam em Cuba pela madrugada, na zona chamada Playitas, ao sul do Oriente. Adentram às montanhas e estabelecem rápido contato com os insurgentes. No dia 14 de abril, Martí é nomeado Major General. Nas cartas em seu *Diario*, a alegria o inunda: “Cheguei, enfim, à minha plena natureza... Só a luz é comparável à minha felicidade. Até hoje, não me senti homem. Vivi envergonhado e arrastando as correntes da minha pátria, toda minha vida. A divina claridade da alma torna meu corpo mais leve; esse repouso e bem-estar explicam a constância e o júbilo com que os homens se oferecem em sacrifício. É um grande o gozo viver entre homens na hora de sua grandeza”. Nem tudo nesses dias, porém, é esplendor. Maceo, que chegou depois à ilha, se reúne com Martí e Gómez em 5 de maio, no



sítio La Mejorana. Falam da organização da guerra, mas Maceo e Martí discutem. Volta a aparecer aquela velha discrepância entre o mando militar e o mando civil da revolução. Depois, Gómez arrancaria a página do *Diario*, em que Martí narrava o encontro. Mas a tese de Martí se impõe. Se fala em levar a guerra ao outro extremo da ilha (o que se conseguirá no ano seguinte). Onde quer que cheguem, chamam a Martí de “presidente”. No dia 18 de maio, Martí começa a escrever uma carta que ficou inconclusa a Mercado, explicando já abertamente a grande tarefa que se impôs: lutar contra a Espanha e deter os Estados Unidos. No dia 19, num lugar chamado Dos Ríos, uma pequena armadilha os surpreende. Contrariando a ordem de Gómez, de manter-se na retaguarda, Martí avança para primeira linha ao lado seu ajudante Ángel de la Guardia. Tomba ferido de morte. Os espanhóis o levam e o enterram longe. Morreu como queria, “com a cara ao sol”.

Ao tomar conhecimento da notícia de sua morte, Charles A. Dana, diretor do *The New York Sun*, escreve em seu jornal: “soubemos, com amargo pesar, da morte em campanha de José Martí, conhecido chefe dos revolucionários cubanos. O conhecemos muito bem e o estimamos profundamente. Por um dilatado período, que remonta aos seus 21 anos, foi colaborador do *The Sun* (...). Foi homem de gênio, de imaginação, de esperança e de coragem (...). Seu coração era cálido e amoroso; suas opiniões, ardentes e ambiciosas. Morreu como um homem assim deseja morrer, batalhando por liberdade e democracia (...). Honra à memória de José Martí e paz à sua alma viril e generosa!”.

Em *La Nación*, de Buenos Aires, Rúben Darío se lamenta: “Oh, professor, o que você fez!”. E registrava seu tributo exaltado: “O cubano era ‘um homem’. Mais ainda: era como deveria ser o verdadeiro super-homem: grande e viril, conhecedor do segredo de Sua Excelência, em comunhão com Deus e com a Natureza”.

E seu companheiro de guerra, Máximo Gómez, o evocará naqueles impressionantes dias finais: “E eu vi Martí atravessando as abruptas montanhas de Baracoa, com um rifle ao ombro e uma mochila nas costas, sem queixar-se nem ajoelhar-se, como um velho soldado batalhador, acostumado à marcha tão dura através daquela natureza selvagem, sem outro amparo além de Deus. Depois de todo esse martirizante calvário e quando o sol iluminava as vitórias, começou a iluminar nossa sementeira, eu vi José Martí – oh! Que dia, aquele! – ereto e elegante em seu cavalo de batalha, em Boca de Dos Ríos, como um cavaleiro, rodeado de valentes soldados que a história nos fará recordar cobertos de glória nos pampas da Venezuela”.



O próprio Martí, ao falar de grandes personagens, havia antecipado seu próprio epitáfio. Quando morreu Emerson, Martí escreveu essa frase, que merecia ser inscrita na sua própria tumba, errante e quase esparramada: “nele, foi inteiramente digno o ser humano”.

### **Martí e o “terceiro mundo”**

Para compreender José Martí, é preciso primeiro situá-lo dentro da família que lhe corresponde verdadeiramente. Começemos pelo negativo. Essa família não é a de seus aparentes coetâneos europeus e norte-americanos. Se por algumas de suas deslumbrantes visões poéticas se tentasse aproximá-lo de certos pós-românticos e simbolistas, logo compreendemos que sua estirpe é outra. Pensemos em Baudelaire, em Mallarmé, em Rosetti, ou até mesmo em Rimbaud, e recordemos depois que este homem anda organizando uma guerra, dialogando com os humildes, buscando derrubar um império, prevendo o crescimento de outro, galopando em um cavalo até sua morte. E se, considerando que é um conspirador e um político, tentamos encontrar um equivalente em algumas das grandes figuras políticas europeias ou norte-americanas de seu tempo, não tarda em diferenciar-se, interessado nos pintores impressionistas e em Wilde (ao mesmo tempo, e sobretudo, em Withman), publicando um admirável conjunto de versos quatro anos antes de desatar a revolução, ou confessando a um amigo íntimo: “quero ter sempre junto a mim, cor, brilho, graça e elegância. Um objeto feio me dói, como uma ferida. Um objeto belo me consola como um bálsamo”. E isso em todo momento da sua vida. No campo de batalha, há poucos dias que ele está das vésperas da sua morte, escreve febrilmente seu deslumbramento ante a natureza, ante a noite atemorizante, ante os minúsculos detalhes da vida. Martí não concorda, pois, com a maneira de ser dos “ocidentais” de seu tempo. Com efeito, *não é um deles*.

Não cabe a menor dúvida de que a extraordinária riqueza, a maior qualidade de tudo o que Martí fez, devemos creditá-la ao seu prodigioso gênio pessoal. Mas o viés de sua obra, assim como a pluralidade de funções por ele desempenhadas, é atribuível à uma condição extra-pessoal (se é que é possível fazer tais distinções, com muitas reservas): bastará situar Martí dentro de sua verdadeira família, para que isso fique claro. Martí pertence, por obra do destino e por consciente aceitação, a *outro mundo*. É nele que é preciso enxergá-lo para compreender melhor sua tarefa, seus propósitos e seus caracteres. Não é com os homens das nações capitalistas “desenvolvidas” com quem o devemos comparar, mas sim com os das



nações coloniais e semicoloniais que foram chamadas de “subdesenvolvidas” ou do Terceiro Mundo. Martí é um dos primeiros homens desse Terceiro Mundo.

Quando o situamos em sua verdadeira família, compreendemos rapidamente suas atividades, tão surpreendentes em uma nação capitalista desenvolvida hoje, como em seu tempo. Ali, uma progressiva divisão do trabalho acabou por especializar seus homens. Não era assim, contudo, antes da revolução industrial e da conquista do poder político pela burguesia. Os homens representativos do Renascimento, por exemplo, consideravam natural ocupar-se de múltiplas funções, às vezes de difícil conciliação. Outra coisa ocorre hoje nas nações subdesenvolvidas, que, nesta e em tantas outras dimensões, não podem ser mecanicamente comparadas com as outras nações apenas porque parecem contemporâneas. Carecem dessa especialização, dessa fragmentação que é característica da Europa e dos Estados Unidos; tampouco conhecem a revolução industrial, nem o desenvolvimento da burguesia. Além disso, são ou acabam de tornar-se nações coloniais ou *cripto-coloniais*. Uma zona de sua intelectualidade se coloca a serviço direto ou indireto do poder metropolitano e tenta caricaturizar suas formas. Mas outra zona, a verdadeiramente representativa, utiliza seus conhecimentos para servir ao seu povo. Estes conhecimentos, pela pobreza do desenvolvimento do país e por sua condição colonial, são escassos e pouco diversificados. Se concentram nos mesmos homens que são, ao mesmo tempo, literatos, professores, políticos, cientistas. (Os estudos científicos, pouco requeridos pela sociedade pré-industrializada, vão a reboque dos outros). Aparecem como diletantes aos olhos dos metropolitanos contemporâneos, que estão já fragmentados de tal modo que um é crítico de arte e outro de literatura, para não falar do literato, o cientista, o político.

No caso de José Martí, seu próprio postulado, a encarnação de um povo, ao contrário do que alguns possam pensar, é um incentivo para esta diversidade de atividades. Martí reúne uma soma de saberes e de ofícios, não as expensas de sua atividade política, nem vice-versa, mas sim como partes essenciais de um mesmo todo. É um fundador, um sábio, um poeta, porque é um dirigente revolucionário.

Sobretudo, não podemos tomar fragmentariamente sua tarefa, mas sim tentar vê-la na sua totalidade. E a tarefa concreta da vida de Martí foi rechaçar, na teoria e na prática, “o pretexto de que a civilização, que é o nome vulgar para o atual estado do homem europeu, tem direito natural a apoderar-se da terra alheia, pertencente à barbárie, que é o nome que os que desejam a terra alheia dão ao estado atual de todo homem que não é da Europa ou da América



européia: como se, cabeça por cabeça, coração por coração, valesse mais um destruidor de irlandeses ou matador de soldados otomanos<sup>4</sup>, do que um destes prudentes, amorosos e desinteressados árabes, que sem castigar-se pela derrota ou acovardar-se frente a um número, defendem sua terra pátria com a esperança em Allah, com uma lança em cada mão e uma pistola entre os dentes”.

O outro grande criador da América Latina, Simón Bolívar, via que “somos um pequeno gênero humano”: que não somos o prolongamento ou o eco da Europa, mas outra coisa, outro mundo. Martí vai mais longe que Bolívar, ao reparar não apenas nessa diferenciação, mas também no parentesco estrutural que nos une a outras sociedades do planeta: nesse sentido, é provavelmente o primeiro a destacar a unidade de problemas do humano “que não é da Europa ou da América europeia”. E isso em um momento no qual este fato estava longe de carregar a evidência que tem hoje. Basta reparar os distintos termos com que o capitalismo designou as nações coloniais ou semicoloniais para disso se aproveitar. Nos tempos de Martí, eram “a barbárie”, a seco. Durante a primeira guerra mundial, passou a serem “os povos de cor”. Da segunda guerra mundial, saíram como “países subdesenvolvidos” ou como “terceiro mundo”, denominação que, por mais enganosa que seja, supõe um paulatino, mas evidente processo de melhoramento (e é menos enganosa que outra, que não vingou, de “nações proletárias”)<sup>5</sup>.

Martí reivindica sua condição de integrante da “barbárie”. Depois, falará da sua “América mestiça” aproximando-se da segunda denominação: mas com orgulho, não com desdém; anunciando, por tanto, ao Vasconcelos de *La raza cósmica*, não ao pré-hitlerista

---

<sup>4</sup> No original, “*cipayos*” (N.T).

<sup>5</sup> Claro que tais denominações, provenientes de países capitalistas, são interpretações *pro domo sua* [em causa própria, N.T.], que desviam a atenção do fato central: aqueles são simplesmente os países assolados pelo colonialismo e imperialismo. A denominação mais recente, a de Terceiro Mundo, parece ter sido estreada por Alfred Sauvy em 1956, em analogia com o “Terceiro Estado” de 1789. Em 1960 começou a se publicar em Paris a revista *Tier Monde. Problèmes des pays sous-développés* (Terceiro Mundo. Problemas dos países subdesenvolvidos). Nesse sentido, empregamos o termo como sinônimo das denominações anteriores e com as reservas assinaladas. Já em *El otro Mundo (Papelería, La Habana, 1962)*, falávamos da impossibilidade de que esse Terceiro Mundo se situasse entre num extremo o capitalismo e no outro o socialismo. A via socialista é hoje, já não somente de países europeus desenvolvidos, mas também de outros países extra-europeus que estão saindo do subdesenvolvimento, como China, Coréia, Vietnã, Cuba, Argélia, sem dúvida países do Terceiro Mundo. De muitos outros países desse mundo, não se poderia dizer acertadamente que estão “à margem” do capitalismo: formam parte de seu sistema, de uma ou outra maneira e costuma provê-lo como “proletariado externo” – nos valendo, com conteúdo distinto, da equivocada expressão de Toynbee –; ainda que cada vez menos, a medida em que progride a descolonização, a qual fará recair o peso total da exploração capitalista sobre o “proletariado interno” e, permitirá a revolução nos países capitalistas mais desenvolvidos.



Spengler<sup>6</sup>. E quem são seus pares? Homens como Sun Yat-sen (1866-1925), na China; como Gandhi (1869-1948), na Índia; como os dirigentes da revolução mexicana de 1910: todos posteriores a ele. É significativo que o primeiro a reparar nas semelhanças entre Martí e Sun Yat-sen tenha sido o fundador do Partido Comunista Cubano, Julio Antonio Mella (1903-1929); enquanto quem o aproximou de Gandhi, ainda que não por razões políticas, foi Gabriela Mistral (1889-1957). O parentesco com a Revolução Mexicana é mais direto e disso estiveram conscientes não poucos de seus protagonistas, que desenvolveram e utilizaram as ideias de Martí, como o próprio José Vasconcelos (1881-1959) em seus primeiros momentos.

No entanto, os estudiosos de Martí costumaram esquecer este parentesco essencial, que tanta luz lança sobre a obra martiana; e ao fim e ao cabo, é precisamente essa luz que deve ser entendida. A missão de José Martí foi, no imediato, tornar Cuba e Porto Rico independentes das mãos espanholas, completando assim a secessão da América Espanhola: o que parece meramente o último capítulo da independência americana frente à Espanha, isto é, da façanha bolivariana. Mas o longo hiato entre a guerra no continente e a guerra que Martí prepararia não transcorre em vão. Nem as classes que estão a frente dessa guerra em Cuba serão as mesmas que no resto do continente; nem a vizinhança e o crescimento dos Estados Unidos podem passar sem consequências. As classes cubanas revolucionárias já são, em 1895, equivalentes às que desataram e mantiveram a guerra contra a Espanha na América do Sul. Seus pares guerrearam em Cuba volumosamente entre 1868 e 1878. E adiante, a burguesia agrícola cubana se retrai e sonha, inclusive, com um acordo com a Espanha; ou ainda, se for o caso, com os Estados Unidos. São a pequena burguesia, os pequenos proprietários, os profissionais, os tabaqueiros, a incipiente classe operária em geral; os camponeses pobres, os escravos recém liberados, quem levarão o peso dessa guerra popular preparada por Martí e mais parecida, por isso, às revoluções que realizam China e México no começo do século XX. Ademais, Martí aspira a deter, com a independência de Cuba, o transbordamento do imperialismo norte-americano sobre o continente e, depois, sobre o mundo. “Cuba e Porto Rico”, escreve, “entrarão à liberdade com *composição* muito diferente e em uma *época* muito distinta e com *responsabilidades* muito maiores que os demais povos hispano-americanos”<sup>7</sup>. E mais adiante: “as Antilhas são o fiel da balança da América, que, se escravas, seriam a ponta de lança da guerra de uma república imperial contra um mundo invejoso e superior que

---

<sup>6</sup> Se refere ao antropólogo mexicano José Vasconcelos, por um lado; e ao historiador alemão, Oswald Spengler, por outro (N.T.).

<sup>7</sup> Sublinhado por mim, R.F.R.



se prepara para lhe negar o poder – mera fortaleza da Roma americana -; e se livres – e dignas de sê-lo pela ordem de uma liberdade equitativa e trabalhadora – seriam a garantia do equilíbrio no continente, da independência da América espanhola ainda ameaçada e da honra para a grande república do norte, que no desenvolvimento do seu território – por desgraça feudal e já repartida em segmentos hostis – encontrará uma grandeza mais segura que a desleal conquista de seus vizinhos menores e a batalha desumana pela sua possessão que abriria contra as potências do globo pelo predomínio do mundo... É um mundo que estamos equilibrando: não são apenas duas ilhas, estas vamos libertar”.

Um pouco mais de um ano depois de escrever isso confessava, às vésperas de sua morte, na dramática carta a seu amigo Manuel Mercado: “Já estou todos os dias em perigo de dar minha vida por meu país e por meu dever – posto que o entendo e tenho ânimos de realiza-lo -, de impedir a tempo, com a independência de Cuba, que os Estados Unidos se estendam pelas Antilhas e recaiam com mais força sobre nossas terras da América. Tudo o que fiz até hoje, e ainda farei, é para isso. Em silêncio, teve de ser, e quase indiretamente, porque há coisas que para serem conquistadas precisam andar ocultas, e proclamá-las pelo que são levantaria dificuldades demasiado intensas para serem ultrapassadas”.

Estas palavras sustentam a bonita e desmesurada ambição do *Manifiesto de Montecristi*, em que Martí anuncia ao mundo, em 25 de março de 1895, a guerra por Cuba: “a guerra de independência de Cuba, nó górdio das ilhas que, em poucos anos, serão cruzadas pelo comércio dos continentes, é tarefa de grande alcance humano e é serviço oportuno que de um heroísmo criterioso que as Antilhas prestam à firmeza e trato justo das nações americanas e ao equilíbrio ainda vacilante do mundo...”.

A morte de Martí, no começo da guerra, o impediu de ver a frustração momentânea destes planos grandiosos. Não obstante, a independência de Cuba, ainda que limitada, foi obtida. Sem ela, é bastante provável que Cuba fosse até hoje uma colônia mais ou menos metafórica, como Porto Rico. Mas a ilha, tal como ele havia temido, serviu de ponte para expansão dos Estados Unidos, que além de mediar a independência de Cuba, guardaram inteiramente para si outras possessões, como o próprio Porto Rico e as Filipinas, que também desenvolvia uma poderosa guerra de libertação nacional. A intervenção norte-americana na guerra hispano-cubana, em 1898, inaugura um novo período na história. Pela primeira vez antes da atual revolução, Cuba aparece aos olhos do mundo como *locus* essencial: sobre sua terra se abre a aventura imperialista. Já na segunda linha do livro clássico de Lênin,



*Imperialismo, etapa superior do capitalismo* (1917), é mencionada a guerra “hispano-americana” como preâmbulo de uma época.

Para Rubén Darío, aquele homem genial, o único hispano-americano que ele admirava sem reservas, havia sacrificado sua vida em uma causa menor, a independência de uma ilha na qual por acaso havia nascido. Que diria o grande poeta se houvesse reparado que Martí, na realidade, se propunha nada menos que salvar a todo continente, e inclusive *contribuir ao equilíbrio ainda vacilante do mundo?* Provavelmente ninguém em sã consciência, com meios tão exíguos (a ilha de Cuba tinha então pouco mais de um milhão e meio de habitantes), se havia proposto jamais a uma façanha tão desmedida. Ele teme, evidentemente, que os outros países do continente não secundem (ou inclusive, não compreendam) sua tarefa; mas na própria carta a Mercado, um inestimável documento, Martí confia: “as mesmas obrigações menores e públicas dos povos - como o seu e o meu - mais vitalmente interessados em impedir que em Cuba se abra o caminho que lhes cegará, e com nosso sangue já se está cegando, o caminho da anexação dos imperialistas e dos espanhóis, da anexação dos povos de nossa América ao norte atormentado e brutal que os despreza, lhes impedia a adesão ostensiva e ajuda patente a este sacrifício, que se faz pelo bem imediato. Vivi no mostro e lhe conheço as entranhas: minha arma é a de David”.

Nessa tarefa (e consequentemente no pensamento) de Martí há uma universalidade que lhe vem de várias realidades específicas: enquanto no imediato a guerra de Cuba se organiza contra a Espanha, na mediação tenta prevenir a expansão dos Estados Unidos; se é a última guerra americana contra o velho colonialismo, capitaneado no mundo moderno pela Espanha, é também o primeiro movimento concreto contra o nascente imperialismo encabeçado na Idade Contemporânea pelos Estados Unidos. Isso dá uma amplitude única ao processo desatado por Martí e ao seu pensamento, aberto em amplo arco. Martí compreendeu uma tensão histórica que a nenhum outro hispano-americano foi possível viver: conclui a obra do século XIX enquanto prepara e inicia a do XX. Arremata a secessão política e anuncia a econômica. Abarca a totalidade da experiência material e espiritual dos seus povos. Os vê no lugar verdadeiro de sua história e os encabeça. Não podemos conjecturar como haveria sido um Martí à margem dessa precisa localização, um Martí utópico e acrônico, como alguns sugeriram: esse homem não existe.



## Nuestra América

Essa universalidade de pensamento de Martí não é uma vaga generalidade de papel, que confunde aquilo que seriam as formas de uma classe ou de um povo com as formas do humano. Ao contrário: esse indignado partia da certeza do caráter distinto e original de seu âmbito histórico. Esse âmbito histórico não está restrito à sua ilha. Na realidade, a condição ostensivamente fragmentária da ilha o conduz a considerar como ela se articula no seio de conjuntos maiores. “Pátria é Humanidade”, dirá. Mas não confunde o conjunto maior imediato com a hipóstases de uma realidade europeia que se jacta de universalidade. Não incorre, como Sarmiento, no erro de tomar por “civilização” as instituições e hábitos próprios de outras terras e de outras realidades (dos países desenvolvidos), que é necessário impor a sangue e fogo nestas terras (esse foi, afinal, o critério dos conquistadores espanhóis). Na contraposição “civilização” contra “barbárie”, já vimos Martí tomar partido da “barbárie”. Nesse sentido, é preciso ir a fundo nestes termos para que sejam entendidos em seu sentido preciso<sup>8</sup>. Martí o aborda com igual clareza quando, ao invés da pugna de duas instâncias interiores, se trata do enfrentamento de dois mundos. Assim discursou aos delegados hispano-americanos na Conferência Internacional Americana, convocada em Washington em 1889 (que tanto lhe preocupou): “Por maior que seja essa terra, e por ungida que esteja para os homens livres da América em que nasceu Lincoln, para nós, no segredo do nosso peito, sem que ninguém nos ouse tachar nem nos possa levar a mal, é maior a América em que nasceu Juárez, porque é a nossa e porque foi mais feliz”.

No século XX, se ouvirá com frequência uma linguagem similar na América Latina, na Ásia, na África, na qual, à primeira vista, não deixa de surpreender. “A América em que nasceu Juárez [o índio Juárez, não o esqueçamos, que derrotou os europeus] é maior porque é a nossa e *porque foi mais infeliz*”. É um raciocínio decolonial peculiar de homem humilhado, que iluminará não apenas o pensamento político de Martí, e que é característico dos países subdesenvolvidos. Nestas guerras de libertação nacional, como a que ele mesmo prepara, se supõe uma desafiante e ao mesmo tempo patética confiança em si mesmo; uma necessidade de enfatizar o genuíno, o autóctone, perante a penetração colonialista e imperialista. O próprio

---

<sup>8</sup> Foi o próprio Martí quem esclareceu: “Não existe batalha entre a civilização e a barbárie, mas entre a falsa erudição e a natureza”.



é, para Martí, o mais próximo, Cuba, cuja história e cujas realidades exalta grandiosamente; e é maior o continente americano ao Sul do rio Bravo: “Nossa América mestiça”.

Se em toda sua obra há uma alusão constante a esta ideia, ela adquire máxima nitidez em seu texto fundamental, verdadeira Carta Magna dessa atitude: o trabalho que Martí chamou explicitamente de “*Nuestra América*”. Ali está a afirmação rotunda da originalidade de suas terras. Esta atitude é de importância capital, porque constitui a maior sustentação histórica do ideário martiano: é a partir dessa afirmação, dessa confiança, desse desafio, que se articula o resto de seu pensamento.

Martí é um nacionalista revolucionário, que não ignora as grandes realizações dos países metropolitanos, mas que tampouco desconhece suas limitações e crimes – como se os sentisse na própria carne. E para criar um país novo, livre da tutela destas nações, Martí deseja incorporar ao seu país, por um lado, tudo o que se acomode a seu espírito; e, por outro, a vivacidade das criações dos povos metropolitanos, enquanto joga fora tudo o que lhe é mortífero e nocivo: “a universidade europeia há de ceder à universidade americana. A história da América, dos incas daqui, é preciso ensiná-la de cor, ainda que não se ensine a dos baús da Grécia. Nossa Grécia é preferível à Grécia que não é nossa. Nos é mais necessária... Enxerte-se em nossas repúblicas o mundo; mas o tronco há de ser das nossas repúblicas. E que se cale o pedante vencido; que não há pátria em que se possa ter homens mais orgulhosos que nas nossas dolorosas repúblicas americanas”.

Antes de mais nada, reconhece a autoctonia, a especificidade dessa América que ele chama de *mestiça*; dessa América onde se mesclaram descendentes de europeus, indígenas e africanos. O índio possui uma enorme importância para ele, como dono da terra e homem que já foi capaz de levantar sobre ela culturas originais e inteiramente próprias, não alimentadas, mas sim desfiguradas pelo europeu. O que adiante se faça terá que contar de maneira primordial com sua participação; não poderá ser essa grotesca caricatura de molde capitalista que os países do continente precisam sofrer, “com paletó de Paris e pés descalços”. Recorde-se como a revolução mexicana em 1910 seria fiel a esta advertência martiana. Inclusive ali onde foi quebrada a cultura indígena, reivindicá-la é um modo de defender o que é próprio em frente ao colonialista. Procederam de outro modo as renascentes e enérgicas repúblicas africanas dos últimos anos? Ou a atual revolução cubana, ao reavivar as raízes africanas da nacionalidade? Quiçá nenhum texto supere em sagacidade e previsão o fundamental “*Nuestra*



América” como apresentação da realidade de um país subdesenvolvido moderno. Se juntam ali a penetrante análise do cientista ao poético voo do criador de mitos.

Mas uma vez reconhecida essa especificidade de *Nuestra América*, é necessário saber que parte do caudal de criações anteriores virá com ela e que parte deve ser rechaçada pela negativa em si, ou pela negativa para ela. Essa delimitação é um dos mais interessantes aportes de Martí. No tocante à Espanha, a situação não é complexa. A realidade hispano-americana se formou em contraponto à Espanha, contra quem *criollos* de ação e de ideias guerrearam no âmbito militar e ideológico. A Espanha está tão estropiada aos olhos do continente que, no combate ideológico, Martí apenas a recorda com algumas frases agudas: falando de um “povo elementar e distante” com uma “população agressiva e gananciosa”; ou da “inépcia e corrupção irremediável do governo da Espanha”. Quando tinha 20 anos, publicou um opúsculo que reiterava o melhor do pensamento independentista cubano: no futuro, pouco teve que modificar nesse ponto. Contra a Espanha já não fazia falta discutir: basta combatê-la, derrotá-la e instaurar uma república que, desde logo, se apartará de suas formas.

A relação é menos clara quando se trata de outras nações europeias, cuja influência sobre a América Latina foi notável e, às vezes, negativa; seja porque pretenderam, e aos poucos conseguiram, colonizá-la política ou economicamente, seja porque preferiam formas de governo inadaptadas à sua realidade. Ainda aqui, porém, Martí pode encontrar antecedentes ou companhia na vigilância e na reserva.

Onde Martí se encontra mais sozinho; onde é o primeiro a vislumbrar a verdade e por conseguinte o perigo que se aproxima sobre o continente, é no tocante aos Estados Unidos. O rápido crescimento do país havia impressionado não só europeus como Alexis de Tocqueville, mas também, e talvez sobretudo, a numerosos hispano-americanos, como o próprio Sarmiento, que pensava sinceramente que nas terras do sul, apesar de origens e componentes tão distintos, se poderia repetir a façanha do norte, filha direta da Revolução Industrial e do desenvolvimento burguês, que a própria Espanha não havia atingido e que, portanto, dificilmente podia deixar como herança para suas ex-colônias. Apesar de admirar uma grande parte da história norte-americana, de Washington a Lincoln (“a odisseia americana”), Martí não apenas percebe que tal similitude é impossível, mas também - vivendo no interior dos Estados Unidos no momento em que se transformam de país pré-monopolista em país monopolista e imperialista - compreende, angustiado, que seu próximo passo será projetar-se



sobre o resto da América, tão logo cicatrizada a guerra civil e conquistado o oeste, incluindo a metade do México. Em primeiro lugar, sobre Cuba. Prevenir esse risco requer apressar a independência da ilha e assentá-la sobre bases firmes e progressivas. Também é mister mostrar as deficiências internas dos Estados Unidos ao leitor hispano-americano e desaconselhar a adoção de suas estruturas pelos países ao sul do rio Grande. Ainda que essa tarefa seja desempenhada ao longo da sua vida, desde os 28 anos quando chega aos Estados Unidos, é isso que ocupa a maior parte das suas *Escenas norteamericanas*. Começa a escrevê-las em 1881. Quando no ano seguinte escreve a primeira para *La Nación*, o texto é mutilado pelo diretor do jornal, devido à sua crítica excessiva aos Estados Unidos. Martí responde em uma carta habilidosa, e seguirá posteriormente procedendo de modo mais indireto e astuto. Mas não cabe dúvida de suas intenções ao escrever as “Escenas”. Por um lado, mostrar a grandiosidade do povo que havia levantado a república mais rica e livre que o homem jamais conheceu até então e a excelência de alguns de seus homens (Martí admirou sem reservas a Emerson e Withman, por exemplo); mas sobretudo dar a conhecer os defeitos internos desse país, os males que o corroíam, os perigos implicados para os latino-americanos. Sua obsessão era tornar visível como “essa República caiu na desigualdade, injustiça e violência dos países monárquicos, pelo culto desmedido na riqueza, sem nenhuma trava das tradições”.

Já em uma de suas primeiras “Escenas”, em 1881, fala que “esse país, senhor de todos os povos da terra em aparência, é na realidade escravo de todas as paixões de baixa natureza que perturbam e pervertem os demais povos. E esta é a nação única que tem o dever único de ser grande. É compreensível que os povos que herdaram tormentas vivam entre elas. Esse povo herdou calma e grandeza: nelas deve viver”.

E pouco depois adverte como está a “nação em mãos de uns poucos mercadores desprezíveis” e como “uma aristocracia política nasceu desta aristocracia pecuniária e domina os jornais, vence as eleições, e costuma imperar nas assembleias com esta pura soberba, que dissimula mal a impaciência com que aguardam a hora em que o número de seus funcionários o permita que imponham uma mão de ferro sobre o livro sagrado da pátria e reformem a carta magna, de generosas liberdades, em favor do privilégio de uma classe, ao amparo das quais criaram estes vulgares poderosos da fortuna que sonham empregar-la para ferir as liberdades gravemente”.

Anos depois, no jornal *Patria*, destinado a incentivar a guerra contra a Espanha, dedica uma seção com o título “*Apuntes sobre Estados Unidos*”, com o único objetivo de divulgar



ali, diretamente da imprensa norte-americana, as notícias que revelam “aquelas qualidades de constituições que, por sua constância e autoridade, demonstram as duas verdades úteis a nossa América: o caráter bruto, desigual e decadente dos Estados Unidos, e a existência contínua de todas as violências, discórdias, imoralidades e desordens de que acusam os povos hispano-americanos”.

Na verdade, se não conhecêssemos a dupla missão que Martí se impôs, surpreenderia essa seção fixa em um jornal cuja única tarefa aparente era servir de veículo ao Partido Revolucionário Cubano em sua guerra pela independência em relação à Espanha.

Mas não se trata de rechaçar os Estados Unidos ingenuamente, em bloco. Se trata somente de tornar visível o negativo que carregam em seu seio (“talvez seja lei que na raiz das grandes árvores os vermes façam seus ninhos”) e o imenso perigo que representam para América Latina. Além disso, nos Estados Unidos como na Europa, há muito de útil para nossas terras. Em primeiro lugar, o saber: a ciência, a técnica e o vasto caudal das artes e das letras, que Martí divulgou amplamente entre os leitores da língua espanhola. Ali, como em tudo, Martí pensa como podem ser assimiladas por sua América: “enxertem-se em nossas repúblicas o mundo, mas o tronco há de ser o de nossas repúblicas”, nos havia dito. E esta advertência se agiganta quando se trata de educação, e mais ainda de questões sociais, políticas e econômicas. Já aqui é preciso seguir apenas aquilo que responda fielmente às exigências de seus povos. O que, nessa ordem, Martí elogia ou censura, o faz sempre em função da circunstância concreta de seus países, e especialmente de Cuba. Por exemplo: a nenhum pensador social dedica elogios mais generosos do que a Henry George (1839-1897), o autor de *Progress and Poverty* (1879). O que Engels dirá sobre Marx em 1883, diante de sua tumba recém-fechada, disse Martí sobre George quatro anos mais tarde: “Só Darwin nas ciências naturais deixou em nossos tempos uma pegada comparável à de George nas ciências da sociedade”. É quase certo que Martí considerou que a teoria sobre a renda da terra deste prudente socialista, antecipava os problemas de Cuba, que tinha urgência em reformar a realidade agrária, assim que obtivesse sua independência. É significativo que George, figura menor, tenha exercido influência também sobre Sun Yat-sen, por razões semelhantes<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Confira um comentário à influência de George em Sun Yat-sen, em geral à esperança deste “de que a China eluda o caminho capitalista”, assim como o de realizar uma “reforma agrária radical” no trabalho de Lenin “La democracia y el populismo en China”, *Obras Completas*, tomo XVIII, 1912.



## A Batalha Social

Por essa mesma luz temos que contemplar também a visão de Martí sobre o proletariado como força pujante. Mesmo que percorra um aprofundamento progressivo dessa visão (sobretudo a partir de 1887), diz já em 1882, falando sobre os Estados Unidos: “nessa terra será preciso decidir, embora pareça uma profecia prematura, as leis novas que devem governar o homem que trabalha e com isso negocia. Nesse colossal teatro, esse colossal problema chegará ao seu fim. Os problemas se demoram, mas não desvanecem. Negar-se a resolver um problema que nos pode trazer males não é mais que deixar a colheita dos males aos nossos filhos. Devemos viver em nossos tempos, dizer bravamente o que é certo, desamar o bem-estar impuro e viver virilmente para gozar com fruição e repouso o benefício da morte. Em outras terras ocorrem batalhas de raça e de política. E nesta, haverá uma batalha social tremenda”.

Como ignorar que Martí está pensando em seu país, cuja guerra de independência prepara? “A guerra – diria depois, coincidindo com Clausewitz – é um procedimento político”. Como ignorar que vive ainda, portanto, as “batalhas políticas”? Não terá que atravessar, também e *ao seu tempo*, a “batalha social tremenda”?

Como ele considerava essa batalha, tal como existia já em sua época, *para os países capitalistas desenvolvidos*? Martí não desconheceu Marx e inclusive o elogiou calorosamente, ainda que não parecesse familiarizado com sua obra: não faz em suas páginas referência a nenhum título de Marx. De qualquer forma, não coincidiu com os métodos marxistas relativos à luta de classes; o que, uma vez mais, devemos considerar à luz da realidade concreta de seu país. Por outro lado, não havia então nos próprios Estados Unidos movimento marxista, nem dirigentes marxistas conhecidos. Somente imigrantes europeus que, em suas línguas, disputavam sobre questões europeias.

Assim se referiu Martí a Marx, em 1883: “Karl Marx morreu. Como se colocou ao lado dos mais fracos, merece honra. Mas não faz bem aquele que indica o problema e arde de generosa ansiedade para dar-lhe remédio, mas sim aquele que conduz um remédio suave ao dano. É espantosa a tarefa de lançar homens contra homens. É indignante a animalização forçada de uns homens em proveito de outros. Mas havemos de achar saída à indignação de modo que a animalização cesse, sem que se transborde e espalhe. Veja essa sala: a preside o retrato daquele reformador ardente, rodeado de folhas verdes, reunidor de homens de diversos



povos, organizador incansável e pujante. A Internacional foi sua obra: vem honrá-lo homens de todas as nações. A multidão que é de valentes trabalhadores manuais, cuja visita entenece e conforta, ensina mais músculos que joias e mais rostos honrados que tecidos sedosos. O trabalho embelece. Remoça ver um lavrador, um ferreiro, ou um marinheiro. Por manejar as forças da natureza, se tornam bonitos como elas... Karl Marx estudou os modos de assentar o mundo sobre novas bases e despertou os dormidos, lhes ensinou o modo de enfrentar seus problemas. Mas andou de pressa, e um tanto à sombra, sem ver que não nascem viáveis os filhos que não tiveram gestação natural e trabalhosa, nem a história do seio do povo, nem o lar do seio da mulher. Aqui estão os bons amigos de Karl Marx, que não foi apenas o movedor titânico das cóleras dos trabalhadores europeus, mas também visionário profundo na razão das misérias humanas e nos destinos dos homens, e homem devorado pela ânsia de fazer o bem. Ele via, em tudo, o que em si próprio levava: rebeldia, caminho superior, luta”.

Voltamos agora a considerar o caso do seu país. Cuba está empreendendo “batalhas políticas”. Os problemas mais concretos que Martí deve resolver são, no imediato, a independência de seu país frente a Espanha; e ao mesmo tempo, frear a expansão imperialista norte-americana. Ambas as coisas não podem ser realizadas senão contando com uma ampla frente nacional que combata o estrangeiro, como propunha o Partido Revolucionário Cubano. Exacerbar precipitadamente a “batalha social” é, sem sua terra, romper essa frente e tornar impossível, inclusive, o primeiro passo. Basta observar como Martí vai radicalizando sua visão ao entrar na década de 1880 e como, não obstante, quando está entregue à organização do partido, deixa de lado temporariamente este problema em nome da unidade revolucionária. Mas isso não é tudo. Ainda que fale “das classes que tem a justiça ao seu lado”, e ainda que não caiba a menor dúvida, porque o repetiu muitas vezes, de que era um anticapitalista fervoroso e de que queria lançar sua sorte “com os pobres da terra”, aparece como se houvesse concebido a ideia – também comum a vários dirigentes de movimentos de libertação nacional<sup>10</sup> - de que não apenas a exploração de umas classes pelas outras, mas também *a mesma divisão das sociedade em classes*, era obra nefasta da sociedade capitalista desenvolvida. Lamentando o curso histórico dos Estados Unidos, diz: “A república popular se converteu em uma república de classes”. Sua verdadeira tarefa, nesse sentido, seria rechaçar todo esse aspecto das sociedades capitalistas e tentar uma “república popular” que, desde o seu nascimento, lograsse impedir essa evolução posterior que estava corroendo os Estados

---

<sup>10</sup> Confirma nota 9.



Unidos, os *transformando* em uma república de classes. Como pretendia garanti-lo Martí, não sabemos. Ele foi homem prático que não se esquivou, mas sim preparou e desencadeou a “guerra necessária”; que não era um “remédio suave” e certamente “uma tarefa de lançar homens contra homens”. Teria sido preciso vê-lo enfrentar, com aquela magnífica ilusão, as realidades concretas do governo. Em todos os casos que conhecemos, sempre que algo similar foi tentado em países como o seu, coloniais ou *criptocoloniais*, quando fossem revolucionários consequentes o resultado os levava não à criação, mas sim à certeza da existência das classes e de seu choque fatal (tão fatal como da colônia contra a metrópole), com a consequente radicalização do processo revolucionário. Por isso, não pode parecer um acaso que em países onde os dirigentes do movimento de libertação nacional assumiram mais profundamente seu problema político, como China e Cuba, puderam encadear seus próprios pensamentos e depois de um desvio temporal (no qual a burguesia tentou desvirtuar esses pensamentos), desenvolveu-se uma revolução francamente socialista. Martí não era *ainda* (*não podia sê-lo*) o dirigente dessa revolução socialista. Porém, é menos aceitável apresentá-lo como um reformista ou moderado: lutou por tornar *o mais radical possível que o processo histórico permitia*. Afinal, um gesto mais em direção à esquerda não seria historicamente factível num país colonial, mas sim uma cópia livresca de uma fórmula metropolitana. Logo, rotular Martí como reformista é assumir um idealismo superficial inaceitável. Na história há posições mais radicais; na história *que lhe tocou viver* não havia – nem poderia haver – outra mais efetivamente radical que a sua<sup>11</sup>. Isso foi entendido por homens que se reivindicavam socialistas e colaboraram plenamente com ele. Martí foi o revolucionário que viveu no limite extremo das possibilidades de seu tempo, e previu inclusive não poucas daquelas batalhas que, segundo compreendeu com nitidez, não lhe correspondia realizar *naquele então*. Foi o aguerrido e militante ideólogo das classes populares (apesar de que o proletariado era apenas uma força incipiente), enquanto a burguesia *criolla* se via representada pelos autonomistas. Enrique Collazo, seu companheiro e testemunha de seu cotidiano, ao falar sobre as cotizações ao Partido Revolucionário Cubano, nos disse: “a massa trabalhadora dava sem perguntar a quantia, com absoluta confiança e cego fanatismo por seu ídolo Martí”. Da burguesia cubana, por outro lado, Martí não recebeu nada além de ataques e injúrias. Nem sequer teve a mínima grandeza de inclinar-se ante seu prodigioso gênio literário. O ódio *de classe* daqueles homens

---

<sup>11</sup> Com razão Julio Le Riverend pode escrever que Martí assumiu “posições simili-marxistas” (“Teoría martiana del partido político” in *Vida y pensamiento de Martí*, vol.I, La Habana, 1942).



os impedia. Bem notavam que Martí era seu *inimigo irreconciliável*, ainda que a extraordinária violência martiana, sua força devastadora, não incorressem em gestos desnecessariamente ríspidos. Depois de morto, porém, e naquele momento frustrada a república que ele sonhara, começou o processo de apropriação de seu ideário. Contudo, a essência da sua obra é inequivocamente radical, como compreendeu Julio Antonio Mella e Fidel Castro. Por isso, ao publicar o quarto volume de sua *Historia del Pensamiento Socialista*, em 1956 (ou seja, três anos antes da atual revolução cubana chegar ao poder), o inglês G. D. H. Cole escreveu: “Os revolucionários cubanos [de 1895] não eram socialistas. Tampouco seu principal teórico, José Martí, expressou uma doutrina especificamente socialista. Era um nacionalismo revolucionário, mais que um socialismo; mas seu nacionalismo revolucionário era muito radical e descansava em uma concepção de igualdade racial que está associada, em desdobramentos posteriores, ao socialismo e ao comunismo na América Latina. Reconheceu a necessidade de fundar seu movimento revolucionário nas classes trabalhadoras (...) e rechaçou sempre o programa dos autonomistas cubanos (...). Foi um forte opositor do ‘colonialismo’ e durante sua residência em Nova Iorque escreveu vigorosamente condenando o capitalismo norte-americano, especialmente em seus aspectos imperialistas. Sua política, contudo, foi de colaboração entre a classe trabalhadora, em que confiava prioritariamente, e a classe média nacionalista, que poderia ser induzida a se unir àquela, contra a aristocracia latifundiária, com base na não discriminação racial. Advogava, também, por uma legislação social avançada e, por tudo isso, merece lugar nessa história”.

### **Sobre seu Pensamento**

Martí não foi um filósofo, no sentido estrito do termo, mas sim, sem a menor dúvida, um “pensador”, um dos mais elevados do Terceiro Mundo. Ademais, há em sua obra constantes arroubos plenamente filosóficos deixados em aberto, esboçados.

Já adiantamos as partes mais imediatas de seu “pensamento”: referentes ao político e ao social, que ocuparam um lugar determinante. E mais: o resto de seu ideário não pode desvincular-se de sua ação; está constituído, poderíamos dizer, pelo alimento e pelas metas desta ação. “A expressão”, nos disse Martí, “é a fêmea do ato”. A mais sutil maneira de trai-lo seria nos contentarmos somente com a letra, que mata; ainda que em seu caso também fascine. Não se trata tanto de ordenar seus fragmentos como um arranjo planejado, mas sim



tentar situá-los na totalidade até fazê-los coincidir com sua ação, iluminando-se mutuamente nessa cópula dialética anunciada em sua frase.

Remeter à sua ação e às circunstâncias dessa ação será também mais proveitoso para entender Martí que rastrear suas “fontes” europeias ou norte-americanas; as quais, no entanto, foram numerosas. Caberia inclusive questionar que fossem “fontes”. Já que andamos no metafórico, melhor seria chamá-las de armas: armas ideológicas. As verdadeiras fontes seriam os problemas concretos que ele se lançou a resolver e o corpo de crenças que havia surgido ao calor direto desses problemas. Uma vez mais, aqui o mero fato de situá-lo dentro de sua família esclarece muito do seu pensamento.

O que costumava ocorrer com os pensadores dos países coloniais, quase todos estudados e aparentemente formados em nações capitalistas desenvolvidas? O que ocorria com o fundo de crenças de tais pensadores hindus, chineses, árabes, africanos e latino-americanos? Uns se convertiam em pacientes ou tenazes repetidores de fórmulas alheias, carentes de eficácia em relação à sua realidade concreta, e se evaporaram para a história. Outros, ao contrário (os grandes dirigentes), utilizaram instrumentalmente o aprendido em países desenvolvidos, e dessa maneira defenderam o corpo ideológico de seus respectivos países, e suas próprias realidades. Recordem-se o grande exemplo de Gandhi. Não será até um bem adiantado século XX, em pleno processo de descolonização, que primeiro encosta e depois se funde de maneira crescente com a revolução socialista mundial<sup>12</sup>, que se torna possível a coincidência da filosofia vinda de fora, o marxismo-leninismo, com a problemática do país colonial: sem que, mesmo ali, fossem desdenháveis cada uma das tradições particulares.

Não obstante, é certo que nessa ordem de coisas a América Latina se encontra em situação particular. Enquanto o “ocidental” é um mero intruso na maior parte das colônias que assolou, no Novo Mundo é, além disso, um dos componentes e não menos importante, que dará lugar ao mestiço (não apenas ao mestiço racial, obviamente).

Se a “tradição ocidental” não é toda sua tradição, é *também* sua tradição. Há, pois, contrapontos mais delicados no caso dos pensadores latino-americanos, ao compará-los com outras zonas coloniais. Também na América Latina é a primeira destas zonas que logra uma espécie de independência (a “América europeia” não pode ser incluída nesse grupo), e então

---

<sup>12</sup> É que o socialismo e a descolonização são os que estão fazendo com que o mundo seja realmente um; a história uma só história.



estes problemas se apresentam durante boa parte do século XIX. Seria, pois, tão arbitrário reduzir Martí à soma ou denominador comum dos numerosos pensadores europeus ou norte-americanos que ele conheceu, como fazem alguns autores, quanto também prescindir inteiramente destas referências. Só que estas referências, em si mesmas, nos ajudam pouco: platonismo e estoicismo, krausianismo, transcendentalismo emersoniano, darwinismo, certo positivismo. Isso sem considerar o fato de que algumas destas linhas, que aqui se enroscam e se miscigenam, lá são irreconciliáveis, como ocorre com as escolas europeias em nossa literatura. Mas por que elas?

Recordemos o que encontramos a propósito dos problemas econômicos e sociais: que um autor menor, como Henry George, move mais a atenção de Martí, e merece mais elogios, que um gênio como Karl Marx. Mas havíamos observado também como esse autor havia atraído o interesse de Sun Yat-sen, porque tanto o dirigente cubano como o chinês viam no modesto autor norte-americano, não um pensador importante *em si mesmo* (o que queria dizer isso, afinal?), mas sim alguém que parecia lhes oferecer soluções para os problemas agrícolas imediatos de seus respectivos países. Não estavam elogiando as construções intelectuais em sua obra, mas sim as fórmulas em cuja rápida utilidade confiavam. Ou seja, estavam remetendo à problemática específica de seus povos, *naquele momento*, como régua.

O mesmo podemos dizer de outras variantes do pensamento de Martí. Por exemplo, de suas concepções éticas, aparentemente de um ecletismo vago. Mas na realidade, um código de conduta que olha sempre as coisas concretas de seu país. Seu país está dividido em raças, submetido a espoliação colonial coletiva e afundado no marasmo geral. Apostolicamente, Martí dá vivacidade à certeza de que os grandes serão derrubados e que o reino dos céus será dos pobres espirituosos: só assim pode despertar a seu povo, fatigado de haver lutado durante dez anos em vão. Mas isso não pode ser inteiramente entendido senão em relação com a tarefa histórica que seu povo deve acometer. Não acerta plenamente Gabriela Mistral ao dizer: “Se querem, coloquem Martí em um microscópio acusador, apliquem as arengas, as proclamações ou as cartas e não lhe vai saltar nenhuma mancha, nenhuma pinta de ódio”. Nas primeiras páginas desse texto, recordamos os versos de seu profético poema adolescente, *Abdala*:

*El amor, madre a la patria*  
*No es el amor ridículo a la tierra,*  
*Ni a la yerba que pisan nuestras plantas;*  
*Es el odio invencible a quien oprime,*



*Es el rencor eterno a quien la ataca...*

O que se mostra nestes versos é muito mais que um jogo de palavras desnudado. “O amor... é o ódio... é o rancor”. Não se trata, claro, de apresentar Martí agora como um odioso, o que nunca foi, mas sim de *explicar* a raiz de seu amor. Esse amor batalhador estava dialeticamente *feito* de ódio e de rancor. Martí nasce genial em casa humilde e no seio do povo escravizado. Não pode haver conjuntura mais favorável a torná-lo imensamente sensível à condição histórica em que vive. Isso precipita nele sua consciência de ser homem de país “subdesenvolvido”. E o característico desse homem é imaginar a linha maior da história, espoliado, folclorizado. Sua reação é o *rencor*. Veja como hoje Franz Fanon aprofunda isso. O Martí juvenil, como todo integrante digno de um país colonial, sente *ódio* e *rencor*, e o expressa com toda nitidez. Mas estes sentimentos movem mal os povos. Não só devemos considerar aqui a *ascese* dramática vivida pelo garoto no presídio político, prova de fogo que poderia destruí-lo, mas o deixou purificado e conhecedor de sua força, como também o fato de que os povos requerem metas positivas, realizações concretas, para despertar de um estado de abatimento. Requerem, enfim, que o ódio e o rancor gerem não só coisas para destruir, mas também construções a realizar. Martí oferecerá adiante, cada vez mais, metas e horizontes. Enquanto no político desenha a área real e mítica da “Nossa América”, no ético postula uma imensa confiança no ser humano, predica a igualdade dos homens por cima das fúteis distinções raciais, se posiciona ao lado dos humildes; e tudo isso dentro de uma concepção dinâmica do ser humano, um *fieri* [faça-se] flamejante que o leva ao cumprimento dos mais altos deveres: única forma como seu povo poderá se realizar como entidade histórica. Estes elevados deveres alcançam verdadeira incandescência em seu ideário: nos arrastam para fora das metas históricas, em um sonhar de morte-reposo (“outros lamentam a morte necessária: eu creio nela como uma almofada e o fermento e o triunfo da vida”), e um processo de aperfeiçoamento espiritual que nos faz pensar que provavelmente Martí houvesse aceitado com prazer certas ideias de Teilhard de Chardin - sobretudo se tomamos em conta a aceitação do darwinismo por Martí, mas sua crítica por este prescindir da transcendência. “Outros, com olhos desolados e cheios de lágrimas doces, miram desesperadamente para o alto. E Darwin com olhos seguros e mão escrutinadora, sem devorar-se de ansiedade por saber para onde vai, se curvou sobre a terra com serenidade, a inquiriu de onde viemos. E há verdade nisso: não se pode negar nada que seja certo no solene mundo espiritual, nem o nobre incômodo de viver,



que se alivia com a realização do prazer em vida; nem o colóquio inefável com o eterno, que deixa no espírito a força solar e a paz noturna; nem a certeza real, posto que dá real gozo, de uma vida posterior em que sejam plenos os deleites penetrantes, que com o vislumbre da verdade, ou com a prática da virtude, preenchem a alma; mais do que a construção de mundos, não há modo melhor para saber que perguntar aos mundos. Bem vejo, apesar dos seus equívocos, que lhe vieram a ver na metade do seu ser; mas não em todo ser, quem viu isso”.

Nos deparamos, pois, com a espiritualidade martiana, que sem dúvida existiu, ainda que conjugada com um rechaço a toda religião organizada, com um anticlericalismo militante. A propósito disso e de sua violenta e radical postura política, recordemos que ambos os extremos – espiritualidade e radicalismo político -, independentemente de que possam ocorrer juntos em outra sociedade, estão longe de ser incompatíveis no interior das nações coloniais que lutam por sua libertação. Nas sociedades capitalistas, costumam estar unidas a atitude radical (burguesa ou proletária) e a irreligiosidade. Basta o exemplo da Revolução Francesa. Consequentemente, não é porque Martí seja um representante do pensamento burguês revolucionário que não poderia fazer coincidir ambos os pontos de vista; ao contrário, no Haiti em fins do século XVIII, no mundo árabe em várias ocasiões, na Índia de Gandhi ou entre os povos africanos, certa religiosidade (não metropolitana) se apresenta como alimento para luta por independência nacional, como baluarte ideológico frente ao opressor. Ainda que esse não seja inteiramente o caso do anticlerical Martí, não podemos ver sua religiosidade desvinculada de sua ética e de seu pensamento político e social; e tudo isso, da sua atuação concreta como homem do mundo subdesenvolvido, esse mundo que mistura sobrevivências pré-burguesas estruturais e ideológicas. Essa seria, afinal, a maior mestiçagem das nossas terras: a cronológica.

Nos atreveríamos a dizer que sua estética desempenha um papel similar. Martí vê, na arte “o modo mais curto de chegar ao triunfo da verdade e de, ao mesmo tempo, colocá-la nas mentes e corações de maneira perene e acesa”. Em um ou outro momento de seu pensamento, surge o temo *utilidade*, a palavra central de sua expressão. Como não vê-la percorrendo sua preocupação política e social, suas normas de conduta, sua espiritualidade, seu conceito sobre a função da arte? E essa utilidade remetia diretamente às tarefas urgentes e delas nascia. O pensamento de Martí é a consciência de seus atos. Como em todo pensador verdadeiro.



## A Tarefa Literária

À primeira vista, a obra escrita por Martí é paradoxal. Por um lado, Martí não publicou livro algum: somente alguns opúsculos políticos e duas coletâneas de versos. Além disso, são constantes as alusões desdenhosas a certa forma de escrever. Falando de sua primeira coletânea de versos a um amigo, ele diz: “Você sabe que meu espírito não é muito dado a estes pacíficos e secundários afazeres”. Na boca de um homem que, por estes tempos, predicava a guerra, os dois adjetivos adquirem toda sua força pejorativa. Em uma carta à sua irmã Amélia, diz sobre os romances vulgares: “deve haver um ou outro que não o seja”, e que “escritores escrevem romances porque não são capazes de escrever coisas mais elevadas”. No prólogo do único romance que escreveu, *Amistad funesta*, acrescenta que “o gênero não lhe apetece (...) porque nele é necessário fingir e os gozos da criação artística não compensam a dor de mover-se em uma ficção prolongada; com diálogos jamais escutados entre pessoas que nunca viveram”. Poderíamos estar na presença de um dos grandes espíritos ágrafos, como Sócrates.

E no entanto, o outro lado desta verdade é que, em sua morte, aos 42 anos, Martí havia deixado escritas tantas páginas que a edição mais completa de suas obras existente no momento – ainda não inteiramente recompiladas – conta com várias dezenas de volumes. Este espírito aparentemente ágrafo, pois, foi, em termos materiais, um dos escritores hispano-americanos mais prolíficos de todos os tempos.

Para Martí, seus versos *Ismaelillo* nascem de afazeres “pacíficos e secundários”; os romances vulgares “e deve haver um ou outro que não o seja”, se devem a “escritores que não são capazes de escrever coisas mais elevadas”. Cabe sempre considerar tais expressões como provocações de um “literato”, mas nesse caso desacreditaríamos de uma das virtudes de Martí: sua fundamental sinceridade. Como em referência à sua atuação política, tomamos ao pé da letra aquilo que confessou às vésperas da sua morte ao seu amigo Mercado (“o que fiz até hoje, e ainda farei, é para isso (...) impedir a tempo que os Estados Unidos se lancem sobre Cuba”); assim também temos que aceitar como verdadeiras estas declarações. E ao mesmo tempo, porém, conjugá-las com a existência de dezenas de volumes.

Mas essa conjugação é menos difícil do que pode parecer. Afinal, o que é um escritor? Martí não rechaça a escritura: a remete a atividades inferiores frente a outras, superiores, o que é coisa bem distinta. Considera evidente que existe afazeres beligerantes e primordiais



frente ao exercício que frutifica em certos versos; como também que, diante da ficção, existem “coisas mais elevadas” que um grande escritor deve ser capaz de escrever. Em outra ocasião, nos diria: “dizer é uma maneira de fazer”. Se repassamos sua obra, notaremos que foi fiel não apenas àquele rechaço, como também a esta aceitação.

Começemos pelo mais evidente: os “gêneros”. A maior parte da obra de José Martí é de índole jornalística. Significa que Martí, tão desdenhoso com o gênero de Cervantes e Stendhal, se refugiou com satisfação a este gênero quase extra-literário que é o jornalismo? Julgar assim seria sucumbir lamentavelmente ao pior critério formalista, quando não ao platonismo mais raso: os “gêneros” não existem por si. O que existem são *funções* que desempenharão dentro de um contexto específico. Na circunstância em que Martí se encontra situado, sua tarefa beligerante e primordial o leva a esse gênero particular, o jornalismo, através do qual poderá propagar efetivamente suas “coisas mais elevadas”. Com essa vintena de jornais que publicaram suas crônicas (às quais ele chama de “cartas”), Martí chega amplamente a um público continental, transmitindo seu ideário, o mais robusto e articulado de quantos surgiram na sua América. É significativo que o segundo “gênero” que Martí se dedicou em importância numérica e plena depois do jornalismo foi a carta. É um caso similar ao da crônica: Martí também expõe seu ideário em suas cartas e, valendo-se da maior intimidade por estas permitida, chega a comover diretamente o leitor, individualmente, sem poupar recursos em sua tarefa proselitista. Em seguida, já não poderia nos estranhar que o terceiro “gênero” de importância em sua obra seja a oratória. A mais elementar norma diz, há muito tempo, que uma carta é um pequeno discurso (ou vice-versa). Aqui encontramos um ostensivo vínculo: o discurso, com seu parentesco epistolar; a carta; a crônica escrita em forma de carta. Trata-se de movimentar-se em torno ao gênero mais “servil” de todos, aquele que vive de *transmitir coisas*; que tem menor probabilidade de se bastar a si mesmo, em sua imanência, em sua beleza intrínseca.

É o gênero *utilitário* por excelência; por isso mesmo, o mais próximo do extra-literário, o mais comum, o mais acessível. Quando se pensa que seu gênio literário se concentrou nisso, não é de estranhar que as cartas de Martí estejam entre as mais impressionantes que se tenha escrito e que muitos chegaram a compará-las com as epístolas evangélicas. A semelhança é maior do que se pode pensar à primeira vista e não se refere apenas às cartas em si, mas também – como já dissemos – aos discursos e crônicas, ou seja, à



quase totalidade de sua obra. A semelhança de Martí com aqueles homens apostólicos, nos quais se encarnava um povo, não é uma imagem exagerada.

À margem desta volumosa tarefa utilitária (à qual seria preciso acrescentar os trabalhos puramente políticos e também *La Edad de Oro*, de função pedagógica), as obras de Martí são escassas: suas poucas incursões teatrais são na realidade exercícios verbais e ideológicos. Seu único romance, que assinou com pseudônimo, pertence, junto com suas várias traduções, aos numerosos trabalhos que realizou por obrigação para ganhar a vida. Que fosse obra de certo peso só prova que eram imensos seus dons de escritor e que nada fez onde não deixasse marcado seu gênio. Um caso a parte foi sua poesia, que nem realizou para ganhar a vida, nem colocou a serviço imediato do interesse político. Por outro lado, é a única zona de sua obra que reputou digna de aparecer em forma de coletânea; duas delas editadas por ele mesmo: *Ismaelillo*, em 1881, e *Versos sencillos*, em 1891. Pelo menos dois volumes foram deixados sem publicar, ainda que tenha preparado seus prólogos: *Versos libres* e *Flores del desierto*. Os volumes que publicou, repartiu entre amigos com cartas que frequentemente também são poéticas. É impossível não ver nisso um fato significativo, o lugar elevado que a poesia (sua expressão, visão) ocupou em Martí. A data de aparição do primeiros destes volumes – que é, além disso, o momento em que sua prosa adquire maturidade – foi indicada como da aparição de um novo movimento literário nas letras hispânicas, que logo se chamaria *modernismo*, no qual a inclusão ou não de Martí é, ainda hoje, motivo de batalhas eruditas: sua presença daria ao movimento um aspecto distinto. E no entanto, não se vê como não incluí-lo. Um movimento não é, afinal, nada além daquilo que os homens façam dele. Como separar Martí do modernismo, atendendo a certas características que se supõe próprias deste e que foram tomados de outros escritores da época, que com igual direito poderíamos separar do modernismo para dar lugar a Martí? Onde estão estas características senão na obra de escritores concretos? Ao contar com Martí como um deles, o único que fazemos é radicalizar esse movimento, obrigado a incluir as impactantes características de Martí. Com o que ganha em complexidade, em contradição, em verdade. Bastaria, além disso, lembrar que o modernista por excelência, Darío, foi um seguidor de Martí, ainda que apenas mais um seguidor<sup>13</sup>. Martí foi o mais penetrante e criador dos modernistas, o único plenamente consciente de sua ampla problemática: o que não mudou umas formas por outras, mas sim

---

<sup>13</sup> Cf. González, Manuel Pedro. *José Martí em el octogésimo aniversario de la iniciación modernista, 1882-1962*, Caracas, 1962.



colocou em juízo a condição toda do escritor hispano-americano, sua função, suas possibilidades reais. Ele que introduziu um pensamento avassalador. Enquanto os outros modernistas, que assim iriam ser chamados, pensavam ainda que era necessário “atualizar” a literatura do continente, enxertando parnasianismo com simbolismo (*ao mesmo tempo*, segundo as formas sincréticas das terras mestiças), Martí foi o primeiro em compreender que não se tratava tanto de atualizar, mas sim de descobrir e simultaneamente conquistar o *tempo real* do continente: sua situação concreta. Estar “atrasado” ou estar “em dia” supõem uma referência a um outro tempo: qualquer destas atitudes é servil e colonial. A primeira é pior, mas a segunda não é muito melhor. Martí sabia, desde muito jovem, que ele estava “atualizado”, mas por isso mesmo estaria forçado a ir a reboque de uma realidade alheia. Não teria ele, pois, uma realidade própria? Sim e não. Existia, mas como possibilidade. Dedicou sua vida a converter-se naquilo que é, para ser ele mesmo. Sua própria literatura adoecerá de irrealdade, enquanto não encontra contexto esclarecedor genuíno. Sua vida está consagrada a conquistar esse contexto e sua maior arma para isso será a própria literatura, mas a literatura utilitária.

Muitos modernistas podiam ficar deslumbrados com a prosa das suas crônicas, que Darío chamou de “fino metal e pedras preciosas”; mas a finalidade destas crônicas não era oferecer pedras preciosas, mas sim pedregulhos para lançar ao inimigo e para construir os muros da cidade. Parece paradoxal, e é uma assombrosa lição, que Martí com essa obra quase não literária seja o maior escritor do continente. Se não fosse tão grave, poderíamos dizer que ele foi o que Cocteau disse de si mesmo: “o Paganini do violino de Ingres”<sup>14</sup>. Martí colocou em xeque a própria existência da literatura em plenitude, ali onde não havia outra plenitude senão a histórica. “Não há letras que sejam expressão”, disse, “quando não haja essência para nelas expressar. Nem haverá literatura hispano-americana até que não exista a Hispano-América”. E mais adiante: “lamentemo-nos agora de que nos falte a grande obra, não porque ela nos falte, mas sim porque isso é sinal de que nos falta ainda o povo magno da qual deveria ser reflexo”.

Mas, ainda que Martí possua larga vantagem frente a outros modernistas (depois de tudo, ainda se avantajava sobre todos os outros escritores hispano-americanos de qualquer período), eles, na medida de suas forças, acabam compartilhando não pouco da sua

---

<sup>14</sup> O *Violino de Ingres* é uma obra de arte surrealista de 1924, de autoria do artista estadunidense Man Ray, que consiste em uma fotografia de uma mulher de costas com intervenções em lápis e nanquim que tornam seu corpo um violino. Foi publicada na revista *Littérature*, de André Breton (N.T.).



problemática e certamente das suas formas. O modernismo, com seu patético afã de “atualizar” a literatura do continente, não significou, afinal, uma tomada de consciência do caráter subdesenvolvido de nossa literatura, no momento em que a ideologia burguesa dos fundadores mostrava suas falhas, corroída pela realidade? O problema é assimilar, embora Martí seja mais profundo - desde o primeiro momento, não limita a questão à literatura – e embora, também, Martí antecipe as soluções verdadeiras, retomando a vivacidade da ideologia dos fundadores e a situando à altura de seu tempo. Porém, nessa atitude de antecipação, própria do seu gênio, Martí ficaria sozinho. Ele parece traçar o programa do modernismo melhor ainda quando, em 1893, escreve no obituário de Julián del Casal: “Na América já está em flor a nova gente, que pede peso à prosa e condição ao verso, e que requer trabalho e realidade na política e na literatura. O petulante passo e a política vazia e rudimentar, aquela falsa frondosidade das letras que parecem cachorros de Cervantes atabalhoados como loucos. Essa geração literária é como uma família na América, que principiou pela imitação rebuscada e agora está em solta e concisa elegância, expressão artística e sincera, breve e talhada, do sentimento pessoal e do juízo *criollo* e direto. O verso, para estes trabalhadores, deve ir soando e voando. O verso, filho da emoção, há de dizer o raro, mas também o instante raro da emoção nobre e espirituosa”.

O modernismo, com efeito, “principiou pela imitação rebuscada” que alcançará seu apogeu nos livros iniciais de Darío; mas estava já na “expressão artística e sincera, breve e talhada, do sentimento pessoal e do juízo *criollo* e direto”, como testemunham seus próprios *Versos sencillos*, e como o verificará a poesia posterior a 1898 do próprio Darío ou de González Martínez, e se ramificará em Gabriela Mistral ou César Vallejo. Da mesma maneira que o exotismo dos primeiros momentos, nascido da desconfiança na ilusão fundadora e do desengano de viver estas “dolorosas repúblicas americanas”, os modernistas irão se aproximando da preocupação por sua pátria maior, ainda que sem alcançar a profundidade radical de Martí: chegando inclusive a criticar o perigo ianque. Rodó em seu *Ariel* (1900), Darío em sua *Ode a Roosevelt*, aparecida em livro em 1905. Devido à sua influência sobre a Espanha, o modernismo adquire orgulho de sua condição *americana*. Martí, pois, não apenas se adianta com a orquestração magnífica de sua prosa ou a intensidade de sua poesia, como também pelos temas que aborda: e tanto em umas, como em outras, encontrará seguidores dentro do modernismo.



DOI: 10.21057/10.21057/repamv13n3.2019.28251

## **Che Guevara e sua Contribuição ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Cuba**

Tirso W. Sáenz<sup>1</sup>

### **Antecedentes**

Em 1959, a indústria cubana apresentava uma situação de dualismo tecnológico: a produção artesanal coexistia com a produção mecanizada – obsoleta em muitos casos – e com a tecnologia moderna. Isso resultava do modo de produção, das relações de produção e da dependência com relação aos Estados Unidos por parte da economia e da sociedade cubana. O traço mais característico dessa situação era uma acentuada dependência tecnológica, na qual, face à ausência de uma infraestrutura para atividades de P&D, impedia uma assimilação ativa da tecnologia que se transferia. A escassa pesquisa que se realizava nas universidades cubanas era produto do esforço pessoal de determinados professores e não se vinculava, em geral, aos temas necessários para a economia do país, mas sim com os interesses acadêmicos dos pesquisadores (Sáenz & García Capote 1989 pp. 47-48).

### **As Concepções e as Ações do Che na Esfera Científica e Tecnológica**

A necessidade de desenvolver e impulsionar a economia cubana impôs ao governo Revolucionário a recuperação de estabelecimentos industriais cujos proprietários abandonaram o país nos primeiros meses posteriores ao triunfo da Revolução. Esse fato, junto com as posteriores nacionalizações, em 13 de outubro de 1960, levou à criação do Ministério

---

<sup>1</sup> Cubano, Graduado em Engenharia Química- *Rensselaer Polytechnic Institute* (1954) e Doutor em Ciências pelo Ministério de Educação Superior (1981). Vice-ministro do Ministério de Indústrias (1962-1965), Vice-presidente da Academia de Ciências de Cuba (1962-1985) Professor Visitante do Instituto Superior de Ciências e Tecnologias Nucleares de Havana, Professor do Instituto Superior Tecnológico de Havana, Professor Visitante da UNICAMP (1996) e Colaborador externo do Centro de Sustentável da UnB. E-mail para contato: tirsowsaenz@gmail.com.



de Indústrias, em janeiro de 1961, no qual se concentrou a quase totalidade da produção industrial existente em Cuba naquele momento. Para dirigi-lo, foi designado Ministro o Comandante Ernesto Che Guevara.

Na vida e obra do Che há aspectos menos conhecidos que podem contribuir para a compreensão de sua multifacetada personalidade. Um desses aspectos é, precisamente, sua participação direta na construção da base técnico-material do socialismo em Cuba e, em particular, sua gestão como Ministro de Indústrias. Nesta função, ele desempenhou um importante papel no processo de industrialização cubano e, vinculado ao mesmo, na promoção e organização do processo científico e tecnológico no país. Tudo isso, de acordo com as concepções do Che, deveria se basear em um profundo desenvolvimento da consciência dos cidadãos e no papel destes como atores centrais e objetivo principal na construção da nova sociedade socialista.

No Encontro de Solidariedade Afro-asiática realizado em Argel, em 1965, Che defendeu com firmeza que:

No aspecto econômico, necessitamos vencer o caminho do desenvolvimento com a técnica mais avançada possível. Não podemos nos propor a seguir a escala ascendente da humanidade desde o feudalismo até a era atômica e automática, porque seria um caminho de grandes sacrifícios e parcialmente inútil. A técnica há que buscá-la onde esteja; há que dar o grande salto técnico para ir diminuindo a diferença que hoje existe entre os países mais desenvolvidos e nós (Guevara, 1966a, pp 145).

Com base nessa ideia estratégica, no final de 1962, Che criou o Vice-ministério para o Desenvolvimento Técnico, no qual se deveriam dar os primeiros passos para solucionar questões de natureza científica e tecnológica associadas à realização das ações estratégicas para o desenvolvimento industrial do país. Era cada vez mais evidente que, para as viabilizar, seria imprescindível criar uma infraestrutura adequada de pesquisa, geração, transferência e assimilação de tecnologias. (ver Sáenz & García Capote, 1980).

Por outro lado, desde o princípio deste Vice-ministério, Che destacava a vinculação política e ideológica das atividades científico-tecnológicas:

Cada uma das etapas do desenvolvimento da sociedade socialista está baseada em dois aspectos: primeiro, a compreensão cabal do papel do proletariado na construção do socialismo e, segundo, no desenvolvimento acelerado da nova técnica (Guevara 2001, p. 43).



Nesse sentido, Che assim se expressava:

O desenvolvimento das pesquisas tecnológicas está orientado não apenas para resolver questões imediatas e conhecer melhor os recursos naturais do país, mas para colocar-se em dia com os avanços daquelas disciplinas que à primeira vista oferecem mais perspectivas à indústria e, seguidamente, fazer pesquisas próprias, experimentos. Buscar a variante técnica cubana que se compare favoravelmente às estrangeiras. Em outras palavras, criar as bases para o desenvolvimento de uma tecnologia própria, de acordo com os recursos, imaginação e capacidade criadora (Guevara 1966b, pp. 673-674).

O Vice-ministério de Construção Industrial, existente desde o início do Ministério de Indústrias, cumpria parte dessas atividades, especialmente no que se relacionava com os processos de transferência de tecnologia.

Ao Vice-ministro para o Desenvolvimento Técnico foi atribuída a tarefa de criar e desenvolver os institutos de pesquisa e outras unidades afins que deviam prover, em suas distintas áreas de atuação, a base adequada para abordar as linhas mestras de desenvolvimento científico e tecnológico que se colocavam e iam sendo definidas de acordo com as necessidades e orientações políticas da revolução.

### **A Organização do Vice Ministério para o Desenvolvimento Técnico**

Entre as orientações do Che que ainda podemos considerar válidas – relacionadas com as atividades fundamentais que este Vice Ministério deveria realizar, estavam:

- Impulsionar o desenvolvimento técnico do país e a conexão das distintas áreas de ciência e tecnologia com os setores produtivos;
- Manter uma estreita coordenação entre pesquisa e produção;
- Assentar as bases organizativas para que os centros de produção de P&D do ministério pudessem alcançar maior nível de profundidade e de diversificação em seus estudos;
- Dirigir e executar os planos de capacitação de todo o ministério; e,
- Desenvolver as atividades de normatização. (Guevara 1966b, p 589-590)

Para cumprir estas funções, o Vice-ministério era composto por Institutos de Pesquisa e Direções com perfil normativo e metodológico, além das funções executivas. Um Conselho de Direção, com participação de todos os diretores das unidades vinculadas, dava um caráter participativo às decisões mais importantes.



Os Institutos e Direções que foram criados são os seguintes:

- Instituto Cubano de Recursos Minerais (ICRM);
- Instituto Cubano de Pesquisas Minero-Metalúrgicas (ICIMM);
- Direção de Automatização Eletrônica (DAE);
- Instituto Cubano de Desenvolvimento de Maquinarias (ICDM);
- Instituto Cubano dos Derivados da cana-de-açúcar (ICIDCA);
- Instituto Cubano de Desenvolvimento da Indústria Química (ICDIQ);
- Instituto Cubano de Pesquisas Tecnológicas (ICIT);
- Direção de Normas e Metrologia;
- Direção de Capacitação;
- Direção de Colaboração Técnico-Científica;
- Direção do Plano para o Desenvolvimento Técnico.

### **O Instituto Cubano de Recursos Minerais (ICRM)**

Em 1961 foi criado o primeiro centro de pesquisas do Ministério de Indústrias, o Instituto Cubano de Recursos Minerais (ICRM), o que mostra a importância estratégica desta área. Tinha como objetivo acometer, com critérios científicos e práticos, a investigação, prospecção e busca de minerais. Antes da Revolução essas atividades estiveram, fundamentalmente, em mãos de empresas estrangeiras. Durante um tempo, até a criação do Instituto Cubano do Petróleo-ICP, a prospecção e busca de petróleo esteve sob a responsabilidade do ICRM.

Durante seus dois primeiros anos de trabalho, o ICRM, teve um pobre desempenho e não se observou progresso sensível em suas funções. No entanto, era necessário levar em conta que suas atividades eram muito variadas, distribuídas por todo o país em dezenas de unidades de prospecção e busca de minerais sólidos, de perfuração e extração de petróleo, de brigadas de geofísica de diferentes tipos, incluindo a sísmica no mar. Por sua própria natureza, são atividades que se desenvolvem inevitavelmente em lugares intrincados, longe de centros populacionais. Quase sempre, havia que abrir caminhos para transportar os equipamentos, construir facilidades temporais com condições mínimas de moradia, garantir a logística para o fornecimento de alimentos, combustíveis, materiais de trabalho, peças de reposição, entre



outros desafios. Essas tarefas múltiplas se acometiam sem experiência prática alguma. As atividades do ICRM surgiram como uma explosão gigantesca.

A carência de mão de obra técnica qualificada era enorme no setor de mineração. No Ministério havia apenas dois geólogos cubanos, os quais, até esse momento, estavam ocupados nas atividades produtivas da Empresa de Mineração. Evidentemente eram insuficientes frente às tarefas a realizar. Nessas condições, o forte contingente de especialistas soviéticos e checoslovacos teve um papel relevante no desenvolvimento do setor em Cuba.

As atividades de prospecção e extração de petróleo no Instituto Cubano do Petróleo (ICP) eram dirigidas por especialistas latino-americanos, principalmente argentinos. Inclusive o Subdiretor para esta atividade era um geólogo argentino. Ao passar esta atividade para o ICRM, produziu-se um choque violento, uma guerra declarada, às vezes muda, sobre critérios técnicos – com muito fundo ideológico - entre os especialistas do ICP e os do campo socialista. Havia diferenças que pareciam insolúveis. Essas desavenças também contribuíram para dificultar o avanço dos trabalhos do ICRM em seus primeiros tempos.

Nessa nova fase do ICRM, em 1963, o Che colocou a busca de petróleo e a confecção do Mapa Geológico de Cuba como prioridades para o Instituto, considerando aspectos práticos de nossa economia, como o incremento de reservas e a prospecção de jazidas cujos minerais pudessem substituir importações ou gerar divisas.

Ao apresentar suas orientações para 1964 (Guevara 1966c, p.78), Che voltou a insistir na busca de petróleo e destacou uma atividade vinculada a seu sonho de construir uma planta siderúrgica: criar condições para a busca massiva de minerais ferrosos. Nesse ano, visitei os poços de petróleo de 5 mil metros de profundidade – as maiores profundidades de perfuração até aquele momento - que se realizavam no *Cayo Francés*. Aí pude comprovar as difíceis condições de trabalho daqueles perfuradores e técnicos.

Para 1965 (Guevara 1966d, p.78) foi dada a este Instituto uma tarefa de maior complexidade e, ainda hoje, de grande relevância: criar as bases organizativas e técnico-materiais para a perfuração no mar, particularmente na zona das pequenas ilhas da costa norte da antiga província de *Las Villas*. A busca de petróleo foi uma prioridade permanente nas orientações do Che, o qual combinava a busca de resultados imediatos com a visão estratégica.

Nesse ano também foram dadas ao Instituto diretivas concretas para a busca de minerais raros, que seriam importantes como base para o desenvolvimento de uma futura



indústria eletrônica à qual se atribuía importância particular. Note-se outra vez, como o Che, em suas projeções, vai interconectando as diferentes unidades do Ministério em apoio às ideias estratégicas centrais.

Assim, além de se iniciar um programa sério, com métodos e equipamentos modernos, para a prospecção de petróleo, ampliaram-se os estudos sobre as reservas de níquel, cobre, cromo e minerais não metálicos.

Che apoiou também a organização de exploradores populares, buscando incentivar a incorporação massiva, principalmente de jovens, na busca de minerais, com finalidade educativa e vocacional.

Ao analisar as atividades do ICRM, em novembro de 1963, Che destacou, entre vários aspectos, que se notava um novo espírito no Instituto, reflexo do trabalho de Suárez Gayol, seu diretor - de sua fé e entusiasmo no trabalho, expressão de seu carácter, e de sua impressionante capacidade de comunicação. Este havia logrado unificar os critérios de todos os especialistas e melhorar substancialmente a parte organizativa face aos problemas existentes, além do trabalho científico que fora realizado. Esta avaliação foi reafirmada em análises posteriores feitas pelo Che (Guevara 1966e p.79).

A colaboração soviética no campo geológico foi muito ampla, tanto na transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos, como de recursos financeiros e humanos e na formação de especialistas. Em 1965, fui encarregado de viajar à URSS para negociar, em nome do Governo, a obtenção de um crédito de 20 milhões de rublos para a compra de equipamentos de perfuração de petróleo, o qual nos foi concedido.

Um grupo numeroso de especialistas soviéticos foi enviado a Cuba. Eles trabalharam principalmente nas áreas de petróleo e minerais metálicos. Atuaram em todos os níveis – de assessores do Instituto, até à base, nas brigadas de prospecção e perfuração. A colaboração checoslovaca foi também importante, principalmente na área de minerais não metálicos. Em 1964, o ICRM tinha 153 especialistas estrangeiros.

Che contou com a valiosa assessoria de um geólogo checoslovaco, Pedro Kveton, que esteve em Cuba por mais de quatro anos. Ele não se limitava a assessorar ao Che, mas também dava importante ajuda aos demais vice-ministros e diretores de empresas e institutos. Trabalhava intensamente, conhecia Cuba muito bem e, sobretudo, conhecia as características e idiossincrasias do cubano. Por sua recomendação se criou a Comissão Nacional de Reservas Minerais, assim como o Fundo Geológico, os quais inicialmente eu presidi.



O Ministro de Geologia da antiga Checoslováquia, Josef Pravda, muito contribuiu para materializar uma efetiva colaboração, tanto com o ICRM como com a Empresa de Mineração.

Resultaria muito extenso descrever todas as atividades desenvolvidas pelo ICRM, muitas delas pioneiras em Cuba. Pode-se dizer que esses esforços iniciais foram a base para o crescimento da produção petroleira – de umas poucas dezenas de milhares de toneladas durante os anos 60s, Cuba chegou, no ano 2003, a quatro milhões de toneladas<sup>2</sup> – além de assegurar muitos minerais de importância para a economia, como os lateríticos para a indústria do níquel.

Um dos resultados científicos a destacar no ICRM foi a obra *La Geologia de Cuba*, publicada em 1964, impulsionada pelo Che desde a criação do instituto, por sua compreensão da necessidade de um embasamento científico para as tarefas de prospecção de minerais. No prólogo desse livro, ele ressaltou a importância da colaboração com os países socialistas nessa área. Por seu profundo significado e projeção latino-americana, incluindo sua própria decisão de participar diretamente dos movimentos de liberação nacional, transcrevemos *in extenso* suas palavras:

A importância deste livro é, precisamente, a demonstração da magnitude do apoio que podem prestar entre si os países do campo socialista; em que Cuba, país interessado e sem nenhum desenvolvimento nestas técnicas, possa, aos cinco anos da revolução, apresentar uma geologia de alto nível científico para uso de todos seus futuros profissionais. É o verdadeiro milagre da época que vivemos; o milagre que realiza o homem; o da sua solidariedade; a expressão da potência de sua força conjunta; de sua capacidade de eliminar as barreiras geográficas e transferir a ciência de um país a outro, sem condições, sem outro fim que a ajuda fraterna a outros povos do mundo.

Para nós, os cubanos, a ajuda prestada pelos cientistas de todos os países irmãos tem sido fundamental e tem deixado dois ensinamentos preciosos: o da técnica que possuem e o da solidariedade que implica. Nossa jovem revolução, como uma esponja, ávida de todos os conhecimentos de todas as partes do mundo, se impregnará nos largos canais da ciência socialista e da solidariedade socialista para a repartir, no momento oportuno, por parte do continente americano que ainda espera por sua liberação (Guevara, 1966f, pp741-743).

### **O Instituto Cubano de Investigações em Mineração e Metalurgia (ICIMM)**

O Instituto Cubano de Investigações em Mineração e Metalurgia (ICIMM) foi criado em 1962 e representava uma complementação fundamental ao trabalho do ICRM. Tinha o objetivo de desenvolver tecnologias adequadas para o processamento de recursos minerais próprios, em particular dos lateríticos, de acordo com as prioridades estabelecidas na linha

---

<sup>2</sup> Cuba produz atualmente 50% do petróleo que necessita.



estratégica relativa à metalurgia. Pensava-se, dessa forma, no tratamento integral desses minerais. Ou seja, além da prospecção e busca, era também importante viabilizar tecnologicamente a utilização dos minerais em função do desenvolvimento do país.

Conseqüentemente, as tarefas fundamentais estabelecidas para este instituto em seus primeiros anos foram:

- Trabalhar na metalurgia total das lateritas com vista a seu aproveitamento integral.
- Buscar técnicas não convencionais de redução, como o ferro-esponja, ante a evidente falta de carvão coque que pudesse servir de matéria-prima para a indústria siderúrgica. Che considerou que isso poderia ser um passo importante nessa área desenvolver novas tecnologias de beneficiamento para os minerais de cobre, manganês e minerais não metálicos.
- Desenvolver uma tecnologia e um projeto de inversões que permitisse assegurar o abastecimento na ampliação da empresa “Antillana de Acero”.
- Estudar as modificações necessárias na planta de “Sulfometales”, para incrementar a recuperação e produção de cobre e outros metais (Guevara 1966g, p. 641).

As duas primeiras atividades representavam as tarefas sobre as quais se deveria atuar com maior intensidade.

Para o Che, encontrar materiais substitutos no campo da siderurgia poderia ser um passo muito grande em nosso desenvolvimento. A ideia era produzir o chamado “ferro esponja”, ou seja, um ferro com as características do ferro-gusa utilizando agentes redutores diferentes do coque: antracite, carvão vegetal – até o bagaço da cana chegou a ser considerado –, e processado em fornos rotatórios em vez de altos fornos. Buscava-se desenvolver um processo similar ao que se utilizava no México. Na sede do ICIMM, na cidade de Havana, foi instalado um forno piloto rotatório com esse objetivo.

Ao apresentar suas Orientações para 1964, Che voltou a insistir no desenvolvimento dos trabalhos sobre ferro-esponja e nos estudos sobre a redução direta do mineral de ferro, além de outros aspectos tecnológicos que pudessem viabilizar uma indústria siderúrgica em Cuba. Também orientou que se fortalecessem os trabalhos de pesquisa sobre os processos tecnológicos do níquel, assim como os das lateritas em geral, indicando que esses trabalhos, até então realizados pela Empresa Consolidada do Níquel, passassem à responsabilidade do ICIMM (Guevara 1966e, pp. 612).



Para dirigir o ICIMM, foi nomeado Faustino Prado, um engenheiro metalúrgico de altos conhecimentos técnicos. Ele havia conversado extensamente com o Che sobre o que se poderia alcançar na produção de ferro-esponja. Durante cerca de dois anos, trabalhou-se neste processo, ainda que de forma pouco sistemática, sem resultados promissores.

Nesse período, tampouco houve resultados de importância nos outros objetivos do ICIMM. Nada se fez, concretamente, para desenvolver os trabalhos sobre o processamento de níquel, uma das prioridades do Ministério. Em algumas plantas piloto da Empresa de Mineração se alcançaram resultados mais significativos, sem que em neles o ICIMM tivesse participação alguma.

O ICIMM não estava devidamente estruturado, e tinha um baixo potencial de recursos humanos para empreender tantas tarefas prioritárias. Administrativamente, o Instituto funcionava mal e o diretor não conseguia coordenar o muito escasso pessoal técnico para colaborar na execução dos trabalhos de desenvolvimento tecnológico. Ele foi um dos especialistas que se haviam incorporado às tarefas do Ministério sem possuir vínculos ideológicos com a Revolução, mas o Che lhe ofereceu todo apoio sem exigência de condições políticas.

Deve-se ressaltar que a inexperiência em lidar com atividades de desenvolvimento tecnológico teve uma grande influência no que ocorreu no ICIMM. Independentemente das deficiências administrativas, era impossível esperar resultados tecnológicos daquela magnitude com apenas dois ou três anos de trabalho.

Uma boa parte das tarefas do ICIMM teve continuidade no atual Centro de Pesquisas para a Indústria Minero-Metalúrgica (CIPIMM). A fábrica de Nicaro foi desativada como processadora de minerais lateríticos, ainda que suas importantes oficinas mecânicas tenham sido mantidas.

Penso que a ideia do Che de produzir, com recursos minerais próprios, matéria-prima para a indústria siderúrgica, pode ser ainda atual. Valeria a pena, agora que se dispõe de pesquisadores experientes, dedicar alguns esforços para retomar essa ideia e desenvolver tecnologias que nos permitissem reduzir grandes importações de ferro-gusa, criar fundos exportáveis e contribuir ao desenvolvimento da indústria sideromecânica.



## A Direção de Automatização e Eletrônica (DAE)

Em 1962 criou-se a Direção de Automatização e Eletrônica (DAE). Essa Direção, além de suas funções metodológicas e de realização de estudos prospectivos, tinha objetivos e exercia atividades próprias de um instituto, com orientação setorial. Posteriormente, transformou-se no Centro de Automatização Industrial (CAI) – outra das linhas estratégicas promovidas pelo Che -, e desempenhou um papel pioneiro neste campo, de modo particular, ao contribuir para a formação, na Escola de Automatização, dos primeiros técnicos de nível médio e superior especializados em controle automático em nosso país.

Em 1963, foram atribuídas a essa Direção tarefas que lhe permitiram fortalecer seu potencial humano e material e, ao mesmo tempo, fazer contribuições práticas à Indústria. Por indicação do Che, iniciaram-se atividades de estudos, reparação e manutenção de todos os meios de controle industriais que existiam no país. Também atuou na preparação de pessoal técnico que formaria a base para iniciar estudos concretos de automatização em distintos setores industriais. Também se iniciaram os estudos sobre a possível instalação, no curto prazo, de fábricas de componentes eletrônicos (Guevara 1966b, p.589).

Nesse mesmo ano, a Empresa Consolidada de Equipamentos Elétricos foi orientada a desenvolver produtos eletrônicos, contando com a perspectiva de uma rápida instalação de indústrias desse tipo em Cuba.

Em 1964 e 1965, as atividades da DAE foram mais precisas e de maior alcance, entre elas (Guevara 1966e, p. 610 e Guevara 1966e, p. 638):

- Começar estudos concretos sobre a Automatização da indústria açucareira, a partir de esquemas simples e, posteriormente, estabelecer controles pneumáticos e hidráulicos nessa indústria.
- Preparar as condições para o estudo aprofundado do estabelecimento de uma indústria eletrônica desenvolvida.
- Dirigir a Escola de Automatização.

Em suas conclusões sobre o informe do Vice ministério de Desenvolvimento Técnico, Che reforçou as tarefas para a DAE, indicando que esta deveria iniciar um novo rumo no trabalho: o desenvolvimento de computadores e componentes, assim como o desenvolvimento de todo o campo da automatização na esfera econômica e administrativa – uma das ideias



básicas para eliminar a burocracia -, bem como desenvolver um plano de automatização das indústrias com base em nossas possibilidades.

Observe-se novamente como se busca conjugar as tarefas de solução imediata com os trabalhos e estudos prospectivos. Esta era uma das características básicas das orientações colocadas pelo Che às unidades encarregadas do desenvolvimento científico e técnico, e era a tônica geral que se imprimia às distintas atividades a serem realizadas pelo Ministério de Indústrias. Por outra parte, uma vez mais, fica evidente a ansiedade do Che por “queimar etapas”, querendo avançar muito mais do que parecia possível.

O diretor selecionado inicialmente para esta Direção tinha um mestrado em Engenharia Elétrica numa importante universidade norte americana. Ele foi também um dos quadros técnico que ficaram em Cuba, sem formação política, mas disposto a colaborar com a Revolução. Eu reconhecia que ele tinha conhecimentos técnicos suficientes para enfrentar as tarefas que lhe foram assignadas, mas tanto suas concepções de trabalho, assim como a conjugação das tarefas imediatas e perspectivas, careciam de objetividade e solidez; ademais, faltava-lhe capacidade gerencial. Seu trabalho como dirigente era débil, ainda que alguns trabalhos importantes tenham sido realizados, principalmente devido à abordagem e ao esforço de um especialista checoslovaco que realizou alguns estudos prospectivos muito interessantes e úteis.

O Che estava muito insatisfeito com o trabalho desenvolvido pela DAE. Em sua opinião, a Direção não havia realizado nada novo e não era capaz de organizar o que já existia. Desenvolver o campo de Automatização era outro dos sonhos dourados do Che que não mostrava resultados tangíveis.

Devido a estas circunstâncias, o diretor substituído, ficando como especialista na própria DAE. Seu substituto havia realizado um bom trabalho dentro da Direção de Capacitação. Ele havia iniciado os estudos de Medicina, que abandonou para incorporar-se às lutas revolucionárias. Tinha um bom sentido de organização e de gerenciamento, o que mais se necessitava naqueles momentos. Imediatamente, as lutas internas foram superadas e trabalhos da Direção se desenvolveram de forma adequada.

### **O Instituto Cubano de Desenvolvimento de Maquinaria (ICDM)**



O ICDM foi criado em 1963 com o objetivo de apoiar o desenvolvimento da indústria mecânica, fortalecendo as atividades para a criação da base industrial do país. Entre as orientações para esse ano (Guevara 1966b, p.589), Che destacou o desenvolvimento de um projeto de fabricação de peças de reposição elaborado por um grupo de assessores soviéticos, além das atividades de controle para o melhor aproveitamento das máquinas-ferramenta do organismo. Estas tarefas estavam vinculadas diretamente à atividade produtiva, foco de atenção, manifestada em forma diversa em todos os centros de investigação do Ministério. Aproveitava, também, o forte grupo de 22 especialistas soviéticos nas questões de fabricação de peças de reposição e sua planificação.

Pode chamar a atenção, no contexto atual, o fato de essas tarefas serem tratadas de forma centralizada. Deve-se levar em conta que, ainda que se criavam novas capacidades em oficinas mecânicas e cursos de capacitação nas diferentes áreas, a experiência das empresas quanto aos tipos de peças necessárias, como e onde produzi-las, era muito escassa. Por isso, tratava-se de elaborar um plano geral de produção de peças de reposição, considerando as prioridades e possibilidades oferecidas pela experiência da assistência técnica disponível, ao mesmo tempo em que se desenvolviam tecnologias para fabricá-las. Essa era uma tarefa complexa para um instituto que apenas iniciava suas atividades, mas era um desafio que permitia ao ICDM ganhar experiência para projetos ulteriores.

Para 1964 (GUEVARA 1966e, p. 612), Che confirmou os propósitos relacionados às peças de reposição e também atribuiu ao ICDM a responsabilidade de articular-se com o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA) para o desenvolvimento de maquinaria agrícola. As responsabilidades do Instituto aumentavam. Para 1965, destacaram-se, entre outras prioridades, o fortalecimento das atividades relativas às peças de reposição, a continuidade dos trabalhos relacionados à maquinaria agrícola para a cana e o kenaf, assim como a colaboração em um estudo sobre o desenvolvimento perspectivo do Setor Mecânico.

O ICDM marcou uma etapa importante no desenvolvimento da construção de maquinaria em Cuba. Apesar das limitações de todo tipo, foi possível avançar técnica e organizativamente. O Plano de peças de reposição, ainda que elaborado e executado no quadro de uma grande inexperiência, contribuiu para a solução gradual de problemas no setor. Iniciou-se o desenvolvimento de protótipos de cortadoras de cana mais avançadas e foram



instalados os primeiros centros de colheita e armazenamento<sup>3</sup> de cana-de-açúcar, que contribuíram posteriormente para aumentar a qualidade da cana recolhida e para a eficiência da produção. Estas não foram as máquinas definitivas, porém abriram caminhos promissores. Esse esforço permitiu, sobretudo, formar pessoal e ganhar uma experiência de grande valor para o avanço da indústria mecânica.

Che, analisando o trabalho do Instituto, ressaltou que se notava um avanço sustentável, o que permitia desenvolver atividades de maior envergadura. Nesse sentido, orientou que se trabalhasse também em processos vinculados à indústria química. (Vice ministério para o Desenvolvimento Técnico 1964, p. 142 e Guevara 1966h, p. 96).

Para dirigir o ICDM foi designado um jovem especialista uruguaio, que era assessor do Vice-ministro para a Indústria Básica no que se referia à indústria mecânica. Seu trabalho foi sério e constante, e seus resultados se mostravam no avanço do ICDM.

Mais tarde as funções e tarefas do ICDM se incorporaram a distintas entidades do Ministério da indústria Sideromecânica, criado no final da década de 1970.

### **O Instituto Cubano de Pesquisas dos Derivados da Cana-de-Açúcar (ICIDCA)**

O Instituto Cubano de Pesquisas dos Derivados da cana-de-açúcar (ICIDCA) foi outro instituto criado em 1963, em correspondência com as linhas estratégicas do Ministério. Che afirmava que o futuro da indústria açucareira dependia de que os derivados da cana-de-açúcar se convertessem em seu produto principal, ficando o açúcar como um subproduto.

O ICIDCA ocupou as instalações do anterior Instituto Cubano de Pesquisas Tecnológicas, uma instituição criada antes da Revolução, sob auspícios norte-americanos, para apoiar – deliberadamente - um débil desenvolvimento da indústria nacional-, cujas possibilidades de obter resultados eram muito escassas<sup>4</sup>.

Seu primeiro Diretor foi um valiosíssimo engenheiro químico, de elevados conhecimentos científicos e técnicos, ainda que sem vocação administrativa. A tarefa inicial foi muito complexa, modificar as linhas de trabalho do antigo ICIT, que, em muitos casos não

---

<sup>3</sup> Centros de limpeza em seco da cana de açúcar, onde, com ventiladores de grande porte se logra separar cerca de 70% das folhas, buscando menor volume de matérias estranhas na fábrica e maior rendimento industrial. Atualmente Cuba conta com 680 unidades, em todas as empresas açucareiras do país (Comunicação verbal do Lic. Tirso Sáenz Coopat, presidente da ATAC, 2002 - 2009).

<sup>4</sup> Para uma análise mais detalhada do antigo ICIT, ver Sáenz e García Capote (1989): *op.cit.*



correspondiam às prioridades do novo Instituto. Esse diretor compreendeu, depois de poucos meses à frente da instituição, que ele não reunia os requisitos administrativos para ocupar o cargo, preferindo voltar a seu antigo cargo de professor. Depois de sua saída do ICIDCA, foi um brilhante professor e pesquisador no Instituto Superior Politécnico “José Antonio Echeverría”<sup>5</sup>, na cidade de Havana, onde alcançou altas honras, reconhecimentos e condecorações. Nesse Instituto, a cátedra açucareira leva seu nome.

Foi então designado para dirigir o ICIDCA um jovem engenheiro químico, formado numa importante universidade norte-americana. Ele foi também um dos técnicos que ficaram em Cuba, ainda que em seu caso particular, desde o início, mostrou uma definida posição de apoio à Revolução.

O novo diretor deu um impulso notável ao instituto. Ele e eu, com nossa formação de engenheiros químicos, havíamos discutido muito sobre a necessidade de incorporar os centros de pesquisa tecnológica, áreas de desenvolvimento tecnológico experimental: plantas pilotos e oficinas de protótipos, além de equipamentos de engenharia, que deram uma forma mais acabada, próxima à produção das tecnologias que foram desenvolvidas. Além disso, deveriam iniciar-se os estudos de factibilidade técnico-econômica de novos processos ou produtos, questões que não eram bem compreendidas naquela época.

No ICIDCA ele teve a possibilidade de materializar esta filosofia de trabalho. O desenvolvimento experimental, a engenherização e a avaliação técnico-econômica de projetos foram incorporados. Colocava-se em prática uma novidade para um instituto: uma área de avaliação técnico-econômica e outra de engenharia, as quais trabalhavam com equipes *ad hoc* para o desenvolvimento final de projetos.

Com o objetivo de estabelecer a necessária base científica e tecnológica, Che insistiu sobre as linhas perspectivas:

...o futuro do ICIDCA está na ênfase cada vez mais crescente dos processos de fermentações que permitam ao instituto ter uma tecnologia avançada neste aspecto. (...) temos que concentrar os esforços para capacitar quadros neste aspecto. (Guevara, 1966i, p. 101).

As primeiras orientações dadas pelo Che ao ICIDCA para 1963 foram: organizar-se perfeitamente; estudar os problemas relacionados aos derivados da cana; articular com os distintos organismos relacionados com esta gramínea e prestar particular atenção ao estudo de

---

<sup>5</sup> Actualmente denominada Universidad Tecnológica de La Habana



novas técnicas de fermentação. Apesar da importância que concedia a essa linha de desenvolvimento, Che colocou que as tarefas deveriam ser realizadas com calma.

Com base em tais indicações, para 1964 (GUEVARA 1966e. p. 612) foram hierarquizadas as seguintes linhas de trabalho: alfa-celulose, matéria-prima que se importava para a produção de rayon<sup>6</sup>; dextrana, para uso clínico e industrial; refinação de cera de cachaça para substituir importações e transformar-se em um possível produto de exportação; fermento torula para a alimentação do gado e carvão ativado para diversos usos industriais.

Quanto ao alfa-celulose a partir do bagaço da cana, trabalhou-se na seleção e adaptação, em escala de micro planta piloto, de uma tecnologia que indicava preliminarmente a possibilidade real de produzi-la em escala industrial.

No caso da dextrana, a planta na Central “Espana Republicana” fora abandonada sem documentação por uma empresa norte-americana. O ICIDCA a restabeleceu com o apoio de especialistas da RDA, assistência técnica que foi muito bem aproveitada. A planta piloto construída por esse instituto conseguiu produzir, em 1964, 41,1 toneladas, ainda que fosse necessário continuar os trabalhos de desenvolvimento.

Para a refinação da cera de cachaça, com assessoria de um especialista muito qualificado da RDA, foram realizados trabalhos experimentais em pequena escala, os quais deveriam ter continuidade e serem ampliados até alcançar a tecnologia adequada para sua projeção industrial.

No caso do fermento Torula, intensificou-se o trabalho de pesquisa em nível de laboratório e de micro planta. Com base nos resultados iniciais, fez-se um trabalho conjunto com a Empresa Consolidada do açúcar para o projeto e construção de uma planta piloto em uma usina açucareira.

Quanto ao carvão ativado, os trabalhos de pesquisa se concentraram, numa primeira etapa, na possibilidade do uso do pó de bagaço da cana como matéria-prima, prevendo-se a construção de uma planta piloto para continuar as atividades de desenvolvimento.

O avanço do ICIDCA nos primeiros anos foi notável. Che sentiu-se muito satisfeito com os resultados obtidos e avaliou muito positivamente o trabalho realizado. Este instituto ainda se mantém muito ativo no campo da indústria açucareira.

---

<sup>6</sup> O uso mais importante do rayon naqueles momentos era para a produção de pneumáticos.



## O Instituto Cubano para o Desenvolvimento da Indústria Química (ICDIQ)

Visando o desenvolvimento de tecnologias autóctones, em 1963 foram criados o Instituto Cubano de Desenvolvimento da Indústria Química (ICDIQ) e o Instituto Cubano de Pesquisas Tecnológicas (ICIT). Esses institutos foram dotados de uma base própria de construção de protótipos, plantas piloto e equipamentos tecnológicos, mostrando uma visão adiantada para Cuba – como foi indicado no ICIDCA – sobre a importância do escalonamento nos processos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

O ICDIQ tinha, entre suas atividades fundamentais, trabalhar em um esquema de desenvolvimento futuro da indústria química; gerar tecnologias próprias, e assegurar a projeção, execução e utilização das plantas derivadas dessas tecnologias, incluindo a fabricação de parte do seu equipamento (GUEVARA 1966b, p. 612).

Este instituto foi concebido com uma estrutura que incluía os laboratórios de pesquisa, as plantas piloto; as oficinas de protótipos e de construção de equipamentos e maquinaria; as áreas de Engenharia de projetos e uma equipe de construção e montagem para as fábricas decorrentes das tecnologias desenvolvidas. Fez-se uma inversão considerável para a época.

Para o Che, a química e a eletrônica eram elementos vitais para o desenvolvimento industrial e econômico de um país. Em 1964, ele colocava que:

(...) não podemos esquecer que somos um país atrasado que tem de desenvolver a química, que é uma mais dentro das coisas que estão atrasadas. Que o ICDIQ se criou para desenvolver a indústria química... Que no momento este instituto no deve ser nada mais que o criador de tecnologias e construtor das fábricas de acordo com sua tecnologia, isto é, desenvolvendo os aparatos e equipamentos necessários. E há de ser também o organismo investidor, quanto a novas plantas (GUEVARA, 1966j, p.98).

Estas palavras do Che refletiam a importância estratégica que ele atribuía ao desenvolvimento da indústria química e a intenção de que este se realizasse de forma relativamente independente dos processos de construção de outras indústrias.

Eu estava de pleno acordo com o Che quanto à concepção organizativa do ICDIQ e aos dois primeiros pontos colocados por ele. No entanto, eu acreditava, assim como muitos companheiros dirigentes do Ministério, que o diretor, mesmo dispondo de indubitáveis conhecimentos técnicos, atuava frequentemente com uma ousadia irresponsável, desenvolvendo “no cheiro”, sem claros princípios tecnológicos e estabelecendo prazos impossíveis de serem cumpridos tecnologicamente.



Era possível compreender a posição do Che. Ansioso como estava por impulsionar o desenvolvimento industrial, dava todo o apoio solicitado para tarefas propostas em áreas prioritárias, quando lhe asseguravam que podiam ser realizadas. Assim como estimulava a classe operária a buscar ideias novas e oferecer soluções para os problemas do país, também tratava de estimular o pessoal de alto nível técnico.

No caso do diretor do ICDIQ, esse estímulo se justificava, especialmente considerando a importância dos empreendimentos que ele propunha, dirigidos fundamentalmente à melhoria da saúde em Cuba<sup>7</sup>. Sua obra principal nesta Direção foi o projeto e construção de uma planta de antibióticos de diversos tipos, tomando como base as instalações existentes de uma planta de fermento para a fabricação de pães. Projetar e construir uma planta de antibióticos com tecnologia própria, a poucos anos do triunfo da Revolução, em um país que impulsionava prioritariamente a saúde pública, despertava sem dúvidas, um grande interesse. Daí todo o apoio obtido, recebendo todos os recursos que solicitou.

A planta resultou num verdadeiro fiasco. Não se produziu nem uma grama de antibióticos. Depois de muitos esforços inúteis, voltou a ser o que era anteriormente: uma planta produtora de fermento para pães.

Apesar dos péssimos resultados obtidos pelo ICDIQ, é importante recordar que a ideia de estruturar integralmente todos os elementos essenciais dos processos de inovação - laboratórios, oficinas de protótipos, plantas pilotos, a construção montagem - era válida. Essa concepção voltaria a predominar, anos depois, com sucesso, no processo integral de pesquisa-desenvolvimento-produção para a indústria de fármacos de origem biotecnológica. (SÁENZ, 2005).

### **O Instituto Cubano de Pesquisas Tecnológicas (ICIT)**

Ainda que com o mesmo nome, este instituto não era uma simples continuidade do ICIT da década dos 50s. Agora ele se organizava em bases distintas. Desde o princípio, segundo as orientações do Che, o novo ICIT foi orientado para o desenvolvimento de tecnologias baseadas, fundamentalmente, em matérias primas de origem vegetal e em subprodutos industriais. A ideia central era criar uma vinculação de desenvolvimento mais

---

<sup>7</sup> Como as plantas de antibióticos, soros e esteroides, todas elas colocadas nas tarefas do instituto.



estreita entre a agricultura - considerada naqueles momentos como pilar fundamental da economia - e a indústria.

Por outra parte, e, em sentido adicional ao estrito trabalho de pesquisa agrícola-industrial, Che havia destacado em diferentes reuniões de trabalho a importância de introduzir gradualmente na prática agrícola de nosso país os métodos de Direção industriais - geralmente mais avançados em relação aos usados na agricultura - mediante uma vinculação mais orgânica de ambos os setores, entre outras vias, antecipando a ideia dos futuros complexos agroindustriais. Já em 1963, ele havia indicado como prioridade as pesquisas sobre diferentes cultivos.

Partindo-se do zero, iniciou-se a construção dos laboratórios, das plantas piloto e das oficinas. A inclusão dos elementos de desenvolvimento experimental, essencial para poder alcançar os objetivos colocados para a instituição, foi feita pelo primeiro diretor, mas os recursos humanos qualificados eram exíguos.

Quando o diretor foi transferido para dirigir o ICIDCA, não havia candidatos de nível técnico disponíveis para dirigir o ICIT. Propus então ao Che o nome de um companheiro, de quem eu tinha uma magnífica opinião desde que trabalhamos juntos no ICP. Como já explicamos, ante à falta de pessoal capacitado, havia que utilizar companheiros sem preparação técnica, mas com capacidade de direção e entusiasmo para dirigir centros de pesquisa. O novo diretor, apesar de estar enfermo, fez um trabalho intenso, prestando grande atenção à Estação Experimental “Ciro Redondo”<sup>8</sup>, vinculada ao ICIT. Dela nos ocuparemos mais adiante.

Lembro-me de que, no final de 1963, em uma reunião sobre o trabalho do ICIT, o diretor perguntou ao Che, qual seria, em sua opinião, a visão de futuro deste instituto. Che meditou por um momento e disse: um *ponto no horizonte: o comunismo*.

Durante algum tempo, pensei que o Che havia respondido jocosamente à pergunta, o que não era habitual nele. Depois compreendi sua profundidade. Ele não podia, logicamente, dar uma orientação científico-técnica além das que havia dado. Nossa responsabilidade era buscar essa estratégia e a propor. Se se encontrava uma solução adequada e se trabalhava de forma consequente sobre ela, o objetivo a longo prazo do ICIT seria contribuir ao desenvolvimento de uma sociedade comunista, na acepção marxista da palavra. Isso era o que ele queria dizer.

---

<sup>8</sup> Localizada no município de Jovellanos, província de Matanzas.



### **A Estação Experimental “Ciro Redondo” (ver Sáenz 2004)**

Esta estação, vinculada ao ICIT, tinha um carácter especial. Nela se conjugavam as atividades experimentais agropecuárias com as de desenvolvimento dos produtos agrícolas com fins industriais. Realizavam-se ensaios e se aplicavam métodos de organização do trabalho, dos salários e de estimulação, tomando como critérios os resultados do trabalho agrícola de cada trabalhador (produtividade, qualidade) assim como a capacitação individual, combinando formas de estímulo individual e coletivo.

“Ciro Redondo” foi uma das primeiras unidades com objetivo de experimentação criado pelo Che. Em 1961, ele havia dado instruções para que se seleccionasse uma chácara para esses fins, que não estivesse em muito boas condições, para que não se diminuíssem as áreas efetivas de cultivo do então Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA). Assim apareceu, em Jovellanos<sup>9</sup>, a chácara chamada “Maria Luisa”

Em janeiro de 1962 foram selecionados os primeiros 165 trabalhadores procedentes da Escola de Superação do Exército Rebelde e da guarda do Ministério de Indústrias. Quase todos haviam pertencido à Coluna do Che durante a guerra; eram de origem camponesa e possuíam um elevado espírito de trabalho e sacrifício, embora, na quase totalidade, tivessem um grau de escolaridade muito baixo.

A tarefa de resgatar aquele pedregal e colocar seus primeiros 200 hectares produzindo, em um ano, com escassos recursos mecânicos, exigiu um grande esforço do grupo inicial de trabalhadores que, depois de intensas jornadas de trabalho deviam dedicar horas adicionais ao estudo.

Dois anos depois, em 1964 (Guevara 1966d, p. 611), ao precisar os objetivos do ICIT e, em particular, desta unidade, Che destacou que a tarefa fundamental era a agricultura como base para o desenvolvimento industrial e a ciência botânica.

A referência do Che à Botânica evidencia o carácter científico que ele queria imprimir nas pesquisas agrícolas. A articulação com os conhecimentos básicos da agricultura se estabeleceu com a então chamada Estação Experimental Agronômica de Santiago de Las Vegas<sup>10</sup> e, em particular, com os destacados pesquisadores cubanos Juan Tomás Roig e Julián Acuña Galé.

---

<sup>9</sup> Na província de Matanzas.

<sup>10</sup> Hoje sede do Instituto de Pesquisas Fundamentais em Agricultura Tropical “Alejandro de Humboldt” (INIFAT)



As terras cultiváveis da unidade foram dedicadas fundamentalmente às tarefas de experimentação, extensão ou aclimatação de variedades vegetais de interesse industrial, em duas linhas principais: fibras têxteis - entre elas o rami e o kenaf - e oleaginosas, como o amendoim e a gergelim, para a indústria alimentícia; ou de aplicação em perfumaria e outras indústrias; e o tung e o cartamo para a fabricação de tintas.

Isso dá uma ideia de como começam a se estabelecer na prática algumas das concepções do Che. Fomentou-se uma base experimental agropecuária própria, com vistas ao desenvolvimento de tecnologias de cultivos que servissem de matéria-prima para a indústria e, ao mesmo tempo, encaminhou-se para o desenvolvimento de tecnologias de processamento dos mesmos, ou seja, foram buscados verdadeiros pacotes tecnológicos integrais, que poderiam contribuir ao incremento da cooperação e da integração intersetorial, mediante uma maior utilização de nossos recursos naturais.

Foi-se criando um potencial científico-técnico nesta esfera o qual, ainda que pequeno, abria novos caminhos e impulsionava o desenvolvimento ulterior da agroindústria.

Apesar das limitações em termos de recursos, das necessidades urgentes da produção e da falta de experiência de todo o coletivo, foram se perfilando os elos necessários na atividade de pesquisa-desenvolvimento: laboratórios de pesquisa e de serviços, áreas de extensão agrícola e plantas piloto e ações coordenadas com a indústria. Nessas ações observam-se passos iniciais do que hoje chamaríamos de planejamento a ciclo completo dos processos de inovação tecnológica.

Che enfatizou a necessidade de utilizar a experiência internacional em cultivos tropicais e seu aproveitamento no âmbito da Estação Experimental. Para tal, em 1963 e em 1964 foram realizadas missões ao Brasil, lideradas por Guillermo Cid, para visitar centros experimentais, trazer variedades agrícolas de interesse e estabelecer bases para a cooperação. A última missão coincidiu com o golpe militar que destituiu o presidente Goulart, dando início à ditadura militar. Isso frustrou o seguimento dessas relações. Também, durante esses anos, uma missão de especialistas em fibras vegetais da República Popular da China colaborou na “Ciro Redondo”.

O experimento social iniciado nessa unidade sobre a organização do trabalho e dos salários foi de particular relevância. A proposta estava inserida entre os aspectos medulares do pensamento político e econômico do Che. Ele encontrou nessa estação a oportunidade de desenvolver pesquisas sobre suas ideias no setor agropecuário. Suas concepções acerca do



sistema orçamentário de financiamento, dos métodos de Direção, das formas de estimular o trabalhador, e dos fundamentos político-ideológicos dessas questões foram colocadas em prática. Ao mesmo tempo, eram objeto de uma cuidadosa, profunda e sistemática análise no Ministério, para enriquecê-las, fazer os ajustes, correções e aperfeiçoamentos necessários.

Com esses objetivos, juntamente com o Ministério do Trabalho, preparou-se um estudo que continha, em essência, os seguintes elementos:

- Uma escala salarial e um sistema de normas práticas, baseadas nas normas que eram utilizadas no setor agrícola, com determinados ajustes necessários, para as atividades vinculadas à pesquisa e ao desenvolvimento;
- De acordo com o sistema de pagamento baseado nessas normas, se as metas fossem ultrapassadas, o excedente determinava a quantidade das quotas de benefícios as quais tinham a particularidade de acumular-se em um fundo coletivo de prêmios, que era distribuído em função de determinados índices: a elevação da qualificação, o cumprimento das normas no plano de trabalho, a assistência e pontualidade no trabalho, a qualidade e o rendimento nas colheitas;
- O estabelecimento de dois tipos de prêmios associados ao fundo coletivo; entre os do primeiro tipo se encontravam as casas; entre os do segundo tipo, móveis, rádios, cavalos, etc. Os prêmios do primeiro tipo eram distribuídos entre os trabalhadores de elevada pontuação, de acordo com os índices assinalados anteriormente; os prêmios do segundo tipo eram distribuídos para aqueles que alcançavam uma pontuação média; abaixo de um determinado nível de pontuação não se tinha direito a prêmios. Os recursos do fundo podiam também ser usados para financiar obras de benefício coletivo como cinemas, círculos infantis e outros.

Essa forma de pagamento tinha o objetivo de relacionar o trabalhador com sua produtividade, com seu interesse em elevar a qualificação, assim como a desenvolver seu espírito coletivo. A recompensa individual era dada na medida em que maior fosse sua contribuição e esforço pessoal considerado integralmente, incluindo as atividades de estudo.

Che costumava visitar a granja mensalmente. Eu o acompanhava, junto com o Diretor do ICIT. Em geral, a primeira parte da visita era dedicada a discutir com o Diretor da Unidade e com Cid sobre o desenvolvimento dos projetos; depois visitávamos as construções e recorriamos a cavalo todos os cultivos. Finalmente, nos reuníamos com os trabalhadores.



Che discutia pessoalmente com todos eles, seus antigos companheiros de luta, sobre este sistema de organização do trabalho e dos salários, destacando-se a necessidade de incrementar a produção e a produtividade por meio da técnica, da superação, do esforço individual e coletivo. Destacava-se, nesse contexto, o papel do desenvolvimento da consciência social e política. Eram explicações detalhadas, expressas de maneira simples, em um ambiente fraternal entre companheiros de combate.

O ser humano e seu desenvolvimento eram parte integrante deste projeto. Desde o primeiro momento havia um professor para atender sistematicamente e com todo rigor a um contingente de trabalhadores, quase todos analfabetos ou semianalfabetos à época do triunfo da Revolução. Periodicamente, uma psicóloga atendia os casos que apresentavam dificuldades de aprendizagem ou de outro tipo. Também eram realizados exames médicos, incluindo o oftalmológico.

Do trabalho criador dos primeiros anos obteve-se a recuperação de dezenas de hectares cultiváveis, a construção de albergues, do refeitório, de armazéns, instalações para as plantas piloto, além da escola e das primeiras 21 casas a serem distribuídas segundo o sistema de prêmios estabelecido.

A superação e a formação integral daquele grupo inicial de trabalhadores, e de outros que posteriormente se incorporaram, permitiram a criação de uma importante reserva de quadros técnicos que vieram a ocupar cargos em outras áreas.

A Estação Experimental “Ciro Redondo” foi transferida, em 1965, para o Centro Nacional de Pesquisas Científicas (CENIC).

### **A Direção de Normalização, Metrologia e Controle de Qualidade**

Desde 1960, um grupo de trabalho criado na Junta Central de Planificação (JUCEPLAN) começou a dar os primeiros passos na atividade de normalização, tratando de unificar as especificações de matérias-primas para a indústria.

A Direção de Normalização, Metrologia e Controle de Qualidade foi criada no Ministério antes do Vice ministério para o Desenvolvimento Técnico. Suas tarefas eram essenciais para garantir o desenvolvimento de qualidade na produção industrial. Che destacou, ainda em 1962, que a missão principal desta Direção seria a elaboração de um sistema de normas de insumo de materiais e de qualidade por cada unidade de produto, de acordo com as



condições tecnológicas das fábricas, priorizando os produtos destinados à exportação (Guevara 1966b, p 591).

Esse trabalho era complexo, não apenas pela variedade, mas também pela interconexão que devia estabelecer com as empresas, as quais, à época, não prestavam a devida importância às questões de normalização e qualidade, dadas as enormes dificuldades que enfrentavam, a escassez de pessoal técnico qualificado, assim como a falta de visão e experiência de seus dirigentes.

Um passo importante foi a entrada de Cuba, por meio desta Direção, na Organização Internacional de Normalização (ISO), o que permitiu ao país receber informações muito importantes, além do intercâmbio de experiências com outros países.

Para o ano de 1963 deu-se prioridade ao desenvolvimento das normas técnicas e ao estabelecimento de um sistema de informações técnicas.

Para 1964, a prioridade foi, novamente, o estabelecimento de normas técnicas, além de normas de qualidade para os produtos de exportação.

Che determinou também que o plano piloto de metrologia, já iniciado, deveria buscar soluções para os problemas práticos que se apresentavam na adoção do Sistema Métrico Decimal (SMD). Em Cuba, devido à influência norte-americana em nossa economia se usava o sistema inglês de medidas. A adoção do SMD era de particular importância para, gradualmente, viabilizar o comércio e a transferência de tecnologia com os países socialistas, assim como com países europeus que já empregavam este sistema. Em 1964, foi criado o Laboratório Central de Metrologia para o estabelecimento gradual de padrões nacionais de diferentes tipos de medição. Deu-se ênfase especial à calibração das balanças, a maioria das quais estava em estado lamentável. Ao mesmo tempo, em conjunto com a Direção de Capacitação, criou-se a Escola de Metrologia. Foi enviado um grupo de técnicos à URSS e à República Democrática Alemã para se prepararem nesta disciplina.

Também foi inaugurado nesse ano o Laboratório Central de Controle de Qualidade e organizados cursos para preparar pessoal nas empresas.

Ainda que o desenvolvimento da qualidade não tenha aparecido explicitamente entre as tarefas priorizadas pelo Che para o organismo, ela foi, sem dúvida, um dos aspectos em que ele mais insistiu, enfatizando seu carácter social.

Em 1964, ao presidir a delegação cubana à Assembleia Geral da UNCTAD, em Genebra, Suíça, Che visitou uma fábrica de relógios, ficando muito impressionado com as



normas e controles de qualidade ali utilizados. Em uma reunião do Conselho de Direção do Ministério, ele nos informou sobre a visita e, na discussão que seguiu, disse uma frase de grande conteúdo social e político: *A qualidade é respeito ao povo.*

Nesta expressão, o Che sintetizava seu critério de que a qualidade não é apenas um problema econômico, mas também um problema político, ideológico, social, ético e cultural, que não se pode nem se deve analisar separadamente.

O Che havia sido muito crítico sobre a falta de qualidade de muitos produtos causada, em parte, pelos problemas de obtenção das matérias-primas, mas, também pela falta de preocupação das empresas para fabricar algo melhor com os recursos disponíveis. Esses problemas decorriam da improvisação ao substituir materiais e matérias-primas submetidas ao bloqueio, assim como à indolência e falta de interesse de dirigentes e técnicos das empresas.

Em 1964, Che deu orientações concretas para que o Departamento de Controle de Qualidade fizesse inspeções frequentes nas fábricas e lojas comerciais para detectar problemas e que, em casos evidentemente graves, este departamento tivesse autoridade suficiente para interromper a produção. Assim o fizemos.

Pouco tempo depois, a equipe de Direção do Ministério de Comércio Interior realizou uma reunião com o Che e com a equipe do Ministério de Indústrias para mostrar a baixa qualidade de vários bens de consumo que distribuíam e que eram produzidos por nossas fábricas. Levaram amostras defeituosas de roupas, móveis e brinquedos, entre outras. Che pediu que deixassem todas essas amostras e convocou uma reunião de urgência com todas as empresas. Preparou-se uma exibição com todos esses produtos e com umas fotos tomadas pelo Departamento de Controle de Qualidade. A “descarga” foi grande, ele estava muito irritado.

Eu me senti mal, porque, mesmo não sendo essa “descarga” dirigida a minha área de trabalho, mas às empresas, senti que minha responsabilidade em atender ao controle da qualidade não tinha sido cumprida integralmente. Nossa atividade em relação à qualidade deveria enfatizar mais os aspectos educativos, além de promover um maior controle preventivo. Assim começamos a promover a criação de laboratórios de controle nas diferentes empresas.

Ainda que o Che tenha desatado uma árdua batalha para melhorar a qualidade dos produtos industriais, este é um problema ainda não solucionado satisfatoriamente, exceto nas indústrias farmacêutica - particularmente a biotecnológica -, mecânica, eletrônica e alguns



produtos de exportação, com a introdução das normas ISO e das boas práticas de laboratório e de produção, entre outras medidas. A produção de bens para o consumo interno ainda está longe de ser satisfatória. Vários fatores negativos têm influenciado na solução da melhoria da qualidade:

- A insegurança e instabilidade do fornecimento de matérias-primas e materiais;
- A necessidade de produzir, de qualquer forma, para atender à população, com o conseqüente relaxamento progressivo da disciplina tecnológica;
- A vigência, durante muitos anos, de mecanismos e critérios de planificação, quando o cumprimento do plano de produção era o elemento principal de avaliação, sem considerar aspectos qualitativos;
- Um mercado de exportação para os países membros do CAME, geralmente pouco exigente quanto às especificações qualitativas;
- A ausência de controles internos e penalidades por descumprimento de normas de qualidade;
- A conseqüente formação de uma cultura produtiva, particularmente em alguns setores, em que as normas qualitativas tornaram-se de menor importância;
- A indolência de dirigentes e complacência – sempre colocando a culpa no bloqueio.

Alguns desses fatores derivam-se de dificuldades que persistem desde o início dos trabalhos de normalização na indústria; outros se originaram em práticas e procedimentos organizativos e administrativos que não consideram a qualidade como critério básico de produção. É fato que houve avanços, mas muito menos do que o necessário. Porém, é importante destacar que buscar um nível de qualidade adequado e que corresponda às necessidades econômicas, em um contexto cada vez mais exigente e competitivo, com uma perspectiva humana e social, como propugnava o Che, continua sendo uma tarefa prioritária.

O chefe da Direção de Normas, Metrologia e Controle da Qualidade era uma pessoa séria, organizada e trabalhadora. Em meados dos anos 70, a Direção se converteu no Comitê Estatal de Normalização, subordinado ao Conselho de Ministros. Mais tarde, tornou-se a Oficina Nacional de Normalização, vinculada à Junta Central de Panificação.

### **A Direção do Plano para o Desenvolvimento Técnico**



A função principal desta Direção era colaborar, controlar, coordenar e avaliar o cumprimento do Plano para o Desenvolvimento Técnico de todo o Ministério. Para 1963, o Che orientou que se devia colaborar estreitamente com a Direção do Plano Perspectivo, de forma a ter uma visão geral das ações do Ministério, entre as quais estavam as ações de todo o Vice ministério, e traçar os esquemas de trabalho para atender às necessidades identificadas. Em 1964 deu-se início a um Plano Piloto de Desenvolvimento Técnico.

Che aspirava a que o Ministério em seu conjunto, em todas suas empresas e fábricas, alcançasse um adequado desenvolvimento científico e tecnológico. Isso tinha que resultar do trabalho dos institutos, do desenvolvimento das próprias empresas e de uma interação estreita entre esses atores. Assim, a ação do Vice ministério para o Desenvolvimento Técnico deveria ter um sentido mais global.

Devo confessar que, nos primeiros momentos de minha atuação como Vice-ministro desta área, eu não compreendi adequadamente essa visão integral. Concentrei-me, principalmente, em atender e impulsionar o surgimento dos diferentes institutos sob minha responsabilidade, o que já tomava praticamente todo meu tempo.

### **Cultura Científica e Técnica: as publicações**

Além do que era realizado por meio das atividades diretamente relacionadas à produção, à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, o Ministério tratava de criar e fortalecer uma cultura produtiva, científica, técnica, econômica e política em todos os níveis. Para isso, teve um papel importante a criação de três revistas:

- ***Nuestra Industria***, dirigida a todos os trabalhadores do Ministério. Apresentava, de forma ampla e compreensível o trabalho do organismo e as dificuldades do momento. Era uma publicação ágil e amena, com uma impressão modesta, mas agradável. A coleção de *Nuestra Indústria* é um material de referência obrigatório para quem queira fazer uma história detalhada do Ministério de Indústrias.

- ***Nuestra Indústria Económica*** era uma revista de caráter mais acadêmico, utilizada para debater os problemas econômicos de maior importância de nosso desenvolvimento. Nela o Che publicou vários artigos sobre suas ideias e conceitos teóricos sobre o Sistema Orçamentário de Financiamento. Esses artigos deram oportunidades para a



participação de outros dirigentes, como o então Ministro de Comércio Exterior e o Presidente do Banco Nacional de Cuba, os quais rebatiam os pontos de vista do Che, abrindo um debate teórico de alto nível e interesse.

Esses debates revelam um aspecto importante da personalidade do Che. Quando um participante que contestava algumas ideias do Che sobre a economia foi substituído no Ministério do Comércio Exterior, Che o convidou para como seu assessor no Ministério de Indústrias, com a função principal de continuar sendo seu oponente, seu “advogado do diabo”, no tocante ao sistema de financiamento, enfim, um assessor para contradizer ao chefe!

▪ ***Nuestra Industria Tecnológica.*** Vale a pena reproduzir *in extenso* o editorial escrito pelo Che para o primeiro número desta revista. Nele se encontra um quadro sintético de seu pensamento quanto ao processo enfrentado pela Revolução Cubana e, em particular, do desenvolvimento industrial e do papel da ciência e da tecnologia em Cuba:

(A revista) está destinada fundamentalmente a nossos técnicos e a todos aqueles companheiros trabalhadores e estudantes que se preparam (...) a assumir cargos de responsabilidade nas indústrias em que trabalham e nas que vierem a ser criadas; é também a tentativa de estabelecer uma comunicação direta, por meio da tecnologia, com todos os países do mundo (...)

A tarefa da Revolução cubana tem sido grande no curto lapso de tempo entre o primeiro de janeiro de 1959 e este mês do ano 62 em que nasce a revista. Tivemos que destruir os restos do aparato estatal anterior, lutar contra o imperialismo, resgatar todas as empresas para o povo, destruir a superestrutura completa em que se baseava a dominação do regime anterior, lutar contra o bloqueio, aceitar o êxodo contínuo de nossos melhores técnicos, no sentido científico, e criar e desenvolver os existentes, baseando-nos no entusiasmo infatigável de uns quantos pioneiros que permitiram, em cada uma dos ramos industriais do país, cumprir com o povo neste momento difícil.

A técnica cubana está finalizando sua etapa mais dura (...) que foi a de tapar buracos, tratar de fazer com que o que existia e caminhava seguisse caminhando; buscar a forma de substituir um parafuso por um arame, um solvente por outro (...) enfim, fazer maravilhas para que, pelo método de aproximações sucessivas, nossas máquinas pudessem seguir caminhando. Mas, naturalmente que este é um sistema absurdo se se pretende seguir indefinidamente nele. Já nossos técnicos estão dedicados à segunda tarefa que é a importante e fundamental neste momento: criar tecnologias adequadas para processar as matérias-primas cubanas e as que nos vêm do estrangeiro (...) e, ao mesmo tempo, estabelecer uma tecnologia adequada para fazer boas peças de reposição (...) É uma tarefa mais previsora e de maior envergadura. Tomará um tempo desenvolve-la a fundo (...). Mas ainda assim, devemos já prepararmos para entrar na terceira que é a de desenvolver tecnologias que nasçam de nosso solo, de nossas matérias-primas, de nosso ambiente cultural e de nosso desenvolvimento atual, para poder dar ao mercado cubano e ao mercado mundial, os produtos de nosso solo elaborados até o máximo permitido pela técnica, de acordo com a criatividade e a ciência de nossos próprios tecnólogos. Aspiramos sinceramente, revolucionariamente, a que o trabalho de todos converta esta revista, no menor tempo possível, na expressão de um povo que caminha rapidamente pelas amplias vias da ciência moderna para um desenvolvimento industrial avançado. (Guevara 1966k, pp. 719-722).



Esse editorial, escrito depois de três anos do triunfo da Revolução, constitui um documento programático de política industrial, científica e tecnológica. Não era pura retórica, e se converteu rapidamente em ações e medidas concretas.

### **Uma Síntese da Atividade Científico-Técnica no Ministério de Indústrias**

Entre as múltiplas facetas da atividade do Che à frente do então Ministério de Indústrias, uma das menos conhecidas e divulgadas, foi relativa ao impulso sustentado ao desenvolvimento científico e tecnológico nacional. Foram criadas instituições que abarcavam de maneira integral distintas atividades dirigidas a articular a inovação tecnológica – expressão ainda não utilizada naquela época – como parte da estratégia de desenvolvimento do organismo; fomentou-se o desenvolvimento tecnológico não apenas nessas instituições, mas também dentro das próprias empresas; dedicou-se parte importante dos escassos recursos especializados disponíveis naqueles momentos a promover a atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico; estimulou-se de maneira efetiva a participação das massas trabalhadoras na solução dos problemas práticos e perspectivas de suas fábricas; iniciou-se um forte processo investidor para criar novas capacidades industriais, modernizar as existentes e, em alguns casos, concluir a construção e colocar em atividade algumas instalações, como a conhecida façanha da planta de níquel de Moa.

Além disso, se fortaleceram as ações para desenvolver o controle da qualidade e a normalização; criando-se, inclusive no Ministério, o primeiro centro informação científico-técnica em Cuba.

A capacitação em todos os níveis se converteu em tarefa altamente priorizada, com resultados muito positivos. Che promovia a colaboração e interação com as universidades e a Academia de Ciências de Cuba. Juntos, fomos à Universidade de Havana para discutir programas de colaboração; com a Academia, iniciamos um trabalho de colaboração no campo da Geologia. Todas estas atividades foram concebidas de maneira integral e sistêmica, desde os níveis superiores até a base.

Como se pode observar neste artigo, o pensamento do Che, se caracterizava por uma visão ideológica integral de grande alcance. Suas concepções políticas, econômicas e sociais e as relacionadas com o desenvolvimento científico e tecnológico estão estreitamente vinculadas e se levaram à prática. Suas ações neste sentido se derivaram do critério de que a



formação de um Homem Novo e o desenvolvimento da ciência e a tecnologia eram os dois pilares fundamentais na criação da nova sociedade socialista.

### **Bibliografía**

GUEVARA, Ernesto. Discurso a los estudiantes de medicina y trabajadores de la salud. 19 de agosto de 1960. *Che Guevara habla a la juventud*. Pathfinder, NY., 2001, p.43.

GUEVARA, Ernesto. Resumen del discurso en el acto de graduación de *los alumnos* de la Escuela de Superación Obrera Lenin. *Revolución*, 15 de diciembre. La Habana, 1962.

GUEVARA, Ernesto. Intervención en el Seminario sobre Planificación, Argelia, 16 de julio de 1963. En *El Che en la Revolución Cubana*. t. 6. Ministerio de la Industria Azucarera, 1966a.

GUEVARA, Ernesto. Tareas Generales para 1963. En *El Che en la Revolución Cubana*. t. 6. Ministerio de la Industria Azucarera, 1966b.

GUEVARA, Ernesto. Orientaciones para 1964. En *El Che en la Revolución Cubana*. t. 6. Ministerio de la Industria Azucarera, 1966c.

GUEVARA, Ernesto. Tareas Fundamentales para 1965. En *El Che en la Revolución Cubana*. t. 6. La Habana: Ministerio de la Industria Azucarera, 1966d.

GUEVARA, Ernesto. Informe del Instituto Cubano de Recursos Minerales. En *El Che en la Revolución Cubana*. t. 6. La Habana: Ministerio de la Industria Azucarera, 1966e.

GUEVARA, Ernesto. Prólogo al libro “*La Geología de Cuba*”. En *El Che en la Revolución Cubana*. t. 6. La Habana: Ministerio de la Industria Azucarera, 1966f, pp. 741-743.

GUEVARA, Ernesto. Tareas Fundamentales para 1965. En *El Che en la Revolución Cubana*. t. 6. La Habana: Ministerio de la Industria Azucarera, 1966g.

GUEVARA, Ernesto. Informe del Instituto Cubano de Desarrollo de Maquinarias. En *El Che en la Revolución Cubana*. t. 6. La Habana: Ministerio de la Industria Azucarera, 1966h.

GUEVARA, Ernesto. Informe del Instituto Cubano de Investigaciones de los Derivados de la Caña de Azúcar. En *El Che en la Revolución Cubana*. t. 6. La Habana: Ministerio de la Industria Azucarera, 1966i.

GUEVARA, Ernesto. Informe del Instituto Cubano de para el Desarrollo de la Industria Química. E *El Che en la Revolución Cubana*. t. 6. La Habana: Ministerio de la Industria Azucarera, 1966j.

GUEVARA, Ernesto. Editorial. Nuestra Industria Tecnológica. En *El Che en la Revolución Cubana*. t. 6. La Habana: Ministerio de la Industria Azucarera, 1966k.



SÁENZ, Tirso W. & E. GARCÍA CAPOTE. Ernesto Che GUEVARA y el progreso científico-técnico en Cuba. *Conferencias y Estudios de Historia y Organización de la Ciencia, No. 17*. Centro de Estudios de Historia y Organización de la Ciencia La Habana, febrero, 1980.

SÁENZ, Tirso W. & E. GARCÍA CAPOTE (1989): *Ciencia y tecnología en Cuba. Antecedentes y desarrollo*. Editorial Ciencias Sociales. La Habana;

SAENZ, Tirso W. *O Ministro Che Guevara*. Testemunho de um colaborador. Rio de Janeiro: Edit. Garamond, 2004.

SÁENZ, Tirso W. Biotechnology for medical applications: The: Cuban experience. *Science, Technology and Society*, New Delhi, India, v. 10:2, p. 225-248, 2005.

VICEMINISTERIO PARA EL DESARROLLO TÉCNICO. Informe al Consejo de Dirección. (mimeo). Ministerio de Industrias. La Habana, 1964.

## **Che Guevara e sua Contribuição ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Cuba**

### **Resumo**

Este artigo é um testemunho do autor que, como Vice-ministro para o Desenvolvimento Técnico, pode acompanhar Ernesto Che Guevara em seus momentos como Ministro de Indústrias em Cuba, o que explica suas referências e apreciações pessoais. Pretende-se mostrar aqui as concepções e consequentes ações do Che na esfera científico-tecnológica no Ministério, bem como problemas reais encontrados e resultados obtidos.

**Palavras chave:** Desenvolvimento Tecnológico; Che Guevara; Revolução Cubana.

## **Che Guevara y su Contribución al Desarrollo Científico y Tecnológico en Cuba**

### **Resumen**

Este artículo es un testimonio del autor que, como Viceministro de Desarrollo Técnico, puede acompañar a Ernesto Che Guevara en sus momentos como Ministro de Industria en Cuba, lo que explica sus referencias y apreciaciones personales. Se pretende mostrar aquí las concepciones y las acciones consiguientes del Che en el ámbito científico-tecnológico en el Ministerio, así como los problemas reales encontrados y los resultados obtenidos.

**Palabras-clave:** Desarrollo Tecnológico; Che Guevara; Revolución Cubana.

## **Che Guevara and his Contribution to Scientific and Technological Development in Cuba**

### **Abstract**

This article is a testimony of the author who, as Deputy Minister for Technical Development, can accompany Ernesto Che Guevara in his moments as Minister of Industries in Cuba, which explains his references and personal appreciations. It is intended to show here the conceptions and consequent actions of Che in the scientific-technological sphere in the Ministry, as well as real problems found and results obtained.

**Keywords:** Technological Development; Che Guevara; Cuban Revolution.



## Apresentação ao Dossiê “Os 60 anos da Revolução Cubana e a América Latina: logros, desafios e dilemas”

Joana Salém Vasconcelos<sup>1</sup>  
Fabio Luis Barbosa dos Santos<sup>2</sup>  
Jales Dantas da Costa<sup>3</sup>

Em 1º de janeiro de 2019, a Revolução Cubana completou 60 anos. Foi e continua sendo um dos eventos políticos com maior impacto na história da América Latina contemporânea. Seu enredo extraordinário, a declaração do seu caráter socialista, sua originalidade e capacidade de expressar as contradições estruturais latino-americanas fizeram da revolução cubana um experimento único, que até hoje atrai a atenção do mundo.

Em seis décadas, o processo revolucionário admitiu diversas mudanças de rota, endurecimentos e aberturas, além de autocríticas e reinvenções. Nos espaços de convívio, trabalho ou poder, os cubanos exercitam cotidianamente a análise da sua própria história, com sagacidade, humor e ironia. Parecem estar, há 60 anos, decifrando o enigma da sua própria revolução, para assim evitar serem devorados. Os cubanos divergem entre si; mas dificilmente se desunem.

Partindo de condições periféricas e subdesenvolvidas, a transição cubana ao socialismo ainda está em curso e segue enfrentando obstáculos: do bloqueio econômico ao canto da sereia da modernização capitalista. Ao mesmo tempo, Cuba construiu sistemas

---

<sup>1</sup>Joana Salém Vasconcelos é Bacharel em História pela USP, Mestra em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP, Doutoranda em História Econômica pela USP. É autora do livro *História agrária da revolução cubana: dilemas do socialismo na periferia* (2016), co-organizadora de *Cuba no século XXI: dilemas da revolução* (2017). Participa do coletivo editorial da revista *Latin American Perspectives* (EUA).

<sup>2</sup>Fabio Luís Barbosa dos Santos é Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade Federal de São Paulo, atuando no curso de Relações Internacionais no campus Osasco. Pós-Doutor pelo centro *Genre, Travail, Mobilités, Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris* (GTM-CRESPPA). *Research Associate, Society Work and Politics Institute* (SWOP), University of the Witwatersrand, África do Sul. *Research Associate, Centre for Canadian, US & Latin American Studies, School of International Studies, Jawaharlal Nehru University*, Índia. Autor de *Para Além do PT* e *Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)*.

<sup>3</sup>Jales Dantas da Costa é Professor Adjunto no Departamento de Economia da UnB e de sua Pós-Graduação. Graduado em Ciências Econômicas pela UFSC, com Mestrado em Economia na área de Transformações do Capitalismo Contemporâneo pela mesma instituição, e Doutorado em Ciências Sociais pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (atual ELA), UnB. Coordenada o Grupo de Pesquisa Revoluções e Contrarrevoluções (CNPq).



gratuitos de saúde e educação mundialmente reconhecidos, eliminou o analfabetismo, desenvolveu excelência em pesquisas médicas, venceu doenças epidêmicas e transformou a solidariedade na essência da sua política externa. Não se pode negar que Cuba é uma sociedade igualitária encravada no continente mais desigual do mundo, presença que perturba as elites do entorno. Mas a realidade é tensa e contraditória: a ilha seguiu assombrada pelos espectros do autoritarismo, do machismo, do racismo e da LGBTfobia.

Apesar dos seus limites e fissuras, a revolução cubana entrou em idade avançada com uma coesão surpreendente. Muitos imaginaram sua derrocada final com a queda da União Soviética, há 30 anos. Por que isso não ocorreu? Explicar a longevidade da revolução cubana em um mundo tão diferente daquele que a gestou segue um quebra-cabeça para pesquisadores.

Dois fatores auxiliaram a revolução a permanecer ativa no século XXI, superando a crise do Período Especial em Tempos de Paz (1990-1998). O primeiro, interno, veio da capacidade das lideranças em preservar as conquistas sociais originárias, alimentando uma confiança política duradoura, baseada na valorização da soberania nacional. O segundo, externo, foi o advento da chamada onda progressista da América Latina. Os governos progressistas, destacadamente a Venezuela, comprometeram investimentos com Cuba, lhe dando alento e lhe ampliando o excedente. A alavancagem da China, claro, também teve seu papel. Contudo, com a crise do progressismo e o recrudescimento do imperialismo estadunidense, liderado por Donald Trump, reabriu-se o questionamento sobre os rumos da revolução e sua vulnerabilidade em um cenário hostil.

Quando convidamos pesquisadores a participar da composição desse dossiê, em comemoração dos 60 anos da revolução cubana, o cenário era de incertezas e novos debates. Propusemos que escrevessem sobre temas variados: o bloqueio econômico e a relação com Estados Unidos; os *lineamientos* de 2011 e as mudanças da organização socioeconômica da ilha; o crescimento da desigualdade social e o novo setor privado; o papel do capital estrangeiro; o problema da supercentralização política, do dogmatismo e da “velha mentalidade”; os embates da nova Constituição de 2019; as formas de propriedade estatal, privada e cooperativa; a homofobia, o machismo e o racismo; as relações Cuba/China e Cuba/América Latina; os meios de comunicação, a internet e a censura; os desafios da educação e a diversidade da cultura popular; a história do pensamento político cubano. Entre os trabalhos recebidos, selecionamos pesquisas que nos permitem acessar os dilemas, feitos e



contradições atuais da revolução cubana, na celebração do aniversário que lhe tornou “idosa”. Pretendemos, assim, oferecer análises referenciadas e documentadas, clássicas e inovadoras, que permitam expandir o conhecimento sobre a ilha no Brasil.

\*\*\*

O dossiê apresenta nove artigos inéditos, escritos por pesquisadores de diferentes universidades brasileiras e cubanas, acompanhado de um ensaio e dois clássicos. O artigo que abre o dossiê é do historiador **Elier Ramírez Cañedo**, do Instituto de História de Cuba, nos oferece a desconstrução de oito mitos sobre a relação entre Cuba e Estados Unidos, muitos dos quais culpabilizam a ilha (e seus líderes) pela confrontação com o vizinho do norte. Fazendo uso de extensa documentação primária disponível na bibliografia, o autor desmonta os mitos com telegramas, cartas e mensagens desclassificadas da correspondência diplomática, mostrando que Cuba, ao contrário do que se diz, lutou de diferentes maneiras pacíficas e dialogadas pela normalização dos seus vínculos com os EUA.

Dentro do mesmo tópico, mas mobilizando outro *corpus* bibliográfico, seguimos com o artigo dos cientistas sociais **Marcos Antonio da Silva** e **Gabriel Dourado Rocha**, que analisaram a ilegalidade o bloqueio econômico dos EUA contra Cuba, tecnicamente fundamentado nos princípios do Direito Internacional Público. Entre eles, por exemplo, a igualdade soberana entre as nações, a inadmissibilidade da intervenção nos assuntos internos dos Estados, o fomento da amizade entre os povos, a não agressão e o fortalecimento da paz universal. Também são identificados componentes do Direito Internacional que amparam atitudes da revolução denunciadas pelos EUA como argumento para retaliação, como o direito de cada povo dispor livremente de suas riquezas e recursos naturais.

Em seguida, a jornalista e socióloga **Vanessa de Souza Oliveira** apresenta um debate interessante e necessário sobre a história da internet em Cuba. Ela recupera a história da criação vanguardista de redes *web* na ilha durante os anos 1970 e problematiza ideias simplificadas sobre sua conectividade atual. Segundo Oliveira, “é importante distinguirmos desconexão global de desconexão local: Cuba claramente padece da primeira, mas é conectada domesticamente”, com mais de 5,9 milhões de cidadãos plugados. Os cubanos desenvolveram táticas de “conexão offline”, como os *paquetes* e o *Snet*, aprimorando uma circulação cultural digital de alta densidade. As iniciativas desafiam o Estado, mas com ele



pactum regras. A autora narra em detalhes a chegada do Google à ilha, apontado como uma ferramenta de *soft power* do capitalismo global, ligado ao Departamento de Estado dos EUA.

A nova Constituição cubana de 2019, outro tema sensível, foi abordada pelos juristas **Enzo Bello** e **Maria Lúcia Barbosa**, que analisaram os significados da sua aprovação na Assembleia Nacional do Poder Popular e o processo de debate público que culminou com plebiscito ratificador. O processo constituinte teria fortalecido um compromisso intergeracional entre os revolucionários e a juventude, ao utilizar métodos participativos que ampliaram o diálogo entre poder popular e partido, ecoando aspectos do novo constitucionalismo latino-americano (Venezuela, Bolívia, Equador). A cláusula pétrea da irrevogabilidade do socialismo seguiu vigente, bem como a referência a Martí, Marx e Lenin, contudo é marcante a maior legitimação da propriedade privada. O sistema confirmou o partido único e diversificou as formas de propriedade (privada, cooperativa, social, mista), mantendo o Estado como proprietário dominante e regulador.

O trabalho dos economistas **Filipe Farhat**, **Aline Miglioli** e **Carlos Cordovano** trata da influência do pensamento político de José Martí nos primeiros 30 anos da revolução, especificamente percebido em três processos: a política agrária, a reforma urbana e o primeiro plano econômico. Com uma narrativa panorâmica, os autores mostram como o conceito de *homem natural* e a essência anti-imperialista da filosofia martiana influenciaram as principais escolhas das direções revolucionárias, impulsionando a força da cubanidade e do caráter original da revolução, mesmo que tensionado pela influência soviética.

Em seguida, o jurista **Camilo Onoda Luiz Caldas** e a pedagoga **Maria do Carmo Luiz Caldas Leite** tratam da história do pensamento político-pedagógico cubano, analisando o percurso que liga intelectuais do século XIX e XX à luta pela libertação e identidade nacional. Partindo do pensamento pedagógico de Martí - “um povo de homens educados será sempre um povo de homens livres” - com seu programa de escola universal, gratuita e laica, passando por Carlos Baliño e Julio Antonio Mella, respectivos defensores da educação nas fábricas e da Universidade Popular, o texto articula precariedade educacional e condição neocolonial. A revolução de 1959 foi, evidentemente, um divisor de águas no pensamento pedagógico da ilha, massificando a escolaridade, promovendo a educação popular e a valorização do estudo dos trabalhadores. Contudo, tampouco esteve isenta de problemas, marcada por concepções pedagógicas centralizadoras e verticais, nem sempre aliadas do sentimento de liberdade.



Entrando na seara das tensões entre religiosidade popular, identidade afro-cubana e poder revolucionário, a antropóloga **Bianca Ferreira Oliveira** descreve sua experiência de campo em 2016, na qual investigou do Festival do Caribe. Criado em 1981 pela Casa do Caribe, o evento tem um percurso temático que se inclinou, ao longo dos anos, das opções militantes revolucionárias para a valorização da religiosidade afrocubana e da cultura popular. São analisadas as tensões entre revolução, religião e racismo. Nos anos 1970, a *santería* só podia ser ritualizada com autorização policial; e foi só em 1991 que os membros do Partido Comunista puderam gozar oficialmente de liberdade religiosa. Ao mesmo tempo em que Fidel Castro afirmava Cuba como “país Latino-Africano”, a autora mostra como a folclorização comercial de práticas religiosas de origem afro (ou *santurismo*, *santería* com turismo) criou, na prática, invisibilidade negra e renovação do preconceito.

O economista **Ivo Marcos Theis** e o sociólogo **Nelson Afonso Garcia Santos** se debruçam sobre a relação entre desenvolvimento territorial local e as políticas de ciência e tecnologia na revolução cubana hoje, considerando o debate sobre a (não) neutralidade da tecnologia, o papel universidades e os detentores do poder científico. O desenvolvimento local sustentável e o autofinanciamento de pequenas iniciativas econômicas são diretrizes mobilizadas pelo governo desde 2011, em diálogo com alguns parâmetros da economia solidária. Os autores explicam as mudanças de ênfase da revolução, que com o tempo vem substituindo agendas científicas mais homogêneas e verticais por projetos ligados às tecnologias ecológicas, diversificadas e territorialmente localizadas. Nesse contexto, analisam o Fórum de Ciência e Técnica e seu potencial para descentralização de “arranjos produtivos locais”, em consonância com o cooperativismo.

Já o historiador **Tiago Santos Delgado** sai um pouco de Cuba e oferece uma análise sobre a atuação da diplomacia estadunidense na Venezuela entre 2004 e 2009, baseada em documentos oficiais obtidos pelo *WikiLeaks*. O autor analisa relatórios e mensagens que comprovam diferentes laços de compromisso dos EUA com segmentos da elite venezuelana, a exemplo da ONG *Súmate*, da *Coordinadora Democrática e das Asambleas de Ciudadanos*. O texto analisa as estratégias culturais e publicitárias antichavistas financiadas pela USAID, NED e outros para deslegitimar e agredir a revolução bolivariana. Os documentos informam valores investidos, além de relatórios de espionagem sobre escolas bolivarianas e as estratégias culturais chavistas. Ainda que não trate de Cuba, o trabalho revela as táticas



estadunidenses para minar as bases do principal aliado de Cuba no continente latino-americano.

Entre os Clássicos das Ciências Sociais Latino-Americanas, contamos com um artigo de autoria do memorável poeta e filósofo **Roberto Fernandes Retamar**, de tradução inédita, que trata da trajetória pessoal e política de José Martí, de sua adolescência até a morte. Retamar explica como sua condição de exilado, viajante e jornalista contribuíram para o cosmopolitismo de José Martí, que soube enxergar Cuba desde fora, em um arco histórico amplo. Por isso, Martí interpretou melhor que ninguém a importância universal da emancipação cubana na criação de freios ao imperialismo estadunidense. Além de valorizar a veia literária de Martí, resenhando suas obras a partir de cada contexto da sua vida, Retamar explica seus conflitos e alianças com Máximo Gómez e Carlos Manuel Céspedes no preparo da guerra de 1898. Ressalta, sobretudo, seu alerta pioneiro contra o pensamento eurocêntrico e as hipocrisias do iluminismo, erguendo a bandeira inegociável da emancipação das periferias, cuja atualidade segue vigente.

Outro ensaio publicado na seção de Clássicos das Ciências Sociais Latino-Americanas é de autoria de **Tirso W. Sáenz**, cubano residente no Brasil e professor aposentado da UnB, que foi colaborador direto do Che Guevara ministro das indústrias, oferece um bonito testemunho sobre sua experiência revolucionária, retomando debates clássicos e desafiadores sobre a industrialização na periferia, a convivência com Che, as escolhas possíveis do caminho cubano e os exemplos de postura generosa do líder que cativou os jovens idealistas de todos os cantos do mundo.

Por fim, o Dossiê está acompanhado de um Ensaio e dois artigos na sessão Clássicos. O Ensaio de **Maria del Carmen Ariet García**, coordenadora do Centro de Estudos Che Guevara, retoma os diários de viagem do jovem médico argentino em formação. Conta sobre suas viagens de motocicleta pelo interior da Argentina, Chile e Peru, e depois Guatemala, México e Cuba, com objetivo de homenagear Che Guevara. O ensaio retoma os momentos decisivos da experiência desbravadora de Che, que teriam forjado suas convicções revolucionárias e seu pensamento político latino-americanista.



DOI: 10.21057/10.21057/repamv13n3.2019.26954

## Estados Unidos-Cuba: oito mitos de uma confrontação histórica\*

Recebido: 30-08-2019

Aprovado: 03-01-2020

Elier Ramírez Cañedo<sup>1</sup>

Durante um longo tempo o conflito Estados Unidos-Cuba tem sido estudado por numerosos acadêmicos no mundo, fundamentalmente dos países envolvidos. No entanto, apesar das numerosas investigações existentes sobre isso e das milhares de páginas de documentos desclassificados nos próprios Estados Unidos, ainda hoje persistem determinados mitos, sustentados pelo desconhecimento, a falta de informação, as análises superficiais e a manipulação intencional com propósitos políticos. Não são poucos os inimigos da Revolução Cubana que utilizam a tergiversação histórica como via predileta para atacar o projeto cubano dentro de uma estratégia mais ampla de guerra cultural contra o socialismo em Cuba.

O objetivo fundamental deste ensaio é oferecer os argumentos necessários para desbancar todos aqueles mitos que, ao redor do conflito Estados Unidos-Cuba, pretendem ainda em nossos dias se converterem em verdades estabelecidas. Apresentamos e analisamos apenas oito deles por considerá-los os mais importantes dada sua recorrente menção nos círculos acadêmicos estrangeiros, mas que logicamente não seriam os únicos a levar em conta.

---

\* Traduzido do original em castelhano por Tomás Servi Barcelos, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais-Estudos Comparados sobre as Américas da Universidade de Brasília (PPG-ECsA, UnB) e Raphael Lana Seabra, docente do PPG-ECsA, UnB.

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Históricas, autor do livro *La Batalla Diplomática y Política en torno a la Crisis De Octubre* e coautor de *5 Temas Polémicos Sobre Cuba*, ambos editados pela Ocean Sur. É membro do Conselho Científico do Instituto de História de Cuba e do Tribunal Nacional de Doutorados em Ciências Políticas. É membro da Academia de História de Cuba e Deputado da Assembleia Nacional do Poder Popular de Cuba. E-mail para contato: elier@palacio.cu.



**Mito 1: “A Raiz do Conflito Encontrava-se na Aliança da Revolução com a União Soviética, pois a Administração Eisenhower estava Disposta a se Entender com um Projeto Nacionalista Democrático em Cuba”**

Esta afirmação desconhece a evolução histórica do conflito Estados Unidos-Cuba, cujas primeiras expressões podem ser remontadas a fins do século XVIII, quando começou a se perfilar o que seria a essência fundamental da confrontação bilateral: hegemonia versus soberania. As fontes documentais existentes demonstram que as pretensões de anexar ou dominar Cuba estiveram presentes nos pais fundadores da nação norte-americana, inclusive desde antes da conquista da independência das Treze Colônias.

Já em 1767, Benjamin Franklin havia recomendado ao lorde William Petty II, conde de Shelburne e Secretário de Estado para assuntos coloniais da Inglaterra, fundar um assentamento em Illinois para que, diante de um possível conflito armado, servisse de ponto para descer até o golfo do México e, então, tomar Cuba ou o próprio México (Limia, 2014, p.276). Também numa data tão prematura como 1783, John Adams, segundo presidente dos Estados Unidos havia feito a seguinte declaração: “Cuba é uma extensão natural do continente norte-americano e a continuidade dos Estados Unidos ao longo desse continente torna necessária sua anexação” (Borón, 2014, p.66).

Este trabalho seria demasiado extenso se citássemos as numerosas expressões obtidas nos documentos, denominados *Founding Fathers*, fundamentalmente aqueles que depois de ocupar a presidência e a secretaria de Estado desse país, demonstraram como, desde o surgimento dessa nação a elite do poder estadunidense projetou a anexação de Cuba a seu território (Cf. Guerra, 1973). Em 1823, a chamada política da fruta madura se tornaria a pedra angular da política externa dos Estados Unidos para a maior das Antilhas. Enquanto não existiram as condições para se apoderar de Cuba, era preferível que a ilha permanecesse sob o domínio da Espanha, antes que sua soberania fosse transferida para uma nação muito mais poderosa, especialmente a Inglaterra, a rainha dos mares naqueles anos. Desta forma os Estados Unidos rechaçaram com veemência a possibilidade de uma expedição colombiano-mexicana que levara Cuba e Porto Rico à independência na década de vinte do século XIX (Cf. Ramírez Cañedo, 2012) e se negaram a reconhecer a luta dos cubanos durante os atos de independência da segunda metade do século XIX. Os Estados Unidos consideraram que estas opções políticas para Cuba poderiam também colocar em risco suas ambições sobre a Ilha.



Mesmo assim, durante a República Neocolonial burguesa, os Estados Unidos bloquearam toda a possibilidade de existência de uma burguesia nacional em Cuba. Durante o denominado governo dos 100 dias<sup>2</sup> (de fato foram 127) Washington não o reconheceu e se envolveu nas conspirações que levaram finalmente a sua queda. O governo de 100 dias não foi comunista, ainda que tenha tomado medidas importantes de assistência social, sobretudo, por inspiração de seu Secretário de Governo, Guerra e Marinha, Antonio Guiteras Holmes, mas de fato recolocou os termos das relações com os Estados Unidos e adotou posições anti-intervencionistas. Estados Unidos também fizeram todo o possível para evitar que um governo de corte burguês nacionalista, liderado pelo partido ortodoxo, dominasse o país, apoiando Fulgêncio Batista até as últimas consequências, figura representativa do mais conservador capitalismo dependente cubano. Quando a queda de Batista se tornava inexorável, a administração Eisenhower tratou, na última hora, de construir e respaldar uma terceira força para evitar que o Movimento 26 de Julho chegasse ao poder.

Assim, quando a Revolução Cubana triunfa em 1959, é verdade que a administração republicana de Dwight D. Eisenhower reconheceu – não sem certa reserva – o novo governo em 7 de janeiro, mas ao mesmo tempo foi traçada como meta fundamental evitar a consolidação da revolução social em Cuba e, com isso, que os interesses estadunidenses na Ilha fossem feridos. Daí a baixa cooperação e a animosidade que as autoridades estadunidenses mostraram aos novos líderes cubanos desde o momento do triunfo, apesar da avaliação positiva sobre as várias figuras moderadas dentro do gabinete cubano, que pensavam utilizar para evitar a radicalização do processo e conservar a Ilha na sua esfera de influência.

Eisenhower havia apoiado o ditador Fulgencio Batista desde que assumiu a presidência dos Estados Unidos, motivo pelo qual não estava em condições de se entender com a Cuba revolucionária que emergia. Por isso, a administração Eisenhower não significaria um novo desenho de política para Cuba, mas sim uma total continuidade. A própria equipe de governo que havia fracassado na busca de uma alternativa para evitar a tomada do poder por parte das forças revolucionárias era a mesma que então tinha de se entender com a Cuba de Fidel Castro. Por tal razão, os planos subversivos da potência do norte contra a Revolução Cubana

---

<sup>2</sup> O governo de 100 dias ocorreu entre setembro de 1933 e janeiro de 1934, logo após a revolução que derrubou o ditador Gerardo Machado da presidência, com insurgência de estudantes e trabalhadores. Guiteras foi um jovem estudante que fundou a União Revolucionária e assumiu funções de alto escalão no curto gabinete. Tinha simpatia pelo líder comunista Julio Antonio Mella e se identificava com o pensamento de José Martí. Foi assassinado em 1935. (Nota dos editores – N.E.)



começaram a ser planejados e executados desde os primeiros meses do ano de 1959<sup>3</sup>, especialmente pela CIA, ainda que apenas depois da aprovação da Lei de Reforma Agrária de 17 de maio, que eles se fizessem sentir com mais virulência.

Apesar da apropriação formal do “Programa de Ação encoberta contra o regime de Castro” tenha acontecido em março de 1960, a diretriz da “mudança de regime” havia sido tomada já no próprio ano de 1959. Dois altos funcionários do Departamento de Estado dos Estados Unidos, o subsecretário para Assuntos Políticos, Livingston T. Merchant, e o secretário adjunto para Assuntos Interamericanos, Roy Rubbottom, reconheceriam depois que desde junho de 1959 “havia chegado a decisão de que não era possível lograr nossos objetivos com Castro no poder”, colocando em marcha um programa que “o Departamento de Estado havia elaborado com a CIA”, cujo propósito era o de “ajustar todas as nossas ações de tal maneira que fosse acelerado o desenvolvimento de uma oposição em Cuba, que produzisse uma mudança no Governo cubano resultante num novo Governo favorável aos interesses dos E.U.A.” (Cf. Alzugaray, 2008).

“Mesmo que nossos experts em Inteligência estivessem indecisos durante alguns meses – afirmou Eisenhower em suas memórias –, os fatos gradualmente foram levando-os à conclusão de que com a chegada de Castro, o comunismo havia penetrado no Hemisfério (...). Em questão de semanas após a entrada de Castro em Havana, nós no governo começamos a examinar as medidas que poderiam ser efetivas para reprimir a Castro no caso de se converter numa ameaça” (Eisenhower, 1966, p.404).

As dúvidas que ainda poderiam restar aos Estados Unidos sobre se a radicalidade do processo revolucionário cubano ultrapassaria os limites de sua tolerância ou os “requerimentos mínimos de segurança”, como aparecia em alguns de seus documentos secretos, terminaram quando a primeira lei de Reforma Agrária em Cuba foi assinada em 17 de maio de 1959. Todas as evidências levam a pensar que a partir desse momento o governo dos Estados Unidos se convenceu de que a revolução social em Cuba era verdadeira e que esta constituía um potencial perigo para seus interesses fundamentais na Ilha e no hemisfério ocidental. No entanto, as relações entre Cuba e a URSS não haviam sido estabelecidas, nem havia sido declarado o caráter socialista da Revolução, mas o desafio cubano já era considerável, pois rompia com os moldes clássicos do controle hegemônico de Washington sobre a região. Deste

---

<sup>3</sup> As primeiras ações de hostilidade do governo dos Estados Unidos contra a Cuba revolucionária foram a hospitalidade e asilo que ofereceram aos criminosos de guerra e ladrões da ditadura de Batista, assim como a campanha midiática contra os julgamentos dos crimes de guerra, muitos dos quais foram condenados a pena capital. Os meios de comunicação dos Estados Unidos e figuras importantes dentro das estruturas de poder desse país destacaram que em Cuba estava sendo gerado um banho de sangue.



modo, uma vez que Cuba mostrou sua possibilidade de atuar como nação independente, tanto no plano interno como na política externa, numa região que os Estados Unidos consideravam seu quintal seguro, a essência do conflito Cuba-Estados Unidos chegou ao ápice de sua expressão.

Não foram, portanto, os vínculos de Cuba com a URSS a partir de fevereiro de 1960, quando foram firmados os primeiros acordos econômicos que deram origem ao conflito Estados Unidos-Cuba, como alguns autores se esforçam para tornar visível num relato pouco plausível. Como reportou o embaixador estadunidense em Havana ao Departamento de Estado, estes acordos não afetavam diretamente os interesses estadunidenses, muito pelo contrário (Alzugaray, 2012, p.141).

A verdade é que a ideia de um satélite cubano de Moscou seria o pretexto idôneo que algumas figuras mais importantes dentro da administração estadunidense buscariam para desenhar uma política mais agressiva contra a Ilha. Em 24 de novembro de 1959, o embaixador inglês nos Estados Unidos reportava a sua chancelaria:

“Eu tive que ver Allen Dulles esta manhã sobre outro assunto, e ele aproveitou a oportunidade para discutir Cuba, em uma base estritamente pessoal. Do seu ponto de vista pessoal, ele esperava significativamente que nós disséssemos que não continuaríamos com a negociação sobre os *Hunter* [referindo-se aos gestos que Cuba realizava para comprar aviões no Reino Unido]. Sua razão fundamental é que isto poderia levar a que os cubanos solicitassem armas aos soviéticos ou ao bloco soviético. Ele não havia despachado isto desde o Departamento de Estado, mas era claro que no caso da Guatemala havia sido o envio de armas soviéticas o que havia unificado os grupos de oposição e criado a situação para o que se fez” (apud Céspedes, 2012, p.212).

Firmadas as razões propagandísticas, a administração Eisenhower iniciou imediatamente um amplo espectro de políticas agressivas contra a Revolução Cubana com o objetivo de alcançar uma mudança de regime muito antes de estabelecidas a relações entre Cuba e URSS e da declaração do caráter socialista da Revolução, entre elas, a suspensão da alocação de créditos, campanhas difamatórias, violações do espaço aéreo e marítimo de Cuba, sabotagens aos objetivos econômicos da Ilha, ataques piratas, apoio da CIA à contrarrevolução interna em suas ações de sabotagem, manutenção e incitação ao banditismo, tentativas de assassinato dos líderes da Revolução, utilização da Organização dos Estados Americanos (OEA) para condenar e isolar diplomaticamente Cuba, apoio encoberto a invasão desde o exterior por elementos bastitianos alojados em Santo Domingo sob o patrocínio do ditador Trujillo entre outros atos de agressão. No entanto, logo a CIA e o Presidente chegaram à conclusão de que o único modo de “resolver” o assunto sobre Cuba era desde o assassinato



de Fidel Castro ou da invasão da Ilha<sup>4</sup>. Deste modo, desde dezembro de 1959 a CIA havia concebido um programa de formação de um exército de mercenários cubanos para invadir o país, alguns deles criminosos da ditadura batistiana. Este plano foi aprovado pelo presidente Eisenhower em março de 1960. Em 6 de julho do mesmo ano, o presidente estadunidense cancelou a quota cubana de açúcar e em 19 de outubro sua administração declarou o “embargo” parcial ao comércio, proibindo todas as exportações, exceto de alimentos e medicamentos, mesmo que a guerra econômica contra Cuba tivesse começado muito antes<sup>5</sup>. Em 3 de janeiro de 1961 o governo estadunidense o anunciou o rompimento das relações diplomáticas com Cuba e em 16 de janeiro estabeleceu as primeiras restrições das viagens dos cidadãos estadunidenses à Ilha.

Assim, a Administração Eisenhower deixou preestabelecidos os elementos essenciais que caracterizariam a política dos Estados Unidos para Cuba durante mais de meio século. As administrações subsequentes simplesmente fariam aportes menores, para que cada uma delas imprimisse sua marca particular à política orientada contra Cuba<sup>6</sup>

## **Mito 2: “Foi o Governo Revolucionário em Cuba quem Conduziu à Situação de Ruptura das Relações Diplomáticas em Janeiro de 1961”**

Em abril de 1959 Fidel viajou aos Estados Unidos – sua segunda saída ao exterior depois do triunfo da Revolução<sup>7</sup> -, não para pedir dinheiro como estavam acostumados os presidentes da república neocolonial burguesa, mas sim para explicar os rumos que a Revolução tomaria e buscar a compreensão do governo e do povo dos Estados Unidos sobre o novo momento histórico que se vivia em Cuba.

Tudo poderia ter sido menos traumático para os Estados Unidos se houvessem

---

<sup>4</sup> Num memorando datado de 11 de dezembro de 1959, o chefe da Divisão do Hemisfério Ocidental da CIA, J.C. King disse textualmente: “Analisar minuciosamente a possibilidade de eliminar Fidel Castro. (...) Muitas pessoas bem informadas consideram que a desaparecimento de Fidel aceleraria muito a queda do governo” (Castro, 2007).

<sup>5</sup> Um documento desclassificado nos Estados Unidos, datado de 26 de janeiro de 1960, onde é transcrita a versão de uma reunião entre o presidente Eisenhower, o secretário de Estado, Herter, o embaixador estadunidense em Havana, Philip Bonsal e outros funcionários, destaca: “O presidente disse que Castro começa a parecer um louco. (...) Disse que (...) deveríamos aplicar uma quarentena a Cuba. Se eles (o povo cubano) têm fomo, retirarão Castro. (...) Perguntou como Cuba poderia viver se não pudesse vender seu açúcar” (Cf. Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado, 2001, p.56-57).

<sup>6</sup> Esta administração, em particular, esforçou-se em fazer todo o possível para evitar que a mão do governo, especialmente a do presidente, aparecesse na guerra suja lançada contra Cuba, como parte do que se denominou como doutrina da “negação plausível”, noção incorporada ao Sistema de Segurança Nacional do governo dos Estados Unidos desde seu surgimento na década de 1940.

<sup>7</sup> A primeira viagem ao exterior de Fidel após o triunfo revolucionário foi à Venezuela.



respondido de maneira diferente à Revolução Cubana. A reação irada e hostil de Washington apenas conseguiu incentivar e acelerar a radicalização do processo revolucionário e a aproximação com a URSS – como desejou Allan Dulles para que servisse de pretexto para uma escalada do conflito. A classe dominante dos Estados Unidos realmente era incapaz de entender o que acontecia na Ilha e o papel de sua nova liderança. O que estava ocorrendo na maior das Antilhas afastava-se de todos os cálculos possíveis. Para eles era impossível pensar que após tantos anos de exitoso controle do hemisfério ocidental, poderia um país tão próximo se separar de seus desígnios e influências.

Diante da aceitação de Fidel a um convite da Sociedade Americana de Editores Jornalísticos para visitar Washington e falar em sua reunião anual em abril, a primeira coisa que Eisenhower fez numa reunião do Conselho Nacional de Segurança Nacional foi perguntar se não se poderia negar o visto ao líder cubano, para depois – já durante a estadia de Fidel nesse país – evadir da possibilidade de um encontro. Preferiu ir jogar golfe na Geórgia do que receber Fidel. Deixou esta missão “incômoda” em mãos do secretário de Estado Cristian Herter e do vice-presidente Richard Nixon. Este último buscou dar lições a Fidel sobre como governar Cuba e mais tarde escreveria em suas memórias que havia saído da reunião com o líder cubano convencido de que teria de derrotar o governo revolucionário da Ilha imediatamente (Nixon, 1990, p.351-352).

Quer dizer, depois de três meses do triunfo revolucionário, quando os vínculos com os soviéticos ainda não haviam sido estabelecidos, nem assinada a lei de reforma agrária e praticamente não havia sido tomada qualquer medida que afetasse substancialmente os interesses dos Estados Unidos, a administração Eisenhower se mostrava pouco cooperativa e muito mais avessa ao novo governo cubano, especialmente com Fidel Castro. Isso apesar de que o líder cubano buscar um modo de não provocar uma ruptura abrupta com Washington, embora advertisse aos vizinhos do norte em cada discurso que as coisas seriam diferentes, pois em Cuba existia, pela primeira vez, absoluta independência e soberania.

Por outro lado, as nacionalizações de propriedades estadunidenses nos anos 1959 e 1960 não foram uma provocação deliberada de Cuba para buscar a ruptura das relações com os Estados Unidos, mas sim uma necessidade da Revolução colocada desde 1953 por Fidel, em sua famosa declaração de defesa diante dos tribunais da tirania bastitiana, *A história me absolverá*, e prevista na Constituição de 1940 (Cf. Miranda, 1996). Também foram uma resposta às agressões constantes do governo de Washington e ao cerco que começou muito



antes de ser estabelecido o bloqueio econômico, comercial e financeiro contra Cuba por ordem executiva do presidente Kennedy em fevereiro de 1962. No entanto, as nacionalizações cubanas não foram discriminatórias e Cuba esteve disposta em todo momento a negociar a indenização pelas propriedades estadunidenses expropriadas. Foi feito assim com outros países como a França, Inglaterra, Irlanda do Norte, Canadá e Espanha. Só o governo dos Estados Unidos se negou a estabelecer uma fórmula de pagamento que não fosse “rápida, adequada e efetiva”.

Em janeiro de 1961 Washington rompeu relações diplomáticas com Cuba alegando que era uma resposta às medidas hostis da Ilha, quando na realidade o governo de Eisenhower há muito tempo buscava essa ruptura. Desde fins de outubro de 1960, os Estados Unidos haviam retirado Bonsal como embaixador em Havana.

“O governo que eu representava – recordaria anos depois Bonsal – havia feito tudo o que podia para incapacitar a economia e o comércio do país onde eu estava atribuído. Era um segredo aberto que o governo ao qual eu representava estava treinando e armando rapidamente cidadãos cubanos exilados a fim de contribuir para a derrota pela força do governo com o qual eu estava mantendo aparentes relações diplomáticas. Para piorar ainda mais a situação, membros da minha equipe, credenciados frente ao governo cubano com o direito à imunidade diplomática, foram descobertos pelas autoridades cubanas em atividades que tal imunidade não deveria cobrir” (apud Alzugaray, 2012, p.213).

As evidências documentais revelam que os representantes da embaixada dos Estados Unidos que permaneceram em Havana, o Departamento de Estado e o próprio presidente Eisenhower dedicaram vários meses ao estudo da possibilidade de romper relações diplomáticas com Cuba. Apenas esperavam o momento mais oportuno para isso, preferivelmente junto à OEA, a qual deveria “solicitar” aos Estados Unidos essa ruptura, mesmo que alguns países da região se opusessem. O presidente Eisenhower chegou a afirmar que “se sentiria muito feliz se antes de 20 de janeiro pudssemos dar um passo como o rompimento das relações com o governo de Castro feito com anuência de certo número de governos latino-americanos” (apud Alzugaray, 2012, p.213).

A decisão do governo cubano em limitar o pessoal da embaixada estadunidense em Havana a 11 membros – os Estados Unidos tinham mais de 300 –, o mesmo número de funcionários que Cuba tinha em Washington, foi o pretexto que caiu como uma luva para a administração Eisenhower romper as relações diplomáticas com Cuba em 3 de janeiro de 1961 e apresentar a Ilha como agressora.



Fidel explicou ao povo e ao mundo o porquê da decisão de reduzir o pessoal diplomático dos Estados Unidos na embaixada desse país em Havana:

“A Revolução tem tido muita paciência; a Revolução tem consentido que uma praga de agentes do serviço de inteligência, disfarçados de funcionários diplomáticos da embaixada americana, tenha ficado aqui conspirando e promovendo o terrorismo. Mas o governo Revolucionário decidiu que antes de 48 horas, antes de 48 horas, a embaixada dos Estados Unidos não tenha aqui nenhum funcionário a mais do que nós temos. (...) O fato de que tivéssemos estabelecido uma ordem na expressão, serviu neste caso para descobrir o desejo do povo. Nós não íamos dizer todos os funcionários, mais sim nenhum funcionário a mais do que o número que nós temos nos Estados Unidos, que são 11. E estes senhores têm aqui mais de 300 funcionários, dos quais 80% são espiões. Se todos eles querem ir embora, então, que se vão! Eles, através da representação diplomática, introduziram aqui um verdadeiro exército de agentes conspirativos e promotores do terrorismo. Portanto, o governo revolucionário adota esta posição que expresse aqui. Não rompemos com eles, mas se querem ir, boa viagem!” (apud Valdés).

### **Mito 3: “Cuba Colocou o Mundo à Beira do Holocausto Mundial em Outubro de 1962”**

São abundantes os enfoques que ao expor e interpretar a chamada Crise dos Mísseis indicam Cuba como a principal responsável de colocar o mundo à beira do holocausto mundial. Isso responde também ao modo errôneo com que a crise foi conduzida, especialmente pela direção soviética, sendo Cuba a mais desfavorecida tanto em sua imagem internacional como na solução a que chegaram Kennedy e o premier soviético Nikita Kruschov.

A maneira com que Kruschov agiu ao gerar a crise, sem contar com a direção cubana na negociação com Kennedy sobre a retirada dos foguetes nucleares da Ilha e, pior ainda, de modo furtivo negociar a saída em troca da retirada dos mísseis nucleares estadunidenses localizados na Turquia e Itália, deixam muito a desejar sobre as verdadeiras ou fundamentais motivações que Kruschov teve no momento de propor aos cubanos a instalação dos mísseis em Cuba. O que tinham a ver os mísseis da Turquia e Itália com a defesa de Cuba? Por que não se exigiu a devolução à Maior Ilha das Antilhas do território usurpado da Base Naval de Guantánamo, o fim do bloqueio econômico ou outros aspectos que se ajustassem aos interesses da Ilha?

Nas concepções defensivas elaboradas já naquele momento por parte da alta cúpula cubana, os mísseis nucleares não estavam incluídos. Na consciência dos líderes cubanos, sua presença no território insular poderia afetar o prestígio da Revolução. Apesar disso, foi aceita a instalação dos foguetes, a partir do fato de que se cumpria com um princípio essencial de apoio internacionalista com o Campo Socialista e com a URSS em particular, cuja amizade



não levantava dúvidas, porque já a havia demonstrado muitas vezes. Devido ao fato de que a URSS sempre esteve disposta a ajudar Cuba nos momentos mais críticos, não se podia impor interesses nacionais estreitos quando os que estavam em jogo eram os interesses do campo socialista como um todo e, obviamente, vistos num sentido mais estratégico, a capacidade para defesa de Cuba.

No terreno moral, político e diplomático muito foi perdido quando os soviéticos decidiram que a instalação dos mísseis nucleares em Cuba se fizesse de modo secreto, e só o tornar público quando fosse um fato consumado, ao que os Estados Unidos claramente teriam de se resignar. O líder da Revolução Cubana defendeu em todo momento que a operação fosse feita publicamente sob o respaldo do direito internacional, pois não havia nada ilegal nisso. Mesmo que mantivesse o critério de que os soviéticos eram quem deveria tomar a decisão final, por consideração à sua grande experiência internacional e militar (Diez Acosta, 2008, p.100).

Foi apenas a posição valente e intransigente da direção cubana em se negar a qualquer tipo de inspeção do território cubano, ao impor os Cinco Pontos e impedir a todo momento que fosse pressionada, o que salvou o prestígio moral e político da Revolução naquela conjuntura e que a Ilha não foi vista como um simples peão dos soviéticos.

A famosa e tantas vezes manipulada carta de Fidel a Kruschov escrita entre a noite de 26 e a madrugada de 27 de outubro (traduzida e enviada ao líder soviético a partir da embaixada da URSS em Havana), tem sido um dos documentos mais utilizados para colocar o líder da Revolução como um “irresponsável” e até como “louco” que colocou em risco a existência humana na face da terra.

É preciso dizer que se para os Estados Unidos a crise havia começado em outubro de 1962, Cuba vivia uma crise que ameaçava sua sobrevivência como nação independente e soberana desde janeiro de 1959, enfrentando as mais dissimuladas formas de agressão do governo dos Estados Unidos, incluindo a invasão mercenária de Playa Girón em abril de 1961. A “Operação Magosta”, a mais ampla operação de guerra encoberta, elaborada e implementada pelos Estados Unidos contra outro país, aprovada pelo presidente Kennedy em novembro de 1961, deveria ser concluída com a invasão direta das forças estadunidenses na Ilha, precisamente em outubro de 1962.

A carta enviada por Fidel a Kruschov não propunha dar o primeiro golpe nuclear preventivo, senão que, em caso de se gerar a invasão a Cuba – a variante menos provável –, a



URSS não vacilaria em responder com armas nucleares, evitando cometer os mesmos erros da Segunda Guerra Mundial<sup>8</sup>, pois a invasão significava que os Estados Unidos já teria se decidido a iniciar a guerra termonuclear lançando o primeiro golpe nuclear contra o país soviético. É preciso destacar que se Fidel houvesse dominado o estado real da correlação de forças nucleares, com uma esmagadora vantagem para o lado norte-americano, esta missiva jamais teria se produzido, pois significava incitar o líder soviético a levar seu povo ao suicídio.

Trechos das cartas trocadas por ambos os líderes nesses dias de tensão, citadas muitas vezes descontextualizadas, ilustram de modo confiável a verdade histórica.

#### Mensagem de Fidel a Kruschov, 26 de outubro:

Existem duas variantes possíveis: a primeira e mais provável é o ataque aéreo contra determinados objetivos com o fim limitado de destruí-los; a segunda, menos provável, ainda que possível, é a invasão. Entendo que a realização desta variante exigiria grande quantidade de forças e é, portanto, a forma mais repulsiva de agressão, o que pode inibi-los.

(...) Se tem lugar a segunda variante e os imperialistas invadem Cuba com o fim de ocupá-la, o perigo que tal política agressiva implica para a humanidade é tão grande que depois desse fato a União Soviética não deve permitir jamais as circunstâncias nas quais os imperialistas poderiam descarregar contra ela o primeiro golpe nuclear.

Digo-lhe isto porque acredito que a agressividade dos imperialistas se faz sumamente perigosa e se eles chegam a realizar um coisa tão brutal e violadora da Lei e da moral universal, como invadir Cuba, esse seria o momento de eliminar para sempre semelhante perigo, no ato da mais legítima defesa, por dura e terrível que fosse a solução, porque não haveria outra (Ramonet, 2006, p.315-316).

#### Kruscov a Fidel em 30 de outubro:

Em seu telegrama de 27 de outubro o senhor nos propôs que fossemos os primeiros em efetivar um ataque nuclear contra o território do inimigo. O senhor, desde então, compreende a que isso levaria. Isto não seria um simples ataque, mas sim o início da guerra termonuclear.

Querido companheiro Fidel Castro, considero sua proposição como incorreta, mesmo que compreenda sua motivação (Ramonet, 2006 p.319).

#### Fidel a Kruschov em 31 de outubro:

Eu não ignorava quando as escrevi que as palavras contidas em minha carta poderiam ser mal interpretadas por você e foi assim que ocorreu, talvez porque não as leu detidamente, talvez

---

<sup>8</sup> Em 22 de junho de 1941 ocorreu o ataque surpresa nazifascista à URSS. O governo soviético possuía informações de inteligência de que tal ataque seria executado e as considerou de caráter provocativo. Devido a isso, não tomou as medidas recomendadas para este caso, com o que permitiu que o inimigo lhe acertasse um potente golpe e o controle da iniciativa estratégica durante os primeiros meses do conflito bélico. Informação tomada de Diez Acosta (2008, p.179).



pela tradução, talvez porque exige muito em poucas linhas. No entanto, não vacilei em fazê-lo. Companheiro Kruschov, você acredita que pensávamos egoicamente em nós, em nosso povo generoso disposto a se imolar, e não certamente de modo inconsciente, mas sim plenamente seguros do risco que corria? (...) Nós sabíamos, não presume que o ignorávamos, que haveríamos de ser exterminados, como insinua em sua carta, caso de estalar a guerra termonuclear. No entanto, nem por isso lhe pedimos que retirasse os projéteis, nem por isso lhe pedimos que cedesse. Acredita por acaso que desejávamos essa guerra? Mas como evitá-la se a invasão chega a acontecer? Tratava-se precisamente de que este fato era possível, de que o imperialismo bloqueava toda solução e suas exigências eram, desde nosso ponto de vista, impossíveis de serem aceitas pela URSS e por Cuba. (...) Eu entendo que uma vez desatada a agressão não se deve conceder aos agressores o privilégio de decidir, então, quando há de usar a arma nuclear. O poder destrutivo desta arma é tão grande e tal a velocidade dos meios de transporte, que o agressor pode contar a seu favor com uma considerável vantagem inicial. (...) Eu não sugeri a você, companheiro Kruschov, que a URSS fosse a agressora, porque isso seria muito mais do que incorreto, seria imoral e indigno de minha parte; mas sim de que a partir do instante em que o imperialismo atacasse Cuba e em Cuba as forças armadas da URSS destinadas a ajudar em nossa defesa em caso de ataque exterior, por tal fato os imperialistas se convertessem em agressores contra Cuba e contra a URSS, lhe fosse respondido com um golpe aniquilador. (...) Não sugeri a você, companheiro Kruschov, que em meio a crise a URSS atacasse, o que parece se retirar do que me diz em sua carta, mas sim que depois do ataque imperialista, a URSS atuaria sem vacilações e não cometeria jamais o erro de permitir circunstâncias em que os inimigos disparassem sobre ela o primeiro ataque nuclear. Nesse sentido, companheiro Kruschov, mantenho meu ponto de vista porque entendo que era uma apreciação real e justa de uma determinada situação. Você pode me convencer de que estou equivocado, mas não pode me dizer que estou equivocado sem me convencer (Ramonet, 2006, p.320-321).

Esta carta também tem sido utilizada para sustentar a versão de que diante das “propostas irracionais” do líder cubano, os soviéticos não tiveram outra saída a não ser negociar com os Estados Unidos de costas à liderança da Ilha. Tal assertiva não tem fundamento, a não ser que a decisão soviética de propor aos estadunidenses sem levar em consideração as opiniões de Cuba tenha sido tomada em Moscou já no dia 25 de outubro, quando a carta de Fidel ainda não havia sido concebida.

Um testemunho de extraordinária validade para demonstrar a inveracidade dos critérios que ressaltam que Fidel incitou Krushov a fazer o primeiro ataque nuclear preventivo contra o território estadunidense é o de Alexander I. Alexéiev, que em outubro de 1962 atuava como embaixador de Moscou em Havana e para quem o Chefe da Revolução ditou a controversa mensagem:

Na noite de 26 para 27 de outubro Fidel Castro visitou nossa embaixada e ditou o texto de uma carta para que se fizesse chegar a N. S. Kruschov. Na mesma era abordado quão tensa a situação havia se tornado e a possibilidade de um ataque estadunidense (invasão ou bombardeio) a Cuba nas próximas 24-72 horas. Fidel alertava a Kruschov sobre a perversidade dos americanos e os convocava a tomar todas as contramedidas imprescindíveis, mesmo que em honra da verdade, sem chegar a concretizá-las. Portanto, estando Fidel na embaixada, enviei uma breve criptografia em que informava sobre a possibilidade do ataque a Cuba. Um tempo antes nossos militares haviam redigido um telegrama a Moscou nos mesmos preocupantes termos. A carta de Fidel saiu para Moscou mais tarde, uma vez que foi traduzida ao russo e até



a manhã de 28 que chegou em mãos da liderança soviética, quando já havia sido adotada a decisão sobre a retirada dos projéteis. Sabe-se também que o que chegou por via telefônica do Ministro de Assuntos Exteriores da URSS a secretaria de Kruschov não foi o texto íntegro da mensagem, mas sim um resumo, motivo pelo qual foram produzidas imprecisões.

Esta mensagem gerou sérias incompreensões, uma vez que N.S. Kruschov em uma de suas cartas recomendou a Fidel por tê-lo supostamente sugerido que efetivasse um ataque nuclear preventivo contra o inimigo. A carta de Fidel foi dada a conhecer pela imprensa cubana e dela não se infere semelhante conclusão.

Fidel admite que o mal-entendido deve-se a inexatidão da tradução ou que eu não a interpretei corretamente. Gostaria de fazer constar com absoluta responsabilidade que a culpa não é nossa. A tradução da carta que ditou foi feita por outros funcionários da embaixada que conheciam bem o espanhol e o texto publicado por *Granma* é idêntico ao de nossa tradução. Pelo que se pode concluir que as censuras de Kruschov carecem de fundamentação. Na mensagem não se fazer semelhantes afirmações. Tudo pode ter ocorrido devido ao extraordinário estresse a que estava submetida a liderança soviética e ao involuntário desejo de justificar a perigosa decisão de retirar os projéteis sem o consentimento da liderança cubana.

Reitero que Fidel, então, não instou a que disparássemos um ataque nuclear preventivo, mas sim que se limitou a alertar que os estadunidenses, conhecedores de nosso apego ao princípio de não sermos os primeiros em usar as armas nucleares, poderiam empreender qualquer aventura, incluindo um ataque nuclear. Por tanto, o bombardeio dos objéteis nucleares soviéticos teria sido por si equivalente a um ataque nuclear. Em minha avaliação, Fidel não estava pensando num ataque nuclear preventivo, mas sim na necessidade em advertir aos americanos que nosso respeito ao princípio de não sermos os primeiros em utilizar as armas nucleares, não deveria ser tomado como uma garantia que os preservaria da represália. A censura de Kruschov a Fidel é assim improcedente, porque a operação que havíamos empreendido ao trasladar os projéteis a Cuba busca o objetivo de intimidar os americanos, dissuadi-los de empreender ações miliares, não de utilizar foguetes (apud Bárcena Luis, s/a, p.7-8).

#### **Mito 4: “Fidel Castro tem sido um Grande Obstáculo para uma Normalização das Relações entre Cuba e os Estados Unidos”**

Com relação a este critério que num ato de injustiça histórica coloca sobre os ombros de Fidel a responsabilidade do não entendimento entre ambos os países, os fatos e documentos históricos demonstram outra coisa. A verdade é que se houve nestes últimos mais de cinquenta anos alguém interessado em avançar em direção a um *modus vivendi* com os Estados Unidos, este foi Fidel Castro.

Quando a documentação cubana e estadunidense do período é revisada, é surpreendente a quantidade de tempo que o Comandante em Chefe dedicou durante anos a receber e conversar com congressistas e personalidades da política norte-americana. Se Fidel não acreditasse que este tipo de encontros não fosse importante para buscar um melhor entendimento entre ambos os países, não teria investido neles nem um minuto de seu preciso e limitado tempo.



Empregando a diplomacia secreta, Fidel foi o gestor de numerosas iniciativas de aproximação entre ambos os países. Através do advogado James Donovan, quem negociou com Fidel a libertação dos mercenários presos após a invasão de 1961, da jornalista Lisa Howard e de outras vias, o líder da Revolução fez chegar ao governo Kennedy uma e outra vez sua disposição de conversar em busca de um entendimento. Em agosto de 1961, Ernesto Che Guevara enviou um ramo de oliveira ao governo estadunidense num encontro realizado em Montevideu com o assessor especial de Kennedy para assuntos latino-americanos, Richard Goodwin. É impossível pensar que o Che agira por conta própria e não em comum acordo com o líder cubano. Fidel também enviou uma mensagem verbal ao já presidente Lyndon Johnson através da jornalista Lisa Howard em 1964, que dizia entre outras coisas:

Diga ao presidente (e não enfatizar isto com muita força) que espero seriamente que Cuba e os Estados Unidos possam se sentar em algum momento numa atmosfera de boa vontade e de respeito mútuo para negociar nossas diferenças. Creio que não existem áreas polêmicas entre nós que não possam ser discutir e se solucionar num ambiente de mútua compreensão. Mas, primeiro, claro que é necessário analisar nossas diferenças. Agora, considero que esta hostilidade entre Cuba e os Estados Unidos é tanto antinatural como desnecessária e que pode ser eliminada (Castro, 1964).

Até um ferrenho adversário da Revolução Cubana como Richard Nixon estendeu a mão a Fidel de maneira confidencial. Os documentos desclassificados nos Estados Unidos mostram que em 11 de março de 1969 o embaixador suíço em Havana, Alfred Fischli, depois de ter uma entrevista com Fidel, num encontro realizado com o secretário de Estado dos Estados Unidos, William P. Rogers, levou a este uma mensagem não escrita do primeiro ministro cubano em que expressava sua vontade em negociar (Diez Acosta, 2014, p.50).

Durante a administração Carter muitas foram as ações de Fidel que mostram sua disposição em melhorar as relações com os Estados Unidos. No ano de 1978, como um gesto unilateral, sem negociar com os Estados Unidos, Cuba liberou milhares de presos contrarrevolucionários, o que evidenciava um desejo da liderança cubana de reanimar o processo de normalização das relações entre ambos os países, congelado a partir da entrada de tropas cubanas na Etiópia.

“Nesse momento - recorda Robert Pastor - cheguei a conclusão de que Castro viu esta iniciativa como uma maneira de tratar de colocar as discussões sobre a normalização em marcha novamente. Não tinha a menor intenção de negociar o papel de Cuba na África em troca da normalização, mas talvez pesou que gestos positivos em direitos humanos, prioridade de Carter, seriam suficientes. Não eram.” (PASTOR, 2012, p. 246).



No ano de 1977 Carter havia apontado que a chave para avançar rumo a uma normalização das relações com Cuba eram os direitos humanos, mas em 1978 evidentemente este tema havia ficado em segundo plano frente a presença militar cubana na África e as implicações da mesma no marco do enfrentamento Leste-Oeste. Outros exemplos poderiam ser mencionados. Mas estes são mais do que suficientes para demonstrar que a postura de Fidel foi sempre a de estar na melhor disposição para o diálogo e a negociação com o vizinho do Norte. Contudo, sempre insistiu, com razão de sobra e tendo como respaldo o direito internacional e um profundo conhecimento da História de Cuba, que este diálogo ou negociação seja em condições de igualdade e de respeito mútuo, e não almeje que Cuba ceda nem um milímetro de sua soberania ou abra mão de algum de seus princípios. Esta é hoje a mesma postura – ainda que com estilo próprio – que Raul Castro manteve, como reafirmou em inúmeros discursos e intervenções públicas.

Por outro lado, como assinalam Peter Konbluh e William Leogrande, “existe evidência substancial de que Castro realmente queria relações normais com Washington” e não foram poucos os momentos em que administrações estadunidenses prometeram melhores relações em troca de gestos conciliadores de Cuba, para logo descumprir sua palavra.

“Em 1984 Washington insinuou que as concessões de Cuba em matéria de migração conduziriam a melhores relações e a um diálogo mais amplo, e logo renegou sua promessa uma vez que se firmou o acordo migratório. Em 1988, o Departamento de Estado prometeu explicitamente que a cooperação cubana nas negociações do Sul da África daria lugar a um diálogo mais amplo sobre questões bilaterais, e de novo Washington renegou sua palavra. Em 1994 Clinton prometeu a Castro que a cooperação de Cuba para colocar fim aos balseiros daria lugar a um diálogo mais amplo sobre o embargo. Cuba acabou com o problema, mas Clinton nunca cumpriu sua promessa” (Leogrande & Kornbluh, 2015, p.449).

Seis semanas depois dos anuncios de 17 de dezembro de 2014, Fidel, com a experiência de haver lidado com dez administrações estadounidenses, ratificou sua posição quanto a uma normalização das relações com os Estados Unidos. “Não confio na política dos Estados Unidos”, disse, tendo suficientes elementos de avaliação para fazer essa afirmação. Mas também expressou que, como princípio geral, respaldava “qualquer solução pacífica e negociada aos problemas entre Estados Unidos e os povos ou qualquer povo da América Latina, que não implique a força ou o emprego da força” (CASTRO, 2015, s/p).



**Mito 5: “A Normalização das Relações entre Ambos Países não foi Alcançada durante as Administrações de Gerald Ford e James Carter pois Fidel se Interessou mais no Papel de Cuba na África do que na Normalização das Relações”.**

Este enfoque disvirtua os fatos e, sobretudo, desconhece a estratégia cubana para a política exterior daqueles anos e os motivos de sua liderança histórica. Fidel jamais vinculou ambos temas. Ele conduzia o processo de normalização das relações com os Estados Unidos e o internacionalismo de Cuba na África como questões independentes. Ambas de extraordinária importância estratégica para Cuba no plano internacional. Foram os Estados Unidos os que estabeleceram essa conexão funesta. Wayne Smith, quem fora chefe da seção de interesses dos Estados Unidos em Havana durante os dois últimos anos do mandato de Carter, expressou-o de forma magistral:

Mas o fato de que Castro não houvesse dado as costas ao MPLA [Movimento Popular de Libertação de Angola, N.T.] não representa uma falta de interesse em melhorar suas relações com os Estados Unidos. De haver sido assim, o estímulo brindado pelos norte-americanos às incursões das tropas do Zaire e África do Sul também haveriam sido um indício de cinismo dos propósitos da aproximação dos Estados Unidos com Castro. Talvez ele assim o pensara, mas optou, na prática, por manter os dois assuntos separados e continuar com a aproximação, apesar do respaldo concedido pelos Estados Unidos às forças que se opunham aos amigos de Castro em Angola.

Sobre isso o destacado intelectual argentino Juan Gabriel Tokatlian também destacou há muitos anos:

Lamentavelmente Estados Unidos foi o responsável por introduzir um elemento perturbador nas relações entre ambos países: condicionou as aproximações bilaterais a temas e políticas multilaterais, isto é, multilateralizou o bilateral ou bilateralizou o multilateral. A participação cubana na Angola durante 1975 foi interpretada como um fato que impedia um entendimento construtivo entre Cuba e Estados Unidos. Se localizou este acontecimento como um fator que inibia toda aproximação positiva das partes. Isto, reiteramos, foi um erro lamentável porque colocou o conteúdo e sentido do debate bilateral em outra dimensão. E a crítica deve cair sobre os Estados Unidos, pois não foi Cuba quem esgrimitou o argumento de melhorar ou não as relações de acordo a se Estados apoiava diretamente os regimes autoritários de Haiti ou Filipinas ou armava encobertamente a África do Sul ou intervinha nos conflitos do Oriente Médio (Tokatlian, 1984, p.16-17).

Robert Pastor, que serviu como assistente para a América Latina do Conselho de Segurança Nacional na época de Carter, compreendeu a falha da estratégia estadunidense na hora de negociar com Cuba e vincular a normalização das relações à retirada das tropas cubanas na África e advertiu com grande visão da perspectiva cubana que isso faria fracassar



o processo de normalização. Em 1º de agosto de 1977, Pastor escreveu ao assessor para Assuntos de Segurança Nacional, Zbigniew Brzezinski:

Consideramos o aumento das atividades de Cuba na África como um sinal de interesse crescente por parte de Cuba com respeito a melhora das relações com os Estados Unidos, e Kissinger uniu as duas questões - a retirada de Cuba de Angola a fim de conseguir melhores relações com os Estados Unidos - só para fracassar em ambas. Existe uma relação entre as duas questões, mas se trata de uma relação inversa. Enquanto Cuba tenta normalizar relações com as principais potências capitalistas do mundo, Castro também experimenta uma necessidade psicológica igualmente forte de reafirmar suas credenciais revolucionárias internacionais. Não afetaremos o desejo de Castro de influenciar nos acontecimentos na África tratando de adormecer ou deter o processo de normalização; este é o instrumento equivocado e não terá outro efeito que não seja deter o processo de normalização e descartar a possibilidade de acumulação de influência suficiente sobre Cuba por parte dos Estados Unidos, que a longo prazo pudera incidir na tomada de decisões de Castro (PASTOR, 1981, s/p).

Ao relembrar deste importante memorando, Robert Pastor expressaria muitos anos depois:

“Meu memorando não persuadiu o gabinete, nem o Presidente. Em nossas conversas em Cuernavaca e Havana, eu segui a política do governo dos Estados Unidos mais do que a que eu havia proposto. Como nós aprendemos, minha análise era correta” (PASTOR, 2009, s/p).

Sustentar que a política de Cuba na África era mais importante que a normalização das relações com os Estados Unidos e que isso impediu a normalização, parte de um enfoque errado do assunto, ao se colocar na perspectiva da potência estadunidense confrontada a um país pequeno do terceiro mundo como Cuba, ao qual supostamente devia interessar mais que aos Estados Unidos normalizar as relações, ainda que fora ao preço de renunciar as suas credenciais revolucionárias no plano internacional, o que implicava um prejuízo a sua soberania.

Uma lógica mais equilibrada da análise nos leva a conclusão de que foi o governo dos Estados Unidos quem lhe imprimiu mais seus interesses geopolíticos confrontados a URSS – especialmente na África – que a normalização das relações com a ilha caribenha. Foram os Estados Unidos quem estabeleceram um nexo entre ambos os temas e a ordem de prioridade entre ambos os assuntos. Cuba manejou seu papel na África e o processo de normalização das relações de maneira independente e seu desejo era avançar em ambos os terrenos. Não se podia exigir que escolhera entre um ou outro assunto. Esse enfoque era simplesmente um “instrumento equivocado”, como Pastor havia advertido a Brzezinski.



“Talvez seja idealista de minha parte - expressou Fidel a Peter Tarnoff e Robert Pastor, em conversas ocorridas em dezembro de 1978 em Havana -, mas nunca aceitei as prerrogativas universais dos Estados Unidos. Nunca aceitei e nunca aceitearei a existência de leis diferentes e regras diferentes” (CASTRO, TARNOFF & PASTOR 1981, s/p).

### **Mito 6: “Cuba se Comportou como um Satélite dos Soviéticos na África e com isso Implodiu a Normalização das Relações”**

Sobre este critério, haveria que dizer primeiro que Cuba jamais subordinou seus objetivos de política externa ditados pela União Soviética. Ao contrário, em muitas ocasiões a atuação audaz e autônoma da Ilha no cenário internacional provocou a ira de Moscou. Durante os anos 60 não foram poucos os conflitos com os soviéticos devido ao apoio que Cuba brindou aos movimentos de libertação na América Latina. Um documento elaborado em 1968 por analistas do Departamento de Estado, a CIA e o Conselho de Segurança Nacional, presidido pelo subsecretário de Estado adjunto para Assuntos Interamericanos, Viron P. Vaky, concluía que Fidel não tinha intenção de “subordinar-se à disciplina e a direção soviéticas”, e que estava “cada vez mais em desacordo com seus conceitos, estratégias e teorias” (National Policy Paper, 1968, sem página *apud* Kornbluh & Leogrande, 2015, p. 146).

Sobre a presença militar cubana na África nos anos 70, em seus profundos trabalhos sobre o tema, o cuidadoso investigador ítalo-estadunidense Piero Gleijeses demonstrou - tendo como respaldo uma volumosa documentação dos arquivos mais variados do mundo -, que os cubanos enviaram suas tropas a Angola por iniciativa própria e só comunicaram depois à União Soviética. No caso da Etiópia, apesar de que houve uma cooperação estreita entre os dois governos ao longo do período que precedeu a tomada de decisão, os interesses do governo cubano para o envio de suas tropas não vieram de Moscou, senão da firme convicção dos líderes cubanos de que as medidas sociais e econômicas tomadas pela Revolução etíope eram as mais progressistas que se haviam visto nos países subdesenvolvidos, depois do triunfo da Revolução Cubana, e porque consideravam que a invasão somaliana era injustificada e criminosa e que havia sido alentada pelos Estados Unidos (Gleijeses, 2007, p.24).

Até o próprio Henry Kissinger, quem se aferrou naqueles anos à ideia de uma Cuba peão dos soviéticos na África, reconheceu depois em suas memórias que estava equivocado: “Não podíamos imaginar que [Castro] atuaria de forma tão provocadora, tão longe de seu país, a não ser que Moscou o pressionara para prestar apoio militar e econômico. As provas hoje disponíveis indicam que foi o oposto” (Kissinger *apud* Gleisejes, p.9).



Wayne Smith também pulverizou o mito de que Cuba constituía uma marionete da URSS na África:

“Sempre esteve claro para mim, e ainda o é, que Cuba não foi um satélite dos soviéticos na África. Tinha seus próprios interesses e objetivos. Penso, certamente, que teve algumas vezes o apoio dos soviéticos. Brzezinski e o Conselho de Segurança Nacional pareceram crer que Cuba estava simplesmente seguindo ordens soviéticas. Eles estavam equivocados” (SMITH, 2009, s/p).

Um estudo preparado para Carter pelo Comitê de Exame de Políticas sobre a presença soviético-cubana na África, baseando-se nas observações feitas por um informe realizado de forma coordenada pela CIA (Agência Central de Inteligência), DIA (Agência de Inteligência da Defesa), NSA (Agência de Segurança Nacional) e INR (Escritório de Inteligência e Investigação do Departamento de Estado), respalda os critérios anteriores:

“Cuba não estava envolvida unicamente na África, ou nem sequer principalmente, devido às suas relações com a URSS. Está profundamente comprometida em conseguir seus próprios objetivos ideológicos e pragmáticos no continente: a promoção da Revolução e o apoio a regimes ‘progressistas’, a expansão de sua própria influência política no Terceiro Mundo às custas do ocidente (entenda-se Estados Unidos), e o estabelecimento para si mesma de uma papel dirigente importante entre as nações em desenvolvimento” (Respuesta del memorándum de examen presidencial-36, presencia soviética-cubana en Africa, 18 de agosto de 1978).

Após ler essa avaliação, poderia surgir o questionamento sobre as razões da propaganda impulsionada pelo governo dos Estados Unidos se empenhar em apresentar a Cuba como satélite de Moscou na África. Não há dúvidas de que a administração Carter, ao ver que seus interesses hegemônicos na África corriam perigo, decidiu fazer seu o mito propagandístico de uma Cuba subordinada aos interesses soviéticos no continente africano, seguindo uma das recomendações da Agência Internacional de Comunicações dos Estados Unidos, que defendia a necessidade de “contribuir com o descrédito de Cuba como potência não alinhada, ressaltando sua relação de dependência com a União Soviética”. Outra não pode ser a conclusão ao perceber o pouco caso que Brzezinski fez nas análises e recomendações que o fizera seu assistente para a América Latina, Robert Pastor. Em memorando fechado de 19 de julho de 1979, Pastor expressou a Brzezinski:

Eu vejo as relações cubano-soviéticas como algo análogo, em certa medida, às relações de Israel com os Estados Unidos. Quase todo o mundo crê que temos uma influência todopoderosa sobre Israel (...), mas na realidade eles nos puxam mais do que nós empurramos a eles. De maneira similar, suponho que os cubanos empurram e puxam aos soviéticos para áreas



de maior risco que as que normalmente as velhas lideranças soviéticas se atreveriam a pisar. Os cubanos não são marionetes de ninguém (*apud* Gleijeses, 2015, p. 219).

Pouco tempo depois, em 21 de setembro, Pastor voltaria a insistir com seu chefe nesse critério:

“Permita-me sugerir que tentemos usar um termo que não seja ‘marionete soviético’ para referirmos aos cubanos. A palavra ‘marionete’ indica que os cubanos empreendem atividades revolucionárias porque os soviéticos lhes disseram que o façam. Esse, certamente, não é o caso” (*apud* GLEIJESES, 2015, p. 610-611).

A apresentação de Cuba como satélite dos soviéticos não foi mais que um desvio intencionado dos motivos de fundo do conflito - expressos na contradição hegemonia versus soberania -, que caiu muito bem para Washington a fim de estabelecer sua política de hostilidade para com a Ilha. A história demonstrou, pouco mais tarde, que quando desapareceram os argumentos utilizados para apresentar a Cuba como uma ameaça à "segurança nacional" dos Estados Unidos, assim que produziu a derrubada do Campo Socialista, o conflito se manteve vivo e o governo estadunidense não fez nem o menor esforço para chegar a algum entendimento com La Habana. Pelo contrário, se agudizou a agressividade para com a Ilha, revelando novamente a verdadeira essência de corte bilateral do conflito e concentrado então o foco de sua política na realidade interna da Ilha.

### **Mito 7: “A Extrema Direita Cubano-Americana Sequestrou a Política em Relação a Cuba”**

Se bem é certo que a extrema direita cubano-americana teve importantes níveis de influência no desenho e na implementação da política para Cuba e que inclusive na atualidade constitui uma força política nada desprezível - sobretudo no legislativo estadunidense -, é falso que em algum momento tenham alcançado o controle da mesma. A política dos Estados Unidos para Cuba sempre foi uma Política de Estado. O chamado *lobby* cubano-americano foi uma peça funcional aos interesses de Washington contra Cuba desde sua origem. Foi um instrumento da política, mais do que a política mesmo. Foi durante a administração de Ronald Reagan, coincidindo com o surgimento do movimento neoconservador nos Estados Unidos, que esse *lobby* alcançou maior protagonismo e nível de organicidade, com um amplo nível de acesso às estruturas de poder estadunidense e aos meios de comunicação. Esse *lobby*, que



tomou como exemplo para sua estruturação o influente e poderoso *lobby* judeu, se nucleou fundamentalmente em torno da Fundação Cubano Americana (FNCA).

Foi tal seu ativismo contra a Maior das Antilhas, que foi criada uma falsa imagem de que neles repousava a política para Cuba e que os políticos estadunidenses que se apartassem de sua linha seriam castigados, perdendo os votos de um estado tão definidor como a Flórida - um dos chamados estados pendulares ou “*Swing State Vote*”, em inglês - em eleições presidenciais fechadas. Mas o certo é que o voto cubano-americano jamais foi determinante para ganhar uma eleição do estado da Flórida. Assim o confirma o destacado investigador cubano Jesús Arboleya:

“Na realidade, a importância do voto cubano-americano foi bastante exagerada, já que apenas tem relevância no enclave miamense e nem sequer nesta região determinou o triunfo do candidato presidencial republicano em múltiplas eleições” (ARBOLEYA, 2013, p. 167).

São 5% do eleitorado da Florida e 1% do país. Tampouco nos condados floridenses onde se concentra a maioria dos votantes cubano-americanos, como Miami, Broward e Monroe, seu voto foi decisivo nas eleições presidenciais, onde sempre ganharam os candidatos democratas, sem importar o nível de preferência que tiveram entre os votantes cubano-americanos. Por tanto, a influência da extrema direita cubano-americana no sistema político norte americano nada tem a ver com o peso específico do seu eleitorado, senão pela capacidade de se imbricar no mesmo e em seus mecanismos de influência, através das próprias oportunidades que lhes foram oferecidas pelos grupos políticos dominantes da sociedade norte americana.

O caso do menino Elián González durante a administração Clinton, pôs em evidência que quando esta extrema direita cubano-americana se converte em um obstáculo para os interesses do Estado norte-americano, eles são afastados do caminho e pouco importam suas reações coléricas.

Assim mesmo, o anúncio do presidente Obama em 17 de dezembro de 2014, sobre o restabelecimento das relações diplomáticas entre Estados Unidos e Cuba, deixou deslocada uma vez mais esta extrema direita cubano-americana, demonstrando que jamais foram o rabo que mexe o cachorro. Por outro lado, sua base social se encontra cada vez mais erodida ante as posturas muito mais flexíveis em relação à Cuba das novas gerações e dos novos emigrados cubanos.



### **Mito 8: “Cuba tem sido um Problema para a ‘Segurança Nacional’ dos Estados Unidos”**

Para responder a esta assertiva, teríamos que começar fazer a seguinte pergunta: A que se faz alusão quando no discurso político norte-americano se utiliza o termo segurança ou interesse nacional? São realmente nacionais? A quem representam? O interessante neste caso, é que os Estados Unidos, mais precisamente a classe dominante dos Estados Unidos, em rigor, não defendeu, histórica e principalmente, aquilo que se entende por legítimos interesses nacionais ou de segurança nacional, senão sua hegemonia, tanto no plano doméstico como internacional.

Um pequeno livro publicado em Cuba pelo *Editorial Ciencias Sociales* em 2010, *Estados Unidos, hegemonía, seguridad nacional y cultura política*, do destacado especialista nesta temática, Jorge Hernández, oferece uma série de elementos que ampliam consideravelmente o expressado anteriormente. É oportuno citar algumas de suas reflexões:

- A hegemonia não é, como quiseram crer, ver ou até demonstrar alguns estudiosos, uma função da segurança nacional. É o contrário (HERNÁNDEZ, 2010, p. 7).
- Como função da hegemonia, a segurança nacional dos Estados Unidos opera ideologicamente em um plano duplo: em um, de legitimidade interna, e em outro, de reforço doutrinal da política exterior. Do ponto de vista externo, o conceito de realidade possui uma conotação transnacional, no sentido de que inserem-se nela os cenários do chamado Terceiro Mundo, nos quais o que os Estados Unidos defendem, em rigor, não é sua segurança nacional, senão sua hegemonia (HERNÁNDEZ, 2010, p. 45).
- O paradoxo é que o que se apresenta habitualmente como segurança nacional não o é isso, senão que se trata mais precisamente da segurança da classe dominante – ou setores dela –, manipulada como interesse comum de toda nação (HERNÁNDEZ, 2010, p. 46-47).

Por sua parte, o também destacado acadêmico cubano Luis Suárez Salazar utiliza o termo *estratégias de segurança imperial*, para distinguir estas dos interesses legítimos de segurança nacional da população estadunidense e suas autoridades, pois não são a mesma coisa. As estratégias de segurança imperial serviram até nossos dias como eixos articuladores das políticas interna e externa dos Estados Unidos e para justificar o constante fortalecimento de sua máquina burocrática-militar, do mesmo modo que seu confinamento, descolamento e utilização em diversos lugares do mundo, incluída a América Latina e o Caribe. De mesmo



modo, para tratar de garantir os expansionistas interesses geoestratégicos, geopolíticos e geoeconômicos dos grupos econômicos, sociais, ideológicos, políticos, étnicos e culturais dominantes nessa potência multidimensional. Igualmente para tratar de justificar ante a opinião pública doméstica e internacional suas ações que violam os princípios de autodeterminação dos povos e de não intervenção nos assuntos internos e externos de outros Estados consagrados na Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) e incluídas na da Organização dos Estados Americanos (OEA) (SALAZAR, 2014, p. 3-4).

Desta maneira, os Estados Unidos lançaram todas as capacidades de sua diplomacia externa com o objetivo inclusive de buscar persuadir os países da América Latina e do Caribe da necessidade de compartilhar a responsabilidade da defesa de sua “segurança nacional”, fazendo-a parecer comum para toda a região. Estados Unidos historicamente também tentaram e, em muitas ocasiões tiveram êxito, em converter os chamados inimigos de sua “segurança nacional” em supostos inimigos da “segurança hemisférica”.

Se os Estados Unidos realmente buscassem a satisfação dos legítimos “interesses nacionais” e de “segurança nacional”, há muito tempo teriam normalizado as relações com Cuba, pois paradoxalmente Cuba constitui uma garantia para os Estados Unidos em termos de segurança, em assuntos como a luta contra o terrorismo, o tráfico de pessoas, a imigração ilegal e o tráfico de drogas. No caso da política para Cuba, ainda que também para o resto da região, primou mais a lógica das *estratégias de segurança imperial*, do que de uma legítima segurança nacional.

## Referências

ALZUGARAY, Carlos. “La búsqueda de la verdad en el debate histórico: Acerca de una polémica sobre las relaciones Cuba—Estados Unidos al principio de la Revolución” in *La Jiribilla*, no. 411, La Habana, pp. 24—25.

ALZUGARAY, Carlos. *Diplomacia imperial y revolución. Estados Unidos ante la Revolución Cubana 1959—1960: Del reconocimiento reticente a la ruptura ominosa*. Texto presentado al Premio Casa de las Américas, 2012.



ARBOLEYA, Jesús. *Cuba y los cubanoamericanos*. El fenómeno migratorio cubano. Fondo Editorial Casa de las Américas: La Habana, 2013.

BÁRCENA LUIS, Antolín. El intercambio de mensajes entre Fidel Castro y N.S. Jruschov durante la Crisis de Octubre. Apuntes de un traductor a 50 años de los hechos, pp.7—8.

BORÓN. Atilio A. *América Latina en la Geopolítica Imperial*, Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 2014.

CASTRO, Fidel. “Del primer ministro Fidel Castro al presidente Lyndon B.Johnson, mensaje verbal entregado a la señorita Lisa Howard de la ABC News, el 12 de febrero de 1964, en La Habana, Cuba”, [www.gwu.edu/~nsarchiv/](http://www.gwu.edu/~nsarchiv/) (Traducción del ESTI).

\_\_\_\_\_. *Para mis compañeros de la Federación Estudiantil Universitaria*, mensaje publicado en el periódico Granma el 26 de enero de 2015.

CASTRO, Fidel, TARNOFF, Peter & PASTOR, Robert. “Memorándum de conversación (Tarnoff, Pastor, Fidel Castro), 3—4 de diciembre de 1978, La Habana” en *The Carter Administration. Policy toward Cuba: 1977—1981* (documentos desclasificados, Biblioteca del ISRI) (Traducción del ESTI), 1981.

CÉSPEDES, Alicia. *Referencias necesarias sobre Cuba—USA, 1959—1960. Un antiguo conflicto*. Editorial José Martí, La Habana, 2010.

DIEZ ACOSTA, Tomás. *Informe Final del Proyecto: La confrontación EE.UU.—Cuba en el primer mandato de Richard Nixon (1969—1972)*. Instituto de Historia de Cuba, La Habana, 2014, p.50 (inédito).

\_\_\_\_\_. *Octubre de 1962, A un paso del Holocausto*. Editora Política: La Habana, 2008.

EISENHOWER, Dwight D.. *Los años en la Casa Blanca. Haciendo la Paz, 1956—1961*. Doubleday and Co., New York, 1966.

GUERRA, Ramiro. *La expansión territorial de los Estados Unidos a expensas de España y de los países hispanoamericanos*. Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 1973.

GLEIJESES, Piero. “La causa más bonita: Cuba y África 1975—1988” en GLEIJESES, Piero, RISQUET, Jorge y REMÍREZ, Fernando (org.). *Cuba y África: Historia común de lucha y sangre*. Editorial de Ciencias Sociales: La Habana, 2007.



GLEIJESES, Piero. *Visiones de Libertad. La Habana, Washington, Pretoria y la lucha por el sur de África (1976—1991)*. Tomo I. Editorial de Ciencias Sociales: La Habana, 2015.

GLEIJESES, Piero. *Misiones en conflicto. La Habana, Washington y África. 1959—1976*. Editorial de Ciencias Sociales: La Habana, 2004.

HERNÁNDEZ MARTÍNEZ, Jorge. *Estados Unidos, hegemonía, seguridad nacional y cultura política*. Editorial de Ciencias Sociales: La Habana, 2010.

LEOGRANDE, William M. y KORNBLUH, Peter. *Diplomacia encubierta con Cuba*. Historia de las negociaciones secretas entre Washington y La Habana. Fondo de Cultura Económica: México, D.F, 2015.

LIMIA, Ernesto. *Cuba entre tres imperios: perla, llave y antemural*. Cuba: Casa Editorial Verde Olivo, 2014.

MIRANDA, Olga. *Cuba/Usa. Nacionalizaciones y Bloqueo*. Editorial de Ciencias Sociales: La Habana, 1996.

NIXON, Richard. *Six Crises*. Simon& Schuster: Nueva York, 1990.

PASTOR, Robert. “The Carter—Castro Years. A Unique Opportunity” in CASTRO MARIÑO Soraya and PRUSSEN, Ronald W (ed.). *Fifty Years of Revolution*. Perspectives on Cuba, The United States and the Word. University Press of Florida: Miami, 2012.

RAMÍREZ CAÑEDO, Elier. “Estados Unidos contra la independencia de Cuba: otro rostro del Bicentenario” in *Cuba en el movimiento independentista nuestroamericano*. Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 2012, pp.231—245.

RAMONET, Ignacio. *Cien Horas con Fidel. Conversaciones con Ignacio Ramonet*. Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado: La Habana, 2006.

SÁNCHEZ PARODI, Ramón. *La sociedad socialista cubana: actualidad, desafíos y perspectivas*. Ponencia en el CIPI: La Habana, 2012.

SUÁREZ SALAZAR, Luis. *Las relaciones oficiales entre Cuba y los Estados Unidos entre el 2014 y el 2017: una mirada prospectiva y sudhemisférica*. Ponencia Presentada en el Congreso LASA, Chicago, Estados Unidos, pp.3—4. En: <https://lasa.international.pitt.edu/auth/prot/congress-papers/Past/lasa2014/>



TOKATLIAN, Juan G.. “Introducción” en TOKATLIAN, Juan G.(comp.). *Colectivo de autores, Cuba—Estados Unidos: dos enfoques*. CEREC: Argentina, 1984.

VALDÉS, Nelson. “¿Cómo y por qué los EE.UU rompieron relaciones con Cuba? Un examen ecuaníme 54 años después” in: blog La Joven Cuba, <http://jovencuba.com/2015/01/15/como-y-por-que-los-eeuu-rompieron-relaciones-con-cuba-un-exame-n-ecuanime-54-anos-despues/>

### Documentos

Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado: “Girón. 40 años después”, Conferencia de académicos y actores históricos cubanos y norteamericanos, La Habana, 22—24 de marzo de 2001. Materiales de Información, Carpeta #2.

Reflexiones de Fidel Castro. *La tiranía mundial. Los fundamentos de la máquina de matar*. La Habana, 8 de julio de 2007.

Respuesta del memorándum de examen presidencial-36, presencia soviética-cubana en Africa, 18 de agosto de 1978, The Carter Administracion Policy toward Cuba: 1977-1981. Documentos desclasificados, Biblioteca del Instituto Superior de Relaciones Internacionales Raúl Roa García, La Habana, Cuba.

### Entrevistas

Entrevista realizada a Robert Pastor (vía correo electrónico), 5 de abril de 2009.

Entrevista realizada a Wayne Smith, (vía correo electrónico), 19 de junio de 2009.

### Estados Unidos—Cuba: ocho mitos de una confrontación histórica

#### Resumen

En este ensayo se desmontan disímiles mitos que en torno al conflicto Estados Unidos-Cuba se han tejido a lo largo del tiempo como parte de las campañas mediáticas de manipulación de la historia y la realidad cubana, dirigidas fundamentalmente desde los centros de poder del imperialismo. De esta manera, el autor va desde el origen del conflicto y el impacto del proceso revolucionario en su evolución dentro del contexto de la Guerra Fría hasta el papel que han desempeñado los distintos sujetos históricos, pasando por algunos de los momentos más críticos, como la Crisis de Octubre (conocida en otras latitudes como Crisis de los Misiles o Crisis del Caribe).

**Palabras claves:** Cuba – Estados Unidos – Conflicto – Historia



## **Estados Unidos—Cuba: oito mitos de uma confrontação histórica**

### **Resumo**

Neste ensaio se desmontam mitos dissimiles sobre o conflito Estados Unidos-Cuba que foram tecidos ao longo do tempo como parte das campanha midiáticas de manipulação da história e da realidade cubana, originadas fundamentalmente dos centros de poder do imperialismo. Desta maneira, o autor vai desde a origem do conflito e o impacto do processo revolucionário em sua evolução dentro do contexto da Guerra Fria até o papel que desempenharam os distintos sujeitos históricos, passando por alguns dos momentos mais críticos, como a Crise de Outubro (conhecida em outras latitudes como Crise dos Mísseis ou Crise do Caribe).

**Palavras-chave:** Cuba – Estados Unidos – Conflito – História

## **United States—Cuba: eight myths about a historical confrontation**

### **Abstract**

In this essay dissimilar myths about United States - Cuba conflict that have been build over time as part of the media campaigns of manipulation of Cuban history and reality, directed primarily from the centers of power of the imperialism are deconstruct. In this way, the author goes from the origin of the conflict and the impact of the revolutionary process on its evolution within the context of the Cold War to the role played by the different historical subjects, going through some of the most critical moments, such as the October Crisis (known in other latitudes as Missile Crisis or Caribbean Crisis).

**Keywords:** Cuba - United States - Conflict - History



DOI: 10.21057/10.21057/repamv13n3.2019.23748

## **As Potencialidades e os Limites do Direito Internacional Público Contemporâneo: uma análise do bloqueio imposto à Cuba pelos EUA**

Recebido: 18-03-2019

Aprovado: 16-08-2019

Gabriel Dourado Rocha  
Marcos Antonio da Silva<sup>1</sup>

### **Introdução**

O Direito Internacional Público adquiriu, ao longo do século passado, uma importância crescente, devido à proliferação dos conflitos internacionais e, principalmente, à criação e desenvolvimento dos regimes internacionais, em distintas áreas, consubstanciados na proliferação das Organizações Internacionais. Tais Organizações procuraram exercer um papel de mediação e o exercício, em muitos casos, de uma força moral, embora possuam uma capacidade mais ou menos limitada diante das potências internacionais.

Isso esteve associado ao contexto mundial que, no século XX, foi marcado principalmente pela dinâmica da Guerra Fria, em que se opuseram dois regimes políticos representados por Estados Unidos da América (EUA) e a ex-União Soviética (URSS). Tal conflito permeou a atuação dos organismos internacionais e a dinâmica política de todos os Estados, incidindo sobre suas forças políticas, seu desenvolvimento, sua dinâmica e sua inserção internacional.

Neste sentido, um dos conflitos mais emblemáticos de tal período, com uma dinâmica que persiste até nossos dias, foi o conflito entre Cuba e EUA. Embora tenha raízes no processo de independência cubana da metrópole espanhola, finalizado com a tutela estadunidense e sua lógica de expansão de fronteiras e construção de uma linha defensiva<sup>2</sup>, tal

---

<sup>1</sup> "Doutor em Estudos sobre a Integração da América Latina (PROLAM/USP). Professor do curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Membro do Laboratório de Estudos sobre a América Latina (LIAL). Brasileiro. Email: marcosilva@ufgd.edu.br"

<sup>2</sup> Após a independência dos Estados Unidos, a expansão territorial ao sul pode ser constatada inicialmente pela aquisição, em 1821, da Flórida do Reino da Espanha por meio do Tratado de Adams-Onís. Essa aproximação a



conflito, quando inserido nos marcos da Guerra Fria, adquiriu uma relevância global e instaurou uma dinâmica conflitiva, sintetizada no bloqueio estadunidense a Cuba, que persiste até nossos dias, apesar do fim do conflito entre as potências mundiais e dos avanços recentes nas relações diplomáticas entre os dois países.

O bloqueio, instaurado na década de 60, foi aprimorado ao longo dos anos, através de inúmeras legislações que, para muitos, reforçaram sua natureza extraterritorial, o que afeta os atributos de soberania e autodeterminação inerentes ao Direito Internacional Público, prejudicando a ilha caribenha, embora seu objetivo anunciado, a mudança de governo, não tenha sido alcançado. Além disto, vale observar que o bloqueio tem sido discutido ordinariamente, desde os anos 90, na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), quando se delibera acerca da Resolução condenatória proposta por Cuba, embora não se tenha alcançado resultados práticos.

Sendo assim, este trabalho procura discutir o bloqueio por meio de uma análise histórico jurídica, discutindo como, em tal política, podemos perceber a tensão entre soberania e autodeterminação, por um lado, e, de outro, os elementos extraterritoriais (e ilegais) desta, além de discutir seus efeitos e as reações da comunidade internacional.

Para isso, o artigo está organizado da seguinte forma. Na primeira seção, discutimos algumas disposições de Direito Internacional Público sobre tal mecanismo e sua aplicabilidade (ou não) ao caso cubano. Em seguida, analisamos as origens do bloqueio estadunidense, apontando suas raízes e aprimoramentos. Na terceira seção, discutimos o aprofundamento, nos anos 90, de tal política com a promulgação das leis Torricelli e Helms-Burton, com o objetivo de analisar o caráter, os seus elementos fundamentais e os impactos destas. Finalmente, analisamos, na última seção, a relação entre tal política, o Direito Internacional Público e a atuação da comunidade internacional, procurando demonstrar os argumentos que questionam tal política, sua ineficácia para o processo de transição na ilha caribenha e alguns de seus impactos para a sociedade cubana.

## **O Direito Internacional Público e a Soberania: entre o conflito e a cooperação**

---

Cuba mostra que, ainda que a ilha fosse possessão espanhola, já se projetava a percepção dela como uma fronteira natural desse país, apêndice este indispensável para a defesa dos Estados Unidos (BANDEIRA, 2009).



É necessário observar que o Direito Internacional Público (DIP) é composto por um conjunto normativo que deve buscar a cooperação entre Estados para a manutenção da paz, segurança e justiça internacional, ou seja, é um instrumento para possibilitar a coordenação entre Estados, tendo em vista a ausência de uma autoridade superior nesse âmbito que possa impor hierarquicamente suas normas, salvo algumas exceções<sup>3</sup>.

Assim, a Carta das Nações Unidas de 1945 estabelece, como seu primeiro propósito, que, para a repressão de atos de agressão ou outros que visem colocar em risco a paz internacional, deve-se buscar meios pacíficos para a resolução de conflitos, de acordo com os princípios de Direito Internacional.

Nesse sentido, o Princípio da Autodeterminação dos Povos, consagrado no propósito seguinte da Carta, é considerado fundamental para o Direito Internacional Público (ACCIOLY, 2012, p. 406-408; REZEK, 2013, p. 163), uma vez que se refere aos conceitos de soberania e independência, o que garante a cada sociedade a condução do seu próprio destino, sem interferências em assuntos internos, ao anunciar que:

Artículo 1. Los propósitos de las Naciones Unidas son: (...)

2. Fomentar entre las naciones relaciones de amistad basadas en el respeto al principio de la igualdad de derechos y al de la libre determinación de los pueblos, y tomar otras medidas adecuadas para fortalecer la paz universal (ONU, 1945).

No artigo seguinte, se estabeleceu que a Organização está baseada no Princípio da igualdade soberana dos seus membros e, no parágrafo 4º desse artigo, que:

Los Miembros de la Organización, en sus relaciones internacionales, se abstendrán de recurrir a la amenaza o al uso de la fuerza contra la integridad territorial o la independencia política de cualquier Estado, o en cualquier otra forma incompatible con los Propósitos de las Naciones Unidas (ONU, 1945).

Vale destacar que o princípio da igualdade soberana entre as nações foi acolhido inicialmente no contexto da Paz de Vestfália, em 1648, quando se davam os primeiros passos para construir uma igualdade jurídica entre os Estados e aparecem tentativas de regulamentação internacional positiva (ACCIOLY, 2012, p. 96).

No bojo dessa igualdade, surgia a categoria de Estados Independentes, que não incluía determinados territórios, o que de certo modo continua a ser a base da ordem internacional vigente (BIGGS, 1998, p. 333) e permite aos Estados, por exemplo, organizar a sua política

<sup>3</sup> Ver capítulo VII da Carta da ONU.



interna e externa, desde que não viole o Direito Internacional Público (LAMRANI, 2013, p. 20).

Este parágrafo da Carta da ONU constitui a base do Direito Internacional Público caso se considere este como uma estrutura originada no livre consenso entre Estados. Ademais, conforme aduz SLOBODA (2015, p. 92), “Essa norma tem origem não apenas convencional, mas também costumeira, como refletido na Resolução 2625 da Assembleia Geral da ONU, de 1970”.

Desta forma, o Direito Internacional Público é um instrumento para a garantia da soberania e autodeterminação entre as nações, um dos princípios *Jus Cogens*<sup>4</sup> desse ordenamento, e sobre esse direito originário e congênito das nações devem reger as decisões de nacionalizações de propriedades estrangeiras e nacionais (SELA, 1999, p. 09). Esse princípio incide sobre o reconhecimento de um Estado, de maneira que, por meio deste, as colônias existentes após a Segunda Guerra Mundial procuraram legitimar a ruptura com suas metrópoles. Nesse sentido, o parágrafo 2º do artigo 4º da Carta da ONU figurou como uma obrigação a ser seguida para o cumprimento desse princípio (ACCIOLY, 2012, p. 406-408).

Por outro lado, o artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça<sup>5</sup> estabelece que uma das fontes de Direito das Gentes, em caso de conflito de normas tal como os gerados por processos de nacionalização de bens, é o Tratado Internacional.

Dito isso, é necessário ressaltar que não havia Tratado Internacional geral ou particular que poderia aplicar-se ao caso de nacionalização de bens estrangeiros em Cuba entre 1959 e 1962 (SELA, 1999, p. 20), o que nos conduz à análise de outras fontes, tais como o costume internacional, que com o tempo pôde ser ratificado por meio de Tratados e Resoluções de organismos internacionais, como as da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU)<sup>6</sup>.

Neste sentido, é necessário apontar que a ONU aprovou, em 1965, a Declaração sobre a inadmissibilidade da intervenção nos assuntos internos dos Estados e proteção da sua independência e soberania, que proclamou o seguinte:

---

<sup>4</sup> Em resumo, esses princípios são normas superiores de Direito Internacional Público que os Estados não podem pactuar em contrário, tais como a sanção ao crime de genocídio, ou a proibição do uso da força nas relações internacionais, o que consiste em crime de agressão (Ver parágrafo 190 do Relatório do Caso das atividades Militares e Paramilitares na e contra a Nicarágua, de 26 de junho de 1986, da Corte Internacional de Justiça).

<sup>5</sup> Esse artigo é reconhecido como fundamento para a interpretação das fontes de DIP em razão de todos os membros da ONU serem partes da Corte Internacional de Justiça (art. 93, 1, da Carta da ONU), que tem adesão universal, ainda que isso não signifique o reconhecimento da jurisdição dessa Corte.

<sup>6</sup> As Resoluções da AGNU se conectam diretamente com práticas internacionais reiteradas que adquirem valor e significado da “*Opinio juris necessitatis*” (SELA, 1999, p. 26), requisito para a caracterização do costume internacional como fonte de Direito Internacional Público.



1. Ningún Estado tiene derecho de intervenir directa o indirectamente, y sea cual fuere el motivo, en los asuntos internos o externos de cualquier otro. Por lo tanto, no solamente la intervención armada, sino también cualesquiera otras formas de injerencia o de amenaza atentatoria de la personalidad del Estado, o de los elementos políticos, económicos y culturales que lo constituyen, están condenadas.
2. Ningún Estado puede aplicar o fomentar el uso de medidas económicas, políticas o de cualquier otra índole para coaccionar a otro Estado a fin de lograr que subordine el ejercicio de sus derechos soberanos u obtener de él ventajas de cualquier orden. Todos los Estados deberán también abstenerse de organizar, apoyar, fomentar, financiar, instigar o tolerar actividades armadas, subversivas o terroristas encaminadas a cambiar por la violencia el régimen de otro Estado, y de intervenir en una guerra civil de otro Estado. [...]
5. Todo Estado tiene el derecho inalienable a elegir su sistema político, económico, social y cultural, sin injerencia en ninguna forma por parte de ningún otro Estado.
6. Todo Estado debe respetar el derecho de libre determinación e independencia de los pueblos y naciones, el cual ha de ejercerse sin trabas ni presiones extrañas y con absoluto respeto a los derechos humanos y a las libertades fundamentales. En consecuencia, todo Estado debe contribuir a la eliminación completa de la discriminación racial y del colonialismo en todas sus formas y manifestaciones (ONU, 1965).

Isto posto, observa-se que o Princípio da não intromissão em assuntos internos é essencial para buscar o equilíbrio de poder em uma comunidade internacional carente de estrutura centralizada e para que os Estados possam exercer a sua independência política.

Além disso, é necessário ressaltar que o bloqueio também se choca com outras Resoluções da AGNU, tais como a Resolução nº 626 (VII), de 1952, que declara o direito de cada povo de dispor livremente de suas riquezas e recursos naturais como um imprescindível direito soberano<sup>7</sup>, bem como a Resolução nº 1803 (XVII), de 1962, a qual determinou com mais detalhe os contornos e os elementos que podem ser abrangidos pelo Princípio da soberania permanente do Estado sobre os recursos naturais. Nela também se estabeleceu que cabe à Legislação interna regulamentar o valor e as condições de uma indenização a bens estrangeiros nacionalizados, desde que as nacionalizações ocorram por razões de utilidade pública, segurança e interesse nacional, requisitos estabelecidos pelo Direito Internacional, conforme o parágrafo 4º da Resolução 1803.

Tal resolução não menciona se a indenização adequada deve ser “imediata, adequada e efetiva”, o que gerou desacordos entre países subdesenvolvidos e países exportadores de capital. Essa disputa deve ser resolvida pela aplicação da prática internacional, que indicava que as condições de indenização deveriam considerar a capacidade econômica do Estado nacionalizador.

---

<sup>7</sup> Apesar dessa declaração, essa noção de soberania sobre os recursos naturais não recebe um desenvolvimento considerável nesse momento (VERDUZCO, 2008, p. 558).



Ademais, tal disputa deve pautar-se pela Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados, aprovada pela Resolução 3281 da AGNU (1965), que declarou o direito de todo Estado a:

Nacionalizar, expropriar o transferir la propiedad de bienes extranjeros, en cuyo caso el Estado que adopte esas medidas deberá pagar una **compensación apropiada**, teniendo en cuenta sus leyes y reglamentos aplicables y todas las circunstancias que el Estado considere pertinentes. **En cualquier caso en que la cuestión de la compensación sea motivo de controversia, ésta será resuelta conforme a la ley nacional del Estado que nacionaliza y por sus tribunales**, a menos que todos los Estados interesados acuerden libre y mutuamente que se recurra a otros medios pacíficos sobre la base de la igualdad soberana de los Estados y de acuerdo con el principio de libre elección de los medios (ONU, 1965, grifo nosso).

Em síntese, esta resolução estabelece que, caso não haja acordos entre os Estados em conflito, prevalecerá a Lei do Estado nacionalizador.

Destas disposições observa-se que não há dispositivo que mencione obrigatoriedade da indenização ser “imediate, adequada e efetiva” e sim, apenas, uma compensação pelos bens, de maneira que a compensação “imediate, adequada e efetiva” fora formulada, em 1938, pelos EUA como resposta ao “perigo” de nacionalizações, principalmente na América Latina, que já possuía uma prática sobre o tema<sup>8</sup>, a qual influenciou posteriormente condutas similares nos processos de descolonização em vários países, durante a segunda metade do Século XX, e nas Resoluções aprovadas pela AGNU que, em parte, foram aprovadas depois do processo nacionalizador cubano (1959-1962), mas já havia uma prática regional associada ao tema (SELA, 1999, p. 14-36).

A partir disto, pode-se destacar que a imposição de um bloqueio, sem resolução indicativa, é, por diversos motivos, contrário ao Direito de Gentes, principalmente pelo descumprimento de princípios simples e fundamentais desse Direito, tais como o de não intervenção em assuntos internos dos Estados (PELLET, 199 p. 36). Neste sentido, o bloqueio imposto pelos EUA a Cuba é contrário ao elencado acima e a outras disposições de Direito Internacional, tais como a liberdade de comércio, dos mares e de investimentos. Sendo assim, discutiremos, a seguir, as origens e objetivos de tais sanções que remontam ao triunfo da Revolução Cubana (1959) e à política implementada pela nova liderança.

### **As Origens do Bloqueio contra Cuba: conflito e descompasso na política regional**

---

<sup>8</sup> Ver as nacionalizações ocorridas no México, após 1910, e na Bolívia, em 1937, dentre outras (SELA, 1999, p. 22).



Após um período de luta armada, em 01 de janeiro de 1959, os revolucionários do Movimento 26 de Julho<sup>9</sup> tomaram Havana logo após a fuga do ditador Fulgêncio Batista. Em síntese, eles tinham como principal objetivo exercer a soberania nacional em prol de um povo que, em comparação aos demais latino-americanos, tardiamente obtivera sua independência e que, em seguida, foi tutelado pela potência vizinha por meio do Tratado de Paris (1898) e, três anos mais tarde, da Emenda Platt (BLANCO e DÓRIA, 1983, p. 17-20).

Até a Revolução, Cuba era, de fato, uma “neocolônia” norte-americana, pois a independência do Império Espanhol no final do século XIX pouco foi efetiva ante as intervenções econômicas e militares promovidas pelos EUA, que nesse período praticamente tutelaram a ilha conforme seus interesses (BANDEIRA, 2009; SADER, 2001; VÁZQUEZ, 2007), ainda que essa dominação variasse de intensidade.

Com o triunfo dos revolucionários, a busca por redemocratização e igualdade social, manifestada inicialmente pela reforma agrária<sup>10</sup>, chocou-se com a tradicional política intervencionista norte-americana para Cuba, que procurou cooptar e, em seguida, sufocar o governo revolucionário. Diversas medidas foram utilizadas para esse fim, sobressaindo-se o apoio a movimentos contrarrevolucionários<sup>11</sup> e retaliações econômicas e diplomáticas<sup>12</sup>.

---

<sup>9</sup> O Movimento 26 de Julho foi um movimento fundado após a tentativa de tomada do Quartel de Moncada em Santiago de Cuba em 26 de julho de 1953, por um grupo comandado por Fidel Castro, que tinham entre suas metas estabelecer uma República livre naquele ano em que se celebrava o centenário de nascimento do mártir da Independência Cubana José Martí. As metas desse grupo foram condensadas no *Manifiesto del Moncada* (anterior à tentativa de tomada do Quartel) e no *La Historia me Absolverá*, que foi um manifesto de defesa apresentado por Fidel perante as acusações a ele feitas após o ataque ao Quartel de Moncada. Em 1956, o movimento ganhou amplitude em Cuba após o desembarque do Iate Granma, vindo do México, com os dirigentes do grupo, que estabeleceram a luta guerrilheira e tomaram o poder em 1959.

<sup>10</sup> Com base na “*Primera Ley de Reforma Agraria*”, de 17 de maio de 1959, em janeiro de 1960 expropriaram-se 70.000 acres pertencentes a empresas norte-americanas na Província do Oriente, metade da área era da United Fruit Company (BANDEIRA, 2009, p. 255; BRAVO, 1996, p. 30). Cabe salientar que as nacionalizações de propriedades era uma medida já prevista nos artigos 24 e 90 da Constituição de 1940, mas que não havia sido cumprida em razão de ausência de disposição legal ordinária para sua aplicação (BRAVO, 1996, p. 06) e do governo ditatorial estabelecido a partir de 1952. Essa questão, assim como outros elementos essenciais da Constituição de 1940 foram retomados pela “*Ley fundamental de la República de 1959*”. Além disso, é necessário salientar que a “*Primera Ley de Reforma Agraria*”, uma das mais avançadas do período segundo Lamrani (2013, p. 19) afetou igualmente a cubanos e estrangeiros, e estabeleceu pagamento de indenização que se faria mediante a emissão de títulos com juros de 4,5% por ano, amortizáveis em 20 anos. Dessa forma, Bravo assenta que essa reforma não era discriminatória e reconheceu uma compensação inclusive maior que a da reforma agrária japonesa conduzida pelos americanos no pós-segunda guerra, que limitou os juros a 2,5% ao ano e deu prazo de 24 anos para amortização, ou seja, para recebimento do título (1996, p. 28), de maneira que a exaltação contra Cuba parecia fora de propósito (AYERBE, 2004, p. 62). Além disso, todos os países que tiveram nacionais afetados aceitaram as indenizações, com exceção dos Estados Unidos, que exigiram uma indenização “rápida, adequada e efetiva” (LAMRANI, 2013, p. 20).

<sup>11</sup> Dentre essas atividades, cabe mencionar o “Program of Covert Action Against Castro Regime”, autorizado pela CIA, que recrutava e treinava dissidentes cubanos para operações contrarrevolucionárias. Ademais, destaca-se a frustrada tentativa de invasão por meio da Bahia dos Porcos em abril de 1961, ocorrida concomitantemente à proclamação do caráter socialista da revolução (BANDEIRA, 2009, p. 256) e a Operação Mongoose.



As retaliações econômicas se tornaram mais notáveis por meio da orientação do governo norte-americano às empresas petrolíferas Esso, Texaco e Shell, que controlavam o refinamento de petróleo em Cuba, para não refinarem o petróleo comprado da URSS, em junho de 1960<sup>13</sup>.

No mês seguinte, a redução da compra de açúcar foi conduzida ao seu nível histórico mais baixo e, em seguida, encerrada. Apesar de a distribuição das compras de açúcar ser renovada periodicamente pelo Congresso Americano, por meio do *Sugar Act*, a redução da cota naquela oportunidade não seguiu critérios técnicos, uma vez que os Estados Unidos necessitavam do produto (BANDEIRA, 2009, p. 258), tornando evidente que o objetivo era derrubar o governo de Cuba, o que incentivou a promulgação, por parte deste, da Lei nº 851/60, que autorizou a expropriação de bens ou empresas pertencentes a pessoas físicas ou jurídicas norte-americanas, o que efetivamente ocorreu pouco tempo depois.

Nesta dinâmica, é necessário reiterar que a administração do Presidente Eisenhower em tempo algum considerou a legalidade das nacionalizações ou demonstrou qualquer consideração pelos vínculos econômicos de Cuba com os Estados Unidos, exigindo que os proprietários de empresas norte-americanas afetadas pela reforma agrária fossem indenizados em moeda corrente (BANDEIRA, 2009, p. 249), o que não era à época uma obrigação incontroversa estabelecida pelo Direito Internacional Público<sup>14</sup>.

Nesse sentido, a Lei nº 851 estabeleceu que as indenizações fossem pagas por meio de *bonos*<sup>15</sup>, amortizáveis em 30 anos e com juros mínimos de 2%, por meio de um fundo que seria abastecido com parte das vendas anuais de açúcar aos EUA. Tal proposta se chocava

---

<sup>12</sup> Em discurso de Ricardo Alarcón de Quesada, então Presidente da Assembleia Legislativa de Cuba, na ONU, ele apontou que, em junho de 1959, por primeira vez foi veiculada a possibilidade de sanções econômicas à Revolução, por meio do fim da compra de açúcar, o que o Departamento de Estado previu que colapsaria Cuba (LAMRANI, 2013, p. 19). Para uma cronologia resumida sobre o conflito Cubano-Americano que gerou a instauração do Bloqueio, ver cronologia no site *Cuba vs. Bloqueo* e no livro *Anatomy of a Failed Embargo: U.S. Sanctions against Cuba*, de Donna Rich Kaplowitz.

<sup>13</sup> Tal medida foi afastada pelo governo por meio de intervenções nas instalações das referidas empresas, em razão do descumprimento da “*Ley de Minerales-Combustibles de 1938*”, que estabelecia a obrigatoriedade das empresas refinarem petróleo. (BANDEIRA, 2009, p. 258)

<sup>14</sup> À época, havia acadêmicos que consideravam que tampouco era indiscutível que propriedades nacionalizadas deveriam ser indenizadas, tais como o catedrático italiano Julio Diena, que dizia que a indenização era dispensável ao Estado, em razão de atos realizados para sua necessidade de auto conservação, como foram os realizados por Cuba e previstos em sua ordem interna (DIENA, 1946, p. 462, citado por BRAVO, 1996, p. 25). Ainda que a indenização não fosse uma obrigação, a confiscação, que estava proibida pelo art. 24 da “*Ley fundamental de la República de 1959*”, aparecia apenas como exceção e não se relacionava com as expropriações indenizáveis, de maneira que as discussões geravam mais em torno à exigência de uma indenização “imediate, adequada e efetiva” (SELA, 1999, p. 12).

<sup>15</sup> *Bonos* são títulos públicos emitidos para indenizar donos de terras desapropriadas.



com a drástica redução da venda de açúcar e com a “indenização imediata, adequada e efetiva” exigida pelos EUA aos seus nacionais, ante a negativa de aceitar que, naquele momento, a prática internacional já indicava que fosse considerada a capacidade econômica conjuntural do Estado nacionalizador, o que afastaria a exigência de uma indenização imediata (SELA, 1999, p. 13).

Desta forma, os EUA, como potência econômica, não poderiam desconsiderar a capacidade econômica cubana e alegar que não receberiam indenizações aos seus nacionais por meio de produtos cubanos, tais como açúcar<sup>16</sup>, que efetivamente foi, junto com café, a moeda de pagamento no convênio de indenização celebrado com a Suíça, que teve nacionais afetados pela Lei da Reforma Urbana de 1960 (GORDON, 1973, p.460-461).

O conflito aprofundou-se em 03 de janeiro de 1961, quando os EUA romperam relações diplomáticas com Cuba. Com efeito, esse rompimento foi uma resposta ao conjunto de conflitos político-econômicos entre os países, entretanto, o motivo oficial apresentado para a ruptura foi a negativa dos EUA em atender requisição<sup>17</sup> de reduzir o pessoal da Embaixada em Havana a proporções paritárias ao número de funcionários cubanos em Washington (COTAYO, 1983, p. 156), o que era uma prática do Direito Internacional Público e foi positivada depois na Convenção de Viena sobre as Relações Diplomáticas.

Ainda que tal rompimento seja fruto do conjunto de conflitos político-econômicos entre os países, é oportuno dizer que havia relações diplomáticas entre os países durante o processo de nacionalizações de bens norte-americanos, o que reforça que os EUA reconheceram tais atos e depois resolveram condená-los e manipulá-los ao seu favor, buscando que se acreditasse que o rompimento das relações diplomáticas era uma decisão do governo cubano, que supostamente havia nacionalizado os bens sem respeitar a legislação internacional sobre o tema (BRAVO, 1996, p. 14).

Tal esclarecimento é necessário uma vez que, assim como o motivo oficial do rompimento de relações é confundido ocasionalmente, também se confunde, na atualidade, o restabelecimento das relações diplomáticas, em 2015, com a suspensão do Bloqueio, o que não ocorreu, uma vez que o Bloqueio continua feroz e afeta diariamente a ilha caribenha. Ademais, os EUA, por meio de nota diplomática de 12 de junho de 1959, reconheceram o

---

<sup>16</sup> Pelo acordo, os compradores suíços tinham o direito de utilizar o açúcar na Suíça ou vendê-lo no mercado internacional.

<sup>17</sup> O motivo dessa requisição foi que Cuba alegava ter provas que a maior parte dos funcionários da embaixada estavam envolvidos em atividades delitivas de espionagem, subversão e terrorismo (BRAVO, 1996, p. 15).



direito à nacionalização, ainda que com o requisito de pagamento de uma indenização “imediate, adequada e efetiva” (SELA, 1999, p. 28).

Além disso, vale ressaltar que a Corte Suprema dos EUA, no caso *Sabbatino*<sup>18</sup>, reconheceu a validade dessas expropriações, com base na teoria de que um “Ato de Estado Estrangeiro”<sup>19</sup> não poderia ser julgado pelo judiciário dos EUA. Entretanto, os efeitos dessa sentença da Corte foram anulados por meio da Emenda Hickenlooper<sup>20</sup>, a qual insiste em catalogar as nacionalizações cubanas como contrárias ao Direito Internacional (BRAVO, 1996, p. 46-56).

Sendo assim, ainda que um dos argumentos para a interposição do bloqueio foi o não pagamento de indenizações aos estadunidenses, não é exagero afirmar que foi o governo dos EUA as impossibilitou, pois a Lei nº 851 reconheceu esse direito à indenização de acordo com o Direito Internacional, mas não houve emissão de *bonos* em razão do fim da compra de açúcar, e gerou um imbróglio jurídico ao promulgar Leis que versam sobre esse processo indenizatório, o que já havia sido feito por Cuba, que era competente para tanto.

Conforme alegado anteriormente, o direito a expropriar bens estrangeiros já se havia consolidado na prática internacional, uma vez que é uma expressão da soberania estatal. Este direito não pode ser submetido a uma cláusula suspensiva imposta por outra nação, tal como a exigência de uma indenização “imediate, adequada e efetiva”, o que seria a própria negação da independência do Estado nacionalizador, porque, segundo o Direito Internacional, se pode apenas negociar uma compensação adequada, que equivaleria a uma limitante aplicável à soberania como fonte de direito<sup>21</sup>.

Outra limitante seria que os motivos de interesse nacional que motivaram as nacionalizações representassem apenas interesses privados ou particulares disfarçados, tanto nacionais como estrangeiros, conforme foi disposto no parágrafo 4º da Resolução nº 1803 da AGNU (VERDUZCO, 2008, p. 559), o que não se aplica ao caso cubano, pois se trata de nacionalizações fruto de longa luta de afirmação da soberania nacional.

De outra forma, ainda que a tendência geral das grandes potências seja declarar qualquer nacionalização como ilegítima quando não há indenização “imediate, adequada e

<sup>18</sup> *Banco Nacional de Cuba v. Sabbatino (1964)* (BRAVO, 1996, p. 46-56).

<sup>19</sup> Denominada em inglês como “*Act of State Doctrine*”

<sup>20</sup> Essa lei foi assim denominada porque foi uma emenda à Lei de Assistência Exterior.

<sup>21</sup> Ver o acordo de indenização iugoslavo-estadunidense de 1948, o acordo de indenização romeno-estadunidense de 1960 e, no âmbito latino americano, a nacionalização da *Standard Oil* em 1937 na Bolívia (SELA, 1999, p.27-36).



efetiva” aos seus nacionais (VERDUZCO, 2008, p. 565), não foi o que ocorreu com Canadá, Espanha, França, Reino Unido e Suíça, que negociaram acordos para o pagamento de indenizações, na modalidade conhecida como *Lump Sum Agreements*, contrato em que se fixa o valor global das indenizações<sup>22</sup> e juros, que é pago em vários anos conforme seja acordado o prazo de amortização, ou seja, o prazo para o pagamento dos títulos de créditos emitidos. Ademais, segundo Bravo (1996), não foi possível celebrar este tipo de acordo com os EUA devido à sua insistência em conduzir unilateralmente esse processo.

Por outro lado, em 30 de janeiro de 1962, ocorreu a polêmica expulsão do governo cubano da OEA<sup>23</sup> e, na semana seguinte, a decretação do bloqueio total pelo presidente Robert Kennedy, por meio da “*Proclamation n° 3447*”<sup>24</sup>. No mesmo ano, no contexto da Crise dos Mísseis<sup>25</sup>, Kennedy assinou a “*Proclamation of Interdiction*”<sup>26</sup>, a qual determinou uma quarentena sobre a ilha, ou seja, um bloqueio naval que cercou a ilha, medida que violou vários artigos da Carta da ONU (BANDEIRA, 2009, p. 491). Com a negociação entre EUA e URSS e a retirada dos mísseis soviéticos, os primeiros se comprometeram a não interferirem militarmente na ilha.

Tal fato, aliado às relações políticas e comerciais com a URSS, propiciou a consolidação da Revolução Cubana<sup>27</sup> e sua projeção internacional nas décadas seguintes. No entanto, tal política foi gravemente afetada pelo desaparecimento da URSS (1991), uma vez

---

<sup>22</sup> É necessário reiterar que não se trata de um contrato de compra e venda, porque está apenas pagando uma indenização por um ato que é direito congênito de qualquer Estado. Ademais, tal indenização nem sempre atenderá ao valor de mercado dos bens, uma vez que se deve considerar a capacidade econômica do Estado nacionalizador.

<sup>23</sup> Não havia dispositivo jurídico que possibilitasse a exclusão, motivo pelo qual o chanceler brasileiro San Tiago Dantas arguia que o Brasil tinha motivos de ordem jurídica para não apoiar a resolução para exclusão de Cuba do sistema interamericano. A justificativa da proposta de exclusão era que o sistema interamericano era “incompatível com a adesão aos princípios do Marxismo-Leninismo”, entretanto, embora João Goulart reconhecesse essa incompatibilidade, se alegava a impossibilidade jurídica para a exclusão (BANDEIRA, 2009, p. 391; REZEK, 2013, p.307).

<sup>24</sup> A “*Proclamation n° 3447*” foi emitida conforme autorizou a Lei de Assistência Exterior (*Foreign Assistance Act of 1961*) sancionada no ano anterior pelo Presidente Kennedy (BRAVO, 1996, 114-116). A criação da *USAID* (Agência Estadunidense para o Desenvolvimento) foi prevista por essa Lei.

<sup>25</sup> A crise dos mísseis foi um conflito entre EUA e Cuba, que autorizou a instalação de mísseis nucleares da URSS no seu território sob o argumento de defesa ante uma possível nova agressão militar estadunidense. Tal conflito quase levou o mundo a um holocausto nuclear, mas foi resolvido por um acordo entre EUA e URSS, o que gerou críticas em Cuba por desconsiderarem sua posição em tal acordo. Ainda que não seja objeto desse trabalho, ante as circunstâncias do momento a instalação dessas armas não parece haver sido ilegal (BANDEIRA, 2009).

<sup>26</sup> Salvo pela inexistência clara de uma Declaração de guerra contra Cuba, e pela autorização de Kennedy a que um navio de passageiros da República Democrática Alemã e outro petroleiro da Romênia passassem pela linha de quarentena (BANDEIRA, 2009, p. 492), não se configurou claramente um Bloqueio de Guerra conforme a descrição feita por Hildebrando (2012, p. 1247).

<sup>27</sup> Ver Silva, 2012.



que as relações comerciais existentes cessaram e a política econômica do país precisou ser drasticamente revista, o que agravou os efeitos do bloqueio estadunidense.

Desta forma, para assegurar a sobrevivência da Revolução, iniciou-se o “*Período especial en tiempos de paz*”, um período de transição marcado por uma grave crise econômica e por tentativas de superação desta e de reinserção internacional do país. Além das dificuldades já enfrentadas, os efeitos do desaparecimento do bloco soviético foram potencializados pelo acirramento do bloqueio decretado pela Lei Torricelli (1992), que foi mais uma tentativa, por parte dos EUA, de mudança no governo da ilha, ou seja, de intromissão em assuntos internos.

Desde então, é possível dizer que o diálogo entre Estados Unidos e Cuba oscila entre o endurecimento e pragmatismo (SANTORO, 2010, p. 139). Ainda que uma aproximação tenha ocorrido, desde 2014, que já se desenvolva cooperação cubana-estadunidense em alguns temas e que o país seja reconhecido diplomaticamente, a perspectiva de eliminação do bloqueio, que depende do Congresso Estadunidense, e de normalização efetiva das relações parece estar distante.

Apesar disto, em relação ao bloqueio, é possível mencionar algumas atitudes pragmáticas do governo Obama, tais como a flexibilização de viagens e remessas financeiras à ilha, o que aponta para uma estratégia que privilegia mais o “*soft power*” que as medidas de “*hard power*” historicamente destinadas a Cuba, que foram parcialmente e brevemente revistas. Nesse sentido, observa-se que o discurso da Guerra Fria foi parcialmente afastado por Obama. No entanto, os primeiros momentos do governo Trump parecem indicar a retomada da lógica conflitiva do período da Guerra Fria, e algumas medidas, como a restrição a atuação de embaixadas e viagens, parecem indicar um novo momento deste processo.

Antes de discutirmos os efeitos e a atuação da comunidade internacional em torno de tal tema, principalmente na ONU, analisamos o debate conceitual sobre o bloqueio e o seu endurecimento nos anos 90.

### **Bloqueio ou Embargo: definição e o papel das Leis Torricelli e Helms-Burton para seu endurecimento nos anos 90**

Dentre as diversas divergências entre a política cubana e estadunidense, está a denominação apropriada para o conjunto de leis norte-americanas aplicadas como sanção



econômica a Cuba. Os Estados Unidos o intitulam “*Embargo*”, e Cuba, por outro lado, o denomina “*Bloqueo*”. Tal polêmica, para além das questões semânticas, envolve a compreensão, ampla ou restrita, de tal ação.

Neste sentido, segundo Acevedo (2014), a primeira denominação se refere a uma proibição estabelecida por um Estado para comercialização com um determinado país ou zona, veto esse fundado em razões políticas, econômicas ou bélicas. Considerando que se funda nessas razões e que tais medidas afetem um Estado distinto ao Estado que o decreta, há controvérsia acerca da violação da soberania e independência desses Estados. Nesse sentido, sobre a diferença entre os institutos, o autor assevera que:

La diferencia con el embargo es que el bloqueo es una medida de facto, propia de la guerra, fundamentada en razones bélicas o políticas, y no es propia de los tiempos de paz, como lo es el embargo. El bloqueo adopta la forma de un sitio a los puertos, aeropuertos o fronteras terrestres de la zona afectada por la medida (ACEVEDO, 2014, p. 40).

Sendo assim, observa-se que o bloqueio, normalmente, se refere a medidas que alcançam efeitos extraterritoriais, uma vez que impedem relações econômicas normais com terceiros países<sup>28</sup>. Ao contrário do embargo, que não afeta Estados neutros no conflito e restringe tais sanções a um nível bilateral, tais como restrições ao comércio entre os países ou outras medidas administrativas aceitas pelo Direito Internacional, o que foi alegado pelos EUA desde a decretação do mesmo (DIÉGUEZ, 2003, p. 200) e não encontra correspondência razoável com a prática internacional.

Nesse sentido, Bravo (1996, p. 43) considera que a insistência dos EUA em denominar suas sanções de embargo tem o propósito de não reconhecer que se aplicam a Cuba medidas aplicadas a momentos de guerra ou emergência nacional, tal como a Lei de Comércio com o Inimigo de 1917, cuja sigla em inglês é TWEA (*Trade With Enemy Act*) sancionada durante a 1ª Guerra Mundial e, atualmente, aplicada apenas a Cuba, ainda que não hajam sido

---

<sup>28</sup> Hildebrando Accioly *et al* (2012, p. 1196-1197 e 1246-1249) dividem o bloqueio em duas espécies: Bloqueio Comercial ou Pacífico e Bloqueio de Guerra. O Bloqueio Estadunidense a Cuba poderia encaixar-se na primeira opção, uma vez que não há Declaração de Guerra e Notificação aos Estados neutros por parte dos Estados Unidos, que são requisitos para a existência do Bloqueio de Guerra. Entretanto, tecnicamente nenhuma das espécies parece ser aplicada em um sentido acurado ao caso em análise, uma vez que o Bloqueio pacífico, por ser uma represália ao Estado bloqueado, não pode atingir terceiros, o que ocorre no caso sob análise. Segundo Bravo (1996) não existe norma de Direito Internacional que sustente legalmente o Bloqueio Pacífico, ainda que este fora diversas vezes utilizado em conflitos marítimos. Historicamente, os Estados Unidos apenas aceitam a existência do Bloqueio de Guerra, que teoricamente não podem decretar a Cuba, em razão da proibição do uso da força prevista no Artigo 2º, parágrafo 4º, da Carta da ONU, que é norma *jus cogens*. Este parece ser um dos motivos pelos quais os EUA relutam em aceitar o termo bloqueio, uma vez que não reconhecem a existência do Bloqueio pacífico e não declararam formalmente guerra a Cuba.



cumpridos os requisitos para a aplicação da mesma, tais como a declaração de guerra contra a ilha ou a declaração de estado de emergência nacional.

Como aponta Andrés (2003), a “Proclamation nº 3447” se parece mais a uma decretação de bloqueio para assediar e isolar a Cuba e reduzir “*the threat posed by its alignment with the communist powers*”, do que uma medida para impedir a livre circulação de bens entre os países ou garantir o cumprimento de uma obrigação.

Por outro lado, Nigel (2015) considera que nem mesmo a “*Proclamation of Interdiction*” seria suficientemente robusta para configurar um bloqueio em um sentido clássico do termo. Entretanto, segundo o autor: “*the embargo against Cuba is more than just stopping trade between the US and Cuba, it involves trying to block other states from trading with Cuba as well, hence justifying the term el bloqueo in a non-technical sense*” (WHITE, 2015, p. 07). Desta forma, é oportuna a elucidação desta subseção acerca de que o termo adequado às sanções unilaterais e extraterritoriais dos Estados Unidos é “bloqueio”, ainda que não seja em um sentido estrito do termo (WHITE, 2015, p. 140).

Em contrapartida, há autores que consideram as medidas adotadas como um embargo<sup>29</sup>, o que não parece ser razoável, uma vez que as diversas medidas estadunidenses elencadas nesse texto caracterizam sanções que extrapolam restrições comerciais bilaterais, ou seja, caracterizam um bloqueio<sup>30</sup>.

Diante de tal debate, é compreensível reiterar que as medidas unilaterais dos EUA contra Cuba se caracterizam como um bloqueio conforme alegado pela ilha na apresentação

---

<sup>29</sup> Dentre eles, Pedro Sloboda (2015, p. 92-93) afirma que se trata de um embargo, pois “há, apenas, uma vedação a que empresas estadunidenses comercializem com Cuba”, de maneira que a nomenclatura “Bloqueio” se aplicaria quando há necessariamente o uso da força para bloquear o comércio de outro Estado, com ou sem declaração de guerra contra esse Estado, o que caracterizaria um bloqueio comercial. Nesse sentido, Lenin Andrés (2016) também considera que se trata de um embargo, entretanto restringe a sua análise ao fato de não haver atividades militares dos EUA contra Cuba na aplicação de suas sanções. De maneira similar, Lopez (2011) afirma que a aceção de embargo é mais adequada por ter fundamentos em características comerciais e não beligerantes, bem como afirma que a ONU e algumas ONGs, tais como a Anistia Internacional, adotam o termo “embargo”. Entretanto, não menciona que as duas palavras são utilizadas pelas agências da ONU. A própria Resolução condenatória da Assembleia Geral da ONU utiliza o termo “bloqueo” para o título da resolução em espanhol, e a palavra “embargo” para a versão em inglês. Ainda que a condenação seja praticamente universal, há países que quando pronunciam seu voto utilizem o primeiro termo e outros o segundo, sem distinções semânticas notáveis. Da mesma maneira, é comum a Anistia Internacional usar as duas denominações para referir-se às sanções, inclusive no mesmo documento, como foi o caso do relatório da Anistia Internacional intitulado “*El Embargo Estadounidense Contra Cuba: su impacto en los Derechos Económicos Y Sociales*” (2009), que denomina as sanções várias vezes como Bloqueio, o que indica que utiliza os termos como sinônimos.

<sup>30</sup> Dentre os autores que o classificam como bloqueio, ver os trabalhos de Caballero (2004), White (2015), Mazzuoli (2012), os cubanos Diéguez (2003), Cotayo (1983) e Bravo (1996), e o chileno Acevedo (2014), que considera justo aplicar o termo ao período de 1960 até a sanção da Lei Torricelli.



da Resolução “*Necesidad de poner fin al bloqueo económico, comercial y financiero impuesto por los Estados Unidos de América contra Cuba*” na AGNU, ainda que não em um sentido restrito que possa ser oferecido pelo Direito Internacional.

Ademais, mesmo que essas palavras sejam sinônimas, há diferenças sobre os fins buscados pelo Bloqueio e Embargo. Esta medida busca afetar apenas o âmbito econômico, já o Bloqueio busca, além disto, afetar também os âmbitos político-sociais, mediante pressão econômica e outros tipos de pressão para tanto (CABALLERO, 2004, 22-24), tal como ocorre com as sanções norte-americanas que, claramente, violam o Princípio da não intervenção em assuntos internos e outros fundamentos do Direito Internacional.

Nesse sentido, ainda que possa parecer uma discussão meramente terminológica, esta não deixa de ser pertinente, uma vez que, caso se caracterize um bloqueio, as sanções seriam uma represália ilegal e com o uso da força, o que é proibido por norma *Jus Cogens* de Direito Internacional<sup>31</sup>, e se constituiria crime de agressão (SLOBODA, 2015, p. 91), figura prevista no art. 5º, parágrafo 1º, “d”, do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional e no art. 3º, “c”, da Resolução 3314 (XXIX) da AGNU.

Em suma, é possível inferir que as sanções se tratam de um bloqueio, o qual foi estendido por meio das Leis Torricelli e Helms-Burton, como apresentaremos adiante, que endureceram os mecanismos, práticas e políticas do bloqueio inicial com o fim de contribuir para a derrocada do regime cubano.

Por outro lado, durante a Guerra Fria os EUA defendiam a legalidade e necessidade do Bloqueio, principalmente, em razão da aliança existente entre Cuba e a URSS. Com o fim desse período, os motivos dessa política se deslocaram para supostas violações de Direitos Humanos cometidas na ilha.

Nesse momento, ao invés de buscar uma transição negociada (SILVA, 2012) ou uma normalização das relações bilaterais, tal como ocorreu com o Vietnã<sup>32</sup>, por exemplo, houve um acirramento das sanções a Cuba por meio da sanção da Lei Torricelli, em 1992<sup>33</sup>, que,

---

31 Ver parágrafo 190 do Relatório do Caso das atividades Militares e Paramilitares na e contra a Nicarágua, de 26 de junho de 1986, da Corte Internacional de Justiça. Além disso, deve-se observar que o art. 2º, § 4º, proíbe o uso da força, ou seja, não proíbe apenas a guerra, termo a que se pode dar interpretação restritiva, mas também seus fenômenos variantes (REZEK, 2013, p. 421), tais como o bloqueio a Cuba, que ataca a independência política do país.

<sup>32</sup> Como é de conhecimento generalizado, o Vietnã também possui histórico de confronto com os EUA e desde a guerra que assolou o país sofria um bloqueio por parte da potência do norte, o qual foi suspenso durante o processo de restabelecimento de relações diplomáticas em 1994-95.

<sup>33</sup> Essa Lei, que levava o nome do Deputado democrata que a propôs e dizia que o regime de Castro desapareceria em poucas semanas (LAMRANI, 2013, p. 32), foi sancionada em 23/10/1992, em plena campanha



juntamente, com a Lei Helms Burton, de 1996, codificou o formato atual do bloqueio, procurando conferir “legalidade” à guerra econômica e ampliou as medidas extraterritoriais, além de, praticamente, impedir o Presidente de suspender o Bloqueio sem aval do Congresso, ainda que ele conserve faculdades para autorizar transações com a ilha mediante a emissão de licenças (HOFFMANN, 1997, p. 62; KAPLOWITZ, 1998, p. 180).

Nesse sentido, a Lei Torricelli estabelece, entre outras medidas, punições a países que fornecessem subsídios para Cuba, determina que barcos que ancorem em portos cubanos ficariam 180 dias proibidos de entrar nos Estados Unidos<sup>34</sup>, bem como proíbe as filiais de companhias estadunidenses estabelecidas em outros países de comercializarem com Cuba ou nacionais cubanos. Sobre esta proibição, vale destacar que noventa por cento de todo comércio entre essas filiais e Cuba consistia em comida e medicamentos (LAMRANI, 2013, p. 32).

Por sua vez, a Lei Helms Burton<sup>35</sup> procurou preencher as lacunas da legislação anterior e ampliar o alcance do bloqueio, estabelecendo diversas medidas polêmicas, como a codificação em Lei de todas as ordens presidenciais que versavam sobre o bloqueio até março de 1996, eliminando a prerrogativa histórica que era concedida ao Presidente para dosar as sanções com base em ações cubanas (KAPLOWITZ, 1998, p. 180; BENSON, 2000, 108) e conduzir a política externa do país, uma vez que esta ficava limitada às disposições da Lei Helms Burton (QUESADA, 1997, p. 38). Nesse sentido, Joaquín Roy (1997) a caracteriza como um caso insólito de automutilação dos privilégios do próprio presidente para liderar a política exterior.

Além disto, há um conjunto de medidas extraterritoriais claras e intervencionistas no Título II da Lei Helms Burton, que estabelece a impossibilidade de se suspender o bloqueio

---

eleitoral, uma vez que a comunidade cubano-americana tinha grande peso na política interna do Estado da Flórida e Nova Jersey e naquela oportunidade George H. Bush buscava a recondução ao cargo na eleição que ocorreria uma semana depois (BANDEIRA, 2009, p. 661). Tal Lei também é denominada “Emenda Torricelli”, uma vez que a mesma foi proposta como uma emenda à “*National Defense Authorization Act for Fiscal Year 1993*” (Título XVII, Capítulo 69 do *US Code*). A prática dos EUA de legislar extraterritorialmente sobre Cuba remonta à independência da ilha, quando a Emenda Platt, que também levava o nome do parlamentar que a propôs, foi aprovada como parte do “*The 1901 Army Appropriations Bill*” e posteriormente foi copiada e aprovada como apêndice à Constituição de Cuba de 1901, o que se conheceu como Emenda Platt, que tornava a ilha uma “neocolônia” (BRAVO, 1998, p. 31).

<sup>34</sup> Seção 6005, b, 1, da Emenda Torricelli. (USCODE, 2018).

<sup>35</sup> Essa Lei foi proposta pelo senador Jessé Helms e pelo deputado Dan Burton e foi aprovada durante a campanha presidencial de 1996 pelo Presidente William Clinton após Cuba derrubar dois aviões em seu espaço aéreo procedentes dos Estados Unidos, sob a justificativa de que violavam seu espaço aéreo regularmente (Título XVII, Capítulo 69A do *US Code*).



com um governo que incluía a Fidel ou Raul Castro<sup>36</sup> e determina um conjunto de reformas que impõe um modelo político-econômico a ser seguido por Cuba, em total desconsideração ao Princípio da Autodeterminação, fixando como deve ser um governo “pós-castrista” na ilha<sup>37</sup>.

Em seguida, o Título III possibilita a demanda ante tribunais norte-americanos de qualquer pessoa que “realize atividades econômicas” com bens nacionalizados por Cuba depois do triunfo da Revolução. Essa parte da Lei é uma artimanha para deslegitimar o direito à nacionalização por meio da criação de causas de responsabilidade civil vinculados às figuras jurídicas de “confisco” e “tráfico”<sup>38</sup>, cuja definição se estende a condutas diretas e indiretas relacionadas a bens “confiscados” de estadunidenses (ou cubanos que se nacionalizaram<sup>39</sup>) em Cuba (COSNARD, 1996, p. 35). Ademais, esse título é o mais controverso da lei e objetiva, ainda que indiretamente, atacar o investimento estrangeiro em Cuba (WHITE, 2015, p. 110), uma vez que investidores estrangeiros em Cuba poderiam ser processados nos EUA. Tais demandas foram afastadas porque, nesta lei, há uma possibilidade de suspensão de sua aplicação, que desde a sua sanção foi renovada a cada seis meses pelo Presidente dos Estados Unidos<sup>40</sup>, sendo isto uma mudança ao projeto original, como concessão a Bill Clinton, por

---

36 A Seção 205, § 7º, da Lei Helms Burton impõe a desaparecimento política de Fidel e Raul Castro.

37 Essa medida indica o obrigatório não reconhecimento do governo revolucionário pelos EUA e a necessidade de se instalar um novo governo na ilha. Tal medida parece incoerente porque, entre 1959 e 1961, os EUA reconheceram o governo revolucionário da ilha e o fazem novamente desde 2015. Tal incoerência é fruto da contradição que a própria Lei Helms-Burton representa na institucionalidade norte-americana, pois essa Lei vinculou a prerrogativa do Presidente de conduzir a política externa do país e aplicar sanções a outros países ao seu texto. Trata-se, portanto, de uma política imperial que buscava isolar a Cuba de apoio internacional ainda que fosse necessário rever a própria legislação norte-americana.

38 Na Lei Helms Burton o termo “*traffic*” se refere à suposta ilegal utilização de propriedades cubanas “confiscadas”. Segundo o artigo 13, seção 4, dessa Lei, uma pessoa “*trafica*” com “propriedades confiscadas” quando, ciente e intencionalmente, realiza um dos atos abaixo descritos: (i) *sells, transfers, distributes, dispenses, brokers, manages, or otherwise disposes of confiscated property, or purchases, leases, receives, possesses, obtains control of, manages, uses, or otherwise acquires or holds an interest in confiscated property*; (ii) *engages in a commercial activity using or otherwise benefiting from confiscated property, or (iii) causes, directs, participates in, or profits from, trafficking (as described in clause (i) or (ii)) by another person, or otherwise engages in trafficking (as described in clause (i) or (ii)) through another person, without the authorization of any United States national who holds a claim to the property.* (HELMS-BURTON, p. 51-52, 1997, grifo nosso).

39 A Lei chega ao absurdo de desconsiderar se a pessoa afetada por nacionalizações era ou não estadunidense ao tempo que teve sua propriedade nacionalizada, o que é uma aberração jurídica, uma vez que um cubano, ou uma pessoa de outro país, que foram afetados por nacionalizações poderiam, desde que tenha adquirido cidadania americana, demandar nos Estados Unidos a quem hoje maneja o seu bem em Cuba, o que significa de fato uma proteção consular retroativa e exacerbada sem fundamentos mínimos. Com base nesse dispositivo, aproximadamente 400 (quatrocentos) mil cubanos que adquiriram cidadania estadunidense poderiam demandar às pessoas que “trafiquem” com suas antigas propriedades, que atualmente pertencem ao Estado Cubano (ROY, 1997, p. 177).

40 Recentemente, Trump suspendeu novamente a aplicação do Título III da Lei Helms-Burton, conforme Seção 306, “c”, 2, dessa Lei. Ainda que não seja aplicado pode ser utilizado como pressão sobre Cuba futuramente.



apoiá-la durante a campanha presidencial, de 1996, nas eleições primárias na Flórida e Nova Jersey (LEOGRANDE, 1997, 213).

Sobre este tema, a União Europeia (UE) levou a questão a julgamento ante a Organização Mundial do Comércio (OMC) e, por causa disso, esse título não foi aplicado, em razão de acordo conhecido como “posição comum” da UE, que Fidel Castro caracterizou como um “pacto de conveniência absolutamente imoral”.

Esse acordo<sup>41</sup> consistiu em os EUA suspenderem a aplicação de medidas previstas nos títulos III (por decisão presidencial) e IV (por consenso com o Congresso) da Lei e concederem autorizações para a UE realizar investimentos em petróleo na Líbia ou em outros lugares, em troca da retirada da queixa da OMC por parte da UE (BANDEIRA, 2009, p. 662; ROY, 1997, p. 188). Ademais, Roy (1997) alega que os EUA se encontravam isolados e que tal acordo foi a única alternativa para evitar que se abrisse a porta a danos colaterais no sistema de livre comércio da OMC.

Em síntese, estas Leis buscaram, além da punição a Fidel Castro por questionar a arrogância imperial dos Estados Unidos (BANDEIRA, 2009), o estabelecimento de um “governo democrático” em Cuba, com “uma economia de mercado e com o direito à propriedade privada”, além de eleições “livres e imparciais”<sup>42</sup>, procurando impor, desta forma, um modelo político e econômico que a ilha deve adotar, o que configura grave violação ao Direito à autodeterminação contido na Carta da ONU. Em vista disso, a aprovação dessas Leis ocorreu com base em argumentos questionáveis, utilizando-se uma retórica similar à da Guerra Fria.

Além disso, é necessário reiterar que as aprovações dessas Leis não podem ser desvinculadas das campanhas presidenciais de 1992 e 1996. Nesse sentido, Michel (1997) considera que eram fruto da busca dos candidatos em atrair o eleitorado americano, principalmente na Flórida e Estados vizinhos, em detrimento do DIP, uma vez que é utilizada como arma econômica contra Cuba e suas operações econômicas internacionais.

---

41 Antes de chegar a esse acordo com a UE, os EUA rechaçaram a jurisdição da OMC para resolver a questão, sob o argumento que a Lei Helms-Burton se tratava de um tema de segurança nacional (BLUM, 2005, p. 43; KAPLOWITZ, 1998, p. 185) e não uma disputa comercial, o que corrobora para mostrar que as sanções se tratam de um Bloqueio, e não uma eventual política de restrições comerciais.

<sup>42</sup> Título II, Seção 206, §3 e 6 da Lei Helms-Burton.



Como reação de Cuba à Lei Helms Burton, foi aprovada uma Lei<sup>43</sup> que reitera o reconhecimento do direito dos proprietários norte-americanos afetados pela Revolução a receberem uma compensação, desde que não seja pelo procedimento da Lei Helms-Burton e quando seja celebrado um acordo com os EUA (KAPLOWITZ, 1998, p. 184).

Por outro lado, com a previsão clara de medidas extraterritoriais e a proposta de resolução condenatória pelo governo cubano na ONU, a comunidade internacional percebeu que esta não era uma política excepcional ou atípica dos Estados Unidos, mas que se tratava de potencializar o conflito com Cuba (HOFFMANN, 1997, p. 57). Nesse sentido, a tentativa de derrubar a liderança cubana, após a Guerra Fria, ocorreu ignorando o Direito Internacional, principalmente no que tange à exacerbada jurisdição extraterritorial dos EUA ou, pelo menos, aceitando que essas leis ilegais seriam aplicadas por pouco tempo, caso os seus objetivos fossem alcançados rapidamente, o que não aconteceu.

Nessa perspectiva, Benson (2000) sustenta que a Lei Helms Burton teve um efeito contrário ao esperado, ou seja, de estimular a Democracia e Direitos Humanos em Cuba, uma vez que parece retardar uma maior abertura política de Cuba e dificultar o processo de transição política e econômica do país. Da mesma forma, é possível indagar, como faz Bravo (1996), que tal política, ao dificultar o desenvolvimento econômico e o aprofundamento dos laços comerciais, estaria prejudicando o avanço da Democracia e a ampliação de Direitos Humanos em Cuba.

A própria suposição dos EUA que o endurecimento do bloqueio provocaria a mudança de governo em Cuba, ainda que sob grandes pressões internacionais devido à flagrante ilegalidade dessa medida, indiretamente se baseava em um receio que a suspensão do bloqueio possibilite a reafirmação das conquistas sociais de Cuba e que a experiência cubana fosse reproduzida na América Latina e o Caribe.

De toda forma, tal política parece contradizer os princípios básicos do Direito Internacional, reproduzindo a lógica da Guerra Fria em um novo contexto, e sua aplicação tem sido rechaçada pela comunidade internacional e trazido inúmeros danos ao país, como discutiremos adiante.

---

<sup>43</sup> Ver “*Ley Número 80*”, de 24/12/1996, também denominada “*Ley de Reafirmación de la dignidad y soberanía cubanas*”.



## **A Aplicação Extraterritorial do Bloqueio e seus Limites: os efeitos econômicos e a reação da comunidade internacional**

“Mencionar los problemas económicos de Cuba sin mencionar el bloqueo es como encontrar un ahogado con los pies metidos en cemento en el fondo de una piscina y llegar a la brillante conclusión de que se ahogó porque no sabía nadar” (CORREA, 2007).

Como foi dito anteriormente, o bloqueio fere princípios básicos de Direito Internacional Público, tais como o Princípio da Autodeterminação dos Povos e o de Não-Intervenção, isso ocorre principalmente em razão da aplicação de Leis que interferem em diversos assuntos de competência soberana de Cuba, tais como o comércio exterior do país.

O princípio geral que deve prevalecer no Direito é o da jurisdição territorial, esta como expressão da soberania dos Estados, por meio do exercício de jurisdição sobre pessoas e bens no seu território. Salvo algumas exceções, a extraterritorialidade se caracteriza como violação da soberania de outro Estado e, portanto, intervenção em seus assuntos internos. Além disso, a soberania pode servir também como um freio a aplicações unilaterais abusivas de normas de Direitos Humanos.

Segundo Biggs (1998), há nos Estados Unidos, devido à força de suas empresas transnacionais e à globalização, uma tendência progressiva de extensão de sua jurisdição extraterritorial, principalmente por meio de sua legislação econômica, o que se baseia na “doutrina dos efeitos”, que prega que, embora se viole princípios gerais do Direito Internacional, os Tribunais dos EUA devem exercer sua jurisdição sobre condutas ou bens externos que tenham efeitos no seu território, tais como supostamente as relacionadas a Cuba.

Dentre as medidas extraterritoriais aplicadas a Cuba, a política de perseguição financeira às operações financeiras é a que mais parece causar danos ao país, principalmente pelo impedimento à obtenção de crédito e à imposição de multas, por meio do Departamento de Tesouro e Comercio<sup>44</sup>, a bancos que negociem com a ilha caribenha. Algumas instituições financeiras já foram multadas, como os Bancos BNP Paribas, Crédit Agricole (França), Commerzbank (Alemanha) e Toronto-Dominion Bank (Canadá), dentre outros diversos casos elencados no Relatório apresentado à AGNU anualmente, demonstrando a vigilância e a ingerência do Departamento de Estado dos EUA sobre as transações internacionais cubanas.

---

<sup>44</sup> Essas sanções são aplicadas principalmente pela Oficina de Controle de Ativos Estrangeiros, cuja sigla em inglês é OFAC.



Ainda que a extraterritorialidade das sanções tenha sido revigorada com a aprovação das Leis Torricelli e Helms-Burton, essa característica esteve presente desde a decretação do bloqueio. Neste sentido, em 1968, os EUA comunicaram a Itália que qualquer produto que contivesse níquel cubano, uma das principais matérias primas exportadas por Cuba, seriam retidos na alfandega americana (LAMRANI, 2013, p. 28).

Ademais, durante a Guerra Fria, tais medidas ocorriam por meio do *TWEA*<sup>45</sup> e outras leis. Com a aprovação da Lei Torricelli, a comunidade internacional pôde observar de maneira mais clara a aplicação extraterritorial das Leis estadunidenses, uma vez que se estabeleceu que as sucursais de empresas estadunidenses em terceiros países estavam proibidas de comercializar com Cuba ou nacionais cubanos. Em razão disso, uma fábrica de Coca Cola, no México, ou uma filial da General Motors, na Inglaterra, não poderia ter relações comerciais com Cuba, o que foi parcialmente renunciado em razão da quantidade de protestos contra tal medida (HOFFMANN, 1997, p. 58).

Para exemplificar, é possível observar o caso da empresa chilena “*Distribución y Servicio D&S SA*”, que, após ser adquirida pelo Walmart em 2009, suspendeu suas relações comerciais com Cuba (LAMRANI, 2013, p. 38). Além dela, a companhia *Paypal* cancelou o pagamento de mais de 100 clientes europeus que tentaram comprar a entrada para a estreia do documentário “*Havana Moon-The Rolling Stones Live in Cuba*”, nos cinemas europeus sob a justificativa que a descrição da transação era proibida pelo Departamento do Tesouro dos EUA, bem como comunicou à “Associação Cubano-Dinamarquesa” que teria fechada sua conta na plataforma porque a Associação violava as regras do bloqueio, além de outros casos elencados no Relatório apresentado à ONU.

Segundo esse relatório, o dano econômico gerado ao povo cubano pela aplicação do bloqueio é de cerca de U\$130,2 bi (cento e trinta bilhões de dólares) (CUBAVSBLOQUEO, 2017, p. 64). Apesar de ser um valor controverso, fornece uma ideia do grande impacto econômico para um país, já que equivale ao tamanho da economia atual de Cuba, cujo PIB é de cerca de U\$ 133 bi, em 2017.

Além disto, vale destacar que o bloqueio afeta diretamente os programas de cooperação internacional que Cuba desenvolve, com maior destaque para os programas de

---

45 Essa Lei foi aplicada já em outubro de 1960, quando proibiu-se qualquer exportação a Cuba, exceto alimentos e medicamentos (WHITE, 2015, p. 100). Ademais, sob o amparo dessa Lei se confiscaram ativos cubanos nos EUA e se proibiu a pessoas sujeitas à jurisdição norte-americana de realizar operações financeiras e comerciais com Cuba, a menos que seja concedida uma licença para tanto (CUBA VS BLOQUEO, 2017, p. 04).



educação e saúde. Neste sentido, a aplicação extraterritorial dificulta tais ações, pois permite a negativa de diversos bancos, em países que cubanos estão em missões internacionais, bem como a negativa de empresas a vender produtos médicos, sempre sob a justificativa de que Cuba se encontra “sob sanções internacionais”.

Em síntese, a aplicação extraterritorial é ilegal, pois recai sobre assuntos internos de terceiros, uma vez que regulamenta a relação econômica desses países com Cuba.

Nesse sentido, Herrera pontua que:

O conteúdo normativo deste embargo — especialmente a extraterritorialidade das suas regras, as quais pretendem impor à comunidade internacional sanções unilaterais por parte dos Estados Unidos, ou a negação do direito de nacionalização através do conceito de “tráfico” — é uma violação característica da letra e do espírito da Carta das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, assim como dos próprios fundamentos do direito internacional.

A extensão exorbitante da competência territorial dos Estados Unidos é contrária ao princípio da soberania e à não intervenção nas decisões internas de um Estado estrangeiro — consagrado em jurisprudência pela Corte Internacional de Justiça —, e opõe-se aos direitos do povo cubano à auto determinação e ao desenvolvimento. Entra também em contradição surpreendente com as liberdades de comércio, de navegação e de circulação de capitais, que os Estados Unidos reivindicam paradoxalmente em toda a parte do mundo.

Além de ilegítimo este embargo é imoral pois ataca as conquistas sociais realizadas por Cuba há vários anos e põe em perigo os êxitos — reconhecidos por um grande número de observadores internacionais independentes (especialmente os da OMC, da UNESCO, da UNICEF e várias ONGs) — como são os sistemas públicos de educação, de investigação, de saúde e de cultura, e a participação do pleno exercício dos direitos humanos (2003, p. 3).

Desta forma, a tentativa dos Estados Unidos de estender a sua jurisdição a diversos países, o que, conforme comunicado da União Europeia, não encontra bases no Direito Internacional<sup>46</sup>, foi contraposta por uma forte condenação internacional ao neocolonialismo e imperialismo contido nessas medidas, cujos efeitos extraterritoriais afetam pessoas submetidas à jurisdição de outro Estado.

Conquanto a condenação internacional ao bloqueio tenha ganhado maior repercussão com as resoluções condenatórias aprovadas na AGNU, desde o início das sanções a Cuba já ocorreram manifestações contrárias a essa política imperialista. Observa-se, ainda nos anos 60, a objeção de alguns países da região, tais como Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador e México à expulsão de Cuba da OEA (BANDEIRA, 2009, p. 364).

---

<sup>46</sup> A União Europeia assim se manifestou sobre a jurisdição extraterritorial exacerbada dos Estados Unidos: “*The EU cannot accept that the United States should seek through unilateral legislation to determine and restrict the EU's economic and commercial relations. This extraterritorial extension of U.S. jurisdiction has no basis in international law*” (citado por KAPLOWITZ, 1998, p. 184).



Nesta organização, em 1964, se aprovou, em razão de pressão estadunidense, um bloqueio continental sobre todo comércio a Cuba, que excluiu apenas a venda de comidas e medicamentos (LAMRANI, 2013, p. 27) e “recomendou” o rompimento de relações diplomáticas a todos os países do hemisfério, o que não foi atendido apenas por Canadá e México.

Entretanto, no início da década seguinte, um grande número de países latino-americanos comercializava com Cuba e pressionavam a OEA para suspender as sanções, com notoriedade para as atividades do governo chileno. Nesse sentido, em 1972, o Peru ingressou com um pedido de suspensão do banimento e que possibilitasse o comércio e relações diplomáticas com a ilha, o que foi negado. Sem prejuízo disso, naquele ano, quatro vizinhos caribenhos estabeleceram relações comerciais e diplomáticas com Cuba, da mesma forma que a Argentina no ano seguinte (KAPLOWITZ, 1998, p. 86).

Vale destacar que, neste caso, a Argentina proporcionou crédito a Cuba no valor de US\$ 200 milhões anuais, sob a taxa de 6% anuais por um período de 6 anos, que inicialmente foram utilizados na compra de alimentos<sup>47</sup>. Sem prejuízo disso, em razão do interesse comercial, a Argentina pressionou os EUA para que fossem concedidas licenças que permitissem às filiais argentinas da Chrysler, General Motors e Ford vender a Cuba, o que efetivamente ocorreu, em abril de 1974, e se tornou uma exceção à vigência extraterritorial do bloqueio (KAPLOWITZ, 1998, p. 87).

Essa ação foi determinante para que, em 1975, dez das vinte e duas nações latino-americanas restabelecessem relações diplomáticas com Cuba, o bloqueio proposto pela OEA fosse suspenso<sup>48</sup> e os EUA suspendessem as restrições para comércio de filiais norte-americanas em outros países com Cuba (KAPLOWITZ, 1998, p. 90).

No entanto, tais restrições apareceriam, novamente, na Lei Torricelli, configurando-se como aplicação extraterritorial de legislação doméstica estadunidense (KAPLOWITZ, 1998, p. 148).

Nesse contexto, em 1991, Cuba propôs uma Resolução contra o bloqueio na AGNU que, entretanto, não chegou a ser votada e foi retirada devido às pressões dos Estados Unidos.

---

<sup>47</sup> Ver o livro *Perón-Fidel: Línea Directa*, de José Bodes.

<sup>48</sup> Nesta ocasião, inclusive os EUA votaram para suspender o bloqueio que haviam imposto em 1962 na OEA sob notáveis protestos, tais como o do “*Canciller de la dignidad*” cubano Raul Roa. Isso demonstra como o bloqueio é um processo que se renova, pois, mesmo que algumas exigências norte-americanas para o fim do mesmo sejam cumpridas, elas acabam se renovando, assumindo outras formas (HAVRANEK, 1998, p. 155).



No entanto, no ano seguinte, após a sanção da Lei Torricelli, a AGNU votou, pela primeira vez, a Resolução “Necessidade de levantar o bloqueio econômico, financeiro e comercial imposto pelos Estados Unidos da América contra Cuba”, que condenou, como ilegais, as sanções estadunidenses. Desde então, pouquíssimos países votaram a favor do bloqueio<sup>49</sup> e tal condenação se repetiu por 26 vezes, com destaque para a votação de 2016 em que, no fim do mandato de Obama e diante do processo de retomada de laços diplomáticos, os EUA se abstiveram, o que reforça a ilegalidade e ilegitimidade das sanções denunciadas pela comunidade internacional, conforme o quadro abaixo:

ONU VOTACIONES					
Resolución contra el Bloqueo					
1992   2017					
AÑO	A FAVOR	EN CONTRA	ABSTENCIONES	AUSENCIAS	PAÍSES EN CONTRA
1992	59	3	71	46	EE.UU.   Israel   Rumania
1993	88	4	57	35	EE.UU.   Israel   Albania   Paraguay
1994	101	2	48	33	EE.UU.   Israel
1995	117	3	38	27	EE.UU.   Israel   Uzbekistán
1996	137	3	25	20	EE.UU.   Israel   Uzbekistán
1997	143	3	17	22	EE.UU.   Israel   Uzbekistán
1998	157	2	12	14	EE.UU.   Israel
1999	155	2	8	23	EE.UU.   Israel
2000	167	3	4	15	EE.UU.   Israel   Islas Marshall
2001	167	3	3	16	EE.UU.   Israel   Islas Marshall
2002	173	3	4	11	EE.UU.   Israel   Islas Marshall
2003	179	3	2	7	EE.UU.   Israel   Islas Marshall
2004	179	4	7	7	EE.UU.   Israel   Palau   Islas Marshall
2005	182	4	1	4	EE.UU.   Israel   Palau   Islas Marshall
2006	186	4	1	-	EE.UU.   Israel   Palau   Islas Marshall
2007	184	4	1	-	EE.UU.   Israel   Palau   Islas Marshall
2008	185	3	2	-	EE.UU.   Israel   Palau
2009	187	3	2	-	EE.UU.   Israel   Palau
2010	187	2	3	-	EE.UU.   Israel
2011	186	2	3	2	EE.UU.   Israel
2012	188	3	2	-	EE.UU.   Israel   Palau
2013	188	2	3	-	EE.UU.   Israel
2014	188	2	3	-	EE.UU.   Israel
2015	191	2	0	-	EE.UU.   Israel
2016	191	0	2	-	-
2017	191	2	0	-	EE.UU.   Israel

Fonte: CUBAVSBLOQUEO, 2018.

Da análise do quadro se pode constatar que, além do número crescente de apoios que a proposta cubana foi recebendo ao longo dos anos e, embora tenha havido no início um

<sup>49</sup> Sobre as votações, Salim (2006, p.17) agrega que o voto romeno, de 1992, ocorreu por erro.



expressivo número de abstenções e ausências, não houve um forte movimento contrário a tal Resolução e, menos ainda, a possibilidade de sua rejeição, já que o máximo de votos contrários alcançados foi de, apenas, quatro países entre os mais de 190 que possuem atualmente assento na ONU. Além disso, já em 1994 se alcançou maioria de votos favoráveis de membros e, a partir de 2006, torna-se evidente um amplo apoio ao governo cubano, praticamente sem ausências e com não menos de 97% de votos condenatórios ao bloqueio.

No que se refere à condenação da comunidade internacional a tais medidas, isto é significativo, embora seus efeitos sejam de ordem moral e política já que, efetivamente, tal resolução não é impositiva. Neste sentido, deve-se destacar que não há instrumentos jurídicos que obriguem os Estados participantes a vincular-se ao decidido pela maioria, conforme assevera Rezek:

“inúmeras resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas foram objeto da mais ostensiva indiferença, e até mesmo de ataques violentos por parte de Estados-membros dissidentes. O caso das intervenções no Congo e no Oriente Médio foi prova precoce e suficiente do valor relativo das recomendações da Assembleia” (REZEK, 2013, p. 301).

No quadro, também é possível observar que, em 2017, com a investidura de Donald Trump, houve significativa mudança na posição dos EUA que votaram contra a Resolução. Apesar disso, tudo indica que a AGNU continuará a aprovar, por grande maioria de votos, tal resolução. De alguma forma, espera-se que isto possa incidir sobre a normalização efetiva das relações bilaterais cubano-estadunidenses.

Desta forma, é possível observar que, atualmente, o bloqueio é condenado de forma quase universal, o que, entretanto, não significa o levantamento do mesmo, considerando a força do país que o impõe. Nesse sentido, um possível cumprimento forçado por meio do Conselho de Segurança da ONU é não apenas improvável como praticamente quase impossível, por se tratar de uma potência internacional e que, além do poder de veto americano, aplica-se também o §7º do art. 2 da Carta da ONU, que impossibilita a intervenção da ONU “em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição interna de qualquer Estado” (REZEK, 2013 p. 393), ainda que haja uma violação ao Direito Internacional, reconhecida globalmente como nesse caso.

Além da condenação na ONU, outras medidas reforçam essa reprovação e inclusive afastam a jurisdição extraterritorial estadunidense, pelo menos no que se refere à aplicação da Lei Helms-Burton em seu território, as quais podem ser classificadas como “Leis antídoto” ou “Leis espelho” que foram aprovadas no Canadá e no México (VERDUZCO, 2008, p. 52-58),



bem como a adoção, por parte da EU, de uma “posição comum”, legislação que em parte os proibia de obedecer a Lei Helms-Burton (KAPLOWITZ, 1998, p. 185).

Sendo assim, pode-se apontar que a maior parte da comunidade internacional condena as políticas extraterritoriais conduzidas pelos EUA<sup>50</sup>, pois alegam que tais condutas não produzem efeitos positivos, oneram a população local e não favorecem a um diálogo construtivo acerca da política cubana, de maneira que o bloqueio reforça, ao invés de fragmentar, o apoio popular ao governo e a manutenção do discurso nacionalista (SILVA, 2012, p. 241).

Por fim, cabe mencionar que a OEA, considerando sua inserção regional, geralmente procurou se isentar de tal questão, embora tal discussão pudesse interessar aos países latino-americanos que mantinham intercâmbio comercial com a ilha, não houve envolvimento, diretamente, em tal temática, já que Cuba estava, formalmente, excluída de seus quadros.

Sem prejuízo disso, em 1996, a pedido da Assembleia Geral da Organização, o Comitê Jurídico Interamericano, de acordo às suas competências estabelecidas pelos artigos 104 e 105 da Carta da OEA, emitiu opinião *consultiva* que condena a Lei Helms-Burton, como uma lei que não se conforma com o Direito Internacional (VERDUZCO, 2008, p. 46-52), uma vez que, salvo exceções, nenhum Estado pode exercer atos de jurisdição sobre o território de outro. Essa condenação ocorreu pela unanimidade de seus membros, incluindo o representante dos EUA (BIGGS, 1998, p. 321).

Ademais, como demonstrado no Relatório apresentado às Nações Unidas, o Bloqueio fere Direitos Humanos básicos do povo cubano (CUBAVSBLOQUEO, 2017), tais como o direito à saúde e à alimentação, previstos no artigo 25, item I, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o que “exacerba as privações e as necessidades da população e ameaça permanentemente sua segurança alimentar, seu equilíbrio nutricional e seu estado de saúde” (HERRERA, 2003, p. 05), bem como afeta todos os setores da sociedade cubana e categorias de sua população (LAMRANI, 2013, p. 13).

Ainda que seja possível caracterizar as sanções dos EUA como um ilícito internacional conforme a Resolução nº 56/83 da AGNU, Nigel aponta que uma solução para o conflito “*will not entail the straightforward application of international law to the dispute*” (NIGEL, 2015, p. 99). Além disto, também sugere que “*An alternative method would be to agree with Cuba*

---

<sup>50</sup> Fruto desse rechaço, o presidente Obama tentou rever a política do bloqueio, mas, após mais de três anos da retomada das relações diplomáticas, é possível dizer que os efeitos políticos dessa tentativa foram praticamente nulos, revertidos quase de imediato por Trump.



*on a mechanism for settlement of the underlying dispute, perhaps akin to the Iran–US Claims Tribunal*” (NIGEL, 2015, p. 110), o que talvez não seja a melhor opção, uma vez que há um histórico de conflito e ressentimento entre as partes e, portanto, seria difícil compor um tribunal arbitrário para julgar a questão, além de ser necessário considerar o peso estadunidense como grande potência mundial.

Por fim, vale destacar que, mesmo considerando as críticas e a condenação, quase unânime ao bloqueio, não é possível visualizar sua solução para além da suspensão e de uma normalização efetiva das relações entre Cuba e EUA que dependem, cada vez mais, dos processos políticos internos de cada um dos países, principalmente dos EUA. Neste sentido, a própria Corte Internacional de Justiça parece ter pouca autoridade sobre o caso, uma vez que nem Cuba nem os EUA reconhecem a jurisdição compulsória da Corte, impossibilitando sua atuação sobre o caso. De toda forma, como se evidenciou neste trabalho, a superação do bloqueio é, sem dúvida, a condição necessária para a normalização das relações entre ambos os países e, de certa forma, a superação definitiva da lógica da Guerra Fria em nosso continente.

### **Considerações Finais**

Este trabalho procurou discutir a legalidade do bloqueio imposto a Cuba pelos EUA, considerando os princípios do Direito Internacional Público contemporâneo. Embora cientes de que o conflito entre EUA e Cuba remonta à independência da potência do norte e é uma das principais heranças da Guerra Fria, consideramos fundamental abordar tal temática para perceber os avanços e limites do Direito Internacional, principalmente no que se refere à soberania e autodeterminação, no contexto atual.

Para tanto, analisamos, inicialmente, a constituição e desenvolvimento do Direito Internacional Público, considerando a emergência da soberania moderna e, com ela, dos sistemas de Estados e o processo de regulação das relações entre os mesmos. Neste sentido, procuramos demonstrar que os princípios de soberania e autodeterminação, dentre outros, são elementos fundamentais para a convivência e o aprofundamento dos laços dos Estados Nacionais e inserem-se na criação, desenvolvimento e consolidação dos Organismos Internacionais contemporâneos, bem como dos Regimes Internacionais, em distintas áreas, que se procuram aprimorar.



Em seguida, analisamos a emergência do conflito entre Cuba e EUA, pós-1959, e a emergência do bloqueio econômico estadunidense, que se constitui como uma das políticas, no contexto da Guerra Fria, para afetar o governo revolucionário cubano devido, entre outros, por seus laços com o bloco socialista.

Além disto, procuramos definir em que se constitui tal bloqueio e como tais políticas foram reforçadas, nos anos 90, com a promulgação de duas leis, a Torricelli e a Helms-Burton, que, ao procurar ampliar e aprofundar o alcance do bloqueio, incidiram sobre normas de DIP, principalmente no que se refere ao caráter extraterritorial das mesmas, e acentuaram as dificuldades de superação ao conferir apenas ao Congresso estadunidense a prerrogativa de sua suspensão integral.

Apesar do rechaço de grande parte da comunidade internacional, como se pode observar nas votações na ONU ou nas declarações e ações de diversos governos ao redor do planeta, e, principalmente, apesar da retomada recente dos laços diplomáticos entre os dois países, tal política se mantém, incidindo sobre a economia e a sociedade cubana, dificultando o desenvolvimento adequado de suas potencialidades e onerando os custos de qualquer operação financeira com o país.

Diante disto, podemos demonstrar que, à luz do Direito Internacional, o bloqueio é ilegal porque priva Cuba de ter uma política soberana, pela extensão extraterritorial das leis dos EUA e por pretender impor à ilha caribenha um modelo político-econômico, o que é condenado pela quase totalidade da comunidade internacional.

Além disto, para além da ilegalidade, tal política parece que não se reverterá em um curto período, ainda que seja o principal obstáculo para a efetiva normalização da relação bilateral entre os países. Desta forma, o aprofundamento desta relação passará, inevitavelmente, pela suspensão integral das normas e medidas que sustentam tal bloqueio.

### **Referências Bibliográficas**

ACCIOLY, Hildebrando; CASELLA, Paulo Borba; DO NASCIMENTO E SILVA, Geraldo E. Manual de Direito Internacional Público. 20ª ed., São Paulo: ed. Saraiva, 2012, 1352 p.

ACEVEDO, Claudio Barroilhet. Embargos comerciales en el transporte marítimo. Revista de Derecho (Valparaiso), núm. XLIII, julio-diciembre, 2014, pp. 39-75 Pontificia Universidad



Católica de Valparaíso, Valparaíso, Chile. Disponível em:  
<<http://www.redalyc.org/pdf/1736/173636985001.pdf>> Acesso em: 21/04/2018.

Amnistía Internacional. “El Embargo Estadounidense Contra Cuba: su impacto en Los Derechos Económicos y Sociales” (2009). Disponível em:  
<<https://www.amnesty.org/download/Documents/44000/amr250072009spa.pdf>> Acesso em: 21/04/2018.

AYERBE, Luis Fernando. A revolução cubana. São Paulo: Editora UNESP, 2004, 133 p.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, 687 p.

BENSON, Todd. A lei Helms-Burton: um obstáculo à democracia em Cuba? Política Externa. São Paulo, vol. 9, n. 1, p. 105-125, junho-agosto, 2000.

BIGGS, Gonzalo. Reflexiones acerca de la Ley Helms-Burton, em O Direito internacional no terceiro milênio. São Paulo: LTR, 1998, p. 319-336.

BLANCO, Abelardo; DÓRIA, Carlos A. Revolução Cubana: de José Martí a Fidel Castro (1868-1959). São Paulo, Editora Brasiliense, 1983, 2ª ed., 105 p.

BLUM, William. Cuba y los Estados Unidos: Casi un siglo de terrorismo (p. 35-51), en Terrorismo de Estados Unidos contra Cuba: el caso de los cinco. Compilador: Salim Lamrani. La Habana, Editorial José Martí, 2005, 210 p.

BODES, José; LÓPEZ, José Andrés. Perón-Fidel: Línea Directa: cuando la Argentina rompió el bloqueo a Cuba. Buenos Aires, Ediciones del Dragón, 2003, 217 p.

BRAVO, Olga Miranda. CUBA/USA Nacionalizaciones y el Bloqueo. La Habana, 1996, Editorial de Ciencias Sociales, 121 p.

\_\_\_\_\_. Vecinos indeseables: La base yanqui de Guantánamo. La Habana, 1998, Editorial de Ciencias Sociales, 187 p.

CABALLERO, Ivonne Rocio Arreola. El bloqueo de Estados Unidos a Cuba desde la perspectiva de los principios de derecho internacional. Tesis que para obtener el título de Licenciada en Derecho, presenta Ivonne Rocio Arreola Caballero; asesor Ruperto Patiño Manffer. Facultad de Derecho, UNAM, Ciudad de México, 2004, 121 p. Disponível em:  
<<http://tesis.unam.mx/>> Acesso em: 06/05/2018.



CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado por Fidel Castro Ruz no encerramento do Encontro Mundial de Solidariedade com Cuba, realizado no Teatro Karl Marx, Havana, 25/11/1994.

CORREA, Rafael. Entrevista concedida pelo então Presidente do Equador, Rafael Correa Delgado, para a produção do documentário “El Horizonte según el Che” (2007), produzido pelo Grupo Criativo do Conselho de Estado da República de Cuba e pela rede televisiva TELESUR, em homenagem ao 40º aniversário da caída em combate de Ernesto Che Guevara.

COSNARD, Michel. Les Lois Helms-Burton et D'Amato-Kennedy, Interdiction de Commercer avec et D'investir dans certains pays. *Annuaire Français de Droit International*, CNRS Editions, Paris, XLII éd., 1996, p. 33-61.

Corte Internacional de Justiça. Relatório do Caso das Atividades Militares e Paramilitares na e Contra a Nicarágua, de 26 de junho de 1986, da Corte Internacional De Justiça. Reports of Judgments. Advisory Opinions and Orders Case Concerning Military and Paramilitary Activities in and Against Nicaragua (Nicaragua V. United States of America). Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/files/case-related/70/070-19860627-JUD-01-00-EN.pdf>> Acesso em: 28/04/2018.

COTAYO, Nicanor León. El Bloqueo a Cuba, La Habana, 1983, Editorial de Ciencias Sociales, 463 p.

CUBA VS BLOQUEO. Informe de Cuba Sobre la Resolución 71/5 de la Asamblea General de las Naciones Unidas, titulada “Necesidad de poner fin al bloqueo económico, comercial y financiero impuesto por los Estados Unidos de América contra Cuba”. Junio de 2017. Disponível em: <[http://www.cubavsbloqueo.cu/sites/default/files/InformeBloqueo2017/informe\\_de\\_cuba\\_sobre\\_bloqueo\\_2017\\_espana.pdf](http://www.cubavsbloqueo.cu/sites/default/files/InformeBloqueo2017/informe_de_cuba_sobre_bloqueo_2017_espana.pdf)> Acesso em: 30/04/2018.

\_\_\_\_\_, Cronologia. Disponível em: <<http://www.cubavsbloqueo.cu/es/cronolog-a>> Acesso em: 30/04/2018.

\_\_\_\_\_, Quadro de Votações na Assembleia Geral da ONU. Disponível em: <<http://www.cubavsbloqueo.cu/es/votaciones-agnu>> Acesso em: 30/04/2018.

DECLARAÇÕES de reconhecimento da jurisdição compulsória da Corte Internacional de Justiça. Disponível no site da Corte Internacional de Justiça: <<http://www.icj-cij.org/en/declarations>> Acesso em: 06/05/2018.

DIÉGUEZ, Andrés Zaldívar. Bloqueo: el asedio económico más prolongado de la Historia. La Habana: Editorial Capitán San Luis, 2003. P. 200.



DIENA, Julio. Derecho Internacional Público. Casa Editorial Bosch, Barcelona, 1946.

Guercio, Maria Rita; Carvalho, Dorisney de. Cuba e Estados Unidos: uma história de hostilidades (p. 125-134) in *Revolução cubana: historia e problemas atuais/ Osvaldo Coggiola* (organizador) São Paulo, ed. Xamã, 1998.

GORDON, M. W. The Settlement of Claims for Expropriated Private Property between Cuba and Foreign Nations Other Than the United States. *University of Miami Inter-American Law Review*, Rev. 457, 10-1-1973, 457-470.

HAVRANEK, Alice. “Cuba na atualidade: O impasse e o silêncio”. In: *Revolução cubana: história e problemas atuais/ Osvaldo Coggiola* (organizador) São Paulo, ed. Xamã, 1998.

HOFFMANN, Bert. Buenos Aires, *Revista Nueva Sociedad* Nro. 151 Septiembre-October 1997, pp. 57-72.

HELMS-BURTON: *Slavery Law*. La Habana, Editorial José Martí, publicaciones en lenguas extranjeras, 1997, 94 p.

HERRERA, Rémy. Os efeitos do “embargo” dos EUA contra Cuba e as razões para a necessidade urgente de levantá-lo. Declaração escrita do autor apresentada pelo Centre Europe Tiers Monde (CETIM), ONG de carácter consultivo com sede em Genebra, à Comissão de Direitos Humanos da ONU, Subcomissão de Promoção e Protecção dos Direitos Humanos, 55ª sessão, 28 de Julho-15 de Agosto de 2003. Disponível em: [http://resistir.info/cuba/herrera\\_embargo\\_portugues.html](http://resistir.info/cuba/herrera_embargo_portugues.html)> Acesso em: 21/04/2018.

KAPLOWITZ, Donna Rich. *Anatomy of a Failed Embargo: U.S. Sanctions against Cuba*. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 1998, 246 p.

LAMRANI. Salim. *The Economic War Against Cuba: A Historical and Legal Perspective on the U.S. Blockade*. Monthly Review Press, New York, 2013, 142 p.

\_\_\_\_\_. *Cuba frente al imperio: propaganda, guerra económica y terrorismo de Estado*. Editorial José Martí, 2006, 184 p.

LENIN ANDRÉS, Freire Terán. *El Embargo impuesto a Cuba por los Estados Unidos de Norteamérica según el Derecho Internacional Público*”. Proyecto de investigación previo a la obtención del Título de Abogado; Tutor: Mtro. Ángel Giovany Lucio Vásquez. Facultad de Jurisprudencia, Ciencias Políticas y Sociales, Universidad Central del Ecuador, Quito, marzo de 2016, 127 p.



*Ley Número 80*, de 24/12/1996, também denominada “*Ley de Reafirmación de la dignidad y soberanía cubanas.*” Disponível no site da *Asamblea Nacional del Poder Popular*: <<http://www.parlamentocubano.cu/index.php/documento/ley-de-la-dignidad-y-soberania-cubanas/>> Acesso em: 17/05/2018.

LEOGRANDE, William M. *Enemies Evermore: US Policy towards Cuba after Helms Burton.* *Journal of Latin American Studies*, v. 29, February 1997, p. 211-221.

LÓPEZ, Mariana Hortensia Moreno. El endurecimiento del embargo económico estadounidense a Cuba con la aplicación de la Ley Torricelli de 1992. Tesis presentada para obtener el título de Licenciada en Relaciones Internacionales; asesor Rosamaría Villarello Reza. Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM, 2011, 83 p. Disponível em: <<http://tesis.unam.mx/>> Acesso em: 01/05/2018.

MAZZUOLI, Valério. *Direito Internacional Público: Parte Geral.* São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 6ª ed. 2012. 237 p.

MORALES DOMINGUEZ, Esteban. Cuba – Estados Unidos: las esencias de una confrontación histórica. *Cuadernos de Nuestra América, La Habana*, 2004, vol. XVII, n. 33, p. 165-188.

ONU, Carta da Organização das Nações Unidas, 1945. Disponível em: <<http://www.un.org/es/charter-united-nations>> Acesso em: 21/04/2018.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 626, de 1952, sobre o Direito a explorar livremente as riquezas e recursos naturais, foi aprovada pela durante o 7º período de sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em: <[http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/626\(VII\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/626(VII))> Acesso em: 21/04/2018.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 1803, aprovada pela durante o 17º período de sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em: <[http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/1803\(XVII\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/1803(XVII))> Acesso em: 21/04/2018.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 2131, que contém a Declaração sobre a inadmissibilidade da intervenção nos assuntos internos dos Estados e proteção da sua independência e soberania, foi aprovada pela durante o 20º período de sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em: <[http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/2131\(XX\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/2131(XX))> Acesso em: 21/04/2018.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 3281, que contém a Carta de Direitos e Deveres econômicos dos Estados, aprovada no 29º período de sessões da Assembleia Geral das



Nações Unidas. Disponível em:  
<[http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/3281\(XXIX\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/3281(XXIX))> Acesso em: 21/04/2018.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 56/83 da AGNU, aprovada em 28 de janeiro de 2002, com base em relatório da Sexta Comissão da AGNU, que trata sobre a Responsabilidade Estatal por atos internacionalmente ilícitos. Disponível em:  
<<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/56/83>> Acesso em: 21/04/2018.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 72/4, do 72º período de sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas, aprovada em 1º de novembro de 2017, cujo título é “Necesidad de poner fin al bloqueo económico, comercial y financiero impuesto por los Estados Unidos de América contra Cuba”. Disponível em:  
<<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/72/4>>  
<[https://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/72/4](https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/72/4)> Acesso em: 21/04/2018.

PELLET, Alain. Sanctions, Extraterritorialité, Intervention Des Lois Très Reprochable, p. 321- 334. In: Sanctions Unilatérales, Mondialisation Du Commerce Et Ordre Juridique International. A Propos Des Lois Helms-Burton Et D'Amato-Kennedy. CEDIN, Paris X Nanterre, Cahiers Internationaux, 1997, 340 p., sous la Direction de Habib Gherari et Sandra Szurek.

Proclamation 3447, de 03 de fevereiro de 1962, disponível no site do *United States Government Publishing Office* (GPO): <<https://www.gpo.gov/fdsys/pkg/STATUTE-76/pdf/STATUTE-76-Pg1446.pdf>> Acesso em: 28/04/2018.

Proclamation of Interdiction, disponível no site do *United States Government Publishing Office* (GPO) : <<https://www.gpo.gov/fdsys/pkg/STATUTE-77/pdf/STATUTE-77-Pg958.pdf>> Acesso em: 28/04/2018.

QUESADA, Ricardo Alarcón de. Helms-Burton Slavery Law. Editorial José Martí, La Habana, 1997, 94 p.

ROY, Joaquín. El impacto internacional de la ley Helms-Burton. Revista Estudios Internacionales del Instituto de Estudios Internacionales de la Universidad de Chile, ano XX, nº 118, 1997, p. 170-194.

SADER, Emir. Cuba: um Socialismo em construção. Editora Vozes, 2001, 119 p.

SANTORO, Maurício. Cuba após a Guerra Fria: mudanças econômicas, nova agenda diplomática e o limitado diálogo com os EUA. Rev. Bras. Polít. Int. 53 (1): 130-140 [2010].



SELA (Sistema Económico Latinoamericano). El Proceso de expropiación e indemnizaciones en Cuba. Buenos Aires, Ediciones Corregidor, 1999.

SILVA, Marcos Antônio da. Cuba e a eterna guerra fria: mudanças internas e política externa nos anos 90. Dourados: Ed. UFGD, 2012.

SLOBODA, Pedro Muniz Pinto. O Embargo a Cuba à Luz do Direito Internacional. In: Cleyson de Moraes Mello; Vanderlei Martins; João Eduardo de Alves Pereira. (Org.). O Direito em Movimento. Juiz de Fora: Editar, 2015, p. 87-100.

US CODE. Chapter 69 – Cuban Democracy (Section 6001 to 6010). Disponível no site do “Office of the Law Revision Counsel of the United States House of Representatives” : <<http://uscode.house.gov/browse/prelim@title22/chapter69&edition=prelim>> Acesso em: 29/05/2018.

VÁZQUEZ, ADOLFO SÁNCHEZ. “La Revolución Cubana y el Socialismo”. In: LOWY, Michael. El marxismo en América Latina. Santiago: LOM Ediciones, 2007.

VERDUZCO, Alonso Gómez-Robledo. Temas Selectos de Derecho Internacional. III, Universidad Nacional Autónoma De México, Quinta EDICIÓN, 2008, p. 19-58 e 549-571.

WHITE, Nigel D. The Cuban Embargo under International Law: El Bloqueo. New York: Taylor and Francis Group, 2015, 208 p.



## **As Potencialidades e os Limites do Direito Internacional Público contemporâneo: uma análise do bloqueio imposto à Cuba pelos EUA**

### **Resumo**

Este trabalho analisa o bloqueio imposto pelos Estados Unidos da América a Cuba, considerando os princípios do Direito Internacional relativos à soberania, autodeterminação e não intervenção. Para tanto, discute como tais elementos se constituem numa marca fundamental para o desenvolvimento do Direito Internacional Público contemporâneo. Em seguida, analisa a origem e o aprimoramento, ao longo dos anos, de tal política até alcançar, nos anos 90, sua formulação mais recente e elaborada nas leis Torricelli e Helms-Burton. Finalmente, analisa os efeitos do bloqueio e a reação contrária da comunidade internacional, demonstrando que este se constitui numa violação de princípios básicos do Direito Internacional Público e num dos principais obstáculos para a normalização efetiva das relações entre Cuba e Estados Unidos da América (EUA).  
**Palavras-Chaves:** Bloqueio; Direito Internacional Público; Lei Helms-Burton; Normalização; Soberania.

## **The Potentialities and Limits of Contemporary Public International Law: an analysis of the blockade imposed on Cuba by the United States**

### **Abstract**

This paper analyzes the blockade imposed by the United States of America on Cuba, considering the principles of international law regarding sovereignty, self-determination and non-intervention. To this end, it discusses how these elements constitute a fundamental mark for the development of contemporary public international law. Then, it analyzes the origin and the improvement, over the years, of such policy until reaching, in the 90's, its most recent formulation and elaborated in the Torricelli and Helms-Burton acts. Finally, it analyzes the effects of the blockade and the contrary reaction of the international community, demonstrating that it is constituted as a violation of the basic principles of Public International Law and one of the main obstacles to the effective normalization of relations between Cuba and the United States (USA).  
**Keywords:** Blockade; Public International Law; Helms-Burton Act; Normalization; Sovereignty.

## **Las Potencialidades y los Límites del Derecho Internacional Público Contemporáneo: un análisis del bloqueo impuesto a Cuba por EEUU**

### **Resumen**

Este trabajo analiza el bloqueo impuesto por los Estados Unidos de América a Cuba, considerando los principios de Derecho Internacional relativos a la soberanía, autodeterminación y no intervención. Para tanto, discute como tales elementos se constituyen en una marca fundamental para el desarrollo del Derecho Internacional Público contemporáneo. En seguida, analiza el origen y perfeccionamiento, durante los años, de tal política, hasta alcanzar, en los años 90, su formulación más reciente y elaborada en las leyes Torricelli y Helms-Burton. Finalmente, analiza los efectos del bloqueo y la reacción contraria de la comunidad internacional, demostrando que este se constituye como una violación de los principios básicos del Derecho Internacional Público e en uno de los principales obstáculos para la normalización efectiva de las relaciones entre Cuba y los Estados Unidos de América (EEUU).  
**Palabras-Claves:** Bloqueo; Derecho Internacional Público; Ley Helms-Burton; Normalización; Soberanía.



DOI: 10.21057/10.21057/repamv13n3.2019.26972

## O Panorama da Internet em Cuba e uma Análise da Chegada do Google na Ilha

Recebido: 31-08-2019  
Aprovado: 27-11-2019

Vanessa Oliveira<sup>1</sup>

Nas inúmeras discussões acerca dos usos da internet pelo mundo, é comum ver Cuba enquadrada entre os contextos autoritários, ao lado de países como a China<sup>2</sup> e o Irã, onde a rede é oficialmente censurada. Via de regra, discute-se a internet em Cuba pela sua negação: pelo controle estatal sobre o fluxo de informações (BIDDLE, 2013: 3) ou pela incapacidade da Ilha de universalizar a rede<sup>3</sup>. São escassos os estudos mais detalhados, capazes de lançar luz sobre as particularidades do uso e da penetração, tanto da rede quanto do conteúdo virtual, no contexto específico dessa sociedade.

As generalizações acerca da internet – e da chamada “desconexão” – em Cuba turvam, por exemplo, as possibilidades de leitura crítica, mesmo por pesquisadores e agentes políticos progressistas, sobre o interesse de transnacionais como o Google, o Airbnb ou a Amazon pela Ilha. Considerando-se a polarização política que ronda qualquer debate acerca de Cuba, pode-se dizer que tanto defensores quanto opositores da Revolução têm seu conjunto de simplificações sobre os caminhos da conexão à internet na Ilha. Pela esquerda, é recorrente uma certa “vista grossa” sobre a carga ideológica que acompanha os conglomerados tecnológicos do Vale do Silício, como se a disponibilização do acesso fosse mais urgente do que o cálculo das implicações político-econômico-sociais de fazê-la por meio de tais empresas. E do ponto de vista conservador, o clichê mais comum é basear a crítica da precariedade de acesso em Cuba em modelos ideologicamente pré-concebidos sobre o direito

<sup>1</sup>Vanessa de Souza Oliveira, brasileira, doutora pelas universidades UFABC e Paris 8, email: [nessa.souzaoliver@gmail.com](mailto:nessa.souzaoliver@gmail.com)

<sup>2</sup> Cf. ARSÈNE, 2011b.

<sup>3</sup> Cuba's Internet: Censorship And High Costs Mean Web Access Will Remain Elusive For Most Cubans. Disponível em: <<http://www.ibtimes.com/cubas-internet-censorship-high-costs-mean-web-access-will-remain-elusive-most-cubans-2106830>>. Acesso em: 23 nov. 2015



individual à liberdade de expressão<sup>4</sup>. Como se o que se considera “liberdade de expressão” em países capitalistas liberais fosse um valor universal, automaticamente aplicável a contextos absolutamente díspares.

O filósofo francês Raymond Aron<sup>5</sup> divide a liberdade em diversas subcategorias: de expressão, de circulação e de empreendimento, entre outras. Tal categorização é importante para evitar uma visão simplista de liberdade como um conceito universal e positivo por si só. Esta concepção liberal, frequentemente instrumentalizada por conservadores – talvez o melhor exemplo seja a forma como os Estados Unidos empunham o slogan da “Liberdade” em todas suas incursões militares<sup>6</sup> – acaba por fragmentar realidades coletivas em individualidades atomizadas, dispersando o potencial transformador da luta de classes em uma confusão de lutas de todos contra todos.

Não se trata aqui de um discurso contrário à liberdade de expressão, mas da constatação de que, nas democracias representativas liberais, este direito é mediado pelo capital. Ou seja, a liberdade de expressão, ainda que propagada dentro da perspectiva liberal como uma universalidade a ser encampada e resguardada inclusive juridicamente, acaba na prática restrita a quem tem acesso a meios hegemônicos de transmissão midiática. A estrutura da internet, por ser uma rede de redes distribuídas, criou a ilusão de que era iminente uma quebra do monopólio da liberdade de expressão por parte do poder econômico ou político (no caso de países em que o Estado detém e controla os meios de comunicação). O que defendemos aqui é que esta perspectiva não sobrevive ao surgimento das redes sociais e de sua instrumentalização social, política e econômica pelos antigos detentores do monopólio informativo. Assim, o advento da internet voltou a mostrar duas coisas: 1) que a ideia liberal de liberdade de expressão universal não tem como se consolidar em uma sociedade mediada pela distribuição desigual do poder inerente ao sistema de exploração capitalista; 2) que nenhum meio tecnológico é, por si só, capaz de refundar as relações de poder dentro de uma

---

<sup>4</sup> <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2019/cuba> Acesso em 05. mai.2019.

<sup>5</sup> Cf. ARON, 1965. Neste ensaio, Aron confronta Marx e Tocqueville na tentativa de entender a tensão entre liberdades formais e liberdades reais. O autor busca entender quais são as liberdades reconhecidas pelo Direito sem que os meios para que elas se efetivem existam e tece um manifesto pelo liberalismo político, que nada tem a ver com uma apologia ao poder auto-regulador do mercado e sua auto-regulação, mas que é propositalmente confundido com essa corrente, causando grande confusão ideológica.

<sup>6</sup> Exemplos da instrumentalização político-ideológica do conceito de Liberdade por chefes de Estado estadunidenses abundam. Mas a título ilustrativo, recordamos o discurso proferido por George W. Bush em 20 de março de 2003 ao anunciar a invasão ao Iraque, sob o pretexto (depois comprovado fraudulento) de que Saddam Hussein possuía armas de destruição em massa. As últimas linhas do texto diziam: “Defenderemos nossa liberdade. Levaremos liberdade para os outros e venceremos”. A íntegra do discurso pode ser encontrada no link <https://www.theguardian.com/world/2003/mar/20/iraq.georgebush> (Acesso em 05.mai2019).



sociedade. Em suma, defendemos que a liberdade de expressão se efetiva pela distribuição de poder (político e econômico) e não pela falsa escolha entre dois agentes autoritários – Capital e Estado – que controlam, em maior ou menor grau de aliança e coordenação, o fluxo comunicacional.

No que diz respeito a Cuba, essa perspectiva liberal do conceito de liberdade de expressão fica nítida na crítica que reduz a questão do acesso à internet ao papel do Estado como um censor, um agente do cerceamento da liberdade de expressão – que, no século XXI, é frequentemente associada à possibilidade de livre navegação pela internet. Não que não haja interesse do Estado no controle do fluxo informativo; de fato, há. Mas isso não é um diferencial cubano ou mesmo socialista. Estados ditos liberais também controlam e cerceiam fluxos informativos, seja de forma direta, seja por meio de agentes privados. Tal perspectiva, bem como outra igualmente acrítica, que enxerga a precariedade do acesso à internet como um estandarte de pureza revolucionária, acaba por impedir uma análise séria tanto das políticas oficiais sobre a rede quanto das práticas cotidianas da população cubana em relação aos usos das TICs e ao consumo de bens culturais<sup>7</sup>.

No cenário cubano, a realidade é demasiado complexa para essa leitura binária: interagem redes independentes *offline*, compilação e venda de filmes e outros produtos culturais baixados da internet, além de roubo e redistribuição de redes *wi-fi* a custo inferior ao oferecido pela estatal de telecomunicações. Esse cenário exige uma ressignificação do que é “estar conectado” em Cuba, bem como a necessidade de se reavaliar os parâmetros para entender o grau de acesso à internet no país. Para analisar o fenômeno da desconexão em Cuba, optamos aqui por analisar suas particularidades históricas. Consideramos que a crítica da desconexão em uma perspectiva de direito individual é flagrantemente anacrônica, visto que trata-se de um território cujas concepções política, histórica, econômica e ideológica não são liberais.

A pesquisadora Anidelys Rodríguez Brito recorta a história da internet em Cuba entre os anos de 1970 e 1996, avaliando-a a partir de dois pilares: o bloqueio financeiro dos Estados Unidos contra a Ilha e o chamado Período Especial – a crise econômica dos anos 1990, consequência do fim do subsídio soviético. Em uma breve linha do tempo, Brito destaca a criação, nos anos 70, de *designs* tecnológicos originais cubanos (uma necessidade decorrente do embargo) para a comutação de pacotes de dados no Centro de Investigações Digitais (CID)

---

<sup>7</sup>O conceito de bem cultural ou digital designa “um conjunto amplo e heterogêneo” de propriedade intelectual, que vai da produção artística (fotos, vídeos, música) a softwares. (Cf. ESCANDELL, 2015).



e no Instituto de Matemática, Cibernética e Computação (IMACC). Desde os anos 80, a condição de isolamento financeiro dificultou a conexão internacional, propiciando o desenvolvimento de tecnologias para o processamento e transmissão de dados, além do surgimento de redes nacionais. Entre 1990 e 1996, conforme aprofunda-se o estrangulamento econômico e a escassez de investimentos internacionais é agravada por conta do colapso do bloco socialista, Cuba luta para manter uma posição regional destacada no que tange “a busca de alternativas para o impulso e aplicação das técnicas de internet”, por meio da criação de redes de conexão para setores estratégicos, como saúde e educação<sup>8</sup>.

O engenheiro Jesús Martínez Alfonso<sup>9</sup> detalha em texto de 1993 como a década de 1970 foi crucial para o desenvolvimento da informática na Ilha<sup>10</sup>. Amparada por investimentos externos, Cuba pôde fomentar um primeiro grupo de jovens pesquisadores que apostaram na construção de uma arquitetura de rede própria para trafegar dados, independente das que vinham sendo desenvolvidas no resto do mundo. Nesta época, o único vínculo tecnológico com o exterior aconteceu quando a equipe cubana, utilizando microprocessadores Z80 e 8080 e sistemas operacionais CP/M e, posteriormente, MSDOS, programou um protocolo de comunicação baseado nas normas internacionais da época.

Ao final daquela década, o CID e o IMACC passaram a receber aportes financeiros e parcerias acadêmicas, conforme aprofundavam-se as relações entre Cuba e os países membros do Conselho de Ajuda Mútua Econômica<sup>11</sup> (CAME/COMECON), que possibilitou a troca de informações e o acesso a grande parte da base de dados da URSS, que fazia seu próprio esforço de desenvolvimento de redes de comunicação.

O IDICT (*Instituto de Información y Documentación Científica y Técnica*) e o Instituto de Sistemas Automatizados (VNIIPAS), da antiga URSS assinam em 1980, o primeiro acordo que permitia o estabelecimento de um terminal de computadores com um link de satélite síncrono entre um país europeu e um país do Caribe, neste caso o satélite utilizado era o russo Intersputnik. Baseado neste acordo foi possível trazer para Havana a tecnologia necessária e, com expertise dos jovens técnicos cubanos, estabelecer a primeira conexão, a uma velocidade

---

<sup>8</sup>La ruta de Internet en Cuba. Disponível em: <<https://www.periodismodebarrio.org/internetencuba/2018/04/13/la-ruta-de-internet-en-cuba/>>. Acesso em: 1.abr. 2019.

<sup>9</sup>Formado na Ucrânia, no início dos anos 1980, o engenheiro cubano trabalhou no Ministério de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, onde dirigiu o projeto de conexão de Cuba à internet.

<sup>10</sup> Alfonso, Jesús Martínez. Una breve mirada a la Historia de la Internet Cubana | Historia de Internet en América Latina y el Caribe. Disponível em: <<https://interred.wordpress.com/1993/02/12/una-breve-mirada-a-la-historia-de-la-internet-cubana/>>. Acesso em: 3 abr. 2019.

<sup>11</sup> CAME, também conhecida como COMECON, foi a principal organização econômica do campo socialista. Surgiu logo após a Segunda Guerra Mundial, durante uma conferência realizada em Moscou, na União Soviética, em janeiro de 1949 e teve a participação da Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia, URSS e Checoslvaquia. CAME - EcuRed. Disponível em: <<https://www.ecured.cu/CAME>>. Acesso em: 3 abr. 2019.



de 1200 bps<sup>12</sup>.

Nos anos 1980, foram desenvolvidas tecnologias para o processamento e a transmissão de dados, além da criação de redes nacionais. Alfonso cita três importantes iniciativas que marcaram o período: 1) a introdução em Cuba de “máquinas grandes”<sup>13</sup> de processamento de dados e de minicomputadores, capazes de ampliar a capacidade e a velocidade da transmissão de informações, o que possibilitou conexões pioneiras, via satélite, entre Havana e Moscou; 2) as primeiras redes de longa distância (WAN – *Wide Area Network*), que garantiram a implementação de correios eletrônicos já no final daquela década; 3) a criação dos *Jóvenes Clubes de Computación y Electrónica*, uma rede de centros tecnológicos comunitários, que tinha como objetivo educar a sociedade cubana no uso das novas tecnologias<sup>14</sup>.

Neste mesmo relato, Alfonso conta que, em 1989, Cuba teve seu primeiro contato real com a comunidade da Internet durante a visita de técnicos estadunidenses da Rede não-governamental PEACENET, da APC (Association of Progressive Communication), vindos de São Francisco, Califórnia. A visita se repetiu em 1990. A ilha foi incluída nesta mesma época no Programa Regional de Desenvolvimento das Novas Tecnologias para países em desenvolvimento, garantindo a visita em abril de 1991 de Enzo Puliati, coordenador do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e de Teodoro Hope, criador e diretor da rede costarriquenha *Huracán*. Nesta fase de discussões também esteve muito próximo dos debates o brasileiro Carlos A. Afonso, à época, conselheiro do CGI, o Comitê Gestor da Internet no Brasil.

Segundo Alfonso, nesta ocasião, houve seminários e a primeira implementação, via protocolo UUCP, de um correio eletrônico conectado à Internet, especificamente ao nó principal da rede *Huracán*. Alfonso lembra:

O projeto deveria ser autossustentável e tinha garantido inicialmente um fundo para seis meses de operação, devendo seguir posteriormente com recursos próprios (...). Mas, quatro meses depois, os fundos acabaram, a conexão com a Costa Rica foi cancelada e começamos a fazer UUCP com o nó Web (esse era o nome) da rede APC, no Canadá. Dessa maneira, a chamada acontecia do nó WEB ao CENIAI e era a APC que assumia o custo deste nó, com o apoio de amigos de Cuba que faziam contribuições para manter a conexão. (...) Isso aconteceu até 1994, quando o nó Web desapareceu, depois de ser comprado pela companhia canadense Nirv

<sup>12</sup>bps: *bytes* por segundo. Medida da velocidade de transmissão de dados.

<sup>13</sup> Alfonso explica que “nesta década a base fundamental do processamento de dados acontecia nas chamadas “máquinas grandes”, modelos soviéticos ou alemães, cópias dos famosos computadores IBM 370”. (tradução nossa)

<sup>14</sup>La ruta de Internet en Cuba. Disponível em: <<https://www.periodismodebarrio.org/internetencuba/2018/04/13/la-ruta-de-internet-en-cuba/>>. Acesso em: 1 abr. 2019.



Center. A partir daí, se estabelecem relações contratuais entre esta empresa e o IDICT<sup>15</sup>. (tradução nossa)

Paralelamente, os Estados Unidos se mobilizavam para utilizar geopoliticamente a genuína preocupação cubana com a desconexão. Em 1992, o presidente George Bush (pai) assinou a Lei Torricelli (Cuban Democracy Act) que buscava atualizar os métodos de penetração da política estadunidense na Ilha, tornando a ingerência mais discreta. A decisão culminou na facilitação da venda de serviços e equipamentos de telecomunicações para Cuba<sup>16</sup>. Bert Hoffman conta que:

(...) a "lei Torricelli" de 1992 pavimentou o caminho para a promoção de comunicações bilaterais individuais entre os Estados Unidos e a ilha, como forma de "buscar a transição pacífica para a democracia" (U.S. Congress 1992, Sec. 1703). Ao mesmo tempo em que reforçava as sanções dos EUA contra Cuba em outras áreas, a lei Torricelli suspendia seletivamente sanções até então existentes sobre as telecomunicações e o serviço de correios para a ilha, afirmando que: "Serviços de telecomunicações entre os Estados Unidos e Cuba devem ser permitidos. Infraestruturas de telecomunicações estão permitidas na quantidade e qualidade necessárias para providenciar serviços de telecomunicações eficientes e adequados entre os Estados Unidos e Cuba. (...) O serviço de Correios dos Estados Unidos devem tomar as ações que forem necessárias para providenciar um serviço postal direto de e para Cuba (...)" (U.S. Congress 1992, Sec. 1705, e-f).

Entretanto, estava explicitamente excluído do relaxamento das sanções qualquer "investimento dos Estados Unidos na rede doméstica de telecomunicações dentro de Cuba. (ibid.)"<sup>17</sup>. (HOFFMAN, 2004, p. 157-8, tradução nossa)

Ainda que a legislação estadunidense determinasse que Washington reteria a parte correspondente à Cuba do faturamento proveniente das conexões telefônicas particulares entre

---

<sup>15</sup> "Esta conexión se hacía vía llamada telefónica conmutada de larga distancia internacional y como proyecto auto-sostenible tenía garantizado inicialmente un fondo para gastos de 6 meses de operación por parte de los acuerdos firmados con el PNUD y después debía continuar con fondos propios. (...) Cuatro meses después, se agotan los fondos destinados al proyecto, se cancela la conexión por Costa Rica y comenzamos a hacer UUCP con el nodo Web (así era su nombre) de la red APC en Canadá. Esta vez la llamada se realizaba del nodo WEB a CENIAI y el costo era asumido por este nodo APC y por la solidaridad, amigos de Cuba que hacían contribuciones para que esta conexión se mantuviera. (...) Esta situación se mantuvo hasta el año 1994, cuando desaparece el nodo Web producto de una compra por la compañía canadiense Nirv Center, se establecen relaciones contractuales de servicio entre esta empresa y el IDICT.

<sup>16</sup> Cf. RECIO SILVA, 2013, p. 7.

<sup>17</sup> "(...) the 'Torricelli Law' of 1992 opened the way to promoting individual two way communication between the United States and the island in order "to seek a peaceful transition to democracy" (U.S. Congress 1992, Sec. 1703). While reinforcing U.S. sanctions against Cuba in other areas, (...) the Torricelli law selectively lifted hitherto existing sanctions on telecommunications and postal connections to the island, stating that: 'Telecommunications services between the United States and Cuba shall be permitted. Telecommunications facilities are authorized in such quantity and of such quality as may be necessary to provide efficient and adequate telecommunications services between the United States and Cuba. (...) The United States Postal Service shall take such actions as are Cuba's necessary to provide direct mail service to and from Cuba (...)' (U.S. Congress 1992, Sec. 1705, e-f). Explicitly excluded from this easing of sanctions, however, was any U.S. 'investment in the domestic telecommunications network within Cuba' (ibid.)". (Hoffman, 2004, p. 157-8)



os dois países<sup>18</sup>, a Lei Torricelli abriu precedente para que diversas companhias estadunidenses negociassem, diretamente com o governo cubano, acordos de exploração financeira das ligações. Havana seguiu denunciando a lei como “subversão ideológica”, mas, de acordo com Hoffman, o "acordo de compartilhamento de receitas acabou se tornando uma importante fonte de divisas para Cuba". (ibidem)

Esse reordenamento do bloqueio abriu precedente para que, em 1996, o OFAC (*Office of Foreign Assets Control*) – a agência do Tesouro Estadunidense responsável pela fiscalização das restrições econômicas do embargo – desse autorização para que a Sprint Corporation (que se fundiria à Nextel em 2005) montasse a infraestrutura necessária para que Cuba tivesse acesso à internet. A condição era que tais conexões fossem exclusivamente dedicadas à troca de informações, ficando proibida sua utilização para a realização de transações financeiras. À época, a Sprint forneceu a Cuba uma conexão satelital de 64 kbps, a um custo mensal de US\$ 10 mil, em um acordo que deveria obrigatoriamente ser renovado a cada mês. (Cf. RECIO SILVA, 2013, p. 7)

Um dos frutos do acordo foi a rede Infomed, uma iniciativa do Centro Nacional de Informação em Ciências Médicas que surgiu em 1991 e começou a funcionar plenamente em 1992. Este programa ambicioso, encabeçado pelo professor de comunicação Pedro Urra, tinha como objetivo garantir aos médicos cubanos acesso a artigos científicos e a um correio eletrônico que possibilitasse trocas e parcerias universitárias, em uma tentativa de segurar no país o capital humano, que emigrava maciçamente para escapar à crise dos anos 90<sup>19</sup>. O Período Especial havia forçado Cuba a descontinuar a publicação de milhares de livros e revistas acadêmicas, como forma de poupar recursos. A solução foi começar a pensar em caminhos para digitalizar as futuras produções e encontrar uma maneira de distribuir o material por todo o país. “Foi uma resposta concreta e histórica às necessidades de informação do sistema de saúde e à formação dos recursos humanos”, comentou Urra em uma entrevista que nos concedeu em 2016<sup>20</sup>.

De acordo com Urra, a ideia inicial era “apropriar-se das tecnologias e dar um sentido

---

<sup>18</sup>Por mais que as comunicações entre os dois países houvessem ficado legalmente suspensas desde a entrada em vigência do embargo, a telefônica estadunidense AT&T mantinha um cabo subaquático desde 1921, que operava ligações entre Cuba e os Estados Unidos. Washington permitiu que conexões existentes continuassem ativas, mas proibiu qualquer modernização do equipamento. Com o tempo, elas se tornaram definitivamente obsoletas: das 60 milhões de tentativas anuais de ligações apenas 1% era completado, até a entrada em vigência da Lei Torricelli. (ibidem)

<sup>19</sup> Cf. RECIO SILVA, 2014; DÍAZ ANTUNEZ, 2007; Urra GONZÁLEZ, 2011.

<sup>20</sup> Entrevista concedida à autora em 2016 por Urra González em \_\_\_\_\_ (data?), traduzida pela autora.



adaptado ao contexto do país”, com soluções que fossem compatíveis à situação cubana, como a utilização de código aberto, software livre etc. Para ele, essas escolhas se basearam mais nas “circunstâncias históricas” do que em um engajamento militante por redes democráticas: “Nós optamos por usar Linux muito cedo, porque era o que melhor se adequava à flexibilidade necessária ao projeto que faríamos”. Isso porque, com a assinatura da lei *Cuban Liberty and Democratic Solidarity Act* ou *Helms–Burton Act* pelo presidente democrata Bill Clinton em 1996, somou-se à proibição de que companhias estadunidenses fechassem contratos diretamente com Cuba, o estabelecimento de sanções a empresas de outros países que utilizassem tecnologia estadunidense ou que tivessem seu produto final composto por mais de 10% de material de procedência estadunidense.

Alfonso lembra que, apesar do Período Especial, o governo entendia que o investimento em tecnologia não deveria cessar:

(...) em nenhum momento se freou o desenvolvimento das duas linhas que já estavam definidas: a de transmissão de dados por comutação de pacotes ou X.25, com projetos de redes nacionais como RENACyT, CITMA e a rede de turismo SIME, além das redes UUCP e os serviços de Internet. Foi também neste ano que a empresa Telefónica Cubana, INTERTEL S.A. iniciou os trabalhos de implementação de uma rede Wan com nós x.25 na cidade de Havana com conexão internacional às grandes redes mundiais com o protocolo X.75. Essa rede, que foi batizada de CubaNet começou a ser explorada em julho de 1993 com conexões x.75 com Estados Unidos e Canadá. Com este resultado, o canal x.25, que mantinha o link do IDICT com Moscou, foi eliminado, passando a operar com a conexão da RedeCubaNet, que funcionou até agosto de 1996, quando Cuba entrou mais fortemente na Internet<sup>21</sup>. (Ibidem, tradução nossa)

O pesquisador e professor da Universidade da Califórnia Larry Press destaca que, naquele momento, Cuba era um país pioneiro no desenvolvimento da internet:

Cuba foi uma das nações caribenhas que lideraram o estabelecimento de uma rede pré-internet. A pequena comunidade de técnicos cubanos estava à frente de outros países naquele momento. Eles eram inteligentes, criativos e motivados. E acreditavam, com razão, que a internet era importante, que ela teria um impacto profundo nos indivíduos, nas organizações e na sociedade. Eles eram membros da comunidade internacional de pioneiros da internet<sup>22</sup>.

<sup>21</sup>(...) en ningún momento se pararon los desarrollos que venían realizando en las dos líneas que ya estaban definidas: la de la transmisión de datos por conmutación de *paquetes* o X.25, con proyectos proas de redes nacionales como RENACyTen el CITMA y la Red del Turismo por el SIME, y el de las redes UUCP y los servicios de Internet. Es en este año también que la empresa Telefónica Cubana, INTERTEL S.A., inicia los trabajos de implementación de una red Wan con nodos x.25 en Ciudad de La Habana con conexión internacional a las grandes redes mundiales con protocolo X.75. Está red, que se nombró CubaNet, inició su explotación en julio de 1993 con conexiones x.75 a Estados Unidos y Canadá. Con este resultado, se elimina el canal x.25 que hasta ese entonces mantenía el IDICT con Moscú pasando a operar una conexión con la moderna Red CubaNet, que se mantuvo hasta agosto del año 1996, cuando Cuba ingresa a Internet de manera dedicada.

<sup>22</sup>Cuba was one of the leading pre-Internet networking nations in the Caribbean. The small community of Cuban networking technicians was like that of other nations at the time. They were smart, resourceful, and motivated. They believed, correctly, that the Internet was important -- that it would have a profound impact on individuals, organizations and society. They were members of the international community of Internet pioneers.



(PRESS, 2011, p. 1, tradução nossa)

O que aconteceu? Por que tamanho pioneirismo não se converteu na conexão física de uma Ilha de pouco mais de 11 milhões de habitantes? A pesquisadora cubana Milena Recio Silva concorda com Anidelys Brito que essa estagnação está intrinsecamente ligada a duas causas exógenas: o bloqueio comercial e financeiro imposto a Cuba pelos Estados Unidos desde 1962; e o fim da União Soviética, em 1989, que mergulhou a Ilha em uma crise econômica e social sem precedentes (RECIO SILVA, 2013).

(...) o bloqueio econômico (...) constitui uma circunstância que compromete o desenvolvimento do país, dadas as características de um mundo marcado pelas interconexões e trocas globais cada vez mais fluidas. O segundo fator de grande importância é a existência de uma crise sistêmica no seio da sociedade cubana, que começou no início dos anos 1990 e cujas sequelas ainda persistem. Diante do fim da URSS e dos “socialismos reais” europeus, aliados de Cuba, os efeitos do bloqueio se potencializaram e deixaram às claras deformações estruturais da economia cubana que haviam sido dissimuladas nas décadas anteriores pela disponibilidade de abastecimentos seguros de matéria-prima e por um regime de importações e exportações estável<sup>23</sup>. (RECIO SILVA, 2013, p. 6, tradução nossa)

Para Press, porém, a estes fatores é necessário acrescentar outro, desta vez, endógeno: a apreensão do governo em relação à livre circulação de informações, que ele chama de “dilema do ditador” – o desejo de usufruir dos benefícios da abertura da tecnologia comunicacional sem enfrentar a ameaça da instabilidade política. Como dar às pessoas acesso à informação por uma melhor saúde, educação e comércio, enquanto se bloqueia a informação política? (PRESS, 2011)

De acordo com o autor, em 1995, o governo cubano teria optado por reduzir os investimentos em infraestrutura doméstica como forma de controlar o acesso à internet; ao contrário, por exemplo, do que fez a China, que foi capaz – um esforço possível graças à sua força econômica, há que se destacar – de desenvolver mecanismos de controle da internet, ao mesmo tempo em que investia em infraestrutura e desenvolvia sua rede e empresas rapidamente<sup>24</sup>.

---

<sup>23</sup>(...) el bloqueo económico (...) Constituye una circunstancia muy excepcional para el desenvolvimiento de un país en un mundo signado por las interconexiones e intercambios globales cada vez más fluidos. El segundo factor de importancia radical es la existencia de una crisis sistémica en la sociedad cubana, sobrevenida a principios de la década de los noventa, y cuyas secuelas aún persisten. Ante la desaparición súbita de la URSS y de los “socialismos reales” europeos, aliados de Cuba, los efectos del bloqueo se potenciaron, y dejaron al descubierto deformaciones estructurales de la economía cubana que habían sido disimuladas en décadas anteriores por la disponibilidad de suministros seguros de materias primas, y un régimen de importaciones/exportaciones estables.

<sup>24</sup> “O poder político e as instituições públicas [chinesas] acreditaram desde o início no potencial da internet; eles investiram em redes e favoreceram a penetração delas pelo país progressivamente. Os resultados não demoraram a aparecer, e em torno da internet surgiram múltiplas empresas privadas, de pequenas a grandes, tanto no



Acatamos e combinamos as duas leituras (RECIO SILVA e PRESS), para mostrar que a aceleração ou retardamento do desenvolvimento da internet em Cuba são fenômenos multifacetados. Mas acrescentamos que a (des)conexão cubana não é um fenômeno estático, dependente exclusivamente de fatores macroscópicos. É possível observar uma miríade de nuances ao se analisar a profusão de soluções (oficiais ou não) surgidas ao longo de três décadas, que buscaram promover o acesso e formas populares de troca e distribuição de conteúdo.

De acordo com a medição 2017 do índice de desenvolvimento das TIC (IDT) da ONU, Cuba, apesar de ter subido 3 posições, ainda era um dos 10 países do mundo menos conectados fisicamente, ocupando a posição 166 em um ranking de 176 países<sup>25</sup>.

A pesquisa mostra a necessidade de não confundir o isolamento geográfico da internet cubana com a inexistência de uma infraestrutura de rede. Como veremos a seguir, no caso cubano é importante distinguirmos desconexão global de desconexão local: Cuba claramente padece da primeira, mas é conectada domesticamente, como indica a curiosa pontuação. Isso porque pontua acima da média regional na subcategoria “habilidades”, enquanto fica por último nas demais. Se a desconexão é tão acentuada quanto sugere o relatório, como o país tem desenvolvido tantas habilidades (capacidades de utilização da internet)? Ora, porque a desconexão não é total, ela é simplesmente isolada parcialmente de uma rede global.

### **A Atualização do Socialismo Cubano e as Tensões em Torno da Web**

As políticas oficiais de conexão em Cuba sempre variaram entre a necessidade de apresentar soluções rápidas a problemas agudos (como a crise dos anos 1990 e o risco iminente de um êxodo de capital humano) e a tentativa de criar um fluxo de investimento

---

mercado das redes quanto dos serviços e, hoje, a China conta com empresas como Alibaba, Baidu, Lenovo, Huawei, Net Ease, Tencen, WeChat, Weibo, Xiaomi, que são grandes líderes do setor no país e, em alguns casos, as primeiras no ranking mundial de empresas ligadas à internet e à tecnologia em geral, com investimentos em áreas variadas e inclusive, no estrangeiro, todas consideradas envolvidas em negociações bem sucedidas.” Richeri, Giuseppe. « L’Internet en Chine, entre État et opinion publique », *Les Enjeux de l’information et de la communication*, vol. 19/1, no. 1, 2018, pp. 21-33.

<sup>25</sup> “Cuba exibe um perfil, um Índice de Desenvolvimento da Internet (IDI) atípico, pontuando relativamente bem na sub-categoria “habilidades”, mas registrando os menores resultados da região em termos de adesão a planos de celular e largura internacional de banda na sub-categoria “acesso” e de adesões a planos de banda-larga fixa, na subcategoria “utilização” (0,13 por 100 habitantes frente à média regional de 13,24%). [Cuba] também tem baixíssima pontuação em número de casas com acesso à internet (7,5%, contra média regional de 44,62%), além de pontuação nula para acesso à banda-larga móvel. Por outro lado, Cuba mostrou avanços significativos entre o IDI 2016 e o IDI 2017, dentro desta baixa pontuação, para todos os sub-indicadores de acesso e utilização.” *Measuring the Information Society Report*. v. 1, p. 45, 2017, tradução nossa.



estatal importante em inovação e formação profissional de qualidade. São exemplos desta segunda faceta da política de acesso: a criação de centros especializados como a UCI (*Universidad de las Ciencias Informáticas*) e a CUJAE (*Universidad Tecnológica José Antonio Echeverría*), em 1964, ambas focadas na formação técnica e no desenvolvimento de tecnologias; a criação do *Joven Club de Computación y Electrónica* em 8 de setembro de 1987 – centros de informática, que tinham o objetivo de introduzir os alunos do ensino primário à computação; o apoio a coletivos como o *Grupo de Usuarios de Tecnologías Livres* (GUTL) e o Firefoxmania, ambos surgidos em 2009, com autonomia para organizar conferências internacionais e desenvolver soluções informáticas locais, o que fomentou o desenvolvimento do software livre na Ilha.

No ano 2000, o Ministério das Comunicações de Cuba teve o nome alterado para Ministério da Informática e das Comunicações para abarcar a responsabilidade sobre questões relacionadas à tecnologia e informática, e iniciou o *Programa Rector para la informatización de la sociedad* (PRIS), cuja missão era pensar como as novas tecnologias poderiam trazer benefícios produtivos e sociais para Cuba<sup>26</sup>. Como demonstra Hamlet López, a perspectiva do programa sobre o “paradigma da sociedade da informação<sup>27</sup>” tem inspiração socialista:

A estratégia cubana reconhece a transversalidade das TIC na vida social e econômica e seu caráter estratégico para qualquer projeto de desenvolvimento. Apesar disso, se diferencia do paradigma da sociedade da informação quando propõe um modelo focado no uso social, organizado e intensivo das TIC, que privilegia a conexão das instituições e empresas de grande importância para a sociedade. Essa lógica responde às carências econômicas e materiais que limitam a disponibilidade de equipamentos e infraestrutura no país e a uma concepção particular de desenvolvimento apoiada em fortes políticas sociais<sup>28</sup>. (LÓPEZ, 2014, p.5, tradução nossa)

Mas ainda que houvesse a intenção declarada de criar uma internet calcada nas aspirações coletivas da sociedade, Cuba enfrentava um grave gargalo: a falta de infraestrutura. Como construir uma rede de telecomunicações maciça sem utilizar nenhum componente proibido pelo bloqueio econômico? O auxílio, à época, só poderia vir de outra revolução em curso na América Latina, a Bolivariana.

---

<sup>26</sup>LÓPEZ, 2014.

<sup>27</sup>CASTELLS, 1999.

<sup>28</sup>La estrategia cubana reconoce la transversalidad de las TIC en la vida social y económica y su carácter estratégico para cualquier proyecto de desarrollo. Sin embargo, se diferencia del paradigma de la sociedad de la información cuando propone un modelo enfocado hacia el uso social, ordenado e intensivo de las TIC, que privilegia la conexión a Internet de las instituciones y empresas con un alto impacto en la sociedad. Esta lógica responde a las carencias económicas y materiales que limitan la disponibilidad de equipos e infraestructura en el país, y a una concepción particular del desarrollo apoyada en fuertes políticas sociales.



Em 2008, o Wikileaks vazou um documento assinado em 2006 pelo presidente da CVG Telecom da Venezuela, o engenheiro Julio Durán Malaver e pelo também engenheiro Maimir Mesa Ramos (atual ministro das Comunicações de Cuba; à época, diretor de Desenvolvimento e Assuntos Regulatórios da ETECSA), para a construção de um cabo de fibra ótica que conectaria Cuba à Venezuela. De acordo com o documento, ligar as costas da Venezuela às de Cuba era um empreendimento de “valor estratégico”, já que o investimento permitiria que ambos Estados tivessem “um suporte confiável para as comunicações internacionais, sob o controle de nossos países<sup>29</sup>”. A preocupação com a soberania dos dois países no campo da comunicação está registrada no documento:

Como elemento integrador, o cabo submarino pode proporcionar às comunicações segurança e qualidade superiores às oferecidas pelos atuais serviços de satélite em combinação com as redes terrestres. Ou seja, é possível criar redes praticamente independentes das redes de cabo comerciais<sup>30</sup>.

Pouco mais adiante, o texto destaca que “a segurança dessas comunicações governamentais dependerá do grau (de) separação” entre elas e as comerciais (idem, p.5). Para possibilitar essa separação, o texto designa o uso de interfaces IP para as conexões governamentais, “deixando aberta a possibilidade de uso de outras interfaces, de acordo com a demanda” (ibidem). Além da segurança das comunicações de Estado, a principal preocupação expressa no documento são as restrições impostas pelo embargo, que “dificultam enormemente as negociações com as empresas interessadas em construir um cabo submarino que desemboque em Cuba” (idem, p. 2):

[Considerando que] a essa situação se soma a possibilidade de agressões diretas contra o próprio cabo, será imprescindível buscar toda proteção possível na legislação internacional. Portanto, a proposta é que o cabo submarino seja construído e operado por empresas operadoras de telecomunicações internacionais legalmente estabelecidas, que deveram contrar com o máximo de proteção das organizações internacionais<sup>31</sup>. (ibidem)

Quem então assumiu o projeto foi o consórcio Alcatel-Lucent que, pago pela

---

<sup>29</sup> RECIO SILVA, 2013.

<sup>30</sup> Como elemento integrador el cable submarino puede proporcionar comunicaciones seguras y con mayores prestaciones que las proporcionadas por los enlaces satelitales actuales en combinación con las redes terrestres. Es decir, se pueden crear redes especiales que sean prácticamente independientes de las redes de cables comerciales. *Acuerdo preliminar para la construcción de un cable submarino de fibra óptica entre Venezuela y Cuba, 2006*, p. 1. Disponível em [https://wikileaks.org/wiki/Fibra\\_optica\\_entre\\_Venezuela\\_y\\_Cuba\\_2006](https://wikileaks.org/wiki/Fibra_optica_entre_Venezuela_y_Cuba_2006). Acesso em:

<sup>31</sup> “(...) a esa situación se le suma la posibilidad de agresiones directas contra el cable mismo, será imprescindible buscar en la legislación internacional toda la protección posible. Por tanto la propuesta es un cable submarino construido y operado por empresas operadoras de telecomunicaciones internacionales legalmente establecidas, que deberá contar con el máximo de protección de las organizaciones internacionales”. (idem, p. 2)



Venezuela, ligou o país a Cuba, aproveitando para conectar a Jamaica no caminho, a pedido do Parlamento de Kingston. O projeto passou cabos submarinos por uma distância de 1.552 km. A inauguração do equipamento estava prevista para 2011, mas só aconteceu em 2013. Em entrevista publicada em 22 de maio de 2012 pelo diário britânico *The Guardian*, Larry Press especulou que um fator determinante para o atraso foi o uso intensivo das redes por militantes anti-governo nas convulsões da chamada Primavera Árabe: “Eles têm medo. Não querem uma espécie de ‘Primavera Cubana’<sup>32</sup>. A mesma reportagem afirma que

O silêncio oficial em relação ao cabo de fibra ótica instalado fez surgir outros rumores: de que o cabo estava operacional, mas vinha sendo utilizado de forma seletiva. Um blogueiro governista identificado como Yohandry Fontana escreveu ao final de 2011 que participantes de um fórum fechado sobre redes sociais relataram que [o equipamento] funcionava bem. "Um breve sumário: 1. O cabo não tem qualquer problema, está funcionando. 2. Espaços públicos de internet serão abertos na ilha. 3. Os custos da conexão pública cairão"<sup>33</sup>.

Entre 2015 e 2016, a empresa chinesa Huawei começou a vender dispositivos como tablets e celulares aos cubanos, além de investir no projeto de infraestrutura para a instalação de internet nos lares da Ilha. As novas parcerias inspiraram o ministério da Informática e das Comunicações que, no inverno de 2016, anunciou em Havana a criação do primeiro “parque tecnológico” do país. O *Hola Ola*, como foi batizado, é um espaço de entretenimento conectado, completamente estatal.

Enquanto ocorriam essas parcerias estratégicas, o governo cubano passava por uma série de mudanças internas, que teriam reflexo direto na condução da inovação tecnológica na Ilha. A principal delas foi a passagem de poder de Fidel Castro, que conduziu o país por mais de meio século, para seu irmão, Raúl, até então chefe das Forças Armadas. Fidel afastou-se temporariamente do comando da Revolução em 2006, por questões de saúde, e tratou o câmbio como um marco de *continuidade* político-ideológica. Em setembro daquele mesmo ano, Fidel proferiu o discurso de encerramento do XIX Congresso da Central de Trabalhadores Cubanos, em Havana, fazendo um balanço sobre os erros e acertos da Revolução e pedindo que os dirigentes considerassem as reclamações dos trabalhadores, por

---

<sup>32</sup>Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2012/may/22/cuba-fibre-optic-cable-mystery>. Acesso em 13/08/2019

<sup>33</sup> The official silence over the fibre-optic cable that came aground last year has given rise to other rumours: that the cable is operational but being used selectively. A pro-government blogger known as Yohandry Fontana wrote at the end of 2011 that people who attended a closed forum on social networks reported it was working fine.

"Here's a brief summary: 1. The cable has no problem, it is working. 2. Public internet spaces will open on the island. 3. Costs for public connection will go down." (ibidem)



menos agradáveis que fossem<sup>34</sup>.

No dia 18 de fevereiro de 2008, Fidel anunciou sua aposentadoria e ao 24 do mesmo mês, Raúl foi eleito presidente do Conselho de Estado e do Conselho de Ministros, cargos que o colocaram em posição equivalente à de chefe do Estado. Em seu discurso de posse, ele destacou a necessidade de trocar e conhecer as ideias e o pensamento contemporâneo da sociedade cubana:

Não há nenhuma razão para temer as divergências dentro de uma sociedade como a nossa (...) As melhores soluções podem vir de uma troca profunda de opiniões diferentes, se essa troca for guiada por intenções razoáveis e se as opiniões forem apresentadas de maneira responsável<sup>35</sup>. (tradução nossa)

Companheiro de luta de Fidel desde a época da guerrilha pelo interior da Ilha, Raúl deixou pela primeira vez o comando do Exército para levar a cabo o que ficaria conhecido como o Sistema de Atualização do Socialismo Cubano. Logo após sua eleição, Raúl intensificou o debate público iniciado em 2007, ainda como presidente interino, convidando intelectuais e trabalhadores comuns a expressar quais problemas urgentes deveriam ser resolvidos para se pensar a reestruturação do país. Este processo de consulta popular ultrapassou em importância o que foi feito durante a *Rectificación de errores*<sup>36</sup>, quando Fidel programava uma nova centralização do poder em resposta ao Sistema de Direção e Planificação da Economia, colocado em funcionamento alguns anos antes.

De acordo com a historiadora Julia Sweig, agora havia mudança real no ar: “Raúl e outros [dirigentes] têm favorecido uma forma de discurso muito mais aberta, o que tem permitido a expressão e a discussão pública de um leque de ideias muito vasto<sup>37</sup>”. Tais debates públicos provocaram outras formas de intercâmbio, até então pouco correntes no país.

Um dos episódios mais emblemáticos da penetração dos meios virtuais na vida política

---

<sup>34</sup> Mauricio VICENT, *Raúl Castro hace un discurso autocrítico sobre la Revolución*, El País, 29 de setembro de 2006, Acesso em 11.out.2014.

<sup>35</sup> « There is no reason to fear discrepancies in a society such as ours, where its very nature precludes the existence of antagonistic contradictions, since the social classes that make it up are not antagonistic themselves. The best solutions can come from a profound exchange of differing opinions, if such an exchange is guided by sensible purposes and the views are uttered with responsibility », Julia SWEIG, *Cuba : What Everyone Needs to Know*, Oxford University Press, New York, 2008, p.215.

<sup>36</sup> O processo de Rectificação de Erros e Tendências foi lançado por Fidel em 1986 e durou até o ano de 1990 no contexto da Perestroika soviética e tinha como objetivo conter a aparição de uma classe média cubana. Foi um processo marcado pela autocrítica e pela retomada do controle de pequenos negócios privados, por exemplo, que passavam por uma breve fase de tolerância no início dos anos 1985. Cf OLIVEIRA, *Cuentapropismo à Cuba : L'évolution d'une politique économique, de « mal nécessaire » à allié du gouvernement cubain*. Université Sorbonne Nouvelle, Paris III, 2014.

<sup>37</sup> « Raúl and the others promote a far more open form of discourse and permit a much greater range of ideas to be publicly discussed and reported », Ibidem.



cubana foi a chamada “guerra dos e-mails” em janeiro de 2007, quando artistas cubanos promoveram um protesto virtual de extensão internacional contra uma homenagem promovida pela televisão estatal Cubavisión a Luis Pavón Tamayo, que havia comandado o Conselho Nacional de Cultura (CNC) entre 1971 e 1976, durante o chamado quinquênio cinzento, quando a censura se abateu fortemente sobre intelectuais e artistas da Ilha – não apenas sob acusações de atividade contrarrevolucionária, mas também por “desvios morais” como homossexualidade e “outras fraquezas ideológicas”<sup>38</sup>.

A aparição de Tamayo coroou uma série de revisionismos do quinquênio cinzento que vinha acontecendo desde o início de 2006, com a reabilitação, em meios oficiais de comunicação, de burocratas e censores como Jorge Serguera, ex-fiscal dos Tribunais Revolucionários e ex-diretor do Instituto Cubano de Rádio e Televisão, além de Armando Quesada, cuja função na época era o expurgo de dissidentes no meio teatral. Tão logo Tamayo apareceu no programa – que ocultou seu papel na repressão para exaltar suas “contribuições à cultura cubana” –, intelectuais de esquerda, dentro da Ilha, começaram a trocar telefonemas para articular uma resposta e exigir um pedido oficial de desculpas do governo. Conforme os diálogos tomaram a via virtual, eles se tornaram um rastilho de pólvora e extrapolaram as fronteiras nacionais, o que obrigou o Secretariado da União de Escritores e Artistas de Cuba (SUEAC) a emitir uma nota compartilhando da “justa indignação de um grupo dos nossos mais importantes escritores e artistas, como consequência de recentes transmissões (...) da televisão cubana”<sup>39</sup>. Esta foi a primeira vez que a internet serviu não apenas como suporte, mas como catalisador da contestação interna, de esquerda, à política estatal cubana.

Como se verifica pelas trocas públicas de e-mails posteriores à nota da SUNEAC<sup>40</sup>, a classe artístico-intelectual considerou insuficiente o posicionamento oficial e deu início a um processo de escrutínio, não apenas do quinquênio cinzento, mas do atual estado da Revolução Cubana:

Os balanços críticos dos anos de chumbo (a “década cinzenta” de 1970) e a memória dos descontroles do “socialismo” real durante o Congresso da UNEAC em abril de 2008 foram os primeiros indícios deste despertar. Durante as 5 mil assembleias organizadas em centros de trabalho em 2007 se denunciou: a disparidade de recursos; o acesso ilegal a divisas; as dificuldades nos transportes públicos; a falta de professores e a precariedade de sua formação; a diminuição do número de médicos; a carência de serviços; a incompetência da administração

<sup>38</sup> [https://elpais.com/diario/2007/01/13/cultura/1168642801\\_850215.html](https://elpais.com/diario/2007/01/13/cultura/1168642801_850215.html) Acesso em 06.mai.2019.

<sup>39</sup> A íntegra da nota do Secretariado, bem como um resumo dos principais textos trocados entre intelectuais cubanos durante a “Guerra dos emails”, pode ser encontrado na edição 43 da Revista Encuentros (p. 254 a 269), disponível online no endereço [https://www.cubaencuentro.com/revista/revista-encuentro/archivo/43-invierno-de-2006-2007/\(filter\)/index](https://www.cubaencuentro.com/revista/revista-encuentro/archivo/43-invierno-de-2006-2007/(filter)/index).

<sup>40</sup> *ibidem*



pública; e a pequena corrupção “rasteira”. Expressou-se a exigência de uma maior participação popular nas decisões. As autoridades encorajaram estas críticas: “é assim que podemos avançar”, se dizia dentro do partido<sup>41</sup>.

Sweig estima que essas discussões configuraram “um dos debates mais abertos e amplos sobre cultura e sociedade em dezenas de anos<sup>42</sup>” (Cf. SWEIG, 2008, p. 219, tradução nossa). Em termos de acesso à rede, no entanto, as mudanças só puderam ser verificadas de forma mais extensa pela população depois do *Primeiro Encontro Nacional de Informatização e Cibersegurança*, em 2015<sup>43</sup>, quando a massificação da conexão começou a tomar corpo.

No segundo semestre de 2013, a ETECSA (Empresa de Telecomunicaciones de Cuba S.A.) iniciou a instalação de cibercafés nas principais cidades do país. Como a oferta ainda era inferior à demanda, a estatal passou a instalar alguns pontos *wi-fi* em praças e vias públicas, principalmente a partir de 2014. Em 2015, novos *hotspots* foram conectados em parques e outros espaços públicos, barateando em 25% a hora de conexão. Até o final de 2016, mais de 40 espaços públicos contavam com conexão em Havana. De acordo com dados da própria ETECSA, em março de 2019, o país contabilizava mais de 950 pontos públicos de acesso, 123 deles em Havana<sup>44</sup>.

Mas, paralelamente às soluções oficiais, a população cubana desenvolveu uma série de táticas independentes para driblar a desconexão e, acima de tudo, aceder a bens culturais/digitais. Na expectativa de reduzir os danos causados pela falta de investimentos em infraestrutura, pelo embargo ou pelos entraves à universalização das políticas, soluções criativas emergiram da própria sociedade civil. Três invenções da sociedade estão no centro do debate sobre a autonomia e a soberania cubanas no campo da comunicação em rede: *el paquete semanal*, a *Snet* e o serviço de “Connectify”.

<sup>41</sup>“Los balances críticos de los años de plomo (la «década gris» de 1970), el recuerdo de los descontroles del «socialismo real» durante el Congreso de la Unión de los Escritores y Artistas Cubanos (UNEAC) en abril del 2008 fueron los primeros índices de despertar. Durante las 5.000 asambleas organizadas en centros de trabajo en 2007 se denunció: la diferencia de recursos; el acceso ilegal a divisas; las dificultades de los transportes públicos; la falta de maestros y su formación deficiente; la disminución del número de médicos; la carestía de los servicios; la incompetencia de los administradores; y la pequeña corrupción «rastrera». Se expresó la exigencia de una mayor participación popular en las decisiones. Las autoridades habían alentado estas críticas: «es así que podemos avanzar» se decía dentro del partido”. Janette HABEL Raúl Castro a la hora de las decisiones, América Latina Hoy, 52, 2009, Ediciones Universidad de Salamanca, p. 99-100. <http://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/viewFile/5677/5712>, Acesso em 05. Mai.2019.

<sup>42</sup> « (...) most forthcoming and wide-ranging series of publicly broadcast discussions about culture and society in decades », Cf. SWEIG, 2008, p. 219.

<sup>43</sup>*Resumen de las bases y prioridades para el perfeccionamiento de la informatización de la sociedad cubana*. Centro de Investigaciones de Tecnologías Integradas (CITI), Instituto Superior Politécnico José Antonio Echeverría (CUJAE), I Taller Nacional de Informatización y ciberseguridad. 2015.

<sup>44</sup>Disponível em [http://www.etecsa.cu/internet\\_conectividad/areas\\_wifi/](http://www.etecsa.cu/internet_conectividad/areas_wifi/). Acesso em 06.mai.2019.



## Táticas e Estratégias Cubanas de Conexão: *paquete semanal*, Snet e Connectify

O sociólogo Michel Certeau, em seu livro *A invenção do cotidiano*<sup>45</sup>, analisa a relação entre a macro e micro-estruturas sociais, a partir da distinção entre estratégia e tática. De forma resumida, a estratégia preocupa-se com o estabelecimento e a manutenção do controle dos corpos e das normas em um espaço determinado. A tática, por sua vez, é o conjunto de tentativas de existência e sobrevivência dentro da estratégia pré-concebida. No sentido que apresenta Certeau, identificamos como **estratégia**, em Cuba, o programa de informatização da sociedade, dentro do contexto de normalização das relações bilaterais entre Estados Unidos e Cuba, formando um cenário distinto que baliza o comportamento e as expectativas da sociedade cubana. Enquanto as **táticas** são o que cubanos desenvolveram para acelerar o processo de compartilhamento de informação e acesso à conexão. Destacaremos neste trabalho três importantes táticas, desenvolvidas pela sociedade cubana diante da estratégia: *paquete*, *SNET* e o uso do aplicativo *Connectify*.

A partir dessa estratégia que visa a educar tecnologicamente a população cubana – insuficiente do ponto de vista técnico para atender a todo o país – nasceram as táticas que vamos descrever a seguir, motivadas pela necessidade de comunicação em rede entre vizinhos, pela necessidade do contato com familiares que vivem fora da Ilha e pela ausência de meios de distribuição de conteúdo, até da produção cultural gerada de forma independente por todo o país.

O *paquete semanal* é composto por 1 terabite de conteúdo, distribuído às segundas-feiras em todas as regiões da Ilha. Este “pacote semanal” (tradução livre) conta com pastas repletas de novelas, filmes comerciais e de arte, criações audiovisuais independentes locais, músicas, aplicativos, *softwares*, além de um sistema de publicidade, que aparece inserido em alguns vídeos, em um modelo *esteticamente* similar ao do YouTube<sup>46</sup>. Quanto ao YouTube, até 2017, quando foi assinado o acordo que permitiu a instalação de servidores do Google na Ilha, a lentidão da conexão local impedia que cubanos subissem vídeos para a plataforma.

<sup>45</sup>Michel Certeau, *L'invention du quotidien; 1 - Arts de faire*, Paris, Gallimard, 1990.

<sup>46</sup>É necessário destacar que a semelhança com o modelo de entrega de anúncios do YouTube se restringe à estética. Afinal, a plataforma de vídeos do Google opera por meio de complexos algoritmos, que determinam a distribuição publicitária e as remunerações consequentes praticamente à revelia de interações humanas: grosso modo, pelo modelo proprietário AdSense, o anunciante seleciona o perfil demográfico de seu público-alvo, designa uma verba de campanha e tem seu conteúdo direcionado a canais afins, proporcionalmente ao investimento. Anunciantes cubanos ainda negociam suas inserções diretamente com os administradores do *paquete*.



Mas isso não impediu o surgimento de *youtubers* locais. A diferença entre eles e outros jovens video-blogueiros ao redor do mundo é a distribuição do conteúdo que, no caso cubano, é feita semanalmente, via *paquete*<sup>47</sup>.

Esse cenário de distribuição via *paquete* reinou com exclusividade até 2015. A partir de 2016, os *youtubers* cubanos entram, de fato, na plataforma online, dando à luz a “comunidade Youtube cubana<sup>48</sup>”, que em 2017 celebrou seu primeiro encontro na capital, Havana. Os temas trazidos por esses jovens – muitos já convertidos em celebridades locais – são variados: Emma Style, por exemplo, faz tutoriais de maquiagem, dá dicas a estrangeiros para alugar casas em Havana e divide dramas pessoais, como a depressão após uma decepção amorosa e o reatamento da relação com o ex-namorado; Dina Stars canta e conta experiências pessoais, como seu primeiro caso com um estrangeiro ou uma tentativa de estupro que sofreu no bairro onde vive; Adriano “Comepizza Online”, faz listas sobre a vida em Havana ou de curiosidades sobre ele mesmo<sup>49</sup>; um dos mais profissionais parece ser o de Camallerys Vlog, que fala sobre turismo, cotidiano e curiosidades da Ilha, a partir de fotos e vídeos de ótima qualidade<sup>50</sup>. O jovem tem uma página própria intitulada Camallerys Travels<sup>51</sup>, onde vende pacotes turísticos para Havana e dá dicas de viagens pela Ilha, inclusive de passeios de luxo. Ou seja, os *youtubers* cubanos aprenderam a forma, apropriaram-se dela e encontraram espaços de circulação *off-line* para seus produtos, enquanto o YouTube de fato ainda não era acessível.

Pouco se sabe sobre a origem exata do *paquete*, mas a prática surgiu como uma gentileza: era comum que quem tivesse acesso à internet descarregasse vídeos, programas, filmes e músicas e disponibilizasse esse conteúdo nos computadores dos centros de trabalho, para serem recuperados com *pen-drives* por quem se interessasse. A boa-fé virou negócio quando alguém percebeu seu potencial lucrativo e transformou o compartilhamento em serviço. Hoje, grandes estruturas hierarquizadas administram *el paquete*, cuja existência é conhecida pela esmagadora maioria da população cubana.

A grande diferença da prática entre colegas de trabalho e o que se tornou o *paquete* é o

<sup>47</sup>Surgenen Cuba los “youtubers offline”. Disponível em: <<https://progresoanal.us/20181214/surgen-en-cuba-los-youtubers-offline/>>. Acesso em: 13.maio.2019.

<sup>48</sup> AFPEs. “Youtubers” cubanos, con poca internet pero con mucho que contar. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yNRMGBY9xW0>>. Acesso em: 13.maio.2019.

<sup>49</sup>Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCDVj1LyOCJOma3R81PZGwaw> acesso em: 13.maio.2019.

<sup>50</sup>Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCh7LPHafeQH85zLxOCiFGAQ> acesso em: 13.maio.2019.

<sup>51</sup>Disponível em: <http://camallerys.com/> acesso em: 13.maio.2019.



*download* em larga escala. Acredita-se que ele seja feito ilegalmente a partir de centros de trabalho do Estado. Esta denúncia apareceu seguidas vezes em entrevistas formais e informais realizadas durante nosso estudo de campo em Havana, em setembro de 2016. E parece bastante verossímil, já que seria necessária uma qualidade de conexão muito superior à disponível para a população em geral para baixar o volume de conteúdo que é disponibilizado a cada semana.

O escritor e ensaísta Víctor Fowler, durante atividade que discutia a estrutura e os efeitos do *paquete*, na Associação cubana Hermanos Saíz, classificou a tática de um dos eventos culturais mais importantes que o país viveu nas últimas cinco décadas e completou: “o *paquete* nos fala de desejos, de redes alternativas, de sujeitos com atitude, autonomia, de consumidores e de carências na oferta<sup>52</sup>”.

A estrutura do *paquete* gerou uma versão *offline* de um fenômeno já comum em países mais conectados: diferentes padrões de consumo cultural em um mesmo lar. Se, antes do *paquete*, toda a família assistia a um mesmo programa na televisão ou ouvia uma mesma emissão da rádio estatal, depois dele, o consumo se pulverizou e se individualizou. “Lá em casa, cada membro da família corresponde a um HD”, comentou o professor de Relações Internacionais Jorge Mario Sánchez Egozcue, em entrevista concedida em 2015. Essa individualização do consumo é possível porque, além de disponibilizar uma versão com conteúdo semanal fechado, os distribuidores do *paquete* também aceitam pedidos avulsos de *download*. Ou seja, os vendedores de conteúdo oferecem um serviço *on demand*, que funciona em diversos pontos dos bairros. Os pedidos, segundo Egozcue, vão de novelas brasileiras a filmes de arte. “Minha sogra tem milhares de episódios de novelas, meu filho estuda cinema e consegue grandes raridades com o nosso contato do *paquete*”. O funcionamento e o volume semanal de produtos nos permitem traçar paralelos não só com o *YouTube* – pela maneira como propicia a ascensão de anônimos à fama– mas também com serviços como Netflix, por seu caráter *à la carte*.

Essa espécie de sociedade anônima autogerida ficou tão popular que obrigou o poder público a disputar diretamente o interesse da população. No início de 2017, o governo criou um concorrente oficial para o *paquete*: o *Mi Mochila*<sup>53</sup>, que disponibiliza a produção cultural

---

<sup>52</sup>“el paquete nos habla de deseos, de redes alternativas, de sujetos con agencia, autonomía, de consumidores, de carencias en la oferta”. LUCHATUYUCATAINO. El “paquete” semanal cubano a debate. Disponível em: <<https://observatoriocriticocuba.org/2014/11/28/el-paquete-semanal-cubano-a-debate/>>. Acesso em: 13 maio 2019.

<sup>53</sup>Minha Mochila, em tradução livre.



oficial cubana, tanto audiovisual quanto escrita, além de aplicativos desenvolvidos em Cuba. Poucas semanas após a morte de Fidel Castro, *Mi Mochila* preparou a distribuição de um especial em homenagem ao principal líder da Revolução.

Em matéria para o site oficial Cubadebate, o jornalista José Raúl Concepción, que produziu uma tese sobre o *paquete* pela Universidad de La Habana<sup>54</sup>, define a invenção cubana como “uma resposta espontânea diante da carência de oferta estatal, uma via para satisfazer a avidez por informação”<sup>55</sup> (cf. RAÚL CONCEPCIÓN, tradução nossa). Na mesma reportagem, o ex-ministro da cultura Abel Prieto fez defesa do *paquete* e da tolerância do governo diante dessa tática: “O *paquete* é o resultado da capacidade inventiva do cubano diante das limitações de acesso à internet, da ausência de televisão a cabo e de outras opções que existem internacionalmente para a difusão de conteúdo cultural<sup>56</sup>” (idem). Para Concepción, o *paquete* é produto da história econômica cubana:

A entrada em Cuba de novas tecnologias coincidiu com a profunda crise econômica da década de 1990. A produção e distribuição nacionais decaíram ao mesmo tempo em que surgiam alternativas para descentralizar a circulação de conteúdo e se naturalizou o mercado negro[sic] como provedor de todo tipo de mercadoria. O *paquete não é um produto isolado. Ele pertence a um fenômeno mais abrangente: o consumo audiovisual informal, arraigado em Cuba há mais de duas décadas.* Sua origem remonta aos “bancos de filmes” [videolocadoras] que alugavam filmes em formato VHS dos anos 1990 até o início do século. A evolução tecnológica passou para o DVD e o VHS foi substituído por um suporte mais prático<sup>57</sup>.

Concepción elaborou o organograma a seguir para descrever a organização do grupo: os *provedores* descarregam o conteúdo e o vendem às *matrizes*; essas, geralmente localizadas em Havana, organizam os arquivos em pastas temáticas; os *distribuidores de primeira mão*, em contato direto com as *matrizes* são os responsáveis por garantir a chegada do conteúdo em seus territórios, um serviço levado a cabo, via de regra, por motoristas de ônibus

<sup>54</sup>La cultura empaquetada: análisis del consumo audiovisual informal del paquete semanal en un grupo de jóvenes capitalinos, José Raúl Concepción Llanes, Universidad de La Habana, 2015.

<sup>55</sup>“El *paquete* es una respuesta espontánea ante las carencias de la oferta estatal, una vía para satisfacer la avidez de información.”

<sup>56</sup>El *paquete* semanal es el resultado de la capacidad inventiva del cubano ante las limitaciones de acceso a internet, la ausencia de televisión por cable y de otras opciones que existen a nivel internacional para la difusión de mensajes culturales” idem.

<sup>57</sup>La entrada en Cuba de las nuevas tecnologías coincidió con la profunda crisis económica de la década de 1990. La producción y distribución nacional de audiovisuales decayó al mismo tiempo que surgieron alternativas para descentralizar la circulación de contenidos y se naturalizó el mercado negro como proveedor de todo tipo de artículos. El *paquete* semanal no es producto aislado, sino que pertenece a un fenómeno más abarcador: el consumo audiovisual informal, arraigado en Cuba desde hace más de dos décadas. Sus inicios se remontan a los “bancos” de películas en formato VHS que rentaban filmes desde los años 90’s y principios de este siglo. Luego, la evolución tecnológica dio paso al DVD y los casetes VHS fueron desplazados por un soporte más factible. Idem.



interestaduais, chamados de *mensageiros*; e os pequenos *distribuidores*, que trabalham diretamente nos bairros, se instalam em pontos de venda ou levam o *paquete* a domicílio para os *consumidores* finais

No topo deste organograma está Élio Héctor López que, apesar da posição hierárquica, tem como apelido análogo a uma função intermediária da cadeia produtiva, *el transportador*. Longe de ser considerado um subversivo, López mantém relações até compassivas com o Estado: concede entrevistas a veículos oficiais de imprensa e até participa de eventos de comunicação, em que fala sobre a inventividade da internet cubana. Ou seja, há uma relação bipartida entre os provedores do *paquete* e o Estado: por parte do governo, há uma certa tolerância, já que o grupo oferece o serviço numa escala que a administração pública não é capaz de fornecer – não apenas por uma questão logística, mas também porque ele depende da utilização semilegal dos servidores públicos para o *download* em larga escala. Ao mesmo tempo, o Estado fornece *mi mochila* como uma forma de mitigar indiretamente o impacto do *paquete* sem, no entanto, combatê-lo de forma pró-ativa.

Já com a *Snet*, o governo não é capaz de tecer uma interação tão cordial. Essa rede *offline* foi criada por jovens estudantes da UCI e da CUJAE que queriam jogar videogames em rede. O grupo conseguiu inicialmente conectar alguns computadores fisicamente. Mais tarde, passou a ligar um prédio a outro e, logo, estava conectando bairros inteiros da capital.

Em 2017, quase uma década depois da primeira conexão, Havana contava com nove centrais interconectadas pela cidade e administradas pelo grupo, que hoje é mantido por mais de 150 jovens. O serviço possui um aplicativo de mensagens instantâneas *offline*, redes sociais, microblogging e fóruns, além de oferecer acesso à Wikipédia *offline* e, claro, a jogos em rede. A versão atualizada do *paquete semanal* também está sempre disponível via *Snet* e, como no *paquete*, propaganda política e pornografia são proibidas, sob risco de sanções dentro da comunidade. O professor Hamlet López, pesquisador do centro Juan Marinello, define a *Snet* como “uma rede informática comunitária”, que nasce como

(...) uma resposta autogestionada de alguns setores da sociedade (com capacidade e recurso para isso) à contradição entre a lentidão do desenvolvimento estatal de redes públicas de dados para os cidadãos ea impossibilidade legal para a população estabelecer de maneira autônoma redes de computadores que ofereçam serviços e a facilidade das tecnologias digitais para propiciar e facilitar o trabalho em rede<sup>58</sup>. (LÓPEZ, 2018 p. 89, tradução nossa)

---

<sup>58</sup> “(...) una respuesta auto gestionada desde algunos sectores de la sociedad (con la capacidad y los recursos para ello) a la contradicción entre la lentitud en el despliegue de las redes públicas de datos para los ciudadanos por parte de las instituciones estatales, la imposibilidad legal para la población de establecer de manera



Difíceis de encontrar, os gerentes de cada um dos nove pilares de Havana são receosos em dar mais informações sobre o funcionamento da Rede, como eles mesmos a denominam. Em 2016, conseguimos já no final da nossa viagem, uma conversa com três deles, em um parque próximo à celebre sorveteria Coppelia, na capital. Chegamos por meio de um professor da Universidad de la Habana que estava em contato com a equipe e fomos rapidamente atendidos para um primeiro encontro, mas a entrevista formal com mais de um deles ou a visita a um terraço que contasse com o equipamento, nunca aconteceu. Segundo Jordi<sup>59</sup>, responsável por um dos pilares periféricos de Havana, após uma matéria da Associated Press sobre a *Snet*<sup>60</sup>, o grupo decidiu não conceder mais entrevistas. A matéria, apesar de não trazer duras críticas ao governo, trazia foto e nome de um dos jovens da equipe e, de acordo com ele, construía a imagem de que o grupo estaria construindo uma “rede secreta” e “privada”, além de apresentar ao mundo uma tática cubana para vencer os obstáculos da pouca conexão com a *World Wide Web*. O texto causou ruído em Cuba e, segundo nossa fonte, levou agentes do governo a visitarem membros da Rede e questionarem o projeto que, até então, era tolerado. O alvoroço também levou a empresa estatal de comunicações, ETECSA, a chamar os garotos para uma conversa amigável, mas nenhuma parceria nasceu do encontro. Um ano depois, o portal CubaDebate, que apesar de oficial, é um pouco mais aberto para cobrir pautas originais e tem um foco importante em tecnologia, preparou uma matéria em duas partes sobre a *Snet* e seus criadores, mas apenas a primeira foi ao ar<sup>61</sup>. De acordo com uma fonte nossa, o tema causava discórdia dentro do governo e ficou decidido que o portal não deveria alimentar o debate. A segunda parte da matéria seria publicada com alguns ajustes, mas acabou nunca subindo à página do periódico eletrônico.

A terceira tática de conexão da sociedade para acessar a internet nasceu das mesmas cabeças que criaram a *Snet*. A princípio, a ideia era simplesmente repartir o custo da conexão para os jogos em rede, mas acabou se tornando um concorrente oriundo da sociedade civil às

---

autónoma redes de computadoras que ofrezcan servicios y la facilidad de las tecnologías digitales para propiciar y facilitar el trabajo en red.”

<sup>59</sup>Para garantir a privacidade de nossas fontes os nomes foram alterados.

<sup>60</sup>Matéria disponibilizada na plataforma da agência Associated Press em janeiro de 2015 e intitulada “Cuban Youth built a secret internet network” (Jovens cubanos constroem rede secreta de internet). Associated Press. Cuban Youth Built A Secret Internet Network. Business Insider. Disponível em: <<https://www.businessinsider.com/cuban-youth-built-a-secret-internet-network-2015-1>>. Acesso em: 13 maio 2019.

<sup>61</sup>SNet: La primera comunidad inalámbrica en Cuba | Cubadebate. Disponível em: <[http://www.cubadebate.cu/noticias/2016/09/16/snet-la-primera-comunidad-inalambrica-en-cuba-fotos-infografia-y-pdf/#.XNnV-dhv\\_IU](http://www.cubadebate.cu/noticias/2016/09/16/snet-la-primera-comunidad-inalambrica-en-cuba-fotos-infografia-y-pdf/#.XNnV-dhv_IU)>. Acesso em: 13 maio 2019.



altas tarifas cobradas pela ETECSA pela hora de conexão<sup>62</sup>. A tecnologia é baseada em um aplicativo estadunidense para compartilhar redes, conhecido como “Connectify” – um software que transforma um computador pessoal ou um celular, conectado a Internet, em um ponto de acesso Wi-Fi (um Hotspot), a partir do qual é possível compartilhar a conexão com qualquer outro dispositivo<sup>63</sup>. Quem oferece o serviço dispõe, normalmente, de um computador ou um celular com o aplicativo capaz de se conectar às redes de hotéis e cybercafés e redistribuir a conexão através de uma antena improvisada. O redirecionamento é revendido aos usuários. Uma hora individual de um cartão ETECSA pode ser revendida a grupos de até dez pessoas, dependendo da qualidade da antena que capta o sinal.

Para inibir a proliferação do serviço, a polícia cubana faz rondas pelos parques onde o serviço oficial é oferecido e procura pelos redirecionamentos na lista de redes wi-fi disponíveis, na tentativa de identificar quem está revendendo a hora. No caso dos roteadores que ficam em espaços privados, como sacadas, tetos e terraços, a polícia chega após detectar movimentações suspeitas ou receber denúncias de vizinhos – o que é raro, mas pode acontecer.

Em setembro de 2016, depois de muitos percalços, conseguimos entrevistar uma única pessoa que trabalhava com este aplicativo desde o início do mesmo ano. Também sob o acordo de não identificá-lo e não gravá-lo, Alejandro<sup>64</sup> nos mostrou as instalações em sua própria casa: um emaranhado de fios do quarto até a varanda, onde uma antena pequena, mas potente, intercepta a rede ETECSA de um hotel próximo, no bairro de Havana Velha, e distribui para os clientes. O equipamento permite conectar até 7 telefones, que precisam entrar ao mesmo tempo na rede para usar o mesmo cartão de uma hora da ETECSA, na época, a 3 CUC a hora.

Alejandro explica que além de mais barata, a opção é mais “digna” porque, diferentemente do que ocorre nas cercanias imediatas de hotéis, ninguém corre o risco de ser detectado e expulso de um espaço público por acessar a internet. Essa era uma situação comum em Havana: como os hotéis desfrutavam de conexões superiores à dos parques, era corriqueiro ver as calçadas e lobbies lotados de cubanas e cubanos de todas as idades,

---

<sup>62</sup>Uma hora de conexão para cubanos cadastrados no sistema da ETECSA, o “nauta”, custa 1 CUC (moeda artificial cubana de valor paralelo ao dólar). Para a população comum, um valor muito expressivo se considerado o salário médio cubano que varia entre 25 e 30 CUC.

<sup>63</sup>Connectify, ahora gratis y en español para los cubanos Cubanet. Cubanet. Disponível em: <<https://www.cubanet.org/noticias/connectify-ahora-gratis-y-en-espanol-para-los-cubanos/>>. Acesso em: 13 maio 2019.

<sup>64</sup>Para garantir a privacidade de nossas fontes os nomes foram alterados



tentando conversar com familiares por vídeo, mandando mensagens ou resolvendo burocracias com o laptop, em pé. De acordo com Alejandro, seu serviço evita os “constrangimentos, preconceitos e segregação”, frequentes no ambiente *wi-fi* da cidade.

As mudanças na infraestrutura de rede alteraram visivelmente a paisagem da cidade, o que foi possível observar no decorrer dos anos desta pesquisa, nas diferentes visitas que fizemos a Ilha. Desde 2017, a população local habitual começou a escassear nos arredores dos hotéis. Isso porque os gerentes passaram a vender cartões de conexão exclusivos para a rede hoteleira, bloqueando o sinal para quem estivesse na rua. Em dezembro de 2018, foi a vez dos parques equipados com *wi-fi* esvaziarem significativamente, depois que a ETECSA deu início ao serviço 3G pela Ilha, permitindo a compra de quatro diferentes pacotes de dados<sup>65</sup>: 600 MB, por 7 CUC; 1 GB por 10 CUC; 2.5 GB por 20 CUC; ou 4 GB por 30 CUC<sup>66</sup>. Só nos primeiros 40 dias do serviço, 1,8 milhão de cubanas e cubanos teve acesso ao serviço, que registrou cerca de 45 mil novos clientes por dia<sup>67</sup>. Em 2019, Cuba conta 5,9 milhões de usuários da internet. Antes dos pacotes de dados móveis, 60% dos usuários acessavam a rede a partir dos seus locais de trabalho.

Acreditamos que, se absorvidas pela estratégia do governo, tais táticas teriam grandes chances de bloquear a invasão ofensiva de empresas de tecnologia e informação, as quais poderíamos classificar como uma super-estratégia global, que ameaça a ordem social, política e econômica estabelecida pela Revolução. Portanto, falamos aqui de três camadas de poder: uma super-estratégia que se impõe global e geopoliticamente a partir do império; uma estratégia local determinada na medida do possível pelo governo revolucionário, mas que se vê obrigada a ser tática frente à super-estratégia, ainda que incida estrategicamente sobre a sociedade cubana, que compõe a terceira camada, apenas tática. Defendemos que uma união entre estas duas camadas inferiores seria capaz de, no mínimo, mitigar o impacto da super-estratégia sobre os objetivos (ao menos declarados) de autonomia, soberania e continuidade revolucionária de Cuba.

Baseamos tal aceção na evidência de que, apesar de não reconhecidas nem

---

<sup>65</sup>Servicio de Internet para celulares en Cuba a partir del 6 de diciembre (+Tarifas). CiberCuba. Disponível em: <<https://www.cibercuba.com/noticias/2018-12-05-u1-e20037-s27061-partir-6-diciembre-activa-internet-datos-moviles-cuba-tarifas>>. Acesso em: 13 maio 2019.

<sup>66</sup>1 CUC é equivalente a 24 pesos cubanos e a US\$ 0.90.

<sup>67</sup>Dados publicados na conta Twitter de OPSalomón, funcionário do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba (PCC), após uma reunião com os executivos da ETECSA, em Havana. Primeros datos sobre Internet móvil en Cuba: Más de 1,8 millones de usuarios en 40 días. Cubadebate. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/noticias/2019/01/15/primeros-datos-sobre-internet-movil-en-cuba-mas-de-18-millones-de-usuarios-en-40-dias/>>. Acesso em: 14 maio 2019.



fomentadas pelo governo, tais táticas foram capazes de atenuar o problema da desconexão a ponto de retardar a entrada de empresas como o Google na Ilha, forçando a companhia inclusive a abrir frentes de atuação específicas para o contexto cubano, das quais trataremos mais adiante. Essas táticas geraram reações díspares do governo, de desconfiança e monitoramento à tolerância e até imitações, como no caso do *paquete*, que inspirou um concorrente oficial, que comentaremos mais adiante.

À primeira vista, algumas dessas táticas foram encaradas como possíveis janelas para conflitos políticos dentro do país. Isso porque o governo cubano teme, como afirma, por exemplo, Larry Press na já citada entrevista ao *Guardian*, que a popularização da internet potencialize a organização da dissidência ou mesmo sua instrumentalização para fins contrarrevolucionários. Muito longe de ser uma paranoia estatal, a desconfiança tem fundamento recente.

Um projeto iniciado em 2010 construiu uma rede social nos moldes do Twitter, que podia ser alimentada por breves mensagens de texto. A rede, batizada *Zunzuneo*<sup>68</sup>, foi arquitetada por um time de empresários de diversos países que, para evitar a rápida associação com o governo dos Estados Unidos (e talvez também por razões fiscais), usaram uma conta nas Ilhas Cayman, para financiar o desenvolvimento do projeto<sup>69</sup>. A operação foi capitaneada pela USAID (United States Agency for International Development), agência dos EUA conhecida por utilizar a entrega de “ajuda humanitária” como pretexto para operações de sabotagem e mudança de regime.

Eva Gollinger e Jean-Guy Allard definem a USAID como principal “braço financeiro de destabilização e penetração na ‘sociedade civil’” do Departamento de Estado, peça-chave do aparato de segurança e defesa de Washington e uma espécie de eixo ao redor do qual se articulam uma série de fundações conservadoras de política externa, encarregadas de “organizar financiamento e assessoria estratégica a partidos políticos e organizações sociais que promovem sua agenda em países cujos governos não são alinhados aos interesses estratégicos de Washington”. (ALLARD, GOLLINGER, 2009, p. 52<sup>70</sup>, tradução nossa)

<sup>68</sup>Zunzun é o nome que se dá ao beija-flor, em Cuba, mas a palavra zunzuneo faz referência a informações rápidas que se espalham rápido, bochicho, fofoca.

<sup>69</sup>ASSOCIATED PRESS. US secretly created “Cuban Twitter” to stir unrest and undermine government | World news | The Guardian. The Guardian. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2014/apr/03/us-cuban-twitter-zunzuneo-stir-unrest>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

<sup>70</sup>ALLARD, Jean-Guy, GOLLINGER, Eva. USA, NED y CIA: La agresión permanente. Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, Caracas, 2009.



O Pentágono se encarrega da parte militar, o Departamento de Estado, da diplomacia e a USAID, das populações civis. A USAID serve para promover os interesses econômicos e estratégicos dos Estados Unidos em quase todo o planeta. Seus departamentos dedicados à transição, reconstrução, gestão de conflitos, desenvolvimento econômico, governabilidade e democracia são as principais vias por meio das quais bilhões de dólares oriundos de Washington são injetados em partidos políticos, ONGs, movimentos estudantis e sociais que promovem seus interesses pelo mundo. Em qualquer país onde tenha havido um golpe de estado, uma revolução colorida ou uma mudança de regime favorável aos interesses dos Estados Unidos, é possível encontrar a USAID e sua chuva de dólares<sup>71</sup>. (Ibidem, tradução nossa)

O *Zunzuneo* cubano é mais um entre inúmeros exemplos de tentativa de penetração de Washington na sociedade civil de um país não-alinhado por meio da USAID. Em uma matéria da Associated Press, que teve acesso a documentos vazados e pessoas envolvidas no projeto, “o plano foi o desenvolvimento de uma espécie de ‘Twitter cubano’, usando mensagens de texto de celulares para invadir o restrito controle de informação de Cuba e, assim, estrangular as restrições existentes sobre a internet<sup>72</sup>” (idem, tradução nossa).

Além deste tipo de tentativa exógena de criar *hubs* de dissidência a partir da conexão, serviços de internet criados dentro da Ilha, sob a vigilância do governo, também entraram no radar da ingerência norte-americana. Criadores da *Snet* – uma rede *offline* que conecta computadores por toda a cidade de Havana – e do *paquete* – pacote de conteúdo multimídia baixado da internet que é distribuído semanalmente por toda a Ilha – chegaram a ser contactados por grandes empresas, que prometeram equipamentos e assistência.

Mas os responsáveis por esses serviços recusaram a ajuda, receosos de serem associados a atividades contrarrevolucionárias e sofrerem represálias por parte do governo<sup>73</sup>. Afinal, ainda que aos olhos da estratégia de desestabilização do Departamento de Estado, serviços de ampliação da conexão – e conseqüentemente da “liberdade de expressão”, na sua já mencionada concepção liberal – parecessem catalizadores naturais da dissidência, a realidade no território era mais complexa.

Essas comunidades tecnológicas surgiram de maneira orgânica dentro da sociedade

---

<sup>71</sup>El Pentágono se encarga de lo militar, el Departamento de Estado de lo diplomático y la USAID de las poblaciones civiles. La USAID sirve para promover los intereses económicos y estratégicos de Estados Unidos en casi todo el planeta. Sus departamentos dedicados a transición, reconstrucción, gerencia de conflictos, desarrollo económico, gobernabilidad y democracia son los principales viaductos a través de los cuales filtran los miles de millones de dólares que desde Washington envían a los partidos políticos, ONGs, movimientos estudiantiles y sociales que promueven sus intereses en el mundo. En cualquier país donde ha habido un golpe de estado, una revolución de colores o un cambio de régimen favorable a los intereses de Estados Unidos se encuentra la USAID y su lluvia de dólares.

<sup>72</sup>“ (...) the project, the plan was to develop a bare-bones "Cuban Twitter," using cellphone text messaging to evade Cuba's strict control of information and its stranglehold restrictions over the internet.”

<sup>73</sup>Essas informações foram cedidas *off record* em diversas entrevistas que aconteceram em Havana, entre 2016 e 2018.



cubana revolucionária e criaram processos de conexão e compartilhamento profundamente imbuídos do modo de organização desta sociedade: com hierarquias bem-determinadas, regras de convivência e comportamento estritas e um automonitoramento dos tipos de conteúdo disponibilizados.

Um responsável por um destes serviços nos disse, em entrevista concedida sob condição de anonimato: “Não nos interessa que [o governo] nos veja como inimigos. Queremos estar conectados, conversar com familiares, jogar, fazer pesquisas”. No caso do *paquete*, acontece uma rigorosa curadoria, que visa a excluir conteúdo que contenha pornografia e propaganda antigoverno, por exemplo. Os gestores da *SNET*, por sua vez, realizam uma forte moderação nos fóruns e comunidades da rede. Esse esforço de se enquadrar no esquema pré-estabelecido nesses últimos 60 anos, permitiu que esses grupos fossem tolerados pelo governo e, de alguma maneira, criassem até vínculos com o Estado, como veremos a seguir.

Os dados exatos sobre os distintos usos que enumeramos aqui – oficiais ou não – ainda são desconhecidos. Um dos últimos levantamentos cubanos oficiais aponta que a cada 100 cubanos, 25,7 têm acesso direto à internet e 7,4% da população possuem computador próprio<sup>74</sup>. Mas o acesso a bens culturais por meio de compartilhamento, *pen-drives* e todas essas táticas surgidas da sociedade civil não estão computados nesse recenseamento. Recio Silva não nega o fato de que as estatísticas oficiais comprovam que Cuba está quantitativamente aquém da média de conectividade global. Ela pondera, no entanto:

É preciso notar que esses números não expressam de maneira ampla as formas como a sociedade cubana absorve os avanços tecnológicos no campo da infocomunicação (...) a desconexão física não causa necessariamente a desconexão cultural, muito menos na sociedade cubana, que absorve muitas vezes de maneira osmótica as mais diversas redes que a circundam, em suas múltiplas fronteiras subjetivas e materiais<sup>75</sup>. (RECIO SILVA, 2013, p.5. Tradução nossa.)

É comum que pesquisadores usem o tamanho da infraestrutura como parâmetro de medição do grau de conectividade. O que chamamos “penetração da rede” (KELLERMAN, 2004) – a amplitude da infraestrutura em extensão de cabos – serve de fato como indicador, mas a ação dos indivíduos também deve entrar nessa conta, se procuramos analisar o impacto social, cultural e econômico destas novas tecnologias no corpo da sociedade. Mesmo

<sup>74</sup>Dados ONEI, 2013 e UIT 2012, elaboração RECIO SILVA, 2013, p. 5.

<sup>75</sup>“hay que anotar que estas cifras no expresan en toda su amplitud las formas en que la sociedad cubana ha podido absorber (o no) los avances tecnológicos de infocomunicación. (...) la desconexión física no es causa forzada de la desconexión cultural, tampoco en la sociedad cubana que de muchas maneras es osmótica en relación con las más diversas redes que la circundan, en sus múltiples fronteras subjetivas y materiales.”



pesquisadores cubanos têm se concentrado na problemática do “acesso”, como uma questão prioritária<sup>76</sup>. Mas, como demonstram RECIO SILVA ou o sociólogo francês Fabien Granjon, que estudou os usos das novas tecnologias pelas classes populares francesas, estar *online* não é a única forma possível de conexão:

Que todo mundo disponha de um computador e de uma conexão não garantiria em nada a existência de um sistema igualitário. Acreditar nisso seria ignorar a disparidade existente na distribuição das capacidades sociais, culturais e técnicas no seio das classes sociais. Faz-se importante então, a distinção, de um lado, das condições de possibilidades materiais de acesso à informática conectada; e de outro, as possibilidades econômicas, sociais e culturais, que possam derivar de um uso da informática conectada e assim, efetivar essas virtudes<sup>77</sup>. (GRANJON, 2011, p.68, tradução nossa)

Ou seja, seria leviano ler o fenômeno da internet em Cuba a partir de um dado subjetivo, ideologicamente carregado, como a “liberdade individual de expressão”; ou de um dado objetivo, mas demasiado reducionista, como a extensão física de sua infraestrutura de rede. Esses indicadores exógenos, importados de países cuja história da internet é calcada numa lógica comercial liberal, não oferecem ferramentas capazes de apreender a complexidade da realidade cubana. Confiá-los a árdua missão de ler realidades tão díspares acaba por gerar anacronismos, não apenas em Cuba, mas em outros países, cuja história político-econômica não é ancorada nos preceitos do liberalismo. Apesar das vastas diferenças históricas e culturais que carregam, Estados como Cuba, China e Coreia do Norte são frequentemente equalizados pelo *establishment* liberal na vala comum do autoritarismo político<sup>78</sup>. E parte dessa definição passa pelo controle governamental sobre a internet – ainda que hoje restem poucas ilusões sobre os impactos do controle corporativo que acomete a rede nos chamados Estados liberais. A censura exercida pelos antigos países comunistas é contrastada ao pluralismo cosmético sustentado pelas grandes potências ocidentais.

Cuba, apresentada à margem da “liberdade”, serve a seus detratores como ferramenta comparativa ideológica binária entre o “bem liberal”, em que a censura fica a cargo do poder econômico; e o “mal autoritário”, quando o Estado se encarrega da censura. Ao analisar o cenário no campo, pode-se verificar muito mais nuances do que esse discurso maniqueísta é

---

<sup>76</sup> RECIO SILVA, 2013.

<sup>77</sup> “Que tout le monde dispose d'un ordinateur et d'une connexion n'assurerait pourtant en rien l'existence d'un régime d'avantages de type égalitaire. Le croire, c'est faire l'impasse sur la disparité dans la distribution des capacités sociales culturelles et techniques au sein des classes sociales. Il est donc essentiel de bien distinguer, d'une part, les conditions de possibilité matérielle d'accès à l'informatique connectée, d'autre part, les potentialités économiques, sociales et culturelles offertes par un usage de l'informatique connectée, enfin, les accomplissements effectifs de ces virtualités.”

<sup>78</sup> Os 10 países que mais censuram - Committee to Protect Journalists. Disponível em: <<https://cpj.org/pt/2015/04/os-10-paises-que-mais-censuram.php>>. Acesso em: 13 maio 2019.



capaz de captar.

A carência infraestrutural da rede em Cuba não implica necessariamente que a população esteja mal-informada ou alijada de bens culturais (filmes, séries, músicas, vídeos em geral) e informações (livros, cursos de idiomas, wikipedia). Os dispositivos táticos que avaliamos mostram que, apesar do caminho tortuoso para aceder a tais produtos, a sociedade cubana consegue se manter atualizada culturalmente.

A baixa qualidade da conexão direta ao *wi-fi* ainda restringe o uso que os cubanos fazem da internet *online* em sites de entretenimento, aplicativos de mensagens instantâneas, troca de fotos e *chats* com parentes no exterior. Mas todo um ambiente paradoxal de “conexão *offline*”, que não pode ser ignorado por conta de sua importância sociológica, fica fora desta equação: uma estrutura de distribuição ultrarrápida, com difusão de conteúdo de maneira maciça, periódica, disponível em versão *standard* ou *on demand*, como vimos na estrutura do *paquete*; a criação de redes *offline* que servem a um objetivo social, com regras e respeito à ordem ética e moral vigente, como no caso da *Snet*; ou ainda a popularização dos preços de conexão por meio do roubo de rede a partir do aplicativo Connectify: tudo isso redesenha a paisagem de uso das TIC em Cuba e precisa ser levado em consideração. São as nuances dessa série de relações dos cubanos com a internet, lidas dentro de seus contextos social, econômico e político, que nos permitem avaliar o impacto local das novas tecnologias, um impacto que independe dos números concretos dos informes da ONU ou da “lista negra” da ONG francesa RSF (Repórteres sem Fronteiras), que coloca Cuba como “inimiga” da internet<sup>79</sup>.

Uma vez que constatamos todo um universo de circulação de informação, compartilhamento e busca de conteúdo com origem na world wide web, ousaríamos ainda chamar esse fenômeno de desconexão?

Colocamos esta pergunta, visto que o argumento ideológico central para a liberdade de atuação dos grandes conglomerados informáticos estadunidenses – particularmente, o Google – em Cuba se baseia no discurso de que é necessário “conectar o povo cubano”, até hoje alijado do acesso à rede. Nem tanto ao céu, nem tanto à terra. Cuba não é tão desconectada quanto indicam as estatísticas oficiais e o Google é muito mais do que um mecanismo de busca ou uma plataforma de promoção do acesso à internet.

---

<sup>79</sup> Repórteres Sem Fronteiras atualiza lista de inimigos da Internet. Rede de Jornalistas Internacionais. Disponível em: <<https://ijnet.org/pt-br/story/rep%C3%B3rteres-sem-fronteiras-atualiza-lista-de-inimigos-da-internet>>. Acesso em: 13 maio 2019.



## A Entrada do Google em Cuba: histórico, análise e perspectivas

A aproximação entre Estados Unidos e Cuba foi breçada em muitos aspectos depois da eleição do republicano Donald Trump, em 2016. Durante a administração Barack Obama, Washington realizou o maior esforço em 60 anos para que as relações bilaterais se “normalizassem”. A reaproximação foi formalizada com discursos de Obama e Raúl Castro, proferidos e televisionados simultaneamente a 17 de dezembro de 2014, fruto de uma operação diplomática sigilosa, que pegou cubanistas de todo o mundo de surpresa. Nas declarações oficiais, Obama reafirmou diversas vezes seu compromisso em respeitar a soberania cubana e encerrar as campanhas de difamação do governo cubano, um dos grandes investimentos dentro das políticas do embargo contra a Ilha. Todo esse processo de reaproximação entre os dois países aconteceu em várias frentes. Enquanto uma campanha era organizada pelo governo Obama para sensibilizar a população estadunidense sobre a ineficácia do embargo<sup>80</sup>, o setor privado estadunidense, capitaneado pelas companhias digitais do Vale do Silício fazia seu próprio esforço de aproximação econômico-cultural. Representantes do Google fizeram sua primeira visita à Ilha em junho de 2014, seis meses antes de Obama e Raúl Castro declararem oficialmente a reaproximação entre seus países. Na época, a visita de empresas estadunidenses à Ilha ainda era proibida, de acordo com as especificações do embargo.

A julgar pela composição da equipe da transnacional que visitou Cuba em 2014, o discurso anti-intervencionista de Obama parecia excluir o setor privado estadunidense. A visita aconteceu depois de uma reunião com o *think tank* conservador *Heritage Foundation*, em 2012 e a declaração de Eric Schmidt, CEO da Alphabet, *holding* do Google, de que Cuba estava no topo da lista de prioridades do Google<sup>81</sup>. Schmidt foi acompanhado de Brett Perlmutter, que pertencia a equipe do *Google Ideas* (braço geopolítico da companhia, que seria rebatizado de *Jigsaw*, em 2016) e se tornou mais tarde o responsável do Google para Cuba; Dan Keyserling, que começou sua carreira na campanha presidencial de Hillary Clinton, em 2008, e se juntou ao Google para ser chefe de operações do *Jigsaw*; e o já citado Jared Cohen, presidente do *Jigsaw* e ex-conselheiro no Departamento de Estado sob

<sup>80</sup>Informações tiradas do debate do Congresso Internacional da LASA, em maio de 2016, em Nova Iorque, Obama's Rapprochement with Cuba: Influences and Influencers in Changing U.S. Presidente.

<sup>81</sup>SCHMIDT, Eric. Trapped in its history, beautiful Havana recalls the faded grandeur of.... Disponível em: <<https://plus.google.com/+EricSchmidt/posts/X8UXDYZEwdu>>. Acesso em: 2 ago. 2016.



Condoleezza Rice e Hillary Clinton, responsável pela informatização do ministério e com importante atuação durante a Primavera Árabe (ASSANGE, 2014:21-2). A presença da equipe do então *Google Ideas*, que prometia, à época, proteger ciberdissidentes de possíveis ataques *hackers* de governos autoritários, denotava o peso político da visita<sup>82</sup>.

A agenda contou com uma visita à redação do site jornalístico *14 y medio*, da jornalista e crítica ferrenha do governo revolucionário, Yoaní Sanchez, além de reuniões com profissionais de tecnologia e uma visita guiada à Universidade de Ciências Informáticas (UCI) de Havana<sup>83</sup>. Um dos objetivos da companhia na Ilha era fazer uma avaliação prévia para o projeto técnico que propunha a instalação de balões<sup>84</sup> equipados com *wi-fi*<sup>85</sup> no céu cubano. Em 20 de agosto de 2014, o navegador Google Chrome foi liberado para Cuba<sup>86</sup> e, em 26 de novembro do mesmo ano, ainda alguns dias antes da notícia de que os Estados Unidos e Cuba retomariam diálogo, foi a vez dos aplicativos Google Analytics e Google Play<sup>87</sup>. Todos esses serviços estavam inacessíveis na Ilha por conta das regras de exportação expressas no bloqueio ao país.

A repentina atenção da empresa para Cuba despertou alguma desconfiança nos meios jornalísticos oficiais cubanos, que até então, liam a restrição de ferramentas como o Analytics como censura imposta pela transnacional à população da Ilha<sup>88</sup>. Em nota datada de novembro de 2014, o diário digital *On Cuba* expressou a preocupação com o Google nos seguintes termos:

A abertura desses serviços para Cuba responde ao interesse da companhia de expandir atividades em países que, de acordo com o governo estadunidense, mantêm “regimes restritivos”, como já aconteceu com Google Earth, Picasa e Chrome, que começaram a funcionar no Irã em 2011 e na Síria em 2012 [período que ficou conhecido como Primavera

<sup>82</sup><https://thefwa.com/cases/google-ideas>

<sup>83</sup>14YMEDIO. Presidente ejecutivo de Google visita Cuba. 14ymedio. Disponível em: <[https://www.14ymedio.com/nacional/Presidente-Google-visita-oficial-Cuba\\_0\\_1586841303.html](https://www.14ymedio.com/nacional/Presidente-Google-visita-oficial-Cuba_0_1586841303.html)>. Acesso em: 19 mar. 2019.

<sup>84</sup>O projeto existe há cerca de oito anos com o objetivo de conectar áreas desconectadas do Globo, com foco no sul global e, há um ano, Google e a empresa queniana Telkom Kenya assinaram um acordo para que os *loons* funcionassem de maneira comercial na país. AL JAZEERA ENGLISH. Is Big Tech colonising the internet? | All Hail The Algorithm, 10 jul. 2019. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=\\_fC7acShZkg&feature=youtu.be](https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=_fC7acShZkg&feature=youtu.be)>. Acesso em: 18 jul. 2019

<sup>85</sup><https://loon.co/>

<sup>86</sup>Disponível para Cuba, de forma oficial, Google Chrome. Disponível em: <<https://gutl.jovenclub.cu/disponible-para-cuba-google-chrome/>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

<sup>87</sup>Apps gratuitas de Google Play y Analytics disponibles para Cuba. Disponível em: <<https://oncubanews.com/tendencias/tecnologia/apps-gratuitas-de-google-play-y-analytics-disponibles-para-cuba/>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

<sup>88</sup>Escandalosa censura de Google a Cuba: Medios y blogueros de la Isla no pueden acceder a estadísticas. Cubadebate. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/noticias/2012/06/19/escandalosa-censura-de-google-a-cuba-medios-y-blogueros-de-la-isla-no-pueden-acceder-a-estadisticas/>>. Acesso em: 22 fev. 2018.



Árabe].<sup>89</sup>

Mas o primeiro artigo que alertou a Ilha sobre a ligação entre o Google e o Departamento de Estado foi publicado pelo jornalista da imprensa oficial cubana Iroel Sanchez no dia 1º de julho de 2014, logo depois da visita do corpo diretivo da transnacional. Nele, Sanchez explica quem é Jared Cohen, sua relação com o Departamento de Estado a partir dos vazamentos publicados pelo *Wikileaks* e critica a cobertura midiática do caso:

[...] Cohen e dois dos seus acompanhantes visitaram a colaboradora da embaixada estadunidense mais mencionada nas conversas diplomáticas secretas publicadas pelo *Wikileaks*, Yoani Sánchez. Os visitantes do Google se abstiveram de falar em Cuba com a imprensa, tanto nacional como estrangeira. Ao que parece, para garantir a primazia da informação à senhora Sánchez. [...] Os meios de comunicação também não falaram que Eric Schmidt é presidente do grupo que coordena a *New America Foundation*<sup>90</sup>, principal beneficiária dos fundos da USAID para programas “pró-democracia” em Cuba e encarregada do projeto *Commotion* que o *New York Times* revelou como destinado a Cuba. A *New America Foundation* recebeu só em setembro de 2013, 4,3 milhões de dólares da USAID para desenvolver projetos em Cuba durante três anos<sup>91</sup>.

Depois de uma nova visita do Google à Ilha no início de 2015, foi a vez do engenheiro Karel Pérez Alejo, desenvolvedor de rede e professor universitário, alertar, durante entrevista, para a “ingenuidade” de Cuba em relação ao Google:

[...] primeiro, não foi o Google que veio [a Cuba]; foi o *Google Ideas*, e veio pela segunda vez. O *Google Ideas*, que está muito próximo ao Departamento de Estado e, em particular, da Hillary Clinton. [...] Por que eu faço essa distinção entre o Google e o *Google Ideas*? Porque nessas duas visitas não houve ninguém com um enfoque tecnológico, e ao que parece pelo que se soube das conversas que aconteceram, não se falou em tecnologia, mas em política tecnológica. [...] Não podemos ser ingênuos, principalmente em relação à visita do *Google Ideas*. Seria muito diferente se no lugar de seus diretores, viessem os diretores do Google Glass, ou do Google Maps. Mas, justamente, não foi a ala técnica do Google quem veio, mas a ala política, que é uma extensão do Departamento de Estado. Se fosse o Yahoo Ideas seria o mesmo critério, porque não são questões técnicas as que interessam a eles. Repito: não se pode ser ingênuo<sup>92</sup>.

<sup>89</sup> “La apertura de estos servicios a Cuba responde al interés de la compañía en expandirse a países que, según el gobierno estadounidense, mantienen “regímenes restrictivos”, como ya hicieron con Google Earth, Picasa y Chrome puestos en marcha en Irán en 2011, y Siria en 2012.” Idem. Tradução nossa.

<sup>90</sup> Disponível em: <https://www.newamerica.org/our-people/eric-schmidt/> acesso em: 20 mar. 2019.

<sup>91</sup> [...] Cohen y dos de sus acompañantes visitaron en Cuba a la colaboradora de la embajada estadounidense más mencionada en los cables diplomáticos secretos filtrados por Wikileaks, Yoani Sánchez. Los visitantes de Google se abstuvieron de hablaren Cuba con la prensa, tanto nacional como extranjera. Al parecer, esta postura tuvo la intención de regalar la primicia informativa a la señora Sánchez. [...] Tampoco los medios han dicho que Eric Schmidt es chairman de la Junta de la New America Foundation, principal beneficiaria de los fondos de USAID para los programas “prodemocracia” en Cuba, encargada del proyecto Commotion que el New York Times reveló como destinado a nuestro país. New America Foundation recibió en septiembre de 2013 4,3 millones de dólares de la USAID para desarrollar proyectos en Cuba durante tres años. El maletín que Google trajo a Cuba | La pupila insomne. Disponível em: <<https://lapupilainsomne.wordpress.com/2014/07/01/el-maletin-que-google-trajo-a-cuba/>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

<sup>92</sup> “[...] primero, que no vino Google; vino *Google Ideas*, y vino por segunda vez. *Google Ideas*, que está muy cercano al Departamento de Estado, y en particular a Hillary Clinton [...] ¿ Porqué hago la distinción entre Google y *Google Ideas*? Porque en esas dos visitas al país no ha venido nadie con un enfoque tecnológico, y al



De acordo com Iroel Sánchez, durante a visita março de 2015, Eric Schimit, Brett Perlmutter, Jared Cohen e Scott Carpenter (diretor adjunto do *Google Ideas*, que diferentemente dos demais, viajava pela primeira vez à Ilha) estiveram novamente na UCI para conversar com professores e alunos; mas também foram à *Universidad Tecnológica de La Habana* (CUJAE) e também ao *Joven Club*<sup>93</sup>.

Assim como a visita anterior do Google, que precedeu o anúncio da retomada das relações bilaterais, esta visita de março de 2015 preparava terreno para outro momento histórico: a reabertura das embaixadas cubana e estadunidense nos respectivos países, que ocorreu no segundo semestre de 2015, gerando um fluxo de trocas entre diplomatas, artistas e políticos. Foi esta profusão inédita de intercâmbios que possibilitou o primeiro projeto concreto do Google na Ilha, a abertura de uma espécie de “espaço Google”, no *Estúdio Kcho Museo Orgánico Romerillo*<sup>94</sup>. O espaço do artista plástico Alex Leyva, conhecido como Kcho, leva o nome do bairro popular de Havana em que está situado, Romerillo, e tem como objetivo declarado popularizar o acesso à arte na comunidade local. Em 2015, o artista quis compartilhar a internet ADSL à qual tinha direito<sup>95</sup>, de maneira livre e gratuita com a população do bairro. Com o tempo, um acordo com a empresa estatal de comunicação garantiu a expansão do serviço oferecido pelo artista através de um *spotwi-fi*, o primeiro gratuito de toda Cuba. O Google não faz parte do nascimento do espaço, mas ainda assim, desde março de 2016, tem seu logotipo destacado ao lado do nome do museu.

Existe uma anedota (não se sabe se verdadeira ou não) em torno da parceria entre Kcho e Google: o artista, de passagem por Washington para a reabertura da embaixada cubana nos Estados Unidos, teria encontrado por acaso com Brett Perlmutter – que acabara de assumir o comando da missão do Google para Cuba – e brincado sobre a dificuldade de se

---

parecer por lo que ha trascendido de las conversaciones que ha habido, no se ha hablado de tecnología sino de política tecnológica. [...] no podemos ser ingenuos, sobretudo en este caso de la visita de *Google Ideas*. Sería muy diferente si en lugar de sus directivos, hubieran venido los de Google Glass, o los de Google Map. Pero, justamente, no fue el ala técnica de Google quien vino, fue el ala política, que es una extensión del Departamento de Estado. Si fuera con Yahoo Ideas sería el mismo criterio, porque no son cuestiones técnicas lo que les interesa. Te repito, no se puede ser ingenuo. *Google Ideas* no es Google”. Disponível em: <<https://progresoanal.us/20150326/google-ideas-no-es-google/>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

<sup>93</sup>INSOMNE, La pupila. Google en Cuba again: ¿Nuevas ideas? Disponível em: <<https://lapupilainsomne.wordpress.com/2015/03/13/google-en-cuba-again-nuevas-ideas/>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

<sup>94</sup>Video do evento no Estúdio Kcho-MOR, disponível em: <http://laredcubana.blogspot.com/2016/03/opening-of-googlekcho-tech-center-much.html> acesso em: 16 nov. 2016.

<sup>95</sup> Em Cuba, alguns profissionais, como médicos, jornalistas e artistas tinham a possibilidade de ter uma conta ADSL em casa, com um número limitado de horas de conexão por mês.



conectar ao *wi-fi* do hotel. “Nem na capital dos Estados Unidos a internet funciona direito”, teria dito Kcho. Aproveitando a descontração, o artista teria aberto a discussão sobre a possibilidade de um apoio logístico por parte da transnacional para seu espaço cultural.

Em troca do logo na fachada do Espaço Kcho, a empresa do Vale do Silício doou 100 Google *cardboards*, ou máscaras de papelão, que, conectadas a um smartphone, podem simular a experiência da realidade virtual; duas câmeras para a realização de transmissões ao vivo pela internet (*streaming*); 20 telefones Google Nexus – obsoletos, uma vez que naquele momento, a geração seguinte do aparelho, o Google Pixel, já estava em circulação –; e 20 Chromebooks com 100GB de armazenamento na nuvem, ou seja, computadores que só funcionam conectados à internet por não possuírem memória interna. Um “computador com respiração artificial<sup>96</sup>”, retomando a acertada expressão do jornalista Javier Martín, do diário espanhol El País.

Como podemos avaliar essa doação de aparelhos que não funcionam no contexto cubano ou que funcionam de maneira limitada? Como se explica que uma empresa do porte do Google faça uma doação de estreia em um país com produtos obsoletos? Colocamos essas perguntas à diretora de comunicação do museu, Leysi Rubio, durante uma entrevista concedida em Havana, em 2016. De acordo com Rubio, a doação discreta era apenas uma demonstração das parcerias futuras que a empresa ainda pode realizar com Cuba. Ela fez questão de lembrar que, para o Google, este é um passo importante e muito difícil, já que o embargo financeiro e comercial coloca a empresa em uma batalha jurídica intensa.

Mas enquanto as questões legais não se resolvem, o Google tem um muro inteiro de propaganda 24 horas por dia, 7 dias na semana, em Havana. Ainda que a empresa siga sendo praticamente inexistente do ponto de vista jurídico no país, essa parceria proporcionava, naquele momento, que ela povoasse o imaginário não apenas de quem entra no Estúdio, mas de quem passa pela avenida que ladeia o terreno do espaço. Segundo Rubio, a empresa deve ajudar o país a “tirar blocos do muro do embargo”.

A parceria não concretizou o relaxamento do embargo – não apenas porque o aporte infraestrutural foi insuficiente, mas por causa do câmbio geopolítico proporcionado pela eleição de Trump, como veremos adiante. Mesmo assim, consolidou-se na imprensa a ideia de

---

<sup>96</sup>Chromebook, un ordenador con respiración asistida | Tecnología | EL PAÍS. Disponível em: <[https://elpais.com/tecnologia/2011/06/22/actualidad/1308733268\\_850215.html](https://elpais.com/tecnologia/2011/06/22/actualidad/1308733268_850215.html)>. Acesso em: 24 fev. 2018.



que o Google estava levando infraestrutura de conexão ao museu<sup>97</sup>, o que não é verdadeiro: apesar de a banda ter sido aumentada depois da parceria, a conexão que era disponibilizada gratuitamente pelo Espaço Kcho era providenciada pela ETECSA.

A partir de 2017, problemas judiciais – incluindo uma dívida importante de Kcho com a ETECSA – tiraram o artista de circulação e o espaço se desarticulou. Na nossa última visita à Ilha, em 2018, o acesso à internet estava sendo cobrado normalmente a partir da compra de cartões *nauta*; e outras redes pirateavam o sinal vindo do museu, o que deixava toda a conexão muito mais lenta. O museu estava vazio, com pedaços de obras antigas do lado de fora do barracão do artista. Segundo a guia que nos acompanhou, o espaço estava preparando uma nova exposição para o mês seguinte, mas não foi possível aferir que ela de fato tenha acontecido.

Outras parcerias do Google com a sociedade civil cubana foram acontecendo. No início de 2017, o Google, a *Oficina del Historiador de la Habana*<sup>98</sup>, o Museu do Bronx e a Fundação Ford lançaram um documentário de curtametragem em 3D sobre a história do poeta e líder independentista cubano José Martí, intitulado *Nuestro Martí*, na plataforma digital *Google Arts&Culture*<sup>99</sup>. Em maio de 2018, o Google participou da Parada LGBTQI, em Havana, organizada pelo Centro Nacional de Educação Sexual de Cuba (Cenesex) com uma extensa faixa com o nome da empresa nas mãos de alguns militantes.

E depois de estar presente no museu, na periferia de Havana; no audiovisual, com o curta sobre Martí e apoiando marchas por direitos humanos na Ilha, o Google mirou a moda, outro bastião da cultura. Em 2018, a empresa assinou toda uma coleção com a marca de roupas *Clandestina*<sup>100</sup>. A grife cubana existe desde 2015 e foi a primeira a ter um site para vender seus produtos. Em novembro de 2018, eles se uniram para assinar juntos a coleção *País en construcción*. “O trabalho delas se ajusta muito naturalmente à conexão que estamos tentando estabelecer aqui”, disse a chefe de marketing do Google em Cuba, Susanna Kohly Jacobson<sup>101</sup>, funcionária da transnacional desde 2014.

---

<sup>97</sup>Free Internet, Free Cuba: How Easing U.S. Sanctions and a Havana Google Internet Café May Transform Cuba’s Telecommunications and Internet Industries | Perspectives | Reed Smith LLP. Disponível em: <<https://www.reedsmith.com/en/perspectives/2016/12/free-internet-free-cuba-how-easing-us-sanctions-an>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

<sup>98</sup>Núcleo de recuperação e defesa do patrimônio histórico de Havana.

<sup>99</sup>Google y la Oficina del Historiador de La Habana presentan un documental sobre José Martí en 3D. Diario de Cuba. Disponível em: <[http://www.diariodecuba.com/cuba/1484307923\\_28101.html](http://www.diariodecuba.com/cuba/1484307923_28101.html)>. Acesso em: 10 fev. 2019.

<sup>100</sup>Disponível em: <https://clandestina.co/> acesso em: 10 fev.2019.

<sup>101</sup>“Para nosotros, Clandestina representa lo que es posible hacer en Cuba (...). Nos gusta mucho lo que hacen con el dinosaurio de Chrome y su trabajo se ajusta muy naturalmente a la conexión que tratamos de establecer



Ou seja, que o Google fez até 2018 foi se legitimar a partir de ações culturais. É essa sagacidade na atuação dentro do território que transforma a participação ativa na vida cultural local em ações políticas subjetivas.

Do ponto de vista institucional, o primeiro contrato do Google com Cuba foi assinado em 12 de dezembro de 2016 por Eric Schmidt e Mayra Arevich Marín, presidenta da ETECSA. Brett Perlmutter também estava presente. O acordo possibilitou a instalação de servidores do Google na Ilha, o Google Global Cache, colocado em funcionamento em abril de 2017<sup>102</sup>. Os servidores locais aprimoraram a velocidade e a qualidade da conexão, o que melhorou, por exemplo, o acesso da população ao YouTube. Aquele acabou sendo o primeiro e único contrato formal entre uma empresa de tecnologia estadunidense e o Estado cubano. Uma das principais razões para a descontinuidade foi justamente a vitória de Trump, que renovou o discurso de hostilidade a Cuba.

Depois da eleição de Miguel Díaz-Canel<sup>103</sup>, uma importante transição simbólica no governo revolucionário<sup>104</sup>, houve maior abertura no diálogo com empresas estrangeiras. Em 4 de junho de 2018, Eric Schmidt e o ex-senador republicano Jeff Flake fizeram uma visita de 24 horas à Ilha. Na breve passagem, reuniram-se com o novo presidente e os ministros das Relações Exteriores e das Comunicações, Bruno Rodríguez e Jorge Luis Perdomo Di-Lella, respectivamente. Também esteve presente nas reuniões o mais antigo diplomata estadunidense em Cuba, Philip Goldberg<sup>105</sup>. Nessa ocasião, o presidente e a empresa firmaram quatro memorandos de entendimento<sup>106</sup> assinados também pela *Universidad de las Ciencias Informáticas*, Infomed, pelo Ministério da Cultura e pela *Oficina del Historiador de La Ciudad de La Habana*. O conteúdo dos memorandos não veio a público, apesar de

---

aquí”. GARCÍA, Yeny. ‘T-Rex de la desconexión’ de Google, mascota de la Cuba que anhela internet. 14ymedio. Disponível em: <[https://www.14ymedio.com/nacional/Google-Cuba-internet-Clandestina-Moda\\_0\\_2549145064.html](https://www.14ymedio.com/nacional/Google-Cuba-internet-Clandestina-Moda_0_2549145064.html)>. Acesso em: 25 mar. 2019.

<sup>102</sup>Google Global Caché ya está disponible en Cuba. Cubadebate. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/noticias/2017/04/27/google-global-cache-ya-esta-disponible-en-cuba/>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

<sup>103</sup> Eleito aos 57 anos (jovem para o padrão octogenário da Revolução), Díaz-Canel protagonizou a primeira campanha presidencial por redes sociais da história do país, amparada no paradoxal slogan #somoscontinuidad.

<sup>104</sup>OLIVEIRA, Vanessa. Cuba: reinvenção ou arranjo burocrático? Disponível em: <<https://outraspalavras.net/sem-categoria/cuba-reinvencao-ou-arranjo-burocratico/>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

<sup>105</sup>U.S. Senator Flake, former Google CEO meet with new Cuban president. Reuters, 2018. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-cuba-usa-idUSKCN1J0323>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

<sup>106</sup>O memorando de entendimento ou MOU (Memorandum of understanding) é um primeiro passo para a formalização de um documento jurídico mais elaborado como um contrato social. Serve para alinhar entre duas ou mais partes os termos e detalhes de um acordo, assim como deixar claro direitos e deveres dos envolvidos.



especulações principalmente da mídia anticastrista, de que Cuba teria assinado cláusulas se comprometendo com a liberdade de expressão na internet<sup>107</sup>.

Poucos meses depois, em setembro de 2018, Díaz-Canel devolveu a visita acompanhado do chanceler Bruno Rodríguez Parrilla, o Ministro do Comércio Exterior, Rodrigo Malmierca Díaz, e o Ministro das Comunicações, Jorge Luis Perdomo Di-Lella<sup>108</sup>, em Nova York, no escritório do Google. Outras empresas de tecnologia e comunicação também estiveram presentes<sup>109</sup>. Em uma conversa *off the record* com funcionários dos Ministérios das Relações Exteriores e das Comunicações, em Havana, em dezembro de 2018, nos inteiramos de que um dos pedidos da empresa durante a conversa em Nova York foi o investimento na compra maciça de *smartphones* – segundo as empresas, devido ao seu potencial “empoderador”. A sugestão já havia sido feita em 2015 por Brett Perlmutter, durante um encontro com jornalistas do site *On Cuba*, desta vez sob um discurso de praticidade e visão de futuro<sup>110</sup>. Em 29 de março de 2019, Google e ETECSA assinaram um novo memorando de entendimento, segundo a nota oficial enviada à imprensa<sup>111</sup>.

## Conclusão

Analisamos o cenário cubano de tecnologias da informação e da comunicação a partir das estratégias e táticas presentes na sociedade cubana, contando suas especificidades e as

---

<sup>107</sup>Google and Cuba close to finalizing agreement to expand internet access on the island. miamiherald. Disponível em: <<https://www.miamiherald.com/news/nation-world/world/americas/cuba/article212660549.html>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

<sup>108</sup>Presidente cubano Díaz-Canel visitas e de de Google en Nueva York. Granma.cu. Disponível em: <<http://www.granma.cu/cuba/2018-09-24/cordial-intercambio-del-presidente-cubano-con-representantes-de-las-nuevas-tecnologias-24-09-2018-21-09-55>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

<sup>109</sup> Estiveram na reunião as empresas: VaynerMedia, Connectify, Mapbox, Virgin Group, AirBnB, Revolution, Twitter, Microsoft, Bloomberg e Cresta

<sup>110</sup> “Muita gente nos vê apenas como um buscador, mas somos uma das empresas de maior infraestrutura no mundo e podemos fazer com que a infraestrutura do país cresça. Cuba tem a grande oportunidade de saltar diretamente à telefonia móvel, como estão fazendo os países da África, sem passar por todo o caminho do cabeamento” Empresas norteamericanas exploran oportunidades en Cuba. OnCuba News, 16 jun. 2015. Disponível em: <<https://oncubanews.com/cuba/empresas-norteamericanas-exploran-oportunidades-en-cuba/>>. Acesso em: 22 jul. 2019

<sup>111</sup> “(...) começar a negociação de um posterior acordo de serviço de intercâmbio de tráfego de internet (conhecido tecnicamente como peering), com o objetivo de melhorar a qualidade do acesso aos conteúdos da internet. A intenção de trabalho colocada no Memorando de Entendimento será implementada quando existirem as condições técnicas necessárias. A implementação deste serviço (...) faz parte da estratégia da ETECSA para o desenvolvimento e informatização do país. A este Memorando entre ETECSA e o Google, antecede a sanção e realização do acordo do Google Global Cache, assinado em dezembro de 2016 e inaugurado em abril de 2017, com bons resultados”. Nota de prensa conjunta ETECSA-Google para anuncio de firma de Memorandum de Entendimiento 28 de marzo del 2019. Disponível em: <[http://www.etcscu.cu/inicio/nota\\_de\\_prensa\\_conjunta\\_etcscu\\_google/](http://www.etcscu.cu/inicio/nota_de_prensa_conjunta_etcscu_google/)>. Acesso em: 29 mar. 2019.



brechas por onde grandes transnacionais estão traçando suas estratégias. No caso do Google, ainda que a empresa não tenha ainda realizado seus projetos práticos de conectividade, ela surpreendeu ao desenvolver uma estratégia de penetração cultural na Ilha, um approach inteligente, que seguiu muito a política de *soft power* desenvolvida por Obama: inteligente, descolada, colorida e jovem, este último sendo um atributo dos mais atrativos para um território cujo governo permanece há seis décadas.

Para além da contradição presente na postura do governo cubano – ainda que se compreenda a necessidade que o país tem de acelerar sua inserção no mercado global, capacitando sua população para que ela siga competitiva e colaborando com avanços tecnológicos pelo mundo, como tem sido há muito –, faz-se cada vez mais necessário analisar os efeitos que essas empresas terão a médio e longo prazo não só na economia e na política cubanas como nas do sul-global geral, com históricos semelhantes de exploração e subdesenvolvimento tecnológico – além, claro, das possíveis influências e modulações dos cenários que se estabelecerão politicamente num futuro próximo.

## **Bibliografia**

### **Livros**

ALLARD, Jean-Guy, GOLINGER, Eva. **USA, NED y CIA: La agresión permanente. Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información**, Caracas, 2009.

ARON, Raymond. **Essai sur les libertés**. Hachettes, Paris, 1965.

ASSANGE, Julian. **When Google Met Wikileaks**. 1 edição ed. [S.l.]: OR Books, 2014.

DE CERTEAU, Michel. **L'invention du quotidien; 1 - Arts de faire**, Paris, Gallimard, 1990.

HOFFMANN, Bert. **The politics of internet in third world development: challenges in contrasting regimes with case studies of Costa Rica and Cuba**, University of California, San Diego, 2004.

SWEIG, Julia. **Cuba: What Everyone Needs to Know**, Oxford University Press, New York, 2008.

### **Artigos acadêmicos**



ARSÈNE, Séverine. De l'autocensure aux mobilisations, **About autocensorship and mobilizations. Revue française de science politique**, v. 61, n. 5, p. 893–915, 14 out. 2011.

SILVA, Milena Recio. La hora de los desconectados. **Crítica y Emancipación**, n. 11, 2013. Disponível em: < <http://www.biblioteca.clacso.edu.ar/ojs/index.php/critica/article/download/30/31> >. Acesso em: 26 out. 2016.

URRA GONZÁLEZ, Pedro. Information systems in health: a conversation with Pedro Urra González. **Salud Colectiva**, v. 7, n. 1, p. 99–111, 2011.

LÓPEZ GARCÍA, Hamlet. Cultura digital participativa y software libre en Cuba. **Revista SWL-X**, n. 3 ano 1, p. 16–23, 2014. Disponível em: < <https://gutl.jovenclub.cu/wp-content/ftp/ftp-gutl/docs/revistas/swl-x/swlx3.pdf> > Acesso em: 4 mar. 2016.

LAÍN ESCANDELL, B. Bienes comunes, nuevos cercamientos y economía política popular. **Política y Sociedad**, v. 52, n. 1, 27 abr. 2015.

RICHERI, Guseppe. L'Internet en Chine, entre État et opinion publique, **Les Enjeux de l'information et de la communication**, vol. 19/1, no. 1, 2018, pp. 21-33.

HABEL, Janette. Raúl Castro a la hora de las decisiones, **América Latina Hoy**, 52, 2009, Ediciones Universidad de Salamanca, p. 99-100. <http://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/viewFile/5677/5712>, Acesso em 05. Mai.2019.

## O Panorama da Internet em Cuba e uma Análise da Chegada do Google na Ilha

### Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir o fenômeno da desconexão em Cuba (RECIO, 2013) a partir da apresentação do cenário de desenvolvimento das tecnologias na Ilha desde o início da Revolução de 1959 (ALFONSO, 1993) até o início de 2019. Abordamos a concepção de tecnologias propriamente cubanas (PRESS, 2011; URRÁ, 2011), a absorção das “novas tecnologias” pela sociedade, além de apresentar uma série de táticas cubanas que foram desenvolvidas na tentativa de superar a precariedade da infraestrutura de rede no território, driblando as limitações materiais geradas pelo embargo imposto contra a Ilha pelos Estados Unidos desde o início dos anos 1960 (BRITO, 2019). Apresentamos assim, a evolução dos setores formal e informal de telecomunicações em Cuba durante a chamada Atualização do Socialismo Cubano (HABEL, 2009) e do processo de restabelecimento das relações bilaterais entre Cuba e Estados Unidos, com especial foco na polêmica aproximação do Google, considerado neste artigo um ator geopolítico dos Estados Unidos, devido as suas relações com o Departamento de Estado dos EUA durante a gestão de Barack Obama (ASSANGE, 2014). Encerramos com uma linha do tempo das ações da empresa em Cuba e uma análise de sua atuação durante os primeiros anos dos governos de Miguel Díaz-Canel e Donald Trump.

**Palavras-chave:** tecnologia, internet, cuba, google

## Internet Landscape in Cuba and the Arrival of Google in the Island

### Abstract

The present article discusses the phenomena of disconnection in Cuba (RECIO, 2013), based on the analysis of the history of communications in the Island, from the 1959 Revolution (ALFONSO, 1993) until early 2019. We list Cuban-developed internet technologies (PRESS, 2011; URRÁ, 2011), the absorption of external technologies by the society, and the tactics designed by the population to try and overcome their lack of infrastructure, by



tackling material limitations imposed by the economic embargo enforced by the U.S. since the early 1960s (BRITO, 2019). We then discuss the evolution of formal and informal telecommunications in Cuba during the period known as the "Actualización del Socialismo Cubano" (Actualization of Cuban Socialism, HABEL, 2009) and the process of re-establishing diplomatic relations with the United States, with a special focus on the role played by Google - considered herein to be not only a corporation but an American geopolitical actor, due to its close ties with the State Department throughout the Obama administration. We end up by establishing a time line of Google's actions towards Cuba and analyzing its actions in the first few years under Donald Trump and Miguel Díaz-Canel.

**Keywords:** technology, internet, cuba, google

## **El Panorama del Internet en Cuba y um Analisis de la llegada del Google em la Isla**

### **Resumen**

Este artículo tiene por objetivo discutir el fenómeno de la desconexión en Cuba (RECIO, 2013) a partir de una presentación del escenario del desarrollo de las tecnologías en la Isla desde los principios de la Revolución, en 1959 (ALFONSO, 1993) hasta el principio del año de 2019. Abordamos la creación de tecnologías propiamente cubanas (PRESS, 2011; URRÁ, 2011), la absorción de las "nuevas tecnologías" por parte de la sociedad, además de presentar una serie de tácticas cubanas desarrolladas para superar la precariedad de la infraestructura de red en el territorio, huyendo de las limitaciones materiales generadas por el bloqueo impuesto por los Estados Unidos desde el principio de los años 1960 (BRITO, 2019). Así, presentamos la evolución de los sectores formales e informales de las telecomunicaciones en Cuba durante la llamada Actualización del Socialismo Cubano (HABEL, 2009) y del proceso de restablecimiento de las relaciones bilaterales entre Cuba y Estados Unidos, con especial enfoque en el acercamiento del Google, considerado en este artículo un actor geopolítico de los Estados Unidos, gracias a sus relaciones con el Departamento de Estado de los EEUU durante la administración de Barack Obama (ASSANGE, 2014). Cerramos este trabajo con una línea del tiempo con las acciones de la empresa en Cuba en los primeros años de los gobiernos de Miguel Díaz-Canel y Donald Trump.

**Palavras clave:** tecnología, internet, cuba, google



DOI: 10.21057/10.21057/repamv13n3.2019.27416

## **A Constituição da República de Cuba de 2019: ampliação democrática e regulação econômica como desafios do tempo presente ao socialismo real**

Recebido: 00-00-2019

Aprovado: 00-00-2019

Enzo Bello<sup>1</sup>  
Maria Lúcia Barbosa<sup>2</sup>

### **1. Introdução**

O atual processo de modificação estrutural do Estado materializado no Projeto de Reforma da Constituição de Cuba aprovado pela Assembleia do Poder Popular em 21 e 22 de julho de 2018 é fruto da necessidade de atualização do modelo econômico impulsionado desde a década de 90. A reforma foi submetida a referendo popular, que ocorreu em 24 de fevereiro de 2019. De acordo com as informações divulgadas pela comissão eleitoral, a chamada nova Constituição da República de Cuba foi aprovada por 86,85% dos votos. Votaram no referendo 7,8 milhões de eleitores, dentre os quais 9% votaram contra a aprovação do novo texto, 2,53% votaram em branco e 1,62% dos votos foram considerados nulos (Doimeadios Guerrero; Carmona Tamayo; Pérez, 2019).

A proposta de alterações em relação à Constituição de 1976 foi fruto do *VI Congreso y la Primera Conferencia Nacional del Partido Comunista Cubano*, que teve como diretriz o

---

<sup>1</sup> Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Estágio de Pós-Doutorado em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Estágio de Pós-Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Associado 1 da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor e ex-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional (PPGDC) da UFF. Editor-chefe da Revista Culturas Jurídicas ([www.culturasjuridicas.uff.br](http://www.culturasjuridicas.uff.br)). Membro do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU) da UFF. E-mail: [enzobello@gmail.com](mailto:enzobello@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora Adjunta 1 da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Líder do Grupo de Pesquisa Asa Branca UFPE. Membro do Grupo de Pesquisa REC-Recife Estudos Constitucionais. Secretária da Comissão de Estudos Constitucionais e Cidadania da OAB/PE. E-mail: [malubarbosa1@yahoo.com.br](mailto:malubarbosa1@yahoo.com.br)



processo de fortalecimento da institucionalidade e a necessidade de que a Constituição reconheça uma realidade social, econômica e política que de fato já existe na Ilha. Nesse sentido, na primeira sessão ordinária da VIII legislatura da Assembleia Nacional do Poder Popular, em julho de 2013, o então presidente Raúl Modesto Castro Ruz fez um pronunciamento defendendo um modelo econômico e social cubano de desenvolvimento socialista, com base no Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social até 2030.

A atual reforma constitucional nasceu com a expectativa de solucionar questões que - desde a Constituição de 1976 e as reformas constitucionais de 1978, 1992 e 2002 - permaneceram insatisfeitas no sistema socioeconômico, político e jurídico. Todavia, também representam um enorme desafio de se compatibilizar investimentos privados na Ilha e algumas formas de propriedade com a manutenção do socialismo como meta e fim do Estado.

O texto votado em 2019 é composto por preâmbulo, 229 artigos, divididos em 11 títulos, 24 capítulos e 18 seções, disposições transitórias em 13 artigos e disposições finais em 2 dispositivos. Da Constituição de 1976 foram mantidos 11 artigos, modificados 113 e eliminados 13.

O projeto reafirma o caráter socialista do sistema político, econômico e social, bem como o papel dirigente do Partido Comunista de Cuba. O conceito de Estado Socialista de Direito reforça a institucionalidade e a supremacia da Constituição. O sistema econômico mantém os princípios essenciais da propriedade socialista, ao passo que legitima e reconhece a propriedade privada, o papel do mercado e a regulação estatal sobre os investimentos estrangeiros na Ilha.

Quanto ao desenho institucional dos órgãos do Estado, inclui-se as figuras do Presidente da República, com mandato de 5 anos e função de chefia de Estado, e do Primeiro Ministro, com atribuições de Governo, devendo ambas serem preenchidas mediante eleição entre os deputados da Assembleia Nacional do Poder Popular. Nos órgãos de Estado também se apresenta como novidade o Conselho Eleitoral Nacional, instituição de caráter permanente.

Até o presente momento<sup>3</sup>, poucos textos foram divulgados e/ou produzidos no Brasil sobre a Constituição de Cuba de 2019 - tanto de perfil acadêmico (Burgos Matamoros, 2019), como de opinião (Mares, 2019) -, especialmente na área do Direito ou versando sobre temas jurídicos de interesse nas Ciências Sociais. Esse fato não surpreende e se assemelha ao caso da Venezuela. Em nosso entender, tal se deve ao caráter polêmico que se conferiu a esses dois

---

<sup>3</sup> Este artigo foi finalizado e submetido para avaliação em setembro de 2019.



países, sobretudo por (ainda) reivindicarem projetos socialistas de sociedade em pleno século XXI. Ao se tratar de Cuba e Venezuela, na política e na academia oscila-se entre paixão e ódio, informação e desinformação.

Por outros motivos, ainda não foram produzidos muitos textos em Cuba sobre a nova Constituição, já que os/as professores/as cubanos/as dedicam-se atualmente a participar da elaboração de um conjunto de normas que possibilitem a regulamentação infraconstitucional da nova Carta. Ademais, preferem dar o tempo necessário para identificar a eficácia da nova Constituição e como esta se materializará do ponto de vista social e econômico<sup>4</sup>.

Posicionamo-nos a partir do Brasil e adotamos uma postura crítica que rejeita, por um lado, uma posição de neutralidade científica suposta pelo positivismo e, por outro, um olhar alheio à realidade. Numa tentativa de aproximação com o novo constitucionalismo latino-americano, o objetivo do presente texto é apresentar e discutir a Constituição da República de Cuba de 2019, em especial as vertentes de ampliação de mecanismos democráticos e de implementação de mudanças no sistema econômico<sup>5</sup>, com destaque para o reconhecimento da propriedade privada e o aumento de incentivos aos investimentos estrangeiros no país.

No primeiro tópico é exposto, em linhas gerais, o texto da Constituição proposta e aprovada pela Assembleia do Poder Popular, destacando-se temas e dispositivos voltados à tentativa de democratização do exercício do poder constituinte com vistas a uma aproximação com o constitucionalismo democrático latino-americano.

No segundo tópico é enfatizado o conjunto de questões relativas às propostas de mudanças no perfil e na destinação da economia, em especial o reconhecimento normativo da propriedade privada. Por fim, no terceiro tópico é abordado o conjunto de dispositivos referentes à escolha e ao mandato do Presidente da República e do Chefe de Governo.

A metodologia adotada na elaboração deste texto envolve pesquisa qualitativa, com manejo de raciocínio dedutivo e indutivo, e referencial teórico-metodológico na teoria crítica da sociedade capitalista (Horkheimer, 1983), na teoria crítica do Direito (Lyra Filho, 2000) e na teoria socialista do direito (*iusmaterialismo*) (Salamanca Serrano, 2011a, 2011b). A pesquisa tem perfil multidisciplinar e teórico-normativo, articulando os campos do Direito Constitucional, da Economia e da Política. As técnicas de pesquisa utilizadas consistem em

---

<sup>4</sup> Informação obtida no contato com professores/as cubanos/as que direcionam seus trabalhos na regulação infralegal do texto constitucional e preferem não aguardar o tempo necessário para aferir a efetividade do texto.

<sup>5</sup> Tal escolha se deve à delimitação de objeto para a presente pesquisa, sobretudo considerando que já foram abordados detalhadamente por Mylai Burgos Matamoros (2019) outros temas relevantes, tais como os direitos humanos e suas garantias.



revisão bibliográfica e análise documental. As fontes de pesquisa são documentos legislativos, artigos e livros acadêmicos, além de dados extraídos de órgãos oficiais, jornais e periódicos, sobretudo, cubanos.

As principais noções ou categorias teóricas (e respectivos/as autores/as) trabalhadas no texto são as seguintes: democracia agonística (Laclau, 2013; Mouffe, 1996, 2015); democracia contra o Estado (Marx, 2005; Lenin, 2017; Abensour, 1998); democracia e/ou Constituição (Marx, 2002); democracia contra o capitalismo (Wood, 2003); neoliberalismo (Dardot, Laval, 2016, 2017); economia da dependência (Santos, 2015); novo constitucionalismo latino-americano (Ávila Santamaría, 2016; Bello, 2018, Barbosa, 2015); constitucionalismo crítico (Pisarello, 2011; Sanín Restrepo, 2011); processos constituintes (Pisarello, 2014).

## **2. A Tentativa de Democratização do Exercício do Poder Constituinte. Uma aproximação com o constitucionalismo democrático latino-americano?**

Constitucionalismo, Poder Constituinte, Processo Constituinte, Constituição. Até outrora monopolizadas por juristas e cientistas políticos, essas noções têm sido cada vez mais de conhecimento público e discussão em diversas áreas do conhecimento. Para além de questões técnicas e acadêmicas, existe um denominador comum subjacente a todas elas: a democracia. Polissêmica por natureza, a democracia apresenta diferentes concepções de acordo com contextos históricos e pontos de vista teóricos e/ou ideológicos, ao contrário da naturalização de determinada acepção (liberal) que invoca a pretensão de ser a única existente ou aceitável de democracia.

A democracia é um significante vazio, por isso comporta tantos significados (Laclau, 2013). Buscar sentido original na democracia seria de pouca serventia, tanto para aumentar o conhecimento sobre as experiências democráticas, sobre o fenômeno em si, como para elevar as possibilidades concretas de sua ampliação. O antagonismo político constrói significados diversos para esse significante a partir do conflito social e da disputa de poder. E esse é um assunto inacabado (Arblaster, 1988), pois antes de defendê-la é preciso criá-la e recriá-la constantemente.

Isto posto, consideramos fundamental para este texto evidenciarmos e estabelecermos



como premissa a concepção de democracia que adotamos e sua relação com a Constituição<sup>6</sup>, para que possa haver coerência nas análises e na compreensão, bem como no manejo de conceitos, categorias e autores/as. Inseridos no campo da teoria crítica, tomamos como base a compreensão de Marx (2005) de democracia material como autogoverno do povo<sup>7</sup>, e adotamos como desdobramentos mais contemporâneos a visão da democracia agonística (Laclau; Mouffe, 2015) e da democracia econômica (Wood, 2003). Essas posições não se compatibilizam com o capitalismo e o mercado, que ressignificaram a democracia numa vertente minimalista, a da democracia liberal (eleitoral) (Bobbio, 1997), limitada a garantir procedimentos eleitorais e direitos no plano formal, mas que na prática é conjugada com desigualdades socioeconômicas, pobreza, exploração do trabalho, e concentração da riqueza e dos meios de produção em poucos particulares.

Sobre as relações entre Constituição e democracia, adotamos a seguinte compreensão:

Na prática, como demonstrou Karl Marx [no livro 18 de Brumário] ao analisar a dinâmica política e constitucional da França em meados do século XIX, a Constituição é peça estratégica na engrenagem histórica do processo de luta de classes, adotada por regimes democráticos e autoritários. Via de regra reflete os interesses da classe social hegemônica e é usada para a conservação da ordem social estabelecida; excepcionalmente pode incorporar conquistas parciais da classe social contra hegemônica e ser manejada para transformações materiais, sem ruptura com o modo de produção capitalista (Bello, 2019, p. 9).

Dessa maneira, a Constituição reconhece interesses da classe social hegemônica com vistas a possibilitar uma cristalização de seus interesses econômicos e políticos. Eventualmente contempla interesses sociais como expressões de conquistas parciais da classe

---

<sup>6</sup> Isso é vital para a análise de quaisquer temas, sobretudo quando se trata de conjunturas que envolvem polêmicas, como é o caso de Cuba; a depender do que se entenda por democracia, pode-se sustentar que esse ou aquele país é democrático ou não, dependendo dos critérios e dos referenciais. São comuns na área do direito opiniões pela não existência de democracia em Cuba e na Venezuela, calcadas em autores europeus e liberais, cujas lentes são incompatíveis com a realidade histórica e política dos países latino-americanos. Nesse sentido: "Os textos de brasileiros na área do Direito sobre a Venezuela abordam o conceito de democracia unicamente a partir de argumentos teóricos-institucionais liberais (a poliarquia de Robert Dahl, a democracia liberal de Norberto Bobbio e a democracia de livre mercado de Friedrich August Von Hayek, Milton Friedman, Francis Fukuyama e até Margaret Thatcher), que não condizem com os referenciais ideológicos e teóricos de países e governos de outros contextos, como o do chavismo, e vice-versa. Ou seja, analisa-se um objeto mediante lentes previamente incompatíveis com ele, o que, por óbvio, leva a conclusões de inadequação entre ambos". (Bello, 2019, p. 3).

<sup>7</sup> A posição de Marx acerca da democracia é radical, na medida em que entende que a democracia só pode ser concebida na chave "*demos + kratos*", em que o poder é do povo, motivo pelo qual considera ter sido a democracia aprisionada ao Estado moderno pela burguesia e sua forma representativa (posteriormente, eleitoral), consoante ao capitalismo e garantidora da sua manutenção. Assim, a verdadeira democracia estaria no espaço das relações sociais, independentemente da forma histórica do Estado burguês, caracterizando-se como democracia contra o Estado (Marx, 2005; Lenin, 2017; Abensour, 1998) e, mais recentemente, democracia contra o capitalismo (Wood, 2003).



trabalhadora, limitados pelos ditames fundamentais das liberdades e direitos civis. Esse é o chamado constitucional clássico ou constitucional liberal, do qual o pensamento crítico tenta resgatar a democracia (Sanín Restrepo, 2011).

As sociedades contemporâneas são sociedades hiper-complexas que não devem ser limitadas apenas à variável de classe, já que os marcadores de gênero, raça, orientação sexual, dentre outros, são determinantes nas disputas políticas na atualidade em sociedades marcadas pela colonialidade (Quijano, 2000). Dada a multiplicidade de interesses e expectativas, tem-se uma incessante disputa de narrativas e de poder. Assim, na prática, as relações sociais são essencialmente conflitivas e os intentos de eliminar o poder e o antagonismo das relações humanas, como parecem supor os modelos deliberativos, estarão fadados ao fracasso.

Faz-se necessário que se busque meios que transformem os inimigos em adversários, o que na acepção de Chantal Mouffe e Ernesto Laclau (2015) produz importantes consequências. Um inimigo, como já referido, é alguém a quem deve-se destruir, com o qual se estabelece uma relação antagônica no sentido mais estrito do termo. Um adversário, por outro lado, é alguém com cujas ideias não se concorda, mas preserva-se o direito de defendê-las. O antagonismo corresponde a uma luta entre inimigos, já agonismo é uma disputa entre adversários. No antagonismo o objetivo é destruir o outro, no agonismo o adversário é alguém com quem se busca, na dialética política, disputar poder (Mouffe, 2015, 1996).

No "pluralismo agonístico" o objetivo da política democrática não é a eliminação do outro, mas pressupõe-se a existência conflitiva da dimensão humana, buscando transformar os inimigos em adversários dentro de regras estabelecidas pelo jogo democrático (Mouffe, 2015).

A sociedade cubana atual é complexa (Burgos Matamoros, 2018), no sentido da existência de vários grupos de interesses, por vezes antagônicos, que perseguem a construção de uma democracia agonística. A Constituição de 2019 é formulada na expectativa de contemplar uma complexidade de interesses econômicos, de grupos identitários, da população LGBTQI+, dos defensores de direitos humanos e daqueles/as que defendem interesses políticos de criação de regras do jogo para o exercício da função de representação política. Por tal maneira, as modificações constantes no texto de 2019 decorrem da expectativa de construção de uma democracia agonística impulsionada pelas transformações ocorridas no constitucionalismo latino-americano das últimas décadas.



Com base nessas premissas, passamos a examinar o processo constituinte, a Constituição de Cuba de 2019 e suas possíveis relações com o novo constitucionalismo latino-americano.

A Constituição cubana de 2019 se apresenta como um impulso de aproximação com o novo constitucionalismo latino-americano, ao possibilitar que o projeto de Constituição passasse pelo crivo da cidadania, por meio de consulta e posterior ratificação do texto final, com vistas a garantir a oitiva de todos os atores sociais interessados.

O referendo de aprovação do texto constitucional, precedido de um prazo para debate pela sociedade civil, demonstra preocupação com a busca de aproximação do recente processo constituinte com os processos constitucionais ocorridos na América Latina nas últimas décadas, ao dispor sobre a consulta popular na elaboração do texto e na posterior ratificação.

El proceso de consulta que se propone desarrollar es expresión del carácter democrático y participativo del Estado revolucionario y constituye un ejercicio del poder soberano del pueblo, devenido este en órgano constituyente de la nación, lo que nos distingue favorablemente de otros procesos desarrollados en diversos países.<sup>8</sup> (Cuba, 2019).

Os processos constitucionais ocorridos na América Latina a partir da década de 1990 tiveram por característica um protagonismo cidadão na elaboração dos projetos de Constituição e na posterior ratificação dos textos constitucionais (Barbosa, 2015), especialmente nos casos de Venezuela (Bello, 2019), Bolívia (Valença, 2018) e Equador (Ávila Santamaría, 2016). Dessa maneira, a participação cidadã representou um elemento deflagrador do processo constituinte e também correspondeu a um elemento formal de legitimidade dos novos textos constitucionais. Estes caracterizam um resgate da teoria clássica dos Processos Constituintes teorizada pelo abade Emmanuel-Joseph Sieyès (Bonavides, 2018, p. 148), no sentido de que os cidadãos, detentores do poder soberano, se reconhecem e concordam diretamente com o texto constitucional que foi criado<sup>9</sup>.

Do ponto de vista formal, a Constituição cubana promoveu um diálogo das instituições com a cidadania ao proporcionar a participação da sociedade por meio de plebiscito e

---

<sup>8</sup> Tradução livre do original: O processo de consulta que se propõe desenvolver é expressão do caráter democrático e participativo do Estado revolucionário e constitui um exercício do poder soberano do povo, tornado órgão constituinte da nação, o que nos distingue favoravelmente de outros processos desenvolvidos em diversos países.

<sup>9</sup> Ao invés da idealização de Sieyès e sua naturalização da política, no campo crítico Gerardo Pisarello (2014) considera os processos constituintes na chave das condições materiais e suas contradições, nas quais há disputas pela e na elaboração dos textos constitucionais por parte das forças políticas representantes das diferentes classes sociais.



referendo. Também foi incluída a possibilidade de proposição de emenda constitucional e de leis pela cidadania, o que parece ser um avanço em face da Constituição anterior.

O Partido Comunista Cubano (PCC) é descrito no artigo 5º do texto como o único existente e como força dirigente superior da sociedade e do Estado. Como o texto de 1976, o atual posiciona o PCC acima das instituições do Estado, conferindo-lhe a centralidade nos debates e nas orientações políticas. Trata-se de desenho institucional diferenciado em relação à construção liberal e que suscita posicionamentos contrários que o consideram de “ideologia totalitária” por suposta falta de pluralismo e diversidade de opiniões (Bonavides, 2000, cap. 24).

A origem dos partidos políticos está calcada numa construção moderna do século XIX, na Europa e nos EUA, baseada em sociedades estratificadas (daí a etimologia da palavra "partido": partir, fracionar, quebrar), divididas em classes, em que os diferentes grupos sociais se institucionalizam numa forma política-jurídica para disputarem eleições e representarem no espaço do Estado os interesses desses respectivos setores. O partido político é um equivalente institucional político-jurídico da segregação de classes sociais. Inicialmente, os partidos políticos eram os partidos da classe dominante, a burguesia. Com os anos, determinados grupos de esquerda seguiram o mesmo caminho, entendendo necessária disputa de poder no espaço da institucionalidade; todavia, a história mostra que perderam sua força e vitalidade no campo estatal em meio aos partidos da ordem estabelecida, majoritários e ricos, e no campo social, com a desmobilização dos quadros políticos de base. Algo comparável ao que, em "A legalização da classe operária", Bernard Edelman (2016) sustenta quanto à greve, que perdeu a sua força questionadora da ordem posta quando foi transformada de prática subversiva e ilícita em direito tutelado pelo Estado.

A justificativa para a adoção do modelo de partido único em Cuba advém da experiência soviética, em que se entendia pela desnecessidade da existência de mais de um partido em uma sociedade sem divisão de classes, na qual o partido político é a personificação da subjetividade coletiva por excelência do socialismo, o proletariado (Lenin, 2017), sem que sejam desconsideradas as suas diferenciações internas. No estágio de transição do socialismo ao comunismo ("sociedade regulada"), o partido político realizaria a mediação entre a sociedade civil e a sociedade política (distinção meramente metodológica, e não orgânica), conformando o Estado Integral ou Ampliado. A partir do papel do partido político como "intelectual coletivo" fundamental no processo de reforma da consciência, a construção da



sociedade regulada (o autogoverno dos trabalhadores para os trabalhadores) ocorre com a dissolução da sociedade política na sociedade civil (Gramsci, 2007, p. 244-5), a abolição das classes sociais e a formação de um novo bloco histórico, extinguindo-se as formas históricas burguesas do partido político e do próprio Estado.

No caso cubano, já existiam mecanismos de democracia direta na Constituição de 1976, que foram mantidos em 2019, que permitem a participação cidadã ativa e perene, nos espaços estatal e social. Em países que contemplam mecanismos de democracia direta (listados adiante), os cidadãos não precisam estar filiados a partidos políticos para exercerem participação política direta na sociedade civil e/ou junto ao Estado. Em Cuba ocorre o mesmo via PCC - que media as esferas da sociedade civil e da sociedade política, ainda que não haja filiação formal, pois na prática todos os cidadãos cubanos integram o partido organicamente, podendo exercer funções ou cargos, se desejarem, e devendo cumprir deveres cívicos para com a coletividade, independentemente de suas vontades.

Assim, os cidadãos que não integram os quadros formais do PCC ou que divergem diretamente de suas orientações não deixariam de ter suas opiniões difundidas e representadas, havendo pluralidade em termos participativos, necessária ao exercício da democracia, sobretudo nos espaços locais (bairros, províncias etc.), que podem e devem ser disputados para fazerem prevalecer na prática a pluralidade de posições.

Todavia, mesmo considerado essa argumentação, nossa crítica vai no sentido da excessiva burocratização e hierarquização da estrutura, de maneira que a participação no micro (assembleias locais, comitês de defesa da revolução) geralmente não alcança diretamente o macro, o topo da institucionalidade (ANPP e Comitê Central do PCC), o que produz uma estratificação entre parlamento e povo, similar à que Lenin (2017) identificou e criticou no início do século XX na democracia liberal, na qual o parlamento não contém representantes populares e não veicula interesses da classe trabalhadora.

Um fenômeno parecido acontece atualmente na Bolívia e já foi objeto de críticas semelhantes por especialistas com imersão na realidade social e política daquele país (Valença, 2018). A Constituição de 2009 salienta muito elementos como autonomia, pluralismo e sociedade civil, mas na prática dos governos Morales/Linera prevalece um "estadocentrismo" desde a promulgação da Constituição vigente; a sociedade civil não participa tanto quanto se imaginava, mesmo existindo os canais institucionais e de autonomia (Autoridades Indígenas Originárias Campesinas - AIOCs), pois não há uma abertura



significativa das comportas para as pessoas e grupos sociais participarem. Assim como em Cuba, o problema não nos parece ser da estrutura institucional, mas da prática que tem sido adotada.

Outra questão relevante na Constituição de Cuba de 2019 quanto ao exercício dos poderes de Estado encontra-se no título VI, capítulo II, que trata da Assembleia Nacional do Poder Popular e do Conselho de Estado, cuja descrição versa sobre as competências dos referidos órgãos e revelando uma concentração de poderes na Assembleia Nacional.

A Assembleia Nacional do Poder Popular é o parlamento da República de Cuba e o órgão supremo do poder do Estado. Contém atualmente 605 membros eleitos pelo sistema distrital para um mandato de cinco anos. A Assembleia é o parlamento unicameral e o único órgão detentor do poder constituinte e legislativo na República de Cuba, conforme previsão do artigo 103 da atual Constituição: "La Asamblea Nacional del Poder Popular es el único órgano con potestad constituyente y legislativa en la República".

São muitas as competências da Assembleia Nacional, dentre as quais as de detentora do poder constituinte originário e derivado; interpretar a Constituição; exercer controle de constitucionalidade; revogar acordo ou atos contrários a constituição; revogar decretos presidenciais contrários à Constituição e às leis; discutir e aprovar os objetivos gerais e metas dos planos anuais de desenvolvimento econômico e social a médio e longo prazo; discutir e aprovar o orçamento; estabelecer e instituir tributos, dentre outras. Em nossa opinião, a formatação e os amplos enormes poderes da Assembleia Nacional do Poder Popular denotam um posicionamento acima do Presidente da República, o que pode ser compreendido como uma forma de se descentralizar o poder no contexto pós Fidel e Raúl, em que já não há sujeitos inquestionáveis como os combatentes da revolução.

Ou seja, a Assembleia Nacional do Poder Popular assume funções executivas, legislativas e judiciárias, sendo o único órgão com poder constituinte e legislativo. O povo cubano pode diretamente propor emendas à Constituição, nos termos do artigo 227 por proposta dirigida ao Conselho Eleitoral Nacional por, no mínimo, cinquenta mil eleitores, o que aproxima a atual Constituição cubana das constituições do novo constitucionalismo latino-americano.

Em consonância com o artigo 103, o artigo 227, a Constituição só poderá ser reformada pela Assembleia Nacional do Poder Popular mediante acordo firmado em votação nominal por maioria não inferior a dois terços do número total de integrantes do parlamento,



caracterizando-se como uma Constituição rígida, sobretudo em razão das cláusulas pétreas previstas no artigo 229.

O projeto de reforma inclui o socialismo e o sistema político como cláusulas pétreas irrevogáveis<sup>10</sup> no artigo 224:

En ningún caso resultan reformables los pronunciamientos sobre la irrevocabilidad del sistema socialista establecidos en el artículo 4, y la prohibición de negociar bajo las circunstancias previstas en el inciso a) del artículo 16.<sup>11</sup> (Cuba, 2018).

É necessária ratificação pela cidadania por meio de referendo popular quando o objeto da reforma constitucional disser respeito a funções da Assembleia Nacional do Poder Popular ou do Conselho de Estado, às atribuições ou ao mandato do Presidente da República, assim como a direitos, deveres e garantias previstos na Constituição, em conformidade com o artigo 228.

A alteração constitucional cubana assegura aos cidadãos a iniciativa popular mediante proposta à Assembleia Nacional. O artigo 227 prevê que as reformas ou emendas constitucionais são de competência da Assembleia Nacional do Poder Popular e enumera como legitimados a proporem reformas à Constituição: o presidente da República, o Conselho de Estado, o Conselho de Ministros, um terço dos deputados da Assembleia Nacional do Poder Popular, o Conselho Nacional da Central dos Trabalhadores de Cuba e as direções das demais organizações de massa e sociais e os cidadãos, mediante petição dirigida à Assembleia Nacional do Poder Popular, inscrita no Conselho Eleitoral nacional, por, no mínimo, cinquenta mil eleitores, deixando pendente de regulamentação legal o procedimento para realização da proposta popular de reforma constitucional, ou seja, norma de eficácia contida, sujeita a regulamentação futura (Silva, 2018).

Também são da alçada da Assembleia Nacional do Poder Popular as funções de eleger o presidente e vice-presidente da República, o primeiro ministro, os integrantes do Conselho de Estado; designar a proposta do presidente ao primeiro ministro e vice-primeiros ministros e demais membros do conselho de ministros; eleger o Presidente do Tribunal Supremo Popular

---

<sup>10</sup> Mylai Burgos Matamoros critica a manutenção de símbolos do socialismo, ainda que em caráter meramente retórico, no preâmbulo da Constituição de 2019, por entender que normas jurídicas não transformam a realidade, e que "os conteúdos substanciais do articulado constitucional caminham em direção a um lugar diferente, um socialismo classista ou um capitalismo de estado, apenas decifrável na medida em que a sociedade cubana avance no futuro" (2019, p. 23-24).

<sup>11</sup> Tradução livre: "ARTIGO 224. Em nenhum caso resultam reformáveis os pronunciamientos sobre a irrevogabilidade do socialismo estabelecidos no artigo 4, e a proibição de negociar nas circunstancias do inciso a) do artigo 16".



e a chefia do Ministério Público e o Procurador-Geral da República, dentre outras atribuições, o que demonstra a significativa concentração de poderes da Assembleia, nos termos do art. 104 da atual Constituição cubana.

A participação popular foi contemplada no referendo de aprovação do projeto de Constituição e envolve a possibilidade de participação posterior da cidadania no processo de emendas ou reformas, em conformidade com as constituições do novo constitucionalismo latino-americano - venezuelana, equatoriana e boliviana -, as quais possibilitam aos cidadãos a proposição de emendas constitucionais e dispõem que as emendas aos textos serão aprovadas após a ratificação popular por meio de referendo<sup>12</sup>.

A Constituição de Cuba de 2019 inclui como cláusulas pétreas matérias atinentes à segurança nacional e à opção política pelo socialismo. Já eventuais reformas que envolvam temas referentes ao sistema de governo e direitos e garantias dependem de ratificação popular.

Por seu turno, os textos constitucionais formulados no contexto do novo constitucionalismo latino-americano preveem a iniciativa popular<sup>13</sup> de lei e de reforma da Constituição<sup>14</sup>, revogatória<sup>15</sup> de mandato de Presidentes da República e outras autoridades públicas, assim com dos demais cargos eletivos, plebiscitos e referendos em matéria constitucional, de modo a alargar a participação popular na vida política dos países.

Em que pese haver previsão da participação popular na Constituição cubana de 2019, o texto não deixa claro como se materializará essa participação, sobretudo no caso do instituto da revogatória de mandato, nem desenha os limites e possibilidades da participação popular no artigo 80.

ARTÍCULO 80. El ciudadano cubano tiene derecho a participar en la conformación, ejercicio y control del poder del Estado, en razón a esto puede, de conformidad con la Constitución y las leyes:

- a) estar inscripto en el registro electoral;
- b) proponer y nominar candidatos;
- c) elegir y ser elegido;
- d) participar en elecciones, plebiscitos, referendos, consultas populares y otras formas de participación democrática;

<sup>12</sup> Artigos 343 e 345, da Constituição da Venezuela de 1999; Artigo 103, da Constituição do Equador de 2008; Artigo 411, da Constituição da Bolívia de 2009.

<sup>13</sup> Artigos 74, 173, 204.7, 308, 341.1, da Constituição da Venezuela de 1999; Artigos 61.3, 97, 103, 104, 134.5, 277.6, 318, 329, 331, 420, 442, da Constituição do Equador de 2008; Artigos 11.2.I, 95.III, 162.I.1, 163.2, 240.III, da Constituição da Bolívia de 2009.

<sup>14</sup> Artigo 342, da Constituição da Venezuela de 1999; Artigo 442, da Constituição do Equador de 2008; Artigo 411, I e II, da Constituição da Bolívia de 2009.

<sup>15</sup> Artigo 6, 70, 71, 72, 197, 233, 339 da Constituição da Venezuela de 1999; Artigos 105, 106, 146.6 da Constituição do Equador de 2008; Artigos 11.2, 157, 170, 171, 195.1, 240, 242.5, 286.2, da Constituição da Bolívia de 2009.



- e) pronunciarse sobre la rendición de cuenta que le presentan los elegidos;
- f) revocar el mandato de los elegidos
- g) ejercer la iniciativa legislativa y de reforma de la Constitución;
- h) desempeñar funciones y cargos públicos, y
- i) estar informado de la gestión de los órganos y autoridades del Estado.<sup>16</sup> (CUBA, 2018).

Chama a atenção o protagonismo da Assembleia Nacional do Poder Popular, que assume majoritariamente as funções estatais executivas, legislativas e de controle judiciais de constitucionalidade. O rol exemplificativo do artigo 108 da Constituição cubana de 2019 vai da alínea “a” até a alínea “x”, atribuindo ao órgão desde funções de aprovar leis às de revogar decretos presidenciais, criar e extinguir órgãos da administração central e fazer controle de constitucionalidade de leis e atos do poder executivo. Ou seja, desenha-se uma acumulação de atribuições na Assembleia Nacional, que concentra as principais funções do Estado Moderno.

A partir desses elementos, realizamos uma comparação da Constituição de 2019 com as do novo constitucionalismo latino-americano, mediante os seguintes elementos: (i) referências ao socialismo e modelos econômicos; (ii) processos constituintes; (iii) democracia direta e participação política.

Na Constituição da Venezuela de 1999 não há previsão acerca do socialismo; em 2005, o então presidente Hugo Chávez anunciou a plataforma política e econômica do “socialismo do século XXI” como alternativa ao neoliberalismo. Na Constituição do Equador de 2008 também não há previsão sobre o socialismo; os governos de Rafael Correa adotaram o lema da “revolução cidadã” para a refundação do país, como superação ao colonialismo através de um sistema econômico “social e solidário” numa “relação dinâmica e equilibrada entre sociedade, Estado e mercado” (art. 283). Já na Bolívia, a Constituição de 2009 prevê um modelo de “economia plural” que “articula as diferentes formas de organização econômica sobre os princípios de complementariedade, reciprocidade, solidariedade, redistribuição, igualdade, segurança jurídica, sustentabilidade, equilíbrio, justiça e transparência”, complementada por uma “economia social e comunitária”, conjugando-se “o interesse individual com o viver bem coletivo” (art. 306.III). O “socialismo comunitário” consiste em modelo econômico subjacente à figura do “Vivir Bien” (*Suma Qamaña*) (art. 306.I) e em

---

<sup>16</sup> Tradução livre: "ARTIGO 80. O cidadão cubano tem direito a participar na conformação, exercício e controle do poder do Estado, em razão disto pode, de conformidade com a Constituição e as leis: a) estar inscrito no registro eleitoral; b) propor e nominar candidatos; c) eleger e ser eleito; d) participar em eleições, plebiscitos, referendos, consultas populares e outras formas de participação democrática; e) pronunciar-se sobre a prestação de contas que lhe apresentam os eleitos; f) revogar o mandato dos eleitos; g) exercer a iniciativa legislativa e de reforma da Constituição; h) desempenhar funções e cargos públicos; e i) estar informado da gestão dos órgãos e autoridades do Estado."



programa de governo para 2015/2020.

Em termos de processos constituintes, é possível afirmar que as experiências do novo constitucionalismo latino-americano e a recente de Cuba se assemelham em termos de mobilização social e participação política *desde abajo*. Nas suas diferentes estruturas e dinâmicas houve expressiva participação popular, em termos quantitativos e qualitativos, nas proposições e debates, destacando-se em todas elas a utilização de referendo e os índices elevados de aprovação pelas respectivas populações: Venezuela (71,78%), Equador (63,93%), Bolívia (61,43%) e Cuba (86,85%) (Barbosa, 2015; Bello, 2018, p. 99-127).

No que tange à democracia direta e às formas de participação política cidadã, qualquer comparação dos mecanismos previstos no novo constitucionalismo latino-americano e na carta cubana de 2019 devem considerar que as vias adotadas são diferentes. Devido ao que já afirmamos acerca da estrutura e do funcionamento do modelo do partido único, consideramos que os canais de participação são similares, embora diferentes, e apresentam deficiências mais em termos de práticas que de estrutura.

Diante do exposto, não consideramos a Constituição cubana de 2019 como inserida no âmbito do novo constitucionalismo latino-americano, nem em termos históricos nem de articulação com os processos de movimentos sociais. Ela tem um desenvolvimento próprio, a partir de uma cultura política e jurídica consolidada que os demais países não tinham, pois seus textos são recentes (1999, 2008 e 2009) e advêm de quebras significativas (não totais) com os regimes anteriores, sobretudo quanto à herança colonizadora (Quijano, 2000). No caso de Cuba isso ocorreu de forma abrupta em 1959 e propiciou o texto constitucional de 1976, que vem sendo atualizado através de constantes reformas constitucionais que visam a adaptar aos novos tempos a disciplina que a redação originária conferiu aos desenhos sociais e institucionais da revolução, o que não é o caso dos demais países. Além disso, são diferentes as visões de participação política e até mesmo de socialismo. Por fim, não há na Constituição de Cuba de 2019 previsão acerca de temas centrais no chamado constitucionalismo andino, tais como: Estado plurinacional, pluralismo jurídico, interculturalidade, jurisdição especial indígena. Todavia, o estabelecimento de relações de proximidade e distanciamento é fundamental para a compreensão da conjuntura constitucional, política e econômica da América Latina no início do século XXI.



### 3. Mudanças de Atualização do Modelo Econômico e a Propriedade Privada

O assumidamente liberal-igualitário Roberto Gargarella (2010), em “A Sala de Máquinas da Constituição: dois séculos de constitucionalismo latino-americano”, divide os duzentos anos de constitucionalismo na América em cinco períodos: (a) o primeiro dizia respeito à fase conservadora, da independência até meados do século XIX (1810 a 1850); (b) o segundo ao republicanismo, que foi até o final do século XIX (1850 a 1890), sendo considerado como o período dos anos fundacionais quando as principais constituições foram formuladas para consolidar a estrutura legal do pós-independência; (c) o terceiro foi o período da crise do modelo pós-colonial marcado pelas ideias positivistas referentes ao liberalismo, do término do século XIX até início do XX; (d) a quarta fase foi a do constitucionalismo social, que se iniciou após a crise de 1930 e culminou com a Segunda Guerra Mundial, a substituição de importações e a entrada da classe trabalhadora na política, conforme a mentalidade do bem-estar social; (e) e, por fim, a quinta fase iniciou-se ao cabo do século XX até o início do seguinte, período do “Novo Constitucionalismo Latino-Americano”, quando houve reformas constitucionais mais profundas e significativas.

Embora se alinhe às duas primeiras fases continentais, a experiência constitucional cubana é excepcional no âmbito do constitucionalismo latino-americano e pode ser dividida em três grandes fases (Rojas, 2017, p. 55)<sup>17</sup>. Uma primeira fase liberal (1812-1901), correspondente ao período colonial do império espanhol que regeu a Ilha até 1898. Em seguida se verifica um constitucionalismo reformista e autonomista em sintonia com as constituições e projetos constitucionais liberais do século XIX. Cuba foi a última colônia espanhola no continente, o que demonstra um tardio intento independentista frente às posições reformistas e autonomistas da elite crioula<sup>18</sup>.

O segundo momento constitucional foi o republicano (1901-1976), que se aproximava do modelo dos Estados Unidos da América (EUA), com uma Constituição baseada nos princípios liberais da separação dos poderes e nas liberdades e direitos civis. A aproximação

---

<sup>17</sup> Outra demarcação da história constitucional de Cuba que merece menção é a de Carlos Manuel Villabella Armengol (2019), que a divide nas fases do Direito Constitucional Mambí, do Direito Constitucional Nacional-Burguês e do Direito Constitucional Revolucionário-Socialista.

<sup>18</sup> Os crioulos eram a elite americana descendente de espanhóis, excluída dos altos cargos dirigentes, embora constituíssem a classe dos grandes proprietários de terras, dos arrendatários de minas, dos comerciantes e dos pecuaristas. Manifestavam suas insatisfações desde meados do Século XVIII e, influenciados pelo Iluminismo, iam forjando aos poucos um nacionalismo contrário ao domínio espanhol. A elite crioula impulsionou as guerras de independência em face do domínio espanhol.



geográfica e política com o mercado dos EUA proporcionava a Cuba a preferência nas relações comerciais ao mesmo tempo em que ocasionava uma dependência econômica.

O terceiro é o momento socialista (a partir de 1976), pós-revolução, em que a República de Cuba foi redefinida como um Estado socialista de trabalhadores e camponeses e se autodetermina uma democracia popular com o Partido Comunista de Cuba na vanguarda da organização marxista-leninista da classe trabalhadora. De acordo com o texto constitucional de 1976, a educação, a cultura, os meios de comunicação, os direitos sociais e as formas de associação estavam sob o controle do Estado; dessa maneira, o Estado rompe radicalmente com a matriz liberal e republicana do constitucionalismo vivenciado nas Américas.

Em termos de conjuntura externa, a teoria marxista e latino-americana da dependência (Santos, 2015) é uma adequada chave analítica para se compreender o contexto e explicar a posição de Cuba na economia e geopolítica mundiais. Desde o seu início, em 1959, a Revolução cubana deflagrou um processo histórico no qual veio a ser acompanhada de um embargo econômico decretado pelos EUA, em 1960, que proíbe relações de comércio internacional entre esse país e Cuba, estendendo-se como limitação à comunidade internacional, em especial os países do bloco capitalista da Guerra Fria.

Como sabido, durante décadas a economia cubana contou com apoio político e econômico da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e do Conselho de Assistência Mútua Econômica (CAME)<sup>19</sup>, que foi determinante para o sustento da rede de serviços sociais (no limite, da própria soberania nacional), dadas as limitações em termos de exportações e importações em um país de economia primária baseada na extração de recursos naturais e na fabricação de açúcar e tabaco. Com a extinção da URSS, em 1991, a economia cubana foi obrigada a se reposicionar e evidenciou-se ainda mais a natureza do embargo como violência explícita dos EUA e consentida pela comunidade internacional, inclusive a ONU.

A partir desse momento, Cuba realizou reformas constitucionais decenais (1992, 2002 e 2012) voltadas a readequar seus desenhos institucionais e suas práticas sociais diante do novo cenário econômico e geopolítico mundial: (i) já não havia mais a polarização da Guerra Fria; (ii) a economia de mercado dos EUA - que ainda hoje impõe embargo econômico a Cuba - ganha protagonismo e determina ao continente americano as diretrizes do consenso de

---

<sup>19</sup> Existente entre 1949 e 1991, o CAME congregava os países integrantes do mercado comum dos Estados socialistas e possibilitava ao Estado cubano adquirir produtos como, por exemplo, petróleo e máquinas, através de escambo por açúcar, cotado a preços acima do mercado mundial.



Washington<sup>20</sup>, de desregulamentação estatal da economia, para que se favoreça o livre mercado em escala mundial; (iii) esprou-se mundo a fora o neoliberalismo (Dardot, Laval, 2016, 2017) e a sua respectiva forma jurídica, o constitucionalismo antidemocrático (Pisarello, 2011); e (iv) adveio o chamado capitalismo financeiro globalizado (Harvey, 2011)<sup>21</sup>.

Nesta nova fase do capitalismo, reconfiguraram-se as relações internacionais, digitalizou-se e dinamizou-se a economia, aumentou-se a concentração de renda. E mais: produziu-se crises<sup>22</sup> - como as de 1997 (tigres asiáticos) e 2008 (*subprime*, EUA) (Harvey, 2008) - que abalaram a economia mundial e, obviamente, impactaram um país com 11 milhões de habitantes sofrendo embargo econômico há décadas, cujos parceiros internacionais são poucos e mudam com o tempo conforme as composições de governos nos diferentes países e blocos na comunidade internacional.

Por esses motivos, consideramos que existe em Cuba nas últimas décadas uma dependência externa *sui generis*. Não se trata da dependência de praxe - da economia de um país da periferia em relação à de países do centro do capitalismo (Santos, 2015) -, mas a dependência, por um lado, de um país da periferia da periferia em relação a países da própria

---

<sup>20</sup> Consenso de Washington é o nome dado às conclusões e recomendações frutos do encontro ocorrido na capital dos Estados Unidos, no ano de 1989, cujo tema era *Latin America Adjustment: How Much has Happened?*. Convocados pelo *Institute for International Economics*, reuniram-se, naquela ocasião, economistas latino-americanos liberais, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano com o propósito de impulsionar reformas econômicas na América Latina. As conclusões do Consenso de Washington formam um conjunto de medidas, compostas de dez regras básicas, para promover o ajustamento macroeconômico dos países em desenvolvimento. As 10 recomendações do Consenso de Washington são: 1) disciplina fiscal – o Estado deve limitar os gastos à arrecadação, eliminando o déficit público; 2) redução dos gastos públicos; 3) reforma fiscal e tributária, na qual o governo deveria reformular seus sistemas de arrecadação de impostos e ampliar a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos; 4) abertura comercial e econômica dos países, a fim de reduzir o protecionismo e proporcionar um maior investimento estrangeiro; 5) taxa de câmbio de mercado competitivo; 6) liberalização do comércio exterior; 7) investimento estrangeiro direto, eliminando as restrições; 8) privatização, com a venda das estatais; 9) desregulamentação, com o afrouxamento das leis de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; 10) direito à propriedade intelectual.

<sup>21</sup> Em seu recente e relevante texto, Mylai Burgos Matamoros (2019) não correlaciona as transformações no capitalismo financeiro com temas como liberdade de expressão na Ilha, articulação essa que, em nosso entender, é fundamental para a compreensão de determinadas contradições que persistem ainda nos dias de hoje. Seu marco teórico é o do chamado "autogoverno democrático, socialista, fraternal", a partir do filósofo espanhol Antoni Doménech (*La democracia fraternal republicana y el socialismo de gorro frigio*. La Habana: Ciencias Sociales, 2017), que nos parece muito similar à social democracia.

<sup>22</sup> A partir de estudo de Michael Bordo e outros ("Is the Crisis Problem Growing More Severe?". *Economic Policy*, abr., pp. 53-82, 2001. Disponível em: <[https://siteresources.worldbank.org/DEC/Resources/crisis\\_problem\\_more\\_severe.pdf](https://siteresources.worldbank.org/DEC/Resources/crisis_problem_more_severe.pdf)>), Luiz Carlos Bresser-Pereira indica que "enquanto no período de 1945 a 1971 o mundo passou por apenas 38 crises financeiras, entre 1973 e 1997 passou por 139 delas, ou seja, no segundo período houve entre três e quatro vezes mais crises do que no primeiro" (2010, p. 58).



periferia do capitalismo (América Latina), e, por outro lado, quanto a países do cerne do capitalismo (União Europeia)<sup>23</sup>.

Portanto, para além dos assuntos domésticos, devem ser analisadas, necessariamente, considerando esse contexto mais amplo, todas as mudanças e readequações previstas nas sucessivas reformas constitucionais no texto de 1976. Tanto a manutenção de posições em defesa do projeto socialista, quanto as modificações em termos de abertura da economia e redução do monopólio do Estado na gestão e prestação de serviços como os relativos às searas da infraestrutura e do turismo, que, a partir da autorização constitucional naquelas reformas, trouxeram mais recursos e reavivaram a economia da Ilha.

Em nosso entendimento, nesse panorama devem ser analisadas as questões econômicas reconfiguradas pelas reformas constitucionais, à luz da materialidade social no processo histórico, que, como será abordado adiante, chegam ao ponto da incorporação da propriedade privada no ordenamento jurídico cubano.

O regime de propriedade previsto na Constituição de 1976 (artigo 14) era o da propriedade socialista de todo o povo sobre os meios de produção e a supressão da exploração do homem pelo homem. A Constituição contempla um amplo rol de direitos sociais nos capítulos dedicados à família, à educação e à igualdade. Os órgãos do Estado, os governos municipais e provinciais, a Assembleia Nacional, o Tribunal Supremo e o sistema eleitoral sofreram intensa centralização e o sistema político estabeleceu as eleições indiretas para chefe de Estado, com vistas a conferir mais estabilidade e segurança ao regime instaurado após Revolução cubana de 1959.

A Constituição de 1976 foi emendada em 1978 e permaneceu praticamente inalterada até 1992. No início da década de 1990, provocada pelo desaparecimento do CAME e o fim do subsídio soviético, seus principais aliados financeiros, ocorreu uma grave crise na economia que ameaçou a subsistência do povo cubano. Por tal razão, o Estado cubano precisava criar alternativas para estimular sua economia nacional e obter a renda necessária para financiar o custo das políticas públicas sociais. É essa a fase da intensa abertura para o turismo na Ilha e da exportação via contratação com países latino-americanos de mão de obra especializada, sobretudo médicos e professores, que renderia a Cuba os ingressos de renda a fim de evitar a falência dos serviços públicos existentes e do próprio Estado.

---

<sup>23</sup> Após mais de uma década de cooperações bilaterais, o Brasil recentemente mudou sua política externa e deixou de colaborar com Cuba. A Venezuela, na conjuntura do chavismo, e a União Europeia ainda são importantes parceiras de Cuba no plano internacional.



A reforma de 1992, denominada de “Período especial em tempos de paz”, representou uma atualização do modelo cubano e tinha por eixo mudanças importantes nos seguintes setores: usufruto da terra estatal por cooperativas e agricultores com o propósito de incrementar a produção agrícola e alimentar; dispensa de empregados estatais e a ampliação das atividades econômicas não estatais, estimulando-se o trabalho por conta própria (*cuentalpropismo*) e a absorção da força de trabalho excedente; cortes em serviços sociais com vistas à diminuição do gasto público; atração de investimentos estrangeiros (empresas mistas e de capital privado) em diversos setores, sobretudo no turismo; abertura para a possibilidade de envio de recursos financeiros por imigrantes, a dupla moeda<sup>24</sup>, e o aparecimento de uma política fiscal de tributação. Em síntese, a atualização econômica visa a responder às crescentes pressões internas e internacionais que obrigaram Cuba a buscar novas formas de custear seus serviços públicos sociais e de assegurar sua autonomia econômica.

A mudança na economia cubana resultou numa complexificação social e no surgimento de novos problemas e novos atores sociais que disputam poder com o Estado. Surgem novos sujeitos econômicos: empresários capitalistas estrangeiros; trabalhadores cubanos empregados de empresas mistas; trabalhadores por conta própria (*cuentalpropistas*); comerciantes de pequenos estabelecimentos de prestação de serviços (pequenos restaurantes e hospedagens) e seus empregados, camponeses individuais, cooperados e usufrutuários de terras, todos com expectativas diferentes e por vezes incompatíveis com a base socialista da Constituição cubana de 1976. Ampliam-se a prostituição, o mercado ilegal fomentado pela escassez e dupla moeda, e a pobreza, além do surgimento de áreas de relativa autonomia impulsionada pelo turismo e pelo ingresso de recursos estrangeiros, desafios que atualização do modelo econômico deveria enfrentar.

O período de 1996 a 2006 é compreendido como ciclo pragmático e correspondeu a uma fase de desaceleração das reformas econômicas a partir de uma intensa centralização política, numa contramarcha à abertura econômica do período anterior.

A partir de 2006, com a enfermidade de Fidel, seu irmão Raúl Castro assumiu provisoriamente o governo e promoveu mudanças nas relações com os EUA, na tentativa de

---

<sup>24</sup> Circulam duas moedas em Cuba: o peso nacional (CUP) e o peso conversível (CUC). A moeda utilizada pelos turistas é o CUC, que corresponde ao valor de 1 dólar americano. A taxa oficial do câmbio para a população é 25 CUP para 1 CUC. A dualidade monetária criou sérias distorções: os trabalhadores recebem seus salários em CUP, porém parte de seus gastos ocorre em CUC, que se tornou lastro de consumo por ser uma moeda de maior valor. O problema da funcionalidade de duas moedas em um mesmo país é de complexa e difícil resolução, e vem sendo enfrentado nas últimas reformas constitucionais.



cancelamento do embargo econômico existente desde a década de 60. Em 2016, pela primeira vez em 88 anos, um presidente dos EUA, Barack Obama, visitou a Ilha, numa sinalização recíproca de busca por entendimentos diplomáticos e comerciais. Todavia, esse processo de aproximação se extinguiu com a chegada de Donald Trump à Casa Branca em 2017. Em 2018, Raúl Castro assumiu definitivamente o governo e propôs uma nova atualização do socialismo com um projeto para a sobrevivência do sistema político e econômico cubano. A proposta de atualização compreende mudanças administrativas e reformas estruturais que vão desde a eliminação de proibições de acesso a bens de consumo (*e.g.*, telefones celulares), de compra e venda de casas, até a revisão da relação entre produtores privados e o Estado, a modificação de salários e pensões, a mudança na distribuição de terra, emprego, comércio e propriedade, mas mantendo-se a centralização estatal do planejamento da economia, o predomínio da empresa estatal e a aceitação de investimentos estrangeiros.

A Constituição cubana de 2019 tem por meta promover o desenvolvimento econômico apontando para o interesse geral e para a satisfação material dos cidadãos, previstos na *Conceptualización del Modelo Económico y Social Cubano de Desarrollo Socialista* e no *Pan Nacional de Desarrollo Económico y Social hasta 2030*<sup>25</sup>. Ambos os documentos foram aprovados no VII Congresso do Partido Comunista de Cuba e servem de guias para as transformações institucionais que se pretendem implementar na economia cubana. Trata-se de uma concepção de desenvolvimento econômico como desenvolvimento humano, ou seja, que não é pautado pela majoração de lucro e mercantilização de excedentes, mas pelo crescimento em termos promoção de condições dignas de vida, individual e coletivamente, com acesso materialmente igual a serviços públicos, gratuitos e de qualidade que permitam o pleno desenvolvimento dos cidadãos, sem que haja pobreza nem desigualdades socioeconômicas.<sup>26</sup>

No tocante ao direito de propriedade, a Constituição cubana de 2019 prevê no seu

---

<sup>25</sup> Tradução livre: Conceituação do Modelo Econômico e Social Cubano de Desenvolvimento Socialista e no do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social até 2030.

<sup>26</sup> Apesar das suas peculiaridades históricas, como argumentamos ao longo do texto, o modelo de desenvolvimento adotado na Constituição de Cuba remete ao Socialismo Humanista, de Ernesto Che Guevara, cujas premissas estavam calcadas no desenvolvimento de um "novo homem", emancipado dos grilhões do capitalismo e, portanto, capaz de organizar a produção da vida social e alocação de riquezas e recursos naturais em função do bem-estar real e igual para todos os homens, sem opressão de uns sobre os outros. Cf. Pericás, 2018. Nesse sentido, além de Cuba ter erradicado o analfabetismo há décadas, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (2015) recentemente considerou Cuba como o único país da América Latina e do Caribe a alcançar os objetivos globais para a educação, no período de 2000 a 2015, tendo apenas um terço dos países em todo o mundo obtido o mesmo resultado. Na área de saúde, os índices também são expressivos, tendo a Organização Mundial da Saúde - WHO (2016) reconhecido elevada expectativa de vida (77/81 anos de idade) e baixa mortalidade infantil (5 mortes por 1000 pessoas até os 5 anos de idade).



artigo 21 a possibilidade de reconhecimento da forma privada de propriedade, enumerando as formas de propriedade atualmente existentes: a socialista de todo o povo, na qual o Estado atua em representação como proprietário; a cooperativa, sustentada pelo trabalho coletivo de seus sócios proprietários; a mista, fruto da combinação duas ou mais formas de propriedade; a das organizações políticas de massa e sociais; a privada, que se exerce sobre determinados modos de produção em conformidade com o estabelecido em lei; e a pessoal, que se exerce sobre os bens que não correspondem a meios de produção, mas contribuem para a satisfação das necessidades materiais e espirituais de seus titulares.

Assim nas Constituições de Venezuela (art. 115), Equador (art. 321) e Bolívia (art. 56), a recente reforma da Constituição de Cuba legitima a propriedade privada que já existe com o controle estatal. Assim, estariam legitimados pequenos comércios, casas particulares e a exploração econômica das moradias para hospedagem de turistas, transportes de pessoas, dentre outras pequenas atividades empresariais. O Estado socialista se abre a um setor não estatal da economia e da sociedade, mas sob um controle hegemônico do Estado, previsto no artigo 22, que atribui ao Estado a regulação da propriedade de pessoas naturais ou jurídicas, com vistas a impedir a desigualdade e injustiça social, de modo que não exista a concentração de propriedade privada.

Os artigos 18 a 31, dedicados à economia, promovem uma substancial diferença em relação à Constituição de 1976, que só reconhecia a propriedade estatal e a cooperativa agropecuária, em consonância com o modelo de Estado Socialista instaurado após a Revolução de 1959. Entretanto, a reforma de 2002 já havia promovido modificações que atualmente são aperfeiçoadas.

Outra inovação da Constituição de 2019 corresponde à previsão da empresa estatal como sujeito principal da economia do país, com autonomia na administração e gestão, desempenhando um papel central na produção de bens e serviços, e fomentando a propriedade socialista de todo o povo como núcleo fundamental da sociedade. Assim, o Estado assume a função de empresário da economia cubana, que sinaliza abertura para os investimentos estrangeiros, na medida em que o projeto de reforma, em seu artigo 28, dispõe que o Estado promova e brinde garantias de investimentos estrangeiros como importantes para o desenvolvimento econômico do país. Não por acaso, empresas francesas, espanholas e, inclusive, brasileiras, a exemplo da construtora Odebrecht, promovem amplos investimentos em Cuba.



Como será o desencadeamento desse novo modelo é algo que o futuro de Cuba reserva, eis que o Estado promete continuar exercendo um forte controle e direcionamento sobre a economia, mantendo a propriedade privada em um papel secundário e alimentando a economia cubana com investimentos estrangeiros. Sobretudo no setor turístico, com a construção de hotéis no final da década de 80 e que até hoje se mostra atrativo, aliado à construção e operação do Porto de Mariel, que corresponde a uma zona de desenvolvimento especial com participação de mais de quarenta empresas.

De certa forma, a atual Constituição parece ser um aprofundamento de reforma constitucional visando ao aperfeiçoamento do modelo socialista cubano. Essa reforma implica em transformações na estrutura na gestão da propriedade, que tendem a diminuir a presença direta do Estado na economia e o direcionamento da atuação estatal para a regulação, superando as restrições e proibições que limitavam a propriedade privada em Cuba, de modo que se constitucionaliza a legitimação da propriedade privada sob a fiscalização estatal.

O Estado cubano mantém a direção, a regulação e o controle da atividade econômica conciliando interesses nacionais, territoriais, coletivos e individuais.

A Constituição cubana de 2019 prevê que os meios de produção continuam sendo dirigidos, regulados e controlados pelo Estado, o que corresponde à característica central do socialismo, nos termos enunciados já no artigo 1º da Constituição que se apresenta como Estado Socialista de Direito de Justiça Social. Assim, reconhece que é possível existir propriedade privada no modo de produção socialista, desde que os meios de produção sejam estatais e que a economia seja fortemente regulada pelo Estado. Portanto, essa foi uma interessante maneira de permitir a pequena propriedade de moradias e sua exploração para o turismo, serviços e pequenos comércios, as chamadas *cuentapropistas*, pessoas que trabalham por conta própria em setores como turismo e serviços para possibilitar ou complementar renda.

Essas atividades viabilizam a subsistência das pessoas diante da escassez de recursos estatais motivada pelo embargo econômico que Cuba sofre desde a década de 60, e que foi agravada nos últimos anos com a chegada ao poder de Donald Trump nos EUA e de Jair Bolsonaro no Brasil, ressaltando-se a ruptura do contrato do *Programa Mais Médicos*. Assim, trata-se de alternativas para minimizar a dependência de Cuba dos parceiros internacionais.

Essa concepção de propriedade privada difere daquela de tradição europeia, na qual o Estado é um mediador na relação entre capital e trabalho. No capitalismo, o Estado assume os



papéis de mediador e regulador da iniciativa privada, o que se diferencia consideravelmente do caminho que parece trilhar Cuba, que pretende com a Constituição de 2019 manter o monopólio estatal dos meios de produção e adotar uma forte regulação sobre os investimentos estrangeiros realizados na Ilha.

O tempo será o termômetro para que se possa verificar se Cuba será bem sucedida no propósito de manter-se fiel ao socialismo permitindo algumas formas de propriedade, especialmente a privada.

#### **4. Mudança no Sistema Político: o mandato do Presidente da República**

A Revolução cubana de 1º de janeiro de 1959 provocou uma nova pactuação das bases do Estado na política, no direito, na sociedade e na economia. O modelo socialista do homem novo estava descrito a partir do preâmbulo constitucional de 1976, definindo a República de Cuba como Estado Socialista de trabalhadores e camponeses, e consagrando, no artigo 5º, o Partido Comunista de Cuba como vanguarda organizada marxista-leninista da classe trabalhadora e força dirigente da sociedade e do Estado, que orienta os esforços comuns aos altos fins da construção de uma sociedade socialista ao avanço à sociedade comunista.

Assim, Cuba rompe com a matriz liberal do constitucionalismo americano ao institucionalizar o sistema de partido político único, que possui função institucional, nos termos do artigo 5º da Constituição de 1976. O Partido Comunista Cubano é um partido político institucional e dirigente da sociedade, o que não se confunde com partido político eleitoral. O processo de representação política em Cuba difere da democracia partidária representativa liberal, pois não é obrigatória a filiação partidária para ser candidato em um pleito eleitoral e qualquer cidadão/ã cubano/a pode se candidatar a ocupar uma das vagas de delegados/as da Assembleia Municipal do Poder Popular.

Talvez essa seja uma das maiores dificuldades de compreensão sobre o funcionamento do sistema político da Ilha, já que difere substancialmente do sistema brasileiro, que exige como requisito imprescindível de elegibilidade a filiação do/a cidadão/ã a partido político. Em Cuba, o direito de escolher e apresentar os/as candidatos/as a Delegados/as às Assembleias Municipais do Poder Popular é exclusivamente dos/as eleitores/as e são eleitores/as todos/as os/as cidadãos/as cubanos/as a partir dos 16 anos de idade, que estejam em pleno gozo dos



seus direitos políticos, o que está previsto nos artigos 134 a 137 da Constituição cubana de 1976.

Trata-se do poder popular sem o intermédio de partidos políticos. O exercício desse direito se dá nas assembleias gerais das áreas de circunscrição eleitoral nas quais os/as eleitores/as estejam vinculados/as. A circunscrição eleitoral é uma divisão territorial do Município e constitui a célula fundamental do Sistema do Poder Popular.

O Sistema do Poder Popular se apresenta em Cuba da seguinte maneira: no nível nacional, a Assembleia Nacional do Poder Popular; em cada uma das províncias, as Assembleias Provinciais do Poder Popular; nos municípios, as Assembleias Municipais; no nível de comunidade, os Conselhos Populares - cada Conselho agrupa várias circunscrições eleitorais e é integrado pelos/as seus/suas delegados/as, dirigentes de organizações de massas e representantes de entidades administrativas. Os/As Deputados/as na Assembleia Nacional e os/as Delegados/as nas demais Assembleias não recebem remuneração específica pelo exercício do mandato popular e continuam exercendo suas profissões em seus locais de trabalho, recebendo o salário correspondente.

A Assembleia Nacional se reúne duas vezes ao ano, as Provinciais Municipais com maior frequência. Os/As Deputados/as e Delegados/as exercem seus mandatos junto aos seus eleitores, prestando-lhes contas periodicamente e podendo, de acordo com a Lei, ser destituídos da função de representação a qualquer momento, caso não estejam correspondendo aos compromissos assumidos perante o povo.

O Partido Comunista Cubano é composto pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras, mediante um processo deliberativo em Assembleia, constitui-se em um órgão de representação político-institucional e presta contas das decisões em seus congressos. O Partido sugere e propõe pautas à Assembleia Nacional do Poder Popular e ao Governo. É uma instituição dialógica entre a sociedade civil, a Assembleia Nacional e o Governo. Todavia, ao ser definido constitucionalmente como força dirigente superior da Sociedade e do Estado, ao Partido Comunista Cubano é conferido o *status* de instituição protagonista do Estado. Essa é a previsão do artigo 5º da Constituição de 1976:



El Partido Comunista de Cuba, martiano y marxista-leninista, vanguardia organizada de la nación cubana, es la fuerza dirigente superior de la Sociedad y el Estado, que organiza y orienta los esfuerzos comunes hacia los altos fines de la construcción del socialismo y el avance hacia la sociedad comunista. (Cuba, 1976).<sup>27</sup>

Da mesma maneira, a reforma constitucional referendada em 2019 repete as competências e a função de protagonismo do Partido Comunista Cubano também no seu art. 5º:

El Partido Comunista de Cuba, único, martiano, fidelista y marxista-leninista, vanguardia organizada de la nación cubana, sustentado en su carácter democrático y la permanente vinculación con el pueblo, es la fuerza dirigente superior de la sociedad y del Estado. Organiza y orienta los esfuerzos comunes hacia la construcción del socialismo. Trabaja por preservar y fortalecer la unidad patriótica de los cubanos y por desarrollar valores éticos, morales y cívicos. (Cuba, 2019).<sup>28</sup>

A semelhança entre os dispositivos e atribuições, tanto do Partido Comunista Cubano quanto da Assembleia Nacional do Poder Popular, revela que não houve mudança significativa de atribuições ou ruptura com a ordem jurídica anterior, tendo sido mantida a centralidade do PCC.

São os/as deputados/as da Assembleia Nacional, dentre os seus pares, que elegem o Presidente Cubano. A Constituição de 1976 não trazia previsão de duração do mandato presidencial. O ex-presidente Fidel Castro governou Cuba do início da Revolução Cubana até 2006, quando por força da sua enfermidade passou interinamente o cargo para Raúl Castro, seu irmão caçula. Em fevereiro de 2008, em razão do afastamento definitivo de Fidel, Raúl foi eleito pela Assembleia Nacional para presidir Cuba e iniciou um período de mudanças significativas.

Raúl Castro implementou algumas medidas de abertura política e econômica, e adotou uma política internacional de diálogo e negociações com os EUA para o restabelecimento das relações diplomáticas, como afirmamos acima. Cuba participou da 7ª Cúpula das Américas em 2015 e esta foi a primeira reunião de líderes dos 35 países do Continente Americano com

---

<sup>27</sup> Tradução livre: "O Partido Comunista de Cuba, martiano e marxista-leninista, vanguarda organizada da nação cubana, é a força dirigente superior da Sociedade e do Estado, que organiza e orienta os esforços comuns para os altos fins da construção do socialismo e o avanço para a sociedade comunista. (artigo 5º da Constituição da República de Cuba Proclamada em 24 de fevereiro de 1976)".

<sup>28</sup> Tradução livre: "O Partido Comunista de Cuba, único, martiano, fidelista e marxista-leninista, vanguarda organizada da nação cubana, sustentado em seu caráter democrático e na permanente vinculação com o povo, é a força dirigente superior da sociedade e do Estado. Organiza e orienta os esforços comuns para a construção do socialismo. Trabalha para preservar e fortalecer a unidade patriótica dos cubanos e para desenvolver valores éticos, morais e cívicos. (artigo 5º da Constituição da República de Cuba Proclamada em 10 de abril de 2019)".



a participação do governo cubano, que até então tinha sido vetada pelos EUA. A notícia representou a possibilidade de reaproximação entre os EUA e Cuba, que romperam relações diplomáticas desde a década de 60. Com a eleição de Donald Trump, as tratativas de aproximação ficaram prejudicadas.

A morte de Fidel Castro em 2016 gerou um forte questionamento a respeito do futuro político do país, que vem sinalizando para a ideia de substituição do personalismo do governo pela institucionalidade da escolha temporária e democrática dos próximos presidentes da República, de modo que haja uma renovação dos ocupantes temporários do poder político.

Em 19 de abril de 2018 foi eleito para presidir Cuba Miguel Mario Díaz-Canel Bermúdez, que ocupava o cargo de vice-presidente. O atual presidente foi eleito pela Assembleia Nacional do Poder Popular e obteve 99,84% dos votos dos/as 604 deputados/as, ou seja, a unanimidade, já que apenas ele próprio não votou. Miguel Díaz-Canel iniciou o mandato de 5 anos que poderá ser renovado por igual período. Essa é uma das principais inovações da atual reforma constitucional, prevista nos artigos 121 e seguintes. O texto atual também possibilita uma renovação etária ou geracional, já que a reforma prevê no artigo 122 que para ser postulante ao cargo de presidente o/a candidato/a deve ter entre 35 e 60 anos de idade na primeira candidatura, ou seja, os próximos presidentes no exercício do cargo terão, no máximo, 70 anos de idade. Díaz-Canel representa uma renovação no governo, que, desde a Revolução cubana, era ocupado pela família Castro. Ele também é o primeiro presidente que não participou da Revolução Cubana, pois nasceu em 1960, um ano após o triunfo revolucionário.

Embora a atual reforma preveja o exercício temporário do cargo de Presidente da República, a eleição indireta foi mantida. Os próximos presidentes continuarão sendo eleitos pela maioria dos/as deputados/as da Assembleia Nacional do Poder Popular, cujos/as 604 deputados/as são eleitos/as pelos/as cidadãos/as cubanos/as, nos termos do artigo 104 da atual reforma constitucional.

Será de Díaz-Canel a tarefa de liderar a busca e a implementação das reformas necessárias com vistas a atualizar o socialismo com base na Constituição de 2019, cujo processo de elaboração acompanhou de perto, desde a redação até a proclamação.

## **5. Considerações Finais**



A Constituição da República de Cuba de 2019 gera um compromisso entre as gerações que vivenciaram o início e o desenvolvimento da Revolução cubana, e as atuais destinatárias das conquistas revolucionárias, que são e serão as presentes e futuras responsáveis pelo exercício do poder político e a continuidade das transformações sociais e econômicas.

Isso implica na mudança, nas transformações e, ao mesmo tempo, na lealdade aos valores e princípios fundacionais que pautam a construção de uma sociedade justa e solidária, com todos e todas para o bem de todos e todas.

Esse é o desafio na construção de uma democracia agonística que tem como pressuposto a construção de identidades políticas comprometidas com a democracia pluralista e a disputa entre elas. Transformar relações antagônicas em agônicas possibilita uma ampliação da democracia que nos parece ser um dos propósitos da Constituição cubana de 2019. Isso significou a consolidação de um texto comprometido com a criação de regras do jogo que pressupõem a pluralidade de ideias, gerações, concepções de Estado e de valores numa disputa agonística.

O poder popular em Cuba requer um redimensionamento de sua estruturação, organização e funcionalidade. Esta exigência demanda o fortalecimento dos(as) representantes populares e uma maior participação da sociedade nas decisões políticas.

A legitimidade democrática da reforma da constitucional se apresenta como um elemento de sobrevivência do sistema político cubano. Deve orientar-se na busca de um equilíbrio entre condições materiais e mecanismos políticos que permitam que o modelo socialista cubano se apoie em estandartes democráticos.

A ratificação do texto pela cidadania por meio de referendo e uma abertura dialógica entre a sociedade civil que sugeriu modificações do projeto inicial de constituição até se chegar à versão final do texto sinaliza uma aproximação entre a Constituição cubana de 2019 e o novo constitucionalismo latino-americano. Importa também destacar que o texto final incluiu a cidadania como titular do poder constituinte derivado, o que pode representar também um avanço do ponto de vista democrático.

Também representa o desafio reconhecer o trabalho, a propriedade privada e buscar soluções econômicas que passam pela abertura ao capital, sem perder o horizonte dos objetivos da Revolução e do papel do Estado enquanto agente promotor de direitos sociais e cidadania, mas reconhecendo o custo econômico desses direitos.



## 6. Bibliografia

ABENSOUR, Miguel. *A democracia contra o Estado: Marx e o momento Maquiaveliano*. Belo Horizonte-MG: Ed. UFMG, 1998.

ARBLASTER, Anthony. *A democracia*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

ÁVILA SANTAMARÍA, Ramiro. *El neoconstitucionalismo andino*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar / Huapuni Ediciones, 2016.

BARBOSA, Maria Lúcia. *Democracia direta e participativa: um diálogo entre a democracia no Brasil e o novo constitucionalismo latino-americano*. 2015. 218 f. Tese (doutorado) Curso de Direito, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

BELLO, Enzo. “Constituição e Política na Venezuela: Um balanço da conjuntura contemporânea”. *Pensar - Revista de Ciências Jurídicas*, Fortaleza, v. 24, n. 1, pp. 1-13, 2019. Disponível em: <<http://https://periodicos.unifor.br/rpen/article/view/7661>>. Acesso em 13 ago. 2019.

BELLO, Enzo. *A cidadania no constitucionalismo latino-americano*. 2 ed. Rio de Janeiro-RJ: Lumen Juris, 2018.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. 6ª ed. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1997.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 33 ed., São Paulo-SP: Malheiros, 2018.

BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. 10ª ed. São Paulo-SP: Malheiros, 2000.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 86, mar., pp. 51-72, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a03.pdf>>. Acesso em 20 ago. 2019.

BURGOS MATAMOROS, Mylai. “A nova constituição da República de Cuba: autogoverno republicano, democrático, socialista e fraternal”. *Revista Culturas Jurídicas*, Niterói, Vol. 06, n. 13, pp. 1-38, 2019. Disponível em: <<http://culturasjuridicas.uff.br/index.php/rcj/article/view/803/368>>. Acesso em 13 ago. 2019.

BURGOS MATAMOROS, Mylai. “Análisis Crítico Constitucional de los Cambios Sociojurídicos en la Cuba Actual”. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, Vol. 08, n. 4, pp. 3169-3216, 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/31315>>. Acesso em 16 ago. 2019.

CUBA. *Constitución de la República de Cuba*. La Habana, 2019. Disponível em: <<http://www.granma.cu/file/pdf/gaceta/Nueva%20Constituci%C3%B3n%20240%20KB-1.pdf>>. Acesso em 13 jul. 2019.



CUBA. *Introducción al análisis del Proyecto de Constitución de la República durante la consulta popular*. La Habana, 2019.

CUBA. Parlamento Cubano. *Proyecto de Constitución de la República de Cuba*. La Habana, 2018.

CUBA. *Constitución de la República de Cuba*. La Habana, 1976. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/constitucion-de-la-republica-de-cuba-de-1976-incluye-la-reforma-constitucional-del-26-de-mayo-2002/html/>>. Acesso em 23 ago. 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo-SP: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *La pesadilla que no se acaba nunca: el neoliberalismo contra la democracia*. Barcelona: Gedisa, 2017.

DOIMEADIOS GUERRERO, Dianet; CARMONA TAMAYO, Edilberto; PÉREZ, Irene. “Cuba ratifica la nueva Constitución con el 86.85% de los votos emitidos, según datos preliminares”. *Cuba Debate* - contra el terrorismo midiático. 25/02/2019. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/noticias/2019/02/25/cuba-constitucion-referendo-resultados/#.XVQ7-2NqNR1>>. Acesso em 30 mai. 2019.

EDELMAN, Bernard. *A legalização da classe operária*. São Paulo-SP: Boitempo, 2016.

GARGARELLA, Roberto. *La sala de máquinas de la Constitución*. Dos siglos de constitucionalismo en América Latina (1810-2010). Buenos Aires: Katz, 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 2007.

HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo-SP: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. “The right to the city”. *New Left Review*, n. 53, sept./oct., pp. 23-40, 2008. Disponível em: <<https://newleftreview.org/issues/II53/articles/david-harvey-the-right-to-the-city>>. Acesso em 11 ago. 2019.

HORKHEIMER, Max. “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”. In: *Os Pensadores*. Rio de Janeiro-RJ: Ed. Abril Cultural, 1983, pp. 125-162.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo-SP: Intermeios; Brasília-DF: CNPQ, 2015.

LACLAU, Ernesto. *A Razão Populista*. São Paulo-SP: Três Estrelas, 2013.

LENIN, Vladimir Ilych Ulyanov. *O Estado e a Revolução: doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na Revolução*. São Paulo-SP: Boitempo, 2017.

LYRA FILHO, Roberto. *O que é direito*. 20ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.



MARES, Carlos. “Cuba e sua nova Constituição”. *Revista-PUB*. 30/06/2019. Disponível em: <<https://www.revista-pub.org/post/01072019>>. Acesso em 27 jul. 2019.

MARX, Karl. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. 7a Ed., Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 2002.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo-SP: Boitempo, 2005.

MORAIS, Fernando. *A Ilha*. São Paulo-SP: Cia das Letras, 2001.

MOUFFE, Chantal. *O Regresso do Político*. Lisboa: Grandiva, 1996.

MOUFFE, Chantal. *Sobre o Político*. São Paulo-SP: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

PERICÁS, Luiz Bernardo. *Che Guevara e o debate econômico em Cuba*. São Paulo-SP: Boitempo, 2018.

PISARELLO, Gerardo. *Procesos constituyentes: Caminos para la ruptura democrática*. Madrid: Trotta, 2014.

PISARELLO, Gerardo. *Un largo temidor: La ofensiva del constitucionalismo antidemocrático*. Madrid: Trotta, 2011.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, Edgardo (comp.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000, pp. 107-130.

ROJAS, Rafael; BOBES, Velia Cecilia; CHAGUACEDA, Armando (coords.). *El cambio constitucional en Cuba. Actores, instituciones y leyes de un proceso político*. México D.F.: FCE, 2017.

SALAMANCA SERRANO, Antonio. *Teoría Socialista del Derecho: iusmaterialismo*. Tomo I. Quito: Editorial Jurídica del Ecuador, 2011a.

SALAMANCA SERRANO, Antonio. *Teoría Socialista del Derecho*. Tomo II. Quito: Editorial Jurídica del Ecuador, 2011b.

SANÍN RESTREPO, Ricardo. *Teoría crítica constitucional: rescatando la democracia del liberalismo*. Quito: Corte Constitucional para el Período de Transición, 2011. Disponível em: <[https://www.corteconstitucional.gob.ec/images/stories/corte/pdfs/teoria\\_critica\\_constitucional\\_1.pdf](https://www.corteconstitucional.gob.ec/images/stories/corte/pdfs/teoria_critica_constitucional_1.pdf)>.

SANTOS, Theotônio dos. *Teoria da Dependência: balanço e perspectivas*. Florianópolis-SC: Ed. Insular, 2015.

UNESCO. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. *Education for All 2000-2015: Only Cuba reached global education goals in Latin America and the Caribbean*. 09/04/2015. Disponível em: <[https://en.unesco.org/gem-report/sites/gem-report/files/Latin\\_AmericaPR\\_en.pdf](https://en.unesco.org/gem-report/sites/gem-report/files/Latin_AmericaPR_en.pdf)>. Acesso em 11. set. 2019.



VALENÇA, Daniel. *De costas para o Império: o Estado Plurinacional da Bolívia e a luta pelo socialismo comunitário*. Rio de Janeiro-RJ: Lumen Juris, 2018.

VILLABELLA ARMENGOL, Carlos Manuel. “El derecho constitucional cubano de 1812 al 2009: cánones, ciclos y modelos políticos”. *Revista de História Constitucional*, n. 20, pp. 887-918, 2019. Disponível em: <[http://www.historiaconstitucional.com/index.php/historiaconstitucional/article/view/575/pdf\\_96](http://www.historiaconstitucional.com/index.php/historiaconstitucional/article/view/575/pdf_96)>. Acesso em 20 set. 2019.

WHO. World Health Organization. *Country Health Profile - Cuba*. 2017. Disponível em: <<https://www.who.int/countries/cub/en/>>. Acesso em 02 set. 2019.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo-SP: Boitempo, 2003.

## **A Constituição da República de Cuba de 2019: ampliação democrática e regulação econômica como desafios do tempo presente ao socialismo real**

### **Resumo**

Este artigo apresenta e discute o Projeto de Constituição aprovado pela Assembleia do Poder Popular de Cuba, em 21 e 22 de julho de 2018, para substituição da Constituição de 1976 e validado por referendo popular em 24 de fevereiro de 2019. Essa proposta é compreendida como tentativa de democratização do exercício do poder constituinte para uma aproximação com o constitucionalismo democrático latino-americano. São apresentadas algumas inovações quanto ao texto de 1976, especialmente as mudanças na economia, o reconhecimento da propriedade privada, além da implementação de mecanismos de escolha e mandato do Presidente da República. A metodologia envolve pesquisa qualitativa, raciocínio dedutivo e indutivo, e referencial teórico-metodológico da teoria crítica da sociedade capitalista e do Direito. A pesquisa tem perfil multidisciplinar e teórico-normativo, articulando os campos do Direito Constitucional, da Economia e da Política. As técnicas de pesquisa utilizadas são as de revisão bibliográfica e análise documental. As fontes de pesquisa são documentos legislativos, artigos e livros acadêmicos, além de dados extraídos de órgãos oficiais, jornais e periódicos. As principais conclusões ressaltam que o novo texto constitucional tenta adaptar o socialismo real às demandas políticas de maior participação e econômicas de acesso a novas fontes de renda.

**Palavras chave:** Cuba; Constituição de 2019; Democracia; Economia e Política.

## **The Constitution of The Republic of Cuba of 2019: democratic amplification and economic regulation as challenges from present time to the real socialismo**

### **Abstract**

This paper presents and discusses the Project of Constitution approved by the Assembly of Popular Power of Cuba, in July 21 and 22, 2018, to the substitution of the Constitution of 1976 and validated through popular referendum in February 24, 2019. This proposition is understood as an attempt democratize the exercise of the constituent power to an approach with the Latin American New Constitutionalism. Some innovations referring to the text of 1976 are presented, especially the changes in the economy, the recognition of private property, besides além the implementation of de mecanismos de nomination and mandate of the President of the Republic. The methodology involves qualitative research, deductive and inductive reasoning, and theoretical-methodological guidelines from the Critical Theory of the capitalist society and Law. The research has multidisciplinary and theoretical-normative profile, connecting the fields of Constitutional Law, Economics and Politics. The techniques of research adopted are bibliographical review and documentary analysis. The sources of research legislative documents, academic papers and books, besides data extracted from official institutions,



newspapers and journals. The main conclusions underline the new constitutional text tries to adapt real socialism to the political and economic demands of widen participation and access to new incomes.

**Keywords:** Cuba; Constitution of 2019; Democracy; Economics and Politics.

## **La Constitución de la República de Cuba de 2019: ampliación democrática y regulación económica como retos desde el tiempo presente a el socialismo real**

### **Resumen**

Este texto presenta y discute el Proyecto de Constitución aprobado por la Asamblea del Poder Popular de Cuba, en 21 y 22 de julio de 2018, para substitución de la Constitución de 1976 y validado por referéndum popular el 24 de febrero de 2019. Esa propuesta es comprendida como intento de democratización del ejercicio del poder constituyente para una aproximación con el constitucionalismo democrático latinoamericano. Son presentadas algunas innovaciones quanto a el texto de 1976, especialmente los cambios en la economía, el reconocimiento de la propiedad privada, más allá de la implementación de mecanismos de elección y mandato del Presidente de la República. La metodología envuelve investigación cualitativa, raciocinio deductivo e inductivo, y referencial teórico-metodológico de la teoría crítica de la sociedad capitalista. La investigación tiene perfil multidisciplinar y teórico-normativo, articulando los campos del Derecho Constitucional, de la Economía y de la Política. Las técnicas de investigación adoptadas son las de revisión bibliográfica e análisis documental. Las fuentes de investigación son documentos legislativos, artículos y libros académicos, más allá de datos extraídos de órganos oficiales, periódicos y revistas académicas. Las principales conclusiones subrayan que el nuevo texto constitucional intenta adaptar el socialismo real a las demandas políticas de mayor participación y económicas de acceso a nuevas fuentes de renta.

**Palabras clave:** Cuba; Constitución de 2019; Democracia; Economía y Política.



DOI: 10.21057/10.21057/repamv13n3.2019.27374

## Os Primeiros Trinta anos da Revolução Cubana à luz do Pensamento Martiano

Recebido: 30-07-2019

Aprovado: 12-12-2019

Filipe Silveira Farhat<sup>1</sup>  
Aline Marcondes Miglioli<sup>2</sup>  
Carlos Alberto Cordovano Vieira<sup>3</sup>

### Introdução

A motivação que originou esta proposta de análise dos primeiros trinta anos da Revolução cubana sob a orientação do pensamento martiano surgiu após a identificação de algumas diretrizes políticas deste período cuja influência não está explicitamente assentada no socialismo de inspiração marxiana, nas experiências de socialismo real e nem mesmo nos caminhos trilhados por outras nações latino-americanas em busca de soberania nacional. Para compreender como a Revolução Cubana tratou de alguns aspectos relacionados ao atrasado desenvolvimento socioeconômico nacional, como no caso das questões urbana, agrária e racial, foi necessário recorrer a Martí. Dentre os exemplos considerados, creditamos ao pensamento martiano a decisão política da distribuição pessoal do parque habitacional de forma privada durante a Reforma Urbana, a distribuição de pequenas terras agrícolas individuais aos trabalhadores rurais e a precoce preocupação do governo revolucionário com o preconceito racial.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), elaborando a dissertação “O sistema socioeconômico cubano e suas transformações (1959 – 2017)”. Contato: [filipefarhat@gmail.com](mailto:filipefarhat@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestre pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (UNESP) e doutoranda em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) com o tema “O papel da moradia no modelo de transição ao socialismo cubano: contribuições a partir de Havana”. Contato: [alinemiglioli@gmail.com](mailto:alinemiglioli@gmail.com).

<sup>3</sup> Mestre e Doutor em Desenvolvimento Econômico e História Econômica e atualmente professor e pesquisador do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Principais temas de estudo são a transição do feudalismo ao capitalismo, o sistema colonial, a formação econômica do Brasil, o imperialismo e o pensamento brasileiro. Contato: [cordovanovieira@yahoo.com.br](mailto:cordovanovieira@yahoo.com.br)



As propostas elaboradas por Martí em resposta aos problemas do período colonial não se subscreviam somente a ele. A preocupação com as dificuldades estruturais da formação nacional cubana fez de Martí um dos maiores intérpretes desta sociedade e permitiu que suas formulações teóricas continuassem influenciando na construção da sociedade cubana até os dias atuais.

Apesar da explícita influência de Martí nas formulações políticas do Partido Comunista Cubano (PCC), dentre autores que avaliam a produção científica em Cuba ao longo das décadas de 1960 a 1980 se reconhece que houve um esvanecimento da influência da tradição martiana no pensamento social cubano (Acanda, 2013; Arnal, 2014; Treto, 2005; Martín, 1999). Segundo estas análises é possível dividir a produção científica pós-revolucionária em três fases. Nos anos 1960 constata-se uma explosão da produção científica da ilha, encorajada pelas transformações sociais pós-revolucionárias e pela aplicação de uma política de educação pública ativa, que promoveu a Reforma Universitária e o fim do analfabetismo. Durante este período, boa parte dos acadêmicos não alinhados à ideologia socialista havia deixado o país, suscitando a necessidade de formação de novos quadros, os quais foram formados neste cenário de ecletismo e liberdade acadêmico. Verifica-se, a partir de então, um experimentalismo das produções científicas, pautadas pelo diálogo entre o campo do marxismo ocidental, o marxismo crítico latino-americano e as instituições regionais de pesquisa como a CEPAL, o ILPES, a CELADE e a FLACSO<sup>4</sup> (Martín, 1999).

A divergência entre os adeptos do marxismo ocidental, formulado nos países centrais, e o marxismo de tradição cubana havia se forjado ainda durante a década de 30, como reflexo da própria cisão do Partido Comunista Cubano através das disputas relacionadas às práticas políticas adotadas em Cuba e o apoio às políticas de Moscou<sup>5</sup>. Porém entre os anos 1970 e 1985, a aproximação com a União Soviética e a consolidação e desenvolvimento das instituições socialistas alteraram o cenário acadêmico em Cuba e a correlação de forças entre as vertentes de teorias analíticas socialistas. No campo das ciências sociais houve um

---

<sup>4</sup> Respectivamente Comissão Econômica Para América Latina e o Caribe, Instituto Latino Americano de Planificação Econômica e Social, Centro Latino Americano de Desenvolvimento e Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais.

<sup>5</sup> A cisão entre os membros do Partido Comunista Cubano (que mudou de nome para Partido Socialista Popular após voltar à legalidade em 1939) refletia a divergência sobre três pontos: a estratégia a implementar-se em Cuba para lograr a Revolução, dividindo o partido entre aqueles que restringiam a participação do partido aos movimentos urbanos; a “obediência” às diretrizes do *Komitern*, que se acentuaram após o acordo entre Moscou e o governo nazista em 1939; e internamente, sobre o aceno do partido à negociar o candidato presidencial proestadunidense, Fulgêncio Batista (Acanda, 2013).



esvaziamento generalizado, pois, esta área de pesquisa deixou de existir como matéria universitária e foi substituída pela disciplina de Materialismo Dialético. Prevaleceu o marxismo de tradição ocidental na produção científica, como resultado da aproximação econômica à URSS e ao CAME, das cooperações acadêmicas com outros países socialistas e da publicação em Cuba do Editorial Progreso (da antiga URSS) dos manuais soviéticos para educação marxista em massa (Sandoval; Hernandez, 2002; Martín, 1999). Neste período o PCC orientou explicitamente as pesquisas a restringirem-se ao campo da teoria marxista-leninista, as quais eram produzidas e utilizadas dentro das instituições de ensino e governo. Desta forma, apesar da fundação do Centro de Estudos Martianos em 1977, pouco existe de produção científica sobre o pensamento martiano nesta década, quando comparado à produção científica marxista-leninista e aos trabalhos que buscam interconexões entre ambos autores (Barreras et al. 2018).

A aparência destes eventos, pode levarmos a crer que existiu nestes primeiros trinta anos de Revolução um afastamento entre o pensamento martiano e a formulação e execução das políticas em Cuba. Nossa proposta para este trabalho é demonstrar a permanência das influências do pensamento martiano nos primeiros trinta anos da Revolução Cubana. Para tanto, vamos recorrer às principais políticas e decisões tomadas durante este período, evidenciando em que ponto elas se aproximam do pensamento de José Martí ou são guiadas por outras influências, em especial do marxismo. Escolheu-se por restringir o escopo deste artigo aos trinta primeiros anos da Revolução, pois o fim da URSS no final da década de 1980, o acirramento do bloqueio norte-americano e a consequente crise econômica pela qual passou Cuba resultaram em determinado contexto geopolítico e social de mais complexa análise, tanto no âmbito doméstico quanto nas relações internacionais, no qual as orientações políticas estiveram direcionadas a garantir as conquistas sociais possibilitadas pelo projeto revolucionário. Neste sentido, aplicou-se, a partir de então, o que ficou denominado pelas lideranças revolucionárias como retificação de erros, na qual se revisaram criticamente as diretrizes políticas e o embasamento teórico da trajetória que vinha sendo perseguida. O período subsequente, o *período especial*, é marcado por uma intensa crise econômica e pelo desaparecimento do bloco socialista. Neste momento se inicia a busca pela sobrevivência material, pela manutenção do processo revolucionário e pela soberania nacional, o que recoloca o pensamento martiano de uma outra perspectiva. Não seguiremos por este período, pois o próprio desaparecimento do bloco soviético esvazia o problema a qual refere-se este



artigo. Insistimos em delimitar a análise deste artigo aos trinta primeiros anos de Revolução, e principalmente aos dez primeiros anos, pois durante este período houve a possibilidade de grandes experimentações, disputa de ideias e tensões entre o modelo socialista inspirado na experiência soviética e construções sociais baseadas em contribuições locais, como no episódio do Grande Debate do final dos anos 1960.

Sem dúvidas, a abordagem que queremos seguir pode incorrer no anacronismo de avaliar um período histórico específico a partir de propostas formuladas para outra problemática. Reconhecemos Martí como personagem do processo revolucionário que culminou em 1959, porém também entendemos que muitas de suas formulações somente podem ser interpretadas no contexto de transição da fase capitalista de pequenos empreendimentos ao capitalismo monopolista, ou seja, no período histórico que caracterizou o fim do período colonial cubano. No entanto, o modelo de sociedade que concebe e o sujeito que a compõe são traços que permitem que seu pensamento transcenda aquela especificidade histórica. Outro desafio se relaciona a precisar com exatidão posicionamentos ideológicos nas esferas política e econômica de um autor cuja obra evoluiu e se modificou ao longo de sua trajetória e foi publicada na forma de reportagens, artigos, novelas e poemas. O que faremos, portanto, é identificar em quais momentos e sob quais condições as lideranças revolucionárias buscaram o aporte teórico martiano para a condução de suas políticas, o que significa identificar em qual momento foi necessário recorrer às discussões relativas à formação nacional soberana, para a construção do socialismo em Cuba.

Para alcançar o objetivo proposto neste artigo iremos dividir o trabalho em três partes para além desta pequena introdução. Na primeira, vamos recuperar alguns traços do pensamento martiano escolhidos para avaliar os trinta primeiros anos de revolução. Em seguida, apresentaremos as principais influências do pensamento martiano na formulação das principais políticas elaboradas neste período, a Reforma Agrária, a Reforma Urbana e o Primeiro Plano Econômico, até a Retificação de Erros em 1986, e, por fim, teceremos algumas considerações finais.

### **José Martí e os Principais Fundamentos Teóricos de uma Política Soberana**

José Martí nasceu em Cuba em 1853. Filho de espanhóis emigrados, não provinha de uma família abastada. Sua educação formal foi promovida graças a seu professor do ginásio,



Rafael Maria de Mendive, cuja orientação o colocou em contato com o pensamento cubano revolucionário, independentista e liberal. Durante sua breve vida, Martí lutou e combateu nas guerras pela independência de Cuba: a Guerra dos 10 anos (1868 – 1878), a Guerra Chiquita (1879 – 1880) e ajudou a organizar a Guerra Necessária (1895-1898), na qual foi morto em combate em 1885 com 42 anos. Estas três guerras relacionam-se com a questão independentista em Cuba. A guerra dos 10 anos se caracterizou pelo o primeiro levante organizado entre os colonos, principalmente da região do ocidente de Cuba, contra o domínio colonial espanhol, incomodados com o fato de que apesar de apenas 8% da população na ilha ser de origem espanhola naquele período, a metrópole se apropriava de 90% dos lucros gerados no país. Ademais, o excesso de impostos e as restrições às liberdades individuais resultaram na união dos profissionais liberais, intelectuais e escravos no levante. O movimento libertador tomou as regiões de Bayamo, Camaguey e Las Villas, regiões centrais e orientais da ilha, porém não conseguiu o apoio do ocidente, fiel à coroa espanhola. A divergência sobre a estratégia de luta pelo movimento libertador, entre aqueles propensos a ação unificada e aos partidários da atuação de colunas descentralizadas, e o massacre violento da coroa espanhola interromperam o processo revolucionário, tendo como saldo positivo da conquista da abolição da escravidão. A tentativa de manter o levante independentista um ano depois da derrota de 1878 recebeu o nome de Guerra Chiquita e consistiu na tomada de poder do Ocidente e do Centro pelo movimento libertador. No entanto, a estratégia de ocupação contava com a chegada de armamentos e lideranças articuladas do exterior, os quais foram interpelados pela Espanha. José Martí, em uma avaliação crítica de como se havia atuado nos dois levantes anteriores, organizou e difundiu o projeto de revolução independentista a partir da atuação do Partido Revolucionário Cubano, composto por exilados, “criollos”, trabalhadores e escravos libertos unidos pela bandeira da emancipação nacional. Desta forma, Martí articulou os fundamentos do processo revolucionário vitorioso iniciado em 1895 (Navarro, 2000). Neste intervalo, foi preso em Cuba duas vezes e, devido à possibilidade de comutação de sua pena, viveu exilado na Espanha, México, Guatemala, Venezuela e Estados Unidos, de maneira que suas experiências nestes países influenciaram suas formulações teóricas e suas práticas políticas. Martí, além das inúmeras publicações em seu nome e dos cargos políticos que ocupou como embaixador, fundou o Partido Revolucionário Cubano.

Durante sua formação escolar em Cuba, Martí esteve em contato através de seu tutor com a tradição de pensamento sociológico cubano de matriz independentista e orientada à



formação pesquisa científica autônoma, de uma filosofia nacional cubana, como Feliz Varela, José A. de la Luz y Cabellero e o próprio Rafale Mendive. Porém, foi apenas durante seus anos no exílio espanhol que Martí desenvolveu um traço que acompanharia toda a sua produção teórica: a enorme crença nas virtudes do homem. Influenciado também pelo liberalismo que despontava na Europa, desenvolveu fiel convicção nos ideais revolucionários franceses de liberdade, igualdade e fraternidade, adaptando-os para a realidade que encontrava na América Latina (Suchlicki, 1966). É a partir deste contexto que o centro da teoria martiana se arraiga nos valores de liberdade e justiça. A liberdade, entendida como a garantia aos direitos individuais e ao respeito mútuo para todos os grupos sociais e “raças”<sup>6</sup>, é, para o autor, o principal desejo do homem. Martí distingue a relação do homem com este desejo, separando-o em dois grupos de comportamento: aqueles que amam a liberdade porque a querem somente para si, e para isso cerceiam a liberdade dos outros, e aqueles que a amam e a querem para todos. Caberiam a estes últimos lutar e exigir liberdade a todo momento que a encontrarem ameaçadas pelos primeiros. Martí não distinguia a liberdade individual da liberdade social, e muito por influência dos pensadores norte-americanos liberais com os quais teve contato<sup>7</sup>, admitia que a busca pela liberdade individual resultaria na liberdade social, ou seja, que o bem individual levaria ao bem social, e, portanto, não seria admissível que para buscar o máximo bem do ponto de vista da sociedade em geral se tolerasse ônus individuais. Estes pressupostos lhe foram úteis para defender sua visão de democracia, assim como para rejeitar e combater o discurso da inferioridade de raças, dominante no pensamento científico da época e ancorado no darwinismo de Spencer (Santos, 2011). Para que existisse justiça social, no entanto, não se faria suficiente garantir o direito à liberdade. No pensamento martiano, democracia e equilíbrio de forças são outros requisitos chave para atingir tal objetivo.

A ideia de equilíbrio de forças também está presente na interpretação de Martí sobre a política internacional. Observando o interesse norte-americano em Cuba, ele prontamente percebe que reside neste contato uma relação desigual, que se refletia no interesse ianque em

---

<sup>6</sup> Martí rejeita a existência de raças humanas. Precocemente ele reconhece que o discurso de raças serviria para inferiorizar e submeter um homem ao outro, perpetuando o sentido da escravidão mesmo depois da sua abolição. Durante as guerras que participou, Martí percebeu que, o interesse em comum pela independência de Cuba tinha o poder de aproximar brancos e negros e fazia desaparecer as supostas diferenças entre raças. Martí advogava, portanto, que na formação do cubano, não cabia espaço para as distinções de cor de pele, origem etc. (Martí, 1893).

<sup>7</sup> No momento em que esteve nos EUA e na França, Martí esteve inspirado pelas palavras de ordem da Revolução Francesa e pelos escritos de John Locke, Spencer etc.



anexar a ilha ao território estadunidense, assim como ocorrido com Porto Rico. Martí identifica e rejeita, portanto, as práticas imperialistas norte-americanas, ao reconhecer que estas, ao encorajarem a disputas entre projetos políticos distintos, como ocorria em Cuba entre os cubanos anexionistas e independentistas, incitavam o divisionismo no país. Para Martí, o imperialismo representava, sobretudo, um obstáculo para a construção de uma sociedade baseada no amor. É a partir deste referencial teórico que passa a encarar e estudar a sociedade cubana e mais à frente a América Latina<sup>8</sup>.

Cabe ressaltar, contudo, que em seus escritos não havia qualquer defesa de isolacionismo ou de restringir os contatos internacionais no âmbito econômico bem como em outras questões. O projeto de emancipação martiano passava por um ideal de uma ordem internacional baseada na cooperação entre os povos e na igualdade de poder entre as relações mundiais travadas entre diferentes nações.

Ao tratar da América Latina, Martí dialoga diretamente com a ideologia burguesa europeia em voga naquele período, na qual as opções de futuro para a região recaíam ou na barbárie, reflexo da permanência do estado “natural” dos povos nativos, ou na civilização, como metonímia do estado de desenvolvimento da Europa. O homem nativo, segundo a tradição científica eurocêntrica, era um ser inferior ao branco-europeu, e que, portanto, deveria ser extinguido a partir de seu enquadramento neste modelo civilizatório. Contornando esta chave dicotômica, Martí reconhecia que este projeto de “modernização” resultaria na imposição de uma identidade alheia ao povo latino-americano como justificativa para inúmeras práticas de dominação e dependência (Júnior, 2007). A solução proposta pelo autor, é a da recuperação do *homem natural* e de toda sua cultura para a formação da nova identidade nacional. Apesar do termo “*homem natural*” remeter à ideia de homem primitivo, aborígene ou selvagem, este conceito trata do homem que consegue recuperar sua relação orgânica com a natureza, seja através de sua religião, da arte ou da ciência, libertando-se da cosmovisão do homem moderno europeu. Para Martí, a luta pela independência só pode ser feita pelo homem natural, portanto, ele é o sujeito desta luta. Ao mesmo tempo, somente com a independência da nação se poderão desenvolver todas as potencialidades deste indivíduo, portanto ele é também o objetivo, o fim, a razão de ser da luta pela emancipação nacional.

---

<sup>8</sup> O conceito de América Latina como a América de origem portuguesa e espanhola foi cunhado e popularizado posteriormente. Martí utilizou o termo *Nuestra América*, que compreendia como todas as formações que não se identificavam com a América Inglesa, notadamente, as 13 colônias, ou a América acima do Rio Bravo.



O que justifica a escolha desse sujeito histórico é a avaliação de que a chegada da empresa colonial interrompeu o desenvolvimento do povo nativo e criou, a partir da mescla com a cultura europeia, um novo povo. Este, para Martí, deteria os conhecimentos e as soluções para realizar-se como povo, para tanto, não poderia se deixar obstaculizar uma vez mais pela influência dos colonizadores. É neste sentido que a proposta martiana tem caráter autóctone, pois deposita no próprio sujeito latino-americano e em seus saberes, valores e práticas a responsabilidade de construção de uma nova sociedade. Novamente, diferentemente do sujeito europeu, este sujeito latino-americano tinha a possibilidade de construir uma sociabilidade baseada no amor.

Em suma, a proposta de Martí é de que, para a construção de uma sociedade baseada no amor, era preciso formar a identidade própria da América-latina, a qual tinha, em cada país, uma particularidade. Para isso, era preciso resgatar o *homem natural*, cujo desenvolvimento havia sido interrompido pela empresa colonial e acabar com as relações impostas por este sistema. Esta proposta tinha como obstáculo a tentativa de suplantação de outras formas políticas, econômicas e culturais “alheias” através da intervenção de outros países na conformação da identidade latino-americana e da ameaça ao seu processo de construção autônomo.

A sua defesa da formação do homem natural e da autonomia nacional não significava a interrupção das relações políticas e comerciais com outros países, desde que guiadas por um equilíbrio de poderes. Desta feita, em termos de projeto econômico, Martí defendia o livre comércio como princípio garantidor da liberdade e do equilíbrio de forças. Contudo, assumia que existiam diferenças de poder entre quem compra e quem vende e avaliava com muita cautela e preocupação os acordos comerciais realizados entre Cuba e Estados Unidos. Esta discussão se insere no âmbito mais geral do expansionismo estadunidense, de maneira que a defesa de Martí pela efetiva independência e soberania de Cuba seria condição necessária para o desenvolvimento de um padrão civilizatório latino-americano crítico àquele predominante no Ocidente. Desta feita, a noção de *equilíbrio del mundo*<sup>9</sup> no pensamento martiano complementa e extrapola sua visão sobre o *homem natural* para o domínio da geopolítica, sendo um dos principais pontos de seu sistema filosófico. Para o desenvolvimento de todas as potencialidades do indivíduo cubano (*latino-americano*) e do forjamento de uma sociedade

---

<sup>9</sup> Para uma discussão mais aprofundada do significado de *equilíbrio del mundo* no sistema filosófico martiano, ver Santos (2011).



autóctone no continente, deveria ser prestada especial atenção aos desdobramentos das relações internacionais em todo o globo, de maneira que estas permitissem a busca pelos valores sociais perseguidos em esfera nacional e continental.

As contribuições teóricas de Martí estão presentes nas orientações práticas de seu programa político para Cuba. Suas formulações incidiram principalmente na busca de solução à questão da liberdade, compreendida como a liberdade de Cuba existir como um país soberano e na igualdade individual independentemente da “raça”, termo que Martí achava inadequado do ponto de vista conceitual. Para criar e sustentar esta tal sociedade livre e independente, ele via como fundamental a formação de um cenário político e econômico que permitisse o desenvolvimento do *homem natural*, o qual ele supunha que estivesse ligado à terra de forma autônoma e que pudesse exercer seus credos e sua “ciência” de forma livre. De maneira sintética, o programa político que se desdobrou destes apontamentos pressupunha a pequena propriedade rural e os salários justos, ambas condições para realização do *homem natural*, e a democracia como forma de garantia das liberdades. A resposta de Martí, no contexto da economia cubana do final do século XIX, para garantir o equilíbrio de poder econômico na ilha, era a formação de uma sociedade agrícola de pequenos produtores, a qual resultaria em um modelo econômico baseado na indústria de bens naturais, no livre comércio internacional e na diversificação da produção agrícola. O pequeno produtor é a resposta martiana ao desequilíbrio de poder evidenciado pela existência da concentração fundiária. Não há em seu projeto econômico menção à necessidade de industrialização ou substituição de importações, mas acompanhando o raciocínio de Martí, é possível supor que, se tivesse escrito em momento histórico posterior, provavelmente o autor aludiria à industrialização como possibilidade de emancipação da sociedade cubana.

A distribuição do poder econômico é tema nevrálgico ao pensamento de Martí, o que o fez criticar a existência de grandes *trusts* e monopólios em suas análises da economia dos Estados Unidos. Neste mesmos escritos, evidencia-se que Martí reconhecia os efeitos destas formas de organização para a vida dos trabalhadores. Neste aspecto, pelo fato da obra marxiana publicada naquele período pouco tratar do problema da emancipação nacional das colônias e países de desenvolvimento econômico tardio e por se centrar em aspectos melhor evidenciados no núcleo capitalista, as contribuições originais de Martí complementam a proposta de socialismo marxiano e ajudam a trilhar a construção de uma sociedade soberana e revolucionária na América Latina. Sua crença no equilíbrio de poder e na democracia como



valores fundamentais o levou a defender a aliança entre setores econômicos da população nacional como forma de barrar as ameaças estrangeiras e construir a nova nação.

A partir desta caracterização mais ampla do pensamento martiano, que não se esgota aqui, seguiremos aprofundando em alguns pontos específicos que dialogam diretamente com os primeiros trinta anos de governo revolucionário, seja como fonte de inspiração teórica, seja como argumento para a crítica.

### **Desdobramentos da Revolução Cubana à luz do Pensamento Martiano: 1959-1989**

As primeiras medidas adotadas pelo Governo Revolucionário foram orientadas pelas indicações de três documentos: o Programa Moncada, nome pelo qual ficaram conhecidos os apontamentos de Fidel contidos em seu discurso de autodefesa em 1954 sobre as principais necessidades de Cuba (Castro Ruz, 1964), a Primeira e a Segunda Declaração de Havana, discursos proferidos por Fidel em 1960 e 1962, respectivamente (Castro Ruz, 2018).

“En nuestros países se juntan las circunstancias de una industria subdesarrollada con un régimen agrario de carácter feudal. Es por eso que con todo lo dura que son las condiciones de vida de los obreros urbanos, la población rural vive aún en más horribles condiciones de opresión y explotación; pero es también, salvo excepciones, el sector absolutamente mayoritario en proporciones que a veces sobrepasa el 70% de las poblaciones latinoamericanas” (Castro Ruz, 1964).

Em seu discurso de autodefesa conhecido como “A história me absolverá”, Fidel (1993) elencou seis pontos que considerava nevrálgicos à transformação da sociedade cubana, são eles: o problema da terra, da industrialização, da moradia, do desemprego, da educação e da saúde do povo. Neste mesmo texto, ele sugeriu algumas medidas necessárias para acabar com os problemas nestas seis áreas. No que compete à terra, reconheceu a importância da atividade agrícola para o país e propôs as seguintes medidas para acabar com a pobreza resultante de sua concentração e internacionalização da propriedade: o assentamento com caráter de propriedade aos 100 mil agricultores pequenos que pagavam pelo arrendamento da terra, o estabelecimento de um limite de extensão da propriedade da terra, a reivindicação e expropriação das terras usurpadas durante a intervenção norte-americana e na ditadura Batista e a divisão das terras restantes às famílias cubanas, fomentando o cooperativismo e facilitando o acesso à recursos, equipamentos, proteção, conhecimento etc. (Castro, 1964). Da mesma maneira que observou o problema da estrutura de propriedade de terras vigente como um dos



mais perniciosos para o trabalhador rural naquele momento, deu especial atenção aos efeitos prejudiciais ocasionados pelos elevados aluguéis a que era submetido o trabalhador urbano. A solução sugerida, ainda neste mesmo texto, valia-se do rebaixamento em 50% dos preços dos aluguéis, da cobrança triplicada dos impostos fundiários para aqueles que tinham casas de aluguel, a liberação de pagamento de impostos para aqueles que habitavam suas casas próprias e, por fim, o financiamento da construção de habitações por parte do Estado.

Estas primeiras resoluções objetam dar condições de desenvolvimento pessoal e profissional ao trabalhador cubano, tanto rural quanto urbano. As considerações de Fidel sobre a importância do estabelecimento dessas relações estáveis revelam a influência do *homem natural* proposto por Martí, que encontrava na pequena propriedade individual o caminho para sua autorrealização. Cabe notar que tais proposições, condizentes com os ideais de Martí, vão ocasionando profundas transformações nas estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais cubanas, à medida em que começam a se explicitar as contradições entre as bases materiais herdadas da dominação neocolonial americana e a reorganização da sociedade desdobrada dos acontecimentos revolucionários e, portanto, vão sofrendo alterações aproximam a Revolução à trajetória socialista.

A estrutura econômica baseada na exploração do trabalho no campo e nas cidades teve como consequência a rápida promulgação da Lei de Reforma Agrária e da Reforma Urbana, seguidas da elaboração do Primeiro Plano Econômico em Cuba. Exploraremos a seguir os fundamentos que ratificaram estas três leis e como elas foram alterando-se ao longo dos primeiros trinta anos da Revolução Cubana.

A Reforma Agrária Cubana foi implementada em duas fases, através da primeira e da segunda lei da reforma agrária. A urgência em sua elaboração resultava da importância do setor para a organização da economia cubana: a produção agrícola nos anos 1950 era a atividade de maior participação relativa no PIB do país e nela se reproduzia socialmente um trabalho de baixa remuneração que impossibilitava o adequado desenvolvimento material da população camponesa. Por isso, o enfrentamento da questão agrária se fazia fundamental após o sucesso da tomada revolucionária do poder do país no início de 1959, para efetiva e significativa reestruturação de suas forças produtivas. A Primeira Lei de Reforma Agrária foi promulgada em 1959 objetivando extinguir a propriedade latifundiária e dotar o pequeno agricultor (assalariado, arrendatário, subarrendatário) da posse da terra onde exercia seu trabalho. Esta medida, assim como a maioria daquelas implantadas nos primeiros anos pós



Revolução, foi fortemente influenciada pela visão martiana de justiça e desenvolvimento social. (Páz, 2011)

Na apresentação de sua defesa durante o julgamento do ataque ao quartel Moncada em 1953, Fidel Castro deixa patente que a construção da nova sociedade cubana, caso as lutas guerrilheiras obtivessem sucesso na destituição da ditadura de Fulgêncio Batista, teria por principal inspiração o pensamento de José Martí (Castro Ruz, 1964). Assim, a reestruturação da propriedade agrícola foi condizente com a aversão de Martí à consolidação da etapa monopolista do capitalismo presenciada por ele no período em que viveu nos EUA. Buscava-se, ao extinguir a propriedade privada latifundiária, acabar com a forma de dominação e subordinação econômica e social do trabalhador rural ao detentor do capital. A organização da terra cultivada em pequenas propriedades privadas pertencentes à população camponesa, além de ampliar substancialmente a liberdade daqueles beneficiados por tal reforma, ainda garantiria maior segurança alimentar ao país. Portanto, melhorava-se o padrão de vida material da população mais pobre, ao mesmo tempo em que se ampliava a efetiva soberania nacional, ao garantir que a produção agrícola do país estivesse guiada pelos interesses domésticos. Esta preocupação com o aumento da soberania e a independência concreta de Cuba, incorpora fortemente o espírito da militância política de Martí, que chamou atenção em seus escritos e discursos para o caráter neocolonial de dominância americana que começava a se configurar na sociedade cubana em fins do século XIX.

Concluída a primeira etapa de reorganização da propriedade agrária cubana, que teve como objetivo primordial o combate ao domínio neocolonial americano da estrutura de produção agropecuária (especialmente açucareira) do país, gradualmente as lideranças revolucionárias passaram a deslocar o foco das políticas para estratégias de desenvolvimento de longo prazo.

Para tanto, após alguns anos em que a sociedade cubana pôde realizar experiências em que conviveram conjuntamente a posse de terra individual do pequeno agricultor, a organização cooperativa, as Granjas do Povo (administradas diretamente pelo Partido Comunista) e os lotes de médio e grande porte dirigidos por capitalistas estrangeiros e nacionais (ainda que as gigantes propriedades latifundiárias tivessem sido extintas), o governo decretou a Segunda Lei da Reforma Agrária (Molina, 2016). Nela, ficou estabelecida a nacionalização de toda terra previamente administrada pela classe capitalista doméstica e externa e a condenação da organização cooperativa da propriedade agrária. Se, por um lado, o



debate entre a melhor forma de produção entre as cooperativas e a administração estatal se deu em função de aspectos técnicos do setor – e continua vivo hoje –, por outro, a apropriação e nacionalização da terra pelo Estado se deu, principalmente, pelo reconhecimento da impossibilidade prática de se manter um regime de aliança de classes em Cuba na primeira metade dos anos 1960 (Rodríguez, 1990).

Assim, vai se tornando patente a necessidade de radicalização da Revolução para a manutenção de suas conquistas, dada a disputa aberta, e mesmo violenta, com os representantes do capital norte-americano imperialista e com a subordinada classe capitalista doméstica. A imposição das forças históricas particulares daquele período e sua interação com as características da formação e evolução socioeconômica de Cuba levou a Revolução aos desdobramentos ocorridos.

Esta reorientação política deu-se em resposta aos fatos sucedidos nos anos de vigência da Primeira Lei de Reforma Agrária, durante os quais a acumulação de capital em terras privadas havia sido utilizada para dar suporte à luta contrarrevolucionária, minando qualquer possibilidade de um regime democrático popular dentro da institucionalidade capitalista vigente, ao menos no que diz respeito ao setor agrário. Assim, ainda que se tenha buscado seguir o ideal martiano de respeito ao livre desenvolvimento das potencialidades de todos os indivíduos no âmbito econômico, a necessidade de desenvolvimento das forças produtivas nacionais e de enfrentamento do domínio do capital estrangeiro associado a setores da burguesia cubana explicitou as necessidades da implantação de medidas políticas de maior controle social dentro do processo revolucionário. Não significa dizer que as lideranças tenham se afastado da idealização social martiana e se aproximado *exclusivamente* do pensamento socialista marxiano. Mas que, novamente, a necessidade de radicalização ficava patente para dar prosseguimento à construção de uma sociedade substantivamente democrática e popular, dada a situação em que se encontrava Cuba em suas relações globais naquele momento histórico.

Contudo, tal medida não poderia proporcionar o avanço da produtividade agrícola necessário ao atingimento de um nível de desenvolvimento econômico que viabilizasse a soberania nacional de Cuba sob o modo de produção capitalista, ainda que a influência dos princípios liberais martinianos na construção deste processo histórico possibilitasse significativa melhoria do padrão de vida da maior parte da população. Neste sentido, a Revolução Cubana e suas lideranças, desde os primeiros anos após a destituição do governo Batista, buscaram



encontrar soluções originais para a emancipação nacional e individual, que desembocaram na necessidade de romper com o modo de produção vigente. É neste sentido que ainda que tenha permanecido o foco nas lutas pela efetiva soberania nacional, o pensamento martiano, no período em tela, vai sendo acompanhado pelo fortalecimento da trajetória socialista.

O governo cubano reorientou a estratégia produtiva nacional e buscou diversificar a produção agrícola para que o país pudesse reduzir a importação de alimentos, iniciando, gradualmente, um processo de substituição de importações que permitiria atingir a soberania e uma relação de igualdade de poder nas negociações internacionais. Esta estratégia pode ser avaliada positivamente à luz do pensamento martiano, ao propor-se um reencontro com o equilíbrio produtivo e um retorno às práticas de produção que aproximassem o homem da terra, como advogava Martí. Contudo, equívocos no planejamento econômico e de sua execução pelo governo cubano resultaram em redução da produção açucareira em termos absolutos (ao invés de apenas relativos), e, dado que esta era a principal mercadoria geradora de divisas, surgiram graves restrições ao desenvolvimento econômico do país impostos pelos resultados da balança comercial. Em consequência, ocorreu a necessidade do retorno da especialização produtiva e da ênfase na exportação de açúcar, agora circunscrito à nova posição de Cuba na divisão internacional do trabalho no bloco socialista. (Cano, 2000)

A Reforma Urbana perseguia os mesmos objetivos e tinha a mesma importância política que a Reforma Agrária, de maneira que constituiu também uma das prioridades do governo após a Revolução. O problema urbano em Cuba neste período explicitava-se no exorbitante valor dos aluguéis e na dificuldade para aquisição de casa própria pelo trabalhador urbano, o que resultava em habitações precárias, superpopulosas e em péssimas condições dos serviços urbanos. Os trabalhadores urbanos eram antigos trabalhadores rurais que buscavam nas cidades formas de garantir melhores condições de vida, mas que encontravam nelas poucos empregos e com baixa remuneração. A possibilidade de moradia que se colocava para esta classe era o aluguel de quartos ou de pequenas moradias pertencentes à burguesia cubana e está, como estava pouco envolvida em outras atividades econômicas, fazia do rentismo sua principal fonte de renda, a qual era protegida pelo arcabouço institucional que facilitava os despejos e desalojamentos voluntários, sem resguardar nem proteger os inquilinos.

A Reforma Urbana, portanto, foi um conjunto de medidas com objetivo de acabar com a especulação imobiliária e com o rentismo. As três primeiras medidas, tomadas ainda nos primeiros dias após a Revolução, seguiam o Programa de Moncada e instituíram o fim do



processo de despejo, o estabelecimento de preços máximos de vendas para terrenos urbanos e a redução de 50% nos preços dos aluguéis. Estas medidas, no entanto, não se mostraram suficientes para erradicação dos problemas urbanos, o que fez com que a Reforma Urbana assumisse uma resolução ainda mais radical: distribuir todas as moradias em regimes de aluguel para seus moradores sob a forma de propriedade pessoal privada. Na prática, isto significou que todos aqueles que moravam de aluguel tornaram-se donos de suas moradias sob as condições de pagamento facilitadas, e que, portanto, a enorme quantidade de trabalhadores sem moradia transformou-se em dona de suas habitações. A Reforma definiu o Estado como o principal responsável pela construção das habitações em detrimento das construtoras privadas, proibiu a compra de terrenos vazios e a posse de mais de uma moradia (com exceção da casa de veraneio), extinguiu o sistema hipotecário e transformou antigas construções signos do regime anterior em novos espaços, como é o caso da transformação das prisões em escolas (Trefftz, 2001).

A transformação da formação urbana e da condição de vida do trabalhador urbano a partir da Reforma Urbana foi inédita na América Latina. Identifica-se nela algumas medidas que buscaram a aproximação à proposta do *homem natural* martiano, ou seja, o pequeno proprietário individual, e a nacionalização do território cubano. Assim como acontecia no campo, nas cidades havia muitos terrenos, casarões e empresas de construção civil de origem estrangeira que se valiam das condições de exploração em Cuba para manter sua lucratividade e, em contrapartida, restringiam o acesso à terra aos próprios cubanos. É neste aspecto que a Revolução Cubana enxerga na propriedade privada da terra, e neste caso da moradia, uma saída para o problema imediato de controle estrangeiro do território nacional. Esta medida, no entanto, afasta-se das propostas elaborados pelo campo socialista para a questão habitacional, que versavam sobre a moradia de aluguel e a propriedade estatal do parque habitacional.

Consolidadas as políticas iniciais realizadas pelo governo revolucionário que visavam uma efetiva transformação do funcionamento da estrutura socioeconômica do país, passou-se à etapa de planificação central de longo prazo para que se buscasse alcançar um caminho de desenvolvimento sustentável e autônomo. Cabe lembrar que no momento em que o governo revolucionário começou a contar com uma situação de certa normalidade institucional, podendo voltar suas atenções a metas econômicas de longo prazo, já havia se optado por uma transição socialista, a qual induziu à nacionalização de virtualmente todo o complexo industrial e agropecuário existente no país. Deste modo, a planificação centralizada da



produção material de Cuba pelo Partido Comunista permitiu que este moldasse o percurso de desenvolvimento social e econômico, de acordo com os valores previamente emergidos e consolidados nas lutas guerrilheiras, sob forte inspiração de José Martí.

Assim, os objetivos iniciais de longo prazo estabelecidos para a década de 1960 foram os de industrialização acelerada e diversificação da produção agrícola, para que, seguindo uma estratégia de substituição de importações, Cuba se tornasse soberana e se desvencilhasse dos empecilhos ao crescimento econômico impostos pelas relações desfavoráveis de comércio internacional. Se as transformações se efetivassem como planejado, a revolução estaria livre para avançar e assegurar os significativos ganhos de saúde, educação e cultura, pois contaria com sustentabilidade econômica para permanência do curso de melhoria social iniciado em 1959.

Perseguindo tais metas, o processo de transformação da estrutura produtiva iniciou-se pelo aumento da mecanização e da produtividade no complexo agropecuário, para que se reduzisse a importação de alimentos e para que o aumento da produção açucareira de exportação gerasse as divisas necessárias para importação de máquinas e insumos industriais. Ainda que o primeiro Plano Econômico tivesse previsto a expansão conjunta da produção açucareira (em menor velocidade) e das demais culturas agrícolas, na prática o estímulo à diversificação da agricultura resultou na redução absoluta da produção de açúcar, sendo substituídas as plantações de cana pelo cultivo de diversos alimentos de consumo interno. Este padrão foi corrigido após alguns anos e a exportação açucareira voltou a crescer, contudo, em um ritmo que não alcançou as ambiciosas metas do governo revolucionário.

No balanço econômico da década de 1960, pôde-se observar aumento generalizado da produtividade agropecuária, expansão da exportação açucareira, diversificação dos cultivos agrícolas, redução das importações de alimentos e crescimento das indústrias de bens de consumo duráveis e de capital. Contudo, o processo de industrialização não foi capaz de resolver os constrangimentos impostos pela balança de pagamentos do país, dado que frente à estrutura do complexo industrial cubano naquele momento, fazia-se necessário um elevado nível de importação de bens de capital e intermediários para que as transformações produtivas continuassem a ocorrer. (León, 2003)

A ênfase de Martí nos benefícios da formação humana proporcionada pelo trabalho agrícola baseiam-se no fato de que a interação entre homem e natureza seria elemento central na construção do *homem natural*. No entanto, cabe notar a atenção dada ao desenvolvimento



das forças produtivas no setor industrial durante o curso dos trinta primeiros anos da Revolução Cubana. Esta pode ser entendida como uma resposta às políticas imperialistas dos países avançados, especialmente Estados Unidos, dado que as relações comerciais e financeiras globais se davam de maneira extremamente desfavorável aos países sem indústria nacional consolidada, de maneira que se fazia necessária para assegurar condições econômicas funcionais à busca por uma trajetória social soberana e popular. Desta feita, o chamado de Martí para o aproveitamento das potencialidades da agricultura cubana diversificada foi parcialmente obstaculizado pelo domínio do capital industrial em escala global no contexto histórico internacional vigente.

Assim, apesar de o primeiro Plano Econômico não ter possibilitado a efetiva autonomia de Cuba em relação ao cenário internacional, pode-se dizer que a estratégia perseguida esteve de acordo com traços fundamentais do pensamento de Martí no sentido de que a soberania nacional só poderia se completar em um contexto geopolítico em que as tratativas entre diferentes países se dessem em condições de igualdade de poder, como observado na primeira seção deste artigo. Para tanto, seguiu-se o objetivo de fortalecer uma estrutura produtiva industrializada e diversificada, que pudesse se contrapor às sanções e bloqueios econômicos articulados pelos EUA e seus aliados, com que Cuba teve que lidar durante a década e em momentos posteriores (Landau, 1989). No entanto, as disputas políticas e econômicas com os Estados Unidos ressaltam os limites da implantação das ideias martianas nas práticas socioeconômicas adotadas, de maneira que estas foram complementadas pela influência do pensamento marxiano e por forte planificação central nas estratégias perseguidas.

Sobre as estratégias de crescimento econômico na década de 1960 ressaltadas anteriormente, cabem ainda alguns comentários sobre adaptações das metas de planejamento. Inicialmente, o processo de industrialização foi pensado para se efetuar de maneira mais acelerada, para que o país reduzisse a necessidade de importação de máquinas e equipamentos, especialmente, dada a conjuntura de sanções e bloqueio econômico articulados pelos EUA. No entanto, o governo se deparou com uma situação de insuficiência de capital doméstico e externo para investimento em ritmo acelerado. Assim, em fins de 1963 o Partido Comunista Cubano realizou a primeira revisão da trajetória de desenvolvimento perseguida, cujo resultado foi o restabelecimento da importância relativa do complexo agropecuário, especialmente no que diz respeito à produção açucareira para exportação (Pérez Jr., 2017). A



urgência de restabelecimento econômico postergou o projeto de industrialização acelerada, julgando-se que resultados mais rápidos poderiam ser alcançados pela mecanização generalizada da produção agropecuária, diversificação dos gêneros alimentícios de consumo interno (condizente com o objetivo geral de substituição de importações) e geração de divisas centrada na exportação de açúcar.

É importante lembrar que nos escritos em que Martí levantou questões relativas à estrutura produtiva cubana, diversas vezes chamou a atenção para as enormes possibilidades que as terras agricultáveis do país poderiam proporcionar ao processo de construção de um caminho de desenvolvimento democrático-popular. As exportações de diversos cultivos e a posição geográfica privilegiada do país nas rotas comerciais poderia ser a chave, segundo o autor, para o atingimento de relações de igualdade de poder entre Cuba e o comércio mundial. Enfatizava ainda que o trabalho rural vincularia o ser humano com a natureza, aspecto este fundamental na filosofia martiana. Assim, também aí o pensamento martiano foi combinado com a interpretação marxiana das principais lideranças revolucionárias, para que a soberania advogada por ambos os pensadores pudesse influenciar as soluções buscadas pela sociedade cubana.

Durante a primeira metade da década de 1970, Cuba melhorou significativamente seu padrão de inserção comercial e financeiro internacional. Isto se deu como resultado do retorno de condições favoráveis do ciclo de liquidez global, de cotações do açúcar bastante elevadas e da entrada do país no Conselho de Ajuda Mútua Econômica (CAME) em 1972. Esta organização, composta pelos países do bloco socialista da Europa Oriental durante a Guerra Fria, posteriormente ampliou sua área geográfica de atuação, incorporando as economias da Mongólia, Vietnã e Cuba.

A aproximação comercial de Cuba com os países do bloco permitiu a garantia de mercado consumidor para a produção açucareira do país a preços subsidiados. Além disto, as relações entre os países do CAME pressupunham coordenação entre as estratégias de planejamento central domésticas, de maneira que os investimentos realizados em cada país fossem complementares, para benefício de todo o bloco socialista no médio e longo prazos. Deste modo, a exportação açucareira cubana passou a financiar a importação de máquinas e equipamentos fornecidos pela URSS a preços que visavam possibilitar o desenvolvimento econômico sustentável de ambas as regiões.



Mesmo antes da entrada oficial de Cuba no CAME, o comércio do país já havia se deslocado significativamente do bloco Ocidental para o Oriental desde a Revolução de 1959, permanecendo algumas importações indispensáveis de bens de capital e intermediários de economias capitalistas e exportação de uma pequena parcela da produção agropecuária. Pode-se observar, portanto, que as relações econômicas de Cuba desde a Revolução, foram guiadas, dentro do possível, pelo desenvolvimento de relações de vantagens mútuas e de cooperação internacional, de maneira que o ideal martiano de *equilíbrio del mundo* foi aproximado pela realidade dos países socialistas.

É interessante observar, portanto, que os valores martianos de nacionalismo e soberania impactaram de maneira mais forte os acontecimentos históricos revolucionários, em detrimento dos aspectos econômicos de corte mais liberal de seu pensamento socioeconômico. Neste sentido, os esforços pela efetiva emancipação da sociedade cubana e pela soberania nacional nortearam as estratégias adotadas, ainda que no plano individual todos estivessem sujeitos às determinações de planificação central do PCC, necessárias especialmente naquele momento de forte tensão entre os dois polos geopolíticos mundiais.

Tendo estabelecido a estratégia de inserção e articulação externa, o governo revolucionário cubano voltou suas atenções à planificação de longo prazo das forças produtivas internas. Assim, em dezembro de 1975 se reúne amplo número de delegados no I Congresso do Partido Comunista Cubano para debate de todos os principais aspectos relativos ao desenvolvimento socioeconômico nacional. Ficam aí estabelecidas, entre outras medidas, a criação da primeira constituição socialista do país, a implantação do Sistema de Planejamento e Direção Econômica (SPDE) e a reorientação do crescimento econômico centrado no setor industrial.

A constituição socialista foi instituída após amplo processo de consulta e sugestões de diversas instâncias da sociedade civil, de maneira que não foi imposta unilateralmente pelos membros da burocracia central. Além de explicitar oficialmente os valores que vinham guiando os objetivos sociais de longo prazo perseguidos em Cuba, a constituição afirmou a igualdade individual no que diz respeito à raça, gênero e religião, no melhor espírito martiano. No que tange à contabilidade do setor público, o Sistema de Planejamento e Direção Econômica (SPDE) representou a importação de mecanismos de controle utilizados em países da Europa Oriental, adaptados, em algum grau, às particularidades da situação cubana. A



opção adotada se deu pelo benefício do auxílio técnico da União Soviética com que Cuba poderia contar, dada a padronização dos processos administrativos.

Em um de seus escritos mais conhecidos, *Nossa América*, Martí enfatizou a necessidade da busca de soluções intelectuais originais para os problemas específicos de nações cujo processo de desenvolvimento social, cultural, político e econômico se deu de maneira bastante distinta daquela que vigorou nos países avançados. Portanto, a importação de um sistema de planejamento e direção forjado com o objetivo de resolver problemas de outra natureza em outra situação histórica contraria o espírito martiano de soberania intelectual e cultural. Se bem que o sistema tenha sido adaptado à realidade cubana, sua origem se deu em contexto totalmente distinto na União Soviética.

Em relação à estratégia de desenvolvimento econômico, o I Congresso do Partido Comunista Cubano ressaltou a opção por um crescimento industrial mais acelerado, dada a conjuntura internacional mais favorável e as transformações na inserção internacional do país. Desta feita, buscou-se orientar a produção industrial em direção aos bens de capital, especialmente àqueles utilizados pelos complexos produtivos agropecuários (principalmente o setor açucareiro exportador) e aos bens de consumo durável para consumo doméstico, objetivos estes condizentes com a estratégia mais geral de substituição de importações.

As elevadas taxas de crescimento da indústria de 1976 a 1986, além de terem reduzido a dependência externa da economia cubana, proporcionaram aumento considerável do padrão de vida material do povo cubano, que teve seu acesso a bens alimentícios, têxteis e duráveis facilitado. Portanto, a continuação e o aprofundamento do processo de diversificação produtiva, como recomendado nos escritos de Martí, e de industrialização representaram mais um movimento em direção à construção de uma sociedade autônoma, ao passo que a melhoria geral do padrão de vida confirmou o caráter verdadeiramente social da Revolução.

Cabe observar que no período analisado (1976-86) ganharam força as categorias mercantis capitalistas como o lucro, a rentabilidade, o preço, o salário e a eficiência produtiva na organização da esfera material da sociedade cubana, reforçando a tendência que se observava anteriormente. Sendo assim, o *homem natural* martiano se tornava mais difícil de ser alcançado, à medida que a racionalidade da civilização ocidental voltava a aparecer e permear a construção social do país. Na segunda metade dos anos 1980, a União Soviética entrava na *perestroika* enquanto os países do bloco socialista passavam por processos semelhantes de descentralização política e econômica e de fortalecimento dos mercados



privados. Em Cuba, ao contrário, neste mesmo período a campanha de *retificação de erros* iniciada em 1986 visava reafirmar os valores socialistas revolucionários na organização da sociedade, corrigindo a tendência de fortalecimento excessivo do setor privado que teria ocorrido de 1976 a 1985.

A estratégia de desenvolvimento adotada, longe de ter emergido apenas de considerações ideológicas e morais, buscou enfrentar os problemas reais engendrados pelos déficits doméstico e externo do governo cubano (Eckstein, 1990). Assim, medidas de austeridade foram adotadas, como o corte de subsídios de energia elétrica e o aumento das tarifas de ônibus, de maneira que o padrão de vida material da população decaiu nos anos imediatamente posteriores a 1986. Em relação ao setor externo, o Partido Comunista decretou a proibição dos mercados livres no setor agrícola, aumentando o controle do Estado sobre os principais gêneros alimentícios produzidos, que antes se destinavam primeiramente ao consumo privado.

Sem desconsiderar a importância destas reformas setoriais, deve-se ter em mente que o principal foco da campanha de *retificação de erros* recaiu sobre o Sistema de Planejamento e Direção Econômica (SPDE), mecanismo de contabilidade pública que teria gerado excessiva descentralização política das decisões fundamentais e dotado os gerentes de empresas públicas de poderes que dificultavam a execução dos objetivos socialmente planejados (Pérez-López, 1990). A administração da economia pelo SPDE passou a dar ênfase ao cálculo econômico empresarial, em critérios de lucratividade para guia das decisões das empresas públicas e a buscar atrelar os salários à produtividade. Gradualmente, a acumulação privada foi tendo maior permissividade, dado o processo em curso de fortalecimento das instituições mercantis na lógica de organização da sociedade cubana.

Sem extinguir o cálculo econômico e os incentivos materiais à produção, o Partido Comunista atentou-se para a importância de restaurar os incentivos morais e o comprometimento da população com os valores sociais revolucionários, resgatando a tradição nacional de lutas emancipadoras e de construção de uma sociedade soberana, popular e autóctone. Ainda que a conjuntura internacional não tenha possibilitado a reversão dos problemas de balanço de pagamento, e que o orçamento doméstico tenha permanecido com resultados deficitários, o processo de *retificação de erros* permitiu à sociedade cubana o resgate de seus valores históricos e a sobrevivência do socialismo no país em um contexto de transformação da geopolítica global e da reorganização do padrão de acumulação,



evidenciado a opção por um socialismo autóctone. Assim, as mudanças políticas da *retificação* acentuam mais uma vez a busca do governo e da sociedade cubana por equilibrar de maneira complementar proposições autóctones com influências internacionais na construção de uma trajetória soberana nos âmbitos social e individual. Os dois intelectuais que continuaram a exercer maior influência nesta construção histórica do socialismo nacional-popular cubano continuaram sendo José Martí e Karl Marx.

Em seus discursos nos anos em que esta reestruturação administrativa se deu em Cuba, Fidel Castro evocou José Martí diversas vezes, para afirmar a necessidade de que o país percorresse um caminho de desenvolvimento soberano e original, respeitando suas raízes históricas e buscando aprofundar os valores sociais que deveriam permear a construção de uma democracia verdadeiramente popular.

### **Considerações Finais**

Este artigo teve por objetivo analisar os desdobramentos político-econômicos da sociedade cubana nos primeiros trinta anos pós-Revolução de 1959, a partir da influência do pensamento de José Martí.

Na primeira parte, destacaram-se alguns aspectos fundamentais que nortearam as recomendações de política deste autor, emergidos de suas vivências no exílio em diversos países e do contato que teve com diversas vertentes teóricas que iriam subsidiar seu projeto de emancipação individual e social idealizado para *Nuestra América*. Deve-se ressaltar a importância no pensamento de Martí da busca pela construção de uma sociedade baseada no amor e verdadeiramente soberana e democrática, capaz de proporcionar a todos os cidadãos condições materiais adequadas. Para tanto, faz-se elementar, a remuneração justa do trabalho e a liberdade para que os indivíduos possam atingir todas as suas potencialidades, independentemente de classe social, raça e origem.

De maneira geral, as transformações socioeconômicas ocorridas após a Revolução Cubana deixaram clara a influência de Martí nas lideranças do governo como guia da construção da nova sociedade. Martí é convocado a ocupar o posto de patrono da Revolução Cubana por suas contribuições à formulação teórica sobre o imperialismo, dado o caráter expressamente anti-imperialista da Revolução Cubana. Para além de seu papel simbólico, é possível depreender suas contribuições teóricas em muitas passagens.



A primeira delas pode ser observada na primeira Lei de Reforma Agrária, promulgada em 1959, como um passo fundamental no combate ao domínio neocolonial estadunidense em relação à estrutura latifundiária do país. Desta feita, Cuba deu assim seu primeiro grande passo na construção de sua soberania nacional. Ao mesmo tempo, como defendido por Martí, os trabalhadores agrícolas passaram a ter direito à posse das pequenas propriedades que cultivavam, fortalecendo os laços do homem com a natureza e proporcionando condições adequadas de vida e emancipação do trabalhador agrícola. Ainda em relação à agricultura, buscou-se diversificar a produção para garantir a soberania alimentar e reduzir as importações de alimentos em Cuba, estratégia está enfatizada por Martí em suas recomendações de política econômica.

Ainda que nos primeiros anos após a revolução se tenha buscado por uma maior conciliação de interesses na estratégia política nacional, as ofensivas contrarrevolucionárias domésticas e externas impediram que se insistisse neste caminho. Deste modo, em última instância, toda propriedade de terra passou para as mãos do Estado (ainda que permanecesse a posse de pequenos lotes de terra pelos agricultores que os cultivavam em um regime de dupla propriedade), extinguindo a exploração capitalista privada no setor.

A mesma consideração pode ser feita sobre a reforma urbana: enquanto as experiências socialistas e suas produções teóricas sobre o tema incentivaram a adoção de um modelo de habitação pública baseada na propriedade estatal e posse familiar, o modelo seguido por Cuba priorizou a propriedade pessoal privada, com influência do pensamento martiano, que via nesta forma de propriedade a liberação do trabalhador, e como garantia em um contexto de acirramento da contrarrevolução. Mais um vez, a Revolução Cubana seguiu, portanto, suas demandas e agendas internas, diferenciando-se das práticas socialistas já construídas em outras experiências reais.

Consolidado o caráter socialista tomado pela Revolução, na década de 1960 buscou-se o desenvolvimento das forças produtivas, em especial da indústria do país. Em seus escritos, Martí não aborda a necessidade de desenvolvimento da indústria para o atingimento da soberania dos territórios latino-americanos, muito em função da conjuntura diversa encontrada em fins do século XIX. Contudo, a estratégia do desenvolvimento industrial cubano foi condizente com os ideais do pensador, especialmente quando temos em mente o conceito de *equilíbrio del mundo* e o fortalecimento da posição geopolítica de Cuba engendrada pela diversificação e mecanização de suas estruturas produtivas.



O I Congresso do Partido Comunista Cubano, em dezembro de 1975, deu continuidade à estratégia de diversificação produtiva e industrialização, reforçando a busca pela soberania nacional cubana e pela melhoria generalizada da condição material de vida da população. As discussões realizadas neste encontro atualizaram os mecanismos de representação democrática do país e estabeleceram a primeira Constituição socialista desde a Revolução, guiando-se pelo espírito martiano de emancipação individual independente de raça, gênero e religião.

Ainda que o pensador continuasse sendo uma das principais inspirações teóricas do governo revolucionário, a implantação do Sistema de Planejamento e Direção Econômica (SPDE), importado da União Soviética, colocou categorias mercantis no núcleo do funcionamento da economia cubana. Assim, Cuba se distanciou do ideal de *homem natural* martiano e se aproximou do padrão de civilização ocidental emergido no continente europeu. Este distanciamento do pensamento martiano e a aproximação com o sistema soviético de planificação e organização institucional foram reconhecidos pelas lideranças revolucionárias, quando se deu início à campanha de *retificação de erros* em 1986. Através desta, reconheceram-se as consequências da perda de autonomia econômica e de identidade cultural e buscaram-se reafirmar os ideais democráticos construídos em Cuba em cem anos de luta pela emancipação do indivíduo e da sociedade e a busca por um padrão civilizatório autóctone. Não por acaso, algumas reformas descentralizadoras visando tais emancipações foram implementadas neste momento, assim como foi reformulado o sistema de representatividade política, buscando recuperar a institucionalidade democrática de anos anteriores.

Desta feita, se pôde perceber, ao longo da análise realizada no presente artigo, que o pensamento martiano exerceu forte influência sobre o movimento revolucionário ao pautar a busca pela soberania nacional, mesmo que em diversos momentos tenha sido necessário afastar-se deles para responder a necessidades históricas específicas. Os aportes de seu pensamento estão presentes tanto nas políticas públicas, como mostramos, quanto nos discursos de Fidel e nas formações das narrativas teóricas nacionais. São majoritariamente estes aportes que conferem particularidade à Revolução Cubana e que a diferenciam das outras experiências socialistas.

## Referencias Bibliográficas



ACANDA, Jorge L. Fernando Buey y la Recuperación del marxismo crítico en Cuba. In: TORRES, A. PASUCH, Márcia Cristina M. *Encontros con Paco Buey*. Editora UFMT: Cuiabá, 2013.

ARNAL, Salvador L. Entrevista a Jorge Luis Acanda. *Papeles de relaciones ecosociales y cambios globales*, nº126, 2014.

BARRERAS, Dairy; LÓPEZ, Olga; MÉNDEZ, José. GUITIÉRREZ, Robin. Carlos Marx y Rosé Martí: coincidencias en las concepciones sociopolíticas y culturales. *Humanidades Médicas*, nº18, v 3, 2018.

CANO, W. *Soberania e Política Econômica na América Latina*. Editora Unesp. São Paulo, 2000.

CASTRO RUZ, Fidel. *La historia me absolverá*. 1964.

\_\_\_\_\_. *The Declarations of Havana*. Verso Books, 2018.

\_\_\_\_\_. *La historia me absolverá*. Ediciones Colihue SRL, 1993.

ECKSTEIN, Susan. The Rectification of Errors or the Errors of the Rectification Process in Cuba? *Cuban Studies*, p. 67-85, 1990.

LANDAU, S. Notes on the Cuban Revolution. *The Socialist Register*, 1989.

LEÓN, A. S. *Breve Historia de La Revolución Cubana (1959 – 2000)*. Editorial Ciencias Sociales. La Habana, 2003.

MARTÍ, José. *José Martí: Obras Completas*. Editorial de Ciencias Sociales. La Habana, 1991.

\_\_\_\_\_. Mi raza. *Patria*, Nueva York, v. 16, p. 299, 1893.

\_\_\_\_\_. *Nossa América*. Editora Universidade de Brasília. Brasília, 2011.

MARTIN, Juan L. La investigación social en Cuba (1959 – 1997). *Temas*, nº 16- 17, 1999.

MOLINA, E. M. *Devenir Del Modelo Económico Socialista*. Editorial de Ciencias Sociales. La Habana, 2016.

NAVARRO, José C. *El desafío del yugo y la estrella*. La Habana: SI-MAR SA, 2000.

PÁZ, J. V. “A Revolução Agrária Cubana: conquistas e desafios”. *Estudos Avançados*. v.72, n. 25, 2011

PÉREZ-LÓPEZ; J. F. “Rectification At Three: Impact on the Cuban Economy”. *Studies in Comparative International Development*, Fall , Vol. 25, no. 3, 1990

PÉREZ Jr. L. A. *La estructura de la Historia de Cuba: significados y propósitos del pasado*. Editorial de Ciencias Sociales. La Habana, 2017.



RODRIGUEZ, J. L. *Estratégia del Desarrollo Económico em Cuba*. Editorial de Ciencias Sociales. La Habana, 1990.

RODRIGUES JÚNIOR, Mao. *A revolução cubana e a questão nacional (1868-1963)*. Núcleo de Estudos do capital: 2007.

SANDOVAL, Orieta A; HERNANDES, Alfredo A A. Las ciencias sociales em la academia de ciências em Cuba (1962 -1981). *Tiempos de America*, nº 9, 2002.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. *Origens do pensamento e da política radical na América Latina: um estudo comparativo entre José Martí, Juan B. Justo e Ricardo Flores Magón*. 2011. Tese de Doutorado (História Econômica). Universidade de São Paulo.

SUCHILICK, Jaime. The political ideology of José Martí. *Caribbean Studies*. Vol 6. No 1, 1996.

TREFFTZ, Erich. “50 años de reforma Urbana em Cuba: em el aniversario del cambio de paradigma”. *Revista INVI*. v 26, nº 72. Agosto de 2001.

TRETO, Carlos A. La ciencia política em Cuba: del estancamiento a la renovación (1980 – 2005). *Revista de Ciencia Política de Santiago*, v. 25, n. 1, 2005.

## **Os Primeiros Trinta Anos da Revolução Cubana à Luz do Pensamento Martiano**

### **Resumo**

José Martí é considerado o patrono da Revolução Cubana por sua contribuição intelectual e militância política à independência de Cuba. Inscrito na tradição do pensamento cubano preocupado com a independência nacional e dialogando com pensadores do liberalismo europeu e norte-americano, Martí repensa a condição de colônia da ilha e propõe soluções autóctones com o intuito de viabilizar a soberania nacional, muitas das quais foram referenciadas no discurso e nas políticas do movimento revolucionário que destituiu o governo Batista em 1959. Apesar de Martí representar incontestavelmente o apóstolo da Revolução, a gradual perda de influência da teoria martiana nos debates acadêmicos frente a ascensão do materialismo dialético durante os primeiros trinta anos do governo revolucionário levou alguns analistas a sugerirem a diminuição de sua influência política. O objetivo principal deste trabalho é de identificar a influência do pensamento de Martí na condução dos 30 primeiros anos da Revolução Cubana e pontuar as interações desta com os desdobramentos políticos, sociais e econômicos tomados pela Revolução Cubana. Para cumprir este objetivo, recuperam-se ao longo do texto alguns traços do pensamento de Martí e busca-se fazer emergir suas influências na formulação da Reforma Agrária, Urbana e do planejamento econômico ao longo deste período.

**Palavras-chave:** José Martí, Revolução Cubana, história do pensamento econômico, pensamento filosófico cubano.

### **Una Mirada a los Primeros Treinta Años de la Revolución Cubana desde el Pensamiento Martiano**

### **Resumen**



José Martí es considerado el apóstol de la Revolución Cubana por su contribución intelectual y militancia política a la independencia de Cuba. Parte de la tradición académica cubana interesada en la revolución nacional y en debate con los pensadores del liberalismo europeo y norteamericano, Martí elabora su formulación para comprender la condición de colonia de la isla y propone soluciones autóctonas para lograr la soberanía nacional. Muchas de ellas fueron parte de los discursos y de las políticas del movimiento revolucionarios que destituyó Batista en 1959. Pero, aunque se pueda reconocer Martí el apóstol de la revolución, la pérdida de influencia de su teoría y el crecimiento del materialismo dialéctico en los campos académicos en los treinta años iniciales de la revolución, hicieron algunos investigadores reclamar la disminución de su influencia política. El objetivo de este artículo es identificar la influencia del pensamiento martiano en los treinta años iniciales de la Revolución Cubana y revelar sus interacciones con los desarrollos políticos, sociales y económicos del gobierno revolucionario. Para cumplirlo, presentaremos algunas huellas del pensamiento martiano y expondremos sus influencias en la formulación de la Reforma Agraria, Urbana y la planificación económica durante este período. **Palabras-clave:** José Martí, Revolución Cubana, historia del pensamiento económico, pensamiento filosófico cubano.

### **A Review First Thirty Years of the Cuban Revolution From the Martí's Thought Perspective**

#### **Abstract**

Jose Martí is considered the patron of the Cuban revolution for his intellectual and political militancy contribution. Descendant of the Cuban academic thought worried about the national independency and in dialog with the European and liberal traditions, Martí rethink the colony position of the island and propose autochthonous solutions to achieve the national sovereignty, which were referenced on the speeches and policies by the revolutionary leadership, who defeated the Batista government in 1959. Despite the recognition of Martí as the Apostol of the revolution, on the first 30 years of the revolution government, the gradual loss of influence of his thought, in comparison of the rise of the dialectical materialism, led some analysts to suggest the decrease of his political influence. The main objective of this paper is to identify the influence of José Martí's thought on the conduction of the first 30 years of the Cuban revolution and evaluate its interaction with de political, social and economic developments. To accomplish this task, some traces of Martí's thought will be recovered and its articulations with the formulations of the Agrarian and Urban Reform and economic planning will be highlighted.

**Keywords:** José Martí, Cuban Revolution, history of economic thought, Cuban philosophical thinking.



DOI: 10.21057/10.21057/repamv13n3.2019.27306

## Estado, Identidade e Educação: cento e cinquenta anos de resistências e lutas em Cuba

Recebido: 27-09-2019

Aprovado: 09-12-2019

Camilo Onoda Luiz Caldas<sup>1</sup>  
Maria do Carmo Luiz Caldas Leite<sup>2</sup>

### Introdução

A historiografia cubana atribui grande importância à longa tradição de lutas anticoloniais, que culminaram com os feitos de 1º de janeiro de 1959, quando triunfou o processo revolucionário. Nas palavras de Harnecker (2001, p. 7)<sup>3</sup>, “uma luz que se acendia no escuro ambiente conservador, que então se vivia no continente americano”. Essa longa trajetória começou em 1511, segundo distintos historiadores, quando o cacique Hatuey se alçou em armas contra a dominação espanhola. Outros se reportam à revolta dos afrocubanos comandados pela escrava Carlota, que ainda viva, amarrada a quatro cavalos, morreu por esquartejamento, no ano de 1844. Mas a revolução cubana começou depois da fuga de Fulgencio Batista? Ou teve início em 26 de julho de 1953, quando do assalto ao Quartel Moncada em Santiago? Ou ainda nos vários levantes da primeira metade do século XX, as

---

<sup>1</sup> Brasileiro. Pós-Doutor em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra (Portugal). Doutor em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Publicação recente: Direitos políticos de estrangeiros residentes no Brasil: crítica dos projetos legislativos no contexto migratório da América Latina. Revista eletrônica do curso de Direito da UFSM, 2018. Autor do livro Teoria Geral do Estado. 1. ed. São Paulo: Ideias & Letras, 2018. Contato: camilo.onoda@gmail.com

<sup>2</sup> Brasileira. Doutoranda e mestre em Educação pela Universidade Católica de Santos (SP). Licenciada e Bacharel em Física pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Publicação: Uma análise do legado autóctone na educação cubana. Revista HISTEDBR On-line, v. 14, p. 318-332, 2015. Contato: marialcl@unisantos.br

<sup>3</sup> Todas as citações de textos escritos originariamente em Espanhol têm traduções livres realizadas pelos autores deste artigo, com algumas exceções, nas quais a tradução acarretaria a perda significativa da força de expressão própria do autor, como, por exemplo, no caso das citações de José Martí e Félix Varela.



revoluções inacabadas, que não atingiram seus objetivos, mas contribuíram para a composição da identidade dos cubanos?

Na perspectiva do presente exercício reflexivo, a revolução cubana teve início na madrugada de 10 de outubro de 1868, quando o advogado Carlos Manoel de Céspedes, nascido em Bayamo, convocou seus escravos libertos à luta. Há uma inegável tradição de resistência em Cuba, que nasceu das revoltas contra a escravidão, tomou corpo nas guerras pela independência, enraizou-se nos movimentos contra as intervenções estrangeiras na Ilha e veio ao encontro do movimento vitorioso em 1959.

Uma análise abarcadora e com a objetividade histórica requerida sobre os processos societários em Cuba, no entendimento desta pesquisa, tem de levar em conta as raízes da autoctonia, fundadas no ideário de José Martí, nas ideias de Julio Antonio Mella e de todos os próceres da independência cubana. Os registros da sociedade produzida pelo açúcar e a história da escravidão têm interfaces de séculos com intensas marcas na sociedade cubana.

A *cubanía*, de raiz afro-espanhola e de vocação latino-americana, é a consolidação da nacionalidade, que vem traçando pautas às atitudes da população cubana em todas as épocas. Os processos educativos em Cuba não podem ser entendidos sem o vínculo com as empreitadas históricas, que cunharam um imaginário de vertentes relativo às lutas de liberação, desde a época colonial. O caráter cubano emergiu de uma cultura de resistência materializada nas lutas ao longo de trinta anos do século XIX, nas quais pereceram quatrocentos mil cubanos, ou seja, cerca de um terço da população da Ilha na época.

O presente artigo está vinculado à trajetória de estudos de cunho etnográfico realizados em Cuba, que permitiram o transitar entre a observação e a análise, entre a teoria e a empiria, ao longo das três últimas décadas. O contato dos autores com a Ilha reporta-se à década de 90, quando foram realizadas as primeiras visitas à Cidade Escolar *Libertad* (Havana), à Cidade Escolar *26 de Julio* (Santiago de Cuba) e aos Institutos Superiores Pedagógicos em diversas províncias. As participações em encontros acadêmicos na capital cubana e o relacionamento com professores, alunos e dirigentes das organizações de massa<sup>4</sup>, em viagens de retorno entre 1999 e 2019, possibilitaram a formulação de uma postura mais profunda acerca da maior das Antilhas. O levantamento bibliográfico das investigações foi

---

<sup>4</sup> As principais organizações de massa em Cuba são: a Central de Trabalhadores Cubanos, a Federação de Mulheres Cubanas, os Comitês de Defesa da Revolução, a União de Jovens Comunistas e a Organização de Pioneiros José Martí.



realizado através de consultas a centros de documentação, museus e bibliotecas em Havana (Cuba) e Tampa (Flórida, Estados Unidos). A discussão está alicerçada na visão retrospectiva dos dilemas e das tensões presentes nas distintas etapas das lutas contra o colonialismo e o neocolonialismo, com suas bases históricas e pedagógicas.

### **A Mescla de Diferentes Sangues, Tradições, Sonhos e Conflitos**

*El mundo tiene dos campos: todos los que aborrecen la libertad, porque sólo la quieren para sí, están en uno; los que aman la libertad, y la quieren para todos, están en otro (JOSÉ MARTÍ).*

Pequena, mas centro de defesa do império espanhol, Cuba foi a ilha mais cobiçada pelos interesses de estrangeiros, que aspiravam dominar estrategicamente a região. O enriquecimento dos colonizadores apoiou-se na submissão imposta aos nativos, interrompendo o processo autônomo das comunidades indígenas e implantando em Cuba o regime de servidão feudal. “Na América do século XVI, os espanhóis já aplicaram o princípio da ‘*guerra buena*’ contra os naturais, acusados ora de antropofagia, ora de sodomia”, no dizer de Sosa Rodríguez e Penabad Félix (1997, p. 125).

Um peculiar processo histórico, análogo ao da maioria das Antilhas, fez com que fluísse à composição da cubanidade<sup>5</sup> um conjunto de duas correntes fundadoras: a espanhola, dos colonizadores, e a africana, dos homens escravizados. Assim, foi transplantada à Ilha a sociedade dividida em classes e a repressão do aparato colonial. Entretanto, o processo de aculturação e a violência dos conquistadores não impediu as marcas autóctones na cultura e no caráter dos cubanos. Como matriz do poder hegemônico, desde a conquista da América pelos europeus, a aculturação está baseada na usurpação, no racismo e na exclusão dos povos nativos.

Uma das características fundamentais do sistema colonial hispano-americano no processo de formação da cubanidade foi o regime agrário, sob cuja fórmula a economia cubana se voltou à especialização produtiva do açúcar, um elemento que definiria a estrutura econômica, política e social do país por mais de três séculos. O modelo escravista, de acordo com as regras impostas pelo capital comercial espanhol, dificultou a capacidade da oligarquia

---

<sup>5</sup> A cubanidade é o processo de intrincadas transculturações, apresentando o cubano como o resultado parcial do movimento contínuo e inacabado de uma mistura, síntese e dissociação, do que foi aportado pelos que chegaram à Ilha.



crioula de adaptar-se ao sistema capitalista e, conseqüentemente, ao avanço da industrialização e do uso de mão de obra assalariada. Uma lenta tarefa de séculos marcada por mesclas de diferentes sangües coagulou a sociedade cubana, em um complexo processo de formação: “desintegrativo e integrativo, nos elementos substanciais colocados em ação, no ambiente em que se operou e nas vicissitudes de seu transcurso” (RODRÍGUEZ RIVERA, 2005, p. 7).

O final do século XIX foi marcado por sucessivas rebeliões de escravos africanos, sobretudo na planície Havana-Matanzas, o empório da antiga oligarquia, dada a riqueza de suas terras, com um privilegiado manto freático e, em particular, com a profusão da indústria açucareira e o desenvolvimento das ferrovias. O colapso do colonialismo na Ilha era iminente, porque do ponto de vista político, todas as classes sociais do país, de forma ativa ou passiva, repudiavam o regime colonial. A burguesia açucareira cubana, ainda que colaborasse economicamente com a insurreição, estreitava seus contatos com os Estados Unidos e os instava a intervir nos conflitos. Havia chegado a hora de “encarnar a ação e a história do *ethos* patriótico iluminado pela poesia e pelo pensamento cubano” (VITIER, 2011, p. 42).

A guerra de 1895, apesar de ter durado três anos, por seu conteúdo radical, participação massiva do povo e lideranças transcendentais, especialmente de José Martí (1853-1895), superou em significados e em lições, todos os movimentos de libertação do colonialismo europeu, não apenas em Cuba, mas na América Latina. A heterogeneidade da população de Cuba foi momentaneamente eliminada em um enérgico e cruel esforço, distinto em relação a todo o restante do mundo. Segundo Martínez Heredia, 2005, p.188), “para a grande burguesia de Cuba, esta guerra foi um grave perigo e um infeliz acontecimento. Para as outras classes, foi uma provação suprema, o caminho de um país próprio, uma pátria”.

Se com suor dos negros escravos se construíram as grandes fortunas dos latifúndios, com seu espírito de rebeldia se semeou o sonho da independência. De acordo com Barnett (1977), a violência corporal no período de escravidão e durante a guerra de independência do colonialismo espanhol, não apenas impregnou na memória do povo um marcante sentimento de angústia, mas também se constituiu em forte elemento na construção da identidade do povo cubano. Após a tardia abolição da escravatura em Cuba, no ano de 1886, os fugitivos desceram das montanhas e tentaram retornar ao convívio social. No entanto, o medo da privação de liberdade os acompanhava, até porque a condição social dos outrora escravizados, mesmo após a abolição, não permitia o esquecimento da experiência traumática.



Em 1898, faltando apenas ao Exército Libertador colher os frutos de sua vitória, os Estados Unidos intervieram na guerra contra a Espanha, impondo uma amarga experiência. Em 1º de janeiro de 1899, arreada a bandeira da Espanha do Palácio dos Capitães Gerais em Havana, no seu lugar foi hasteada a bandeira dos Estados Unidos, que despontava como potência imperial. Assim estava nascendo em Cuba a condição de neocolônia.

## O Legado Pedagógico da Sociedade do Açúcar

*No hay Patria sin virtud, ni virtud con impiedad.*

(PADRE FÉLIX VARELA)

Os estudos da sociedade cubana, formada por retalhos de diferentes culturas, origens e condições sociais, denotam a acumulação de riquezas da oligarquia submissa aos signos da aristocracia ibérica. As famílias *criollas*<sup>6</sup> foram responsáveis pela revolução agrícola, que conduziu o país à posição de primeiro produtor mundial de açúcar, constituindo a chamada *plantocracia*<sup>7</sup>. Entretanto, sendo um país sem sistema escolarizado, onde apenas parte ínfima da população recebia algum ensino nos centros urbanos da época, Cuba foi a última colônia da Espanha nas Américas.

No final do século XVIII estavam criadas todas as condições históricas para a entrada em cena da cultura cubana. A filosofia, a poesia e outras manifestações artísticas atingiram o ponto para germinar como expressões autóctones. Por suposto, as ideias educativas também, muito especialmente, abriam espaço à criação de um pensamento novo. Precursor da tradição pedagógica progressista na Ilha, o sacerdote José Agustín Caballero (1762-1835) foi uma das mais importantes figuras da Ilustração Reformista *Criolla*, movimento de ideias que se vinculou à ampliação do setor açucareiro. Sem transformar a linguagem própria da escolástica, empregada durante os séculos XVI, XVII e na primeira metade de XVIII, o religioso despertou uma mirada diferente à história em Cuba. Lecionando no Seminário de San Carlos e San Ambrosio, resultou significativo o fato de este filósofo e educador ter ensinado aos cubanos a olhar o próprio interior, para que enxergassem as diferenças de seus

<sup>6</sup> A palavra *criollo*, em Espanhol, significa pessoa nascida na América, filha de país europeus, radicalmente distinto do termo “crioulo”, em uso no Brasil, para designar um indivíduo negro, muitas vezes denotando preconceito.

<sup>7</sup> *Plantocracia* é a ordem política comandada pelos proprietários dos grandes latifúndios com plantações de cana.



progenitores e pudessem conhecer, de outra maneira, a realidade social, política e cultural em que viviam. No ano de 1794, Caballero apresentou um projeto caracterizado por métodos antiescolásticos voltado à criação de escolas elementares públicas, razão pela qual é considerado “o introdutor em Cuba do sistema de ensino em que o aluno poderia desenvolver um pensamento organizado e uma aprendizagem mais sólida” (BUENAVILLA RECIO, 1995, p. 8).

A primeira geração de cubanos, que se atreveu a pensar por si mesma, tem sua figura cimeira no padre Félix Varela (1788 – 1853). Com ele, o compromisso patriótico radical alicerçou as lutas travadas na segunda metade do século XIX. Defensor da ilustração do povo, como exigência social, foi o primeiro a assumir entre os educadores cubanos uma atitude radicalmente revolucionária, em especial na crítica ao modelo escravista. Varela expressou suas ideias nos marcos da liberdade cristã, pois, para ele, as potencialidades do homem o conduziram, infalivelmente, pelos caminhos do bem e do saber, quando dirigidas corretamente. Para Varela, estudar não era devorar livros; haveria que compreendê-los e meditar. Mais do que demandas estreitas e imediatas, o sacerdote aspirava, ao registrar as vicissitudes de sua época, à emancipação popular da sociedade comandada por latifundiários, que pensavam somente em suas caixas de café e sacos de açúcar. De acordo com González Soca e Reinoso Cápiro (2002, p. 1), Varela, um opositor do sistema escolástico de Educação, acreditava que o professor, quando mais fala, menos ensina.

A escola cubana foi renovada em seus métodos por José de La Luz y Caballero, discípulo de Varela, que, como professor, contribuiu para desenvolver a pedra angular de uma escola destinada às necessidades do país e à formação moral dos jovens, entre 1824 e 1862. Para Buenavilla Recio (1995, p. 12), Caballero tinha uma percepção ampla do processo educativo, não restrito ao ato de instruir, mas voltado ao cultivo dos sentimentos. Nesse contexto, para a classe social dos economicamente incapazes, defendeu as escolinhas de amigos e amigas, as primeiras de base popular em Cuba, a integração racial e as manifestações iniciais de coeducação entre meninos e meninas. Os professores não tinham preparo adequado, nem licença para ensinar, ocupando uma posição marginal na sociedade.

A história da Pedagogia cubana, por mais breve e concisa, não pode ser escrita sem referências ao papel desempenhado por José Martí. A trajetória de sua vida revolucionária o fez passar por vários países, proporcionando-lhe conhecimentos avançados para seu tempo. Ainda que alimentasse a abertura de Cuba ao mundo, as suas ideias reafirmavam



constantemente a busca de uma legítima cultura ajustada à realidade latino-americana, não mais a uma Educação com teorias eurocentristas e importadas da América Anglo-Saxônica. Para Martí, a noção de "eurocentrismo", era apreendida não só como as influências políticas e econômicas da Europa no mundo, mas, principalmente, como uma remissão ao enraizamento dos valores, que operavam na Educação. Com o avançar do século XIX, a afirmação do positivismo contribuiu para a consolidação, falsamente naturalizada e de sentido pejorativo, da ideia de latinidade, como expressão do "atraso" ou "fracasso" histórico e político-econômico. Nesse sentido, Martí avaliou os limites estreitos da corrente positivista que adentrou na América Latina na segunda metade do século XIX, elaborando a sua própria "concepção educativa livre, integral e multifacetada que ultrapassava as fronteiras do utilitarismo e as caricaturas de cópias e ideias de outras latitudes" (CHÁVEZ RODRÍGUEZ, 1996, p. 36).

Na concepção martiana era um fato grave a Educação seguir os padrões dos sistemas forâneos, desvinculados do contexto socioeconômico em que se aplicavam. O fato de o ideário martiano, impregnado de humanismo, privilegiar os valores, tornou-se evidente em 1889, quando da publicação do primeiro número de *La Edad de Oro*<sup>8</sup>, revista voltada às crianças do continente latino-americano. Com uma ternura militante, surgia a proposta de criar nos meninos de *Nuestra América* – ameaçados pela progressiva perda de sua identidade cultural – uma consciência anticolonialista e um alto sentido de solidariedade humana.

A obra de Martí, um dos precursores do pensamento filosófico em nosso continente, está permeada de características polifônicas, ao emprestar voz ao crioulo, ao índio e ao afroamericano. No pensamento de Martí "a inteligência americana estava no penacho indígena e quando se paralisou ao índio, se paralisou a América" (ACOSTA, 2015, p. 26).

O jornalismo, conjugado à atividade política, ocupou grande parte de suas atividades. Como professor, ganhou a vida nas fases mais difíceis, porém sua profissão foi a de advogado. Estudioso não apenas dos problemas da instrução em Cuba, mas de todos os países de continente americano, onde teve a oportunidade de viver, Martí elaborou um pensamento pedagógico, com a urgência da sonhada República. Convencido de que "*Patria es humanidad*", a síntese de tal ideário constitui, até hoje, um paradigma:

---

<sup>8</sup> A revista Idade de Ouro foi escrita por Martí, exilado em Nova York. Cada exemplar apresentava trinta e duas páginas com gravuras e ilustrações. Essa publicação conserva a vigência, mais de um século depois, dialogando com as crianças em um idioma universal, que não conhece tempo e distância.



- Escola obrigatória, universal, gratuita e laica: a Educação, como direito e dever de todos, assegurava a liberdade de consciência ao professor e ao aluno. “*Un pueblo de hombres educados será siempre un pueblo de hombres libres*” (MARTÍ, 1975, t.12, p. 375).
- Educação científica e politécnica: o ensino das ciências e a Educação para o trabalho constituíam princípios básicos. “*Y detrás de cada escuela un taller agrícola, a la lluvia y al sol, donde cada estudiante sembrase su árbol*” (ibid, t.8, p. 287).
- Educação para a vida: o fim primordial da Educação consistia em educar o homem e a mulher para seu momento e circunstância históricos. “*La educación ha de ir a donde va la vida. Es insensato que la educación ocupe el único tiempo de preparación que tiene el hombre, en no prepararlo*” (ibid, t.22, p. 308).

Ao diferenciar instrução de educação e destacar o processo dialético entre as categorias pedagógicas, Martí defendeu o princípio de que não há boa educação sem instrução. A vigência de seu pensamento, a inserção de sua obra na história política e literária de nosso continente radica no sabor de testemunho e na capacidade de indignação diante da injustiça. Para Fernández Retamar (2001), Martí não foi apenas uma variante terceiro-mundista do iluminismo e liberalismo europeus inspiradores da Revolução francesa, mas um intelectual e revolucionário original, que soube se nutrir da própria realidade cubana e latino-americana para projetar um futuro diferente para sua terra e o mundo, em sentido oposto à visão eurocentrista. Talvez esse contexto tenha sido decisivo para ampliar o seu pensamento e levá-lo para além dos limites do liberalismo, que efetivamente o havia influenciado desde o início de sua formação.

No início da última década do século XIX, as condições de Cuba anunciavam a proximidade de uma nova guerra, que Martí classificava como necessária. Dedicando-se exclusivamente à tarefa revolucionária, ele compreendeu com agudez os problemas reais de seu país. Para tal, conclamava a união de todas as forças vivas a lutarem “*con todos y para el bien de todos*”<sup>9</sup>. Suas ideias transitavam entre as duas margens do Atlântico e a dedicação à causa emancipacionista fez com que passasse a maior parte de sua vida no exílio, peregrinando por vários países. Martí, em meio aos seus pensamentos e ações, analisou com clareza a dominação implícita na falsa dicotomia em uso no seu tempo: “*no hay batalla entre*

---

<sup>9</sup> Extraído do discurso pronunciado por Martí no dia 26 de novembro de 1891 em Tampa, EUA.



*la civilización y la barbarie, sino entre la falsa erudición y la naturaleza*” (MARTÍ, 1975, t. 6. p 17).

Finalmente, em 31 de janeiro de 1895, Martí saiu dos Estados Unidos para uma viagem a Cuba da qual jamais retornaria. Após breve encontro com tropas espanholas no vilarejo de *Dos Ríos*, em 19 de maio do mesmo ano, ele foi morto e seu corpo mutilado. Sua morte parece ter sido um ato voluntário, tal como ele sempre desejara: “*Yo soy bueno, y como bueno, moriré de cara al Sol!*”<sup>10</sup>. Martí defendia a ampla ideia de liberação nacional, não apenas dos cubanos, mas para toda a *Nuestra América*. Com o exército *mambí*<sup>11</sup> dissolvido, o povo foi arrastado à miséria, uma vez que a luta contra o colonialismo não culminou com a vitória.

Para Varona Domínguez (2013), a revolução que concebeu Martí, desalienadora desde sua medula, apresentava um matiz anti-imperialista, que foi tomando seu pensamento na medida em que conheceu os Estados Unidos. Apesar das críticas à pretensão hegemônica desse país sobre a América Latina, a partir de um estudo detalhado da sociedade estadunidense, Martí adentrou em sua história, sem formar uma única ideia, porque, segundo ele, em um emaranhado sociocultural, em uma composição heterogênea havia contradições, inclusive irreconciliáveis, que anunciavam a possibilidade do surgimento de uma nova forma de dominação e exploração dos povos, que posteriormente seria conhecida como neocolonialismo. Indiscutivelmente, ele possuía um referencial teórico – que evoluiu historicamente – no qual a educação é concebida como uma estratégia para o desenvolvimento do homem. Martí entendeu, sem menosprezar, nem ignorar as experiências forâneas, que o povo cubano deveria ser capaz de extrair de si, de sua história, de suas características socioculturais, o que haveria de ser sua república, em clara negativa ao legado epistemológico do eurocentrismo.

---

<sup>10</sup> Trecho de *Versos Sencillos XXIII* de José Martí, publicados em New York no ano de 1891. Os estudiosos da música da cubana afirmam que José Fernández foi o primeiro a cantar e a gravar *Versos Sencillos*, com a melodia da canção *Guantanamera*.

<sup>11</sup> *Mambí* é o termo com que se denominava, no século XIX, aos insurretos contra Espanha.



## A República Mediatizada

*El patriotismo es un deber santo, cuando se lucha por poner la patria en condición de que vivan en ella más felices los hombres. Nace este periódico, a la hora del peligro, para velar por la libertad, para contribuir a que sus fuerzas sean invencibles por la unión, y para evitar que el enemigo nos vuelva a vencer por nuestro desorden (JOSÉ MARTÍ).*

Ao longo das décadas de 1880 e 1890, um expressivo contingente de famílias cubanas se uniu à força de trabalho assalariada nos Estados Unidos, incluindo um número crescente de mulheres em Tampa e Cayo Hueso, que aceitavam empregos humildes para sobreviver. Ir ao Norte parecia ser a ambição de todo jovem cubano. As donas de casa trabalhavam como lavadeiras, costureiras ou cozinheiras. As *criollas* cubanas admiravam a liberdade com que as mulheres norte-americanas podiam comprar, passear e viajar sozinhas, porque nada disso era permitido em Cuba. Durante esses anos, os cubanos de todas as classes sustentaram um prolongado encontro com os diversos segmentos culturais vigentes nos Estados Unidos, que ficaram indelevelmente marcados na construção da nacionalidade cubana. Muitas transformações ocorreram como resultado da vida no estrangeiro, num esforço em participar e fazer os ajustes necessários às necessidades cotidianas. Como manifestaria o general Máximo Gómez, em 1888, “os cubanos têm uma grande facilidade para assimilar imediatamente ao país aonde vão” (PÉREZ JR, 2016a, p. 50).

O ano de 1900 iniciou-se em Cuba com um conjunto de imposições decorrentes da primeira intervenção militar dos Estados Unidos no país. A nação popular, independente, soberana e justa que sonhara Martí, nas palavras de Cantón Navarro (2008, p. 128), “uma república que formasse seus cidadãos para o patriotismo revolucionário, o internacionalismo<sup>12</sup>, a autoctonia e contra toda a injustiça”, deu lugar à denominada república *mediatizada*<sup>13</sup>.

Segundo Pérez Jr (2016b), Cuba ocupa um lugar especial na história do imperialismo norte-americano porque foi uma espécie de laboratório para o desenvolvimento de seus métodos na criação global. As consequências da intervenção Estados Unidos em Cuba

---

<sup>12</sup> O internacionalismo é visto atualmente pelos cubanos como a antítese do bloqueio, uma questão de dívida com a sociedade. Tem suas raízes nas guerras de independência e na contribuição que indivíduos nascidos em outros países, deram nos campos de batalha, com espírito altruísta. É comum os cubanos afirmarem, quando desejam destacar a sua coragem, aliada à gratidão, que Cuba foi o país que mais aportou voluntários à guerra civil espanhola.

<sup>13</sup> República *mediatizada* ou *Seudo-república* são termos que os cubanos utilizam para denominar a República, que nasceu em 1902 e terminou em primeiro de janeiro de 1959.



tiveram um impacto decisivo na forma pela qual os estadunidenses projetam seu poder para fora de suas fronteiras. Essa ação foi celebrada como resultado das qualidades que os estadunidenses mais admiravam em si: o apoio à liberdade, como uma questão imanente, ou seja, deles próprios, e a convicção de que seus propósitos morais eram a razão suficiente para impulsionar o uso da força em outros países. Quando se somam os meios utilizados pelos vizinhos do norte na Ilha, observamos um microcosmos da experiência imperial no mundo: ocupação militar; elaboração de uma constituição; penetração do capital e saturação cultural; instalação de regimes títeres; organização de exércitos, que atuem em seu nome; estabelecimento de base permanente; assistência econômica ou a sua negação, segundo as circunstâncias. Tudo o que empreende na atualidade, o imperialismo já havia praticado em Cuba.

A situação econômica em Cuba era típica de um país neocolonial e agrário onde coexistiam relações pré-capitalistas e capitalistas, fundamentadas num escasso desenvolvimento do capital nacional e na penetração do capital estrangeiro monocultor, monoexportador e atado às necessidades econômicas dos Estados Unidos da América. Esse contexto tomou corpo, pois “as ações imperialistas se materializam na intervenção de Estados sobre outros e caracterizam a realidade do século XX, sendo o mais comum que os países do centro do capitalismo realizem tais práticas em relação aos países da periferia econômica” (CALDAS, 2018, p. 159).

Conhecido como o pioneiro do pensamento marxista em Cuba, Carlos Baliño (1848-1926), provavelmente conheceu Martí em Cayo Hueso, no ano de 1888, onde trabalhou como vocal<sup>14</sup> do *Gremio de Escogedores*. Cada fábrica tinha um pequeno estrado em madeira, bem visível a todos, onde o leitor se instalava. Muitas vezes o posto de leitura transformava-se em tribuna ideológica, o que molestava aos proprietários das fábricas e, sobretudo, ao colonizador espanhol. A princípio, os proprietários opunham-se à ideia, mas acabaram por perceber que o vocal garantia certo nível da paz nas indústrias. Entusiasmados com as aventuras que os livros escondiam, muitos operários decidiam aprender a ler e a escrever, fazendo dos funcionários das tabaqueiras uma das categorias operárias mais cultas no final do século XIX.

---

<sup>14</sup> Vocal, segundo a ideia comum entre os cubanos, é uma das melhores profissões do mundo, em que é possível ler enquanto se trabalha. Hoje, são cerca de 300 os leitores nas fábricas de charutos cubanos. De manhã, a imprensa diária, pela tarde um clássico da literatura, sobretudo os romances, como *Os Miseráveis* de V. Hugo, que ajudam a alimentar a consciência social dos trabalhadores. As poesias de García Lorca, o drama de *Romeu e Julieta* de Shakespeare e as aventuras de Dumas em *O Conde de Monte Cristo* estão entre os mais populares.



Os acontecimentos assumiram múltiplas expressões na medida em que os cubanos buscavam novas formas de articular sua insatisfação com a dominação neocolonialista. Por sua militância e aversão patronal, Baliño foi obrigado a abandonar o bairro dos tabaqueiros em Tampa. Percorreu o sul dos Estados Unidos, período durante o qual se relacionou com trabalhadores socialistas. Ao conhecer os textos marxistas compreendeu que a problemática cubana não se reduzia tão somente a lograr a independência do colonialismo, mas que também em reverter a ordem social imperante. Finalizada a guerra necessária, sem a obtenção da real independência, Baliño regressou a Cuba, vinculando suas lutas às causas do proletariado e à defesa de uma sociedade sem classes, baseada na socialização dos meios de produção, em concomitância com o pensamento de Martí. A sua vida foi uma demonstração do entrelaçamento histórico entre marxistas e martianos. A grande mostra da carga humanista de Baliño foi a publicação de um texto, em 1925, motivado pelos suicídios de crianças trabalhadoras da indústria têxtil, no Estado de Massachussets. Nessa época, a tuberculose era frequente entre os impúberes, inclusive em menores de seis anos, que trabalhavam diariamente por mais de 14 horas. Baliño (1976, p. 169) apontou a existência de homens e de mulheres, que se assombravam ao escutar tais narrativas, porém se espantavam muito mais quando se dizia que essa tragédia é um efeito que não pode se suprimir, se não se suprime a causa fundamental e única, o abominável regime que consagra o direito à propriedade acima do direito à vida.

Somente nas duas primeiras décadas da república, a população da Ilha praticamente dobrou, atingindo a casa dos três milhões. A convulsão econômica provocada pela Primeira Guerra Mundial aumentou de forma abrupta os preços do açúcar no mercado mundial, convertendo Cuba num polo atraente ao mercado estrangeiro e de imigrantes em busca de trabalho. Um fluxo significativo de espanhóis criou as condições para a exploração obreira na indústria agrária exportadora.

O triunfo da Revolução Socialista de 1917 repercutiu em toda a América Latina. A partir dessa data, entre as consignas dos trabalhadores, surgiram novas vinculações das teorias revolucionárias às lutas no continente. O ambiente de renovação cultural vivenciado em Cuba, a partir de 1920, implicou a redescoberta das raízes autóctones dos embates contra a dominação estrangeira. Grandes movimentos proclamados pela juventude na América Latina do período pós-primeira guerra empreenderam um forte traço geracional, que favoreceu as lutas pela recuperação do ideário martiano. Nos anos seguintes, diversas correntes



revolucionárias resgataram do esquecimento a que haviam sido submetidos os ensinamentos de José Martí. Os professores cubanos forjaram nas novas gerações os ideais de soberania nacional e o rechaço à opressão, em concomitância com as péssimas condições de trabalho e do ensino público.

Durante a República, começou a produzir-se paulatinamente a recuperação da imagem de Martí, que cresceu através da transmissão oral vivenciada pelos herdeiros do frustrado projeto independentista. O ideário pedagógico de Martí manteve-se na palavra cotidiana dos professores que inscreveram na memória das crianças seus *Versos Sencillos*, *Zapaticos de Rosa* e *La Historia de la Niña de Guatemala*: “Junto aos versos, levantou-se a figura do herói, que deveria haver sobrevivido para construir a república sonhada. Com essa recordação viva, começou a alimentar-se, novamente, a utopia” (POGOLOTTI, 1995, p. 5).

A vitória da Revolução Russa e a crise de 1929 pareciam desacreditar as perspectivas do liberalismo e ampliar as expectativas de um ambiente cultural renovador. Cuba, nesta época, viveu o ápice da indústria açucareira, marcada pela avassaladora entrada do capital norte-americano, que a conduziu a um processo de modernização de infraestrutura das principais cidades e o acirramento entre distintos projetos de nação. Com o distanciamento dos costumes europeus, a classe privilegiada em Cuba se deixou levar por ideias e costumes norte-americanos, a medida em que os trabalhadores eram subjugados. Tudo era digno de ser imitado aos olhos das famílias dos latifundiários. A política da oligarquia *criolla*, a partir da crise globalizada do modelo neocolonial, passou a restringir a produção agrícola e industrial à esfera açucareira, mediante a cartelização.

A efusão modernizante da capital cubana não conseguiu conter a escalada de conflitos oriundos de setores populares e se produziu uma ruptura no estado de letargia dos movimentos de trabalhadores e de organizações estudantis. Julio Antonio Mella (1903 – 1929) fez parte de uma geração de cubanos nascidos durante a transição da colônia à república, que “tomou consciência de que a oligarquia, submetida ao imperialismo, havia traído a causa do mais honesto e radical *mambisado*, particularmente do legado democrático e revolucionário de Martí” (CANTÓN NAVARRO, 2008, p. 138).

A Federação Estudantil Universitária, por ele fundada em 1922, surgiu no calor das reformas universitárias desenvolvidas na América, que defendiam a autonomia na universidade, a participação estudantil e o reconhecimento do direito de organização dos alunos. A similitude entre as ideias de Martí e Mella com relação aos problemas de *Nuestra*



*América* apontava à imprescindível união dos povos ante a ameaça do imperialismo. Inspirado nas palavras de Martí (1975, t.19, p. 375), - “*al venir a la tierra, todo hombre tiene derecho a que se le eduque, y después, en pago, el deber de contribuir a la educación de los demás*”-, em 1923, no 1º Congresso Nacional Revolucionário de Estudantes, Mella tomou a iniciativa de organizar escolas para adultos, de caráter gratuito, e participou da construção da Universidade Popular José Martí, com o objetivo de levar às camadas excluídas da sociedade o que deveria ser a herança de todos os seres humanos: a cultura livre.

No ano de 1925, quando da fundação do antigo Partido Comunista de Cuba, Mella insistia que era necessário meditar acerca da adaptação criativa da essência do marxismo, dada pelo método dialético, às condições históricas específicas da Ilha e à busca de soluções num processo autóctone. Assim, foi principalmente através de Baliño e Mella que houve um esforço em valorizar a tradição nacional, a partir da integração do ideário democrático e patriótico de José Martí às ideias de Marx, Engels e Lênin. Em 1926, Mella foi expulso da Universidade em razão de suas atividades revolucionárias, ocasião em que fez uma greve de fome. Após este fato, se exila no México e funda a Associação de Novos Emigrantes Revolucionários Cubanos.

Depois da morte prematura de Mella, assassinado na capital mexicana, o pensamento marxista em Cuba passou a ter o seu expoente máximo em Rubén Martínez Villena (1899 - 1934), um dos mais destacados intelectuais comprometidos com o pensamento marxista hispano-americano. Transcorria o ano da grande crise econômica de 1929, que refletiu no estancamento da indústria açucareira, das fábricas de tabacos, do turismo e da exportação de frutas, a qual se somou à excessiva carga fiscal para enfrentar as dívidas com os banqueiros dos Estados Unidos.

Nas três primeiras décadas do século XX, observou-se uma acelerada penetração na economia cubana de grupos financeiros dos Estados Unidos. Para Cirules (1994, p. 16), a capital cubana ofereceu-se à máfia norte-americana como “o mais esplendoroso dos paraísos”, com o turismo e os jogos ilegais organizados. Esse tipo de negócio cresceu de tal maneira que Cuba era considerada um importante centro da delinquência internacional e a Meca da pornografia.

Na segunda década da República neocolonial, os movimentos populares de massa e as organizações políticas começaram a agitar-se de forma ativa e a decorrência foi a eclosão de uma nova revolução em Cuba nos anos 1930. Essa situação fez recrudescer as medidas



antipopulares e a força repressiva contra os setores progressistas na Ilha. Uma das reivindicações centrais da Revolução de 30 era a abolição da Emenda Platt<sup>15</sup>. Contudo, este movimento teve um significado transcendental na história de Cuba: o de vincular os nexos da libertação nacional ao projeto socialista e de unir o projeto martiano às ideias marxistas.

Este momento trouxe resultados frutíferos ao setor do magistério, não em termos de logros materiais, mas pela proximidade das lutas da Educação com a classe obreira. Villena, convencido de que as revoluções não são obra de um líder máximo específico, mas de um grupo de homens unidos, compreendeu que não bastava protestar contra a desonestidade para construir uma pátria verdadeiramente humanista, mas era necessário educar o povo para a emancipação. Contudo, a Educação converteu-se na república mediatizada em um instrumento de norte-americanização. Os Estados Unidos ensaiaram em Cuba uma nova forma de dominação colonial, de acordo com o interesse dos interventores. A capacidade das estruturas estadunidenses para reordenar a ordem moral e a base material da vida na Ilha se incrementou de tal forma, que a relação entre Cuba e o grande vizinho do Norte adquiriu uma nova lógica de dominação.

Por suposto, a Educação jogou um papel importante neste contexto. Nas décadas dos anos de 20 a 40 do século passado, constatou-se a existência de uma luta ideológica e política, entre duas tendências pedagógicas contrapostas: de um lado, a democrática e progressista, que representava os interesses do povo, e, do outro, a tendência pedagógica reacionária, das classes dominantes. O movimento estudantil cubano, formado por estudantes rebeldes, em geral independentes de partidos, alcançou o ápice do seu prestígio durante este período.

As escolas públicas permaneciam na desordem e no desprestígio durante a república mediatizada. Desacreditado entre os cubanos de todas as classes sociais, o sistema educativo estatal se expandiu sem a confiança do povo, visto como incapaz de preparar os jovens para os desafios do futuro. Nas mais afamadas escolas privadas se matriculavam tanto estudantes da comunidade norte-americana, como cubanos oriundos da classe média. O programa e as atividades extracurriculares, se baseavam no ambiente escolar norte-americano. Para os esportes se organizavam equipes masculinas e femininas de *baseball*, *volleyball* e

---

<sup>15</sup> A chamada Emenda Platt oficializou o direito a intervenções militares em Cuba e autorizava o governo dos Estados Unidos a arrendar as terras necessárias para bases navais na Ilha. A emenda foi provada em 2 de março de 1901, pelo Senado dos Estados Unidos, e convertida em apêndice da Constituição cubana de julho do mesmo ano. Posteriormente foi ratificada em forma de tratado no ano de 1903.



*basketball*. Durante mais de cinco décadas, milhares de estudantes cubanos se formaram nesse ambiente, desde o grau primário até o pré-universitário.

As aspirações da classe alta cubana estavam em Nova Iorque, o “lugar das lojas mais chiques do mundo”. O desterro era uma espécie de predestinação. A experiência era tão familiar que se incorporou como uma parte normal da condição cubana. A prática tomou a forma de migrações cíclicas: durante os bons tempos em que havia condições financeiras para viajar e nos maus tempos, quando tinham necessidade de procurar melhores condições de trabalho e estudo. O “Norte” era o lugar onde os cubanos se formavam e regressavam “feitos”. Na década de 1930, estima-se que 40% da população cubana viveu nos Estados Unidos, em algum momento de sua vida. A alta burguesia de Cuba pré-revolucionária, sob essa influência, batizava aos seus membros de Billy, Joe e Bob. Falavam inglês e eram especialistas em intrigas da sociedade norte-americana. O regresso era, com frequência, doloroso. Ao voltar a Cuba queriam que a *Calle Obispo* fosse a *Broadway* e o Centro Havana fosse um *downtown*.

A penetração da língua inglesa se converteu em motivo de debates. Um setor da sociedade se inquietava com a gritante invasão cultural, que, aos poucos, solapava as tradições e os valores da *cubanía*. Os cinemas se chamavam Majestic e Roxy. As lojas eram Miami Store e Fifth Avenue. A *bodega* era *grocery* e o salão de beleza conhecido como *beauty-parlor*. Os edifícios *rascacielos* tinham o nome de *penthouse*. Diante dessa caracterização, sempre sensíveis, os cubanos reagiram com indignação. Um povo, que havia se proposto a estar na vanguarda da civilização ilustrada, encontrava-se – desde março de 1952 até janeiro de 1959 – nas mãos da ditadura corrupta de Batista, mas as narrativas sobre a nacionalidade estavam tomando forma na indignação dos cubanos. “Creem que somos um país atrasado, que não merece atenção, que não estamos capacitados para a democracia e que não podem atuar de outra maneira diferente da que praticam contra nós” (PÉREZ JR, 2016a, p. 535).

Como havia ocorrido durante a frustrada revolução dos anos 1930, o ideário martiano voltaria a ser empregado, novamente, para fundamentar a necessidade de uma revolução nacional em Cuba. Dada a tradição de rebeldia, que desde a época da colônia caracterizou o oriente de Cuba, um grupo de insurgentes decidiu atacar os quartéis de Santiago, sob o comando de Fidel Castro. Em diversas ocasiões, os setores progressistas da Ilha já haviam manifestado o rechaço à inoperância da oposição legal ao regime de Batista, que se limitava a



denúncias no âmbito do congresso. Foi a partir deste contexto que Fidel e um pequeno destacamento, autodenominado *Generación del Centenario*, de diversas procedências sociais, adotou a estratégia insurrecional. Para esses jovens, era impossível tolerar passivamente que, 100 anos depois do natalício de Martí, reinasse na nação cubana o despotismo e que isso sucedesse sem resistência, como o próprio Apóstolo da independência demonstrara desde sua infância.

Nos últimos meses de 1958, diante das investidas do vitorioso exército rebelde, os arrivistas das forças de Batista trataram de buscar um lugar favorável aos seus interesses. Então, organizaram conspirações de última hora, contra o barco que estava para afundar. Com elas, alguns pretendiam dar, quando menos, um golpe de efeito. Alguns destes oportunistas manifestaram seu apoio irrestrito à causa revolucionária ao que prontamente Fidel sentenciou: “Foram purificados pelo Jordão da revolução” (FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, 2018, p. 85).

### **A Revolução Cubana: 60 anos de acertos e retrocessos**

*La revolución quiere alas; los gobiernos pies* (JOSÉ MARTÍ).

Desde o presídio na antiga *Isla de Pinos*, no início de 1954, onde cumpria uma pena de 15 anos pelo assalto ao Quartel Moncada, Fidel escreveu uma carta, narrando a sua experiência sobre as injustiças, que vislumbrava na vida cotidiana em Cuba de então, e de maneira particular sobre uma visita, realizada no início do ano de 1953, à escola rural, onde começou a estudar, quando ainda não havia completado 5 anos. Na missiva, ele apontava que: “Tudo o que se fizer relativo à técnica e à organização do ensino, nada vale a pena se não se alterar de maneira profunda o *status quo* econômico da nação, ou seja, da massa popular, que é onde está a única raiz da tragédia” (BLANCO CASTIÑEIRA, 2018, p. 21).

O triunfo da Revolução, em 1º janeiro de 1959, produziu-se num momento de esplendor da cultura cubana, em que as onipresentes formas norte-americanas de viver eram submetidas a um escrutínio constante. Fernandes (2007, p. 126), afirmou que a guerrilha do Movimento 26 de Julho representava muito mais que uma luta armada. Era a outra face da guerrilha. A sociedade cubana vivia um clímax revolucionário, dava ares de fragilidade, mas era imbatível, porque se tornara a parteira de uma guerra civil, que se adiara no tempo, mas não em sua potencialidade revolucionária.



Entretanto, como afirmou Martí (1975, t. 13, p. 269), “*pelear* é uma coisa e governar é outra”. As formas políticas ideológicas adotadas pelo nascente movimento obreiro não surgiram do nada, mas buscavam resgatar as tradições revolucionárias dos noventa anos de lutas pela independência. A revolução não escapou ao sentido político penetrante de Martí, de que o grave problema com o qual as nações americanas se confrontariam era a herança colonialista centenária, cuja anulação exigia uma árdua tarefa de reeducação, que despertaria nas massas novos valores retirados da realidade.

Para Fernandes (2007, p. 80), em uma sociedade neocolonial, não havia como levar a revolução para dentro do capitalismo. Cuba estava cindida entre duas forças sociais antagônicas. De outro lado, os peões miseráveis vítimas preferenciais dessa ordem, que os colocava em condições de vida regidas pelo consumo predatório da força de trabalho, juntamente com a miséria, a fome, as doenças, o analfabetismo e nenhuma perspectiva de superação de tais condições. Por outra parte, as chamadas “classes possuidoras nativas”, voltadas para o mundo exterior, partícipes do processo de “americanização de Cuba”, sob o signo da subserviência aos ditames dos centros de poder internos e externos.

Todas as correntes na maior das Antilhas buscavam a libertação nacional, ainda que os revolucionários ao descer de Sierra Maestra não explicitassem a sua clara opção ideológica, o que foi se definindo no desenrolar dos anos. Perante a impossibilidade de encontrar saídas para as contradições da ordem social neocolonial, tornou-se inadiável a construção de um rumo socialista para Cuba. Para aprofundar o processo revolucionário, fez-se urgente superar as relações mercantilizadas do passado e os interesses contrarrevolucionários burgueses.

Na alvorada de 26 de julho de 1953, o assalto ao Quartel Moncada em Santiago de Cuba havia inaugurado um novo período para a Educação na Ilha. O centenário natalício de Martí retratava um quadro de desmandos e desatenção em relação aos serviços educacionais. De acordo com o Ministério da Educação (CUBA, 1999, p. 9):

Apenas 56,4% das crianças frequentavam a escola primária e apenas 28% dos jovens continuavam no ensino médio. A Educação Especial, para impedidos físicos e mentais, era virtualmente inexistente. Para a formação de professores, havia seis escolas normais oficiais e três faculdades de Educação em Cuba. Em todo o país, havia mais de meio milhão de crianças sem escola e mais de um milhão de analfabetos.

Nas duas décadas, que antecederam o triunfo da revolução, ocorreu a consolidação de um vasto campo intelectual no seio das elites cubanas, marcante na cultura da América Latina. Contudo, a radicalização socialista cubana transformou os rumos desse dinamismo por



meio de um novo posicionamento crítico sobre os latino-americanos e seu lugar na História. Enquanto reduzia os campos ideológicos da multiplicidade de discursos, o movimento revolucionário destruía as hierarquias do antigo regime, com profundas reformas nas estruturas econômicas, e alargava o acesso aos bens da cultura: “*Las revoluciones son estériles, cuando no se firman con la pluma en las escuelas y con el arado en los campos*” (MARTÍ, 1975, t.7, p. 163)

A primeira etapa da Revolução acarretou mudanças que estabeleceram novos fundamentos educacionais, inspirados em Martí, com alicerces na autoctonia. O grande desafio foi a alfabetização, cujos passos iniciais ocorreram no período da luta insurrecional, a partir de 1956. Os movimentos alfabetizadores, trazendo dimensões de epopeia, constituíram uma fonte motivadora, que iriam transformar socialmente a nação: “A pátria, que estava nos textos, subitamente encarnou quando um raio de justiça colocou cada qual em seu exato lugar” (VITIER, 2011, p. 212).

A criação das bases de um novo modelo tentava transformar a saúde, a educação e a cultura em direitos de toda a população. As campanhas de alfabetização começaram na etapa da luta insurrecional, quando os guerrilheiros em *Sierra Maestra* deveriam ser difusores de cultura, além de combatentes, levando o conhecimento aos lugares mais intrincados. A busca do homem novo, pela reapropriação da natureza humana, tornou-se o centro de mobilização da sociedade, que pensava em converter-se numa grande escola. “Depois da revolução cubana deu-se máxima prioridade à educação e à saúde” (UNESCO, 2005, p. 57)

Em 14 de setembro de 1959, o antigo acampamento militar de Columbia, o principal reduto de Batista, foi transformado na Cidade Escolar *Libertad*. Com essa ação, os postulados do programa Moncada começavam a ser cumpridos. A população entendeu, desde o início, que os revolucionários não apenas falavam que a Educação seria priorizada, mas já estavam colocando em prática suas ideias. A meta mais ambiciosa foi a erradicação do analfabetismo em 1961, o “Ano da Educação”. A Campanha de Alfabetização teve seus antecedentes na época do colonialismo, como reflexo de um pensamento autóctone, quando o exército dos *mambises* vinculou a aprendizagem da escrita e da leitura à formação dos valores patrióticos. Em 1896, com a publicação *El cubano libre* editou-se “a primeira cartilha voltada ao desenvolvimento de uma consciência participativa na vida político-social”, segundo Canfux Gutiérrez (2006, p. 1).



A relação que estabeleceu Martí, em 1884, entre cultura, educação e emancipação – “ser culto é o único modo de ser livre” (MARTÍ, 2011, p. 52) –, serviu de base para a concepção de um sistema de Educação orientado por novos fundamentos. A campanha desencadeou-se com o chamamento de voluntários para a tarefa de alfabetizar. Participaram milhares de estudantes, operários, alfabetizadores populares e professores, o que possibilitou a criação de documentários, poesias, canções e análises dos interessados em compreender as razões que ensejaram a mobilização das massas de forma organizada. Esta experiência configurou-se como o primeiro vínculo da educação à vida política após a revolução, pois os alfabetizadores compreenderam as desigualdades sociais e conscientizaram-se da necessidade de superação dos graves problemas que afetavam o país.

Após 1961, com as reformas iniciadas, foram implementados novos elementos aos conceitos de formação emergente e de professor como militante político. A urgência na formação dos professores foi decorrência da ampliação dos serviços educacionais aos níveis superiores. Procurou-se organizar medidas práticas, na fase denominada de Ativismo Pedagógico, que transcorreu durante os anos de 1960, quando as ações na área educacional se fundaram na ideia “quem sabe mais, ensina quem sabe menos”. Muitas medidas de cunho imediatista vigentes nesse período demandaram reformulações nas décadas seguintes.

A formação de *maestros* e professores transitou por diferentes etapas a partir de 1964, quando foram fundados os Institutos Superiores Pedagógicos, com o objetivo de dar resposta à necessidade crescente de docentes para o nível médio. Milhões de operários, camponeses, donas-de-casa puderam ascender, no quinquênio 1976-81, ao sexto *grado*. Posteriormente, no transcurso da década de 80, ao nono *grado* de escolarização.

Com a solidificação das relações comerciais entre Cuba e a URSS, a principal opção no enfrentamento ao bloqueio imposto pelos Estados Unidos, incluíram-se nas diretrizes societárias cubanas os aportes das experiências socialistas, alicerçadas nas formulações do marxismo-leninismo. As raízes pedagógicas passaram a ser fortemente influenciados pelo ideário pedagógico de Martí, imbricado com contribuições teóricas de Marx e Engels sobre o trabalho e o coletivismo, acrescidas das formulações dos soviéticos Makarenko e Vigotski, em conformidade com desenvolvimento sócio-histórico do homem, manifesto pelas necessidades geradas em cada época, com a perspectiva histórica e cultural da realidade dos povos América Latina e Terceiro Mundo (CHACÓN ARTEAGA, 2017).



A Segunda Revolução Educacional em Cuba veio como resultado dos programas de massificação do acesso às escolas de todos os graus, quando se incrementaram os cursos de licenciatura nas diversas áreas. A explosão de matrícula, decorrência do processo universalização do ensino, implicou no aumento acelerado do sistema educativo. Em 1969, a União de Jovens Comunistas organizou a campanha “*Yo seré maestro*”. O governo teve que recorrer aos cursos intensivos, com incorporação imediata dos docentes à prática escolar. Os professores emergentes foram denominados de “*los makarenkos*”.

Os problemas típicos de uma rede em expansão revelaram-se no processo cubano, o que induziu a procura de novos fundamentos para a articulação do Sistema Nacional de Educação. As decisões, com tendência à centralização, conformaram uma estrutura encarregada de transmitir no sentido vertical – até as bases – as diretrizes elaboradas por níveis superiores. Com a autonomia limitada, as instâncias intermediárias tinham pouco espaço de ação. O efeito imediato dessa estrutura concentrou-se em deficiências no protagonismo dos professores, conduzindo ao enfraquecimento da criatividade e da iniciativa própria. A tomada das decisões no campo educacional, a partir do processo revolucionário, em especial nas décadas de 60 e 70 do século passado, demonstrou uma tendência à centralização política. Esta etapa de consolidação da Revolução Cubana ocorreu em um momento caracterizado por um crescente perigo à paz mundial e de aproximação da guerra nuclear.

Em meados de 1980, já eram visíveis os limites para engendrar os avanços, em um contexto mundial marcado pela centralização capitalista avançada. No ano de 1985, em que se efetuou na Ilha a reunião dos países não alinhados na defesa do não pagamento das dívidas externas, Fidel Castro encabeçou o processo da chamada “retificação dos erros e tendências negativas”, tendo em vista movimentar recursos para grandes mudanças econômicas e ideológicas, evitando assim consequências mais graves, que trariam a Perestroika para Cuba. Aprovadas as diretrizes econômicas e sociais para o período de cinco anos, de 1986 a 1990, como aspecto central das retificações de erros e tendências negativas, ainda que o processo tenha encontrado extensas dificuldades, esse realinhamento implicou avanços na mobilização popular, no enfrentamento de problemas e na reafirmação do socialismo.

Com uma apreciação mais densa desse período, é possível apontar que as barreiras ao desenvolvimento cubano nos anos de 1980 foram determinados pelo alongamento de um modelo fundamentado no desenvolvimento econômico de baixa eficiência. A integração de



Cuba ao Conselho Econômico de Ajuda Mútua (CAME), havia permitido ao país um comércio não aviltado, como nos moldes capitalistas, pois a integração funcionava segundo os princípios de equidade de seus membros, o que possibilitou o decorrer de um período tranquilo em termos de bens materiais. Nessa fase de integração, o país se beneficiou por preços especiais, créditos, ajuda técnica e acordos financeiros para os balanços comerciais. Entretanto, a falta de sustentabilidade desse modelo estava posta não exclusivamente pelo fluxo constante de recursos vindos do exterior, mas pelo desestímulo de o país buscar, a longo prazo, a diversificação da produção, fatores esses aliados ao bloqueio econômico ao qual o país estava submetido, desde os primeiros anos da revolução, à escassez de matérias-primas naturais e de fontes de energia. Os investimentos externos, oriundos de países parceiros, não haviam lançado avanços significativos no arcabouço produtivo e na balança de importações e exportações. Nesse contexto, os desafios apresentados à Revolução Cubana, no final da década de 1980, que coincidiu com a queda dos regimes do antigo campo socialista europeu, foram mais profundos do que o cenário apresentado nos discursos oficiais. A densidade dos problemas relacionava-se às heranças da época colonial e às décadas da república *mediatizada*, em que a estrutura monoprodutora agrária, aliadas às limitações naturais da Ilha, refletiam a necessidade de outros mecanismos de consolidação do socialismo, levando em conta as condições históricas do país.

### **O Período Especial e a Batalha de Ideias**

Quando em 1991 foram arriadas as bandeiras da URSS, pondo um ponto final à história do Campo Socialista, surgiu a “teoria” das circunstâncias. Segundo esta, a diligência soviética havia atuado como em um tabuleiro de dominó; tocou-se a primeira peça e, em cadeia, todas as demais foram caindo. Nessa lógica, Cuba também deveria cair. Em meio a um vozerio estrondoso alguém advertiu: “não se esqueçam que essa ficha, da qual vocês falam, está demasiado distante no geográfico e no histórico” (TORRES CUEVAS, 2005, p. 31)

A década final do século XX representou para Cuba um momento de tensão e rupturas em sua experiência de construção do socialismo, com o desmoronamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O país passou por uma etapa complexa como nação, denominada eufemisticamente de “Período Especial em Tempos de Paz”, ocasião em que, segundo Rodríguez Rivera (2005, p. 132), muitos disseram: “Cuba não cai porque não tem para onde cair”.



Uma trajetória de buscas urgentes, que se estenderam durante toda a década de 1990, permitiram, em parte, ao país suplantar os períodos de maior escassez material. Contudo, não foram suficientes para assegurar o retorno às condições de vida aos patamares existentes em meados da década de 1980.

A História de Cuba, como a de toda a América Latina, não é uma história de primeiro mundo: é a história de sua periferia. A grande crise foi motivada não só pelo desaparecimento da URSS e do Campo Socialista, mas pela crise do pensamento ocidental, em razão de seus desequilíbrios sociais e da perda de seus referenciais teóricos e históricos. O tema Cuba, numa direção ou em outra, esteve sempre presente nos debates, não excluída a avalanche dos famosos “fins”. Quando da queda do socialismo na Europa Oriental, Hart Dávalos (2005, p.1) narrou uma acusação recebida: “vocês são uns naufragos” e ele imediatamente respondeu: “os naufragos nadamos até a terra firme, somos quem melhor conhecemos os motivos do acontecido e os que mais temos para contar”.

Permeado por câmbios em todas as esferas da sociedade, não somente econômicos, esse contexto foi desencadeado pela queda do antigo campo socialista e pela extinção da URSS, países com os quais o país mantinha relações comerciais, que alcançavam um percentual significativo de aproximadamente 85%, tanto na importação como na exportação. Essa ruptura teve consequências marcantes ao despertar expectativas, nos âmbitos interno e externo ao país, pois abarcavam elementos capazes de corroer os valores socialistas na Ilha. “Desde Washington, a consigna foi encurralar Cuba. Os Estados Unidos voltaram a aplicar contra Cuba a arcaica política da fruta madura” (FAZIO, 2018, p. 129).

Na Ilha, no bojo do Período Especial, ressurgiram diversos fenômenos que há muito se avaliavam como superados, dentre os quais o surgimento de grupos em desvantagem social. Aliada a esses componentes, emergiu uma gama de comportamentos corruptivos, incorporados ao cotidiano das empresas estatais, assim como se expandiram os negócios ilegais. Todos esses aspectos tensionaram negativamente as condições de vida da população em relação aos patamares obtidos anteriormente. Em 1991, iniciou-se um intenso período de reformas que aceleraram o recebimento legal de divisas provenientes de familiares, que residiam no exterior, e a procura de novos mercados. O projeto concebido para a resistência e sobrevivência do povo, assim como para salvaguardar as conquistas do socialismo incluíam um programa agroalimentar, um plano de desenvolvimento do turismo, da biotecnologia e da indústria alimentícia. Contudo, ainda assim, os custos sociais do adensamento da crise



econômica logo vieram à tona. Os cortes da energia por longos períodos, o uso maciço da bicicleta como meio de locomoção, o incremento de grandes ônibus para o transporte urbano, a utilização da tração animal na agricultura, caracterizaram o chamado Período Especial.

A partir da segunda metade de 1994, realizaram-se diversas mudanças socioeconômicas com muita rapidez, tais como: a despenalização da posse ilegal de divisas, o advento de várias formas de propriedade e de produção agrícola, o desenvolvimento de empresas mistas, o incremento do turismo e o surgimento do trabalho por conta própria, fatores levados em conta na hora de formular o projeto educativo da escola pretendida na sociedade socialista. Até o final da década de 1980, a forma estatal era a principal configuração de propriedade sobre os meios de produção em Cuba, alcançando quase que a sua totalidade. Esse cenário começou a ser alterado com a reforma constitucional realizada em 1992, em que se reconheceram outras formas de propriedade. Como consequência, em 1998, Cuba já registrava 260 associações econômicas com o capital internacional (NOGUERA, 2004).

Com o agravamento das condições econômicas e a abertura do país ao investimento estrangeiro, muitos professores migraram para setores melhor remunerados, ligados ao turismo, como a confecção e venda de artesanato, o trabalho em pequenos restaurantes privados, o emprego na rede hoteleira, o aluguel de cômodos em suas próprias casas e inúmeras outras atividades, algumas submetidas à regulação estatal e outras “piratas”, como são conhecidos os motoristas de táxis clandestinos, os produtores de discos falsificados, de refrigerantes caseiros e demais “inventos”, no dizer dos cubanos, sempre criativos em suas idiossincrasias.

De acordo com Rodríguez Rivera (2005, p. 66), o governo revolucionário implementou medidas, “com a melhor das intenções, com o intuito de fazer justiça e de conseguir o máximo de igualdade”; entretanto, elas têm sido sistematicamente violadas pela população, uma vez que, no entendimento corrente, as necessidades são uma questão de sobrevivência. Movendo-se entre acatar as leis e violá-las, “o cubano concebeu um jogo de dupla moral, num par dialético equivocado e numa advertência aos legisladores que não conseguem senão desacreditar a legalidade das medidas concebidas para ser burladas, em razão de sua irrealidade” (ibid., p. 67).

Todos esses processos decorrentes da crise adentraram ao campo da Educação cubana de forma significativa. As dificuldades inerentes à conjuntura de limitações materiais constituem um fator de conflito na puberdade e na adolescência, implicando



redimensionamento do papel que os filhos ocupam no lar. “Esta etapa serve de balanço para todos: submetem-se ao juízo a convivência familiar, os empenhos educativos dos adultos e a influência das instituições socializadoras, inclusive a escola”, nas palavras de Castro Alegret (2002, p. 58).

Em 1996, como resultado das contradições surgidas no projeto educacional, a atividade científica em Cuba apresentava deficiências relacionadas à falta de gestão integrada. As instituições elaboravam planos independentes, ocasionando a dispersão do potencial científico no país. Em muitos casos, não se investigava o prioritário, predominando o enfoque unidisciplinar. De acordo com Castellanos Simons (2001), os aspectos negativos vigentes eram:

- A consciência igualitarista, originada ao longo do processo revolucionário, havia fomentado a ideia de bem-estar material, desconectada das possibilidades reais do país e da contribuição laboral de cada cidadão, o que resultou no debilitamento do trabalho como dever social concreto.
- A fragmentação das instituições socializadoras, em especial a escola e a família, que não atuavam de forma coordenada, fortalecendo as influências negativas de grupos coetâneos e os comportamentos indesejados, tais como as atitudes consumistas.
- A tecnocratização, ou seja, a Educação dirigida às informações de caráter prático, em detrimento da formação humanista, o que enfraqueceu a flexibilização para os ajustes à realidade em constantes mutações.
- O excesso de tutela na Educação, de forma a reduzir a participação ativa dos jovens nas tarefas sociais e a capacitação na área profissional.

Os estudos elaborados pelo Instituto Central de Ciências Pedagógicas reconheceram que os impactos das transformações sociais, suscitavam a reavaliação do papel da escola e a implementação de programas inseridos em uma revolução técnico-científica, assim como em ações para minimizar o impacto nocivo da globalização neoliberal. Cabe destacar a realização de um amplo processo de reestruturação de espaços culturais, laboratórios e bibliotecas.

A etapa de reanimação da economia ocorreu no final da década de 1990, quando Cuba conseguiu implementar seus planos de desenvolvimento, em especial o incremento do turismo, para a entrada de moedas fortes no país. Esse novo contexto permitiu ao Estado priorizar a cultura integral à toda a população. O Programa *Batalla de Ideas*, desencadeado



em 1999, é um conjunto de ações que se desenrolam para oferecer uma cultura geral e integral aos cubanos e incluem estratégias para: eliminar a desigualdade que possa ter sido gerada como consequência do período de crise em todas as esferas da sociedade; dar prioridade aos projetos voltadas aos setores mais vulneráveis da população; obter uma sociedade sem desempregados e sem presos, e garantir, a todos os cidadãos, não somente igualdade de oportunidades, mas também de possibilidades. A política de emprego foi uma área priorizada no âmbito das estratégias, que estiveram centradas na requalificação de trabalhadores, desocupados ou vinculados a unidades produtivas desativadas, e na concretização de um programa denominado “emprego para estudar”, que envolvia investimentos educacionais para a formação de futuros profissionais.

Inserida no *Batalla de Ideas*, a universalização da Educação Superior, como parte da Terceira Revolução Educacional, envolveu vários subsistemas, dentre eles a Formação e o Aperfeiçoamento do Pessoal Pedagógico, com base nas experiências de formação emergente. Em todos os bairros, diversos hospitais, escolas e fábricas foram convertidos em sedes universitárias, concebidas como microuniversidades. O conceito de universalização não foi concebido exclusivamente para formação de professores, uma vez que nas sedes coloca-se o universitário de todas as carreiras em contato com a realidade de sua profissionalização.

No ano 2001, iniciou-se a construção do método *Yo sí puedo*, que combinaria números e letras para ensinar leitura e escrita a adultos, por meio do uso de recursos audiovisuais. O programa foi concebido com um caráter internacionalista, especialmente latino-americano, preparado para ser adaptado aos diferentes contextos sociais e linguísticas. Seu objetivo fundamental é a inserção ativa dos participantes nas tarefas sociais, econômicas e políticas da comunidade do país em que vivem. Até agora, com resultados positivos, as campanhas do método foram realizadas em Haiti, Venezuela, Bolívia, Brasil, México, Argentina, Equador, Peru, Honduras, Nicarágua, República Dominicana, Granada, Nova Zelândia, Moçambique, Guiné-Bissau, Colômbia, El Salvador, Uruguai e Guatemala, entre outros.

### **As Novas Diretrizes: avanços e rupturas**

*Hay injusticia en pedir a la aurora todo el vigor y la claridad do día.*

(JOSÉ MARTÍ)



A década final do século XX representou para Cuba um momento de tensão e de rupturas na experiência de construção do socialismo, como consequência da entrada em cena do mundo praticamente unipolar. Nessas condições, expandiu-se uma economia informal e o trabalho por conta própria em razão tanto das limitações do controle administrativo, como de ineficiência na distribuição e de carências recorrentes. Por outro lado, a depressão dos salários reais, inicialmente compreendidas como um símbolo da partilha equitativa dos custos da crise e o subsequente ajustamento, era um problema concreto a ser enfrentado. O valor do emprego público estatal foi quebrado, passando a ser visto como sinônimo de estreiteza e incapacidade de subir na pirâmide social. Diante dessa situação, as famílias projetaram e colocaram em prática um conjunto de estratégias para garantir a própria viabilidade econômica.

Em 2005, novas limitações da economia cubana eram evidentes no déficit financeiro do balanço de pagamentos, nas transferências bancárias ao exterior e na grande quantidade de vencimentos de dívida. No ano de 2007, foi realizado um chamamento popular, que mobilizou mais de cinco milhões de pessoas, dando lugar a 1.300.000 encaminhamentos de onde foram extraídas as novas diretrizes resumidas nos *Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y de la Revolución* e aprovadas no 6º e no 7º Congressos do Partido Comunista de Cuba<sup>16</sup>, para os períodos de 2011 a 2015 e de 2016 a 2030, respectivamente.

Além das transformações estritamente econômicas, mesmo antes do 6º Congresso, outras permissões de impacto na vida diária já haviam sido implementadas: a aquisição de telefones celulares, a hospedagem de cidadãos cubanos em hotéis internacionais com pagamentos em divisas, o acesso limitado à Internet e a compra e venda de imóveis.

No denominado *Proceso de Actualización del Modelo Económico*, centrado nas esferas econômicas e organizacionais da sociedade cubana, o desenrolar do trabalho por conta própria, - o denominado *cuentapropismo* -, vem apresentando momentos de potencialização e etapas de estigmatização. Depois da realização do 7º Congresso, nos espaços intelectuais, políticos e da vida cotidiana em Cuba, gerou-se uma grande polêmica em torno de seu papel no presente e no futuro do país, uma vez que não se trata apenas de uma questão econômica, mas também de transformações nos planos ideológico e cultural.

---

<sup>16</sup> Os 6º e 7º Congressos do Partido Comunista de Cuba, foram realizados na cidade de Havana em abril de 2011 e abril de 2016, respectivamente.



Entre as alternativas para dar emprego às pessoas disponíveis, pela reestruturação de empresas, e aos indivíduos que não se motivavam a trabalhar para o estado cubano, destaca-se a ampliação de diversas práticas não subordinadas diretamente à administração estatal, sendo que as atividades mais representativas deste setor *cuentapropista* são: a elaboração e comercialização de alimentos, o transporte de cargas e passageiros, a locação de casas, quartos e espaços, bem como a contratação de mão de obra associada principalmente a essas atividades. Com medidas reconhecidamente válidas por todas as organizações de massa e necessárias ao desenvolvimento sustentável, a adoção do trabalho por conta própria, introduziu em Cuba mais de duzentos ofícios exercidos de forma individual ou em cooperativas, tais como, pedreiro, eletricitista, pintor, manicure, barbeiro, costureira, marceneiro, borracheiro, relojoeiro, cabelereiro, tapeceiro e sapateiro, entre outros.

As alterações nos ingressos monetários ocorridas nos últimos anos não foram apenas provenientes da ampliação do setor não estatal. A liberação para a posse e o uso de divisas impulsionou as remessas de dinheiro dos parentes no exterior aos familiares em Cuba. Essa fonte de obtenção de melhores rendimentos, que não está relacionada ao trabalho, tampouco ao aumento da produção interna, acabou apresentando um peso significativo na diferenciação do nível de vida alcançado pelas famílias, em meio a um novo recrudescimento do bloqueio econômico, comercial e financeiro ininterrupto, que durante mais de meio século é imposto pelos Estados Unidos a Cuba.

Quando se tenta aprofundar e compreender os processos que envolvem as transformações em Cuba, o quadro que se apresenta é extremamente complexo, adota múltiplas formas e transcorre em espaços, tempos e situações variadas. A busca de respostas positivas ao enfrentamento dos problemas, que se configuraram após a crise global do novo milênio, está calcada na experiência acumulada na esfera educativa, nos centros de pesquisa, incluindo as universidades. Em 2009, no bojo das transformações, o Ministério da Educação empreendeu um plano com o objetivo de continuar elevando a qualidade da Educação e assim garantir que as futuras gerações estejam preparadas para enfrentar os desafios gerados pelo próprio desenvolvimento. Com esse intuito, foram priorizados o trabalho político-ideológico e a Educação em valores, em todo o Sistema de Ensino, sustentados em maior conhecimento da História cubana e universal. O novo modelo incluía 21 carreiras docentes nas Universidades de Ciências Pedagógicas em toda a Ilha.



No texto da atual constituição aprovada em referendo<sup>17</sup>, no Título III, estão descritos os Fundamentos da Política Educacional, Científico e Cultural. Seu artigo 32 assinala: “O Estado orienta, incentiva e promove a educação, as ciências e a cultura em todas as suas manifestações” (CUBA, 2019). Para alcançar seus objetivos, segundo a nova carta magna cubana, o Estado deve combinar a educação geral e científica especializada, técnica ou artística, com o trabalho, com o desenvolvimento de pesquisas, com a educação física e os esportes, com a participação em atividades políticas.

No período em que a denominada geração histórica<sup>18</sup> está deixando os cargos diretivos, com a economia em moderadíssimo crescimento, as novas diretrizes buscam a distribuição equitativa dos frutos de parcos avanços e a inclusão dos grupos em desvantagem social, que sofreram com a grande crise do denominado Período Especial. Dentro deste cenário, o Sistema Nacional de Educação realiza o III Aperfeiçoamento, após a revolução, que se iniciou experimentalmente em 2014 e deve ser consolidado até 2030. O 6º Congresso do Partido Comunista de Cuba, realizado em abril de 2011, aprovou as Diretrizes da Política Econômica e Social do Partido e da Revolução, nos quais se buscava, de acordo com o proposto, dar continuidade à melhoria da Educação e atualizar os programas de formação continuada e pesquisa nas universidades em função do desenvolvimento econômico e social do país e das novas tecnologias. O conteúdo destas diretrizes exigiu que o ensino superior realizasse uma revisão dos programas dos cursos e modificações na concepção do currículo por programas das disciplinas de todos os níveis, visando ao desenvolvimento de profissionais cubanos em correspondência aos novos cenários e às condições complexas vislumbradas para as próximas décadas. Na concepção dos novos planos, a formação dos educadores é considerada uma tarefa estratégica para o desenvolvimento da sociedade socialista.

A inserção de Cuba no contexto socioeconômico altamente competitivo implica a busca de espaços, que permitam obter os conhecimentos e recursos necessários para atender a demanda de aperfeiçoamento do setor produtivo, a renovação tecnológica, assim como

---

<sup>17</sup> A Assembleia Nacional de Cuba aprovou dia 22 de dezembro de 2018 o projeto da nova Constituição do país, que foi submetido a referendo popular em 24 de fevereiro de 2019. O texto constitucional reconhece a propriedade privada e mantém o Estado como o principal pilar da economia cubana. A proposta, antes de ser submetida à votação na Assembleia Nacional, foi levada a consulta popular entre agosto e novembro de 2018. No texto é destacado o caráter socialista de revolução.

<sup>18</sup> Em fevereiro de 2018, Raúl Castro deixou a presidência para seu sucessor, o professor Miguel Dias-Canel.



atender a gestão dos recursos humanos, em especial a adequada educação técnica e profissional do trabalhador.

### Algumas Considerações

De um lugar onde se escuta o canto das sereias, que nos convoca a sermos o que não somos, nós, os cubanos, persistimos em nossa identidade, que nos faz incólumes a todas as influências. Quanto mais se acerca de uma influência devastadora, mais regidamente o cubano resiste em deixar-se dominar por ela. Assim opera a *ingravidéz*<sup>19</sup>, essa volubilidade de um país regido pelas brisas, sempre hábil para escapar de todos que tentam transformá-lo, por ter uma alma inalcançável, que nem ele mesmo conhece em sua plenitude (RODRIGUEZ RIVERA, 2005, p. 59).

Das revoluções ocorridas em Cuba, a historiografia cubana permite mais do que uma mera relação de assuntos bélicos. A análise dos conflitos, por diversos ângulos, demonstra que suas consequências se estendem até os nossos dias. Os mais de cento e cinquenta anos marcados por fatos e homens, com sua carga de ensinamentos, fizeram com que a nação cubana tomasse consciência de que as contradições internas desencadearam a ingerência de forças expansionistas de potências estrangeiras. Em meio à complexidade desse processo, é necessário reconhecer os anseios próprios dos cubanos, propensos a entrelaçar a trajetória pessoal com a trama histórica do país, a qual oscila, de uma forma periódica, entre o passado de lutas, o presente marcado por dificuldades e os interrogantes do futuro.

A história aponta que a Educação em Cuba vem traçando pautas para consolidar um corpo de resistência, em que os coletivos das escolas, contornando a perspectiva de soluções pessoais, são orientados a um trabalho na defesa dos princípios do socialismo. Contudo, a esta altura do processo revolucionário, resta saber se o caldo de práticas acumuladas ao longo de sessenta anos na formação de professores, será capaz de trabalhar os problemas atuais de forma abrangente e com a urgência requerida pela complexidade do processo histórico cubano.

A campanha de alfabetização, na década de 60, significou, mais que uma estratégia educacional, uma experiência profunda para transformar o triunfo do movimento 26 de julho em vitória política, consolidadora do projeto societário, no qual a elevação cultural caminhou

---

<sup>19</sup> A teoria da “fruta madura” fazia alusão à inevitabilidade de que Cuba cairia nas mãos dos Estados Unidos, quando se desprendesse da Espanha. Entretanto, segundo Rodriguez Rivera (2005, p. 59), a fruta amadureceu e segue contrariando a lei da gravidade.



junto às lutas contra a dominação estrangeira. Analisando, em dimensão abrangente, pode-se dizer que o objetivo maior foi conseguido: tirar a população da inércia habitual e mobilizá-la coletivamente, transformando antigos traços culturais de acomodamento em relação à ação paternalista das autoridades. Contudo, uma análise apurada das últimas décadas vem corroborando no sentido de demonstrar que apenas com lições não se forja uma nova postura, uma nova ética, diante da necessidade de os jovens participarem do esforço coletivo. O fato de os meios de produção serem supostamente acatados como patrimônios do povo não se traduz em um anseio coletivista, se homens e mulheres, jovens e adultos, trabalhadores e estudantes não se sentirem, diante de tais meios, como produtores e administradores. A passividade imposta aos jovens nos processos de socialização e a influência de padrões externos, sobretudo dos chamados “comunitários”<sup>20</sup>, conformaram um modelo social embasado no consumo e com tendências à mentalidade de consumidor acima da consciência de produtor, problemas que dificultam a consolidação da escola na esfera dos valores, especialmente na faixa etária mais vulnerável, que é a adolescência. Não obstante, apesar dos recentes câmbios econômicos e da ampliação do trabalho por conta própria, a maioria da juventude cubana se encontra vinculada ao setor estatal. Isso está, provavelmente, relacionado ao fato de que o Estado cubano continua priorizando a inclusão de jovens em seus órgãos e entidades. A decisão de orientar as estruturas a uma economia mista parece indicar que, apesar das persistentes deficiências sociais, existe uma mobilização consolidada para enfrentar os enormes desafios presentes em 2019.

Em meio às tentativas de evitar que a corrupção comprometa o sistema produtivo em expansão, as reformas educativas em Cuba tendem a caminhar em conjunto com os planos atuais, que não são exclusivamente econômicos, mas envolvem as esferas políticas e de valores. A intencionalidade declarada nas práticas e nos discursos é conseguir um alto nível de ideologização do ensino, negando a exterioridade comum à maioria dos sistemas educativos em outros países, caracterizados pela suposta ausência de cunho ideológico, sob uma pretendida dimensão técnica, que tende a ser apreendida como neutra no senso comum. Todavia, considerando os sinais de deterioração dos princípios identificados com a ética da Revolução, verificam-se múltiplos impasses. Pintada de luzes e de sombras, como é natural, a adoção do trabalho por conta própria vem comprovando ser um recurso válido e

---

<sup>20</sup> Em Cuba, é usual a expressão “comunitários” para designar os cubanos da comunidade de residentes no Estado da *Florida*.



irreversível, por constituir um campo emergente na economia em Cuba. A dúvida posta em jogo é se o desequilíbrio de salários entre os setores estatal e não estatal, irá comprometer ou provocar uma evasão de quadros necessários ao bom desempenho dos organismos do Estado.

Sobre as dificuldades, no que tange ao processo de acumulação e ampliação da capacidade de produção de riquezas, cabe rememorar que Cuba enfrentou hostilidades extremadas nos primeiros anos da revolução, quando, além da fuga dos quadros profissionais qualificados, o país precisou alterar o sistema produtivo em razão das dificuldades em adquirir peças de reposição, com o padrão tecnológico herdado. Depois, com o fim dos regimes no leste europeu, o país novamente enfrentou grandes adversidades. Entre as novas e as velhas contradições, Cuba segue propondo uma revolução contra as oligarquias e contra os dogmatismos. É certo que em todos os campos, inclusive da Educação, o movimento revolucionário enfrentou problemas que nem sempre conseguiu resolver, em razão do bloqueio de sessenta anos e aos incontáveis assédios, por parte das corporações imperialistas e do complexo mediático hegemônico no mundo.

Transcorrida uma década, desde início das novas diretrizes, o país mantém os mecanismos de distorção quanto aos ingressos monetários no setor estatal e continuam as fragilidades quanto às garantias dos trabalhadores do setor não estatal. Apesar dos avanços e dos embates, é possível afirmar que o *Proceso de Actualización del Modelo Económico* é o mais profundo desde o triunfo da Revolução Cubana. Passados doze anos, no período de 2007 a 2019, desde que em Cuba se apontou a necessidade de introduzir mudanças estruturais, as avaliações parecem indicar que o equilíbrio macroeconômico básico apresenta avanços, mas sem resolver definitivamente as limitações de ordem material na Ilha. O incremento do turismo internacional, os investimentos estrangeiros em Cuba e o acesso ampliado à Internet representam fatores de alta incidência na crescente integração da Ilha ao mundo.

Para quem pensa a Revolução Cubana, sem prejudicialidade, os indícios apontam que seus dirigentes trataram, por todas as formas, de encontrar soluções originais aos problemas enfrentados, em todas as fases e em todos os momentos. Uma das consequências esperadas no processo de atualização do modelo econômico e social de Cuba é a manutenção do principal patrimônio do país – a sua força laboral qualificada –, alavancando as respostas esperadas.



As transformações em curso são de magnitude significativa e vários elementos sugerem que essa tendência pode se acelerar nos próximos anos. No quadro atual, é possível afirmar que as novas fontes de trabalho, fora do setor estatal, não correspondem ao nível do grande investimento na Educação empreendido em sessenta anos. Em consequência, Cuba busca a atualização, sob um modelo ajustado às necessidades e ao aproveitamento de seus quadros, cujas linhas gerais foram defendidas no 7º Congresso do Partido. A grande expectativa, ao que tudo indica, irrealizável a curto e médio prazos, seria a eliminação das sanções impostas pelos Estados Unidos. A tarefa mais árdua começa agora e um elemento de grande calibre pesa sobre o futuro próximo: desde o ano de 2016 a economia cubana entrou em outro ciclo recessivo, mais uma vez originado pelas dificuldades do maior aliado comercial de Cuba, neste caso a Venezuela. O cenário internacional tornou-se menos favorável, especialmente em relação aos parceiros das últimas décadas na América Latina.

Para concluir estas análises, pondera-se que a escola tem colaborado acentuadamente para estabelecer em Cuba um quadro diferente do nível de desagregação social, que marca as grandes cidades da América Latina e do Caribe, onde a violência entrópica demonstra um fosso enorme de separação daquilo que seriam as sociedades razoavelmente justas. No entendimento desta pesquisa, a distância entre os pertencentes aos grupos em “desvantagem social” e os que conhecem a “filiação”, se é possível assim chamá-los dentro do formato societário cubano, não inclui a precariedade brutal que mantém as massas em estado de alerta contra assaltos à mão armada, sequestros e outras formas de criminalidade frequentes nos países alinhados ao capitalismo da era globalizada. Esta análise não exclui o registro da precariedade de moradias, especialmente nas zonas de grande concentração urbana de Havana, as deficiências no abastecimento de água e energia elétrica, as dificuldades no serviço de transporte e no recolhimento de lixo urbano. É possível salientar ainda que as limitações engendradas na crise surgida com o Período Especial não acarretaram o abandono de prédios escolares, o fechamento de hospitais, o fenômeno dos “meninos de rua” e de populações excluídas pelo sistema de saúde. Por mais que as instituições cubanas tenham sido afetadas em sua estrutura, a escola ainda representa um papel fundamental, como alicerce do processo revolucionário cubano e como igualadora social, por suposto, de forma distinta dos valores e das aspirações que vigoram nos países centrais de acumulação capitalista.



A história de Cuba, desde a chegada com colonizadores até hoje, é tudo, menos estática. A *cubanía*, erguida ao longo de quinhentos anos, consolida as bases de um país único, com suas conquistas, debilidades, fortalezas e identidade. O caráter dos cubanos tem reforçado o significado das raízes autóctones, trazendo à luz a reação contra uma pretensa universalidade que vem de fora, de um mundo dominado ora por Portugal-Espanha, ora pela América do Norte ou, mais recentemente, pelos ditames da globalização, que reiteram um desejo de autenticidade, com apoiado na tradição vinculada a Varela, Martí e Mella.

Em meio aos caminhos que têm sido construídos, existem dilemas e tensões difíceis de resolver, inscritos na problemática geral da realidade cubana, sobretudo no conflito entre a lógica da emancipação e da regulação. Tudo indica, porém, que os avanços devem ser equacionados como parte das políticas contra-hegemônicas, em oposição ao contexto que instaurou a volta de um capitalismo racionalizado e excludente em grande parte do mundo. A conclusão desse exercício reflexivo assinala a vigência do ideário martiano, toda vez que as políticas internacionais contemporâneas tendem a realizar o que era incipiente no século XIX: desprezar o significado do autêntico e do genuíno, para dar asas ao colonialismo e ao neocolonialismo disfarçados de universalidade.

## Referencias

ACOSTA, Leonardo. *José Martí: el indio de nuestra América*. La Habana: Centro de Estudios Martianos, 2015.

BALIÑO, Carlos. *El suicidio de los niños*. In *Instituto de historia del movimiento comunista y de la revolucion socialista de Cuba* (org.). Carlos Baliño: documentos y artículos. La Habana: Departamento de Orientación Revolucionaria del Comité Central del Partido Comunista de Cuba, 1976.

BARNET, Miguel. *Biografía de un cimarrón*. Buenos Aires: Centro editor de América Latina, 1977.

BLANCO CASTIÑEIRA, Katuska. *Fidel, el monte en la piel*. In: SAXE-FERNÁNDEZ John. *Yo soy Fidel: pensamiento y legado de una inmensidad histórica*. Buenos Aires: Clacso, p. 21-46, 2018.

BUENAVILLA RECIO, Rolando et al. *Historia de la pedagogía en Cuba*. La Habana: Pueblo y Educación, 1995.

CALDAS, Camilo Onoda Luiz. *Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Ideias & Letras, 2018.



CANFUX GUTIÉRREZ, Jaime et al. *La alfabetización: historia y autenticidad en Cuba*. La Habana: Pueblo y Educación, 2006.

CANTÓN NAVARRO, José. *Una revolución martiana y marxista*. La Habana: Centro de Estudios Martianos, 2008.

CASTELLANOS SIMONS, Doris et al. *Aprender en la escuela: una concepción desarrolladora*. La Habana: Instituto Superior Pedagógico “Enrique Jose Varona”, 2001.

CASTRO ALEGRET, Pedro Luis. *Cómo la familia cumple su función educativa*. La Habana: Pueblo y Educación, 2002.

CHACÓN ARTEAGA, Nancy. *Educación Ética y en Valores para una cultura de Convivencia y Paz desde una perspectiva cubana*. México: Editorial Redipe, 2017.

CHÁVEZ RODRÍGUEZ, Justo. *Las Ideas de José Martí sobre educación*. In: TURNER, Lidia et al. *Martí y la educación*. La Habana: Pueblo y Educación, 1996.

CIRULES, Enrique. *O Império de Havana*. São Paulo: Página Aberta, 1995.

CUBA (República de). *La Educación en Cuba*. In: PEDAGOGÍA 99: Encuentro por la unidad de los educadores. La Habana, 1999.

\_\_\_\_\_. *Constituição de 2019*. Disponível em:

<http://www.granma.cu/file/pdf/gaceta/Nueva%20Constituci%C3%B3n%202019%20KB-1.pdf>  
(Acesso em agosto de 2019). Cuba, 2019.

CUPULL, Adys e GONZÁLEZ Froilán. *Julio Antonio Mella: Biografía*. Ciudad de La Habana, Cuba: Casa Editora Abril, 2010.

FAZIO, Carlos. *Fidel y la pedagogía de una revolución*. In: SAXE-FERNÁNDEZ John. *Yo soy Fidel: pensamiento y legado de una inmensidad histórica*. Buenos Aires: Clacso, p. 103-138, 2018.

FERNANDES, Florestan. *Da Guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, José Ramón. *Un hombre afortunado*. La Habana: Casa Editorial Verde Olivo, 2018.

FERNÁNDEZ RETAMAR, Roberto. *Martí en su (tercer) mundo*. In: Introducción a José Martí. La Habana: Editorial Letras Cubanas, p. 13-79. 2001.

GONZÁLEZ SOCA, Ana Maria; REINOSO CÁPIRO, Carmen. *Nociones de sociología, psicología y pedagogía*. La Habana: Pueblo y Educación, 2002.

HARNECKER, Marta. *Fidel: La Estrategia Política de la Victoria*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2001.



HART DÁVALOS, Armando. *Marx, Engels y la condición humana: una visión desde Cuba*. La Habana: Ciencias Sociales, 2005.

MARTÍ, José. *Obras completas*. La Habana: Ciencias Sociales, 1975.

\_\_\_\_\_. *Obras Completas, Edición Crítica*. La Habana: Centro de Estudios Martianos, 2011.

MARTÍNEZ HEREDIA, Fernando. *Nación y sociedad en Cuba*. In: *En el horno de los noventa*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, p. 185-197. 2005.

NOGUERA, Albet. *Estructura social y igualdad en la Cuba actual: La reforma de los noventa y los cambios en la estructura de clases cubana*. *Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, [S.I.], n. 76, p. 45-59, 2004.

OBAYA MARTÍNEZ, Alicia. *La Edad de Oro: definición y práctica de las principales concepciones pedagógicas martianas*. In: TURNER, Lidia et al. *Martí y la educación*. La Habana: Pueblo y Educación, p. 42-48. 1996.

PÉREZ JR, Louis A. *Ser cubano: identidad, nacionalidad y cultura*. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2016a.

\_\_\_\_\_. *Cuba en el imaginario de los Estados Unidos*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales. 2016b.

POGOLOTTI, Graziella. *Palabras iniciales*. *Revista da Universidad de La Habana*, n.245, p .5-6, ene./-dic.1995.

RODRÍGUEZ RIVERA, Guillermo. *Por el camino del mar: los cubanos*. La Habana: Boloña, 2005.

SOSA RODRÍGUEZ, Enrique e PENABAD FÉLIX, Alejandrina. *Historia de la educación en Cuba*. La Habana: Pueblo y Educación, 1997.

TORRES CUEVAS, Eduardo. Prólogo. In: HART DÁVALOS, Armando. *Marx, Engels y la condición humana*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, p.125-186, 2005.

UNESCO. *Educación para todos, el imperativo de la calidad: informe de seguimiento da la EPT en el mundo*. París: Organización de las Naciones Unidas, 2005.

VARONA DOMÍNGUEZ, Freddy. *Humanismo, ideario de José Martí y pensamiento marxista cubano*. La Habana: Editorial Félix Varela, 2013.

VITIER, Cintio. *Ese Sol del mundo moral*. La Habana: Centro de Estudios Martianos, 2011.



## Estado, identidade e educação: cento e cinquenta anos de resistências e lutas em Cuba

### Resumo

O presente artigo está dirigido ao estudo das transformações, que abarcam o projeto societário e tendem a caminhar em conjunto com os contextos históricos em Cuba. Apresentam-se aspectos do tensionamento entre a insurgência e a invasão estrangeira, desde a dominação espanhola, passando pela república mediatizada, até a presente conjuntura de mudanças, período em que a chamada geração histórica está deixando os cargos diretivos. A discussão tem os seus alicerces fincados na visão retrospectiva dos dilemas e das tensões presentes na construção da *cubanía*, que vem delineando pautas à população em todas as épocas. As análises são traçadas em sentido contrário à visão eurocentrista, que recorta os esforços de compreensão relacionados às revoluções cubanas, incluindo as inconclusas e as vitoriosas dos séculos XIX e XX, abrangendo um período de 150 anos, em que as raízes da cubanidade foram materializadas. As principais evidências deste exercício reflexivo, apontam que a história da Ilha produziu uma cultura de características autóctones com reflexos no sistema educativo e que as instituições escolares, afetadas por dificuldades de várias ordens, ainda assim, se apresentam como a pedra angular do processo revolucionário cubano, que tem na Educação a grande igualadora social do país.

**Palavras-chave:** identidade cubana; educação cubana; revolução cubana; *cubanía*; legado martiano; história de Cuba.

## Estado, Identidad y Educación: ciento cincuenta años de resistencias y luchasn Cuba

### Resumen

Este artículo está dirigido al estudio de a las transformaciones que abarcan el proyecto societario y tienden a manifestarse en conjunto con los contextos históricos en Cuba. Se presentan aspectos de la tensión entre la insurgencia y la invasión extranjera, desde la dominación española, a través de la república mediatizada, hasta la actual coyuntura de cambios, período en el que la llamada generación histórica se aleja de las posiciones de liderazgo. La discusión tiene sus bases establecidas en la visión retrospectiva de los dilemas y tensiones presentes en la construcción de la *cubanía*, que ha estado delineando pautas para la población en todas las épocas. Los análisis se esbozan en la dirección opuesta a la visión eurocentrista, que recorta los esfuerzos de comprensión relacionados a las revoluciones cubanas, incluidas las no concluyentes y las victoriosas de los siglos XIX y XX, que abarcan un período de 150 años, en el que se materializaron las raíces de la cubanidad. Las principales evidencias de este ejercicio reflexivo señalan que la historia de la Isla produjo una cultura de características autóctonas con reflejos en el sistema educativo y que las instituciones escolares, afectadas por dificultades de varios órdenes, se presentan como la piedra angular. del proceso revolucionario cubano, que tiene en la educación el gran igualador social del país.

**Palabras clave:** identidad cubana; educación cubana; revolución cubana; *cubanía*; legado martiano; historia de Cuba.

## State, Identity and Educacion: one hundred and fifty years of resistance and struggle in Cuba

### Abstract

This article refers to the study of the transformations that encompass the society project and tend to follow the historical context in Cuba. Aspects of the tension between the insurgency and the foreign invasion are observed from the Spanish domination, through the mediatized republic, to the present conjuncture of changes, period in which the so-called historical generation is leaving the leadership positions. The discussion has its foundations in the retrospective view of the dilemmas and tensions associated to the construction of *cubanía*, which has always been the guidelines for the population in all periods. The analyzes are defined in the opposite direction to the eurocentrist vision, that disregards the aspects related to the Cuban revolutions, including the inconclusive and the victorious ones of the XIX and XX centuries, covering a period of 150 years, in which the roots of the *cubanidad* were materialized. The main evidences of this reflexive exercise demonstrates that the history of the Island produced a base culture of autochthonous characteristics with reflexes in the educational system and that the schools, despite of being affected by difficulties of several orders, represent the cornerstone of the Cuban revolutionary process, which makes Education as the great social equalizer in the country.

**Keywords:** Cuban identity; Cuban education; Cuban revolution; *cubanía*; Martí legacy; history of Cuba.



DOI: 10.21057/10.21057/repamv13n3.2019.27337

## Folclore, Religiões Afro-Cubanas e Racismo em Santiago de Cuba<sup>1</sup>

Recebido: 29-09-2019

Aprovado: 26-12-2019

Bianca Ferreira Oliveira<sup>2</sup>

Neste artigo pretendo desenvolver uma reflexão sobre os cruzamentos entre políticas culturais formais e práticas afro-religiosas em Santiago de Cuba, argumentando que o processo de folclorização das religiões afro-cubanas levado a cabo pelo Estado, além de ser fundamental à compreensão destas práticas religiosas diárias, atualmente, permite compreender algumas lacunas na política de combate às desigualdades raciais implementadas pelo projeto revolucionário cubano.

O tema do racismo em Cuba, assim como em qualquer lugar, está longe de ser uma questão simples, mas em função da especificidade de seu regime político e econômico no contexto das Américas deve ser tratado com cuidado. É primordial reconhecer que a Revolução de 1959 alcançou transformações significativas no combate às desigualdades sociais, sobretudo no que toca acesso à educação e saúde, que sem dúvidas possibilitou melhores condições de vidas das pessoas negras (Souza, 2015). Porém, tais transformações não significaram a eliminação de preconceitos raciais historicamente arraigados na sociedade cubana e seus limites vêm sendo apontados por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento (De la Fuente, 2012; Giralt, 2017; Ramírez, 2014; Schimidt, 2008; Souza, 2015; Torres, 2015).

---

<sup>1</sup> A pesquisa que originou este artigo só foi possível graças ao apoio financeiro com verba para pesquisa de campo do INCT Instituto Brasil Plural e a bolsa de estudo concedida pela CAPES.

<sup>2</sup> Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, brasileira, [biancaf.oliveira@yahoo.com.br](mailto:biancaf.oliveira@yahoo.com.br)



Uma parcela importante dos trabalhos que discutem racismo em Cuba demonstra como o processo de negação de sua existência e o silenciamento da discussão por parte do

Estado é parte da manutenção de privilégios raciais que são anteriores à Revolução (Concha-Holmes, 2013; Giralt, 2017; Schmidt, 2008; Torres, 2015;). Isto se conecta com uma postura política do Estado e do Partido que entende que os preconceitos raciais são frutos do projeto burguês e capitalista de exploração de mão de obra que teriam seu fim a partir da transformação radical do controle dos meios de produção. Contudo, passados 60 anos da Revolução não se observou a eliminação do racismo na Ilha, diferente disto, com a crise econômica deflagrada pela queda do bloco socialista ao final da Guerra Fria nota-se uma intensificação das diferenças sociais que possuem um recorte racial escancarado (Torres, 2015).

Pretendo explorar neste artigo uma faceta que acredito ser fundamental à manutenção de preconceitos raciais em Cuba, a folclorização das religiões afro-cubanas. Há uma literatura antropológica que aborda este tema (Bodenheimer, 2013; Concha-Holmes, 2013; Viddal, 2013), mas ainda me parece necessário explorar mais seus efeitos e como os agentes envolvidos se inserem neste contexto. O texto tem como base de análise o material produzido a partir de uma pesquisa etnográfica, sobre religiões afro-cubanas, realizada pela autora para sua tese de doutorado (Oliveira, 2019), com pesquisa de campo realizada na cidade de Santiago de Cuba em 2016. Com um caráter etnográfico busco iluminar as situações vividas em campo, sem ocultar meus estranhamentos, assim como trazer as falas dos interlocutores buscando coloca-las em diálogo com a literatura especializada. Isto é, todo material empírico trabalhado aqui é originário de anotações em diários e do material audiovisual produzindo durante a pesquisa de campo.

Para alcançar os objetivos aqui propostos num primeiro momento apresento a Casa e o Festival do Caribe, passando por um pequeno histórico dos títulos das diferentes edições do Festival a fim de iluminar alguns aspectos. Depois disto trago a descrição da edição do ano de 2016, da qual participei, detendo-me numa descrição mais detalhada do *taller religiones populares* (o mesmo que em GT em eventos brasileiros) – parte acadêmica que compõe o evento. Procuro apontar algumas dinâmicas que emergem do processo de folclorização das religiões afro-cubanas, como a relação do turismo com práticas religiosas e finalmente chegar ao carnaval, mais precisamente a *invasión de Los Hoyos*, demonstrando como preconceitos raciais são reafirmados atualmente em Cuba.



## Festival del Caribe: fiesta del fuego

O Festival do Caribe é um grande evento anual, organizado pela Casa del Caribe, que mobiliza a cidade inteira e ocorre entre os dias 3 e 9 de julho, semana que antecede o carnaval. Há eventos culturais acontecendo por todos os lados, exposições artísticas, apresentações de danças, oficinas, shows nacionais e internacionais, desfiles, mostras de cinema – enfim, um evento que ocupa toda a parte central da cidade.

A Casa do Caribe é uma instituição acadêmica, composta por uma equipe de investigadores responsáveis por realizar pesquisas relacionadas ao Caribe, com dois periódicos científicos e uma editora responsável por uma importante parcela das publicações cubanas. Também é uma instituição cultural-folclórica que abriga uma série de artistas, responsável pela organização de eventos, exposições e festas onde os artistas expõem seus trabalhos. Ainda funciona como uma espécie de associação religiosa, sendo uma instituição que propicia a organização social de religiosos<sup>3</sup>.

O primeiro Festival del Caribe aconteceu em 1981, com o título *Festival de las Artes Escenicas de Origen Caribeño En saludo al XX Aniversario del ataque a Playa Girón y dedicado al conjunto folklórico de Oriente*<sup>4</sup>. No segundo ano, em 1982, o festival passou a se chamar *Festival de la Cultura de Origen Caribeño En saludo al XXI Aniversario de la Victoria de Playa Girón y por el Día del Miliciano*. Em 1983 a homenagem foi mais uma vez ao ataque da *Playa Girón* e aos 30 anos do assalto ao quartel Moncada, em Santiago de Cuba, ocorrido em 1953<sup>5</sup>. Em 1984, um ano após a morte de Maurice Bishop, o festival o homenageou e a seu país de origem, Granada<sup>6</sup>. Em 1985 o festival se intitulou *Festival de la Cultura de Origen Caribeño Dedicado al pueblo de Haití*.

---

3 Noto que se trata de uma “espécie” de associação religiosa, visto que já existe em Cuba uma associação religiosa a Asociación Cultural Yoruba de Cuba (ACYC) e a legislação cubana não permite mais de uma associação com o mesmo objetivo.

4 O ataque a Playa Girón, episódio também conhecido como Invasão da Baía dos Porcos, foi um ataque paramilitar mau sucedido envolvendo cubanos anti-castristas, ocorrido na Playa Girón na província de Matanzas, financiado pelo governo dos Estados Unidos. Para mais informações sobre o episódio, ver Débora P. Leal Farias, 2008.

5 O Assalto ao Quartel Moncada foi o assalto a um quartel militar, situado em Santiago de Cuba, liderado por Fidel Castro, com o objetivo de buscar um arsenal para a revolução. Após o triunfo da Revolução, o Quartel Moncada, assim como vários outros quartéis militares, foi transformado no colégio 26 de Julho, data do assalto, e atualmente além de escola é ponto turístico e cartão postal da cidade. Em 2016, no dia 26 de julho ocorreu uma encenação comemorativa do episódio. De acordo com o que me contaram, ocorre todos os anos.

6 Maurice Bishop foi líder do movimento chamado New Jewel, que em 1979 derrubou o governo de Eric Gairy e estabeleceu em Granada um regime revolucionário aliado com a União Soviética e Cuba. Ele foi primeiro ministro de 1979 até 1983, quando sofreu um golpe de seu vice que resultou na sua execução.



Note-se que aqui há uma mudança, pois foi a primeira vez que o festival não teve, pelo menos em seu título, um caráter explicitamente político revolucionário. Também chama a atenção o fato de que o Haiti tenha sido justamente o país escolhido para ser homenageado na primeira edição em que o festival teve um viés voltado à cultura popular de um país caribenho. Acredito não ser coincidência tal escolha. Santiago de Cuba é considerada a cidade mais caribenha do país, isto tem relação com a significativa influência haitiana na região em função de sua localização.

Cuba é dividida de forma extraoficial em três regiões, ocidente, centro e oriente, sendo Santiago de Cuba a segunda maior cidade do país e a principal capital oriental. Santiago de Cuba, primeira capital da colônia espanhola entre 1522 e 1529, está localizada aos pés da Sierra Maestra. Situada a 759 km da atual capital do país, Havana, e a 402 km em linha reta de Porto Príncipe, capital do Haiti<sup>7</sup>.

A região oriental recebe ondas de imigrantes de outros países do Caribe, principalmente vindos do Haiti, desde o século XIX, quando ocorreu a Revolução Haitiana, mas também, sobretudo nas três primeiras décadas do século XX, vindos em busca de melhores condições de vida na República de Cuba, na época pós-independência. Os imigrantes tornaram-se mão de obra barata na produção açucareira (Donghi, 2005; Hodelín e Figueroa, 2015; Viddal, 2013). A influência cultural haitiana na região oriental de Cuba é ampla, contribuindo com particularidades relevantes, inclusive no aspecto religioso, com as práticas chamadas por vodu (Viddal, 2013).

Em 1986 o caráter político revolucionário retorna ao título do festival e os homenageados foram o assalto ao quartel Moncada e a data de comemoração dos 100 anos da abolição da escravidão em Cuba. A partir de 1987 é possível notar uma mudança mais permanente, por assim dizer, no título do festival, que deixa de lado as homenagens com viés militar e passa a homenagear países e suas culturas.

### **Abertura do Festival**

O evento tem sua abertura oficial numa grande festa, no principal teatro da cidade. A abertura estava marcada para 15h. Saí de casa às 14h30. O sol em julho é escaldante.

---

7 Fonte: <http://dateandtime.info/pt/index.php>



Caminhei por aproximadamente 20 minutos ao longo de uma avenida bastante arborizada e movimentada, com motos, caminhões, carros e suas respectivas nuvens de fumaça. As árvores permitiam uma caminhada sem a utilização de sombrinha, ainda que não impedissem a sensação de esvaimento em suor.

Quando cheguei ao teatro, um intenso movimento. Turistas para todos os lados, emissora de televisão, pessoas arrumadas, mulheres de salto alto, maquiadas, cabelos arrumados e eu percebendo que não havia compreendido bem a formalidade do evento.

Na plateia cheia, delegações com as bandeiras de vários países, situados nas muitas ilhas caribenhas. As luzes se apagaram e o espetáculo começou. Um pequeno filme com trechos de falas do intelectual Joel James Figarola<sup>8</sup>, um dos criadores do evento, onde, num determinado momento o intelectual fala que em qualquer parte do mundo em que exista população negra, há caribe<sup>9</sup>.

Após o vídeo com a fala de Figarola, começou outro com imagens de mar e cachoeiras, e apareceram duas mulheres no palco dançando a música que tocava no vídeo. Uma vestia um vestido azul e a outra um vestido amarelo. Claramente representavam os orixás Iemanjá e Oxum. As bailarinas dançaram, no palco, o que em Cuba é a dança desses orixás. Até aí tudo dentro da minha expectativa, quando, de repente, desce do teto, bem no centro do palco um bailarino pendurado numa cruz, vestindo um pano branco enrolado na cintura. As duas mulheres seguiram dançando até que o “Cristo” chegasse ao solo, momento em que os dois orixás femininos se ajoelharam aos seus pés. Neste momento fui tomada por uma sensação de confusão.

Para aumentar minha surpresa, os bailarinos se retiraram e entraram no palco um homem todo vestido de branco seguido por outras pessoas, igualmente vestidas de branco, incluindo o diretor da Casa do Caribe. O homem que ia a frente estava com um turbulo, defumando o palco e as pessoas que o seguiam seguravam, cada uma, uma vela acesa. O homem rezou ave-maria, pai-nosso e credo ao modo *espiritista* cubano, em homenagem a

---

8 Aníbal Joel James Figarola foi um importante intelectual cubano, fundador e diretor da Casa del Caribe, diretor da revista Del Caribe, além de autor de muitos livros que incluem clássicos das pesquisas sobre as religiões afro-cubanas no oriente do país, reconhecido por seus esforços de afirmar positivamente o aspecto caribenho da região e reconhecer a indispensável contribuição dos imigrantes haitianos e seus descendentes ao desenvolvimento e especificidade cultural da região oriental de Cuba. Para um pouco mais sobre Figarola ver: [https://www.ecured.cu/Joel\\_James\\_Figarola](https://www.ecured.cu/Joel_James_Figarola)

Acesso em: 1 de outubro de 2018.

9 Há uma discussão encampada pela Casa do Caribe justamente a respeito do que significa “o Caribe”. A instituição não é a única a investir nesta discussão, para mais sobre o assunto ver Norman Girvan, 2012.



alma de Joel James Figarola e alguns outros intelectuais mortos, passando em seguida a palavra ao diretor da Casa do Caribe.

O diretor da instituição pronunciou uma fala de abertura. Algumas outras pessoas e um representante do governo do Equador também falaram. Depois seguiram as apresentações de danças que encenavam aspectos míticos e/ou práticas rituais afro-religiosas. Por último foi anunciado o homenageado do ano seguinte, 2017, e logo sua delegação entrou em festa e tomou conta do palco. No caso, Bonaire, ilha caribenha que fazia parte das Antilhas Neerlandesas e que desde 2010 tornou-se Município Especial dos Países Baixos<sup>10</sup>.

### **Curso Taller Internacional de Religiones Populares**

O *Curso Taller Internacional de Religiones Populares* compõe a programação acadêmica do Festival. A “ceremonia inaugural del Curso Taller Internacional de Religiones Populares: ‘Alimentación a los eggun de la ciudad’”<sup>11</sup> aconteceu na “Casa templo Changó Gumí”, no dia anterior a abertura oficial do evento. Ainda antes da gala de abertura, no domingo, dia 3 de julho, às 14h ocorreu uma “Fiesta para Ochún en la casa templo de la iyalocha María Isabel Berbes”.

As atividades de teor acadêmico iniciaram no dia 4 de julho, segunda-feira. Havia uma seção por dia. A primeira estava intitulada como “Día de Espiritismo”. As palavras de abertura do espaço acadêmico foram precedidas por uma apresentação musical feita pelo grupo *Voces del Milagro*. Nesta seção foram apresentados trabalhos sobre povos originários do México, práticas pentecostais e budismo em Cuba, diabos dançantes e Corpus Christie na Venezuela, e sobre espiritismo e religiões afro-cubanas.

O segundo dia, ou a segunda seção do curso, no dia 5 de julho, foi dedicado à *regla de palo*. Ali foram apresentados trabalhos sobre histórias de mortos conhecidos e cultuados popularmente no Brasil, Porto Rico e em Cuba, rituais mortuários jamaicanos, samba de roda no recôncavo baiano, no Brasil, e ritos ocultos nas festas da Virgem da Candelária, no México. Durante o intervalo um grupo de *espiritistas de cordón* realizou uma pequena seção

---

10 Fazia parte, ainda, da programação do dia 3 de julho, às 18h, uma “misa espiritual em favor de Joel James, Jesús Cos Cause, Rogelio Meneses y María Nelsa Trincado; a cargo de espiritistas de la ciudad y de otras provincias”. Não pude participar dos eventos que aconteceram antes de segunda-feira de manhã, com exceção da abertura oficial. Apesar de ter me esforçado para saber a programação, não a consegui e uma versão incompleta foi distribuída somente na segunda-feira.

11 Os títulos dos eventos estão citados de acordo com o caderno de programação.



de espiritismo, dançando e cantando em roda. Nesta mesma data, à noite, fazendo parte da programação do *curso taller*, uma “Ceremonia de Palo Monte: ritual de alimentación a las *ngangas* a cargo de *tatas* (sacerdotes *paleros*) santiagueros”.

O terceiro dia foi dedicado ao vodu. Neste dia foram apresentados trabalhos sobre história de vida de religiosos, tradições caribenhas nos Estados Unidos, sobre Elegua e o orixá Exu, no Brasil. O ponto alto deste dia ficou a cargo do “Panel interactivo sobre el Ifá em Cuba”. Neste painel interativo estariam presentes dois sacerdotes de Ifá, *babalawos*, da vertente *criolla* e dois sacerdotes de Ifá da vertente tradicional nigeriana<sup>12</sup>. Compareceram três *babalawos*, dois da vertente tradicional nigeriana e um da vertente *criolla*. Esta parte da programação ocorreu no final das apresentações dos outros trabalhos. A dinâmica do painel era a seguinte, um moderador, Abelardo Larduet, formulava perguntas aos *babalawos* e estes respondiam. Noto que as perguntas não eram as mesmas, para cada *babalawo* o moderador elaborava uma pergunta específica.

No dia 7 de julho a seção foi dedicada à santería-ifá. Nesta seção foram apresentados diferentes trabalhos sobre santería e ifá, discussões sobre sexualidade, gênero, questões teológicas, de legitimidade e tradicionalidade e sobre o ifá e as religiões afro-brasileiras na Argentina. Ainda neste dia, durante a noite ocorreu um “*Festival de ifá para Eggun a cargo de babalawos de Cienfuegos y de Santiago de Cuba*”.

A última seção do curso *taller* aconteceu no dia 8 de julho, sexta-feira, na praia. Esta seção foi dedicada ao tema da utilização de plantas com fins medicinais. Durante o período da tarde, na praia, aconteceu a “*Fiesta de alimentación ritual a Yemanjá (diosa de los mares) frente al mar, en donde tocaran los tambores añá de José Luís (Pipo) Guzmán Pérez (Santiago de Cuba), quienes tendrán como invitado al grupo Obbákosó de Palmira, Cienfuegos, y religiosos de Santiago de Cuba y de otras provincias del país, en favor de la paz y la unidad del mundo*”. A *alimentación* consistia no sacrifício de dois cabritos.

## Encerramento

---

12 Atualmente em Cuba existem duas vertentes religiosas de matriz lucumí, o mesmo que ioruba, são os religiosos criollos e os religiosos nigerianos. Ambas vertentes dizem respeito à prática da santeria e ifá, possuem diferentes perspectivas sobre concepções e práticas religiosas. Os pontos mais polêmicos dizem respeito a legitimidade para realizar determinados rituais, sendo o principal deles o fato de que religiosos nigerianos iniciam mulheres na condição de sacerdotisas de Ifá e isto corresponde a um tabu entre os religiosos criollos.



O encerramento do Festival ficou por conta dos sacerdotes de vodu, *ogã*. Após o *Desfile del Fuego*, no qual pessoas das diferentes delegações que participaram do Festival percorrem um trajeto da praça central da cidade até a região portuária, acompanhadas de carros de sons e percussionistas de diferentes países, é chegado o momento de encerrar o Festival. No ponto de chegada do desfile, um grupo folclórico haitiano estava esperando, ao lado de um diabo de uns três metros de altura, feito de palha e saco de estopa, com uma cabeça de papel machê.

Antes que de fato a cerimônia de encerramento fosse iniciada, um grupo de homens equatorianos carregando alguns tambores se aproximou e negociou uma breve participação no evento. Por alguns minutos se instaurou um clima de negociações. Os tambores equatorianos de *San Juan* começaram a soar. Os tambores foram tocados por alguns minutos e ao final retomou-se a cerimônia de encerramento. O encerramento foi oficializado por um sacerdote de vodu reconhecido pela Casa do Caribe. O grupo folclórico dançou e cantou em volta do diabo, enquanto as pessoas se aglomeravam ao redor para tentar enxergar alguma coisa. Num determinado momento, o sacerdote de vodu, *ogã*, escalou o diabo, o encharcou com algum líquido inflamável e prendeu fogo com o auxílio de uma tocha.

Quando o fogo começou, as pessoas que estavam ao redor gritavam, assobiavam, se sacudiam batendo os pés no chão, as mãos gesticulavam mandando os males embora. Na medida em que o diabo foi queimando, ele se virava para um lado e para o outro, as pessoas riam e desejavam que ele não se virasse de frente para elas, tudo num clima festivo. Enquanto isso uma bateria de fogos de artifício estourava do telhado de um prédio próximo. As pessoas ficaram ali até que o diabo tombasse completamente no chão, em brasas. Era o fim do Festival do Caribe. No dia seguinte, ocorreria a *invasión de Los Hoyos*, marcando o início do carnaval em Santiago.

Os pontos que quero chamar a atenção com essa breve descrição são: 1- o histórico dos títulos do Festival, que iniciam com homenagens de cunho militar e revolucionárias e no final da década de 1980 passam a focar em culturas populares de diferentes países; 2- o evento de abertura que é bastante formal, o que não exclui a possibilidade de um breve ritual espiritista (que inclui orações como Pai Nosso, Ave Maria e Credo) e 3- os rituais religiosos que compõem a programação do *taller de religiones populares*. Observa-se assim uma mudança de foco que vai do militar e revolucionário para o cultural.



## Folclore, Identidade Nacional e Turismo Religioso

O projeto de uma identidade nacional não foi uma invenção da Revolução. Pelo contrário, a valorização da *cubanidad* é bem anterior. Fernando Ortiz é um dos pioneiros e principais expoentes da afirmação de uma identidade nacional, de uma cultura que ele definiu como transcultural.

O conceito de transculturação busca se opor à ideia de aculturação, onde algo se perde e é substituído por outra coisa. O antropólogo foi o primeiro a levar para o palco, para acompanhar suas conferências, apresentações de *santería* com sua respectiva orquestra de tambores. Mas, de acordo com a antropóloga Grete Viddal (2013, p. 105), foi somente após o triunfo da Revolução que apresentações folclóricas foram profissionalizadas e passaram a ser remuneradas. Assim como em outros lugares da América, inclusive no Brasil, o folclore foi um dos meios pelos quais o governo de Fidel Castro buscou reconhecer e valorizar a importância da contribuição das expressões afro-cubanas<sup>13</sup>.

Após a vitória dos revolucionários surgiu a necessidade de que a população cubana se reconhecesse enquanto unidade e levasse a cabo, junto com o governo, o projeto de nação então idealizado. Era preciso que emergisse uma massa capaz de levar adiante a Revolução, assim como aponta a fala de Ernesto Che Guevara ([1964], p. 222) sobre os primeiros anos da revolução. “Aparecía en la historia de la Revolución Cubana, ahora con caracteres nítidos, un personaje que se repetirá sistemáticamente: la masa”. Segue explicando que “Este ente multifacético no es, como se pretende, la suma de elementos de la misma categoría (reducidos a la misma categoría, además, por el sistema impuesto), que actúa como un manso rebaño” ([1964], p. 222-223). Tal definição sugere um reconhecimento de uma massa heterogênea, composta por individualidades diferentes. Porém, na medida em que o texto avança, Che Guevara relaciona o capitalismo com o individualismo e faz a crítica.

En este período de construcción del socialismo podemos ver el hombre nuevo que va naciendo. [...] Descartando aquellos cuya falta de educación los hace tender al camino solitario, a la autosatisfacción de sus ambiciones, los hay que aun de este nuevo panorama de marcha conjunta, tienen tendencia a caminar aislados de la masa que acompaña. (Guevara, [1964] p. 226)

---

<sup>13</sup> Para mais sobre este processo, no caso brasileiro da transformação do samba em símbolo nacional e o papel desempenhado por uma elite intelectual ver Vianna, 1995.



Assim, com a perspectiva de um autorreconhecimento não individualista, emergiria o processo de tomada de consciência da importância da massa – e de seu poder através de uma educação voltada à consciência coletiva – e os marcadores de diferenças sociais se apagariam. Ou seja, juntamente com esta massa revolucionária surge o/a cidadã/o cubana/o, que é transcultural, uma mescla de colonizadores espanhóis e africanos escravizados<sup>14</sup>. As contribuições africanas passariam a ser reconhecidas, como sugeriu Fidel Castro em um discurso em que definiu Cuba como um país latino-africano<sup>15</sup>.

Em 1962 foi fundado o Conjunto Folclórico Nacional. De acordo com Viddal (2013, p. 105), o Conjunto Folclórico Nacional se tornou símbolo nacional e na sua esteira foram criados outros conjuntos regionais por todo o país, e outros foram revitalizados, como é o caso do *Folklórico del Oriente*. Pessoas que outrora eram marginalizadas, como as que imigraram do Haiti e seus descendentes, com os investimentos em grupos folclóricos viram seus conhecimentos, suas práticas religiosas e seus modos de vida valorizados (Viddal, 2013). Aquilo que até então era considerado como prática religiosa primitiva ganhou um lugar de destaque nos palcos. “The socialist state sought to showcase the unity of its multi-racial society through vigorous promotion and funding for sports, the arts, and *grupos folklóricos* – typically staged manifestations of Afro-Cuban cultural activities” (Viddal, 2013, p. 106).

As práticas religiosas afro-cubanas ocuparam um lugar central nesse processo, e músicos e bailarinas/os foram recrutados de comunidades afro-cubanas<sup>16</sup> para trabalharem nestes conjuntos folclóricos.

Race and class inequalities were being overcome; arts were no longer the domain of the bourgeoisie. In Cuba, even peasants, tobacco factory workers, or bricklayers would be participants in civic life. And the role of the island’s African-descended population in the formation of national identity publicly performed in the arena of ‘folklore’. (Viddal, 2013, p. 106).

---

14 Em Cuba as pessoas com quem conversei estavam completamente convencidas de que a população indígena fora totalmente dizimada durante a colonização. Todas afirmavam isto e algumas negavam inclusive a possibilidade de contribuições culturais de qualquer tipo, contraditório à ideia de transculturação de Ortiz (1940) que é tão popular em Cuba. A maior parte das referências bibliográficas que tive acesso considera que as populações indígenas foram exterminadas no país, dentre elas, o próprio Fernando Ortiz (Ibidem). Porém, acho pertinente comentar que uma amiga me falou que havia conhecido em Havana um homem que se declara descendente de indígenas, o que gerou desconfiança nela.

15 Discurso proferido em 15 de março de 1976, disponível em:  
<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1976/esp/f150376e.html>  
Acesso em: 5 de dezembro 2018.

16 Na categoria comunidades afro-cubanas está incluso as sociedades de ajuda mútua, os *cabildos*.



O governo Revolucionário implementou políticas que objetivavam a eliminação das desigualdades sociais baseadas no princípio da igualdade entre os cidadãos. Na prática, as políticas públicas assumiram uma homogeneidade entre a população, com políticas distributivas extensivas e universais, conforme discute a socióloga Mayra Espina Prieto (2006). Porém, tal premissa da igualdade, acabou gerando, segundo a autora, um resultado inverso.

[...] neste modelo, no sentido de que o igualitarismo homogenista distributivo, embora possa ser eficaz para massificar e universalizar a satisfação de um conjunto amplo de necessidades, não tem sensibilidade para a diversidade e produz o efeito de homogeneizar artificialmente os seres humanos e grupos sociais, igualando suas necessidades e formas de satisfazê-las, o que, contrariamente aos seus propósitos, este esquema distributivo gera insatisfação ou satisfação parcial, e se transforma, também, paradoxalmente, em um fator de reprodução de desigualdades, por seu perfil indefinido para responder de forma particularizada às necessidades de setores em condições de partida desvantajosas, que não lhes permite alcançar em situação verdadeiramente de igualdade a apropriação dos benefícios distribuídos de forma homogênea. (Espina Prieto, 2006, p. 194).

Apesar do investimento nas políticas culturais e da visibilidade conquistada pelas comunidades afro-cubanas, nas primeiras décadas do regime revolucionário não houve espaços efetivos de discussões sobre o racismo, como demonstram pesquisas mais recentes sobre o tema (Bodenheimer, 2013; Giralt, 2017; Gonzáles, 2018; Schmidt, 2008; Torres, 2015). Os investimentos nos conjuntos folclóricos não significaram necessariamente a eliminação do racismo ou dos preconceitos religiosos.

Ao tratar das preocupações por parte do governo Revolucionário em combater o racismo e suas limitações Maikel Pons Giralt (2017) demonstra que é possível perceber uma preocupação com o tema que é anterior a Revolução de 1959. O autor volta sua atenção à formação universitária e aponta que há limitações que podem ser compreendidas como resquícios de uma cultura ocidentalizada. Giralt (2017) marca que no início do período revolucionário abriram-se espaços de reivindicação e de avanços no que toca o combate a preconceitos raciais, porém foram limitadas por uma perspectiva ocidental a respeito do sistema educacional. “No obstante persisten influencias del occidentalismo y las visiones eurocéntricas del saber que convierten a valores culturales como el folklore en algo exótico, pintoresco y de menor importancia.”(2017, p. 212).

Roberto Zurbano Torres (2015, p. 24) fala sobre um processo de sovietação da cultura cubana impulsionado pela aproximação de Cuba com a União Soviética gerada, sobretudo pela formação de muitos acadêmicos neste país.



Durante aquellos años [até o início da década de 1990], muchos estudiantes y académicos cubanos viajaron a la Unión Soviética a recibir clases y títulos científicos; era frecuente encontrar los licenciados y doctores que regresaban esgrimiendo ideas extemporáneas y forzando aplicaciones de aquellos dogmas marxistas leninistas a nuestra realidad e historia caribeña. Decenas de ejemplos describen cómo se impusieron tales dogmas, se institucionalizó la soviétización cultural y la ceguera ideológica rechazaba dialogar sobre varias problemáticas sociales tan importantes como las raciales, que se tornaron conflictivas – siendo acusadas de contrarrevolucionarias – para el colonialismo interno socialista que, como también todo colonialismo resultó racista, arrogante y excluyente. (Torres, 2015, p. 24).

Nos primeiros anos da Revolução, o regime cubano, na medida em que se aproximou das diretrizes política e ideológica da potência comunista União Soviética, entrou em marcada crise com a igreja católica. Com a adoção do ateísmo-científico, a prática religiosa passou a ser vista com maus olhos e isto não foi exclusividade da igreja católica. Fábio Régio Bento (2017), ao analisar as relações entre religião e o socialismo soviético, demonstra o processo pelo qual a União Soviética adotou o ateísmo como posição confessional, vinculando o ateísmo com o marxismo. Bento (2017) argumenta que Cuba se alinhou com tal perspectiva mais em função de uma situação econômica do que em concordância com tal posição. O fato de que após a queda da União Soviética, em 1991, durante o III Congresso do Partido Comunista, os membros do partido passaram a gozar de liberdade religiosa, aponta para uma coerência do argumento de Bento (2017).

A constituição cubana, proclamada em 1976, previa a liberdade religiosa aos cidadãos desde que observados os valores revolucionários, a ordem e a moral (Argyriadis, e Capone, 2004). No entanto, rituais de *santería* ou de qualquer outra prática afro-cubana só poderiam ocorrer mediante autorização policial prévia, o que era praticamente impossível de conseguir, de acordo com as pessoas que conheci em Cuba. “En la década de 70 la santería era más bien vista como un insulto chocante frente a los avances sociales de la Revolución” (ARGYRIADIS, 2005<sup>a</sup>, p. 89).

Observa-se, portanto, que por um lado as comunidades afro-cubanas, incluindo suas práticas religiosas, eram exaltadas na cultura popular, símbolo de uma identidade cubana, por outro os rituais religiosos eram impedidos e/ou tinham sua realização dificultada. Enquanto no plano discursivo havia uma valorização daquilo que representava o afro-cubano, no plano prático sua existência era inibida.

Rebecca Bodenheimer (2013), etnomusicóloga que dedicou sua tese de doutorado a estudar a *Conga de los Hoyos*, ao discutir sobre as políticas raciais, o turismo cultural e a rumba afro-cubana, argumenta que se por um lado a valorização de práticas artístico-culturais



das populações negras da ilha, através do folclore, sinalizou uma intenção de acabar com preconceitos e diferenças raciais, por outro operou como meio para controlar estas práticas. O processo de institucionalização e valorização da herança cultural de origem africana não se reflete plenamente no cotidiano das pessoas. A autora descreve como um show de rumba num clube, direcionado para um público de turistas estrangeiros, pode ser uma interessante fonte de renda para músicos e dançarinos, mas que as rumbas, que ocorrem de maneira informal, organizadas pelas comunidades, se deparam com problemas com a polícia (Bodenheimer, 2013, p. 192).

Bodenheimer (2013) demonstra que por um lado a institucionalização de manifestações culturais afro-cubanas significa a escolha destas práticas tomadas como símbolos de uma identidade nacional. Por outro a institucionalização é percebida como uma forma de disciplinar e efetivamente eliminar os comportamentos “indesejáveis” vinculados a certos eventos, principalmente consumo de bebida alcoólica e brigas. As práticas afro-cubanas, principalmente as religiosas, são aceitáveis e admiráveis nos teatros e performances artísticas, mas não desejáveis nas periferias da cidade.

Com a crise econômica da década de 1990, uma das principais medidas tomadas pelo governo cubano foi a reabertura para o turismo, que se constituiu desde então como a principal fonte de receita do Estado. Uma série de medidas constitucionais foram tomadas a fim de superar a crise, entre elas a descriminalização da posse e uso do dólar (com a criação do CUC) e a autorização de alguns tipos de trabalho por conta própria, tais como mercados privados de produtos agropecuários e artesanais.

O turismo se constituiu como o setor mais atraente financeiramente para os trabalhadores e trabalhadoras cubanas. Nesta conjuntura, o folclore representa uma possibilidade rentável. Bodenheimer (2013) discorre sobre as possibilidades financeiras de artistas e afro-religiosos no mercado do turismo cultural. Ademais da possibilidade de trabalho em instituições culturais, em que artistas recebem um salário em troca de apresentações artísticas (como é o caso de alguns músicos que conheci da Casa do Caribe), ainda há a possibilidade de realizar apresentações artísticas em casas de shows particulares, que pode ter uma variação muito grande de rendimentos, e frequentemente os artistas oferecem aulas particulares para estrangeiros, ainda que não seja uma atividade legal.

Assim como aulas particulares de música e dança, as visitas a rituais religiosos ou o contato com religiosos são oferecidos aos estrangeiros corriqueiramente, inclusive com



pacotes de agências de viagens que incluem rituais de iniciação na santeria, chamados de *Ochatur*. Recentemente floresceu uma produção antropológica sobre o tema do turismo e das religiões afro-cubanas, sobretudo a santeria, ou aquilo que Rausenberger (2018) chama de *santurismo*. Não pretendo me estender neste ponto que por si rende uma pesquisa, o foco aqui é um pouco mais amplo.

Argyriadis (2005a, 2005c) discute como a relação de religiosos e artistas com apresentações folclóricas, por exemplo, gerou um discurso acusatório de mercantilização da religião. Maritza, uma importante santeira, colaboradora na fundação do Festival del Caribe e diretora da *conga de Los Hoyos* comentou, durante uma conversa que tivemos, que nas primeiras edições do Festival, ela e outras pessoas (religiosas) foram acusadas de estarem profanando a religião. As acusações de mercantilização da religião, mais comumente expressas em termos de *explotación* ou de *uso de la religión para resolver problemas de economía personal* são recorrentes nas interações com religiosos e não religiosos.

### **Cabildo de Los Hoyos**

Fernando Ortiz foi um dos primeiros antropólogos a dedicar-se ao estudo dos *cabildos* em Cuba e oferece a seguinte definição: “Los negros precedentes de una misma tribu constituyeron en cada ciudad una asociación así llamada, quizá por analogía con la corporación municipal, que entonces recibía ese nombre” (Ortiz, 1984, p. 11). Mais adiante o autor enfatiza que “Cada *cabildo*, repito, lo formaban los compatriotas africanos de una misma *nación*”. As historiadoras Aisnara Perera Díaz e María de los Ángeles Meriño Fuentes (2013), em seu livro sobre o *cabildo* Carabalí Viví de Santiago de Cuba, discutem a importância de se compreender o sentido da categoria “nação”, demonstrando que se tratava de uma identidade política, com modos próprios de escolha de seus dirigentes, de forma institucionalizada. Os *cabildos* tinham funções religiosas e comumente possuíam um nome de algum santo católico a quem assumiam como patrono.

O *cabildo* de Los Hoyos é um dos mais antigos de Santiago de Cuba e o berço da *Conga de Los Hoyos*. Rebecca Bodenheimer (2014) define a *conga* como “[...] a social and musical phenomenon that is unique to eastern Cuba, one that is especially associated with Santiago de Cuba – a fascinating product of the region’s complex and unique demographic”. A *conga* está entre os ritmos tradicionais do carnaval de Santiago, também o mais famoso do



país. Pode ser resumido, para fins didáticos, como um conjunto de músicos que executam certos instrumentos<sup>17</sup> e que andam pelas ruas acompanhados por pessoas que dançam de uma forma chamada por “*arrollar*”.

Assim como conta Bodenheimer, a conga é um fenômeno exclusivo de Santiago de Cuba e também é alvo de preconceitos racistas históricos. Viddal (2013) e Bodenheimer (2014) iluminam as diferenciações raciais históricas às quais a população da região oriental é submetida, sobretudo em função da presença de imigrantes de haitianos e seus descendentes. A presença haitiana é fundamental na consolidação do carnaval da cidade<sup>18</sup>.

Todos os anos durante o carnaval ocorre “*la invasión*” que é o dia em que *Los Hoyos* desfila pela cidade visitando os outros bairros onde há congas rivais. O evento é o mais esperado do carnaval. Ocorre nas ruas da cidade, longe das arquibancadas e passarela montadas para os desfiles das *comparsas* (grupos de danças coreografadas) e *paseos* (carros alegóricos). As congas também desfilam, mas a *invasión* é outro evento. A *invasión* também é o que marca a abertura oficial do carnaval.

Apesar de ser um motivo de orgulho e exclusividade de Santiago, de despertar interesse de pesquisadores de diferentes áreas de investigação, de diferentes locais, de ser reconhecida internacionalmente como algo importante, a opinião de muitas pessoas em Cuba expressa um racismo latente. Em um jornal de Cuba, no dia 19 de julho de 2018 Yosmany Mayeta Labrada publicou um artigo intitulado “La violencia ‘arrolla’ junto a la Conga Los Hoyos en Santiago de Cuba”<sup>19</sup>. Neste artigo é possível ler

Aunque el trascendental evento de relevancia en la provincia, se ha convertido más que en un mar de pueblo, en un mar de problemas, donde reinan la violencia y las peleas callejeras, cientos de personas son las que inundan las calles cuando de conga se trata. (Labrada, 2018).

De acordo com o artigo, o Primeiro Secretário do Partido da Província de Santiago declarou a um jornal local sobre as brigas que ocorrem durante a conga que acreditava que

---

17 Sobre os instrumentos musicais, Bodenheimer (2014, s/p.) os descreve da seguinte forma: “The instrumentation includes bass drums likely taken from the Carabalí cabildos or perhaps Spanish military bands, as well as *bocuses*, which are basically portable versions of Congolese *yuka* drums. Frying pans mounted on wood blocks have been replaced by *llantas* – car brake drums – which are struck with a metal rod. The hallmark of conga, the *corneta china*, or Chinese trumpet, was brought to Cuba in the 19<sup>th</sup> century by Chinese migrant workers. Upon hearing the shrill, piercing sound of the *corneta china*, only one thought springs to mind for Cubans: *Santiago!*”.

18 Para mais sobre a história do carnaval em Santiago de Cuba, a influência haitiana em sua consolidação e sua relação com dimensões de eventos políticos no país ver, López, 2013.

19 <https://www.cubamet.org/destacados/la-violencia-arrolla-junto-la-conga-los-hoyos-santiago-cuba/>  
Acesso em: 10 de janeiro de 2019.



“[...] la inversión principal de Santiago no está ni en el pan ni en el dulce, ni en las obras, ni en las tiendas ni en los parques, está en los valores del santiaguero para que cambien esas acciones que no van con los principios de nuestro sistema”.

Além de falas de pessoas condenando moralmente os acontecimentos relacionados ao evento, o artigo também informa que a Polícia Nacional responsabiliza a Polícia Nacional Revolucionária de não agir a fim de impedir o que chamam de “*ola violenta*”. O artigo termina com o seguinte parágrafo:

Para el pueblo santiaguero, que es bastante supersticioso, esta ola violenta que vive la ciudad ante las festividades carnales, es un aviso de cómo vendrá el ‘Rumbón Mayor’. Muchos concuerdan en que las congas ya no son seguras, temen en que disfrutar de las tradiciones, que hace de Santiago la tierra caliente, se pueda convertir en una tragedia, prefiriendo ser solo espectadores desde los circundantes balcones y techos no participantes. (Labrada, 2018).

Este último parágrafo me parece sintetizar os pontos para os quais quero chamar a atenção trazendo *Los Hoyos*. Uma ideia de que o “povo santiaguero é bastante supersticioso” traz a tona que as práticas religiosas tão difundidas na cidade são vistas aos olhos de uma parcela considerável da população, sobretudo aquelas pessoas com ensino superior, como superstição, sendo a reboque “primitivas”, “selvagens”, “atrasadas” e por aí em diante<sup>20</sup>. O texto também aponta a “tradicionalidade” da conga como marca característica de Santiago, mas uma tradicionalidade que já não pode ser experimentada porque atualmente é “violenta” – a tradição da conga pode ser admirável enquanto passado, mas não no presente.

Vale sublinhar que a participação de religiosos na *invasión* é massiva. Não somente na *invasión*, mas nas possibilidades de existência da conga mesmo. Maritza<sup>21</sup> era coordenadora na conga infantil de *Los Hoyos* e poucas vezes tivemos a oportunidade de conversar sobre sua relação com a conga. Uma vez, enquanto me contava sobre uma situação engraçada, em que iria sacrificar alguns animais no apartamento de uma *ahijada* em Paris, comentou que só foi possível ir à França em função dos *niños* da conga. *Fueron esos niños que me llevaron!*

Maritza foi quem, juntamente com seu falecido marido, Ibraim, iniciou Maria na santeria. Maritza e Ibraim eram religiosos conhecidos e prestigiados. Em função dos rituais fúnebres de Ibraim (patrocinados por Maria), que havia morrido há vários anos, Maritza,

20 Logicamente tenho ciência de que um artigo de jornal não necessariamente expressa o que “uma parcela considerável da população” pensa a respeito do assunto. Mas deduzo isto a partir dos muitos comentários que podem ser lidos na notícia e dos muitos comentários neste sentido que escutei pessoalmente em Santiago.

21 Maritza além de coordenadora da conga infantil, ainda era espiritista, iniciada em *palo* e uma importante sacerdotisa da santeria.



outras pessoas e eu estávamos conversando sobre a conga. Era o sábado de abertura do carnaval, portanto o dia da *invasión*. Maritza estava reclamando do cansaço e problemas advindos de suas funções na conga, falando da falta de estrutura e de dinheiro, pois a cada ano a conga recebia menos recursos para o carnaval. Ela dizia que iria deixar a coordenação, o que era motivo de risos por parte das pessoas mais próximas dela, pois não acreditavam que ela fosse capaz. Entre incentivos e risos a respeito do fato de Maritza deixar a coordenação da conga, ela me falou – *mi hija, sabes porqué no deajo la conga? Porque es la única herencia que me dejó mi papa!*

### Considerações Finais

Voltar o olhar para o processo de folclorização das religiões de matriz africana em Cuba pode ser um caminho para iluminar a ineficiência do governo revolucionário em combater desigualdades e preconceitos raciais persistentes na Ilha. Se por um lado o processo de folclorização das religiões afro-cubanas contribui à manutenção de estereótipos racistas, que descolam determinadas práticas de seus contextos e as transformam em algo exótico e “primitivo” (Bodenheimer, 2013; Concha-Holmes, 2013; Giralt, 2017). Por outro lado o folclore pode ser um meio valioso de resistência cultural, e oferece possibilidades às pessoas detentoras de saberes tradicionais de melhorarem suas condições financeiras e aumentarem seu capital simbólico (Helg, 2014; Viddal, 2013).

A intenção aqui foi refletir sobre o que para mim parece ser uma contradição da política de combate às desigualdades raciais em Cuba. Enquanto determinadas práticas são legitimadas pelo Estado, como tudo o que envolve a programação do Festival do Caribe, outras práticas são condenadas, como a *invasión de Los Hoyos*. Não seria justamente o fato de haver um intenso esforço por parte do Estado em transformar determinadas práticas em folclore, o que não ocorre sem um nível de exotização e reafirmação de estereótipos racistas, aquilo que possibilita que matérias de jornais rotule o “povo de uma cidade” como um “povo supersticioso”? Compreender Los Hoyos como uma prática passível de ser admirada no passado (folclórica?) e afirmar que atualmente as pessoas, que são as mesmas de outrora, a corromperam me parece apenas mais uma manifestação racista em que determinados grupos de pessoas (pessoas negras neste caso) não sabem se “comportar de forma civilizada” e devem ser controladas pelo aparato policial.



## Referências bibliográficas

ARGYRIADIS, Kali; CAPONE, Stefania. “Cubanía et santería: les enjeux politiques de la transnationalisation religieuse (La Havane – Miami) ». *Civilisations*, n. 51, pp. 81-137, 2004. Disponível em: <https://journals.openedition.org/civilisations/668>

ARGYRIADIS, Kali. “Religión de indígenas religión de científico: construcción de la cubanidad y santería”. *Desacatos*, n. 17, pp. 85-106, 2005a.

ARGYRIADIS, Kali. “El desarrollo del turismo religioso en La Habana y la acusación de mercantilismo”. *Desacatos*, n. 18 pp. 29-52, 2005c.

Disponível em:

<http://desacatos.ciesas.edu.mx/index.php/Desacatos/article/view/1311/1152>

BENTO, Fábio Régio. “Sobre o ateísmo do socialismo soviético – origens exógenas, influência internacional e repercussão nas políticas públicas internacionais.” *Revista eletrônica Correlativo*, São Paulo, n. 2, pp. 461-488, 2017.

Disponível em:

<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/COR/article/view/8362/6153>

BODENHEIMER, Rebecca. “National symbol or ‘a black thing’?: rumba and racial politics in Cuba in the era of cultural tourism.” *Black Music Research Journal*, Chicago: Columbia College; University of Illinois, n. 2, pp.177-205, 2013.

BODENHEIMER, Rebecca. La Conga. “*Harvard review of Latin American*.” Cambridge, v. 13, n. 3, 2014.

Disponível em: <https://revista.drclas.harvard.edu/book/la-conga>

CONCHA-HOLMES, Amanda D. “Cuban cabildos, cultural politic, and cultivating a transnational yoruba citizenry.” *Cultural Anthropology*, n. 3, pp. 490 -503, 2013.

DE LA FUENTE, Alejandro. “‘Tengo una raza oscura y discriminada’ el movimiento afrocubano: hacia un programa consensuado”. *Nueva Sociedad*, n. 242, pp. 92-105, 2012.

DÍAZ, Aisnara Perera; FUENTES, María de los Ángeles Meriño. El cabildo carabalí viví de Santiago de Cuba: familia, cultura y sociedad (1797-1909). Santiago de Cuba, Ed. del Oriente, 2013.

DONGHI, Tulio Halperin. Historia contemporánea de América Latina. Madrid, Ed. Alianza, 6. Reimp. ([1969] 2005).

ESPINA PRIETO, Mayra Paula. “Pobreza, desigualdade e desenvolvimento: o papel do estado na experiência cubana seus desafios atuais.” In.: **A. CIMADAMORES; D.**



**HARTLEY; J SIQUEIRA.** *A pobreza do estado: reconsiderando o papel do estado na luta contra a pobreza global.* Buenos Aires, CLASCO, 2006, pp. 191-208.

Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/crop/pobreza/08prieto.pdf>

FARIAS, Déborah Barros Leal. “Contextualizando a invasão à Baía dos Porcos.” *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 51, n. 1, pp. 105-122, 2008.

GIRALT, Maikel Ponts. “Educação intercultural y antirracista: un acercamiento desde la Universidad cubana.” *Paulo Freire Revista de Pedagogía Crítica*, n.18, pp. 203-220, 2017.

GIRVAN, Norman. *El Caribe: dependência, integración y soberanía.* Santiago de Cuba, Ed. del Oriente, 2012.

GONZÁLEZ, Yasser Socarrás. *Je est une autre : a construção da invisibilidade negra no cinema cubano produzido pelo ICAIC.* Dissertação (mestrado em Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018.

GUEVARA, Ernesto Che. *El socialismo y el hombre en Cuba.* [Montevideo] [s. n.], 1964.

HODELÍN, Deymiselis Baró; FIGUEROA, Yisell Isalgue. Aurora Pie Yan. “Una Leyenda viviente de las tradiciones culturales haitianas en Guatánamo.” *Santiago de Cuba*, v. 138: 727-759, 2015.

LABRADA, Yosmani Mayeta. *La violencia “arrola” junto a la Conga de Los Hoyos en Santiago de Cuba.* Cubanet, 2018.

Disponível em: <https://www.cubanet.org/destacados/la-violencia-arrolla-junto-la-conga-los-hoyos-santiago-cuba/>

LÓPEZ, Rafael Brea. “Santiago de Cuba: Carnaval y guerras de independencia (Siglo XIX).” *Batey: Revista cubana de antropología sociocultural*. Vol. III, n. 3, pp. 98–113, 2013.

OLIVEIRA, Bianca Ferreira. *Etnografia de uma cadeia: sobre interdependência e hierarquia entre religiões afro-cubanas em Santiago de Cuba.* Tese (doutorado em Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

ORIZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar.* La Habana, Ed. Editorial de Ciencias Sociales, [1940] 1983.

ORTIZ, Fernando. *Ensayos Etnográficos.* La Habana, Ed. Editorial de Ciencias Sociales, 1984.

RAMÍREZ, Sandra Abd’Allah -Álvarez. “Elogia de la altea, la racialidad en discusión.” *Temas*, n.79, pp 117-119, 2014.

RAUSENBERGER, Julie. “Santurismo: the commodification of santería and the touristic value of afro-cuban derived religions in Cuba.” *Almatourism*, n.8, pp. 150-171, 2018.

SCHIMIDT, Jalane. “Locked Together: The Culture and Politics of 'Blackness' in Cuba.” *Transforming Anthropology*, n. 2, pp. 160-164, 2008.



SOUZA, Bárbara Oliveira. *A ambígua condição negra em Cuba relações raciais e mobilizações coletivas antirracistas*. Tese (doutorado em Antropologia Social) Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

TORRES, Roberto Zurbano. "Racismo vs socialismo en Cuba: un conflicto fuera de lugar (apuntes sobre/contra el colonialismo interno)." *Meridional Revista chilena de estudios latinoamericanos*, n.4, pp. 11-40, 2015.

VIDDAL, Grete Tove. *Vodú Chic: Cuba's Haitian Heritage, the Folcloric Imaginary, and the State*. Doctoral dissertation, Harvard University, 2013.

### **Folclore, Religiões Afro-Cubanas e Racismo em Santiago de Cuba**

#### **Resumo**

O texto busca desenvolver uma reflexão sobre os cruzamentos entre políticas culturais formais e práticas afro-religiosas a partir de um Festival acadêmico-cultural na cidade de Santiago de Cuba. Com investimentos em conjuntos folclóricos, após o triunfo da Revolução de 1959, muitas pessoas viram suas práticas religiosas de matriz africana ocuparem espaços outrora negados a elas. Porém, as medidas tomadas pelo governo Revolucionário, embasadas numa ideia de que todas as desigualdades sociais eram fruto de uma ideologia burguesa capitalista, não foram suficientes para acabar com as discriminações raciais na Ilha. Partindo de dois eventos importantes na cidade de Santiago de Cuba, o Festival do Caribe e o Carnaval, busco levantar algumas questões sobre quais os contextos em torno de eventos legitimados ou não pelo Estado.

**Palavras-chave:** Folclore. Racismo. Cuba. Religiões afro-cubanas.

### **Folklore, Religiones AfroCubanas y Racismo en Santiago de Cuba**

#### **Resumen**

El texto busca reflexionar sobre las intersecciones entre las políticas culturales formales y las prácticas afroreligiosas a partir de un festival académico-cultural de la ciudad de Santiago de Cuba. Con inversiones en grupos folclóricos, luego del triunfo de la Revolución de 1959, muchas personas percibieron como sus prácticas religiosas de matriz africana fueron ocupando espacios que alguna vez les fueron negados. Sin embargo, las medidas tomadas por el gobierno revolucionario, basadas en la idea de que todas las desigualdades sociales resultaban de una ideología burguesa capitalista, no fueron suficientes para terminar con la discriminación racial en la isla. A partir de dos eventos importantes en la ciudad de Santiago de Cuba, el Festival del Caribe y el Carnaval, pretendo plantear algunas cuestiones sobre los contextos que rodean estos eventos, ya sean estos legitimados o no por el Estado.

**Palabras clave:** Folclore. Racismo. Cuba. Religiones afroCubanas.

### **Folklore, Afro-Cuban Religions and Racism in Santiago de Cuba**

#### **Abstract**

The text about to develop a reflection on the intersections between formal cultural policies and afro-religious practices from an academic-cultural festival in the city of Santiago de Cuba. With investments in folk ensembles, following the triumph of the 1959 Revolution, many people saw their African-based religious practices taking spaces once denied to them. However, the measures taken by the revolutionary government, based on the idea that all social inequalities were the result of a capitalist bourgeois ideology, were not enough to end racial discrimination on the Island. Starting from two important events in the city of Santiago de Cuba, the Festival del Caribe and Carnival, I seek to raise some questions about the contexts surrounding events legitimized or not by the state.

**Keywords:** Folklore. Racism. Cuba. Afro-Cuban religions.



DOI: 10.21057/10.21057/repamv13n3.2019.26650

## A Universidade, o Fórum de Ciência e Técnica e o Desenvolvimento Local Sustentável em Cuba

Recebido: 15-08-2019

Aprovado: 02-12-2019

Ivo Marcos Theis<sup>1</sup>  
Nelson Afonso Garcia Santos<sup>2</sup>

### Introdução

Quando da realização da tese doutoral sobre a contribuição da tecnologia social e da economia solidária para o desenvolvimento local, surgiu a seguinte questão: se no campo capitalista, mais especificamente no Brasil, encontramos vários adjetivos para tecnologia, tais como social, capitalista, convencional, apropriada, branda e muitos outros, é possível falarmos em tecnologia socialista? Visando encontrar resposta fomos à Cuba.

O artigo que aqui se apresenta resulta de entrevistas realizadas com profissionais cubanos, dentre eles professores universitários com destaque para Jorge Nuñez Jover, Coordenador do Programa de Gestión Universitaria del Conocimiento y la Innovación para el Desarrollo (GUCID); Sergio Guerra Vilaboy, Presidente da Asociación de Historiadores Latinoamericanos y del Caribe (ADHLAC) e Carlos Cesar Torres Paes, Director del Centro de Estudios de Gerencia, Desarrollo Local y Turismo e Presidente Nacional de la Sociedad Cubana de Desarrollo Local; os periodistas Pedro Martínez Pérez, Subdirector de Radio Habana Cuba e Enrique Ubieta Gómez, diretor da Revista Cuba Socialista; Manuel Limonta,

---

<sup>1</sup> Graduação em Economia (Universidade Regional de Blumenau, 1983), Mestrado em Administração Pública (Universidade Federal de Santa Catarina, 1988) e Doutorado em Geografia Humana (Eberhard-Karls Universität Tübingen/Alemanha, 1997), com Pós-Doutorados em Política Científica e Tecnológica (Unicamp, 2008) e em Desenvolvimento Regional (Universidade de Santa Cruz do Sul, 2016). Professor titular da Universidade Regional de Blumenau desde 1986, com atuação no ensino de graduação (Economia) e pós-graduação (Desenvolvimento Regional). [theis@furb.br](mailto:theis@furb.br)

<sup>2</sup> Graduação em Ciências Sociais (Universidade Federal de Santa Catarina, 1987), Mestrado em Sociologia Política (Universidade Federal de Santa Catarina, 1992) e Doutorado em Desenvolvimento Regional (Universidade Regional de Blumenau, 2019). Professor da Universidade Regional de Blumenau desde 2000. [nelgarcia@furb.br](mailto:nelgarcia@furb.br)



Cientista criador do Centro de Biotecnologia de Cuba; Juan Luiz Martins, Coordenador do Polo de Humanidades, assim como Maria del Carmem Barroso González, Diretora do Departamento de Relações Internacionais da Asociación Nacional de Agricultores Pequeños (ANAP), além de membros de Cooperativas não agrícolas. Destas entrevistas, resultaram várias indicações bibliográficas, principalmente feitas por pensadores cubanos que versam sobre o desenvolvimento local e as contribuições oriundas da universidade e do Fórum de Ciência e Técnica.

Nosso objetivo consiste em apresentar fragmentos históricos que pensamos importantes para evidenciar a institucionalização e o desempenho da universidade com sua ciência, tecnologia e inovação e do Fórum de Ciência e Técnica na realização do desenvolvimento local sustentável cubano que vem sendo efetivado desde o início do século XXI.

Para apresentar os dados obtidos, o artigo está assim estruturado: seguidas à introdução, são apresentadas informações sobre a base teórica que sustenta a prática do desenvolvimento local cubano. Na sequência, são tecidas considerações sobre fragmentos históricos que explicitam o surgimento e o desenvolvimento de instituições científicas e tecnológicas a partir do governo revolucionário. No terceiro momento, apresenta-se aspectos relevantes sobre a universidade com sua ciência, tecnologia e inovação-no século XXI e que contribuem, efetivamente, na implantação do desenvolvimento local sustentável de Cuba. Encerra-se este item apresentando três casos exitosos da aproximação entre universidade e desenvolvimento local. No quarto item, centramos a atenção no Fórum de Ciência e Técnica que é uma particularidade do desenvolvimento cubano e que em muito contribui para inovação e solução dos seus problemas locais. Finalmente, apresenta-se as considerações finais. Cabe esclarecer que a opção feita para este artigo foi de apresentar informações sobre Cuba através de uma revisão histórica descritiva analítica, considerando que poucas ou distorcidas são as mensagens que nos chegam através dos meios de comunicação tradicionais.

### **Desenvolvimento Local Sustentável Cubano**

Desde o início do século XXI, a situação econômica e social de Cuba passa por mudanças devido aos acordos de cooperação com a República Popular da China, com a República Bolivariana da Venezuela, com o Vietnã e, em menor escala, mas não menos



importante, com as relações de exportação e importação com os Países Baixos, Canadá, Brasil, Espanha e, mais especificamente com os Estados Unidos, com quem em 2014 restabeleceu relações diplomáticas. Entretanto, ao chegar no final da primeira década deste novo século a situação volta a ficar preocupante devido as ações de restrição intensificadas pelo governo estadunidense.

Seguindo as pautas traçadas no VI Congresso do Partido Comunista (2011), Cuba tem apresentado dados positivos desde o último censo cubano, de 2012: 97,8% das casas em Cuba, naquele ano, tinham acesso à eletricidade; a medicina era e continua sendo totalmente gratuita para toda a população; a mortalidade infantil estava baixa, se aproximando dos países desenvolvidos (5,4%); a mortalidade geral estava em 7,1%; a esperança de vida ao nascer era de 76 anos para os homens e 80 para as mulheres; e o analfabetismo, praticamente zero (Vilaboy, 2015). Atualmente esta situação está ameaçada diante das ações do governo estadunidense que volta a instituir sanções sobre Cuba atingindo, fundamentalmente, o abastecimento de petróleo, proporcionando crise energética, de abastecimento e no turismo.

Embora os dados de Cuba no século XXI tenham sido positivos, vide o IDH (0,0778), por exemplo, que a coloca entre os dez melhores do mundo, o país continua a enfrentar sérias dificuldade, principalmente no que diz respeito aos baixos salários, à falta de soberania alimentar e à dependência de produtos industrializados. Segundo Pedro Martínez Pérez, em entrevista concedida em 14 de julho de 2017,

(...) a grande maioria dos trabalhadores cubanos têm seu salário insuficiente para poder enfrentar a realidade econômica de Cuba hoje. Embora tenhamos saúde e educação gratuitas, gás barato, água barata, eletricidade barata, habitação barata, os alimentos são caros e isso freia tudo, inclusive a produtividade do trabalho (Pérez, 2017).

Diante dos desafios atuais de Cuba, cuja origem está, fundamentalmente, no bloqueio imposto pelo governo estadunidense e na crise internacional do capitalismo, três alternativas são colocadas para Cuba: seguir no socialismo, mudar para o capitalismo ou construir uma nova alternativa. A partir das entrevistas realizadas em Havana e pelas leituras que de lá foram feitas, observamos que uma das formas pelas quais o governo cubano está tentando resolver o dilema é pela implantação de ações oriundas das propostas do desenvolvimento local sustentável, visando à construção de um novo tipo de socialismo cujo papel da universidade com sua ciência, tecnologia e inovação tem sido fundamental.



Embora a idealização do Desenvolvimento Local Sustentável Cubano (DLSC) tenha iniciado ainda no período especial dos anos de 1990, ele passou a ser viabilizado, efetivamente, a partir de 2001, por iniciativas do Ministério de Economia e Planificação, que começou a adotar um conjunto de ações intituladas *Iniciativa Municipal de Desarrollo Local* (IMDL), visando substituir importações e promover exportações, fundamentado na auto-sustentabilidade econômica (Días, 2014). A partir de 2010, a IDML foi estendida para todo o país com o financiamento do Fundo de Fomento, administrado pelo Banco de Crédito e Comércio, exceto Havana, cuja responsabilidade do desenvolvimento local está com o Banco Metropolitano. Outra instituição estatal que contribui na efetivação do desenvolvimento local é o Centro de Desarrollo Local (CEDEL), vinculado ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, que realiza o *Programa de Desarrollo Local* (PRODEL), desenvolvendo um trabalho de conscientização e assessoria com as autoridades municipais (Díaz, 2014).

A proposta ganhou força a partir do VI Congresso do Partido Comunista Cubano, em 2011, quando medidas foram aprovadas para reforçar a autonomia dos municípios. Sua fundamentação está, sobretudo, na planificação como “herramienta fundamental para conducir el desarrollo económico del país a partir de activar los recursos endógenos existentes en las localidades: articulación de los intereses nacionales, ramales y territoriales en el contexto de la localidad” (Ceballos, 2011, p.192).

O DLSC se fundamenta no conceito de território, pois, ao se considerar a dimensão local/territorial nos processos de desenvolvimento, pode-se construir um processo que propõe

(...) a concertación y las alianzas de actores, en busca del mejoramiento de las condiciones de vida de la sociedad en esos ámbitos. Su formulación requiere tender fundamentalmente el conjunto de relaciones sociales, políticas, económicas institucionales, culturales y ambientales que actúan en el contexto territorial” (Segura; Lopes, 2011, p.12).

O território, nessa concepção, é entendido como um conjunto dinâmico, delimitado por uma fronteira, no qual se combinam os elementos ambientais e humanos; ele é o local onde se vive a heterogeneidade e a complexidade do mundo real. Nele, têm-se as características ambientais, os atores sociais e as mobilizações em torno de estratégias e projetos. Sua definição pode ser apresentada através de Segura (2013), ao dizer que, no caso cubano, quando se fala em desenvolvimento local,

(...) nos referimos a un modelo de gestión que se sustenta teóricamente en la teoría del desarrollo endógeno que articula recursos propios y externos al territorio, a partir de la



capacidad de los actores locales y de dirigir esos procesos en función de las necesidades propias, que en el caso cubano, además, está en correspondencia con los objetivos y prioridades de desarrollo local (Segura, 2013, p.142).

É importante se destacar que os defensores do DLSC têm a efetiva consciência de que o desenvolvimento local teve sua origem na Europa, em plena crise do capitalismo globalizado nos anos de 1980, e tinha como objetivo incrementar a capacidade empreendedora local, ou seja, ampliar a competitividade das cidades diante da crise. Além disso, sabem que o interesse do desenvolvimento local era puramente desenvolver o local sob a égide do capitalismo, visando “acciones de capacitación de potenciales creadores de empresas, así como las políticas de formación de empleos mediante la cooperación entre los agentes públicos y privados, con el objetivo de generar capacidades económicas para la comunidad y región” (Alfonso, 2011, p.24).

No entanto, os teóricos cubanos defensores do desenvolvimento local, aqui representado por Alfonso (2011), Segura (2011, 2013), Gonzáles; Samper (2006), Vega (2012), Jover (2017, 2016, 2015), entre outros, entendem o local como o espaço para uma nova construção política, para uma concepção que viabiliza a conquista do desenvolvimento contraposta à natureza individualista e excludente do capital, uma política alternativa que proporciona a construção de uma sociedade superior à capitalista (Alfonso, 2011). Nessa perspectiva, se considera que

(...) la articulación práctica de la concepción del desarrollo local constituye, en los momentos actuales, un modelo de desarrollo socioeconómico imprescindible, necesario – en términos filosóficos – para la construcción de esta sociedad superior bajo cualquier condición: lo mismo a partir de una economía capitalista avanzada, como de una subdesarrollada (Alfonso, 2011, p. 29).

Em Cuba, a práxis do Desenvolvimento Local acontece nos territórios em nível provincial, municipal, microrregional e regional, e tem como atores o setor empresarial (estatal), a sociedade civil, o governo local, as instituições e os cidadãos. Mas, segundo a concepção de Díaz (2014), não se pode caracterizar como Desenvolvimento Local qualquer iniciativa. O DL efetivo é aquele capaz de promover o crescimento, modificar a estrutura econômica e gerar melhores condições de vida à população local. Além disso, a iniciativa

(...) deberá impulsar una mayor y mejor oferta de productos y servicios; un mejor acceso a la educación, la salud, los deportes y la cultura; y deberá hacer posible que el hombre pueda participar en el análisis de los problemas que más le afectan, en la toma de decisiones y en su apelación y control, en un ambiente de equidad social” (Díaz, 2014, p.192).



De acordo com os *Lineamientos de la política económica y social del Partido y la revolución para el período 2016-2021*, aprovado no VII Congresso do PCC (2016), em que estão estabelecidas as pautas para a implantação de um conjunto de mudanças visando à atualização do modelo socialista cubano, tem-se:

(...) [cabe ao Estado] impulsar el desarrollo de los territorios a partir de la estrategia del país, de modo que se fortalezcan los municipios como instancia fundamental, con la autonomía necesaria, sustentables, con una sólida base económico-productiva, y se reduzcan las principales desproporciones entre estos, aprovechando sus potencialidades”. (PCC, 2016, p.9).

Já o *Lineamiento 35* do VI Congreso do Partido Comunista Cubano de 2011 diz que “Los Consejos de la Administración Provinciales y Municipales cumplirán funciones estatales y no intervendrán directamente en la gestión empresarial (PCC, 2011, p.7)”. No *Lineamiento 37*, por sua vez, está dito que

El desarrollo de proyectos locales, conducidos por los Consejos de Administración Municipales, en especial los referidos a la producción de alimentos, constituye una estrategia de trabajo para el autoabastecimiento municipal, favoreciendo el desarrollo de las mini-industrias y centros de servicios, donde el principio de la autosustentabilidad financiera será el elemento esencial, armónicamente compatibilizado con los objetivos del plan de la Economía Nacional y de los municipios. Los proyectos locales una vez implementados serán gestionados por entidades económicas enclavadas en el municipio (PCC, 2011, p.8).

Assim, o Desenvolvimento Local em Cuba constitui uma complementação fundamental da política de desenvolvimento do país e se concretiza como uma política do Estado, pois, segundo Gonzáles; Samper (2006),

(...) las iniciativas de desarrollo local deben revitalizar el vínculo entre las autoridades centrales y la administración provincial y municipal, brindando mayor protagonismo a los actores locales en la búsqueda de soluciones a sus propios problemas, teniendo siempre en cuenta la correspondencia con dichos lineamientos nacionales (Gonzáles; Samper, 2006, s/p apud Pérez et al., 2016, p.100).

Com o que foi exposto até aqui, arriscamos a afirmar que o Desenvolvimento Local promovido em Cuba não se encaminha para a privatização dos recursos, nem está direcionado para a fragmentação dos setores populares, muito menos para o restabelecimento de estratégias visando à acumulação capitalista. Ele está sim embasado na ideologia da Revolução e nos princípios da “equidad, la justicia social, el acceso a la educación masiva de calidad. Un desarrollo donde se integran las escalas, nacional y provincial con el contexto municipal, en la búsqueda del mejoramiento de la calidad de vida de la población” (Vega et



al., 2012, p.3). No socialismo cubano, a concepção teórica e o modelo do desenvolvimento local constituem uma ferramenta confiável para desenvolver as bases materiais, objetivas e subjetivas “de esta nueva sociedad; el contexto para estimular el funcionamiento del capital social y la realización económica de las diferentes formas de propiedad asociadas al sistema socialista de producción” (Alfonso, 2011, p.30).

O Desenvolvimento Local Sustentável Cubano pode ser entendido como o termo adequado para estimular valores e comportamentos econômicos, social, cultural e ambiental, que busca concretizar a propriedade socialista dos meios de produção (Alfonso, 2011) e, no seu processo de efetivação, a universidade juntamente com o Ministério de Educação Superior e centros de investigações vêm desempenhando importante papel, pois o Desenvolvimento Local demanda conhecimento, tecnologia e inovação, visando apresentar soluções criativas aos problemas sociais locais. A universidade, segundo Jorge Nuñez Jover, “tiene una potencialidad grande para fertilizar, impulsar la innovación, para impulsar la tecnología que ayudan a resolver problemas sociales de diferentes características” (Jover, 2017, s/p).

As relações que a universidade estabelece ao participar do Desenvolvimento Local em Cuba levam o Estado a implementar ações de ciência, de tecnologia e de inovação não só de ponta (*high-tech*), mas também voltadas para as necessidades da população. Nesse sentido, profissionais da universidade cubana pensam e agem para além das determinações do mercado. Para Joven e Quiñones (2016), por exemplo, as universidades “(...) pueden contribuir a incentivar la proyección local del conocimiento y la innovación, ampliando su capacidad de fomentar el bienestar humano en los territorios” (Joven; Quiñones, 2016, p. 195).

Para que se possa compreender a contribuição da universidade no desenvolvimento local cubano, passaremos, a partir de agora, a tecer considerações sobre os aspectos históricos relevantes na produção da ciência, da tecnologia e da inovação a partir do governo revolucionário.

### **Fragmentos Históricos da Universidade com sua Ciência, Tecnologia e Inovação a partir do Governo Revolucionário**

Em Cuba, a produção da ciência, da tecnologia e da inovação está sob a responsabilidade do Estado e é realizada através de universidades, centros, institutos de



pesquisas e Parques Tecnológicos, que foram desenvolvidos fundamentalmente a partir da implantação do governo revolucionário. Aqui, apresentaremos algumas ações do Estado cubano que consideramos relevantes para a compreensão do processo que fez com que Cuba seja o que é atualmente.

O marco da contribuição da universidade no processo de construção do socialismo cubano se deu em 15 de janeiro de 1960, quando Fidel Castro, no vigésimo aniversário da Sociedade Espeleológica disse “(...) el futuro de nuestra Patria tiene que ser necesariamente un futuro de hombres de ciencia, de hombres de pensamiento” (Castro, 1960, s/p apud Dávila, 2016, p. 157). Menos de dois meses após esse pronunciamento, em 2 de março, Che Guevara disse, em palestra (intitulada *O papel da universidade no desenvolvimento econômico de Cuba*) na Universidade de Habana, “o que temos visto é a triste realidade de que a preparação que dão as universidades do país não é adequada nem em orientação nem em quantidade para as novas necessidades da Revolução” (Guevara, 1982, p. 161). Em sua perspectiva, as universidades não estavam proporcionando os técnicos necessários para o desenvolvimento socialista, seja em termos quantitativos, seja em termos qualitativos.

Em 1962, através da Lei nº 1011 de 20 de fevereiro, foi criada a Comissão Nacional da Academia de Ciências de Cuba e realizada uma ampla reforma universitária com os seguintes objetivos: incorporar pesquisas científicas em todos os centros do ensino superior; criar escolas independentes de ciências básicas; iniciar o ensino da ciência teórica e aplicada através da criação do Centro Nacional de Investigações Científicas e criar a faculdade preparatória “obrero-campesina” (Díaz-Balart, 2002). Essa reforma, chamada por Jover e Quiñones (2016) de “giro a la investigación”, generalizou a investigação científica na vida universitária e permitiu capacitar atores que almejavam fazer da universidade um agente de mudança social. Além disso, a partir da reforma universitária, novos cursos foram criados, bem como o Centro de Pesquisa em Minas e Metalurgia e o Instituto Cubano de Pesquisa dos Derivados da Cana-de-açúcar. Em 1963, foram definidos, por Ernesto Che Guevara, os objetivos dos institutos de investigações, dos quais se destacam o Instituto Cubano de Investigação Tecnológicas e o Instituto Cubano para o Desenvolvimento de Maquinaria, cuja ação ficaria centrada na fabricação de peças de reposição para os equipamentos agrícolas (Viani, 1999).

Em julho de 1965, foi criado o Centro Nacional de Investigações Científicas (CENIC), voltado para pesquisas nos campos da química, bioquímica e biologia, como parte da



estratégia de desenvolvimento definida pelo governo revolucionário. Segundo Guevara (1982), nesse momento teria início um processo de desenvolvimento que abarcaria seis ramos básicos da produção, a saber: “a química pesada, a química orgânica a partir dos hidrocarbonetos da cana de açúcar, a mineração, os combustíveis, a metalurgia em geral e particularmente a siderurgia, e os produtos derivados do nosso desenvolvimento agropecuário intensivo” (Guevara, 1982, p. 160).

Desde então, vários especialistas em diferentes áreas foram formados pelo CENIC, proporcionando significativas mudanças científicas e tecnológicas, além da criação de vários centros e institutos como, por exemplo, o Instituto de Ciência Animal, o Instituto de Física Nuclear, o Centro de Ciências Agrícolas, o Instituto de Recursos Minerais, o Centro de Automação Industrial, entre outros. No final dessa década, tiveram início os estudos na área da ciência da computação e foi criado o Centro de Investigação Digital (CID), vinculado à universidade, onde foi construído, em 1970, o primeiro computador cubano, o CID 201A.

A partir de então, teve início, na universidade, práticas de produção em centros de trabalho relacionados com a futura profissão e investigações científicas centradas em soluções de problemas reais, visando reduzir a distância entre trabalhadores manuais e trabalhadores intelectuais, entre população do campo e da cidade, entre gêneros e etnias. Em 1974, foi criado o Conselho Nacional de Ciência e Técnica. Além disso, escolas e institutos tecnológicos foram construídos nas áreas rurais, assim como o Instituto de Alta Tecnologia, com base científica em bioquímica, farmacologia e biotecnologia. Todas essas ações contaram com a assessoria dos soviéticos através do Consejo de Ayuda Mutua Económica (CAME). Nesse período, teve destaque a mudança socioespacial através da transformação técnica da produção agrícola, especialmente “de la agricultura cañera, así como por la restauración de capacidades en la producción azucarera y la creación de actividades de apoyo vinculadas a este sector” (Díaz-Balart, 2002, p. 416). Em setembro de 1976, foi criado o Complejo Científico-Docente Instituto Superior de Ciencias Agropecuarias (ISCAH), “(...) al cual se le otorgó la función de centro rector de la mayoría de las carreras agropecuarias en Cuba” (Lamar; Roach, 2018, p. 5).

Na década de 1980, aconteceu na universidade uma segunda mudança significativa, identificada por Jover e Quiñones (2016) como “el giro a la innovación”. Novos Centros foram criados, como o Centro de Engenharia Genética e Biotecnologia, Centro de Sanidade Agropecuária, Centro de Neurociência e o Centro de Imunoensaios. Como resultados



tecnológicos desses centros, teve-se, por exemplo, o desenvolvimento de produtos para combater o câncer (Interferón); a imunização de jovens com menos de 25 anos contra a hepatite B através da vacina recombinante criada por métodos da engenharia genética; o desenvolvimento de vacinas recombinantes no combate ao carrapato no gado; vacinas combinadas tetravalentes que agem na prevenção da coqueluche, tétano, difteria, meningite e pneumonia; o desenvolvimento do Heberprot-P, medicamento para acelerar a cicatrização de feridas e úlceras crônicas de pacientes com diabetes, reduzindo o risco de amputação; criação de 28 estojos *kits* que permitem diagnosticar precocemente 17 doenças, dentre elas o hipotireoidismo congênito nas crianças; diagnóstico pré-natal de má formação congênita, a hiperplasia suprarrenal congênita e galactosínia.

Estes exemplos apresentados mostram que o processo revolucionário cubano construiu a realidade vislumbrada por Castro há mais de cinquenta anos, mesmo com as imensas dificuldades econômicas decorrentes do bloqueio estadunidense e do bloqueio oriundo da Rússia, devido ao fim do socialismo europeu e das crises capitalistas.

No período especial em tempo de paz, como foi denominado o período da grande crise cubana dos anos de 1990, foram criados o Polo Científico de Biotecnologia, o Ministério de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente e a Universidade de Ciências Informáticas. Neste período, segundo Dávila (2016), aconteceu o início da “(...) transformación de la generación de energía e introdujeron innovaciones en la producción de alimentos” (Dávila, 2016, p. 155). Além disso, a partir de 1994, houve a incorporação da inovação na política de ciência e tecnologia, chamada de Política de Ciência, Tecnologia e Inovação (PCTI) (Jover et al., 2015), cuja atenção foi orientada para o uso dos conhecimentos científicos e tecnológicos com ênfase na inclusão e equidade social. Neste período, o governo passou a incluir em suas ações os postulados da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – Eco-92 – e a utilizar o discurso do desenvolvimento sustentável (PCC, 1993).

Em 1996, foi implantado o novo Sistema de Ciência e Inovação Tecnológica (SCIT), cujo principal objetivo declarado foi

(...) a la producción de bienes y servicios, sobre bases de eficiencia y competitividad, que condujeran a una economía moderna y a su inserción ventajosa en el mercado internacional. (...) En gran medida, el enfoque adoptado se ajusta bastante al modelo restringido de sistemas de innovación donde el sector de investigación-desarrollo (I+D) se coloca en el centro de la política (Jover et al., 2015, p. 213).



Dessa política se destacam os vínculos entre universidade e empresa, a criação de empresas de base tecnológicas, bem como o desenvolvimento tecnológico nas áreas de ponta como a biotecnologia, a nanotecnologia, entre outras. Essa prática gerou as chamadas “paradojas de la innovación” (Jover, Arriete, 2015) que, como o próprio nome diz, desenvolveu várias contradições na política de inovação, pois tal política se caracterizou por ser uma política de cima para baixo, sem uma vinculação sistêmica entre os centros de investigações e as universidades, pautada em um conceito de inovação tradicional, que não implicava em mudança tecnológica (Jover; Arriete, 2013).

A partir das afirmações de Jover e Arriete (2013) sobre os paradoxos da inovação, surgiu a questão: qual a noção de ciência e tecnologia e de inovação que orientou as práticas efetivadas pelo governo revolucionário? Ao buscar resposta para a questão, pode-se constatar que a noção de ciência e tecnologia e inovação que orientava as ações dos responsáveis por tais áreas até os anos de 1990 estava ideificada, prioritariamente, com a percepção instrumental e determinista da tecnologia, que combina autonomia e neutralidade (Dagnino, 2006; Feenberg, 2010). Segundo Dagnino (2006), assim como na organização capitalista de produção, na Cuba revolucionária a ciência foi pensada como o instrumento que busca a verdade e a tecnologia como o instrumento que visa à busca da eficiência. Através da perspectiva determinista,

O avanço contínuo e inexorável da tecnociência (ou no seu jargão, o desenvolvimento das ‘forças produtivas’) seria a força motriz da história que, precionando as ‘relações técnicas e sociais de produção’, levaria a sucessivos e mais avançados ‘modos de produção’. Para eles, a tecnociência não é controlada pelo Homem; é ela que, utilizando-se do avanço do conhecimento do mundo natural, verdadeiro e neutro, molda (e empurra para um futuro cada vez melhor) a sociedade mediante as exigências de eficiência e progresso que ela mesma estabelece (Dagnino, 2006, p. 8).

Essa percepção de neutralidade tecnológica fica evidenciada, por exemplo, no escrito de Guevara, de 1964, ao abordar o sistema orçamentário de financiamentos, que diz:

As formas de condução da economia, como aspecto tecnológico da questão, devem ser tomadas de onde estejam mais desenvolvidas e possam ser adaptadas à nova sociedade. A tecnologia da petroquímica do campo imperialista pode ser utilizada pelo campo socialista sem temor de contágio da ideologia burguesa. No ramo econômico (em tudo o que se refere a normas técnicas de direção e controle de produção) acontece o mesmo (Guevara, 1989, p. 59).

Ou seja, na perspectiva neutra, a tecnologia/tecnociência que está a serviço do capital e que oprime a classe dos trabalhadores é a mesma que, ao ser apropriada pela revolução



socialista, a libertaria e construiria o ideal revolucionário socialista (Dagnino, 2006). A perspectiva da neutralidade da ciência e da tecnologia também fica evidenciada na fala de Manuel Limonta (cientista e fundador do Centro de Biotecnologia de Cuba), em entrevista concedida em 18 de julho de 2017, ao dizer que:

(...) não há desenvolvimento econômico se não houver desenvolvimento científico e tecnológico. Porém, o desenvolvimento tecnológico realizado em países com ideologia capitalista é pensado a partir da propriedade privada, em que grupos se unem e criam empresas e investem no desenvolvimento científico visando resultados que serão privados. Em Cuba, por sua vez, a preocupação e o interesse no desenvolvimento científico, tecnológico e educacional está no Estado e a motivação está em satisfazer a necessidade de todos visando melhor qualidade de vida para a população. Assim, no caso da alimentação, por exemplo, há que se ter em mente que a população está crescendo e o planeta é finito. Neste sentido, é necessário investigar para aumentar a produção de alimentos. Se a técnica do alimento geneticamente transformado for bem aplicada, bem focada, pensando nos seres humanos, pensando em facilitar a alimentação, ela pode trazer bons benefícios e não, necessariamente, ser daninha e não necessariamente produtora de câncer (Limonta, 2017, s/p).

A partir da segunda metade dos anos de 1990, Cuba passou a efetivar a política de criação dos Polos Científicos, cuja criação pode ser entendida como um feito fundamental para a integração da ciência, da inovação tecnológica e da produção, principalmente na área da biotecnologia. Para a sua criação, foram estabelecidos princípios básicos com o propósito de responder às necessidades econômicas e sociais do território e que demandam conhecimentos científicos e tecnológicos para efetivar ações desde a concepção até a comercialização de produtos. Uma de suas estratégias consistiu em realizar a inter-relação Universidade-Comunidade-Empresa, visando o desenvolvimento da

(...) formación y capacitación de los recursos humanos. Creación de un entorno idóneo para la interacción entre la investigación básica, la investigación aplicada y la innovación tecnológica. Lugares desde donde se potencie la creación de nuevas empresas tanto en los ámbitos universitarios como empresariales. Promotores e líderes que personifiquen los proyectos y posibiliten el surgimiento de bases tecnológicas, cuyas actividades coincidan con el perfil de las investigaciones de los centros de excelencias y de instituciones académicas (Cortez, 2011, s/p).

Resumidamente, o objetivo primordial dos Polos Científicos foi impulsionar o desenvolvimento econômico e social do país ou da região onde interagem seus principais atores, que são as universidades, as empresas e os governos. Com tais características, foi criado, em 1991, o Polo Científico del Oeste de La Habana, com o objetivo de levar adiante o incremento da biotecnologia, da indústria médico farmacêutica e de tecnologias avançadas para solucionar problemas de saúde, alimentação e contribuir na obtenção de divisas para o



país através de produtos competitivos. Posteriormente, foram criados os Polos temáticos Industrial e de Humanidades, ambos na capital de Cuba. Em 1992, foram criados os dois primeiros Polos Territoriais: um em Villa Clara e outro em Santiago de Cuba. Também foram criados novos Polos em outras províncias. Os Polos consistem em uma alternativa para a construção do desenvolvimento sustentável do território (Cortez, 2011).

Visando superar a PCTI da primeira metade dos anos de 1990, política que priorizava os vínculos entre universidade e empresa, com maior investimento nas áreas de tecnologia de ponta, sem uma vinculação sistêmica entre centros de investigação e universidades e com uma visão tradicional de inovação, grupos da universidade começaram, a partir de 1996, a se organizar para superar o modelo linear de inovação e construir novos espaços interativos de aprendizagem. A orientação voltava-se para a solução de problemas sociais relevantes, fundamentados em um sistema de inovação mais amplo que coloca a ênfase na aquisição e na utilização dos conhecimentos produtivos e inovadores, partindo do conceito de ‘sistema de inovação’, que engloba o conjunto de organizações que contribuem com o desenvolvimento de capacidades de inovação do país, da região e da localidade.

Assim, pode-se perceber que na prática cubana, até a primeira metade dos anos de 1990 a ciência, a tecnologia, a inovação e as técnicas de direção utilizadas no desenvolvimento industrial foram entendidas como neutras, pois muito se utilizou de experiências oriundas das práticas capitalistas. Porém, a partir da segunda metade dos anos 90, uma nova abordagem passa a fazer parte das políticas cubanas, sem, entretanto, romper com a busca no capitalismo para solucionar seus problemas científicos, tecnológicos e de inovação. Pelo menos uma parte dos profissionais da ciência, da tecnologia e da inovação deixam de pensa-las como neutras e buscam novas práticas sociais, econômicas e ambientais.

Paulatinamente, houve a intensificação do enfoque na agricultura sustentável como diretriz tecnológica fundamental da política agrícola, em consonância com a Agenda 21 e em oposição aos ideários da Revolução Verde em vigor desde a implantação do governo revolucionário. A essa mudança, Lamar; Roach (2018) chamam de “giro epistemológico”, em que os ensinamentos dos cursos universitários passaram a ter por base os princípios da agroecologia, da sustentabilidade, do enfoque holístico, da interdisciplinaridade com ênfase no desenvolvimento local sustentável e com uma perspectiva mais crítica da ciência e da tecnologia.



Foi nesse período que se implantou o fomento do desenvolvimento endógeno e local, e foi reorganizado o sistema de ciência e inovação tecnológica com o ideal de “(...) mayor especialización, integración y aplicación de los logros en ciencia y tecnología (sobre todo biotecnológicos) encarnó en el sistema de Polos Científico-Tecnológicos” (Lamar; Roach, 2018, p. 4). Em diversos cursos universitários, foi introduzindo o ensinamento sobre Problemas Sociais da Ciência e da Tecnologia (PSCT). Segundo Lamar e Roache (2018),

(...) esta materia de PSCT es la forma en que se recepcionó en Cuba la reflexión globalizada en materia de Epistemología, Cienciología, Filosofía de la Ciencia, Filosofía de la Tecnología, Sociología del Conocimiento, los Estudios Sociales de la Ciencia y la Tecnología o Ciencia, Tecnología y Sociedad (Estudios CTS) (Lamar; Roache, 2018, p. 9).

Ademais, ela colocou em xeque a visão positivista, científicista, desenvolvimentista

objetivista y universalista de la ciencia y la tecnología, el progreso científico, el progreso tecnológico, y sus relaciones con el progreso social. Paulatinamente, a especialización disciplinar pasa a dar lugar a un saber interdisciplinar, integral e versátil proporcionando un enfoque holístico sobre os problemas e o desarrollo locales. O *slogan* que caracterizaba esta nova realidade era: “¡El municipio se convierte en una gran aula!” (Lamar; Roache, 2018, p. 7)

A partir dessa perspectiva, a inovação, para vários formuladores da política, passou a ser entendida como um fenômeno interativo, convergindo fatores sociais, políticos, institucionais e culturais, em que se afirma o caráter interdependente – em rede – e de não linearidade nos processos de inovações. Nessa proposta, a aprendizagem é considerada um meio fundamental de inovação e passa a requerer uma forte interação entre universidade, centros de investigação, todos os níveis de governo, regulações jurídicas, sistema educativo. Além disso, a atenção está centrada nos Arranjos Produtivos Locais (conjunto de empresas produtivas de insumos e equipamentos, de consultoria e serviços), que atuam em um mesmo espaço geográfico e em interação com outros atores locais tais como: instituições públicas e privadas, escolas, universidade, instituições de investigações, financiamento, entre outras (Reyes; Martínez; Rodríguez, 2011) e no conjunto de atores que participam do processo de inovação.

Assim, gradativamente, foi se desenvolvendo no interior da universidade cubana a perspectiva que pensa a sociedade para além do mercado. O conhecimento e a ciência até podem se voltar para as demandas comerciais, porém, devem, principalmente, voltar-se para as necessidades sociais. Assim, a partir do modelo interativo, fica facilitada a participação da universidade no sistema de inovação, em que os papéis da universidade podem ser:



1) Provee a los graduados universitarios. 2) Asegura educación de posgrado. 3) Ejecuta una parte importante de las actividades de investigación y desarrollo del país. 4) Participa de la construcción de las políticas públicas. 5) Es responsable del entrenamiento de ejecutivos. 6) Contribuye a apoyar estrategias locales de desarrollo (Jover; Arriete, 2014/2015, p. 36).

Visto estes aspectos sobre a universidade com sua produção de ciência, tecnologia e inovação que deixou de ser vista apenas como neutra para aglutinar também a visão crítica, cabe-nos, a partir de agora, tecer considerações sobre a ciência, tecnologia e inovação que contribuem para o DLSC no século XXI.

### **A Universidade com sua Ciência, Tecnologia e Inovação no Século XXI**

Uma primeira mudança que aconteceu nas universidades de Cuba no início do século XXI, especificamente a partir de 2002, foi denominado por Jover et al. (2015) de “giro territorial”, cujo principal aspecto foi a criação das Sedes Universitárias Municipais (SUM) em 169 municípios, possibilitando a municipalização do ensino superior. “Su tarea fue la de ofrecer estudios de pregrado en carreras preferentemente de ciencias sociales y humanidades, que podían desarrollarse con recursos relativamente modestos” (Jover, Arriete, 2014/2015, p. 37). Desde então, Cuba passou a ter um sistema nacional de pós-graduação e uma rede de universidades e centros de ‘Investigação + Desenvolvimento + Inovação’ (I+D+I) em todo território nacional. Além disso, as universidades criaram mecanismos para facilitar a inovação tecnoprodutiva e social, cuja agenda de investigação e formação passou a se vincular com as necessidades do desenvolvimento social (Jover, 2017).

Atualmente, as antigas SUM são chamadas de Conselhos Universitários Municipais (CUM) e atuam como aglutinadores de patrimônio humano e inovador do local; como agentes de conhecimento que ajudam a pensar o local; participam na elaboração de estratégias de desenvolvimento apoiados no conhecimento; participam na formação de recursos humanos; identificam arranjos produtivos locais e refletem sobre os conhecimentos e as tecnologias necessários para o desenvolvimento local; promovem nos atores locais uma visão integrada e holística do desenvolvimento local com a orientação do desenvolvimento sustentável, equitativo e inclusivo. Para Jover, em entrevista concedida em 20 de julho de 2017, “a tecnologia é, essencialmente, conhecimento que deve ser produzido, disseminado e usado sempre em função da solução criativa de problemas básicos, como por exemplo, de água, alimentação, habitação, saúde etc (Jover, 2017).



Em sua perspectiva de ‘ciência integrada’, a ciência e a tecnologia são entendidas como processos sociais que devem existir para beneficiar os grupos humanos, ampliar seus conhecimentos e melhorar a qualidade de vida. A inovação, por sua vez, passou a ser entendida e difundida como o “conjunto de organizaciones que contribuyen al desarrollo de capacidades de innovación de un país, región, sector o localidad. Se constituye de elementos y relaciones que interactúan en la producción, difusión y uso del conocimiento” (Jover; Arriete, 2014/2015, p. 31). Para estes autores, inovar é “aprender a producir y usar conocimiento nuevo o aprender a combinar y utilizar conocimientos existentes, en nuevas formas, ante viejos y nuevos problemas” (Ibidem, p. 31).

A inovação que daí resulta é aquela que se volta para as soluções criativas de velhos e novos problemas nos setores produtivos material, cultural e simbólico, bem como na organização de governança em âmbito local. Esse tipo de inovação é denominado de “(...) Sistemas de Innovación Local (SIL) que, por sua vez, é definido como “un conjunto de elementos y relaciones que interactúan en la producción, absorción, difusión y uso de conocimientos para fines de interés social” (Jover; Quiñones, 2016, p. 201).

A partir de 2006, professores universitários juntamente com membros do Ministério da Educação Superior (MES) criaram o Programa de Gestión Universitaria del Conocimiento y la Innovación para el Desarrollo (GUCID), visando aproximar o ensino superior com o Desenvolvimento Local. A partir de então, as universidades passaram a ampliar as agendas com temas do desenvolvimento local e articulá-los com as atividades de ciência, tecnologia e inovação. Sobre a tecnologia, Jover, outros membros da equipe do GUCID dizem que ela é mais que uma ciência aplicada e não é apenas artefato. Ela inclui conhecimentos e práticas sociais e pode ser definida como:

(...) una actividad humana que tiene lugar en contextos socio-históricos y que no se rige por un modelo unidireccional unívoco causa-efecto en donde el desarrollo científico sea condicionante exclusivo del desarrollo tecnológico. Incluye conocimiento del usuario, conocimiento tácito, entre otros. Nada es absolutamente tecnológico, lo social siempre está presente. Por eso las tecnologías no funcionan igual en todas las sociedades y contextos (Jover; Quiñones, 2016, p. 196).

Em entrevista concedida em La Habana, em 20 de julho de 2017, Jorge Nuñez Jover disse que, na perspectiva do GUCID,

(...) ao se falar em tecnologia e inovação, se está falando sobre a aprendizagem do produtor, sobre o centro de investigação universitário trabalhando conjuntamente com os camponeses para buscar melhor qualidade de sementes. Se está falando sobre a articulação entre



universidade e governos locais para melhorar a participação social na governabilidade assim como, no desenvolvimento territorial local. Nesta perspectiva, a inovação é pensada para além do mercado, defendida como a solução criativa de problemas não, apenas, material, mas também, simbólico e cultural e ela acontece pela inter-relação entre produtores, usuários, pesquisadores, buscando uma continuidade entre aprendizagem-inovação-solução criativa e bem-estar humano (Jover, 2017, s/p).

Nesse mesmo sentido, prossegue Jover afirmando que

(...) quando pensamos sobre tecnologia nos distanciamos daquela visão que pensa a tecnologia como somente um artefato e na alta tecnologia. Pensamos a tecnologia como sendo, essencialmente, conhecimento que deve ser produzido, disseminado e usado, sempre, em função de soluções criativas de problemas de qualidade da água, moradia, saúde, ou seja, em função de problemas da população, vinculada com orientações científicas e pela perspectiva social. Ao se pensar em tecnologia há que se pensar nos interesses que estão orientando a tecnologia: se a orientação é o social ou é a lucratividade. Na orientação reside a sua aplicação. As universidades e o centros de investigação estão ampliando as orientações tecnológicas e da inovação no sentido de privilegiar o desenvolvimento local (Ibidem, s/p).

Apresentadas estas considerações sobre universidade com sua ciência, tecnologia e inovação, passamos agora a apresentar situações concretas da relação destas instituições com o desenvolvimento local em Cuba.

### **Casos Exitosos da Aproximação da Universidade com o DLSC**

Como exemplos profícuos da relação entre universidade e Desenvolvimento Local, apresentam-se algumas redes sócio-técnicas exitosas em Cuba. O primeiro exemplo é o da Rede de Eco-materiales para el Hábitat Sostenible da Universidad Central de Las Villas, que atua no sentido de minimizar o *déficit* habitacional cubano devido, principalmente, aos fenômenos meteorológicos (Jover, et al., 2015). Participa ativamente dessa rede o Centro de Investigación y Desarrollo de Estructuras y Materiales (CIDEM) – criado em 1992, na Universidade Central de Las Villas –, com a missão de investigar materiais de construção para habitação. Em 2007, o projeto recebeu o Prêmio Nacional de Inovação Tecnológica e, em 2011, o prêmio “Pergamino de Honor”, outorgado pela Habitat das Nações Unidas – a mais prestigiosa distinção que se outorga aos assentamentos humanos em todo o mundo.

A rede está sustentada em uma tecnologia habitacional que visa à fabricação em escala municipal, mediante recursos e matérias-primas locais, na qual participa governo municipal, instituições do setor de moradia, famílias beneficiadas, universidades dentre outros setores. A produção dos materiais tem por base um pacote tecnológico que o CIDEM denomina de “eco



materiais”, devido aos seus benefícios econômicos e ambientais, dos quais se destacam o cimento puzolamico CP40 e as telhas de micro concreto<sup>3</sup>.

O segundo exemplo de êxito da relação entre universidade e Desenvolvimento Local refere-se ao Programa de ‘Innovación Agropecuario Local’, que visa à produção de alimentos através da solução de dois desafios: 1) fazer uma agricultura de baixos insumos e com princípios ecológicos e 2) substituir a importação de alimentos para alcançar a autonomia alimentar. Nessa experiência, um dos atores que se destaca é o Instituto Nacional de Ciencias Agrícolas (INCA), fundado em 1970, com a missão de “(...) generar y transferir conocimientos actualizados, tecnologías integradas y nuevos productos de biotecnología, ciencia vegetal y sistemas sostenibles para aumentar la producción agrícola” (Jover et al., 2015, p. 236)<sup>4</sup>. Uma das áreas de trabalho é o melhoramento genético das plantas, que acontece através do Programa de Diseminación del Fitomejoramiento Participativo (FP) em Cuba, envolvendo a participação do INCA, de outras instituições acadêmicas e produtores de cooperativas agropecuárias que trabalham no melhoramento de sementes de milho, feijão e arroz. O FP desenvolve diagnósticos locais, feiras locais de biodiversidade e fomenta processos de experimentação agrícola. Sua filosofia diz que “(...) no existen semillas mejores o peores; existen semillas para diversas culturas y diversos agrossistemas” (Ibidem, p. 237).

Na segunda fase do programa de FP, foi desenvolvido, a partir de 2007, o Programa para fortalecer a Inovação Agropecuária Local (PIAL), visando apresentar soluções complementares para aumentar a segurança e soberania alimentar local. A rede PIAL tem disseminado em dez províncias do país espécies, variedades e tecnologias em consonância com o meio ambiente, proporcionando assim o empoderamento e a participação dos agricultores, assim como o enfoque de gênero, que busca ampliar a equidade e visibilidade do papel produtivo das mulheres no contexto rural.

O trabalho em rede teve sua consolidação com a criação dos Centros Locales de Innovación Agropecuaria (CLIA), tendo em vista o alcance obtido na constituição de uma massa crítica facilitadora da inovação agropecuária local. Por essa via, foi possível a participação multisetorial no desenho, construção e implantação de tecnologias locais. O PIAL tem proporcionado processos de desenvolvimentos inclusivos através da promoção de

<sup>3</sup> Ver [www.ecosur.org/index.php/ecomateriales/cimento-puzol%c3%A1nico/40-calidad-del-cp-40](http://www.ecosur.org/index.php/ecomateriales/cimento-puzol%c3%A1nico/40-calidad-del-cp-40)

<sup>4</sup> Ver também: [www.inca.edu.cu](http://www.inca.edu.cu)



espaços participativos. Nesse sentido, o Programa atua como interface entre a investigação científica e a transformação real nos contextos locais.

En términos de soberanía alimentaria, el programa ha disminuido los niveles de dependencia externa de las producciones, promovido el liderazgo de los campesinos y aumentado el rendimiento de cultivos y animales. En términos de calidad de vida, los campesinos incorporados han multiplicado el valor del autoconsumo familiar, diversificado su alimentación en base a frutas y vegetales, mejorado el estado constructivo de sus casas y superado algunos niveles de desigualdad de género (Jover et al. 2015, p. 240).

Finalmente, o último projeto que se destaca na práxis do Desenvolvimento Local de Cuba é o Projeto Biomas Cuba, de 2008. Ele constitui uma alternativa socioeconômica fundada na agroecologia e na biomassa como fonte renovável de energia, ajudando na melhoria das condições de vida da população rural. O projeto visa o desenvolvimento de alternativas tecnológicas locais para a geração de energia, com o objetivo de reduzir o uso de combustíveis fósseis e, conseqüentemente, promover benefícios ambientais.

Las alternativas tecnológicas que despliegan apuntan a la producción de biogás y su aplicación directa como combustible o transformándolo en energía eléctrica a partir de desechos del agroecosistema. Persigue también la producción y utilización de biodiesel a partir de plantas oleaginosas no comestibles y sus productos derivados para la alimentación animal y la gasificación de residuos agroforestales y agrícolas para la producción de electricidad en pequeñas comunidades rurales aisladas del sistema energético nacional. Dichas alternativas se encuentran en marcha en 14 municipios pertenecientes a 5 provincias del país (Jover et al., 2015, p. 241).

Esses exemplos explicitam que a educação superior pode servir de ponte entre o conhecimento, a ciência e a tecnologia para o Desenvolvimento Local, em destaque para uma ciência e uma tecnologia que no Brasil são adjetivadas de social. Além disso, as inovações se apoiam e promovem a investigação científica que facilitam os fluxos dos conhecimentos e tecnologias alternativas. Assim, o contexto local tem demandado não só aprendizagem transdisciplinares, mas também, o diálogo com produtores agricultores, portadores dos seus próprios saberes e experiências. Os casos mostram também o papel da educação superior como promotora “(...) de tecnologías que ayudan a resolver problemas sociales y conectan directamente con las necesidades cotidianas de las personas, respaldando dinámicas de inclusión, equidad y bienestar” (Jover et al., 2015, p. 245).

Vistos os aspectos que consideramos relevantes para a compreensão do papel da Universidade com sua ciência, tecnologia e inovação no desenvolvimento local cubano, passaremos agora a discorrer sobre um outro ator social que desempenha importante papel no



processo de efetivação do Desenvolvimento Local Sustentável Cubano, qual seja: o Fórum de Ciência e Técnica.

### **Fórum de Ciência e Técnica**

A ideia do fórum surgiu em dezembro de 1980, com Fidel Castro, quando, diante do bloqueio estadunidense e da dificuldade de se obter peças de reposição, houve um consequente aumento de gastos com a importação das mesmas. Efetivamente, o fórum surgiu em 1981 com a denominação de “Forum Nacional de Piezas de Repuesto”, visando impulsionar a fabricação e recuperação de peças para diminuir a necessidade de importações. Essa atividade foi organizada com todos os ministérios que, de alguma forma, lidavam com a necessidade de peças de reposição. Juntos, criaram a Comissão Nacional de Peças de Reposição, que aglutinou trabalhadores experientes, tecnólogos e engenheiros de diferentes ramos da indústria, buscando, de forma voluntária, solucionar problemas referentes às peças de reposição.

A Comissão Nacional, não é uma instituição estatal nem administrativa. Para alguns, ela é um movimento com espírito de cooperação que resultou da necessidade de desenvolvimento do país, tornando-se uma espécie de instrumento político-ideológico para o trabalho. Além disso, ela pretende a integração da ciência com a técnica na busca de soluções práticas que demandam no dia-a-dia das empresas e dos serviços. No ano de 1986, durante a realização do IV Fórum, a denominação passou para “Forum de Piezas, Equipos y Tecnologías Avanzadas”; já no VII Fórum, passou a ter a denominação de “Forum Nacional de Ciencia y Técnica”, cujo objetivo fundamental foi o de “(...) impulsar la introducción y generalización de los avances científico-técnicos en el país por medio de un movimiento masivo que agrupa a miles de creadores en Cuba” (Díaz et al., 2005, p.2). Cabe ressaltar que o VII Fórum aconteceu no período denominado de “período especial em tempo de paz”, quando Cuba passa a viver o segundo bloqueio originado pelo fim do socialismo europeu e que resultou na perda de produtos oriundos do bloco socialista.

Para Maria de Carmem Barroso Gonçale, diretora do Departamento de Relações Internacionais da Asociación Nacional de Agricultores Pequeños (ANAP), em entrevista concedida em 3 de agosto de 2017,



(...) Os Fóruns de Ciência e Técnica existem por que não foi possível outra opção. Ele serviu e serve para solucionar problemas que não podem ser solucionados devido ao bloqueio. Ele acontece desde a base, na cooperativa ou na fábrica, em âmbito municipal, provincial e nacional (Gonçale, 2017, s/p.).

Sua organização começa a partir do Fórum de Base, que acontece no âmbito das empresas e/ou instituições em que participam pessoas com diferentes níveis de qualificação técnica e acadêmica, constituindo dois grupos: um conhecido por ‘jovens criadores’ (composto por pessoas de ambos os sexos e com até de 35 anos), que constitui as “Brigadas Técnicas Juveniles” (BTJ), também denominados de Brigadistas; e o grupo formado por criadores de ambos os sexos (com mais de 35 anos), que constituem os “Comites de Innovadores y Racionalizadores” (CIR), também denominados de Aniristas. Os dois grupos trabalham em estreita colaboração com uma determinada instituição, que conta com um “banco de problemas”, construído por aqueles que na instituição atuam. Os aniristas, a partir do banco de problemas, elaboram um plano temático para obtenção das respectivas soluções, com a efetiva participação dos brigadistas. Os trabalhos passam por um processo de seleção e os selecionados são enviados ao Fórum municipal.

No Fórum municipal é desenvolvido um programa de atividades parecido com o que se realiza na base, com um evento técnico em que são escolhidos os trabalhos que serão enviados ao Fórum Provincial, que é realizado a cada dois anos. Anualmente, é elaborado um resumo das conquistas obtidas e dos problemas que continuam pendentes. Após o Fórum Provincial, acontece o Fórum Nacional (a cada dois anos), em que são recebidos os trabalhos selecionados nos Fóruns das províncias. Acontece, então a socialização dos resultados das inovações e racionalizações, realizadas no país em seus distintos níveis.

Para Jover, em entrevista realizada em 20 de julho de 2017, em La Habana,

O Fórum de Ciência e Técnica é uma experiência que acontece em diferentes espaços laborais em que as pessoas têm que encontrar soluções para os problemas que lhes aparecem constantemente. Seja pela necessidade de substituir uma matéria-prima que falta, ou precisando repor peça de uma máquina que não se consegue devido aos problemas de importação. Há que se aprender novas coisas para aumentar a produção, há que se ter conhecimento para o melhor funcionamento de qualquer organização. O Fórum é relevante, pois, coloca em evidência, articula, organiza e reconhece o esforço de pessoas que trabalham em organizações e que não estão diretamente envolvidas com a inovação. Porém, aqui não se está falando de inovação vinculada à inovação mais Desenvolvimento, necessariamente. Não se está falando em inovação *high tech*. Estamos falando de inovação em âmbito laboral, onde o Fórum é o espaço que permite, periodicamente, que os trabalhadores ponham sobre a mesa o como será feito para que as empresas funcionem e isso, de forma horizontalizada em que o trabalhador, o engenheiro, o cientista debatem e decidem conjuntamente sobre os rumos da organização (Jover, 2017).



Em âmbito nacional, o Fórum se articula com a Asociación Nacional de Innovadores y Racionalizadores (ANIR), que acionam os brigadistas e, juntamente com os aniristas, aperfeiçoam, divulgam e generalizam as devidas soluções apresentadas desde a base. Participam do Fórum de Ciencia y Técnica muitas instituições dedicadas à investigação, à docência, à produção e à assistência. Tais instituições constituem os grupos de cooperação tecnológica. Esses, no âmbito das províncias, difundem e revisam as soluções com as direções administrativas, e propõem a

(...) incorporación a los bancos de soluciones generalizables y a planes de generalización. Los planes de generalización recogen los resultados de las innovaciones y racionalizaciones realizadas en cada entidad y programan su introducción, tanto en la entidad creadora como en otras organizaciones que puedan servirse de ellas (Díaz et al., 2005, p.4).

Em 1993, foi realizado o VIII Fórum, o primeiro denominado Fórum de Ciencia y Técnica, cuja tarefa central era investigar os problemas do armazenamento de combustíveis, eletricidade e eficiência energética, considerando as dificuldades que o país vivia no período especial. No IX Fórum (1994), foram inscritos duzentos e sessenta e três mil trabalhos com um milhão de participantes. No século XXI, o Fórum amadurece na organização, atingindo maior diversidade, intensidade e sistematicidade, aproximando-se do Ministerio de Ciencia, Tecnología y Medio ambiente. A partir daí ele passou a ter uma direção colegiada, além de ser incorporado aos controles governamentais, aumentando, assim, a participação dos ministérios. Em 2013, os principais temas de trabalho foram: economia, eficiência energética e energia renovável; generalização de soluções úteis e substituição de importações; produção de alimentos, saúde, educação, informática, biotecnologia, indústria farmacêutica; e cuidado com o meio ambiente.

Embora não existam metas previamente estabelecidas, seja por parte do Estado ou pela direção de uma determinada instituição, pois o Fórum começa com os problemas oriundos na base, visando criar o ambiente necessário para buscar soluções aos problemas que incidem negativamente nos objetivos da instituição e, assim identificar e confeccionar o banco de problemas para a realização das respectivas propostas de soluções, cada Comissão Nacional, da província ou do município está presidida por um dirigente do governo e, por isso, o Movimento do Fórum acaba sendo orientado e guiado pelo Partido Comunista. Há que se destacar, contudo que o Movimento não se guia pelas regras do mercado ou por mecanismos



mercantis: “Su esencia es la cooperación con espíritu socialista y solidaridad humana y revolucionaria” (Forum De Ciência Y Técnica)<sup>5</sup>.

Em 2018, aconteceram vários Fóruns de base, por exemplo, o da Universidad Central “Marta Abreu” de Las Villas, realizado entre abril e setembro daquele ano, com as seguintes prioridades de investigação:

1) Producción de alimentos, especialmente de alimento animal; 2) Energía, con prioridad a las renovables; 3) Medio ambiente y el impacto del cambio climático en Cuba; 4) Informatización y automatización de la sociedad cubana; 5) La situación demográfica, con el envejecimiento de la población; 6) El agua y los recursos naturales; 7) El desarrollo territorial urbano; 8) La industria satelital; 9) La sustitución de las importaciones de materias primas y piezas de repuesto en la producción de medios de enseñanza; 10) El incremento de la producción De Software Y Videos Educativos Para La Docencia Y El Extensionismo De Resultados De I+D (Vigo, 2019, s/p).

Outro exemplo de Fórum que aconteceu em 2018 foi o XII Fórum de Ciencia y Técnica do Centro Nacional de Información de Ciencias Médicas (CNICM), em 31 de maio de 2018, na cidade de La Habana, cuja convocatória continha o seguinte texto:

El Consejo de Dirección, el Partido, La Juventude y el Sindicato del CNICM; invita a los trabajadores a presentar trabajos de innovación que aborden soluciones para los principales problemas de investigación de nuestro Centro (Médicas, 2019, s/p).

Em 2020 acontecerão os Fóruns nacionais. Não é difícil imaginar as importantes contribuições que o Fórum de Ciencia y Técnica proporcionará ao Desenvolvimento Local. Através dele, foram e serão elaboradas significativas soluções de problemas para as fábricas, escolas, hospitais e outras instituições da localidade, posteriormente implantadas em outras realidades que por ventura tenham necessidades de tais soluções.

### **Considerações Finais**

Em Cuba, como foi demonstrado, podemos identificar uma política de Estado voltada para a realização do Desenvolvimento Local utilizando-se de estratégias que se identificam com a visão de ciência, tecnologia e inovação desenvolvidas pela universidade que não parte, apenas, da racionalidade capitalista de produção. Ministérios, universidades, Fórum de Ciência e Técnica e outros atores e espaços públicos estão voltados para a realização do

<sup>5</sup> [https://www.ecured.cu/Forum\\_de\\_Ciencia\\_y\\_T%C3%A9cnica](https://www.ecured.cu/Forum_de_Ciencia_y_T%C3%A9cnica)



Desenvolvimento Local Sustentável, e isso demonstra a capacidade de reinvenção do povo e do Estado cubano diante das dificuldades enfrentadas, principalmente, pelos bloqueios impostos ao país. Entretanto, não podemos dizer que em Cuba existe tecnologia socialista.

Vimos que, pela história pós-revolução, a universidade passou por importantes mudanças identificadas pelos chamados ‘giros’ da investigação, da inovação, epistemológico e territorial. A partir do conteúdo apresentado, concluimos que houve um momento em que a produção do conhecimento deixou de se voltar, de forma preponderante, para o mercado, para a tecnologia de ponta e para a exportação, passando a ser orientada para a solução dos problemas concretos e básicos da população e para o Desenvolvimento Local e para a agroecologia com princípios da sustentabilidade. Porém, embora haja algumas poucas especificidades, a ciência, a tecnologia e a inovação em muito se identifica com o que se produz no campo capitalista.

Isso se verifica na proposta do desenvolvimento local cubano cuja origem está na organização capitalista de produção. Aliás, medidas adotadas pelo socialismo cubano, cuja origem está no viés capitalista, não foram poucas. Na busca de solução para os efeitos do bloqueio estadunidense, dentre eles, a falta de soberania alimentar, Cuba adotou os princípios da revolução verde, só mudando tal postura no final do século XX, quando passou a adotar gradativamente os princípios da agroecologia baseados na Agenda 21, que se fundamentam no desenvolvimento sustentável da Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e que em nada rompe com o modelo capitalista de produção. Além disso, no socialismo cubano, a visão de neutralidade da ciência, da tecnologia e da inovação, que foi e é comum na realidade capitalista, fizeram e ainda faz parte do seu contexto. Assim, arriscamos afirmar que Cuba, no seu processo de construção do socialismo, vive um processo em que se identificam, simultaneamente, práticas socialistas, na medida em que a propriedade dos meios de produção em sua maioria é controlada pelo Estado, e práticas oriundas do capitalismo, tais como, a busca pela sustentabilidade, o desenvolvimento local e outras estratégias mais.

Podemos concluir, também, que os cubanos vêm se esforçando para encontrar soluções dos seus problemas locais sem perder o *ethos* socialista, embora este esteja enfraquecido, através de setores da universidade que buscam reforçar o desenvolvimento local sem a privatização dos setores produtivos. Além disso, a experiência do Fórum de Ciência e Técnica, que é uma especificidade de grande relevância no processo cubano de



desenvolvimento científico e tecnológico, demonstra a prática da democratização na construção de novas tecnologias que se opõem, efetivamente, à produção de tecnologia convencional capitalista. Além disso, por viverem o processo de construção do socialismo há 60 anos, os cubanos internalizam/expressam mais intensamente os princípios da solidariedade e da preservação ambiental. Vivenciam e desenvolvem tecnologias e inovação voltadas para o Desenvolvimento Local. Buscam soluções tecnológicas para as empresas e instituições locais através do Fórum de Ciência e Técnica e, de certa forma, mantêm acesa a chama dos ideais socialistas na América Latina.

### Referências

ALBELO, Víctor Manuel Figueroa. *Transición extraordinaria del capitalismo al socialismo en Cuba*. 2006. Disponível em: <http://www.eumed.net/libros-gratis/2006b/vmfa/2c.htm>. Acesso em: 28/12/2018.

ALFONSO, Julia Matilde Campos. “Cuba frente al desarrollo local: consideraciones teórico-metodológicas y reflexiones para su aplicación”. *Revista Economía e Desarrollo*. La Habana, v.146, n. 1 – 2, jan./dez. 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/comocitar.aa?id=425541315002>. Acesso em: 22 jun. 2019.

CASTRO, Fidel. “Discurso pronunciado por el Comandante en Jefe Fidel Castro Ruz en la Demajagua, em 10 de octubre de 1968”. In: GONZÁLES, Ana Lamas; SUÁRES, Gladys López. *Antecedentes históricos de la Revolución Socialista de Cuba*. La Habana: Ministerio de la Educación Superior/ENPES, 1987.

\_\_\_\_\_. *Discurso pronunciado en la clausura del VI Foro Nacional de Piezas de Repuesto, Equipos y Tecnologías de Avanzada, efectuada en el palacio de las convenciones, el 16 de diciembre de 1991*. 1991. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1991/esp/f161291e.html>. Acesso em: 21 jun. 2019.

CEBALLOS, Glicería Gómez. “La gestión de proyectos como interface de la ciencia y la innovación para el desarrollo económico local. Una experiencia desde la Universidad de Pinar del Río, Cuba”. *Revista Economía e Desarrollo*. La Habana, v. 146, n.1 – 2. 2011. p.189 – 210.

CORTEZ, Liliana Suárez. “La relación entre Parques Científicos Tecnológicos y los Polos Científicos de Cuba como un espacio significativo en la formación de capacidades científicas para el desarrollo de



- la I+D+I". *Revista Contribuciones a las ciencias sociales*. Málaga, jan. 2011. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/cccsc/11/lcs.htm>. Acesso em: 11 jun. 2019.
- DAGNINO, Renato. "Conversa com um engenheiro que esteve em Cuba (ou uma reflexão sobre as dificuldades cognitivas para conceber a política universitária e de C&T a partir do contexto sócio-econômico)". *Revista de Ciência da Informação* - v.7 n.1 fevereiro, 2006.
- DÁVILA, Agustín Lage. "Ciencia y desarrollo: la encrucijada de los cubanos". *Revista Cuba Socialista*. La Habana, v.4, n.2, 2016. p. 154 – 165.
- DÍAZ-BALART, Fidel Castro. *Ciencia, innovación y futuro*. Barcelona: Editora Grijalbo, 2002.
- DÍAS, Elena Blanco. "Obstáculos a vencer en el desarrollo local. Estudio de caso: municipio Guanabacoa". *Revista Economía e Desarrollo*, v.151, n. 1 jan./jun.. 2014. p. 187-197.
- DÍAZ, Santovenia et al. *Forum de ciencia y técnica: las bibliotecas al servicio de la innovación científica y tecnológica en Cuba*. La Habana: Acimed, 2005. Disponível em: [http://bvs.sld.cu/revistas/aci/vol13\\_3\\_05/aci11305.htm](http://bvs.sld.cu/revistas/aci/vol13_3_05/aci11305.htm). Acesso em: 15 jun. 2019.
- FEENBERG, Andrew. "Racionalização subversiva: tecnologia, poder e democracia". In: NEDER, Ricardo Toledo. (org). *A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia*. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina / CDS / UnB / Capes, 2010.
- GONÇALE, Maria de Carmem. *Entrevista realizada em La Habana*, 2017.
- GUEVARA, Ernesto. *Che Guevara, textos econômicos: para a transformação do socialismo*. São Paulo: Edições Populares Analdino Rodrigues Paulino Neto, 1982.
- GUEVARA, Ernesto. *O socialismo humanista*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- JOVER, Jorge Nuñez. *Entrevista realizada em La Habana*, 2017.
- JOVER, Jorge Nuñez; QUIÑONES, Ariamnis Alcazar (Coord.). *Universidad y desarrollo local: contribuciones Latinoamérica*. México: UDUAL; Habana: Editorial Universitaria Félix Varela/ Ministerio de Educación Superior, 2016.
- JOVER, Jorge Nuñez; ARRIETE, Luis Félix Montalvo. "La política de ciencia, tecnología e innovación en Cuba y el papel de las universidades". *Revista Cubana de Educación Superior*. La Habana, v. 34, n.1, sep-dic. 2014/ ene-abr. 2015. p. 29 – 43.
- JOVER, Jorge Nuñez et al. "Educación superior, innovación y desarrollo local: experiencias en Cuba". *Revista Congreso Universidad*. La Habana, v. 4, n.5, jan. 2015. p. 228 – 248.



- JOVER, Jorge Nuñez; ARRIETE, Luis Félix Montalvo.” La política de ciencia, tecnología e innovación en la actualización del modelo económico cubano: evaluación y propuestas”. *Revista Economía y Desarrollo*. La Habana, v. 150, n. 2, jul-dic. 2013. p. 67 – 82.
- LAMAR, Adolfo Ramos; ROACH, Eduardo Francisco. “El giro epistemológico en la universidad agraria de La Habana (UNAH), Cuba”. *Revista Internacional de Educação Superior*. Campinas, v.4, n.2, maio/ago. 2018.
- LIMONTA, Manuel. *Entrevista realizada em La Habana*, 2017.
- MÉDICAS, Centro Nacional de Información de Ciencias. *XII Fórum de Ciencia y Técnica 2018*. Disponível em: <http://forocnicm.sld.cu/index.php/foro2018/2018>. Acesso em: 22 jun. 2019.
- PCC. *VI Congreso del Partido Comunista de Cuba: información sobre el resultado del debate de los Lineamientos de la política económica y social del partido y la revolución*. La Habana, 2011.
- \_\_\_\_\_. *VII Congreso del Partido Comunista de Cuba: actualización de los Lineamientos de la política económica y social del partido y la revolución para el período 2016-2021*. La Habana, 2016.
- \_\_\_\_\_. *Lo extraordinario UNE a los Hombres: proceso electoral cubano*. La Habana: Editora Política, 1993.
- PÉREZ, Maricela M. González et al. “Redes de gestión del conocimiento universidad-gobierno para el desarrollo local. Experiencias de innovaciones organizacionales e institucionales en los municipios de la provincia de Pinar del Río, Cuba”. In: JOVER, Jorge Nuñez e QUIÑONES, Ariamnis Alcazar. *Universidad y desarrollo local: contribuciones latinoamericanas*. México: UDUVA; Habana: Editorial Universitaria Félix Varela, 2016.
- PÍREZ, Pedro Matínes. *Entrevista realiza em 14 de julho*, La Habana, de 2017.
- REYES, Rafael M., MARTÍNEZ, Yariel, RODRÍGUEZ, Silvia C. “La universidad cubana, gestión de conocimiento, tecnología y sociedad. Su modelo educativo en la experiencia de Yaguajay”. *Revista Economía y desarrollo*, v. 146, n.1-2, 2011.
- SEGURA, Carmen Magaly León; LÓPEZ, Odalys Peñate. “Territorio y desarrollo local”. *Revista Economía y desarrollo*. La Habana, v. 146, n.1 – 2, jan/dez. 2011. p. 5 – 18.
- SEGURA, Carmen Magaly León. “El municipio y los procesos de desarrollo local en Cuba”. *Revista Economía y Desarrollo*, La Habana, V. 150, n. 2, jul-dic. 2013.



VEGA, C. Sinaí Boffill; et al. “¿Cómo evaluar el desarrollo local en Cuba? Caso Yaguajay”. *Revista Congreso Universidad*. La Habana, v.1, n.1. 2012. p. 1 – 11.

VIANI, Marina Majoli. *Ciencia y desarrollo em Cuba: aspectos del desarrollo científico y tecnológico cubano (1959-1999)*. 1999. Tese (Doutorado) – Curso de Departamento de Sociología., Universidade de La Habana, La Habana, 1999.

VIGO, Liset Hernandez. *Convocatoria al Fórum de Ciencia y Técnica 2018*. Disponível em: <https://www.uclv.edu.cu/convocatoria-al-forum-ciencia-tecnica-2018/>. Acesso em: 22 jun. 2019.

VILABOY, Sergio Guerra. *Cuba a la mano: Anatomía de un país*. Barranquilla: Editorial Universidad del Norte, 2015.

## **A Universidade, o Fórum de Ciência e Técnica e o Desenvolvimento Local Sustentável em Cuba**

### **Resumo**

Nesta contribuição sobre os 60 anos da Revolução Cubana, examina-se a contribuição da universidade (com sua ciência, tecnologia e inovação) e do Fórum de Ciência e Técnica para o “desenvolvimento local sustentável” cubano. Os dados aqui mobilizados resultam de entrevistas realizadas com profissionais cubanos, em julho de 2017, e também, de material bibliográfico obtido a partir dos contatos então estabelecidos. Verifica-se que a universidade cubana passou, ao longo dessas seis décadas, por importantes mudanças: a produção de conhecimento, antes preponderantemente voltada para o mercado, para a tecnologia de ponta e para a exportação, passou a ser orientada para a solução dos problemas concretos e básicos da população. Essa realidade se expressa nos exemplos exitosos da relação entre universidade e desenvolvimento local. As inovações se apoiam na (e promovem a investigação científica, facilitando os fluxos de conhecimento e a geração e disseminação de tecnologias alternativas. Neste contexto, ganha destaque a experiência do Fórum de Ciência e Técnica, uma especificidade do processo cubano de desenvolvimento científico e tecnológico. Ela indica a relevância da democratização da construção de novas tecnologias – que contrasta significativamente com as tecnologias convencionais capitalistas, assim mantendo acesa a chama dos ideais socialistas.

**Palavras-chave:** Ciência, Tecnologia e Inovação. Cuba. Desenvolvimento Local Sustentável. Fórum de Ciência e Técnica. Socialismo. Universidade.

## **La Universidad, el Foro de Ciencia y Técnica y el Desarrollo local Sostenible en Cuba**

### **Resumen**

En esta contribución sobre los 60 años de la Revolución Cubana, se examina la relevancia de la Universidad (con su ciencia, tecnología e innovación) y del Foro de Ciencia y Técnica al “desarrollo local sostenible” cubano. Los datos aquí movilizados resultan de entrevistas realizadas con profesionales cubanos, en julio de 2017, y también de material bibliográfico obtenido a partir de los contactos entonces establecidos. A lo largo de estas seis décadas, la Universidad cubana ha experimentado importantes cambios: la producción de conocimiento, antes orientada principalmente al mercado, a la tecnología de vanguardia y a la exportación, se ha orientado hacia la solución de los problemas concretos y básicos de la población. Esta realidad se expresa en los ejemplos exitosos de la relación entre la Universidad y el desarrollo local. Las innovaciones se basan en (y promueven) la investigación científica, facilitando los flujos de conocimiento y la generación y difusión de tecnologías alternativas. En este contexto, gana destaque la experiencia del Foro de Ciencia y Técnica, una especificidad del



proceso cubano de desarrollo científico y tecnológico. Ella indica la importancia de la democratización de la construcción de nuevas tecnologías – que contrasta significativamente con las tecnologías convencionales capitalistas, manteniendo así encendida la llama de los ideales socialistas.

**Palabras-clave:** Ciencia, Tecnología e Innovación. Cuba. Desarrollo Local Sostenible. Foro de Ciencia y Técnica. Socialismo. Universidad

## **The University, the Science and Technology Forum and Sustainable Local Development in Cuba**

### **Abstract**

In this contribution concerning the 60th anniversary of the Cuban Revolution we examine the contribution of the university (with its science, technology and innovation) and the Forum of Science and Technology for the “sustainable local development” in Cuba. The data mobilized here result from interviews conducted with Cuban professionals, in July 2017, and also, from bibliographic material obtained from the contacts then established. The findings suggest that the Cuban university has undergone major changes in the course of these six decades: the production of knowledge, which was previously predominantly oriented to the market, the state-of-the-art technology and the export, has become oriented towards solving the concrete and basic problems of the population. This reality is expressed in the successful examples of the relationship between the University and local development. Innovations are based on (and promote) scientific research, facilitating the flow of knowledge and the generation and dissemination of alternative Technologies. In this context, the experience of the Science and Technology Forum, a specificity of the Cuban process of scientific and technological development, is highlighted. It indicates the importance of the democratization of the construction of new technologies – which contrasts significantly with conventional capitalist technologies, thus keeping the flame of socialist ideals alight.

**Keywords:** Cuba. Science, Technology and Innovation. Socialism. Sustainable Local Development. The Science and Technical Forum. University.



DOI: 10.21057/10.21057/repamv13n3.2019.23385

## A Ação dos EUA na Venezuela: ONGs, Sociedade Civil e Neoliberalismo

Recebido: 07-05-2019

Aprovado: 03-07-2019

Tiago Santos Salgado<sup>1</sup>

O presente artigo tem o objetivo de analisar a ação do corpo diplomático dos EUA na Venezuela durante o governo Chávez, em particular entre os anos de 2004 e 2009, a partir da análise de documentos disponibilizados no site *Wikileaks*. Tal documentação, que conta com documentos produzidos pelo Congresso dos EUA e telegramas enviados da embaixada estadunidense em Caracas demonstram a relação da diplomacia estadunidense na Venezuela e as suas relações com a oposição ao governo venezuelano, assim como as suas interpretações acerca da processualidade histórica em curso durante o período proposto.

Desde que Chávez chegou à presidência da Venezuela em 1999, o país latino-americano se tornou um dos palcos mais importantes das lutas sociais na América Latina, uma vez que o então presidente representava uma ruptura com o sistema político até então existente, responsável pela implementação de políticas neoliberais que causaram uma série de tensões sociais e políticas no país. Ao dar início a intitulada Revolução Bolivariana, a antiga elite política venezuelana, que pela primeira vez desde 1958 se encontrava na oposição política, tendo sido derrotada nas urnas e perdendo o controle do Estado, começa a se articular para derrubar e desestabilizar o governo venezuelano, contando com apoio do governo dos EUA, que organizaram um golpe militar contra Chávez em 2002.

A Venezuela é entendida pelos EUA como um país de suma importância para sua política externa, uma vez que conta com as maiores reservas de petróleo do mundo<sup>2</sup> e geograficamente é próxima ao território estadunidense, o que facilita o comércio e diminui o

<sup>1</sup> Doutor em História pela PUC-SP. Membro do Centro de Estudos de História da América Latina (CEHAL-PUC-SP)

<sup>2</sup> Informação disponível em: <http://comunicacao.fflch.usp.br/node/1618>



custo relativo do óleo. O petróleo venezuelano serviu de base para a industrialização e para lucros de empresas estadunidenses desde, ao menos, a década de 1920, quando o governo venezuelano possibilitou a chegada de empresas estrangeiras com a intenção de explorar o petróleo no país. Assim, existe um grande interesse por parte do governo dos EUA em manter seus privilégios em relação ao país latino-americano, entendido como fonte segura de matéria prima e mercado consumidor.

Durante boa parte do século passado, as relações entre os países foram de aproximação, tanto comercial como diplomática, sendo a Venezuela considerada um modelo de democracia para a América Latina, uma vez que a última ditadura militar no país terminou em 1958, quando se instaurou a democracia liberal no país, que aproveitando das grandes receitas petrolíferas, conseguiu organizar um sistema de conciliação de classes, em que os movimentos sociais, em especial os de esquerda, foram reprimidos, cumprindo a agenda da Guerra Fria, e a burguesia nacional e internacional conseguia exercer o poder político, utilizando as receitas do Estado para possibilitar grandes obras de infraestrutura e distribuir, mesmo que de forma mínima, as rendas provenientes do petróleo (CORONIL, 2017).

Para se entender a correlação de forças sociais, assim como a posição da Venezuela na estrutura de circulação do capital é importante analisar a riqueza natural existente no país, o petróleo, e demonstrar como tal riqueza natural é controlada pelo Estado. Assim, a disputa classista pelo controle do Estado no país representa não apenas o controle político, mas também a possibilidade de administrar uma das maiores riquezas naturais do planeta, indispensável para a circulação e para a acumulação capitalista. Portanto, como já demonstramos, a história venezuelana é marcada pela importância do petróleo, que, segundo o Fernando Coronil (2017), transformou o Estado no grande operador dos recursos naturais, possibilitando a construção do mito modernizante do Estado, ou seja, através do investimento de um bem natural, que pertence a todos os venezuelanos, o país atingira a modernização.

A intensificação da exploração petroleira no país no início do século XX acabou por transformar a matriz produtiva venezuelana, uma vez que, o até então país agrário, passou a receber investimentos estrangeiros. Assim, boa parte da mão de obra migrou do campo para a cidade em busca de melhores salários nas empresas de petróleo e na área de serviços, enquanto que a produção agrícola foi substituída pela importação de produtos básicos e industrializados. Dessa forma, a Venezuela se tornou um país duplamente dependente do



mercado externo, já que necessitava vender petróleo e comprar todo tipo de produto, uma vez que a diversificação produtiva do país não consegue suprir a demanda nacional.

Nessa perspectiva, os EUA se tornaram os principais parceiros comerciais dos venezuelanos, atuando como comprador do petróleo e como fornecedor de produtos industrializados, em uma relação de proximidade diplomática e comercial entre os dois países. Durante os anos de 1980, em virtude dos empréstimos contraídos pelos governos venezuelanos para financiar o modelo político bipartidário vigente até então, e da crise capitalista que derrubou o preço do petróleo no mercado internacional, a Venezuela se alinhou com as diretrizes do Consenso de Washington para conseguir créditos e aportes financeiros para o pagamento da dívida junto ao Fundo Monetário Internacional. Dessa forma, o governo adotou medidas de austeridade, que adentraram a década de 1990 e que acabaram por rebaixar a já debilitada qualidade de vida dos venezuelanos.

A importância do petróleo venezuelano para os EUA e a forma como Chávez orientou seu discurso e sua agenda de políticas públicas foram as motivações que levaram os EUA a se alinharem com a oposição ao governo democraticamente eleito no país em 1998, mesmo que essa mesma oposição tenha sido a responsável por mergulhar o país em um caos administrativo e econômico que resultou na condição de miséria para grande parte dos venezuelanos.

A radicalização oposicionista se materializou no golpe de Estado contra Chávez em 2002. Na ocasião, uma parcela da burguesia nacional e dos militares, com apoio dos EUA (SALGADO, 2015), organizaram a ruptura democrática com a deposição do presidente, o cancelamento da Constituição aprovada em 1999 e do fechamento do Congresso, em uma clara demonstração do viés autoritário da oposição no país. No entanto, 48 horas depois de deposto, Chávez retornou ao cargo em função da pressão da população, que não apoiava os golpistas e exigia o retorno do presidente eleito.

O fracasso do golpe em 2002 demonstrou para os EUA que as táticas amplamente utilizadas durante os anos de 1960, 1970 e 1980 na América Latina para derrubar governos eleitos que não atendiam diretamente aos seus interesses não seria possível na Venezuela durante o século XXI.

Frente a tal situação, os EUA buscaram organizar a oposição venezuelana para conseguir derrubar o governo Chávez. Em outras palavras, se durante a Guerra Fria os EUA utilizavam os militares para desarticular a sociedade civil através da censura, da tortura, do



fechamento de partidos políticos, de sindicatos, do movimento estudantil e dos movimentos de camponeses, dessa vez os EUA iriam organizar a sociedade civil.

No entanto, para tal estratégia, os EUA iriam adotar uma definição bastante específica de sociedade civil, sendo considerados apenas os apoiadores dos interesses estadunidenses, ou seja, os grupos sociais que não se alinhavam com os EUA não faziam parte da sociedade<sup>3</sup>.

Assim, o governo estadunidense utilizou de diversas instituições, como a *Agência dos EUA para Desenvolvimento Internacional* (USAID), o *Escritório para Transição Internacional* (OTI) e a *The National Endowment for democracy* (NED), por exemplo, para financiar e treinar a oposição venezuelana, com o objetivo de organizar os setores que eles reconheciam como “sociedade civil” venezuelana contra o governo Chávez, buscando derrotá-lo nas urnas, ou, se não fosse possível, utilizando de um manto democrático para retirá-lo do poder político através da pressão de setores opositores, como a imprensa e parcelas da burguesia nacional e do capital internacional, em especial do financeiro.

Para Lars Schoutz, a política Externa dos EUA para a América Latina é movida pelo que o autor denomina “auto-interesse”, ou seja, a necessidade de proteger os interesses estadunidenses na região. Dessa forma, após o controle econômico exercido e imposto aos governos latino-americanos durante os anos de 1980 e 1990 com os pacotes de reajustes econômicos neoliberais determinados pelo FMI, atualmente o objetivo da diplomacia norte-americana é controlar o sistema de justiça e a democracia dos países da América Latina através da atuação de agências como a NED e a USAID (2000, p.11).

No mesmo estudo, o autor apresenta quais seriam os novos desafios para os EUA na América Latina com o fim da Guerra Fria e da URSS. Assim, com maior controle hegemônico na região, a diplomacia estadunidense identificou novos desafios no continente, sendo eles o problema das drogas, a má administração financeira dos latino-americanos e as ditaduras, o que configura uma “hegemonia preventiva por parte dos EUA” (SCHOULTZ, 2000, p.13).

---

<sup>3</sup> Durante o século XX, quando os EUA apoiaram os golpes militares na América Latina, a organização da oposição aos governos democraticamente eleitos também era um expediente bastante comum, vide a Aliança para o Progresso, o Ipês e o Ibad no Brasil, por exemplo. No entanto, frente a radicalização das lutas de classe, em um ambiente marcado pela Guerra Fria, esse apoio a uma parcela específica da sociedade, geralmente setores da classe média, Igreja Católica, setores do Exército e Mídia, quando não era suficiente para derrubar um governo que não era simpático aos interesses dos EUA, estes incentivavam e apoiavam a instalação de ditaduras militares. A diferença para o que ocorre na Venezuela é que em 2002, o golpe militar não se concretizou, fazendo com que os EUA passassem a concentrar forças na oposição venezuelana.



Os três pilares apontados como os norteadores da preservação dos interesses dos EUA na América Latina, ou seja, a defesa da Segurança Nacional, questões relacionadas à política interna e o desenvolvimento econômico, são encontrados na documentação analisada no presente trabalho, sendo que, como Schoultz aponta, as políticas para atingir os objetivos mudam, mas os interesses dos EUA são os mesmos.

De fato, através da documentação disponibilizada pelo *Wikileaks*, é possível perceber como o corpo diplomático estadunidense ajudou a OTI, a NED e a USAID a organizar a oposição venezuelana visando minar a credibilidade do governo Chávez e forma a interrompê-lo. O documento abaixo é exemplar para atestar tal questão. Desde o seu título *Encontro de Deshazo com líderes de oposição do G-5*, observa-se o estranhamento das funções diplomáticas com a espionagem e a conspiração. Preliminarmente é necessário esclarecermos quem era Peter Deshazo, então membro do corpo diplomático dos Estados Unidos, tendo servido como Subsecretário Assistente para o Hemisfério Ocidental e Representante Permanente Adjunto junto à Organização dos Estados Americanos (OEA)<sup>4</sup>.

As articulações para instrumentalizar a oposição ou mesmo definir suas estratégias é apontada no mesmo documento que versa sobre o encontro entre o embaixador e a oposição, mediado por Deshazo.

The Ambassador hosted a dinner for DAS DeSahazo with Julio Borges (Primeira Justicia), Juan Fernandez (Gente de Petroleo), Henrique Ramos Allup (Acción Democrática) and Enrique Salas Romer (Proyecto Venezuela) represented the G-5. Enrique Mendoza (COPEI) had accepted but did not attend<sup>5,6</sup>.

Este grupo opositor que protagonizará as articulações para fragilizar a representatividade do governo, cujos nomes são citados formalmente no documento despachado pela embaixada norte-americana em Caracas, foi denominado pelo corpo

<sup>4</sup> Durante sua carreira diplomática, dirigiu o Escritório de Diplomacia e Assuntos Públicos no Escritório de Assuntos para o Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado e foi diretor de Assuntos do Hemisfério Ocidental no Escritório de Divulgação (antigo USIS). Ele serviu em embaixadas e consulados em La Paz, Medellín, Santiago, Cidade do Panamá, Caracas e Tel Aviv. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/old-documentos/institucional/SF/OAS/CONLEG/arquivos/seminarios-workshops/reuniao-tecnica-com-embaixador-americano-peter-deshazo-relacoes-dos-eua-com-la-parcerias-estrategicas-com-o-brasil-estabilidade-regional-e-politica-de-defesa-paulo-springer-15-10-2009>.

<sup>5</sup> “O embaixador organizou um jantar para o DAS DeSahazo com Julio Borges (Primeira Justicia), Juan Fernández (Gente de Petroleo), Henrique Ramos Allup (Acción Democrática) e Enrique Salas Romer (Proyecto Venezuela) representaram o G-5. Enrique Mendoza (COPEI) aceitou, mas não compareceu.”

<sup>6</sup> Doc. Confidential. nº9521. *Das Deshazo's meeting with g-5 apposition leaders* 21/01/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS295\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS295_a.html)



diplomático G-5. Este encontro, realizado em 2004, momento em que ocorria o referendo revogatório<sup>7</sup> vinha a calhar, mesmo que fosse apenas para a obtenção de informações<sup>8</sup>.

No encontro, o embaixador e membros do corpo diplomático aconselham à oposição que “para alcançar a opinião pública com uma mensagem pública coordenada, coerente e positiva, apresentar um programa ou plano de ação e alcançar não apenas os opositoristas, mas também os independentes e chavistas”<sup>9</sup>. Tal aconselhamento tinha como objetivo orientar a oposição a “organizar um plano que alcançasse não apenas os opositoristas, mas também os independentes e chavistas” que votariam no referendo revogatório convocado com o intuito de abreviar o mandato de Chávez.

O referendo em questão foi o principal assunto tratado pela diplomacia dos EUA na Venezuela durante aquele ano de 2004, uma vez que era uma possibilidade real, e dentro da ordem institucional, da oposição retomar o poder político no país.

Outra reunião entre o corpo diplomático dos EUA e líderes da organização *Súmate*, que tinha a intenção de auditar o referendo, aconteceu em 16 de junho de 2004. Este encontro tratou da denúncia apresentada pelo governo Chávez contra os líderes da organização acusados de terem sido financiados por instituições vinculadas aos EUA, o que punha em questão sua isenção na auditoria sobre a lisura do processo eleitoral. De fato, era o que alegara publicamente, para todo o país, o presidente venezuelano durante seu programa de *TV Alô Presidente*<sup>10</sup> nos dias 8 e 15 de fevereiro.

SÚMATE leaders Maria Corina Machado and Alejandro Plaz were charged on June 10 and 11 respectively with conspiracy to ‘destroy the republican form of government’ for accepting funds from the National Endowment for Democracy but have not been detained<sup>11,12</sup>.

<sup>7</sup> Referendo revogatório é uma ferramenta prevista na Constituição de 1999 e que foi convocado pela oposição em 2004 com o intuito de interromper o governo Chávez. No entanto, o resultado foi favorável ao chavismo, que se fortaleceu após a consulta eleitoral

<sup>8</sup> Outro relato sobre o encontro de funcionários da embaixada dos EUA com membros da oposição chavista pode ser encontrado em: Doc. Confidential – nº10035. *The “Tropical Unity” of the opposition*. 12/02/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS533\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS533_a.html)

<sup>9</sup> “[...] to reach out to public opinion with a coordinated, coherent, and positive public message, put forward a program or plan of action, and reach out not only to oppositionists but also to independents and chavistas”

<sup>10</sup> Programa de TV apresentado por Hugo Chávez entre 1999 e 2002.

<sup>11</sup> “Maria Corina Machado e Alejandro Plaz, líderes do *Sumate*, foram acusados nos dias 10 e 11 de junho, respectivamente, de conspiração para “destruir a forma republicana de governo” por aceitar fundos do Fundo Nacional para a Democracia, mas não foram detidos.”

<sup>12</sup> Doc. Confidential. nº 4987. *Ambassador meets with Sumate leaders* 16/06/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS1993\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS1993_a.html)



Também as autoridades da Venezuela solicitaram à CIA informações sobre as relações entre o governo dos EUA e a *Súmate*, que se recusou a fornecê-las. No entanto, em telegrama despachado da embaixada estadunidense em Caracas, um funcionário da embaixada, cuja denominação genérica é “emboffs”, confirmam-se as ligações apontadas por Chávez.

Emboffs confirmed that the National Endowment for Democracy (NED) approved a grant to Súmate for \$ 53,400 in September 2003 to work on referendum and general electoral activities<sup>13, 14</sup>

O mesmo documento também confirma que a USAID/OTI financiou a *Súmate*<sup>15</sup> em agosto de 2003, com o intuito de fiscalizar o andamento e a organização do referendo revocatório, realçando que tal ação foi feita sem o conhecimento de Chávez. No caso de Corina Machado, fundadora da *Súmate*, essa se encontrou com o então presidente dos EUA Geogre W. Bush em 2005, onde se discutiu a polarização política venezuelana e a relação entre a *Súmate* e a *NED*. Conforme o consultor contratado pelo Congresso dos Estados Unidos, Mark Sullivan, de fato, a *Súmate* atuou como fornecedora de informações

On May 31, 2005, President Bush met with Maria Corina Machado, the founder of Súmate, Venezuelan civic group that was involved in the signature drive for the August recall referendum. The meeting exacerbated the already tense U.S.-Venezuelan bilateral relations. Machado is facing charges in Venezuela for conspiring against the government by accepting U.S. founding from National Endowment for Democracy for Súmate’s activities up to the recall referendum. U.S. officials and some Members of Congress have strongly defended the NED’s activities in Venezuela and have criticized the Venezuelan government’s efforts to intimidate the leaders of Sumate<sup>16, 17</sup>.

Outra evidência encontra-se na documentação que atesta que a embaixada estadunidense omitiu informações sobre ajuda de paramilitares colombianos à oposição, o que pode ser considerada uma estratégia para derrubada de Chávez. Em maio de 2004, quando o

<sup>13</sup>“Emboffs confirmou que o Fundo Nacional para a Democracia (NED) aprovou uma doação para *Sumate* por US \$ 53.400 em setembro de 2003 para trabalhar em referendos e atividades eleitorais gerais.”

<sup>14</sup> Doc. Confidential, nº4563. *Chavez accuses usg of funding "coupmongers"*. 26/02/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS634\\_a.html/](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS634_a.html/)

<sup>15</sup> Outro documento em que a *Sumate* aparece como informante do Governo dos EUA na Venezuela pode ser encontrado em: Doc. Confidential nº9027. *Venezuela: Potential fraud in the appeals process* 05/05/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS1507\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS1507_a.html)

<sup>16</sup>“Em 31 de maio de 2005, o presidente Bush se reuniu com Maria Corina Machado, fundadora da *Sumate*, grupo cívico venezuelano que esteve envolvido na assinatura do referendo revocatório em agosto. O encontro exacerbou as já tensas relações bilaterais EUA-Venezuela. Machado está enfrentando acusações na Venezuela por conspirar contra o governo aceitando a fundação dos EUA *National Endowment for Democracy* para as atividades de *Sumate* até o referendo revocatório. Autoridades dos EUA e alguns membros do Congresso defenderam fortemente as atividades do NED na Venezuela e criticaram os esforços do governo venezuelano para intimidar os líderes da *Sumate*.”

<sup>17</sup> Disponível em: SULLIVAN, Mark. *Venezuela: Political Conditions and U.S. Policy*. 2008. Congressional Research Service. Disponível em: <https://file.wikileaks.org/file/crs/RL32488.pdf>



governo venezuelano deteve suspeitos de serem paramilitares colombianos com ligações com a oposição, com a intenção de darem um novo golpe militar, o corpo diplomático estadunidense, em documento confidencial despachado no dia 11 de maio de 2004, insinua que tinha conhecimento de tais forças militares e golpistas. Apesar de não confirmar as alegações governistas, o documento<sup>18</sup> ressalta que “não podemos ignorar as alegações do governo (venezuelano) de que os colombianos faziam parte do plano anti-GOV”<sup>19</sup>.

Assim, tendo em mente a proximidade entre a oposição e os EUA, a não interferência da embaixada estadunidense, nem mesmo nos encontros entre as forças políticas em questão acerca da presença de paramilitares colombianos é um indício de que os EUA estariam dispostos, mais uma vez, a quebrar a ordem institucional democrática para retirar Chávez do poder. Anos depois, a presença de paramilitares colombianos na Venezuela é apontada por Julia Buxton que, em entrevista para a *New Left Review* em 2016, ressalta os problemas causados por tais presenças

This is an area where the Chavista government was very concerned about ties between Colombia’s right-wing paramilitaries and the opposition, and a thriving across-border trade in smuggled goods<sup>20</sup> (2016, p. 7).

A posição dos EUA em relação ao governo venezuelano pode ser explicada como reação as políticas públicas adotadas pelo governo Chávez, como o maior controle do Estado da extração do petróleo, a maior cobrança de royalties, e a utilização de parte desse aumento de recursos estatais para financiar programas sociais, o que melhorou as condições de vida dos venezuelanos mais pobres. Ora, tais políticas não iam ao encontro da agenda liberalizante proposta pelo governo dos EUA, cuja avaliação se expressa no título do documento: “*Chávez dá ordens para colocar em marcha a Revolução*”

Chávez remarks show a leader who is increasingly showing his commitment to shift Venezuela’s political economic, and foreign policy orientation towards the left. Rhetoric aside, Chávez – unfortunately – has a strategic direction, and is aware that he faces obstacles and contradictions in his movement.<sup>21</sup>

<sup>18</sup>Doc. Confidential. nº7588. *Chavez: Coup attempt averted with arrest of “paramilitaries*. 11/05/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS1543\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS1543_a.html)

<sup>19</sup> “we can’t dismiss the GOV’s allegations that the Colombians were part of anti-GOV plot”

<sup>20</sup> “Esta é uma área em que o governo Chavista estava muito preocupado com os laços entre os paramilitares de direita e a oposição da Colômbia, e um comércio na fronteira de mercadorias contrabandeadas.”

<sup>21</sup>“As observações de Chávez mostram um líder que está cada vez mais mostrando seu compromisso de mudar a política econômica da Venezuela e a orientação da política externa para a esquerda. Retórica à parte, Chávez - infelizmente - tem uma direção estratégica, e sabe que enfrenta obstáculos e contradições em seu movimento”. Doc. Confidential. nº12763. *Chavez gives marching orders for the Revolution*. 23/12/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS3928\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS3928_a.html)



Frente à organização e ao fortalecimento do governo chavista os EUA buscaram incentivar outras iniciativas da oposição, em particular, a ação de ONGs na Venezuela. No mesmo documento confidencial de 30 de agosto de 2004, o corpo diplomático norte-americano aponta ainda que “teremos mais impacto, no entanto, se pudermos expressar nossas opiniões em conjunto com outros países e ONGs”.<sup>22</sup>

Já em fevereiro de 2004 Chávez questionava as ligações entre as ONGs e a o governo dos EUA, em especial a *NED*. Na ocasião, as ONGs *Súmate*, *Provea*, *Red de Apoio* entre outras, foram acusadas de receberem financiamento estrangeiro, em particular dos EUA.<sup>23</sup>

Apesar de negarem as acusações, em telegrama confidencial do dia 20 de fevereiro de 2004, a embaixada estadunidense confirma o repasse de verbas e que estas organizações são canais efetivos de auxílio na organização da oposição: “todas as organizações nomeadas por Chávez recebem financiamento de uma variedade de fontes estrangeiras e declaram que seu financiamento é informação pública.”<sup>24</sup>

In October of 2005, the Pan American Development Foundation (PADF) began implementation of a USAID/OTI funded project to develop a grants program to support watchdog organizations. Although the Bolivarian "Revolution" is failing its citizens in many ways, there are few reputable organizations dedicated to documenting this failure. PADF has funded 9 NGOs to support projects focusing on documenting and reporting on the BRV's failures, namely: judicial independence, the right of association, violent crime, the prison situation, self-censorship of the media, harassment of journalists, women's political rights, human rights, and BRV support to micro-entrepreneurs.<sup>25</sup>

---

<sup>22</sup> “[...] we will have for more impact, however, if we can voice our opinions in concert with other countries and NGOs.” Doc. Confidential. nº12763. *Chavez gives marching orders for the Revolution*. 23/12/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS3928\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS3928_a.html)

<sup>23</sup> No documento confidencial intitulado *NGOs cite worrisome huma rights partterns*, do dia 4 de outubro de 2004, é relatado o encontro de representantes de diversas ONGs com membros da embaixada dos EUA. Dentre os presentes na reunião estavam presentes membros da Igreja Católica, de grupos de juristas e membros da imprensa oposicionista. Verificar. Doc. Confidential. nº 8999. *NGOS CITE WORRISOME HUMAN RIGHTS PATTERNS*. 04/10/2007. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/07CARACAS1969\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/07CARACAS1969_a.html).

<sup>24</sup> All of the organizations named by Chavez receive funding from a variety of foreign sources and state that their financing is public information”. Doc. Confidential nº5131. *Chavez Takes aim at human rights organization*. 20/02/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS612\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS612_a.html). A relação entre o governo dos EUA e as ONGs na Venezuela também pode ser verificado em documento confidencial do dia 26 de janeiro de 2007, quando a embaixada estadunidense, juntamente com a Fundação de Desenvolvimento Pan Americano (PADF), iniciaram um programa para financiar uma série de ONGs para produzir relatórios criticando o governo venezuelano. Verificar: Doc.Confidential. nº9345. *USAID/OTI WATCHDOGS START TO SHED LIGHT*. 26/01/2007. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/07CARACAS175\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/07CARACAS175_a.html)

<sup>25</sup>. “Em outubro de 2005, a Fundação Pan-Americana para o Desenvolvimento (FUPAD) iniciou a implementação de um projeto financiado pela USAID / OTI para desenvolver um programa de subsídios para apoiar organizações de vigilância. Embora a "Revolução" Bolivariana esteja falhando de várias formas em seus cidadãos, existem poucas organizações respeitáveis dedicadas a documentar essa falha. A PADF financiou ONGs para apoiar projetos focados em documentar e relatar os fracassos da BRV, a saber: independência judicial, direito de associação, crime violento, situação carcerária, autocensura da mídia, perseguição de



Tratava-se, na realidade, de atestar que as instituições democráticas venezuelanas não estavam sendo respeitadas, pois haveria impedimento ao funcionamento independente da esfera jurídica, de direito de associação, coerção à mídia, perseguição a jornalistas, negação de direitos políticos às mulheres e demais direitos humanos e apoio da “BRV à microempresários”. No interior disso mesclaram a violência social expressa em crimes violentos e insinuam a “situação carcerária”

### A Organização da Sociedade Civil e as ONGs

Para o corpo diplomático dos EUA, as ONGs eram de suma importância para a organização da sociedade civil venezuelana, sendo que a definição de sociedade civil estava restrita as forças opositoras. Qualquer iniciativa da oposição em se organizar contra o governo era bem-vinda pelos EUA, principalmente no contexto de campanha para o referendo revogatório.

Assim, por exemplo, quando a oposição, articulada na *Coordinadora Democrática* (CD), que reunia um conjunto de partidos, começa a realizar as denominadas assembleias cidadãs, a Embaixada estadunidense em Caracas informa seu governo que este era um mecanismo democrático e constitucional utilizado pela oposição para vencer Chávez nas urnas.

Desde o título do documento em que tal consideração aparece, “Assembleias cidadãs: Sociedade civil se organiza”, a embaixada norte-americana chama a atenção para importância de tal prática e que essa estava de acordo com o artigo 70 da Constituição venezuelana

The Asambleas are valuable to the CD as a mean to publicize and generate grassroots support for its campaign to recall Chavez. While the Asambleas tend to only attract those individuals who were already faithful to the opposition’s agenda, they still provide a legion of willing volunteers who will take the campaign to the streets to rally participation for the recall effort.<sup>26</sup>

---

jornalistas, direitos políticos das mulheres, direitos humanos e apoio de BRV a microempresários.” Doc. Confidential. nº5131. *Chavez Takes aim at human rights organization*. 20/02/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS612\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS612_a.html).

<sup>26</sup> “As Assembleias são valiosas para o CD como forma de divulgar e gerar apoio de base para sua campanha para retirar Chávez. Enquanto as Assembleias tendem a atrair apenas aqueles indivíduos que já eram fiéis à agenda da oposição, ainda há uma legião de voluntários dispostos a levar a campanha às ruas para conquistar a participação para o esforço de recall.” Doc. Confidential. nº4576. *Citizens assemblies: civil society gets organized*. 28/07/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2389\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2389_a.html)



Em contrapartida, quando se tratava de manifestações pro-chavistas, como, por exemplo, a da organização comunal de forças chavistas, estas eram desqualificadas por não se configurarem como “sociedade civil.”

O chavismo se manifestava em especial dentro dos *barrios*, que, desde o final da década de 1980, vinha se organizando autonomamente, ou seja, fora das diretrizes e das instituições do Estado adotando uma perspectiva mais autônoma. Tal estratégia foi utilizada para combater as debilidades inerentes de um Estado rentista em um país de capitalismo atrasado, ou seja, as rendas do petróleo acabavam por fluir para as mãos da burguesia nacional e internacional, legando para grande parte da população uma situação de miséria. Dessa forma, práticas comunais de auto-organização, que foram de extrema importância para garantir a democracia venezuelana durante o golpe de 2002, não são consideradas pelos EUA como partes da “sociedade civil organizada”: Thus far, opponents of President Hugo Chávez have been the only sector of the population to invoke the constitutional right to organize Asambleas de Ciudadanos<sup>27</sup>.

No documento de 2008, produzido por Mark Sullivan para o Congresso dos EUA, intitulado *Venezuela: Political Conditions and U.S Policy*, no qual Sullivan faz uma retrospectiva ano a ano das condições políticas venezuelanas a partir de 2002, é possível perceber a preocupação do governo dos EUA com a organização comunal incentivada durante o governo Chávez:

Still other critics of Chávez believed that he was trying to politicize the educational system by making changes to school curriculums. They fear Chávez call for his followers to form political cells in schools, hospitals, and business in order to support his revolution and believe that such groups, known as Bolivarian Circles, could mirror Cuba’s controversial neighborhood committees.<sup>28</sup>

Como é possível perceber pelo trecho destacado acima, as organizações de bairro que emergem desde os anos de 1980 não são consideradas pelo corpo diplomático dos EUA quando este analisa a atuação da população de acordo com organizações sociais de base (educação, saúde e mesmo negócios). Desqualificam, assim uma grande gama de iniciativas de participação que são expressões da democracia direta que se praticava no país antes mesmo

<sup>27</sup> “Até agora, os opositores do presidente Hugo Chávez foram os únicos setores da população a invocar o direito constitucional de organizar Asambleas de Ciudadanos.” Doc. Confidential. nº4576. *Citizens assemblies: civil society gets organized*. 28/07/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2389\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2389_a.html)

<sup>28</sup> SULLIVAN, Mark. *Venezuela: Political Conditions and U.S Policy*, 2008. Congressional Research Service. Disponível em: <https://file.wikileaks.org/file/crs/RL32488.pdf>



do governo Chávez, e que ganharam força após o golpe de 2002, como coloca Ciccarriello Maher:

Again, this spontaneity both reflected and contributed to existing organized currents: in the tension running up to the coup, popular forces in the *barrios* and the nascent popular councils came together to form what was called the Revolutionary Popular Assembly (APR), which participant Gonzalo Gómez later describer to me as an ‘articulation of popular power’<sup>29</sup>(MAHER, 2013, p.172).

Tal postura por parte dos EUA pode ser entendida como uma forma de imposição do neoliberalismo na Venezuela. Se entendermos que o neoliberalismo é mais do que um sistema econômico, mas também uma “razão do mundo” (DARDOT; LAVAL, 2016), que tenta impor uma nova racionalização baseada na concorrência às formas de convivência dos indivíduos com eles mesmos e com os outros, as formas de organização coletivas e comunais são tidas como incompatíveis com a modernidade capitalista.

O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sócias, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da “modernidade” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.16).

Assim, as consecutivas vitórias eleitorais de Chávez, juntamente com as debilidades políticas da oposição venezuelana, levaram os EUA a treinar os opositores de Chávez para que conseguissem melhorar suas condições de vitória eleitoral. Dessa forma, o *National Democratic Institute* (NDI) e o *International Republican Institute* (IRI), buscaram providenciar

[...] training to political parties in 1) execution of electoral campaigns with emphasis on developing strategies and communicating party platforms effectively to voters; and 2) observation of electoral process, focused on assessment, reporting, and establishment of a volunteer trainer network.<sup>30</sup>

<sup>29</sup> “Mais uma vez, essa espontaneidade refletia e contribuía para as correntes organizadas existentes: na tensão que se estendia ao golpe, forças populares nos bairros e os nascentes conselhos populares se uniram para formar o que se chamava Assembleia Popular Revolucionária (APR), que participava Gonzalo. Gómez depois descreve-me como uma “articulação do poder popular”

<sup>30</sup> “[...] Treinamento para partidos políticos em 1) execução de campanhas eleitorais com ênfase no desenvolvimento de estratégias e comunicação eficaz de plataformas partidárias aos eleitores; e 2) observação do processo eleitoral, com foco na avaliação, elaboração de relatórios e estabelecimento de uma rede de treinamento de voluntários.” Doc. Unclassified. nº9443. *Human rights strategy for Venezuela*. 04/02/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS425\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS425_a.html)



O documento citado se intitula *Estratégia de Direitos Humanos para a Venezuela*, e como é possível perceber, os EUA tinham a intenção de organizar a oposição para os colocar em melhores condições de vencer pleitos, buscando otimizar as campanhas, as estratégias de comunicação e o processo eleitoral. Para tal, foi destinado uma soma de mais de 700 mil dólares para “fortalecer a sociedade civil e as instituições democráticas”<sup>31</sup>. Em outro documento, datado do dia 11 de fevereiro de 2004 é relatado com detalhes, a ação da USAID/OTI na Venezuela, demonstrando como os EUA buscavam interromper o governo Chávez através de ações consideradas em defesa da organização da sociedade civil e da democracia.

USAID’s office of transition initiatives (OTI) began its Venezuela program in November 2002 to support the primary USG goal of supporting democracy and democratic solution to Venezuela’s crisis. USAID’S overall goal in Venezuela is to support a political process that is democratic, constitutional, electoral and peaceful<sup>32</sup>.

Para tal, instituições estadunidenses receberam financiamento para atuar na Venezuela em conjunto com a oposição. Segundo o documento, as instituições beneficiadas foram a *The National Institute of International Affairs*, *The International Republican Institute*, *The Carter Center*, *Development Alternatives*, e uma série de “organizações da sociedade civil venezuelana”<sup>33</sup>.

Além da já mencionada quantia destinada ao fortalecimento da sociedade civil, os EUA investiram outros 450 mil dólares para o aprofundamento do treinamento político da oposição e o repasse de 550 mil dólares para a organização de coalizões políticas, de 285 mil dólares para o *Centro Carter* e de um total de 3,5 milhões de dólares para organizações venezuelanas<sup>34</sup>.

Conforme sintetiza Sullivan no já citado documento: *Venezuela: Political Conditions and U.S Policy*, apenas no ano de 2007 o orçamento direto para as ações dos EUA na Venezuela foi de 10 milhões de dólares e, a considerar outro informe, tal transferências de

---

<sup>31</sup> “[...] strengthen civil society and democratic institutions”

<sup>32</sup> “O Escritório de Iniciativas de Transição (OTI) da USAID iniciou seu programa na Venezuela em novembro de 2002 para apoiar a meta principal do governo dos EUA de apoiar a democracia e a solução democrática para a crise da Venezuela. O objetivo geral da USAID na Venezuela é apoiar um processo político que seja democrático, constitucional, eleitoral e pacífico.” Doc. Unclassified. nº31401. *Update on the USAID/OTI Venezuela program*. 11/02/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS501\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS501_a.html)

<sup>33</sup> Idem

<sup>34</sup> Idem



recursos não findou neste ano, pois em 2009, o orçamento direto para as instituições da “sociedade civil venezuelana chega a mais de sete milhões de dólares.”<sup>35</sup>

Tais recursos foram repassados para o *International Republican Institute* (IRI) pertencente ao Partido Republicano, responsável pela organização do “Campaign training scholls”<sup>36</sup>. Apesar do documento em questão colocar que os cursos estavam abertos para todos, oposição e situação, os módulos foram ofertados em várias partes do país, em especial nos Estados e regiões controlados por partidos e políticos opositores, como Zulia, Táchira e Mérida.<sup>37</sup>

Outra instituição que aparece na documentação<sup>38</sup> é o “think tank Cedice” (Center for the Dissemination of Economic Information), que ofereceu consultoria para a CD com o objetivo de viabilizar “o desenho, o planejamento e a execução das campanhas eleitorais”, em uma estratégia que aparece no informe intitulado *Oposição lança “Plano de consenso nacional”*.<sup>39</sup>

USAID is also supporting two cooperative agreements with the International Republican Institute (IRI). The first, for \$450,00, is to provide training to political parties on the design, planning, and execution of electoral campaigns. This is being done through “campaign training schools” targeting campaign managers. The emphasis is on the development of viable campaign strategies and effectively communication party platforms to voters. Divided into six two-day modules, the training is being offered in five regional centers.<sup>40</sup>

O Cedice chegou a elaborar um plano para a transição, tamanha era a certeza do sucesso de suas investidas, o qual foi denominado *Plan Consenso Pais*, um “guia para um governo de transição” na Venezuela.

<sup>35</sup> Doc. Confidential n° 5972. *Request for additional funds to help strengthen local governments and civil society groups*. 27/03/2009. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/09CARACAS404\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/09CARACAS404_a.html)

<sup>36</sup> Doc. Unclassified. n°31401. *Update on the USAID/OTI Venezuela program*. 11/02/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS501\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS501_a.html)

<sup>37</sup> BUXTON, Julia. Venezuela after Chávez. *New Left Review*, May/June 2016. Disponível em: <https://newleftreview.org/II/99/julia-buxton-venezuela-after-chavez>.

<sup>38</sup> Doc. Confidential. n° 10445. *Opposition launches “National consensus plan*. 15/07/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2248\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2248_a.html)

<sup>39</sup> A relação entre a CEDICE, a oposição venezuelana, o governo dos EUA e a formação de uma rede de *tink-tanks* conservadores na América Latina é explicitada no texto disponível em: <https://theintercept.com/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estao-reinventando-a-politica-latino-americana/>

<sup>40</sup> “USAID também está apoiando dois acordos de cooperação com o Instituto Republicano Internacional (IRI). O primeiro, por US \$ 450 mil, é para fornecer treinamento aos partidos políticos sobre o design, planejamento e execução de campanhas eleitorais. Isso está sendo feito por meio de “escolas de treinamento de campanha” direcionadas aos gerentes de campanha. A ênfase está no desenvolvimento de estratégias de campanha viáveis e na efetiva comunicação de plataformas partidárias aos eleitores. Dividido em seis módulos de dois dias, o treinamento está sendo oferecido em cinco centros regionais.”. Doc. Unclassified. n°31401. *Update on the USAID/OTI Venezuela program*. 11/02/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS501\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS501_a.html)



CEDICE reports, made public through FOIA request by Chavez supporters in the U.S., show that Diego Bautista Urbaneja met with CEDICE leaders. In addition, CEDICE asserts that the CD commission did use the consensus document as a “basis” for its Plan Consenso Pais<sup>41</sup>.

A Cedice é vinculada à *Atlas Network*, uma organização de caráter libertária que recebe financiamento de bilionários como os irmãos Koch e da NED, que há décadas busca enfraquecer os partidos de esquerda e movimentos sociais na América Latina e em outras regiões do mundo através do financiamento à ONGs e *think tanks* com o objetivo de realizar uma intervenção branca em diversos países.

Além da Venezuela, onde a *Atlas* conta como um de seus associados a Cedice, essa rede também tem como filiados movimentos como o *Movimento Brasil Livre* (MBL), *Instituto Millenium* e *Instituto Liberal* no Brasil, a *Fundación Pensar* na Argentina, a *Eléutera Foundation* em Honduras e outras tantas espalhadas pela América Latina que participaram ativamente de movimentos políticos que resultaram em troca de governo e na derrubada de presidentes progressistas.

Uma vez que a intervenção branca é bem sucedida, os membros desses institutos e ONGs acabam sendo convidados a participar do novo governo e do desenho de um plano de governo ultra neoliberal com o objetivo de derrubar as conquistas sociais e os direitos sociais dos trabalhadores, além de promoverem uma série de medidas com o intuito de facilitar a financeirização e a privatização nos países que passaram por tais processos, como Brasil e Argentina, por exemplo<sup>42</sup>.

Em 2008, a continuidade da síntese feita por Sullivan sobre tais financiamentos à NED, à *Súmate*, à Coordenadoria Democrática e a Cedice, esclarece que

The NED asserts that all of the Venezuelan programs that it funds operate on a non-partisan basis. It maintains that *Súmate*, which received a grant of \$53,400 in September 2003, mobilized a citizen campaign to monitor the signature collection process and that the money was used to encourage citizens to participate. NED officials also assert that they did not fund the Democratic Coordinator for the development of its July 2004 consensus platform. The NED points out that it did fund a consensus building project in 2002 for one of the NED’s core institutions, the Center for International Private Enterprise (CIPE). For the project, CIPE partnered with a Venezuelan group, the Center for the Dissemination of Economic Information

<sup>41</sup> “Os relatórios do CEDICE, divulgados por solicitação da FOIA por apoiadores de Chávez nos EUA, mostram que Diego Bautista Urbaneja se reuniu com os líderes do CEDICE. Além disso, o CEDICE afirma que a comissão do CD utilizou o documento de consenso como uma “base” para seu Plano Consenso Pais.” Doc. Unclassified. nº31401. *Update on the USAID/OTI Venezuela program*. 11/02/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS501\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS501_a.html)

<sup>42</sup> Mais informações sobre a Atlas: <https://theintercept.com/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estao-reinventando-a-politica-latino-americana/>



(CEDICE) to work with several Venezuelan nongovernmental organizations and the business sector for the development of a broad-based consensus<sup>43,44</sup>.

A preocupação da oposição e, particularmente dos EUA, com a “sociedade civil” pode ser explicada pela organização apresentada por setores populares, muitos deles alinhados com o chavismo. Tal inquietação transparece no documento confidencial, datado do dia 10 de dezembro de 2004, descrevendo as impressões da diplomacia estadunidense acerca da visita de um funcionário da embaixada a um mercado e a uma escola bolivariana em Caracas.

Na visita, além de apontar problemas como o trabalho infantil e o tráfico de drogas, o funcionário dos EUA reconhece que “os bens para a venda subsidiados pelo governo pareciam ser de boa qualidade e supostamente com preços mais baixos do que o setor privado”,<sup>45</sup> além de fazer referência aos mercados subsidiados pelo governo, os Mercal.<sup>46</sup>

No mesmo documento, sobre as escolas bolivarianas, a descrição é de que os prédios são bem equipados e de que tais escolas recebem mais verbas que outras instituições de ensino. Chamou a atenção do diplomata os valores ensinados nas escolas bolivarianas, sendo reportados da seguinte maneira: “Os valores incluíram participação, cooperação, responsabilidade e solidariedade”<sup>47</sup>. Outro disse: “Eu sou honesto porque minha família, escola e meio ambiente me ajudam a me esforçar”<sup>48</sup>.

Uma das atividades presenciadas pelo funcionário estadunidense, segundo seu próprio relato, foram alunos da sexta-série praticando letra de mão copiando artigos da Constituição Bolivariana. Outro aspecto que aparece no documento é a decoração das salas de aula, onde

<sup>43</sup>“NED afirma que todos os programas venezuelanos financiados operam numa base apartidária. Sustenta que a Sumate, que recebeu uma concessão de US \$ 53.400 em setembro de 2003, mobilizou uma campanha cidadã para monitorar o processo de coleta de assinaturas e que o dinheiro foi usado para incentivar os cidadãos a participar. As autoridades do NED também afirmam que não financiaram a *Coordenadoria Democrática* para o desenvolvimento de sua plataforma de consenso em julho de 2004. O NED aponta que financiou um projeto de construção de consenso em 2002 para uma das principais instituições do NED, o *Centro de Empresas Privadas Internacionais* (CIPE). Para o projeto, o CIPE fez uma parceria com um grupo venezuelano, o *Centro de Difusão de Informações Econômicas* (CEDICE) para trabalhar com várias organizações não-governamentais venezuelanas e o setor empresarial para o desenvolvimento de um amplo consenso.”

<sup>44</sup> SULIVAN, Mark. *Venezuela: Political Conditions and U.S. Policy*. 10/10/2008. Disponível em: [https://wikileaks.org/wiki/CRS:Venezuela:Political\\_Conditions\\_and\\_U.S.\\_Policy,\\_October\\_10,\\_2008](https://wikileaks.org/wiki/CRS:Venezuela:Political_Conditions_and_U.S._Policy,_October_10,_2008)

<sup>45</sup> “The government-subsidized goods for sale appeared to be of good quality and reportedly priced lower than the private sector”,

<sup>46</sup> Doc. Confidencial N°6352. *Visit to mass market and Bolivarian school..* 10/12/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS3817\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS3817_a.html)

<sup>47</sup> “The values included participation, cooperation, responsibility, and solidarity. Another said, ‘I’m honest because my family, school, and environment help me train myself’.

<sup>48</sup> “[...] Os valores incluíram participação, cooperação, responsabilidade e solidariedade. Outro disse: “Eu sou honesto porque minha família, escola e meio ambiente me ajudam a melhorar”



várias bandeiras de diferentes países enfeitam as paredes. No entanto, a bandeira dos EUA não figura entre elas.

Poloff also visited a Bolivarian School, with grades first through sixth, where ANM holds workshops. Bolivarian Schools receive special funding and offer breakfast, lunch and a snack, a rarity among public schools. The buildings had been remodeled and were well maintained, in stark contrast to the surrounding rundown slum. The students wore uniforms and seemed to have well supplied classrooms. The school's interior was decorated with references to the children's rights contained in the Bolivarian Constitution.

6. (U) The school's assistant principal said the GOV also used the facility for other educational programs, including Mission Robinson (literacy), Mission Ribas (high school), and Mission Sucre (college). Poloff observed several television sets with video players in the classrooms. In a sixth-grade class, the students were practicing handwriting by copying articles of the Bolivarian Constitution out of the trademark blue booklets often flashed by President Hugo Chavez. An exhibition entitled "Traveling Through The Countries Of The World" contained a stylized globe with a projection that occluded North America. Flags of the nations included Cuba, Iraq, and China, but not the United States. Poloff also noticed the older classes were supplied with the Bolivarian libraries, sets of books produced last year in cooperation with the Government of Cuba<sup>49</sup>.

Tais práticas educacionais adotadas pelo governo bolivariano e componentes da *Missões*<sup>50</sup>, foram consideradas uma forma de, sutilmente, “injetar ideologia”<sup>51</sup> nos alunos, ou seja, os pressupostos defendidos pelo governo venezuelano são opostos aos considerados ideais pelos EUA, em especial no concernente ao livre mercado e às práticas de educação existentes nas escolas bolivarianas.

Ao adotar posturas que, de alguma forma, incentivam a prática comunitária, a construção de uma identidade venezuelana autônoma, com a presença do Estado como fiador de tal empreendimento, o governo chavista não se alinhava com os ideais de ultra

---

<sup>49</sup> “Poloff também visitou uma Escola Bolivariana, com turmas de 1º ao 6º anos, onde a Asociacion Nina Madre (ANM) realiza oficinas. As escolas bolivarianas recebem financiamento especial e oferecem café da manhã, almoço e lanche, uma raridade entre as escolas públicas. Os prédios haviam sido reformados e estavam bem conservados, em contraste com a favela do entorno. Os estudantes usavam uniformes e pareciam ter salas de aula bem supridas. O interior da escola foi decorado com referências aos direitos das crianças contidos na Constituição Bolivariana. Um quadro de avisos dizia: "Juntos, com a família e a escola, estamos resgatando nossos valores". Os valores incluíram participação, cooperação, responsabilidade e solidariedade. Outro disse: "Eu sou honesto porque minha família, escola e meio ambiente me ajudam a me treinar".

6. (U) O diretor assistente da escola disse que o GOV também usou a instalação para outros programas educacionais, incluindo Mission Robinson (alfabetização), Mission Ribas (ensino médio) e Mission Sucre (faculdade). Poloff observou vários aparelhos de televisão com players de vídeo nas salas de aula. Em uma turma do sexto ano, os estudantes praticavam caligrafia, copiando artigos da Constituição Bolivariana dos livretos azuis de marca registrada, frequentemente exibidos pelo presidente Hugo Chávez. Uma exposição intitulada "Viajando pelos países do mundo" continha um globo estilizado com uma projeção que ocorria na América do Norte. As bandeiras das nações incluíam Cuba, Iraque e China, mas não os Estados Unidos. Poloff também notou que as classes mais antigas eram abastecidas com as bibliotecas bolivarianas, conjuntos de livros produzidos no ano passado em cooperação com o governo de Cuba.”

<sup>50</sup> Missões são os diversos programas sociais colocados em prática pelo governo Chávez na Venezuela.

<sup>51</sup> Doc. Confidential. Nº6352. *Visit to mass market and Bolivarian school*. 10/12/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS3817\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS3817_a.html)



individualismo e meritocracia proposto pelo ideário neoliberal, uma vez que buscou adotar políticas que

[...] estivessem por meta a reversão do processo de fragmentação social [...] graças justamente à ascensão das práticas neoliberais e do espírito neoliberal que as acompanha, espírito do cada um por si, do individualismo exacerbado, da demonização do Estado e dos movimentos sociais, da esterilização da força política dos sindicatos e assim por diante, espírito que a política econômica objetivo em transformações concretas e a mídia se encarrega de difundir-lo como se fosse uma coisa absolutamente natural (PAULANI, 2008, p. 69).

Além das escolas bolivarianas já citadas, em documento confidencial do dia 17 de junho de 2004, a embaixada dos EUA em Caracas busca analisar a situação social na Venezuela. Dentre os aspectos levantados pela diplomacia estadunidense estão os índices de pobreza e de extrema pobreza, que segundo dados do *Instituto Nacional de Estadística*, estavam em crescimento. Tais dados devem ser lidos no contexto de golpe de 2002, das greves e do locaute promovidos pela oposição que prejudicaram a economia nacional, causando o aumento da pobreza. No entanto, os membros da embaixada dos EUA consideram que um receituário neoliberal poderia resolver os problemas sociais venezuelanos:

Exchange controls which keep interest rates low and money inside the country, combined with wide open fiscal policy are likely to increase the “feel good” factor. The various social welfare missions will continue to be relentlessly publicized, whatever their real-world impact may be.<sup>52</sup>

Assim, mesmo que Chávez não tivesse se comprometido completamente com a transformação social, o fato de que não se alinhava totalmente com o neoliberalismo, aumentando a presença do Estado, incentivando organizações sociais e a participação na gestão de políticas públicas, fez com que os EUA o entendesse como uma ameaça a seus interesses e à América Latina.

Não podemos esquecer, todavia, que não foi apenas a força das ideias neoliberais que garantiu sua hegemonia. Elas se impuseram a partir do enfraquecimento das doutrinas de esquerda e do desabamento de qualquer alternativa ao capitalismo. Elas se afirmaram sobretudo num contexto de crise dos antigos modos de regulação da economia capitalista, no mento em que a economia mundial era afetada pelas crises do petróleo. Isso explica por que, diferentemente dos anos 1930, a crise do capitalismo fordista resultou numa saída favorável não a menos capitalismo, mas, sim, a mais capitalismo. O principal tema dessa guerra ideológica foi a crítica do Estado como fonte de todos os desperdícios e freio à prosperidade (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 207).

<sup>52</sup> “Controles cambiais que mantêm as taxas de juros baixas e o dinheiro dentro do país, combinados com uma política fiscal aberta, tendem a aumentar o fator “sentir-se bem”. As várias missões de bem-estar social continuarão a ser incansavelmente divulgadas, qualquer que seja seu impacto no mundo real.”. Doc. confidencial nº10682. *No Progress on poverty under Chávez*. 17/06/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2003\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2003_a.html)



Dessa forma, a construção da hegemonia neoliberal proposta pelos EUA passa por uma crítica a ação do Estado, o entendendo como ineficiente e corrupto, como um fato de limitação da liberdade individual, que levaria a prosperidade. Assim, iniciativas como as *Missões* chavistas que, através do Estado, buscavam melhorar as condições de vida da população, são entendidas como um entrave, já que exime os indivíduos de suas responsabilidades com a sociedade, uma vez que, como o Estado é provedor, este não precisa cumprir responsabilidades como procurar trabalho, cuidar dos filhos, prevenir doenças e etc. Assim, a razão neoliberal inverte as causas dos problemas sociais, que deixa de ser o capitalismo e passa a ser o Estado. Reside nesse discurso a defesa do Estado mínimo feita pelos ideólogos neoliberais (DARDOT; LAVAL, 2016).

Seguindo essa trilha, o neoliberalismo transforma a questão do papel do Estado no âmbito social em uma questão moral, transferindo para o Estado social a capacidade de destruir

[...] as virtudes da sociedade civil: a honestidade, o sentido do trabalho bem feito, o esforço pessoal, a civilidade, o patriotismo. Não é o mercado que destrói a sociedade civil com sua 'sede de lucro', porque ele não poderia funcionar sem essas virtudes da sociedade civil, é o Estado que que corrói as molas da moralidade individual (DARDOT; LAVAL, 2016).

Tal visão doutrinária e ideológica adotada pelos EUA pode ser percebida no documento despachado em janeiro de 2009, onde é colocado que os investimentos privados na Venezuela não acontecem porque existe o temor de nacionalizações por parte do Estado, sendo que tal política estatal leva a uma diminuição do fluxo de capitais o que, aliado à queda do preço do petróleo, resulta em crise econômica e social no país. Com esse diagnóstico, o governo dos EUA não leva em consideração uma série de variantes estruturantes que explicam o papel e a relação do Estado e a sociedade em um país como a Venezuela, apenas traça relações econômicas entre investimento e ação estatal no sentido de facilitar ou não tais investimentos<sup>53</sup>.

A ênfase em uma política onde o Estado ocupa um papel central não apenas na transferência de renda e no oferecimento de serviços básicos, mas também no sentido de criar uma consciência comunitária, baseada em pressupostos distintos dos defendidos e impostos pela lógica neoliberal do mercado e da concorrência, levou os EUA a impor um discurso que

<sup>53</sup> Doc. Confidential nº16351. *Venezuelas's 2009 economic outlook: Grim to Dire*. 22/01/2009. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/09CARACAS87\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/09CARACAS87_a.html)



prega o Estado como ineficiente, incapaz de gerir e oferecer os serviços quer se propõem, seja porque é corrupto ou pelo fato de ser ideologicamente orientado.

Nessa lógica, seria necessário que o Estado criasse um ambiente social e econômico propício para os investimentos privados e para a atuação de ONGs financiadas por instituições estadunidenses que, em última instância, em um país como a Venezuela, acabariam por competir com o próprio Estado em vários ambientes, entre eles os *barrios* chavistas, principais redutos do eleitorado e dos apoiadores da Revolução Bolivariana.

A principal crítica que se faz ao Estado é sua falta global de eficácia e produtividade no âmbito das novas exigências impostas pela globalização: ele custa caro demais em comparação com as vantagens que oferece à coletividade e põe entraves à competitividade da economia. É, portanto, a uma análise econômica que se deseja submeter a ação pública para discriminar não apenas as agendas e as não agendas, mas a própria maneira de realizar agendas (DARDOT; LAVAL, 2016, p.273).

Em documento confidencial despachado no dia 15 de junho de 2004, intitulado *Chávez v Chávez: What's his plan?*, é feita uma leitura sobre as *Missões* chavistas, considerando-as programas populistas,<sup>54</sup> considerando tais investimentos na promoção social como estratégia de compra de voto:

In his rhetoric, Chavez is putting his populist programs such as Mission Robinson (literacy) and Mission Sucre (college scholarships) on the line. His message to voters is that the opposition will take away these programs if they return to power. To a considerable degree these missions have been thinly disguised transfer payments to his key low-income constituents. [...] Chavez also has to deal with the curious fact that some 233,000 recipients of Mission benefits also signed the petition against him, suggesting that some votes, at least, are not for sale<sup>55, 56</sup>.

O documento, por considerar os programas sociais chavistas como populista, os relaciona com compra de votos por parte do governo, que busca conquistar votos com base no oferecimento pelo Estado de programas de saúde e educação. Ao relacionar a preferência do

<sup>54</sup> Outro documento que critica as *Missões* pode ser encontrado em: Doc. Confidential nº12997. *Inside Barrio Adentro: The BRV's primary Health Care program*. 21/08/2006. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS2489\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS2489_a.html) e em: Doc. Confidential nº10442. *VIEWS ON BARRIO ADENTRO FROM CUBAN DOCTORS*. 05/12/2006. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS3548\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS3548_a.html)

<sup>55</sup> “Em sua retórica, Chávez está colocando em risco seus programas populistas, como Mission Robinson (alfabetização) e Mission Sucre (bolsas universitárias). Sua mensagem para os eleitores é de que a oposição tirará esses programas se eles retornarem ao poder. Em um grau considerável, essas missões têm sido pagamentos de transferências disfarçados para seus principais integrantes de baixa renda. [...] Chávez também tem que lidar com o curioso fato de que cerca de 233 mil beneficiários de benefícios da Missão também assinaram a petição contra ele, sugerindo que alguns votos, pelo menos, não estão à venda.”

<sup>56</sup> Doc. Confidential nº13179. *Chavez v Chavez: What's his plan?* 25/06/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2081\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2081_a.html)



eleitorado que tem acesso aos programas sociais a Chávez, a diplomacia estadunidense não menciona que esta parcela da população estava tendo contato com médicos e oportunidades de educação pela primeira vez, fato que representa uma mudança considerável na qualidade de vida dessas pessoas, ou seja, ao considerar o voto em Chávez à compra de voto, o documento não leva em consideração as condições materiais envolvidas nas questões.

### **Considerações Finais**

O artigo buscou analisar, através de documentos disponíveis no site *Wikileaks*, como os EUA buscaram organizar setores da sociedade civil venezuelana com o objetivo de desestabilizar e interromper o governo de Hugo Chávez. Tal estratégia se deu em função da mudança na correlação de forças políticas, sociais e econômicas que a chegada de Chávez à presidência representou em 1998, em particular pela tentativa de alterar a relação entre o Estado e a sociedade no país, buscando uma maior participação estatal nos ganhos provenientes do petróleo e, dessa forma, utilizando do aumento da arrecadação para colocar em prática uma série de políticas públicas que visavam distribuir renda e oferecer serviços de necessidade básica para os venezuelanos.

A maior participação do Estado na extração do petróleo foi entendida como uma ameaça aos negócios dos EUA no país e na América Latina, uma vez que o país depende, em grande medida, do petróleo venezuelano e conta com capitais investidos na extração do óleo venezuelano. Assim sendo, os EUA utilizaram sua embaixada em Caracas para organizar e financiar a oposição ao governo democraticamente de Hugo Chávez, principalmente após o fracasso do golpe militar de 2002.

No processo de organização e financiamento da oposição, as ONGs ganharam um papel fundamental, uma vez que foi por meio delas que diferentes fundações e instituições estadunidenses conseguiam influência entre os atores oposicionistas através de financiamento e orientações programáticas sobre processos eleitorais e na elaboração de políticas públicas que se contrapunham às propostas pelo governo de chavista.

Além da questão econômica, ou seja, o interesse direto dos EUA no petróleo venezuelano, também existe uma questão ideológica e hegemônica na atuação do Estado venezuelano durante o governo Chávez. Desde os anos de 1980, os países da América Latina foram compelidos a adotarem uma agenda fortemente neoliberal, o que pressupõem o



esvaziamento das funções do Estado no que diz respeito ao oferecimento de serviços básicos para a população e de regulamentação financeira e produtiva, construindo uma base social onde as práticas de sociabilidade comunitárias são substituídas pela concorrência e pela meritocracia (PAULANI, 2008, p.68).

O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral da vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência (DARDOT; LAVAL, 2016, p.17).

Dessa forma, mesmo com suas limitações e contradições, inerentes a qualquer processo de transformação social, o chavismo e a Revolução Bolivariana ao defender uma maior participação do Estado na extração do petróleo, na construção de um sistema de segurança social, de maior participação democrática e de organização social se afastava dos pressupostos defendidos pelo neoliberalismo, o que explica a oposição dos EUA aos programas sociais chavistas.

Por fim, a documentação demonstra como os EUA buscaram atuar na base chavista através de ONGs, que em consonância com o discurso opositor e neoliberal para desarticular o governo eleito na Venezuela com a intenção de impor seus interesses econômicos no país, ou seja, controlar as maiores reservas de petróleo do mundo, e acabar com uma experiência social que, se não buscava romper com a ordem capitalista, se afastava do ideário neoliberal através de incentivos e práticas de caráter comunitárias e autogestão.

## **Bibliografia**

CICCARIELLO-MAHER, George. *Building the commune: Radical democracy in Venezuela*. Verso Books, 2016.

CICCARIELLO-MAHER, George. *We created Chávez: A people's history of the Venezuelan revolution*. duke university press, 2013.

CORONIL, Fernando. *El Estado mágico: naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela*. Editorial Alfa, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. Boitempo Editorial, 2016.



PAULANI, Leda. *Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. Boitempo Editorial, 2008.

SALGADO, Tiago Santos. *A Folha de S. Paulo e o Governo Hugo Chávez (2002 – 2005)*. Jundiá, Paco Editorial: 2015

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Edusc, 2000.

SEABRA, Raphael. “A revolução venezuelana: chavismo e bolivarianismo” in *Sociedade e Cultura* 13.2 (2010).

### **Documentação:**

Doc. Confidential. nº9521. *Das Deshazo’s meeting with g-5 opposition leaders* 21/01/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS295\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS295_a.html)

Doc. Unclassified. nº9443. *Human rights strategy for Venezuela*. 04/02/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS425\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS425_a.html)

Doc. Unclassified. nº31401. *Update on the USAID/OTI Venezuela program*. 11/02/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS501\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS501_a.html)

Doc. Confidential – nº10035. *The “Tropical Unity” of the opposition*. 12/02/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS533\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS533_a.html)

Doc. Confidential nº5131. *Chavez Takes aim at human rights organization*. 20/02/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS612\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS612_a.html).

Doc. Confidential, nº4563. *Chavez accuses usg of funding "coupmongers"*. 26/02/2004. Disponível: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS634\\_a.html/](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS634_a.html/)

Doc. Confidential nº 5972. *Request for additional funds to help strengthen local governments and civil society groups*. 27/03/2009. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/09CARACAS404\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/09CARACAS404_a.html)

Doc. Confidential nº9027. *Venezuela: Potential fraud in the appeals process* 05/05/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS1507\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS1507_a.html)

Doc. Confidential. nº7588. *Chavez: Coup attempt averted with arrest of “paramilitaries*. 11/05/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS1543\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS1543_a.html)

Doc. Confidential. nº 4987. *Ambassador meets with Sumate leaders* 16/06/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS1993\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS1993_a.html)



Doc. confidential nº10682. *No Progress on poverty under Chávez*. 17/06/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2003\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2003_a.html)

Doc. Confidential nº13179. *Chavez v Chavez: What's his plan?* 25/06/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2081\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2081_a.html)

Doc. Confidential. nº 10445. *Opposition launches "National consensus plan*. 5/07/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2248\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2248_a.html)

Doc. Confidential. nº4576. *Citizens assemblies: civil society gets organized*. 28/07/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2389\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2389_a.html)

Doc. Confidential. Nº6352. *Visit to mass market and Bolivarian school*. 10/12/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS3817\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS3817_a.html)

Doc. Confidential. nº12763. *Chavez gives marching orders for the Revolution*. 23/12/2004. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS3928\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS3928_a.html)

Doc. Confidential nº10442. *VIEWS ON BARRIO ADENTRO FROM CUBAN DOCTORS*. 05/12/2006. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS3548\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS3548_a.html)

Doc. Confidential. nº9345. *USAID/OTI WATCHDOGS START TO SHED LIGHT*. 26/01/2007. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/07CARACAS175\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/07CARACAS175_a.html)

Doc. Confidential. nº 8999. *NGOS CITE WORRISOME HUMAN RIGHTS PATTERNS*. 04/10/2007. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/07CARACAS1969\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/07CARACAS1969_a.html).

SULLIVAN, Mark. *Venezuela: Political Conditions and U.S Policy*. 2008. Congressional Research Service. Disponível em: <https://file.wikileaks.org/file/crs/RL32488.pdf>

Doc. Confidential nº16351. *Venezuela's 2009 economic outlook: Grim to Dire*. 22/01/2009. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/09CARACAS87\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/09CARACAS87_a.html)

## A Ação dos EUA na Venezuela: ONGs, Sociedade Civil e Neoliberalismo

### Resumo

O presente artigo tem como objetivo demonstrar como se deu a ingerência dos EUA na Venezuela durante o governo de Hugo Chávez através da análise da documentação disponibilizada no site *Wikileaks* que tornou público o acesso a documentos secretos produzidos pelo Congresso dos EUA e pela embaixada estadunidense em Caracas. Tal análise permite perceber como o governo dos EUA atuou como organizador e financiador da oposição venezuelana ao governo democraticamente eleito de Chávez, em particular através da atuação de ONGs, que atuavam para defender os interesses dos EUA no país e como difusoras do discurso neoliberal dentro das bases chavistas.

**Palavras-chave:** Hugo Chávez; EUA; Neoliberalismo; *Wikileaks*



## **US Action in Venezuela: NGOs, Civil Society and Neoliberalism**

### **Abstract**

This article aims to demonstrate how the US intervened in Venezuela during the government of Hugo Chavez through the analysis of the documentation made available on the Wikileaks website that made public access to secret documents produced by the US Congress and the US Embassy in Caracas. This analysis shows how the US government acted as the organizer and financier of the Venezuelan opposition to the democratically elected government of Chávez, in particular through the activities of NGOs that worked to defend US interests in the country and as diffusers of neoliberal discourse within chavista bases.

**Keywords:** Hugo Chávez; USA; Neoliberalism; Wikileaks

## **La Acción de EEUU en Venezuela: ONGs, Sociedad Civil y Neoliberalismo**

### **Resumen**

El presente artículo tiene como objetivo demostrar cómo se dio la injerencia de EEUU en Venezuela durante el gobierno de Hugo Chávez a través del análisis de la documentación disponible en el sitio Wikileaks que hizo público el acceso a documentos secretos producidos por el Congreso de Estados Unidos y la embajada estadounidense en Caracas. Este análisis permite percibir cómo el gobierno de Estados Unidos actuó como organizador y financiador de la oposición venezolana al gobierno democráticamente electo de Chávez, en particular a través de la actuación de ONGs, que actuaban para defender los intereses de EEUU en el país y como difusoras del discurso neoliberal dentro de las elecciones, bases chavistas.

**Palabras clave:** Hugo Chávez; EE.UU.; neoliberalismo; Wikileaks



DOI: 10.21057/10.21057/repamv13n3.2019.26658

## Cuba: continuidades e rupturas na construção do socialismo<sup>1</sup>

Recebido: 15-09-2019

Aprovado: 20-11-2019

Aline Fae Stocco<sup>2</sup>

Até 1959, Cuba se caracterizava como um país pequeno e neocolonial tendo uma inserção periférica e dependente no sistema capitalista organizado em âmbito mundial em sua fase imperialista. Parte dessas características eram resultado de uma inserção marcada pela especialização na produção de produtos primários, mais especificamente na produção de açúcar, e de um mercado consumidor de produtos industrializados produzidos em outros países, sobretudo nos Estados Unidos. Assim, enquanto o setor produtor de açúcar avançou aumentando a produção, incorporando tecnologias e desenvolvendo as forças produtivas envolvidas nesse segmento, os demais setores ficaram estagnados e dependentes. Além disso, a pequena produção industrial que se verificava no país era controlada pelo capital internacional presente na ilha sob a forma de investimento estrangeiro direto.

Esse modelo neocolonial, que se refletia em uma dependência produtiva, tecnológica, comercial, financeira, cultural e ética, repercutia conseqüentemente nas condições de vida da população cubana. Conforme retratou Fidel Castro (2007) ao escrever sua autodefesa intitulada “La história me absolverá”, durante a década de 1950, havia em Cuba duzentas mil famílias vivendo em habitações precárias, quatrocentas mil amontoadas em barracões sem as mínimas condições de higiene e saúde, um milhão e duzentas mil pessoas pagavam aluguel que consumia entre um quinto a um terço de seus rendimentos, e um milhão e oitocentas mil pessoas não tinham acesso aos serviços de eletricidade. Ainda segundo Castro, 90% das

---

<sup>1</sup> Este artigo traz partes da tese de doutorado intitulada “Distribuição, igualdade social e desenvolvimento: a experiência cubana”, apresentada, em 2017, no programa de pós-graduação em Política Social, da Universidade Federal do Espírito Santo.

<sup>2</sup> Doutora em Política Social. Professora Adjunta da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas da UFVJM. Pesquisadora do Grupo de Estudos Críticos do Desenvolvimento. E-mail: aline.stocco@ufvjm.edu.br



crianças da área rural estavam contaminadas por parasitas e muitas morriam por falta de recursos médicos.

Foi a partir dessas condições históricas que, em 1º de janeiro de 1959, uma ampla aliança formada<sup>3</sup> por trabalhadores urbanos e rurais, camponeses, estudantes, intelectuais e pequenos proprietários, inspirados pelo pensamento revolucionário de José Martí<sup>4</sup>, e a partir da luta armada, tomaram o poder político em Cuba, dando início ao governo revolucionário em Cuba. Em realidade, esse fato tornou-se o marco inicial de um conjunto de grandes transformações<sup>5</sup> na estrutura econômica e social que levaram ao rompimento das relações de produção capitalistas no país. Desde então, o país tem se caracterizado como uma experiência singular de construção do socialismo<sup>6</sup>.

Em consequência, o país passou por um processo de socialização dos meios de produção em que a propriedade estatal se tornou a forma hegemônica de propriedade sobre eles. Nesse sentido, foram alteradas as relações entre os produtores diretos (trabalhadores), e desses com o Estado, exigindo transformações nas relações sociais. Nesse processo, a regulação das relações econômicas foi assumindo a forma da planificação realizada de maneira centralizada pelo Estado e direcionada pelas necessidades e prioridades estabelecidas pela população organizada a partir de diferentes instâncias de participação. Com isso, o

---

<sup>3</sup> Segundo Fung Riverón (1982), a revolução cubana foi resultado da união entre a classe operária, o campesinato trabalhador e outras camadas da população que se efetivou e se radicalizou durante a luta contra a ditadura de Fulgêncio Batista.

<sup>4</sup> Fundador do Partido Revolucionário Cubano – PRC, José Martí defendeu e lutou por um pensamento independentista que vislumbrava não apenas a independência política para a América Espanhola, mas o que ele chamava de “segunda independência”. Em seu importante texto chamado “Nuestra América”, publicado em 1891, no México, José Martí conclamou o povo da América Latina a lutar por uma verdadeira libertação nacional. Ele explicou que, em muitos países que haviam alcançado a independência em relação à metrópole espanhola, a colônia seguiu vivendo dentro da república e alertou, inclusive, sobre os perigos que significavam os americanos do norte e a política expansionista e imperialista defendida amplamente nos Estados Unidos para o conjunto dos países da América Latina e para Cuba (MARTÍ, J. 1891 [2002, p. 17]). José Martí foi morto pelo exército espanhol logo no primeiro ano da guerra hispano-cubana iniciada, em 1895, e que tinha um caráter iminentemente nacional-libertador e anticolonial, mas seu pensamento ainda hoje direciona os caminhos da revolução e das lutas sociais no mundo (LOYOLA VEGA, O, 2002).

<sup>5</sup> Não fará parte do escopo desse trabalho tais transformações. Sobre isso existe uma vasta bibliografia que pode ser consultada, dentre as sugere-se: CARRANZA VALDEZ, J.; DÍAZ VÁZQUEZ, J. (2005); RODRIGUES, J. L. (1990); ÁLVAREZ GONZALEZ, E. C. (1998).

<sup>6</sup> Nesse trabalho adotou-se a perspectiva de que o processo de superação do capitalismo e a construção de uma nova sociabilidade designada socialista, envolve um período de transição, que pode ser mais longo ou mais curto, dependendo dos desdobramentos que um processo revolucionário possa ter em âmbito mundial. Essa etapa de transição envolve a construção de modelos econômicos e sociais próprios a partir de cada país, que devem estar em função das condições socio-históricas herdadas, das transformações econômicas, políticas e sociais requeridas de imediato e do contexto externo global, tendo como objetivo último e determinante, a satisfação das necessidades e o pleno desenvolvimento dos seres humanos, em oposição ao lógica de acumulação do capital que caracteriza a sociedade capitalista. Assim, as experiências concretas que se intitularam socialistas, ou comunistas, são consideradas como experiências de transição, ou construção do socialismo.



próprio conjunto de instituições e relações que perpassam o Estado foram sendo alteradas e novos sistemas e mecanismos foram criados para responder a esse conjunto de transformações.

A transformação social promovida pelo movimento revolucionário resultou em um conjunto de conquistas sociais que se refletiram na melhoria das condições de vida de sua população, medidas por indicadores sociais utilizados pelos organismos internacionais. Aliás, em que pese as limitações internas da economia, o isolamento mundial e as agressões externas promovidas pelo governo norte-americano através do bloqueio econômico, os resultados de tais indicadores medidos para Cuba colocaram o país em posição de destaque na região e próximo aos países de capitalismo avançado. Nesse sentido é possível citar os índices de mortalidade infantil (4,2 mortes para cada mil nascidos vivos no primeiro ano de vida, em 2016), expectativa de vida ao nascer (79,9 anos, em 2017) e escolaridade média (11,8 anos em média, em 2017) (PNUD, 2018).

Ao completar 60 anos do início dessas transformações o país vivencia um período de mudanças internas apresentadas como necessárias para garantir a continuidade e a sustentabilidade de seu projeto de construção do socialismo. Esse processo tem sido chamado de Atualização do Modelo Econômico e Social da revolução. Iniciado ainda em 2008, com a adoção de um conjunto de medidas fragmentadas, essas mudanças avançaram com a elaboração, debate e aprovação *dos Lineamientos da Política Econômica e Social del Partido y la Revolución*, entre 2010 e 2011. Tiveram prosseguimento com o Projeto de Conceitualização do Modelo Econômico e Social, o Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social até 2030 e a atualização dos *Lineamientos Económicos e social Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución para el período 2016-2021*, discutido e aprovado no VII Congresso do Partido Comunista, em 2016. Por fim, esse processo se consolidou com a aprovação de uma nova Carta Magna, em 24 de abril de 2019.

Partindo disso, o objetivo deste trabalho passa por compreender em que medida esse processo de atualização do modelo econômico e social representa rupturas com as estratégias econômicas e sociais que foram adotadas anteriormente no país, e quais compromissos com o horizonte de construção do socialismo se busca assegurar nesse processo de atualização do socialismo na ilha.



Assim, esse artigo buscou entender esse momento de mudanças em Cuba como resultado de um contexto interno e externo mais amplo, que se conformou a partir do fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, no final da década de 1980, e de acirramento do bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos à ilha. A urgência imposta pela crise naquele momento levou à implantação de um conjunto de mudanças iniciais que, se por um lado garantiram a sobrevivência econômica e social do país, por outro engendraram desafios para a construção de uma sociedade socialista, como a ampliação das desigualdades. Com a ascensão de governos progressistas na América Latina durante os anos 2000, à ilha obteve apoio e o país conseguiu retomar o crescimento econômico e desenvolver conquistas sociais da revolução. Mas, a crise mundial de 2008, expôs novamente as fragilidades estruturais da economia cubana e a necessidade de uma reestruturação das estratégias econômicas e sociais de construção do socialismo.

Para isso, o trabalho começará por resgatar os aspectos do contexto interno e externo que antecederam a crise econômica do país nos anos de 1990. Em seguida, será apresentada uma síntese das principais alterações implementadas na ilha e de seus efeitos econômicos e sociais, mostrando ainda o esforço em promover melhorias nas condições de vida da população durante os anos 2000. Posteriormente, será realizada uma análise das principais mudanças implementadas a partir da aprovação dos *Lineamientos da Política Econômica e Social del Partido y la Revolución*, de 2011, e uma síntese das principais mudanças aprovadas no projeto de *Conceitualização do Modelo Econômico e Social, no Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social até 2030* e nos *Lineamentos Econômicos e social Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución para el período 2016-2021*.

### **Antecedentes Históricos Internos e Externos da Crise Econômica dos Anos Noventa**

A década de 1980 foi caracterizada por mudanças econômicas, políticas e sociais que reconfiguraram o contexto externo em que Cuba estava inserida, sendo importante entender os impactos que o colapso da URSS, os desdobramentos da crise estrutural do capitalismo e o acirramento do bloqueio estadunidense produziram sobre o país.



Desde o final da década de 1950, a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) acumulava algumas dificuldades<sup>7</sup> que foram se aprofundando na forma de conflitos sociais e econômicos, que levaram à desintegração do sistema soviético e do Conselho Econômico de Ajuda Mútua, principais parceiros comerciais de Cuba. Dessa forma, o país perdeu não apenas os principais interlocutores comerciais, mas benefícios, vantagens e ajudas que possuía como país membro desse grupo<sup>8</sup>.

Embora já estivesse sendo impactada pelos problemas econômicos e políticos que vivenciavam os países membros do CAME - Conselho Econômico de Ajuda Mútua, em especial os derivados do modelo econômico que serão apresentados mais adiante, o desaparecimento do principal parceiro comercial desencadeou em Cuba uma crise econômica que resultou tanto em um abandono dos planos e medidas que vinham sendo implementados dentro do processo de retificações<sup>9</sup> como exigiu do governo cubano a adoção de medidas emergenciais para atender às necessidades essenciais da população (MORALES DOMÍNGUEZ, 1996).

Cabe destacar que a desarticulação dessas relações estabelecidas entre os países que compunham o CAME impôs a Cuba, pela segunda<sup>10</sup> vez em 30 anos, um processo de reconversão de sua base industrial e tecnológica e de reorientação dos vínculos comerciais e financeiros. Esse fato imprimiu uma singularidade histórica à experiência cubana, que se expressou em um custo econômico altíssimo e prejudicou o país de realizar avanços em direção ao desenvolvimento das forças produtivas internas.

Assim, as relações de Cuba com o sistema capitalista que, como será apresentado a seguir, se apresentava ainda mais instável e senil, não podiam continuar restritas ao âmbito comercial e creditício como estavam estruturadas até aquele momento. A inserção de Cuba ao

---

<sup>7</sup> Rodrigues (2006) destacou os seguintes problemas: estagnação econômica, esgotamento do modelo de crescimento econômico extensivo, redução na melhoria das condições de vida da população, defasagem no desenvolvimento tecnológico em comparação ao ocidente, pesados gastos militares e crise motivacional. Além disso, expôs as mutações econômicas, sociais, culturais e políticas que ocorreram no interior dos países que compunham a URSS e em âmbito mundial, mostrando como isso criou uma efervescência social e intelectual que implicou na necessidade de realizar mudanças. Conforme apontado pelo autor, tais problemas foram apenas parte das causas que levaram ao colapso da URSS.

<sup>8</sup> Castro (1991), ao comentar os acontecimentos que se desenrolavam na antiga URSS, destacou que Cuba havia construído sua pauta e seus caminhos apoiados no que chamou de “sólidos pilares”, que já não existiam mais: o campo socialista e a União Soviética.

<sup>9</sup> Por ocasião do 4º Congresso do Partido Comunista, Castro (1991) elencou vários projetos que, como parte do programa de retificações de erros e tendências negativas, foram interrompidos. Da mesma maneira, Suárez Salazar (1997), sintetizou o que chamou de evidências empíricas do que significou a reversão do socialismo na antiga URSS para Cuba.

<sup>10</sup> A primeira vez que Cuba se viu obrigada a reverter sua base tecnológica industrial foi nos primeiros anos da revolução. Processo descrito e problematizado por Tirso Sáenz (2004).



movimento de acumulação do capital tornou-se uma necessidade, em que o grande desafio era, segundo Monreal (1991), evitar que os fenômenos intrínsecos do processo de acumulação do capital se convertessem em fatores determinantes do processo de desenvolvimento econômico e social cubano.

As transformações no cenário internacional não estiveram circunscritas aos países do campo socialista; ao mesmo tempo, nas economias capitalistas, também se processaram importantes mudanças, marcadas pela crise estrutural do capital e suas estratégias para recompor sua taxa de lucratividade: reorganização da produção, desvalorização do capital constante, redução de custos, incorporação de novos territórios e populações e direcionamento de parte importante do estoque de capital para a esfera financeira.

Muito embora, desde os primeiros anos da revolução, Cuba tenha deixado de fazer parte do sistema mundial de economias capitalistas, os desafios e dificuldades que se impuseram ao país durante a década de 1980 também estão relacionados com o processo global de desenvolvimento do próprio sistema capitalista. Conforme apontou Monreal (1991), mesmo não tendo seu desenvolvimento econômico e social diretamente determinado pelas necessidades de acumulação do capital em termos mundiais, ao manter relações ativas com o mercado capitalista via comercialização de produtos e acesso ao crédito externo, o país também estava exposto aos processos desencadeados pela lógica do sistema capitalista. E, em virtude disso, foi impactado pelos desdobramentos da crise estrutural do capital.

Em termos concretos, esses desdobramentos, se refletiram em Cuba a partir da diminuição do preço de suas exportações no mercado internacional, das dificuldades de obtenção de crédito externo para seguir financiando seu projeto de desenvolvimento<sup>11</sup> e em um custo altíssimo para rolar a dívida já contratada. Por outro lado, a crise do capital que se desdobrou em uma reorganização do sistema capitalista em âmbito mundial concentrou ainda mais o processo de acumulação nas grandes potências mundiais e estimulou a criação de novos instrumentos especulativos financeiros, imprimindo uma dinâmica à reprodução e valorização do capital que se tornou mais agressiva à continuidade da experiência de transição ao socialismo em Cuba.

Todavia, as dificuldades para Cuba não se encerraram na desintegração do sistema soviético e nos desdobramentos da crise capitalista. Quando, em 1989, ocorreu a desintegração da URSS e, conseqüentemente, o fim do CAME, o governo dos Estados

---

<sup>11</sup> Para informações adicionais sobre o assunto, ver Rodriguez (1990).



Unidos, comandado pelo então presidente George H. W. Bush, antevendo o isolamento comercial ao qual Cuba ficaria novamente submetida, recrudescu o bloqueio econômico imposto ao país desde 1962, empreendendo novas medidas de agressão<sup>12</sup>: aprovação e promulgação da *Enmienda Torricelli*, denominada *Cuban Democracy Act* (Lei pela Democracia em Cuba). Embora promulgada em 1993, a lei havia sido apresentada ao Congresso ainda em 1991 e tinha por objetivo definir a política que seria adotada pelo país em relação a Cuba, tendo em vista o discurso de uma transição “pacífica e democrática e de retorno do crescimento econômico” na ilha.

Na verdade, a Lei partiu de um conjunto de constatações que foram vistas como uma oportunidade para asfixiar o governo cubano e acabar com o processo revolucionário em curso no país. Dentre essas constatações, destacou-se a redução do apoio recebido pelo país, tendo em vista os acontecimentos na antiga URSS e as ameaças de desabastecimento, em especial de alimentos e petróleo. Além disso, considerou-se que era o momento do governo norte-americano exigir a colaboração dos aliados europeus para a tarefa de acabar com a construção do socialismo em Cuba (UNITED STATES. H.R.5323, 1992).

Nesse sentido, a estratégia estabelecida tratava de exigir o fim de qualquer ajuda técnica, militar, econômica ou assistencial concedida por qualquer nação a Cuba e manter as sanções aplicadas desde os Estados Unidos. E, frente a uma possível derrota cubana, o governo norte-americano deveria, de imediato, desenvolver uma política abrangente com a ilha, que previa ajuda financeira, reintrodução de instituições financeiras e suspensão imediata das sanções (UNITED STATES. H.R.5323, 1992).

A lei estabeleceu claramente que o governo deveria pressionar os países para reduzir suas relações comerciais com Cuba e penalizar aqueles que em suas relações com a ilha ofereciam qualquer benefício como subsídios, vantagem comercial e tratamento tarifário diferenciado, dentre outros. Além disso, restringiu as exportações e ajudas humanitárias a Cuba partindo dos Estados Unidos e proibiu a emissão de licenças para que empresas transnacionais controladas por empresas americanas realizassem transações com a ilha. Como parte da lei, ainda ficou estabelecido um prazo de 180 dias para que os navios que tenham ancorado em portos cubanos pudessem realizar atividades em portos americanos (UNITED

---

<sup>12</sup>Conforme aponta Suárez Salazar (1997), a aprovação da lei foi precedida por uma apatia oficial do governo estadunidense para com ações terroristas executadas contra Cuba por movimentos contrarrevolucionários sediados em Miami, pelo aumento da ajuda financeira para ações subversivas contra o governo cubano e por ameaçadoras manobras militares no mar e na Base Naval em Guantánamo.



STATES. H.R.5323, 1992). Outra determinação presente na lei foi a redução do montante de dinheiro que poderia ser utilizado por pessoas em viagem a Cuba. Com isso, pretendia-se dificultar o acesso do governo cubano ao dólar estadunidense.

Por fim, ainda na década de 1990, e durante o mandato presidencial de Bill Clinton, o congresso americano aprovou e posteriormente o presidente promulgou a Lei Helms-Burton, que, dentre outras coisas, buscou impedir que outros países realizassem investimentos estrangeiros em Cuba. Para Suárez Salazar (1997, p. 134, tradução nossa), essa lei estava direcionada a

Endurecer o bloqueio, a estender a extraterritorialidade das leis estadunidenses em relação a Cuba, a aplicar sanções duras a todos os atores norte-americanos e internacionais que mantinham relações normais com a ilha, a eliminar os espaços de manobra que possuíam os poderes executivos no desenho das políticas para a maior das Antilhas, assim como condicionar a natureza da institucionalidade que – em suas palavras – ‘deveria ter qualquer governo que sucedessem ao presidente Fidel Castro’. Ademais, definir a política que deve adotar qualquer governo norte americano, frente ao governo da ilha.

Dessa maneira, o início da década de 1990 representou também, para Cuba, o início de uma nova fase em suas relações com os Estados Unidos em que o aspecto principal foi o recrudescimento do bloqueio, não apenas no que tange às relações bilaterais entre as duas nações, mas extrapolando as determinações norte-americanas para outras nações. Além disso, significou também a institucionalização política e jurídica das medidas de agressão empreendidas contra Cuba, produzindo efeitos que se desdobraram durante toda a década de 1990 e continuam, até o presente momento, repercutindo sobre as condições políticas, econômicas e sociais da ilha.

Do ponto de vista interno, os últimos anos da década de 1980 se caracterizaram pela manifestação de algumas dificuldades econômicas e, em consequência, por um processo de autocrítica e tentativa de correção de mecanismos e estratégias econômicas adotados no período anterior. O chamado *processo de retificações de erros e tendências negativas*, em que pese seus limites, significou uma autocrítica interna em que se reconheceram os avanços alcançados durante os 30 anos da revolução cubana, mas também se assumiu o diagnóstico de que muitos erros e insuficiências estiveram presentes na experiência de construção do socialismo no país.

Em relação às atividades econômicas, observou-se que o crescimento econômico alcançado tinha se baseado em um volume de importação superior à capacidade do país em gerar divisas, reflexos das relações econômicas com os países do CAME – Conselho de Ajuda



Mútua Econômica, que reunia os países do bloco socialista. Além disso, os esforços para aumentar e diversificar as exportações também tinham sido baseados em um alto consumo de energia e de meios de produção que demandavam um volume crescente de importações impactando as contas externas. Dificuldades na execução dos investimentos haviam impedido a incorporação de novas instalações ao parque produtivo, assim como descumprimentos de normas e de metas de produção colaboravam para aumentar os problemas relativos ao funcionamento dos mecanismos econômicos adotados a partir de 1975 como parte do modelo de planificação baseado no chamado “Cálculo Econômico”<sup>13</sup> (PARTIDO COMUNISTA CUBANO, 1986).

Para Castro (1986), a crença em que a construção do socialismo era essencialmente uma questão de mecanismos, sobretudo econômicos, havia resultado em uma redução do trabalho político do partido junto aos quadros e às massas, sendo esse fato uma das principais causas dos problemas de ineficiência, burocracia, condutas ilícitas e desvios que se havia constatado junto à população. Essa postura em relação ao funcionamento automático dos mecanismos também foi atribuída aos conhecimentos limitados e essencialmente teóricos que se tinha em relação à construção do socialismo.

Seguindo nessa perspectiva, para Rodriguez (1990) a adoção de um sistema de gestão e de estímulo da economia centrado nos estímulos materiais e no controle das empresas a partir de sua rentabilidade produziu desvios no funcionamento da economia. As empresas teriam priorizado as atividades produtivas mais rentáveis, descumprindo as metas relativas a outras atividades que também eram necessárias para a reprodução social, impedindo que se efetivasse uma real planificação da economia. Além disso, o aumento da rentabilidade não esteve vinculado a uma redução dos custos de produção e elevação da produtividade do trabalho, mas ao aumento dos preços de comercialização dos produtos. Isso, somado à ampliação do pagamento de prêmios para a superação de metas de produção e de rentabilidade teria resultado em distorções salariais. Ainda segundo Rodriguez (1990), a livre comercialização de uma parte da produção agrícola havia criado a figura do intermediário e

---

<sup>13</sup>O cálculo econômico foi o modelo de planificação utilizado na União Soviética e nos demais países do sistema socialista mundial. Nesse sistema, cada unidade produtiva era uma empresa com personalidade jurídica própria e o dinheiro funcionava como meio de pagamento para compra de matérias-primas, pagamentos de salários, investimentos e demais despesas necessárias ao funcionamento da empresa. O desempenho das empresas era avaliado pela lucratividade alcançada, nesse sentido as empresas deveriam cumprir as metas estabelecidas nos planos, mas o relacionamento entre elas se dava no mercado através de compra e venda de produtos e serviços, e o preço era dado pela oferta e demanda (CHE GUEVARA, 2004).



estimulado a especulação com os preços dos produtos, prática que também se observou na atuação dos trabalhadores por conta própria.

Como parte das medidas adotadas foi reduzida a distribuição de prêmios monetários aos trabalhadores, e ampliados os estímulos de caráter moral. Ocorreu uma valorização do trabalho voluntário, em especial das microbrigadas para a construção de moradias, e aumentaram os gastos nas áreas sociais. Também foram adotadas medidas para ampliar a centralização da direção econômica, em especial na elaboração do plano e de limitar as relações monetárias e mercantis, como a eliminação dos mercados agropecuários e artesanais. Além disso, iniciou-se um processo de racionalização das planilhas das empresas, buscando elevar a produção mas mantendo a mesma alocação de recursos materiais e humanos, assim como se buscou diversificar as atividades econômicas fomentando atividades relacionadas ao turismo e à biotecnologia (CARRANZA VALDEZ; DÍAZ VÁZQUEZ, 2005).

Com uma análise mais aprofundada, Carranza Valdés e Monreal González (1997) atribuíram os entraves ao desenvolvimento cubano, em meados dos anos 1980, ao prolongamento no tempo de um modelo de acumulação baseado no crescimento econômico extensivo, de baixa eficiência e alicerçado em transferências de recursos desde o exterior. A integração de Cuba ao CAME havia permitido ao país somar à economia nacional recursos que possibilitaram altos níveis de investimentos e expansão dos gastos sociais<sup>14</sup>. Mas, de acordo com os autores, a insustentabilidade desse modelo de acumulação estava dada não apenas pela necessidade permanente de incorporação de recursos do exterior para seu funcionamento, mas pelo fato de que essas compensações agiam desestimulando o país a proceder, ao longo do tempo, uma mudança para um modelo de crescimento intensivo, ao que é possível acrescentar ainda, um desestímulo à diversificação da produção. Ademais, das relações de dependência em relação ao bloco soviético, já apontadas anteriormente.

E, para além das restrições determinadas pelo bloqueio econômico ao qual o país estava submetido desde os primeiros anos da revolução, e que também será tratado nessa seção, da escassez de recursos naturais e da incapacidade de transformar um grande volume de recursos em aumentos permanentes das exportações, os autores ainda adicionaram ao anterior dois importantes problemas. Primeiro, que o crescimento extensivo exigia uma enorme quantidade de recursos para sua simples reprodução material. E, segundo, os

---

<sup>14</sup> Isso tudo porque, a partir dessa integração, o país se favoreceu de preços preferenciais, crédito, ajuda técnica e militar e compensações financeiras para os desequilíbrios comerciais.



investimentos executados não haviam produzidos alterações importantes na estrutura produtiva das exportações, assim como não modificaram o baixo grau de integração dos setores produtivos nacionais (CARRANZA VÁLDÉS, MONREAL GONZÁLEZ, 1997).

Dessa forma, é preciso considerar que os desafios colocados pelo contexto interno no final da década de 1980 eram mais profundos e complexos do que suas manifestações aparentes e os aspectos apresentados nos discursos oficiais. Pois, se, por um lado, estavam relacionados à própria herança colonial de uma estrutura produtiva monoprodutora e exportadora de produto agroindustrial e às próprias limitações naturais e populacionais da ilha, por outro, refletiam a adoção de modelos e mecanismos de experiências de transição ao socialismo de outros países que não levavam em consideração as condições sócio-históricas de cada país.

E a isso, é possível adicionar um processo de acumulação que foi limitado para produzir as transformações na estrutura produtiva e elevar o grau de desenvolvimento das forças produtivas pelo menos ao patamar requerido pela constituição de uma base material correspondente aos objetivos mais imediatos do projeto societário em construção no que tange à satisfação das necessidades. Para Figueroa (2003), tratava-se de um esgotamento dos mecanismos econômicos que se caracterizaram pela ineficiência, descontrole e burocratismo, resultado da desvinculação do partido das massas populares e da desatenção com o desenvolvimento social.

Em resumo, Cuba chegou aos anos 1990 conservando ainda deficiências estruturais herdadas de seu passado colonial e neocolonial evidenciadas na dependência econômica da exportação de um único produto e na necessidade de importação, principalmente de alimentos e energia. Deficiências que não foram superadas pelo modelo de desenvolvimento que se adotou durante os primeiros 30 anos da revolução e cujos problemas começaram a ser manifestar a partir de 1985, quando o desempenho econômico entrou em uma fase descendente e de estagnação.

O país, em meio a um processo que buscava corrigir as estratégias e os mecanismos de direção econômica, foi impactado com a desarticulação das condições internacionais que sustentavam o funcionamento de seu sistema econômico e social. O fim da URSS e o surgimento de uma Comunidade de Estados Independentes levou ao rompimento por parte de muitos países de acordos comerciais e financeiros firmados anteriormente com Cuba. Além disso, o fim do sistema socialista também significou o fim do apoio político e da ajuda



econômica, militar e técnica oferecida aos países membros, e um isolamento do ponto de vista ideológico, justamente no momento em que se consolidavam mudanças significativas no padrão de acumulação do sistema capitalista mundial.

### **Principais Mudanças Econômicas e Sociais da Década de 1990**

Em termos concretos, entre 1990 e 1993 a entrada de divisas em Cuba, como resultado das exportações, diminuiu. Isso foi reflexo tanto da queda no preço dos produtos exportados como da redução nas aquisições de produtos cubanos por parte dos países pertencentes à antiga URSS. Por outro lado, as importações também se reduziram abruptamente em decorrência da insuficiência de divisas, de créditos externos e de oferta por parte dos principais fornecedores. Essas duas situações conformaram um círculo vicioso, em que se acumulou, no período, uma redução de 70% no valor das importações e de 47% no das exportações (XALMA, 2007).

A paralisação total ou parcial de projetos reduziu o volume de investimentos em 60%. A falta de insumos, principalmente energéticos, de matérias-primas e de peças de reposição reduziu e paralisou o funcionamento de diversas unidades produtivas. A utilização da capacidade instalada chegou ao patamar de 20 a 30% e o PIB acumulou uma redução de quase 35% durante os anos de 1990 a 1993 (FERNÁNDEZ FONT, 1998).

Isso se configurou em uma profunda escassez em que não foi possível manter os níveis de consumo individuais e sociais da população. A ingestão calórica diária se reduziu e o consumo de alimentos ficou abaixo do mínimo recomendado. A vida cotidiana assumiu aspectos de uma guerra diária contra as dificuldades que a cada dia aumentavam. Multiplicaram-se as estratégias individuais para tentar suprir as necessidades básicas e sobreviver a esse momento histórico.

[...] Foram anos da água com açúcar; da banana cultivada no quintal; do sabão feito em casa; do fim das latas de comida estocadas quando ‘os russos’ chegavam à bodega; da ausência de carros circulando na cidade por falta de combustíveis; do ‘camello’ como invenção para economizar o precioso ouro negro; das bicicletas como principal veículo de transporte, sob um sol forte; dos chamados (apesar de tudo, com humor) ‘alumbrones’ que não ‘apagões’; das filas esperando a ‘gua-gua’ que nunca chegava, ou dos alimentos que já ‘não apareciam’ (XALMA, 2007, p. 33-34, tradução nossa).



Nesse contexto de extrema dificuldade, o governo cubano, com expressivos apoios populares<sup>15</sup>, adotou como estratégia resistir a essa situação, preservando o projeto de construção ao socialismo. Nesse sentido, tratou de ajustar os níveis de consumo à abrupta diminuição dos recursos distribuindo os impactos da crise com os menores custos sociais possíveis. Dentre as medidas adotadas nessa direção, destacam-se a manutenção dos gastos com saúde e educação, a implantação de um forte sistema de racionamento na distribuição dos recursos e a preservação dos empregos e salários. Nesse período, o governo trabalhou para ampliar a produção de alimentos e coordenou pesquisas direcionadas a encontrar petróleo no território cubano (XALMA, 2007).

Com isso, o déficit público cresceu, assim como a quantidade de papel moeda emitido. Em consequência do entesouramento das famílias, o peso cubano se desvalorizou de 8 pesos, em 1989, para 150 pesos por dólar, em 1993 (CARRANZA VALDEZ; DÍAZ VÁZQUEZ, 2005). Essa desvalorização da moeda combinada às remessas de dólares que ingressavam na economia cubana conduziu, durante esse período, a uma “dolarização informal” (XALMA, 2007). Esse desequilíbrio significou um aumento da base monetária em pesos cubanos decorrente da monetização do déficit público e, com isso, um excesso de liquidez. Com os preços controlados e os produtos submetidos a uma distribuição racionalizada, a deterioração do poder de compra do peso manifestou-se no mercado informal em um processo de hiperinflação e a substituição extraoficial do peso cubano pelo dólar (VIDAL, 2006). Além disso, a perda do poder de compra da moeda nacional levou as famílias a converterem suas economias em dólar mantidos fora de circulação (SÁNCHEZ EGÓZCUE, 1999).

Mas, a partir de 1993, a dolarização parcial da economia cubana tornou-se parte de um programa de mudanças para enfrentamento da crise, em que se optou por um esquema de dualidade monetária como estratégia para enfrentar o excesso de papel moeda e a escassez de divisas para fazer frente às necessidades de importação. Nesse sentido, não apenas se legalizou a posse e o uso de divisas para as transações comerciais internas como se estruturou

---

<sup>15</sup> Suárez Salazar (1997) citou uma série de manifestações populares que ocorreram entre 1989 e 1990, em que, segundo o autor, se alcançou uma mobilização parecida com as ocorridas em décadas anteriores, ao que ainda agregou a ampla participação da população nas discussões que antecederam a realização do 4º Congresso do Partido Comunista em Cuba e a massiva participação no pleito eleitoral realizado em 1992. Cabe destacar ainda que o autor apontou um incremento da insatisfação popular e a ativação de pequenos e frágeis grupos dissidentes. O expressivo apoio popular também foi relatado por Edward González e David Ronfeldt (1993) ao analisarem e proporem as estratégias que poderiam ser adotadas pelo governo norte-americano para alcançar seus objetivos relativos a Cuba.



um amplo conjunto de mecanismos institucionais para captar e redistribuir as divisas em circulação na economia (HIDALGO DE LOS SANTOS, 2008).

Isso envolveu uma segmentação dos mercados por tipo de moeda e agentes econômicos. Foi criado um setor chamado “emergente”, em oposição ao que se convencionou chamar setor tradicional, em que se concentraram as principais atividades econômicas responsáveis pela entrada de divisas no país, congregando, principalmente, as empresas exportadoras e o setor de turismo. Nesse mercado, as transações eram exclusivamente em dólares, e as empresas tinham autonomia para decidir sobre o uso das divisas geradas na compra dos insumos, pagamento de estímulos laborais e dividendos. Também se criou um mercado interno em que produtores nacionais e empresas de outros setores podiam comercializar com as empresas do setor emergente e, assim, acessar divisas (CEPAL, 2000). Cabe destacar que, em virtude da suspensão do monopólio estatal do comércio exterior, as empresas do setor “emergente” podiam escolher entre adquirir os insumos no mercado interno ou no mercado externo, submetendo as empresas do setor tradicionais à competição com bens importados (HERRERA; NAKATANI, 2012).

Outra maneira de as empresas do setor tradicional obterem divisas era através da alocação no plano anual que distribuía as divisas captadas pelo mecanismo institucional chamado de “Caja Central”. Esse mecanismo, criado ainda na década de 1980, funcionava da seguinte maneira: ao fazer o plano anual, realizava-se uma previsão de quanto de divisas as empresas planejavam obter e quando iriam usar para pagar os custos de produção, dívidas, dividendos e impostos. Aquilo que excedia a esses gastos era transferido para essa espécie de caixa centralizado e alocado no plano das empresas e entidades orçamentárias que não geravam divisas. Dessa maneira, o governo distribuía as divisas de acordo com as necessidades sociais e as prioridades de investimentos. Os recursos alocados para as empresas e entidades orçamentárias a partir desse mecanismo central eram transferidos de maneira automática (CEPAL, 2000).

Para a população que também acessava divisas via incentivos salariais, remessas de familiares ou transações comerciais com o setor emergente, foi criada uma rede de lojas, chamadas de Tienda de Recuperación de Divisas – TRD, onde era possível adquirir uma variedade de artigos de consumo comercializados exclusivamente em divisas. Também foram criadas casas de câmbio onde a população podia trocar dólares por bilhetes de CUC, uma moeda conversível criada em 1994, ou mesmo em moeda nacional (HIDALGO DE LOS



SANTOS, 2008). Posteriormente, também se liberou a abertura de contas com depósitos em CUC.

O funcionamento desses mecanismos de captação e redistribuição das divisas, combinado à paulatina reestruturação do orçamento do Estado e às demais mudanças que serão apresentadas no decorrer desta seção, contribuiu para uma retomada do poder de compra do peso nacional e uma estabilidade monetária observada na relação de conversibilidade entre as diferentes moedas em circulação e nos preços dos produtos no setor informal. Por outro lado, essa segmentação da economia tornou o acesso às divisas um determinante na diferenciação social e no acesso aos bens de consumo no país. Além disso, estimulou o envio de remessas de pessoas residente no exterior a familiares em Cuba, significando uma fonte de renda desvinculada da atividade laboral.

Outra incidência negativa derivada da dolarização foi uma hipertrofia de setores da economia nacional. Segundo Gutiérrez González ([1997]2008), a dolarização estimulou o desenvolvimento das atividades e setores que proporcionavam um acesso direto às divisas em detrimento da produção de bens e serviços essenciais para a reprodução social, mobilizando para esses setores importantes recursos produtivos. Da mesma maneira, estimulou a população a buscar postos de trabalho que permitissem o acesso direto à moeda conversível em detrimento de postos de trabalho com salários em moeda nacional.

Outra estratégia que começou a ser implantada ainda nos primeiros anos do período especial foi relativa à ampliação da inserção de Cuba no cenário econômico internacional. Isso se concretizou na criação de algumas empresas mistas consorciadas com o capital internacional e no estabelecimento de acordos comerciais com novos parceiros, principalmente nos setores de turismo e biotecnologia. Embora a entrada de investimento estrangeiro já estivesse amparado legalmente desde fevereiro de 1982, quando se instituiu o decreto-lei nº 50, foi a mudança constitucional realizada em 1992 e a aprovação da Lei nº 77, no dia 5 de setembro de 1995, pela Assembleia Nacional do Poder Popular da República de Cuba, que garantiu amparo legal.

Esse marco legal garantiu às empresas de capital externo o direito de propriedade, de repatriação do capital e de seus dividendos sem a incidência de impostos, prevendo para casos de expropriação o pagamento prévio de indenização. Ainda ampliou a participação do capital estrangeiro em quase todas as atividades econômicas do país, exceto saúde, educação e algumas instituições das forças armadas. E autorizou a abertura de conta em bancos e o direito



das unidades produtivas de exportar e importar diretamente bens e serviços necessários (CUBA, Ley nº 77 de setembro de 1995, acesso em 12 de abril de 2016).

A entrada de investimento estrangeiro poderia assumir as seguintes formas: empresa mista com investimentos estrangeiros e nacionais, contrato de associação econômica internacional ou empresa de capital totalmente estrangeiro, sendo que, para qualquer dessas, era necessária autorização prévia do Comitê Executivo do Conselho de Ministros ou de uma comissão designada para esse fim (CUBA, Ley nº 77 de setembro de 1995, acesso em 12 de abril de 2016).

A lei estabeleceu ainda que as unidades produtivas constituídas a partir de investimento estrangeiro deveriam cumprir a legislação trabalhista e da seguridade social previstas em Cuba, com algumas adaptações: com a exceção dos cargos de direção, administração e alguns cargos técnicos, todos os demais postos de trabalhos teriam de ser ocupados exclusivamente por cubanos ou estrangeiros residentes permanentes no país; a contratação dos trabalhadores cubanos e estrangeiros permanentes seria realizada por meio de uma instituição empregadora ligada ao Ministério do Trabalho; e, para além dos salários, pagos em moeda nacional, poderia ser criado um fundo de estímulo econômico para os trabalhadores (CUBA, Ley nº 77 de setembro de 1995, acesso em 12 de abril de 2016).

Da mesma maneira, a lei fixou um regime especial de tributação que levou em consideração a exploração ou não de recursos naturais (30% sobre o lucro líquido das empresas e de 50% se a atividade envolvesse exploração de recursos naturais, renováveis e não renováveis). Além disso, definiu a incidência de um imposto de 11% sobre a utilização da força de trabalho e de 14% como contribuição para a previdência social. Outra inovação importante dessa legislação foi a criação de zonas francas e parques industriais para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao comércio exterior com regimes especiais em matéria aduaneira, tributária, trabalhista, entre outras (CUBA, Ley nº 77 de setembro de 1995, acesso em 12 de abril de 2016).

Frente a todos esses aspectos descritos, cabe destacar que a abertura ao capital estrangeiro em Cuba foi permeada de particularidades que buscaram garantir que essa relação de fato gerasse contribuições ao projeto de desenvolvimento cubano. Sobre isso, Figueroa (2003, p. 224, tradução nossa) apontou que

A regulação e o controle estatal sobre o processo de investimento, a preservação da soberania nacional sobre os recursos naturais, e o controle acionário (ainda que se dê preferências aos capitais da América Latina e Caribe), a abertura para apenas investimentos estrangeiros diretos



e em alguns setores e outras questões relacionadas à proteção dos trabalhadores, são alguns dos aspectos que diferenciam o nosso enfoque legislativo e prático nessa matéria tão controvertida das relações de exploração entre o sul subdesenvolvido e o norte no que tange a exportações de capitais.

Assim, se por um lado a lei garantiu ao capital externo a apropriação e envio ao exterior de parte do excedente econômico nacional sob forma de lucros e dividendos, por outro lado garantiu à população cubana uma importante participação no excedente produzido pelos trabalhadores na medida em que manteve na direção das empresas representantes cubanos e estabeleceu um conjunto de impostos sobre o trabalho e o lucro. Ademais, garantiu também que os postos de trabalhos fossem ocupados por cubanos, assegurando a geração de empregos.

Para além disso, novas formas de gestão da propriedade foram incorporadas à Constituição a partir da reforma realizada em 1992. A alteração realizada no artigo 14 estabeleceu que a forma estatal seria exclusiva apenas para o que se chamou “meios fundamentais de produção”. E o artigo 15 previu a possibilidade da transmissão parcial ou total dos meios de produção para pessoas físicas ou jurídicas, permitindo a criação de empresas mistas, cooperativas e até mesmo empresas integralmente privadas. Como consequência, em 1998, Cuba já registrava 260 associações econômicas com o capital internacional (NOGUERA, 2004).

Um passo importante para a diversificação das formas de propriedade foi o Decreto-Lei nº 142, que criou as Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPC). Esse Decreto-Lei transformou grandes extensões de terras, geridas anteriormente como grandes empresas estatais, em pequenas propriedades concedidas aos coletivos de trabalho e a pequenos agricultores na forma de usufruto por tempo indeterminado, para funcionarem sob a forma de cooperativas. Foi garantida a eles a propriedade sobre a produção e os ganhos provenientes dela.

Para Figueroa (2003), a criação das UBPC foi parte de uma ampla reestruturação da propriedade e uso das terras em Cuba, em que o objetivo imediato era enfrentar a crise alimentar, criando incentivos para impulsionar a produção agropecuária e agroindustrial. Segundo o autor, essa reestruturação foi caracterizada pela desestatização da produção agrícola com a diversificação das formas de gestão da terra e pela promoção do cooperativismo. Ele destacou ainda que esse processo permitiu a criação de múltiplas formas de gestão da propriedade, como a autogestão participativas das granjas estatais, a pequena



propriedade privada pessoal e familiar e as empresas mistas associadas ao capital internacional.

A isso, acrescentaram-se ainda as legislações que trataram de ratificar e ampliar o trabalho por conta própria, até então inexpressivo. O Decreto-Lei nº 141, de 8 de setembro de 1993, além de cumprir com essa tarefa, estabeleceu ainda o pagamento de um imposto mensal para as pessoas que exercessem tais atividades. Junto, foi publicada a Resolução Conjunta nº 1 do CETSS-CEF, que regulamentou o decreto e especificou as atividades que poderiam ser exercidas por conta própria (CUBA, Decreto-Ley nº 141 de setembro de 1993, acesso em 16 abril 2016). Posteriormente, foram publicados ainda o Decreto-Lei nº 171, que ampliou a autorização para aluguel das casas e quartos, e a resolução que permitiu o trabalho por conta própria de profissionais universitários (FIGUEROA, 2003).

Ao analisar essa abertura ao trabalho por conta própria, Figueroa (2003) apontou que ela foi uma tentativa de responder à conjuntura econômica, tendo como objetivo aumentar a oferta de bens e serviços e criar novas fontes de emprego e de renda para a população, ou seja, tinham um caráter conjuntural e de curto prazo, não tendo sido concebidas, por parte dos dirigentes políticos, como um processo mais estrutural e necessário à construção do socialismo.

Dessa maneira, o que ocorreu na base econômica foi um processo tímido e limitado de diversificação das formas gestão sobre os meios de produção em Cuba, mas que se constituiu em um passo de grande importância porque, primeiramente, contribuiu para a retomada do crescimento econômico, e segundo, desencadeou internamente uma discussão sobre a heterogeneidade das formas de propriedade que concretamente conformam uma experiência de construção do socialismo, principalmente em países com as condições históricas, econômicas e sociais semelhantes às de Cuba.

A maior inserção externa de Cuba com as empresas associadas ao capital internacional, acompanhada de uma diversificação nas formas de gestão dos meios de produção e de uma segmentação da economia frente à dolarização, resultou em um funcionamento dual da economia cubana. Isso significou que, enquanto uma parte da economia seguiu funcionando sob o modelo de planificação centralizada conservando os mesmos mecanismos anteriores à década de 1990, outra parte, constituída pelas novas formas de organização empresarial, passou a operar por mecanismos mercantis baseados nas relações de oferta e demanda.



Além disso, algumas medidas de descentralização começaram a ser adotadas no que tange às empresas estatais. Como parte dessas medidas, destaca-se o chamado Perfeccionamiento Empresarial, que tinha como objetivo central promover uma separação entre o Estado e a gestão administrativa das empresas, concedendo maior autonomia às unidades produtivas no que tange à tomada de decisão relativa à gestão da empresa e da produção. Esse processo englobou um pequeno grupo de empresas estatais ligadas ao comércio exterior e ao setor de turismo (MARCELO YERA, 2010).

Segundo identificou González Gutiérrez ([1997]2008), a principal modificação introduzida na planificação, no que tange às empresas que passaram por esse processo, foi que, ao invés de receber os recursos produtivos alocados pelo plano e depois distribuir os resultados da produção também por meio do plano com preços fixos, essas empresas ganharam um pouco mais de autonomia nas decisões relativas à produção e à compra das matérias-primas, à comercialização e fixação dos preços, que passaram a incorporar outros elementos para além dos custos de produção.

Assim, as decisões tomadas em termos de indicadores financeiros eram posteriormente submetidas aos órgãos de governo para aprovação e compatibilizadas com a planificação. Dessa maneira, o Estado continuava tendo garantido o direito a uma parte do excedente econômico produzido, mas uma parte ficava sob gestão da empresa e era destinada para reservas de contingências, para um fundo de reserva para investimento e pesquisa, e para o pagamento de prêmios individuais e coletivos aos trabalhadores (FIGUEROA, 2003).

Em resumo, as empresas estatais seguiram submetidas à planificação, porém, em alguns setores, os mecanismos de alocação direta de recursos por meio do plano foram substituídos por mecanismos de controle indireto, baseados, sobretudo, em indicadores financeiros. Porém, cabe destacar que, até 2001, apenas 155 empresas funcionavam sob esse novo modelo (MARQUETTI NORDASE, 2006). Além disso, o plano assumiu como tarefa essencial a gestão das divisas aportadas pelas empresas estatais e mistas ligadas ao comércio exterior e sua distribuição aos setores que não tinham acesso a elas, mas que eram essenciais para a satisfação das necessidades básicas da população (GONZÁLEZ GUTIÉRREZ, [1997]2008).

Dessa maneira, à medida que novos agentes econômicos foram sendo incorporados à base econômica, e o Estado foi deixando de ter o monopólio sobre a gestão dos meios de produção, parte das decisões sobre a produção também foi sendo descentralizada e passou a



atender também a outros interesses específicos, que não apenas os interesses sociais representados no plano nacional.

Para além dessas mudanças nas relações econômicas entre as diferentes unidades produtivas, no âmbito da população também foi possível observar alterações na dinâmica econômica. Os Decretos-Lei 191 e 192 autorizaram a reabertura dos mercados agropecuários, industriais e artesanais, que estavam proibidos de funcionar desde a segunda metade da década de 1980 (XALMA, 2007). Esses novos mercados, acrescidos dos serviços e produtos realizados pelos trabalhadores por conta própria e ofertados à população, da rede de lojas de produtos comercializados em divisas e do aumento de produtos comercializados pelo Estado com preços regulados pela oferta e demanda, resultaram em uma ampliação das transações mercantil-monetárias realizadas pela população como forma de acesso a importantes bens de consumo (GONZÁLEZ GUTIÉRREZ, [1997]2008). Em relação a esse último aspecto, cabe destacar ainda a importância das remessas enviadas desde o exterior aos parentes em Cuba.

Em resumo, esse conjunto de mudanças que se expressaram tanto na abertura para o capital externo como na dolarização, nas novas formas de gestão dos meios de produção e na ampliação das relações mercantis, foi fundamental para o país reverter a tendência de queda do PIB e voltar a registrar taxas positivas de crescimento econômico, ainda que em um patamar insuficiente para recuperar a queda acumulada nos primeiros anos da década de 1990 – entre 1995 e 1999 o PIB cresceu a uma média anual de 4,02% (CEPAL, 2000b). O desempenho da venda de serviços ao exterior também ajudou no crescimento econômico e a equilibrar o déficit da balança comercial.

Cabe ressaltar que essas alterações realizadas produziram também efeitos contraditórios no interior do processo revolucionário. Além de alguns efeitos já indicados acima, Fiqueroa Albelo e García Báez ([1996]2008) apontaram que o surgimento dessas novas formas de propriedade não foi acompanhado do desenvolvimento de relações econômicas entre as distintas formas, tendo preponderado apenas relações bilaterais de cada uma com o Estado. Para o autor, isso resultou em uma ausência de organicidade dessas formas de propriedade, que foi ainda potencializada pela segmentação da economia frente à dolarização.

Alem disso, Fiqueroa Albelo e García Báez ([1996]2008) e Gutiérrez González ([1997]2008) agregaram que esse conjunto de mudanças engendrou, entre os trabalhadores, um processo de desigualdade que não estava relacionado ao aporte deles à produção social,



mas aos mecanismos particulares de estímulos materiais que foram incorporados em diferentes setores, atividades e organismos. Esses mecanismos, que envolveram o pagamento de parte do salário em dólares ou em produtos para serem comercializados, criaram distorções importantes sobre o salário e o consumo no interior da sociedade cubana, reduzindo, inclusive, os níveis de igualdade e justiça social alcançados no âmbito da experiência revolucionária.

Assim, pode-se considerar que as mudanças levadas a cabo durante a década de 1990, e que estavam diretamente relacionadas à necessidade de responder à deterioração das condições econômicas e social derivadas do entrelaçamento de aspectos internos e externos, imprimiram novas particularidades à experiência de construção ao socialismo em Cuba, ampliando as complexidades derivadas das deficiências estruturais citadas na primeira seção deste trabalho e os desafios para se avançar dentro dos objetivos de construção do socialismo.

### **Entre Avanços e Recuos: a encruzilhada dos anos 2000**

Em resposta aos efeitos da crise econômica sobre as condições de vida da população e da ampliação das desigualdades, vistas como provocadas pelas mudanças realizadas na década anterior, o governo adotou, ainda no ano 2000, um conjunto de ações de caráter social. A estratégia que partiu da alta cúpula do país e contou com uma forte atuação das organizações juvenis, especialmente a União de Jovens Comunistas, tinha como aspecto central a prestação de um atendimento personalizado e integral às famílias, com especial atenção para aquelas em piores condições de vida. Estimava-se que, em 1999, 20% da população urbana em Cuba se encontrava em situação de pobreza<sup>16</sup>, levando em consideração apenas a renda monetária das famílias (FERRIOL; THERBORN; CASTIÑEIRAS, 2004, p. 180). Partindo de uma estratégia em que reconhecia a importância de se possuir informações sobre as famílias, seus problemas e suas necessidades para prestar um atendimento mais adequado, eficiente e com menor custo, institucionalizou-se a figura do trabalhador social, cuja função era identificar e analisar as famílias nas comunidades em que trabalhavam para

---

<sup>16</sup> Cabe destacar que o fenômeno da pobreza em Cuba possui particularidades, na medida em que a população classificada como pobre a partir do recorte de renda, tem garantido o acesso a um conjunto de bens, serviços e subsídios, o que não ocorre em outros países (FERRIOL; THERBORN; CASTIÑEIRAS, 2004).



direcionar o atendimento dos serviços públicos (FERRIOL; THERBORN; CASTIÑEIRAS, 2004).

Como parte dessas ações, cabe destacar a realização de um amplo processo de reestruturação da educação cubana e a incorporação, na rotina escolar, de recursos audiovisuais e de informática, em que se dotou as unidades de ensino com televisores e computadores (GARCÍA ÁLVAREZ; ANAYA CRUZ, 2007). Em conjunto, promoveu-se uma descentralização do ensino artístico e reestruturaram-se espaços culturais e bibliotecas. Na saúde, foram empreendidas importantes ações de descentralização de serviços<sup>17</sup> anteriormente oferecidos apenas em hospitais e a criação de 118 unidades de terapia intensiva em localidades que não possuíam hospitais (GARCÍA ÁLVAREZ; ANAYA CRUZ, 2007). Foram reformados 61 de hospitais e clínicas, se ampliou a formação de enfermeiros no país e a cooperação internacional na área da saúde alcançou 28 países (GARCÍA ÁLVAREZ; ANAYA CRUZ, 2007). A política de emprego também foi priorizada com ações centradas na requalificação de trabalhadores, desocupados ou vinculados a unidades produtivas que seriam desativadas, e na realização de um programa chamado “emprego de estudar”, que envolveu investimentos educacionais para a formação de futuros profissionais. E, a partir de 2005, o governo implementou uma política de expansão da renda nominal, concedendo aumento no valor das pensões, aposentadorias e salários (FERRIOL; THERBORN; CASTIÑEIRAS, 2004). Além disso, estabeleceu uma ajuda monetária às famílias em situação de pobreza (GARCÍA ÁLVAREZ; ANAYA CRUZ, 2007).

Segundo Xalma (2007), a partir de 2004, essas ações com enfoque social foram combinadas a novas medidas econômicas em que o governo, partindo de um diagnóstico de superação da crise e de manifestação dos efeitos adversos acumulados ao longo dos anos 1990, redirecionou sua estratégia econômica no sentido de reverter algumas das mudanças adotadas na década anterior. Dentro disso, a autora destacou a reversão da dolarização e da ampliação do setor privado. Também foram realizados ajustes na política de abertura aos investimentos e empresas estrangeiras, inclusive com a revisão dos objetos sociais das companhias estrangeiras e das autorizações para atuação no comércio exterior (MARQUETTI NODARSE, 2005).

---

<sup>17</sup> De acordo García Álvarez, Anaya Cruz (2007), passaram a ser ofertados nas policlínicas serviços de: traumatologia e reabilitação, hemodiálise, ultrassom, eletrocardiograma, endoscopia, exames de alergia, raio X, entre outros.



Esse conjunto de medidas se refletiu em uma taxa média de crescimento econômico de 8% no período de 2003 a 2007, em que o setor de serviço tornou-se responsável por 72,4% do total de riqueza produzida no país, com destaque para os setores de turismo e serviços sociais e pessoais. Esse desempenho foi resultado também do aumento das exportações de bens e serviços que cresceram a uma média anual de 22,3% no período de 2002 a 2008, sobretudo em virtude dos acordos firmados com a Venezuela na área de saúde e educação. Com maior crescimento econômico, a taxa de desocupação, que, no início da década de 2000, era de 5,4%, diminuiu para 1,6% em 2008. O salário médio mensal no setor estatal passou de 238 pesos cubanos, em 2000, para 415 pesos cubanos em 2008, mas ainda assim não foi suficiente para recuperar o poder de compra anterior à crise da década de 1990 (STOCCO 2013).

O país conseguiu reduzir ainda mais a taxa de mortalidade infantil – de 6,5 crianças para cada mil nascidos vivos no ano de 2002, para 4,7 em 2008 – e aumentar o número de matrículas iniciais no sistema de ensino – de aproximadamente 2,2 milhões de matrículas, em 2000/01, para mais de 3 milhões no período escolar 2007/08. A partir da atuação dos trabalhadores sociais, o número de pessoas não capacitadas para o trabalho inseridas nos serviços de assistência social cresceu mais de 1.000% durante o período de 2000 a 2008 (STOCCO 2013).

Mas, por outro lado, as estratégias adotadas na área social elevaram os gastos orçamentários, que, no período de 2000 a 2008, cresceram a uma taxa média anual de aproximadamente 15%. Essa dinâmica do gasto significou recorrentes déficits no orçamento do Governo Central. E, embora as exportações tenham registrado um resultado bastante favorável, as importações também apresentaram crescimento permanente no período e, a partir de 2007, a balança comercial voltou a ser deficitária (STOCCO, 2013).

Ainda assim, os resultados econômicos alcançados não foram suficientes para reestabelecer o padrão de consumo aos patamares anteriores à crise dos anos 1990, assim como não foram capazes de mitigar as desigualdades internas. Sem apontar dados quantitativos, Ferriol (2009) apontou que ainda persistiam, no interior da sociedade cubana, famílias que não obtinham rendimentos monetários suficientes para garantir um consumo de alimentos, bens e serviços essenciais, vivendo em evidente situação de carência que se refletia, inclusive, nas condições materiais e de higiene das habitações. Sem acesso à moeda conversível, essas famílias não tinham como complementar o consumo nos mercados de produtos comercializados em CUC. Da mesma maneira, havia famílias que, embora não se



encontrassem em uma situação de carência, tinham severas limitações e mostravam-se profundamente suscetíveis a crises econômicas e mudanças estruturais.

No outro extremo, a autora apontou a existência de famílias com rendimentos monetários mais elevados, em que a renda média per capita era 7 vezes maior que a renda média do grupo em piores condições econômicas. Essas famílias conseguiam tanto complementar o consumo de alimentos com uma dieta nutricional de maior qualidade como incrementar seu consumo com bens e serviços diversos. Essa desigualdade na renda ainda era agravada pela forma como estavam estruturados os mercados de comercialização de produtos necessários ao consumo da população, pois a necessidade de consumir produtos ofertados nos mercados em divisas, dada as limitações de oferta nos mercados estatais que comercializavam em pesos nacionais, resultavam em uma elevação do custo de vida para as famílias (FERRIOL, 2009).

Ferriol (2009) ainda destacou dois aspectos que, embora fossem traços característicos das relações econômicas em Cuba após o triunfo da revolução, durante os anos 2000 se tornaram desafios a serem superados. O primeiro foi a desvinculação da atividade laboral como uma via de acesso à renda e ao consumo, e o segundo foi a desproporção entre a renda das famílias na forma monetária e a renda que chegava às famílias na forma de bens e serviços.

Na verdade, as transformações que ocorreram na base econômica desde os primeiros anos da revolução acabaram por conformar novas determinações e mecanismos de apropriação da renda e da riqueza produzida, em que a renda em sua forma monetária sempre cumpriu um papel relativamente menor na satisfação das necessidades, em comparação ao acesso incondicional e gratuito a um conjunto de serviços públicos que cumpriram um papel mais efetivo dentro dos objetivos da revolução e de construção de uma sociedade mais equitativa e solidária.

Porém, o fim do bloco soviético e da cooperação no âmbito do CAME e a posterior deterioração das condições econômicas durante o período especial impossibilitaram a manutenção desse padrão de consumo. Mas, com a decisão de distribuir de maneira igualitária os impactos da crise, o governo ampliou ainda mais essa desvinculação da renda e do consumo da atividade laboral, garantindo na forma de serviços universais e subsídios o acesso da população aos bens e serviços essenciais. Essa estratégia que foi fundamental para permitir a continuidade da experiência de construção do socialismo em Cuba, mantendo o apoio



popular ao projeto revolucionário, tornou-se um obstáculo à elevação da produtividade e da competitividade frente a maior inserção do país ao movimento de acumulação do capital, e à necessidade de desenvolvimento das forças produtivas internas.

Nesse sentido, em 2005, em um discurso proferido na Universidade de Havana, Fidel Castro realizou novamente uma autocrítica interna reconhecendo algumas falhas e desafios que se manifestavam na experiência concreta de construção do socialismo em Cuba. Nessa ocasião, citou a desigualdade de rendimentos derivadas das mudanças engendradas durante o período especial e dos subsídios concedidos a todos de maneira igualitária que acabavam reforçando essas desigualdades. Tratou também da corrupção e do roubo no interior das empresas e instituições estatais, destacando que essas práticas haviam se intensificado após o período especial e contribuía para o desperdício de recursos e o enriquecimento de determinados grupos (CASTRO RUZ, 2005).

Mas, durante a segunda metade dos anos 2000, novos elementos se somaram ao complexo contexto interno da ilha. Internamente, o então presidente Fidel Castro, líder histórico da revolução, em virtude de problemas de saúde, deixou o comando político do país, assumindo o vice-presidente Raul Castro. No cenário internacional, uma grave crise iniciada no mercado financeiro dos Estados Unidos se espalhou e atingiu os principais países desenvolvidos. Já em 2008, diminuiu o volume de divisas que entrava no país e a queda no preço do níquel impactou ainda mais a capacidade de importação. Por outro lado, o país passou a necessitar de um volume cada vez maior de moeda estrangeira para realizar os pagamentos relativos às importações de alimentos e petróleo que tiveram seus preços elevados. A passagem de três furacões sobre a ilha danificou 530.758 habitações e causou muitos estragos nas lavouras, resultando em um prejuízo estimado em quase 10 milhões de dólares. O resultado foi uma desaceleração econômica, em que o crescimento do PIB foi três pontos percentuais menor ao registrado em 2007 (VIDAL ALEJANDRO, 2009).

Esses fatos terminaram colocando em evidência novamente as fragilidades estruturais da experiência cubana e suas vulnerabilidades ao contexto externo determinado pela lógica de valorização do capital. Além disso, expôs as insuficiências de seus mecanismos econômicos e sociais e as resistências existentes entre os dirigentes políticos em avançar nas mudanças requeridas pelo país, tendo em vista a necessidade de elevar a capacidade produtiva.

Foi nesse contexto que começaram a surgir os discursos oficiais, apontando a necessidade de se realizar novas mudanças estruturais em Cuba. Na verdade, Raul Castro foi



expondo paulatinamente à população cubana um diagnóstico que tratou de questões centrais da organização do socialismo no país, confrontando a sociedade com a necessidade de se realizar uma reflexão sobre os objetivos do projeto societário em construção, levando em consideração as condições presente e futuras para concretizá-lo. Dentre os desafios destacados, cabe assinalar: a) a insuficiência do salário para satisfazer às necessidades básicas dos trabalhadores; b) a desvinculação das atividades laborais do acesso à renda e ao consumo; c) a baixa produção agrícola; d) a dependência da importação de alimentos, e; e) a insustentabilidade dos gastos realizados pelo Estado para garantir a todos, de maneira igualitária e universal o conjunto de bens e serviços públicos (CASTRO RUZ, 2007; CASTRO RUZ 2008; CASTRO RUZ, 2009).

Dentro disso, foram sendo adotadas medidas importantes que, embora fragmentadas e pontuais, indicavam uma retomada em direção às mudanças econômicas e sociais iniciadas na década de 1990, e que haviam sido interrompidas nos anos 2000. Nesse sentido, cabe destacar as medidas que eliminaram as proibições e regulações relativas ao consumo, que ampliaram a entrega de terras ociosas para privados, que reestruturaram o mercado de trabalho reduzindo os empregos nas empresas estatais, que criaram órgãos de controle e fiscalização e que instituíram uma nova Divisão Político-Administrativa do país (STOCCO, 2013).

Por fim, no dia 8 de novembro de 2010, Raul Castro anunciou a publicação de uma proposta de mudança que foi denominada “Lineamientos da Política Econômica e Social”, fato que marcou o início do que, oficialmente, tem sido denominado processo de atualização do modelo econômico e social e que será apresentado a seguir.

### **A Atualização do Modelo Econômico e Social**

No documento “Lineamientos da Política Econômica e Social”, a necessidade de se avançar com as mudanças econômicas e sociais no interior da experiência de construção do socialismo em Cuba foi apontada como consequência de um contexto externo mundial globalizado, caracterizado por uma crise sistêmica do capital que se manifestava em uma grave crise financeira nas principais economias capitalistas, mas também pelas deficiências estruturais internas que haviam se acumulado ao longo dos anos.

Apresentadas como desafios, essas deficiências foram assim sintetizadas: a) grande volume de terras ociosas e o baixo rendimento agrícola; b) descapitalização da indústria e da



infraestrutura do país; c) planilhas “infladas” de trabalhadores em todas as esferas da economia e a desestruturação do emprego; d) baixa produtividade do trabalho, desmotivação salarial e excesso de subsídios e gratuidades; e) baixa capacidade exportadora de produtos tradicionais e elevada dependência de importações; f) centralização e falta de autonomia, e; g) existência da dualidade monetária (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2010).

Cabe lembrar que, parte dessas deficiências já estavam presentes desde o final dos anos 1980, e se tornaram ainda mais crônicas com as alterações fragmentadas adotadas no âmbito da crise econômica e, a descontinuidade que marcou o período seguinte de retomada do crescimento econômico, inclusive com a reversão de algumas medidas de descentralização e ampliação do setor não-estatal e das relações mercantis.

Ainda segundo o documento, o que se buscava com os lineamentos era atualizar o modelo econômico e social com vistas a garantir a continuidade do projeto de construção do socialismo, o desenvolvimento econômico e a melhoria das condições de vida da população. Em síntese, a proposta apresentada foi estruturada em 291 pontos agrupados em 12 capítulos: modelo de gestão econômica; políticas macroeconômicas; política econômica externa; política de investimento; política de ciência; tecnologia e inovação; política social; política agroindustrial; política industrial e energética; política para o turismo; política para o transporte; política para as construções; habitações e recursos hidráulicos; e política para o comércio. Após um amplo processo de discussão, o documento final, aprovado durante o VI Congresso do Partido Comunista, em abril de 2011, totalizou 313 pontos (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011a).

Em resumo, os lineamentos aprovaram uma ampliação do espaço concedido às formas não estatais da propriedade sobre os meios de produção no interior da economia cubana, ressignificando o papel da empresa estatal dentro da estrutura do Estado, e a adoção de uma nova metodologia para a realização da planificação da economia, que, ademais de torná-la mais objetiva, deveria abarcar o conjunto das diferentes formas de propriedade, respeitando a autonomia das empresas sobre as decisões de produção e comercialização. (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011b).

Como parte disso, também se determinou a separação entre a esfera empresarial estatal e as funções estatais. Para isso, os gastos públicos para cumprimento das funções estatais ficariam condicionados à receita arrecadada pelo Estado. Em contrapartida, ficou aprovada uma reestruturação das unidades orçamentárias, a criação de tributos especiais, o fim de



subsídios por perdas às empresas e a eliminação paulatina de gratuidades e subsídios (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011b).

Frente ao estímulo para a atuação de novos agentes econômicos e maior espaço para as relações monetário-mercantis, também se aprovou uma revisão integral no sistema de preços e a descentralização deles, com exceção dos preços dos produtos e serviços, que, do ponto de vista econômico e social, fossem considerados necessários seguir regulamentando (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011b).

Em relação à política externa, aprovou-se um reordenamento da dívida externa e das estratégias para o pagamento dela e uma reestruturação nas regulações e procedimentos relativos à aprovação da participação do capital externo nos investimentos nacionais, buscando conferir maior agilidade à entrada de investimentos estrangeiros diretos (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011b).

Ainda se deliberou o redesenho das chamadas políticas sociais vigentes para compatibilizá-las com as possibilidades reais da economia cubana e tratou de instituir o trabalho e a renda como as vias fundamentais para a satisfação das necessidades pessoais e familiares e a forma de se contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Em relação a esse tema, aprovou-se de maneira expressa a prioridade em aumentar o número de trabalhadores do setor não estatal, a deliberação de elevar os salários dos trabalhadores alocados nas atividades que gerassem maior resultado para o país e a determinação de eliminar gradualmente a “libreta” de abastecimento enquanto forma de distribuição racionalizada (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011b).

Em relação à produção agropecuária, os lineamentos outorgaram um papel maior aos mecanismos de mercado para a comercialização de uma parte da produção e previu a reestruturação da comercialização de insumos e equipamentos, inclusive com a criação de mecanismos de crédito ao produtor (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011b).

Os lineamentos previram ainda a autorização para compra e venda de veículos automotores e de habitações entre particulares, além de terem flexibilizado as outras formas de transmissão da propriedade entre pessoas físicas. Por outro lado, aprovou-se o fim dos subsídios aos materiais de construção destinados à conservação, reforma e construção de habitações. (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011b).

Por ocasião da aprovação do documento, instituiu-se a Comissão Permanente de Implementação e Desenvolvimento que assumiu a responsabilidade de conduzir o processo de



implantação das mudanças aprovadas, mas também de propor mudanças pontuais e de curto prazo e de elaborar uma proposta de conceitualização integral do funcionamento da economia cubana nos marcos de um projeto societário socialista.

Cabe destacar que os “Lineamentos da Política Econômica e Social” possuem uma importância singular por se constituírem na primeira tentativa de fato, de reestruturação do funcionamento da base econômica do projeto de construção do socialismo em Cuba, em que se buscou conceituar aspectos e mecanismos próprios do ideal socialista, levando em consideração as condições sócio-históricas da própria realidade cubana e as novas determinações do contexto externo. Conforme já apontado, as alterações, até então realizadas no modelo de funcionamento da economia, tinham tido como objetivo enfrentar os efeitos mais imediatos da crise econômica dos anos noventa, conservando uma compreensão equivocada sobre o período de transição ao socialismo, em que a socialização dos meios de produção foi confundida com a estatização deles, e a planificação centralizada a partir do Estado deveria ser o mecanismo de controle direto dos recursos e de regulação da economia, eliminando as relações monetário-mercantis no âmbito das relações econômicas.

Ainda que tenha significado um esforço inicial de atualização do modelo econômico, esse documento ficou desvinculado de uma reestruturação mais ampla dos objetivos e estratégias que iriam direcionar o projeto societário em construção. Além disso, o documento expressou a ausência de uma sistematização uniforme em sua elaboração, pois os pontos aprovados tratavam ora de aspectos conceituais, ora de diretrizes para formulação de políticas, ora de ações concretas a serem implementadas, o que, inclusive, dificultou sintetizar as mudanças que de fato estavam aprovadas. Com isso, em diferentes pontos, não se explicitou como as determinações aprovadas seriam efetivadas na realidade concreta. Por fim, todos esses aspectos acabaram contribuindo para uma implementação fragmentada dos lineamentos e ainda bastante insuficientes do ponto de vista dos desafios identificados que precisavam ser superados na realidade cubana, dos problemas que afligiam essencialmente a população e dos objetivos estabelecidos dentro do projeto societário cubano, no que tange a erradicação das desigualdades e a promoção da equidade e justiça social.

As principais medidas implementadas dentro do que se convencionou chamar de processo de atualização do modelo econômico e social estiveram centradas na ampliação das novas formas de gestão da propriedade dos meios de produção no funcionamento da economia cubana. Um conjunto de leis tratou não apenas de liberar novas atividades para



serem executadas por trabalhadores por conta própria como também alterou as alíquotas de imposto e a forma de cobrança dele sobre esse tipo de atividade, autorizou o pagamento retroativo da contribuição previdenciária por parte desses trabalhadores e simplificou o processo para emissão de novas licenças. Ainda em relação a isso, criaram-se as cooperativas não agrícolas que passaram a exercer diferentes atividades e realizou-se a transferência de unidades produtivas estatais para as diferentes formas de gestão não estatal. Em efeito, também foram ampliados os espaços de comercialização de produtos agropecuários e eliminadas as restrições relativas à comercialização de automóveis e casas entre particulares, assim como instituiu-se uma política com a oferta de crédito e serviços bancários para pessoas físicas e os novos agentes econômicos.

No âmbito da organização do Estado, realizou-se uma profunda reorganização das estruturas estatais que envolveu a extinção e criação de ministérios, assim como a criação de novas estruturas demarcando uma clara separação entre as funções estatais e empresariais. Como exemplo, cabe destacar a extinção do Ministério do Açúcar e a criação do grupo estatal Azcuba. As empresas estatais passaram a reter um percentual maior dos seus ganhos após o pagamento dos impostos, possibilitando a constituição de fundos maiores para a distribuição de estímulos salariais aos trabalhadores e ampliando capacidade de investimento delas. Além disso, as reservas realizadas de maneira voluntária pelas empresas passaram a ser acumuladas para o ano seguinte. Também se tornou facultativo aos dirigentes das empresas estabelecer o preço a ser comercializado a produção excedente à entrega estabelecida no plano.

Como parte do processo de atualização também foi aprovado um número vasto de novas legislações que envolveram desde o planejamento urbano e habitacional, como uma nova política de Ciência, Tecnologia e Inovação, um novo Código do Trabalho e uma nova Lei de Investimento Estrangeiro Direto.

Após cinco anos da aprovação dos lineamentos, um balanço apresentado pela Comissão Permanente de Implementação e Desenvolvimento mostrou que, dos 313 pontos aprovados, 21% haviam sido efetivados e 78% ainda estavam em andamento. Com isso, considerou-se que as medidas implementadas não foram suficientes para produzir mudanças profundas na estrutura produtiva do país, tendo a produção agrícola e manufatureira permanecido muito aquém do que seria necessário para diminuir a dependência por produtos importados. Mas, por outro lado, se reconheceu a transformação ocorrida na estrutura do emprego com um aumento dos trabalhadores no setor não estatal e uma elevação dos salários



de vários setores. Os experimentos adotados nas províncias de Mayabeque e Artemisa, como a abertura para o comércio atacadista a partir de cooperativas e agentes privados e a descentralização da administração estatal, não foram considerados exitosos e acabaram não sendo expandidos para todo o país. Ainda em termos de resultado apontou-se também um processo denominado reequilíbrio financeiro externo, alcançado a partir da renegociação da dívida externa (LEGAÑO ALONSO, J.; FRANCISCO, I. 2016).

Certamente, o ritmo em que se concretizaram as mudanças aprovadas em 2011 não foi suficiente para superar os principais desafios identificados inicialmente, assim como a ausência de uma estratégia sistêmica na implantação das medidas fez com que se avancem em algumas áreas e não em outras, atacando questões periféricas que, muitas vezes, não produzem resultados efetivos no dia a dia da população. Conforme apontaram, García Alvarez e Anaya Cruz (2015, p. 25), as mudanças implementadas não tinham sido capazes de responder a um aspecto essencial para a elevação das condições de vida e da construção do socialismo:

[...] o crescimento econômico ainda não alcança o ritmo que se precisa para poder empreender um processo de desenvolvimento que permita alcançar o propósito de construir um socialismo próspero e sustentável. É evidente a tensão entre os dois destinos fundamentais do produto criado: o consumo e a acumulação. Em específico, é preciso aumentar a taxa de acumulação em ao menos 25%. Depois de 1989, esta se manteve por muitos anos em níveis que, quando muito, permitiam a reprodução simples da economia e os efeitos disso são sentidos com mais força hoje. O fundo de consumo tampouco garante o nível que necessita e demanda a população [...].

Em realidade, isso reforça a ideia já exposta anteriormente, sobre as dificuldades enfrentadas pelo socialismo em Cuba no que tange ao processo de acumulação e ampliação da capacidade de produção de riquezas, e a deficiência dos mecanismos econômicos e sociais construídos no país sob influência do modelo soviético para responder a essa necessidade.

Como continuidade da construção de um marco legal, conceitual e propositivo, por ocasião do VII Congresso do Partido Comunista de Cuba, foi apresentado para discussão o Projeto de Conceitualização do Modelo Econômico e Social e o Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social até 2030, além da atualização dos próprios lineamentos para o período de 2016 a 2021. Em relação a esse último documento, cabe destacar que dos 313 lineamentos de 2011, 87,5% foram mantidos, modificados ou incorporados a outros lineamentos e 50 novos pontos foram acrescentados, totalizando 274 lineamentos subdivididos em 13 capítulos, um a mais que no documento anterior. O novo capítulo



incorporado tratou de mudanças no sistema e órgãos de direção (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016).

Ainda sobre os lineamentos, cabe destacar que o novo documento avançou em relação ao primeiro quanto à forma, apresentando uma linguagem mais uniforme e menor fragmentação dos temas. Em relação ao conteúdo, foi possível observar um esforço para alinhar os lineamentos com os demais documentos produzidos e colocados em discussão no VII Congresso do Partido Comunista, consolidando os lineamentos como um conjunto de diretrizes do processo de atualização do modelo econômico e social para um horizonte de curto e médio prazo.

Por sua vez, o documento chamado de “Conceitualização do Modelo Econômico e Social” foi o responsável por estabelecer as bases teóricas e as características essenciais projetadas para a organização das relações econômicas no país – produção, distribuição, troca e consumo –, ou seja, traçar a visão futura do modelo econômico e social que se busca construir com as mudanças em curso. Para isso, o texto partiu de uma síntese histórica do processo revolucionário e de um inventário das principais dificuldades e potencialidades identificadas para a continuidade da construção do socialismo no país (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

Dentre as dificuldades, foram listadas as limitações estruturais da economia cubana dadas pela dependência econômica entendida como expressão do subdesenvolvimento e os desequilíbrios econômicos que afetam o país, como a dissociação dos salários do aporte de trabalho, a insuficiente oferta de bens e serviços frente às necessidades da população e a disponibilidade de divisas para as importações necessárias. A baixa produtividade em setores estratégicos da economia cubana, a reduzida integração setorial e a dependência de fontes energéticas não-renováveis também foram apontadas como desafios a serem superados. Além disso, destacou-se o crescimento das desigualdades econômicas e sociais no país e de condutas consideradas contrárias aos princípios e valores da revolução, como burocratismo, corrupção, individualismo, desinteresse pelo trabalho, indisciplinas, delitos, entre outros (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

Frente a isso, o documento elencou também as fortalezas construídas ao longo do processo revolucionário, destacando: a unidade da população cubana em torno da construção do socialismo e seu respaldo majoritário ao Partido Comunista de Cuba, a capacidade de liderança construída por Fidel Castro, os valores e princípios essenciais solidificados na



sociedade e defendidos pela juventude, a universalidade e integralidade da política social, a organização e efetivo funcionamento de instituições de defesa militar e civil, os recursos naturais, o elevado potencial humano e a localização geográfica privilegiada, a inserção mundial alcançada e o reconhecimento internacional das conquistas sociais e dos valores morais, solidários e éticos dos cubanos (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

E, reafirmando o horizonte de construção de uma sociedade socialista, o texto sintetizou que o ideal de socialismo a ser perseguido seria resultado de ações consciente e coletivas direcionadas ao desenvolvimento pleno do ser humano tendo como princípios fundamentais a equidade e a justiça social, sendo o aumento contínuo da produção social e da riqueza uma premissa material para uma elevação paulatina do nível de vida e erradicação das desigualdades (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

Dentro disso, o texto destacou o papel essencial que deverá cumprir a forma estatal de propriedade dos meios de produção nas determinações que incidem sobre as relações de produção, imprimindo nas mesmas o caráter socialista, ou seja, a socialização da produção e da apropriação. Mas, também a importância das formas não estatais para a criação futura das condições materiais necessárias para o desenvolvimento socialista, como a elevação da produtividade e da eficiência da produção, o desenvolvimento das forças produtivas e a centralização da atuação estatal em setores e atividades fundamentais e estratégicas. Dentre as formas não estatais foram identificadas: a cooperativa, a propriedade mista, a propriedade privada e a propriedade de organizações políticas, sociais e entidades civis (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

Conectado a isso, reafirmou-se a necessária transformação dos mecanismos de regulação econômica configurados no chamado “Sistema de Direção do Desenvolvimento Econômico e Social, ou, em momentos anteriores, sistema de direção planejada, descrito no documento como um instrumento de coordenação, execução e acompanhamento da atuação do conjunto dos agentes econômicos a disposição do estado e do governo para conduzir o progresso nacional em seus diferentes âmbitos. Como parte do sistema de planificação foram estabelecidos os seguintes componentes: a planificação socialista, o conjunto das regulação, a gestão do estado e o governo e o sistema de controles, em um esforço evidente de superar o funcionamento segmentado da economia cubana identificado nas seções anteriores, e de construir um sistema em que o plano e as relações mercantis tenham uma relação de complementação (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).



Nesse sentido, o sistema de planificação mantém um conjunto de decisões centralizadas e de instrumentos de administração direta, mas combinaria isso com o uso de instrumentos econômicos indiretos para induzir os agentes a determinados comportamentos no âmbito das relações mercantis, em um esforço de alinhar o conjunto das atividades econômica e os interesses individuais aos interesses coletivos da nação.

Para a efetivação dessas mudanças na gestão da propriedade e na planificação, destacou-se a necessidade de uma ampla reforma do aparelho estatal, chamada de “aperfeiçoamento do Estado”. Com isso, o objetivo seria redirecionar a atuação estatal direta para as funções que lhe são inerentes e estratégicas para a construção do socialismo e criar o conjunto de mecanismos para sua atuação indireta. Isso seria combinado com uma ampliação da participação e do controle popular na solução dos problemas em seus diferentes âmbitos territoriais (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

Além disso, outro aspecto central a ser transformado como parte do processo de atualização estaria no âmbito das relações de distribuição. Trata-se, do que anteriormente foi apresentado como dissociação entre os salários e o aporte laboral. Em relação a isso, se estabeleceu como horizonte a aplicação do princípio distributivo que tem a quantidade e qualidade do trabalho como principal determinante para a satisfação das necessidades individuais (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

Ainda como parte do marco documental produzido no âmbito do processo de atualização do modelo econômico e social, cabe tratar também do documento que resultou da primeira fase de elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social até 2030. Nesse documento foram estabelecidas as bases para a construção do plano, a saber: princípios, visão de nação, os eixos e setores estratégicos. Aprovado no VII Congresso do Partido Comunista de Cuba, foi posteriormente debatido com as diferentes organizações políticas e civis e aprovado em definitivo pelo Pleno do Comitê Central do PCC, em 2017, passando assim para a segunda etapa de elaboração (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

O Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social até 2030 foi apresentado como uma tentativa do país em retornar com à prática dos planejamentos de médio e longo prazo, depois de vários anos tendo que atuar de forma emergencial para enfrentar a crise dos anos 1990 e seus desdobramentos. Assim foi definido como objetivo do plano resolver os desequilíbrios estruturais e insuficiências da economia cubana, já relatos ao longo desse



trabalho, buscando construir uma nação “soberana, independente, socialista, democrática, próspera e sustentável” (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017, p. 16). Para isso foram estruturados seis eixos estratégicos, como diretrizes, objetivos gerais e específicos que serão usados para alinhar as políticas, programas e ações já em execução e para criar políticas, programas, linhas de ação, metas e indicadores.

Os seis eixos estratégicos criados foram: 1) governo socialista, eficaz, eficiente e de integração social; 2) transformação produtiva e inserção internacional; 3) infraestrutura; 4) potencial humano, ciência, tecnologia e inovação; 5) recursos naturais e meio ambiente, e; 6) desenvolvimento humano, equidade e justiça social. E para além dos eixos, o documento estabeleceu um conjunto de critérios usados para identificar os setores prioritários do primeiro quinquênio, sendo eles: a construção, eletro-energético, telecomunicações e de tecnologias da informação, logística de transporte e armazenamento, saneamento básico, turismo, serviços técnicos profissionais, alimentício, farmacêutico, agroindústria açucareira, e indústria de bens de consumo (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

De maneira geral, esse último documento reafirmou o conjunto de mudanças que já havia sido aprovado desde 2011, porém trouxe uma visão sistêmica e integrada dessas alterações, vinculando-as tanto às premissas teóricas assumidas pela revolução cubana, como aos horizontes de curto, médio e longo prazo que se busca alcançar. E por isso, significou um avanço na construção do marco documental e nas diretrizes que irão orientar as ações futuras.

Do ponto de vista do conteúdo, consolidou a compreensão em relação aos desafios estruturais que caracterizaram a experiência socialista do país, e a necessidade de repensar o processo de construção do socialismo a partir das condições históricas herdadas e do contexto interno e externo atual. Assim, a heterogeneidade das formas de gestão da propriedade, a ampliação das relações mercantis no âmbito das relações econômicas, os estímulos e a concorrência do mercado e algum nível de desigualdade, aparecem como recuos estratégicos necessários quando submetidos ao objetivo de criação das condições materiais e de desenvolvimento das forças produtivas exigidas para se avançar na construção do socialismo. Certamente, a continuidade da construção do socialismo vai depender não apenas da capacidade de implementação do modelo construído e da vontade política dos dirigentes, mas das condições internas e externas para se avançar de maneira mais rápida ou mais lenta em sua implementação, mantendo ao mesmo tempo, as conquistas sociais que garantem o consenso sociopolítico em torno do socialismo.



## Considerações Finais

Assim, ao realizar essa síntese dos últimos 30 anos da revolução cubana, é possível observar que o processo de mudança aberto a partir de 2011, e chamado de atualização do modelo econômico e social, responde aos desafios estruturais que perpassam o processo revolucionário cubano desde os final dos anos de 1980, e que foram se tornando mais complexos em função das alterações que se processaram no contexto interno e externo após os anos noventa. Dentro disso, o elemento de continuidade é dado pela reafirmação do horizonte de construção de uma sociedade socialista, mantendo, portanto, o caráter socialista das transformações em curso no país desde 1959.

Nesse sentido, o processo de atualização tem como uma dos princípios manter e desenvolver as conquistas sociais alcançadas pelo país em termos de equidade e justiça social, preservando o caráter universal e integral da política social, que engloba a oferta de um conjunto de serviços públicos, gratuitos e de alta qualidade nas áreas de saúde, educação, cultura, esporte, previdência social e assistência social. Conquistas sociais que representam também um pilar de coesão sociopolítica em torno da continuidade do horizonte socialista.

Além disso, tanto os avanços e recuos na concretização das mudanças a partir dos anos de 1990, como o processo de atualização do modelo econômico e social, estão relacionados à uma discussão que sempre esteve presente no campo teórico e prático das experiências concretas de transição ao socialismo: a coexistência ou não de diferentes formas de propriedade em experiências de transição ao socialismo e o papel dos mecanismos de mercado no funcionamento da economia.

Esse debate revela, ao mesmo tempo, um importante elemento de ruptura presente nas medidas aprovadas e implementadas no âmbito do processo de atualização do modelo econômico e social: trata-se da incorporação, no discurso oficial e na prática, de uma concepção de construção do socialismo que reconhece a existência de uma heterogeneidade das formas de gestão dos meios de produção e dos mecanismos de regulação social, que estão em função das condições socio-históricas herdadas em cada país, das transformações mais urgentes a serem realizadas ao chegar ao poder e do contexto externo global.

Assim, o processo que se iniciou em 2011, apresenta um longo processo de transformações que visa adaptar a estrutura econômica e social do país tendo por base a construção de um modelo econômico e social próprio. Nisso, rompe com o paradigma



soviético de construção do socialismo que orientou o modelo econômico e social na ilha até o final dos anos 1980, assim como rompe com a lógica que direcionou as mudanças que aconteceram durante a década de 1990, compreendidas como conjunturais e temporárias. Porém, do ponto de vista do conteúdo das medidas que foram implementadas na década de 1990, tem-se um aprofundamento que se expressa no reconhecimento da importância das formas não estatais de propriedade para a criação futura das condições materiais necessárias ao desenvolvimento socialista e de um sistema de regulação social em que o plano e as relações mercantis apresentam uma relação de complementariedade.

### Referências Bibliográficas

ÁLVAREZ GONZALEZ, Elena. “Cuba: un modelo de desarrollo con justicia social”. *Cuba: Investigaciones Económicas*, ano 4, n. 2, pp. 39-88, 1998.

CARRANZA VALDÉS, Julio.; MONREAL, Pedro. “Problemas del desarrollo en Cuba: realidades y conceptos”. *Revista Temas*, n. 11, pp. 30-40, 1997. Disponível em: <[http://temas.cult.cu/wp-content/uploads/files/privado/revistas\\_en\\_pdf/Revista11\(2.14%20MB\).pdf](http://temas.cult.cu/wp-content/uploads/files/privado/revistas_en_pdf/Revista11(2.14%20MB).pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2016.

CARRANZA VALDEZ, Julio; DÍAZ VÁZQUEZ, Julio. “Cuba 1902-2002: Desarrollo económico y política social (II)”. *Economía y Desarrollo*. v. 138, n. 1, p. 48-82, 2005. Disponível em: <<http://www.fec.uh.cu/downloads/Revistas/2005/2005-n1.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

CASTRO RUZ, Fidel. “Discurso pronunciado en la clausura de la Sesión diferida del Tercer Congreso del Partido Comunista de Cuba, en el Teatro ‘Carlos Marx’. 1986, La Habana, efectuado en el 2 de Diciembre de 1986”. *Política y gobierno*, Discursos de Fidel Castro Ruz, La Habana: Portal Cuba. Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1986/esp/f021286e.html>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. “Discurso pronunciado por el Comandante en Jefe Fidel Castro Ruz, primer secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba y presidente de los Consejos de Estado y de Ministros, en la inauguración del IV Congreso del Partido Comunista de Cuba, efectuada en el teatro “Heredia”, Santiago de Cuba, el día 10 de octubre de 1991”. *Congreso do Partido Comunista Cubano*. 4, 1991, Santiago de Cuba. Disponível em: <<http://congresopcc.cip.cu/wp-content/uploads/2011/02/Discurso-de-Fidel-inauguracion-del-IVcongreso.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. “Discurso pronunciado por Fidel Castro Ruz, Presidente de la República de Cuba. Aula Magna de la Universidad de La Habana: ato pelo aniversário de 60 anos do ingresso de Fidel Castro à universidade. 2005, La Habana, efectuado en el 17 de noviembre de 2005”.



*Política y gobierno*, Discursos de Fidel Castro Ruz, La Habana: Portal Cuba. Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/2005/esp/f171105e.html>>. Acesso em: 1 out. 2012.

\_\_\_\_\_. *La historia me absolverá*. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2007. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/wp-content/uploads/2009/05/la-historia-me-absolvera-fidel-castro.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2011.

CASTRO RUZ, Raul. “Discurso pronunciado por el Primer Vicepresidente. In: Acto del aniversario 54 del salto al cuartel Moncada. 2007. Camagüey. Estamos en el deber de cuestionarnos cuanto cosa hacemos en busca de realizarla cada vez mejor: Cuba”. *Rebelión*. [S.I.], jul 2007. Disponível em: <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=54199>>. Acesso em: 5 set. 2012.

\_\_\_\_\_. “Discurso pronunciado por el compañero Raúl Castro Ruz, Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros. Legislatura de la Asamblea Nacional del Poder Popular. VII. 2008. La Habana”. *Política y gobierno*, Discursos Discursos del Presidente Raúl Castro Ruz, La Habana: Portal Cuba. Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/rauldiscursos/2008/esp/r240208e.html>>. Acesso em: 5 set. 2012.

\_\_\_\_\_. “Discurso pronunciado por el compañero Raúl Castro Ruz, Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros. Tercer Período Ordinario de Sesiones de la VII Legislatura de la Asamblea Nacional del Poder Popular. 2009. La Habana”. *Política y gobierno*, Discursos Discursos del Presidente Raúl Castro Ruz, La Habana: Portal Cuba. Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/rauldiscursos/2009/esp/r010809e.html>>. Acesso em: 5 set. 2012.

\_\_\_\_\_. “Discurso pronunciado por el compañero Raúl Castro Ruz, Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros. Acto Conmemorativo del Décimo Aniversario del Convenio Integral de Cooperación Cuba-Venezuela. 2010. La Habana”. *Política y gobierno*, Discursos Discursos del Presidente Raúl Castro Ruz, La Habana: Portal Cuba. Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/rauldiscursos/2010/esp/r081110e.html>>. Acesso em: 5 set. 2012.

CEPAL - COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y CARIBE. *La Economía Cubana: reformas estructurales y desempeño en los noventa*. 2. ed. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2000a.

\_\_\_\_\_. “Estudio Económico de América Latina y el Caribe 1999-2000”. 2000b. Disponível em: <<http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/9/4919/P4919.xml&xsl=/tpl/p9f.xsl>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

CHE GUEVARA, E. Sobre el sistema presupuestario de financiamiento. In: \_\_\_\_\_. *Obras escogidas*. Santiago del Chile: Editado em digital por Resma, 2004, p. 278-300. Disponível em: <[http://www.4shared.com/office/k-IfwpdW/Che\\_Guevara\\_-\\_Obras\\_escogidas.html](http://www.4shared.com/office/k-IfwpdW/Che_Guevara_-_Obras_escogidas.html)>. Acesso em: 5 jan. 2012.



CUBA. *Decreto Ley nº 141 sobre el ejercicio del Trabajo por Cuenta Propia*, de 8 de setembro de 1993. Disponível em: <<https://www.gacetaoficial.gob.cu/codedicante.php>>. Acesso em 2 fev. 2017.

CUBA. *Decreto Ley nº 142 sobre las Unidades Basicas de Produccion Cooperativa*, de 20 de setembro de 1993. Disponível em: <[http://www.actaf.co.cu/index.php?option=com\\_mtree&task=att\\_download&link\\_id=168&cf\\_id=24](http://www.actaf.co.cu/index.php?option=com_mtree&task=att_download&link_id=168&cf_id=24)>.

CUBA. *Ley nº. 77 de la Inversión Extranjera*, de 5 de setembro de 1995. Disponível em: <<http://www.parlamentocubano.gob.cu/index.php/documento/ley-de-la-inversion-extranjera/>>. Acesso em: 12 abr 2019.

FERNÁNDEZ FONT, Mario L. “Algunas reflexiones sobre el período especial”. *Revista Bimestre Cubana*, v. LXXXIII, n. 8, 1998.

FERRIOL MURUAGA, Angela. “¿Nivel de vida con equilibrio financiero interno?”. *Revista Cuba: Investigación Económica*, INIE, ano 15, n. 1, pp. 19-40, 2009.

FERRIOL, Angela.; THERBORN, Goran.; CASTIÑEIRAS, Rita. *Política Social: el mundo contemporaneo y las experiencias de Cuba y Suecia*. La Habana: [s.n.], Instituto Nacional de Investigaciones Económicas, 2004.

FIGUEROA ALBELO, Vitor; GARCÍA BÁEZ, Román. “La reforma económica en Cuba y sus direcciones principales”. In: SORHEGUI ORTEGA, Rafael Antonio (Org). *Antología del pensamiento económico cubano*. La Habana: Editorial Felix Varela, t. III, pp. 423-446, 2008.

FIGUEROA ALBELO, Vitor. “Hacia un nuevo modelo económico de la transición extraordinaria al socialismo”. In: \_\_\_\_\_. *Ensayos de economía política de la transición extraordinaria al socialismo en la experiencia de Cuba*. Universidad Central de Las Villas. Departamento de Economía. Facultad de Ciencias Empresariales. Abril 2003.

FUNG RIVERÓN. Thalia. *En torno a las regularidades y particularidades de la revolución socialista en Cuba*. Ciudad de La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1982.

GARCÍA ÁLVAREZ, Anicia.; ANAYA CRUZ, Betsy. “Política social en Cuba, nuevo enfoque y programas recientes”. *Revista Cuba XXI: versão digital*, LXXVI, maio 2007. Disponível em: <[http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/politica/garciaa\\_300407.pdf](http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/politica/garciaa_300407.pdf)>. Acesso em: 30 jul. 2011.

GARCÍA ÁLVAREZ, Anicia.; ANAYA CRUZ, Betsy. “Contexto actual de la transformación socioeconómica cubana”. In: ZABALA ARGUELLES, Maria. Carmen. et al. (Org.). *Retos para la equidad social en el proceso de actualización del modelo económico cubano*. La Habana: Editorial de Ciências Sociales, pp. 14-36, 2015.

GONZÁLEZ GUTIÉRREZ, Alfredo. “Economía y sociedad: los retos del modelo económico”. In: SORHEGUI ORTEGA, Rafael Antonio (Org). *Antología del pensamiento económico cubano*. La Habana: Editorial Félix Varela, t. III, pp. 551-598, [1997]2008,



GONZALEZ, Edward.; RONFELDT, David. *Cuba a la Deriva en un Mundo Postcomunista*. Santa Mónica: RAND, 1993. Disponível em: <<https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a282877.pdf>>. Acesso em: 22 dez 2016.

HERRERA, Remy.; NAKATANI, Paulo. “A dolarização cubana: elementos de reflexão para uma desdolarização”. *Resistir.info*. Disponível em: <[http://resistir.info/cuba/dolarizacao\\_cubana.html](http://resistir.info/cuba/dolarizacao_cubana.html)>. Acesso em: 20 maio 2012.

HIDALGO DE LOS SANTOS, Vilma. “De la dolarización a la unificación monetaria en Cuba”. *Economía y desarrollo*. vol. 143, nº 1, pp. 133-164, 2008.

LEGAÑO ALONSO, Jorge; FRANCISCO, Ismael. “Comisión 3 del VII Congreso del Partido: Economía cubana creció en el quinquenio pero aún es insuficiente”. *Cubadebate*. La Habana. 16 abril 2016. Economía. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/noticias/2016/04/16/comision-3-del-vii-congreso-del-partido-economia-cubana-crecio-en-el-quinquenio-pero-aun-es-insuficiente/#.XeSDRuhKjIU>>. Acesso em: 2 fev. 2017.

LOYOLA VEGA, Oscar. “La Revolución de 1895 (1892-1898)”. In: TORRES-CUEVAS, Eduardo; LOYOLA VEJA, Oscar. *História de Cuba: 1492-1898 formação y liberación de la nación*. 2. ed. La Habana: Pueblo y Educación, t. I, pp. 335-399, 2002.

MARQUETTI NODARSE, Hiram. “Cuba: Proceso de Desdolarización de la Economía”. *Boletín Cuatrimestral*: do Centro de Estudios de la Economía Cubana. Ciudad de La Habana, 2005, abr. CD-ROM.

MARQUETTI NORDASE, Hiram. La reestructuración del sistema empresarial em Cuba: Tendencias principales”. In: PÉREZ VILLANUEVA, Omar Everleny (Org.). *Reflexiones sobre economía cubana*. 2. Ed. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, pp. 279-343, 2006.

MARTÍ, José. “Nuestra América”. [1891]. In: VITIER, C. *Edición Crítica: investigación, presentación y notas*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2002.

MONREAL, Pedro. “Cuba y la nueva economía mundial: el reto de la inserción en América Latina y el Caribe”. *Notre Dame*: Kellogg Institute, abr 1991. Working Paper nº 157. Disponível em: <<https://kellogg.nd.edu/publications/workingpapers/WPS/157.pdf>>. Acesso em 20 dez. 2016.

MORALES DOMÍNGUEZ, Esteban. “Economía y política del conflicto Cuba-EE.UU. en los noventa”. *Revista Economía y Desarrollo*, ano XXVI, v. 121, n. 3, pp. 91-111, 1996.

NOGUERA, Albert. “Estructura social e igualdade em la Cuba atual: La reforma de los noventa y los cambios em la estructura de clases cubana”. *Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, n. 76, p. 45-59, 2004. Disponível em: <[http://www.cedla.uva.nl/50\\_publications/pdf/revista/76RevistaEuropea/76Noguera.pdf](http://www.cedla.uva.nl/50_publications/pdf/revista/76RevistaEuropea/76Noguera.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2011.

PARTIDO COMUNISTA CUBANO. “Informe Central: Tercero Congreso del Partido Comunista de Cuba”. La Habana: Comité Central del Partido Comunista de Cuba, [S.I], 1986.



Disponível em:

<[https://www.pcc.cu/sites/default/files/congreso/pdf/20180425/informe\\_central\\_iii\\_congreso\\_del\\_partido\\_comunista\\_de\\_cuba.pdf](https://www.pcc.cu/sites/default/files/congreso/pdf/20180425/informe_central_iii_congreso_del_partido_comunista_de_cuba.pdf)>. Acesso em: 15 ago 2015.

PARTIDO COMUNISTA CUBANO. “Proyecto de Lineamientos de la política económica y social del PCC”. [Habana]: [s.n.], [2010]. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/wp-content/uploads/2010/11/proyecto-lineamientos-pcc.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2010.

PARTIDO COMUNISTA CUBANO. “Información sobre el resultado del Debate de los Lineamientos de la política económica y social del partido y la revolución”. [Habana]: [s.n.], 2011a. Disponível em: <[http://www.cubadebate.cu/wp-content/upload/2011/05/tabloide\\_debate\\_lineamientos.pdf](http://www.cubadebate.cu/wp-content/upload/2011/05/tabloide_debate_lineamientos.pdf)>. Acesso em: 25 jan. 2012.

PARTIDO COMUNISTA CUBANO. “Lineamientos de la política económica y social del partido y la revolución”. [Habana]: [s.n.], 2011b. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/wp-content/uploads/2011/05/folleto-lineamientos-vi-cong.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2013.

PARTIDO COMUNISTA CUBANO. “Resolución sobre resultados de la implementación: Séptimo Congreso del Partido Comunista de Cuba”. La Habana: Comité Central del Partido Comunista de Cuba, [S.I.], 2016. Disponível em: <[https://www.pcc.cu/sites/default/files/congreso/pdf/20180426/resolucion\\_sobre\\_resultados\\_de\\_la\\_implementation.pdf](https://www.pcc.cu/sites/default/files/congreso/pdf/20180426/resolucion_sobre_resultados_de_la_implementation.pdf)>. Acesso em: 15 ago 2019.

PARTIDO COMUNISTA CUBANO. *Tabloides I y II: documentos del 7º Congreso del Partido aprobados por el III Pleno del Comité Central del PCC el 18 de mayo de 2017 y respaldados por la Asamblea Nacional del Poder Popular el 1 de junio de 2017*, UEB Grafica, 2017. Disponível em: <[https://www.oneplanetnetwork.org/sites/default/files/cuba\\_plan\\_nacional\\_de\\_desarrollo\\_economico\\_y\\_social\\_hasta\\_2030\\_page\\_14.pdf](https://www.oneplanetnetwork.org/sites/default/files/cuba_plan_nacional_de_desarrollo_economico_y_social_hasta_2030_page_14.pdf)>. Acesso em: 15 ago 2019.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. “Human Development Indices and Indicators”: 2018 Statistical Update. New York: PNUD, 2018. Disponível em: <[file:///C:/Users/Aline/Downloads/2018\\_human\\_development\\_statistical\\_update.pdf](file:///C:/Users/Aline/Downloads/2018_human_development_statistical_update.pdf)>. Acesso em 15 nov 2019.

RODRIGUES, Jose Luis “La estrategia de desarrollo económico en la etapa socialista de la revolución”. In: \_\_\_\_\_. *Estrategia de desarrollo económico en Cuba*. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, cap. 3, pp. 52-208, 1990.

RODRIGUES, Robério Paulino. *O colapso da URSS: um estudo das causas*. 2006. 295f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. Disponível em: <[https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-11072007-112541/publico/TESE\\_ROBERIO\\_PAULINO\\_RODRIGUES.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-11072007-112541/publico/TESE_ROBERIO_PAULINO_RODRIGUES.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2016.

SAÉNZ, Tirso W. *O ministro Che Guevara: testemunho de um colaborador*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.



SÁNCHEZ EGÓZCUE M.A, Jorge Mário. “La Dualidad Monetária. Problemas, Perspectivas”. In: Simposio Internacional la Economía Cubana: problemas, políticas, perspectivas. *Anais eletrônicos*, 1999. Disponível em: <[http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/economia/pizquierdo1\\_311004.pdf](http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/economia/pizquierdo1_311004.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2012.

STOCCO, Aline Fae. *Cuba: os desafios para a construção do socialismo hoje*. 2013. 164 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

SUÁREZ SALAZAR, Luis. *Cuba: ¿Aislamiento o reinserción en un mundo cambiado?* La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1997.

UNITED STATES. H.R.5323 - *Cuban Democracy Act of 1992*, de 24 de setembro de 1992. Disponível em: <<https://www.congress.gov/bill/102nd-congress/house-bill/5323/text>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

VIDAL ALEJANDRO, Pavel. “La política monetaria y la macroeconomía en Cuba: 2008-2009”. *Boletín Cuatrimestral*: do Centro de Estudios de la Economía Cubana. Ciudad de La Habana, 2009, ago. CD-ROM.

VIDAL ALEJANDRO, Pavel. “Estabilidad, desdolarización y política monetaria en Cuba”. In: PÉREZ VILLANUEVA, Omar Everleny (Org.). *Reflexiones sobre Economía Cubana*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, pp. 41-60, 2006.

XALMA, Cristina. *Cuba: ¿Hacia donde?*. 1 ed. Barcelona: Icaria Antrazyt, [2007?].

YERA, Luis Marcelo. “Una aproximación al entorno gubernamental de la empresa estatal cubana”. *Cuba: Investigación Económica*. ano 12, n. 3, pp. 1-48, 2006.



## **Cuba: continuidades e rupturas na construção do socialismo**

### **Resumo**

Ao completar 60 anos do triunfo revolucionário de 1959, Cuba vivencia um processo de mudanças internas tidas como necessárias para garantir a continuidade do projeto de construção do socialismo. Esse processo tem sido chamado de Atualização do Modelo Econômico e Social da revolução. Partindo disso, o trabalho buscou compreender esse processo de atualização a partir de suas rupturas com as estratégias econômicas e sociais anteriores, mas também de suas continuidades com o horizonte de construção do socialismo. Para isso, começou resgatando os antecedentes que marcaram a chegada de Cuba aos anos de 1990 e a crise econômica no país. Em seguida, apresentou uma síntese das principais alterações implementadas na ilha e seus efeitos econômicos e sociais durante os anos 2000. Posteriormente, se realizou uma síntese das principais mudanças aprovadas nos documentos programáticos que sustentam o processo de atualização do modelo econômico e social cubano.

**Palavras Chave:** Cuba; Socialismo; Revolução; Atualização;

## **Cuba: continuidades y rupturas en la construcción del Socialismo**

### **Resumen**

Al completar los sesenta años del triunfo revolucionario de 1959, Cuba se encuentra inmersa en un profundo proceso de transformaciones internas; identificadas como necesarias para garantizar la continuidad del proyecto de construcción del Socialismo. Este proceso ha sido denominado como Actualización del modelo económico y social cubano. Tomando como punto de referencia este actual contexto, el presente artículo buscar comprender la esencia del proceso de actualización a partir de sus rupturas con las estrategias económicas y sociales anteriores, pero también a través de las continuidades que se establecen en relación al horizonte de construcción del Socialismo. Para ello, se parte de rescatar los antecedentes que marcan la llegada de Cuba a la década de años noventa y la crisis económica en el país. Luego se presenta una síntesis de las principales transformaciones en la Isla; así como, sus efectos económicos y sociales durante los años 2000. Posteriormente, se sintetizan las principales transformaciones esbozadas en los documentos programáticos que sustentan el proceso de actualización de modelo económico y social cubano.

**Palabras clave:** Cuba; Socialismo; Revolución; Actualización;

## **Cuba: continuities and ruptures in the construction of socialism**

### **Abstract**

On its 60th anniversary of the revolutionary triumph of 1959, Cuba is experiencing a process of internal change deemed necessary to ensure the continuity of the construction of socialism project. This process has been named the Revolution's Economic and Social Model Actualization. Then, the work aimed to understand the actualization process from its ruptures with previous economic and social strategies but also from its continuities with the construction timeline of socialism. In order to achieve that, the work rescued the antecedents that marked the arrival of Cuba in the 1990s and the economic crisis in the country. Then, a synthesis of the main changes implemented on the island and their economic and social effects during the 2000s was presented. Finally, a presentation of the main changes their approved in the program documents that support the Revolution's Economic and Social Model Actualization.

**Key-words:** Cuba; Socialism; Revolution; Actualization;



DOI: 10.21057/10.21057/repamv13n3.2019.26952

## Che Guevara: América Latina, o despertar de um continente<sup>1</sup>

Recebido: 30-08-2019

Aprovado: 15-12-2019

Dra. Cs. Maria del Carmen Ariet García<sup>2</sup>

### Minha Boca Narra o que meus Olhos lhe Contaram

“Arranhando um verso de Sábato<sup>3</sup>” (Guevara, 2005) com o eterno prazer que sempre sentira pela poesia, fazendo-a sua inveterada companheira, Ernesto Guevara de la Serna começa sua primeira jornada de aventureiro teimoso em janeiro de 1950 para conhecer sua Argentina natal, mas desta vez pelo norte, que o aproxima de uma realidade conhecida apenas de soslaio e que não havia tido a oportunidade de captar mais cuidadosamente.

Quem sabe desde que imaginara uma viagem pela América Latina, tenha se sentido atraído por esta primeira iniciativa de dívida não quitada e ao mesmo tempo tão indispensável. Poucas páginas sobre essa experiência foram conservadas, mas bastam as que se conhecem para adentrarmos em seu mundo tão íntimo, carregado de devaneio e filosofia, disposto a aproximar-se de forma tão tangível da realidade para avançar, a partir desse momento, numa busca incessante de sua verdade, dessa verdade que o levará infinitamente ao longo de sua existência, a tratar de tocar o sentido real do povo, do que confessara só ser possível conhecer

---

<sup>1</sup> Originalmente foi publicado como prólogo ao livro *América Latina, despertar de un continente*, La Habana, Cuba, 2016. Traduzido do original por Raphael Lana Seabra, docente do Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília (ELA-UnB), Revisão de Joana Salém Vasconcelos, doutoranda em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP).

<sup>2</sup> Coordenadora Acadêmica do Centro de Estudos Che Guevara e Membro Titular da Academia de Ciências de Cuba.

<sup>3</sup> Referência a Ernesto Sábato (1911-2011), intelectual e escritor argentino autor de três romances “O Túnel” de 1948, “Sobre Heróis e Tumbas” de 1961 e “Abaddon, o Exterminador” de 1974. Ao fim da ditadura civil-militar argentina presidiu a Comissão Nacional de Desaparecidos. Desde jovem Che o leu e o incorporou em seu *Cuaderno Filosófico* e depois do triunfo da Revolução Cubana trocaram correspondências.



ao com ele desenvolver intimidade, ainda quando não estivesse em condições de emitir juízos mais concretos.

Milhares de quilômetros caminhados por terras áridas, belas ou não, lhe serviram para se dar conta de uma constante que o seguiria por toda a vida, sua visão do atraso ao que é submetida a imensa maioria da população, apenas pelo fato de não ocupar uma posição privilegiada na sociedade e estar condenada à pobreza e à vulnerabilidade.

Apenas um ano o separava de sua primeira viagem pelo continente, que sem dúvidas deixaria marcas permanentes e que seria lembrada toda vez que pensasse, voluntária ou involuntariamente, na América. Nesse breve lapso, sua consciência social avançava a passos gigantescos, tratando de esquadrihar ao seu redor e além dele mesmo, o quanto era possível conhecer para alcançar um caminho que satisfizesse seus interesses e desejos. Alistado como enfermeiro em barcos que o levam por terras caribenhas ou como sanitarista na zona do porto de Buenos Aires, percorreu vivências que, mesmo não plasmadas em escritos, o nutriram e serviram para que se decidisse a empreender caminhos e buscas mais profundas, pelo fato de tê-las experimentado.

Desta vez, a empresa é maior e muito arriscada, percorrer de moto uma parte considerável da América. Não estaria sozinho, seria acompanhado por um parceiro à sua altura, seu amigo Alberto Granado, capaz de compartilhar suas quimeras e perseguir propósitos similares.

Até onde chegou, esta viagem teve contornos impercíveis, o que pode ser apreciado através do costume tão iniludível em Ernesto de escrever tudo o que seus olhos lhe contaram. Relatos que, sem tal pretensão, descrevem e descobrem, num estilo muito próprio – precursor do cronista que sempre foi –, realidades e verdades que o levam pela mão por terras desconhecidas, alusivas e sugestivas e que o farão mudar mais do que imaginava.

“Talvez, dos dez rostos possíveis só vi um (...). Minha boca narra o que meus olhos lhe contaram” (Guevara, 2004, p. 26), Chile, Peru, Colômbia, Venezuela, essências de um mesmo fim, que o conduzem a penetrar verdades intuídas, mas não corroboradas. Não importa que confessasse suas limitações para contar o que desvendou. O que chega ao leitor é suficiente para que se entendam as buscas e propósitos e se possa afirmar com objetividade e precisão que emitiu juízos certos.

Desde o Chile uma constante, a denúncia diante da injustiça: primeiro naquilo que conhecia mais detalhadamente, a Medicina, depois com os mineiros e, num nível mais alto,



com uma família de mineiros comunistas, com quem se sentiu “mais irmanado que nunca”. Frente tanta injustiça, o essencial da mudança é decidido, motivado por uma gestão ausente e a exploração impiedosa a que os humildes eram submetidos, com um acréscimo surpreendente: nestas primeiras apreciações de índole política, aparece a necessidade de abalar “o desagradável amigo ianque”, caso se deseje verdadeiramente alcançar um nacionalismo soberano e independente.

O Peru possui um significado superior, porque somado a seus juízos anteriores, adentra num problema até então para ele desconhecido: o tema indígena. O impacto da barbárie do conquistador frente à riqueza monumental de uma cultura cerceada, a mais poderosa expressão da civilização indígena, o leva primeiro a apreciar diretamente a imensidão e vastidão de sua arquitetura e cultura, para na medida certa penetrar na cruel submissão de uma conquista intolerante, que só busca a colonização de homens em prol de seus interesses metropolitanos e feudais, parasitários e transculturadores.

No dia de seu aniversário, após seis meses de iniciado o trajeto, no relato intitulado “O dia de São Guevara” (Guevara, 2004, p. 108), em uma invocação irônica do peronismo, podem ser percebidos os diversos modos como já é capaz de qualificar e sentir a América Latina unida, como única forma de integração pela evocação bolivariana.

Caracas, “a cidade da eterna primavera” (Guevara, 2004, p. 138), é o final da longa luta que o conduz a outro problema ainda mais desconhecido, “a visão do negro na vida comum com o branco” (ibidem), como outra face da colonização racista e deformante, história cruel de rivalidades e enfrentamentos que integram as raízes coloniais até o século XIX e que persistem até nossos dias na forma de preconceitos e do colonialismo mental.

O final ou o princípio (difícil discernir quando o autor não utiliza datas para explicar o que sente e expressa) o “Comentário marginal” sintetiza e sugere, sem ordem cronológica, porque as narrativas foram elaboradas depois de transcorrida a viagem e, portanto, entrelaçadas por um fim imperceptível, de alguém que não demonstra, mas sim acentua algo que era ou estava se convertendo numa força maior, pelo momento espiritual, etéreo, próprio do confesso e irônico “ecletico dissertador de doutrinas e psicanalista de dogmas” (Guevara, 2004, p. 143).

No entanto, faltava às precisões e às disjuntivas, a reiteração de elementos tais como o povo, a conquista do poder, o humanismo – princípio recorrente e permanente em toda sua trajetória e obra –, e o latino-americanismo só alcançáveis por meio de uma revolução, que



vão adquirindo outras dimensões que transcendem suas explicações iniciais e o levam a reafirmar convicções íntimas, pensar em se lançar na luta junto ao povo, mesmo quando a morte se aproxime e chegue “em perfeita demonstração de ódio e combate” (Guevara, 2004).b

Passariam anos e muitos acontecimentos em sua vida para que frases similares fossem escritas com igual sentido; foi preciso que, em primeiro lugar, lançasse um segundo olhar para nossa América, *Outra Vez* – título que daria a seu Diário –, com maiores propósitos, mas com idênticos significados.

Em julho de 1953, depois de concluir seus estudos universitários, em companhia de outro amigo da juventude, Carlos Calica Ferrer, começa o outro trajeto, primeiro pela Bolívia, com o objetivo de conhecer um processo revolucionário que havia iniciado sob a condução do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) em 1952. Seu interesse fundamental era, basicamente, porque desconhecia o verdadeiro significado de uma revolução, o comportamento e a participação das massas dentro da mesma, com exceção do movimento peronista de seu país, sobre o qual levantava muitas questões.

A revolução boliviana não o seduziu o suficiente para que lançasse sua âncora, porque naquele momento, vislumbrou com clareza a debilidade política e ideológica de seus dirigentes para enfrentar um movimento de transformação radical nas estruturas de dominação, assim como previu o processo de esgotamento ao não se tornarem efetivas as metas propostas ao início. Mesmo que de forma espontânea, ele pode constatar a força potencial do povo, encabeçada no caso boliviano pelo mineiro ancestralmente explorado.

É lógico que não escapou à observação penetrante do jovem Ernesto Guevara a pressão que o governo dos Estados Unidos exercia para dobrar o processo revolucionário boliviano, envolvido como estava em desenhar sua nova política da Guerra Fria e conduzir os bolivianos a uma situação sem saída, que ao final provocaria o abandono de suas bandeiras e a incerteza em seus propósitos nacionalistas.

Decide continuar viagem sem imaginar que com esta decisão encaminharia seus passos a um futuro inevitável. No Equador, conversando com um grupo de amigos sobre sua experiência boliviana, o pedem para continuar a viagem para a América Central, com o propósito de conhecer o processo revolucionário guatemalteco, que tantas expectativas causava entre os dirigentes políticos e intelectuais mais avançados do continente.

Nessas circunstâncias, escreve uma carta à sua família em que emite um juízo revelador a respeito do que ocorria em seu interior e que ajuda a compreender o



comportamento de ações futuras, “na Guatemala me aperfeiçoarei e conseguirei o que me falta para ser um autêntico revolucionário” (Guevara, 1987, p. 215).

Em sua visão da época, o pan-americanismo e o imperialismo são pares que se encontram. Alguns, conscientes ou não, agem como meros instrumentos desse imperialismo, que representa a acumulação de capitais, exportação, concentração monopolista e exploração dos mercados produtores de matérias-primas. Quando os interesses demandam, surgem, solapadas ou explícitas, as exigências imperiais para obrigar a alistá-los nas fileiras de uma democracia ao uso e medida dos Estados Unidos.

É por isso que na vida do “aspirante a revolucionário”, Ernesto Guevara, um ponto de virada tanto intelectual como ideológico em sua evolução encontra-se na Guatemala, porque mesmo ao compreender as limitações conceituais e programáticas daquele processo, o considerou como uma “autêntica revolução”, para a qual valia a pena se arriscar.

É um período multiplicador, no qual se misturam a experiência com a necessidade de aprofundar os estudos, sobretudo, filosóficos, que com tanto afinco havia começado a realizar nas primeiras épocas da juventude e que o ajudariam a esclarecer o empreendimento de novos caminhos.

A Guatemala foi sua incipiente escola revolucionária e também sua frustração, derrotada a revolução em junho de 1954. “Despedaçamento de outro sonho da América”, assim definiu a desonrosa conjura do Departamento de Estado, da CIA e dos governos títeres da América Central contra um governo que apenas pretendeu transformar sua economia medieval, ditando uma moderada lei de Reforma Agrária, mas, sobretudo, pelo simples fato de cometer a ousadia de expropriar da *United Fruit Company* as terras que “lhe pertenciam” (Guevara, 1987, p. 235).

Essas pretensões de um governo legítimo, eleito pelo povo, bastaram para que a CIA colocasse em marcha uma operação internacional, na qual a Guatemala foi convertida em nação dominada pelo “comunismo internacional” e, por consequência, um perigo evidente para paz e a segurança hemisférica. Antes do ano da implementação prática da Reforma Agrária, prepararam o isolamento diplomático, promoveram a subversão interna, foram criados atritos artificiais entre seus vizinhos e, por último, foi preparada a força de choque de mercenários treinados pela CIA que invadiriam o país a partir de Honduras.

Para Ernesto, a frustração da derrota, longe de desanimá-lo, lhe serviu para se convencer ainda mais de que a via escolhida era a decisiva. É interessante sintetizar algumas



de suas observações emitidas em cartas e em seu *Diário de viagem*: a primeira e a principal delas sobre o papel dos Estados Unidos na derrubada do governo de Jacobo Árbenz, fato que o torna mais anti-ianqui, mais anti-imperialista. Mais tarde, vem a afirmação consciente de que a única via para conquistar o império da justiça na América era a revolução., Por último, a convicção de seu pertencimento à América e integrada em uma só luta.

A partir da Guatemala de Árbenz, Che contata um grupo de revolucionários cubanos que havia atacado o Quartel Moncada e eram exilados políticos. Através deles, conhece os objetivos do Movimento 26 de Julho e de seu líder, Fidel Castro, que nessa época estava preso nas cadeias cubanas, pela condução do levante armado de 26 de julho de 1953, na então província de Oriente.

Mais tarde, no México, Che se encontra de novo com aqueles cubanos e em junho de 1955 conhece Fidel, recém libertado da prisão. Desse encontro, deixa registrado em seu *Diário* algumas impressões: “Foi um acontecimento político ter conhecido Fidel Castro, o revolucionário cubano, rapaz jovem e inteligente, muito seguro de si mesmo e de extraordinária audácia; creio que simpatizamos mutuamente” (Guevara, 2000, p.92).

Encontro determinante, que vincularia para sempre Ernesto Guevara, conhecido a partir de então como Che, à Revolução Cubana, uma das facetas mais enriquecedoras de sua vida e que o permitiria alcançar, posteriormente, suas aspirações da juventude.

Paralelamente a esse encontro decisivo no México, ele não apenas se deteve a analisar as causas diretas que possibilitaram a derrota da revolução guatemalteca, mas também, como consequência, as lições da história vivida lhe serviram para ampliar e depurar sua consciência política e traçar com mais precisão seu destino futuro, o que estava indissolúvelmente unido ao papel preponderante do homem, como antecedente direto do que, posteriormente, constituiria a essência e o centro de seu pensamento humanista.

Perfila com maior profundidade as razões pelas quais o latino-americanismo e o imperialismo marcham em eterna contradição. Desta vez suas análises são reforçadas com estudos mais integrais do marxismo, especialmente de Karl Marx e da Economia Política, ao considerá-los como referenciais teóricos imprescindíveis para entender os males da América e poder alcançar uma solução final através do socialismo, mesmo que ainda não estivesse suficientemente consciente do que implicava essa assertiva. Por tudo isso, o encontro com Fidel é premonitório, pois lhe amplia a convicção de luta que o leva à participação direta na liberação de Cuba, cumprindo com aquilo que considerava definitivo: “América será o teatro



de minhas aventuras com caráter muito mais importante que eu haveria acreditado” (Guevara, 1987, p. 206).

Cuba seria a ponte necessária para poder adquirir a experiência única e irrepetível de fazer parte da vanguarda de um povo que apostou na independência de seu país por meio da via que considerava fundamental: a luta armada.

Ele resume essas ideias quando, em plena luta nas terras cubanas, é entrevistado por seu compatriota, o jornalista Jorge Ricardo Masetti: “Estou aqui, simplesmente, porque considero que a única forma de libertar a América de ditadores é derrubando-os. Ajudando com sua queda de qualquer forma. E quanto mais direta melhor”. E mais adiante, quando lhe perguntam se sua intervenção nos assuntos internos de uma pátria que não era a sua poderia ser tomada como uma intromissão, acrescenta: “Em primeiro lugar, eu considero minha pátria não apenas a Argentina, senão toda a América. Tenho precursores tão gloriosos como o de Martí e é precisamente em sua terra onde me atenho a sua doutrina” (Guevara, 1959 p. 37).

### **Para o Lutador que Persegue Quimeras**

É um novo ciclo na vida do Che, no qual a experiência adquirida acrescenta elementos próprios a seu comportamento, convertendo a luta revolucionária cubana em seu primeiro degrau nas aspirações na construção de uma nova América. Ao latino-americanismo, esboçado anteriormente, incorpora razões suficientes para compreender até onde poder avançar e é na guerra onde encontra suas primeiras respostas de integração.

Na luta revolucionária em Cuba não só mediu forças para vencer os obstáculos próprios de uma contenda militar, mas também acima de tudo encontrou a via propícia para sua total identificação com um processo revolucionário que, como o cubano, se propunha efetuar profundas mudanças estruturais.

A extensão dessas convicções o faz afirmar conseqüentemente que Cuba representa um novo passo no desenvolvimento da luta dos povos da América para alcançar sua libertação definitiva. Esse despertar da América, após o triunfo da Revolução Cubana, dia 1º de janeiro de 1959, reforça seus critérios sobre as rotas que deviam utilizar os povos latino-americanos.

Foram distintas e complexas as tarefas assumidas como dirigente em Cuba, as quais se tornaram exemplo e referência obrigatória em sua permanente ascensão como expressão plena de sua formação marxista e revolucionária. Combinou com singular capacidade a teoria para



enriquecer com sentido criador o que na prática o processo revolucionário estava levando a cabo para poder alcançar propósitos mais elevados, contribuindo com seus aportes nas esferas do econômico e do político ao desenvolvimento da transição socialista na ilha.

No entanto, apesar da complexidade da empresa, nos anos em que permaneceu em Cuba, Che não desistiu do empenho de buscar unir e reforçar as frentes de luta possíveis dentro do continente, ao levar em consideração as similaridades e objetivos comuns que se conjugavam, essencialmente os mesmos problemas sociopolíticos e o inimigo comum.

É uma etapa na qual se reúne e conversa com um número considerável de revolucionários latino-americanos, que além de desejar conhecer diretamente a experiência de uma revolução, estavam precisando de vínculos afins que reforçassem suas convicções sobre o caráter inadiável de começar a luta que os levaria a alcançar a soberania de seus respectivos países. Dedicou longas jornadas a discutir sobre futuras táticas e estratégias, ao considerá-las como os princípios fundamentais para poder lograr o triunfo revolucionário.

Desde 1959, em discursos, entrevistas e trabalhos são assinaladas profundas reflexões com amplo espectro, nas quais analisa temas cruciais nos campos econômico, político e social, até chegar a um primeiro exame realmente amplo sobre a unidade tri-continental, como uma espécie de preâmbulo do que seriam posteriormente suas teses terceiro-mundistas.

Alguns desses postulados foram escritos depois do percurso efetuado em 1959 pelos países que conformavam o Pacto de Bandung, antecedente do futuro Movimento dos Países não-Alinhados:

“Cuba foi convidada à nova conferência dos povos afro-asiáticos. Um país americano exporá as verdades e a dor da América diante do reverente conclave dos irmãos afro-asiáticos. Não irá por casualidade, irá como resultado da convergência histórica de todos os povos oprimidos nesta hora de libertação. Irá para dizer que é certo que Cuba existe e que Fidel Castro é um homem, um herói popular. (...) Desde a nova perspectiva de meu mirante (...) tenho que responder a todas as centenas de milhões de afro-asiáticos que marcham em direção à liberdade nestes tempos atômicos, que sim, como nunca: sou outro irmão desta parte do mundo que espera com ansiedade infinita o momento de consolidar um bloco que destrua, de uma vez por todas, a presença anacrônica da dominação colonial” (Guevara, 1970, p. 387).

Essa permanente lição de Cuba o convence de quão indispensável seria para América Latina “conseguir sua coesão política para defender sua posição no campo internacional” e, inclusive, lhe permite refletir sobre um tema que, mais tarde, analisará em circunstâncias mais complexas, mas que colocado em 1959, diz muito sobre o que havia avançado na busca dos caminhos mais eficientes para alcançar a plena libertação do continente.



Este tema sobre o qual se adianta com admirável precisão é o referido Fundo Monetário Internacional, sobre o qual ressalta:

“se é um elemento de libertação para a América Latina, eu acredito que teria de ter sido demonstrando, e até agora não conheço nenhuma demonstração de que tenha ocorrido tal coisa. O FMI cumpre funções totalmente diferentes: a de assegurar precisamente o controle de toda a América, por parte dos capitais que estão localizados fora da América” (Guevara, 2017a).

A partir de sua experiência guerrilheira em Sierra Maestra e da abrangência do projeto de libertação cubano, começou a ser desenhado um projeto de transformação para a América Latina em que se sustentava a necessidade de reformas econômicas e sociais profundas, encabeçada pela Reforma Agrária, ao ser considerada como a primeira medida de todo governo revolucionário na América que pretendesse a conquista de seus direitos plenos, através da estreita comunhão que deveria ser estabelecida entre um verdadeiro Exército do povo – a vanguarda indiscutível na obtenção da plena libertação –, que unido às massas constituiriam os verdadeiros portadores da real independência, obrigados a enfrentar, em primeira instância, as forças imperialistas e as falsas democracias que detém o poder.

Por volta de 1961, o então presidente Kennedy propõe, frente ao desenvolvimento inquestionável de Cuba e de seu exemplo persistente, um programa denominado Aliança para o Progresso, com o propósito de entregar fundos aos países latino-americanos para seu desenvolvimento e progresso. No entanto, tal programa apesar de sua aparente proposta de mudança nas relações hemisféricas, não deixa de ser uma expressão depurada da hegemonia econômica e política que historicamente mantiveram na região.

Com o fracasso da agressão mercenária contra Cuba, em abril desse mesmo ano, os Estados Unidos aceleram a implementação do programa da Aliança, apoiado num plano de ajuda exterior, mas condicionado à aplicação de determinadas medidas internas em cada país, que garantiriam a subordinação aos interesses do vizinho do norte. Coloca-se em marca a política de ordem para a América Latina que asseguraria ao governo estadunidense sua segurança interna e que, por sua vez, propiciaria o caminho para a eliminação consensual da Revolução Cubana, tema para o qual não contavam com suficiente respaldo.

Cuba era um espinho cravado contra Washington, não porque havia violado algum acordo continental, mas sim porque havia sido capaz de resolver os problemas que ainda não haviam sido solucionados em muitos países da América Latina. Era nesse terreno que deveriam competir, pois com o triunfo de Fidel Castro, seu exemplo seria mais perigoso que



qualquer ação de agressão direta. Esse e não outro era o verdadeiro sentido da Aliança para o Progresso exposta pelo presidente Kennedy.

Na conferência de Punta del Este, onde seria discutida a Aliança, Ernesto Che Guevara participou como chefe da delegação cubana. Participou em esgotadoras seções de trabalho e em discursos nos quais não apenas detalhou a postura de Cuba, mas também, onde analisou as enormes limitações e diferenças que separavam o verdadeiro caminho do desenvolvimento que deveriam perseguir os países da região em contraste com as propostas batidas e obsoletas, mesmo que com novas roupagens, apresentadas pelos Estados Unidos.

Na voz de Che e contra prognósticos mal intencionados, Cuba ofereceu o apoio para alcançar uma ação conjunta construtiva, apesar de suas suspeitas sobre as verdadeiras intenções e alcances da Aliança, e propõe sua colaboração para que em Punta del Este se assentem as bases de um plano efetivamente progressista, em benefício de muitos e não de alguns.

Che define o caráter político da Conferência e de sua relação com a economia. Mesmo assim, estabelece um conjunto de parâmetros válidos para qualquer política que pretendesse alcançar uma verdadeira integração econômica, ao ter em consideração o perigo que representavam, para aquele momento, os monopólios internacionais e suas pretensões de dirigir totalmente os processos de comércio dentro das associações de livre comércio.

São propostas medidas e planos racionais de desenvolvimento, a coordenação de assistência técnica e financeira de todos os países industrializados, a tentativa de salvaguardar os interesses dos países mais débeis e a proibição de atos de agressão econômica de uns membros contra os outros, acompanhada de uma garantia de proteção aos empresários latino-americanos contra a concorrência monopolista e conseguir a redução dos impostos norte-americanos aos produtos da região e dos investimentos diretos sem exigências políticas.

Lógicamente as conclusões alcançadas na Conferência ignoraram os argumentos apresentados por Cuba, uma vez que centraram a atenção na análise e na realidade política econômica seguida pelos Estados Unidos, a qual respondeu historicamente às suas necessidades, sem levar em conta as demandas da economia da América Latina e que invariavelmente derivaram numa política incongruente e na falta de desenvolvimento regional sustentado.

Vários outros temas foram tratados pelo Che no decorrer da Conferência e que depois ele retoma em diversos trabalhos mais detidamente, de acordo com as circunstâncias e



contextos determinados. Este é o caso das transformações que deveriam ser produzidas de forma total nas estruturas das relações de produção para alcançar o verdadeiro progresso. Para o Che a única alternativa possível encontrava-se na liberação do comércio, uma plena política econômica independente conjugada à uma política externa também independente ou, do contrário, assumir a luta aberta, enfrentando diretamente os monopólios estrangeiros.

Esta e não outra tem sido a história do século XX americano, ideia que foi sustentada pelo Che levando em consideração as circunstâncias de seu tempo e demarcadas as abismais diferenças entre Norte e Sul, em que correspondeu à América Latina o papel de base tática da penetração econômica imperialista, que no caso particular dos norte-americanos, a converte no quintal para a exportação de seus capitais. Além de ser o foco de influência ideológico mais próximo, e por fim, alvo favorito para buscar destruir as tradições e as culturas regionais e locais, já deformadas pelo parasitismo feudal. Che defendia, com insistente apelo, que o principal efeito dessa penetração havia sido devastador. Caracterizava-se por um atraso absoluto da economia, causa real do subdesenvolvimento e da dependência neocolonial, no qual nem sua própria elite havia sido capaz de governar. Muito pelo contrário, com sua atitude entreguista haviam agudizado ainda mais os polos antagônicos entre a acumulação extrema de riquezas de uma minoria e o extremo empobrecimento da maioria.

Até então, Che estava absolutamente convencido de que a única alternativa real nesses momentos históricos era enfrentar o inimigo por meio da luta armada. Em diversos trabalhos e discursos, de 1962 em diante, como “Tática e estratégia da revolução latino-americana”, “A influência da Revolução Cubana na América Latina”, aponta incisivamente não só a substituir as raízes de todos os males e fenômenos sociais de caráter permanente que subsistem no continente, mas, sobretudo, a advertir que num mundo economicamente distorcido pela ação imperial, a única solução era a luta político-militar através de uma tática e estratégia global corretas por parte de sua verdadeira vanguarda, que permitiria o triunfo político das massas até conquistar a vitória continental.

Fazer a guerra necessária, como postulou Martí, significava aproveitar o contexto histórico em que era possível debilitar as bases econômicas do imperialismo, destruir a oligarquia reacionária e tratar de polarizar a luta. Como adverte Che, parafraseando o discurso de Fidel pronunciado nos Estados Unidos em 1960, a única forma para que “cesse a filosofia da guerra, é que cesse a filosofia da desapropriação” (Guevara, 1970, p. 541).



## **Que a Liberdade seja Conquistada em cada Canto da América**

Como se pode constatar, para o Che seu projeto de transformação social vai sendo perfilado gradualmente desde 1960 com componentes que constituem o fundamento essencial de atuações posteriores. À práxis revolucionária imediata, produto de uma experiência concreta, como é a Revolução Cubana, ele vai incorporando uma perspectiva revolucionária geral e não circunscrita aos interesses de Cuba. Nesta perspectiva estão enunciadas suas principais teses terceiro-mundistas, as quais se convertem num instrumento viável para o movimento revolucionário e para alcançar, como objetivo supremo, a plena emancipação da humanidade.

É uma fase que coloca a prova suas condições como homem de ação que se impôs iniciar uma revolução anti-imperialista, cujos antecedentes remontam a sua experiência guatemalteca de 1954. Esta perspectiva é delimitada numa primeira etapa da revolução latino-americana, na qual Cuba emerge como a vanguarda, mas sem ignorar as tradições de luta do continente, cujas raízes entroncam com Bolívar, desde que em 1815 na Carta de Jamaica, promulgou a unidade das Américas.

Para o Che, essa unidade continental era o substrato de sua estratégia de luta como a única via, primeiro, de libertação nacional, para depois ser seguida da obtenção da libertação definitiva, por considerar a América o continente mais avançado do Terceiro Mundo e, por sua vez, o mais contraditório.

Por isso é explicável a obrigação sentida por Che, antes de empreender o caminho da ação armada no Congo e na Bolívia, de escrever textos imprescindíveis para compreender o alcance de suas decisões. Em todos ressalta o caráter iniludível da revolução e a decisão de empreender iniciativas que agudizassem as contradições sociais para abrir caminho à participação popular, por serem portadoras, em última instância, da transformação necessária, se distanciando do voluntarismo e sectarismo.. Apontava que o provável êxito da luta radicava numa acertada organização, encabeçada por uma vanguarda revolucionária, tomando em conta a experiência adquirida no processo revolucionário cubano, em que se conscientizou sobre o inimigo principal e das forças revolucionárias com que se deveria contar, além de avaliar, com conhecimento pleno, as contradições principais e secundárias que regem tanto no plano nacional como no internacional e das tarefas imprescindíveis a empreender para



acentuá-las ou apagá-las, com o propósito de conduzir o processo a sua finalidade: a tomada do poder e sua transição ao socialismo.

A condução desse processo exigiria a formação de organizações político-militares coordenadas entre si e encarregadas de dirigir o conjunto da luta. Mas a partir da própria luta, como requisito essencial de toda vanguarda que na verdade se preze de ser o destacamento mais desenvolvido. Em tais exigências, colocava-se em evidência a sequela das posições assumidas por décadas dentro do movimento comunista continental e que, posteriormente, o próprio Che padeceria na Bolívia com a atitude assumida pelo secretário geral deste partido, quando se distanciavam das realidades concretas da América Latina e buscavam soluções dentro de uma estratégia orientada a promover a revolução democrático-burguesa.

O expoente máximo de seu pensamento e conceitualização, naquele momento, constitui, sem dúvidas, o mundialmente conhecido ensaio “Mensagem à Tricontinental”, publicado quando se encontrava em plena luta em terras bolivianas e no qual resume sua estratégia revolucionária mundial. Esta mensagem de libertação sintetiza suas teses terceiro-mundistas ao enfatizar que frente um sistema mundial imperialista a única fórmula para exterminá-lo é combatê-lo num enfrentamento mundial, por um lado, através da eliminação das bases de sustentação e, por outro, em união com a participação plena dos povos. À América, “continente esquecido”, atribui uma tarefa primordial, “a de criação do segundo ou terceiro Vietnã”, como o caminho para solucionar os problemas do continente. Luta que considerava longa e cuja finalidade estratégica seria a destruição do imperialismo.

Neste processo, além das realidades imperantes na América Latina, é imprescindível tomar em consideração o debate de temas cruciais nos quais Che participou e onde pontuou suas posições, com o fim de direcionar a luta pela rota que eliminaria as incongruências e a contradição do esquema criado pela divisão do mundo em duas grandes esferas de confluência: capitalismo versus socialismo. As teses terceiro-mundistas do Che enfocavam-se no centro dessa polêmica e buscavam mudar essa polaridade a partir de posições de esquerda.

Ele estabeleceu sem ponderações e com total agudeza, a posição de princípio que deveriam adotar os países socialistas, definindo a cota de sacrifício que lhes cabia entregar caso desejassem contribuir ao desenvolvimento dos países dependentes. Advertiu claramente que não poderiam permanecer indiferentes, nem no terreno econômico nem no enfrentamento armado, porque tanto uma derrota como uma vitória pertenceria a todos. Este alerta implicava inequivocamente que o socialismo tinha que voltar seus olhos de forma radical para o



Terceiro Mundo se estivesse verdadeiramente comprometido com a estratégia revolucionária mundial.

A compreensão cabal da determinação de Che a respeito de sua incorporação à luta, partindo das observações assinaladas, foi resumida no discurso que pronunciou no Segundo Seminário Econômico de Solidariedade Afro-Asiática, em Argel: “Não existem fronteiras nesta luta de morte, não podemos permanecer indiferentes frente ao que ocorre em qualquer parte do mundo, uma vitória de qualquer país sobre a derrota de uma nação qualquer é uma derrota para todos. O exercício do internacionalismo proletário não é só um dever dos povos que luta por assegurar um futuro melhor, também é uma necessidade inevitável. Se o inimigo imperialista, norte-americano ou qualquer outro, desenvolve sua ação contra os povos subdesenvolvidos e os países socialistas, uma lógica elementar determina a necessidade de uma aliança dos povos subdesenvolvidos e dos países socialistas, se não houver nenhum outro fator de união, o inimigo comum deveria constituir-lo” (Guevara, 1970, p. 572).

Esta certeza, desde sua ótica, era o ponto de partida para esboçar a aliança entre os povos subdesenvolvidos que luta por se libertar do imperialismo e os países socialistas, conscientes de que os Estados Unidos interviriam contra qualquer surto revolucionário que surgisse, como efetivamente aconteceu em todos estes anos.

Com o advento dos surtos revolucionários na América Latina são desenhados e postos em prática, com a condução direta dos estadunidenses, sistemas autoritários com denominadores comuns, que atuavam paralelamente à militarização da sociedade ou converteram a si mesmos em regimes militares de fato. Esta doutrina político-militar encontrava justificativa para sua implementação na luta guerrilheira iniciada nos anos sessenta e a urgência de implantar condições de estabilidade social.

Está claro que essa política não era em absoluto nova, pois tinha como antecedente a implementação da Doutrina de Segurança Nacional em inícios dos anos cinquenta dentro do contexto da Guerra Fria, criada para conter o comunismo internacional e sua extensão para a América. É imprescindível recordar a Guatemala de Árbenz onde se colocam em prática medidas que caracterizariam a intervenção estadunidense, entendendo que seus interesses encontravam-se em perigo. A tais posturas agrega, em 1959, o advento da Revolução Cubana que contribuiu para o reforço dessas políticas e de outras ainda mais violentas.

A partir desses momentos, a linguagem e fatos se tornaram mais incisivos e alcançaram uma dimensão regional, com a fundamentação de que se devia combater o



comunismo em qualquer lugar que se apresentasse, para evitar que a partir de Cuba seguissem proliferando os surtos insurrecionais. Advogava-se por uma resposta eficaz na forma de ajuda material e espiritual às comunidades “afetadas” e ao fortalecimento dos exércitos latino-americanos, que deveriam estar preparados para lutar contra a subversão interna.

A essência final da doutrina ficou inscrita em incontáveis páginas sangrentas ao longo de décadas no continente, buscando ocultar a insatisfação popular, cada vez mais empobrecida e a tensão social e política que tudo isso gera. Definitivamente a “segurança nacional” serviria para justificar a repressão em torno daquilo que poderia provocar desajustes, sem estabelecer diferenças entre subversão, crítica, oposição política, guerrilha, terrorismo ou guerra, todos entendidos como manifestações de um único fenômeno: a guerra revolucionária, que como tal deveria ser exterminada a qualquer preço e onde o aparato militar seria o instrumento para ser empregado para assumir a repressão como o ingrediente indispensável, encarregado de sustentar a dominação.

Para o Che, que havia encontrado desde muito jovem na América o laboratório idôneo para medir seu crescimento humano e ideológico desde o movimento revolucionário boliviano de 1952, a Guatemala de Árbenz, passando pela Cuba de Fidel e culminando nos feitos da Bolívia em 1956, como síntese desse processo, sua teoria sobre a luta armada significou uma ruptura com o pensamento imperante na esquerda latino-americana da época, expressada pelos partidos comunistas que promoviam, essencialmente, a transição pacífica ao socialismo, princípio não excluído por Che, mas condicionado a um forte movimento de luta como inescapável antecedente.

De modo irrevogável, ele se deu a tarefa de forjar um foco guerrilheiro na Bolívia, de buscar conquistar seu crescimento, para depois, a partir daí, controlar uma porção importante do território e convertê-lo em formador de outras guerrilhas surgidas em outros países latino-americanos. Considerava que sua presença deveria lhe dar uma projeção continental, ao ganhar um espaço próprio no combate e converter a guerrilha numa alternativa concreta diante do poder estabelecido.

No decorrer dessa etapa, a primeira parte de sua evolução ocorreu com triunfos indiscutíveis apesar dos muitos detratores que de antemão condenavam a ação, alguns dos quais se pronunciaram abertamente desde os próprios países socialistas, condenando a guerrilha e o sangue derramado e o que se derramaria caso continuasse “3 ou 4 Vietnãs”, como aponta Che em seu *Diário de campanha*.



No entanto, no próprio *Diário Che* escreve para a posteridade, em franca oposição a expressões desse tipo, com seu estilo peculiar e sintético o significado do 26 de julho: “rebelião contra as oligarquias e contra os dogmas revolucionários” (Guevara, 1970a), elementos que constituem os fatores determinantes que impedem a verdadeira ascensão da revolução e aos que, irrevogavelmente, tem de enfrentar, contrário a qualquer “doutrina de gabinete” ().

Poderia se argumentar bastante sobre a ressonância histórica das páginas de heroísmo escritas por Che e seus companheiros na Bolívia, porém, suas próprias memórias da juventude expressão mais que qualquer conclusão, o verdadeiro sentido da coerência e entrega que caracterizaram toda sua vida com uma dimensão essencialmente humanista e ética: “realmente creio ter chegado a compreendê-la [a América] e me sinto americano com um caráter distintivo de qualquer outro povo da terra” (Guevara, 1987, p. 213).

### **Conquistar o Porvir**

Com ressonâncias da história, “como um hino revolucionário destinado a se eternizar nos lábios dos combatentes da América” (Guevara, 1970, p.540), assim Che vislumbrava o futuro do continente, caso fosse capaz de varrer as travas e os esquemas que haviam impedido alcançar sua libertação definitiva. Não era a utopia e nem o sonho o que imperava em suas aspirações, mas sim a análise da situação econômica, política e social prevalecente por séculos, o que o levava a se lançar à batalha pela plena independência.

Ele sabia que o uso brutal da força se implantaria ferozmente para impedir qualquer movimento revolucionário, sem que acarretassem retrocessos. Mas de igual maneira, também advertiu que momento histórico era propício para enfrentar essa força cega e de não realizá-lo nesse contexto, o custo político acarretaria retrocessos inesperados.

Em todos estes anos, muitas foram as fórmulas ensaiadas pela reação inimiga, apesar da repressão impiedosa dos sessenta e setenta até transições que oscilaram entre uma aparente democratização e uma violência sutil. Este panorama palpável a partir da desapareição do mundo socialista e a implementação do neoliberalismo e da globalização, onde os esquemas de dominação se tornam mais absolutos.

Para a América Latina o saldo tem sido extremamente grave, do temor ao dogma totalitário passou-se à liberdade irrestrita do mercado e, como resultado, à do mundo da



injustiça globalizada, traduzido na perda das liberdades políticas toda vez que esta deriva das “liberdades econômicas”, em que a função do Estado é minimizada em garantidora da plena vigência desse mercado em todos os planos da sociedade.

Dadas suas limitações, o regime política traz aparelhado o abandono da soberania nacional e, ao contrário do defendido, perdem-se cada vez mais as liberdades democráticas e se recrudescer de novo o emprego da violência e do autoritarismo como mecanismos idôneos para frear qualquer surto de inconformidade, agredindo tanto as liberdades individuais como as coletivas e, a conseqüente reiterada violação dos direitos humanos, apesar do discurso oficial de “respeito aos mesmos”.

Para alguns países da América Latina, a situação atual é o negativo de uma radiografia de qualquer prognóstico crítico que feito antecipadamente, mesmo que não mediassem critérios tão incisivos e verdadeiros como os usados por Che. Nem os mais conservadores puderam prever os estragos de um mercado selvagem como o existente e de suas respectivas insuficiências para atender a pavorosa miséria e desigualdades de um continente de 400 milhões, onde mais da metade encontra-se afundada na pobreza e centenas na indigência extrema.

Ao final do século passado o drama havia chegado ao fundo, incluindo os próprios governantes que placidamente aceitaram a política imperante da globalização, cujo resultado conformou a existência de um grupo de países da região em crise, com uma ampla corrupção governamental e, portanto, um imenso e conhecido descontentamento popular.

As cétricas perguntas sobre qual seria o sinal imperante no novo século multiplicaram-se, depois do fracasso das políticas postas em prática como a Área de Livre Comércio para as Américas (ALCA), com uma roupagem aparentemente diferente, mas que só trouxe terríveis conseqüências sociais, maior degradação laboral, maior privatização, destruição do meio ambiente, restrições aos direitos democráticos, maior pobreza e desigualdade, condensando num governo continental de fato, comandado pelos Estados Unidos e que satisfaz todos os seus interesses hegemônicos. Às vezes, sentiu-se as vozes de países que dignamente buscaram reverter o drama e buscado promover uma nova ordem mundial que seja mais racional e justa. Para América Latina, continente esquecido e subjugado por séculos, esta é uma demanda imperiosa, toda vez que uma parte de sua população é submetida ao extremo, está se demandando uma América humanista, com equidade e justiça social e uma plena soberania,



expressadas em governos que proponham projetos libertadores como alternativas viáveis diante dos poderes ilimitados de sempre.

A adoção de verdadeiras transformações como parte do compromisso histórico da região com a construção, entre todos, de projetos nacionais e regionais de desenvolvimento sustentável, nos quais se encontrem representados os interesses dos povos dentro dos possíveis espaços alcançados, apesar de sua aparente fragmentação, evidencia a luta por novas formas que propiciem a mudança como principal compromisso e uma dívida histórica com o bicentenário da independência do continente com nossos povos subjugados. O caminho é extremamente difícil e perigoso, mas não impossível, apesar dos reveses pelos quais atravessamos na atualidade, como o caso do Brasil assediado e humilhado, o cerco extremo à revolução venezuelana e dos 60 anos da Revolução cubana no poder, são exemplos palpáveis da necessidade da unidade diante da cada vez mais irracional força do poder hegemônico e ditatorial dos Estados Unidos. É imperioso direcionar as lutas defendendo tudo o que nos une como fatores indiscutíveis de nossa identidade e soberania.

Neste gérmen incipiente, portador das mudanças futuras, Che encontra um espaço com a memória histórica viva, para recordar que esse desafio, capaz de resgatar toda uma história de rebeldia acumulada e de múltiplas experiências políticas é o único caminho a seguir, ainda que o mundo não seja o mesmo e as soluções adquiram novas formas, se verdadeiramente se está disposto a “conquistar o porvir”.

## Referências

ARIET GARCÍA, María del Carmen. *El pensamiento político del Che*. Ocean Sur: La Habana, 2007.

\_\_\_\_\_. *Resonancias de futuro. Para leer al Che*. Ocean Sur: La Habana, 2018.

GUEVARA LYNCH, Ernesto. *Aquí va um soldado de América*. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1987.

GUEVARA, Ernesto Che. *Los que luchan y los que lloran*. La Habana: Editorial Madiedo, 1959.

\_\_\_\_\_. “América desde el balcón afroasiático” in *Che Guevara. Obras (1957-1967)*, T. 2. La Habana: Casa de las Américas, 1970.



\_\_\_\_\_. “Diario de Bolivia” in *Che Guevara. Obras (1957-1967), T. 1*. La Habana: Casa de las Américas, 1970a.

\_\_\_\_\_. *Che Guevara presente*. Ocean Sur: La Habana, 2005.

\_\_\_\_\_. *América Latina, despertar de un continente*. Ocean Sur: La Habana, 2017.

\_\_\_\_\_. “Entrevista para Radio Rivadavia de Argentina, 3-11-59” in *Che en la Revolución Cubana, T. 2*. La Habana: Editorial José Martí, 2017a.

\_\_\_\_\_. *Notas de viaje*. Diario en motocicleta. Ocean Sur: La Habana, 2004

\_\_\_\_\_. *Otra vez*. Ocean Su: La Habana, 2007.

## **Che Guevara: América Latina, o despertar de um continente**

### **Resumo**

O presente trabalho trata do jovem Ernesto Guevara e de um conjunto de pressupostos pesquisados pela autora sobre as inquietudes e percursos que realizou na América Latina. Depois, transformado em Che – seguiu propósitos e decisões maiores que o levariam a uma dimensão profunda de luta pela verdadeira soberania e independência do continente. A partir do devir histórico de Che, o artigo contribui para entender seus propósitos desde que iniciou suas primeiras viagens pelas regiões agrestes ou não, todas com resultados análogos: a formação de um compromisso imparável para com a humanidade latino-americana e sua plena libertação.

**Palavras-Chave:** Ernesto Che Guevara – América Latina – Libertação - Soberania

## **Che Guevara: América Latina, el despertar de un continente**

### **Resumen**

El presente trabajo forma parte de un conjunto de presupuestos investigadas por la autora con el objetivo de apropiarse de una mirada profunda sobre las inquietudes y búsquedas que realizara, primero, el joven Ernesto Guevara sobre el contexto y el entorno de la América Latina de sus años juveniles, para seguirle, después - convertido en Che-, propósitos y decisiones mayores que lo llevarían a una dimensión superior marcada por su inquebrantable determinación de luchar por la verdadera soberanía e independencia del continente. Esta mirada vista desde su devenir histórico, contribuye a una comprensión más acabada para entender los propósitos que se propuso alcanzar desde que iniciara sus primeros recorridos por regiones, agrestes unas y otras sugestivas, pero todas con idénticos resultados: un compromiso indetenible para con el hombre latinoamericano y su liberación plena.

**Palabras clave:** Ernesto Che Guevara – América Latina – Liberación – Soberanía

## **Che Guevara: Latin America, the awakening of a continent**

### **Abstract**

The present work is part of a set of presuppositions investigated by the author with the objective of appropriating a deep look at the concerns and searches that first Ernesto Guevara will make on the context and environment of Latin America of his years youth, to follow, later -converted to Che-, greater purposes and decisions that would take him to a higher dimension marked by his unwavering determination to fight for the true sovereignty and independence of the continent. This view seen from its historical evolution, contributes to a more complete comprehension to understand the objectives that it was proposed to achieve since it began its first journeys through regions, aggressive and suggestive, but all with identical results: an unstoppable commitment with the Latin American man and his full liberation.

**Keywords:** Ernesto Che Guevara –Latin America – Liberation – Sovereignty



DOI: 10.21057/10.21057/repamv13n3.2019.24646

## Haiti: Aspectos Socio-Históricos Internos e Emigração

Recebido: 08-02-2018

Aprovado: 26-06-2018

Simone Rodrigues Pinto\*

### Introdução

Existe um enorme desconhecimento no Brasil sobre esse país que já foi considerado a pérola das Antilhas, lar da civilização do Taínos, lugar do primeiro assentamento espanhol no Novo Mundo, passagem dos famosos galeões espanhóis transportando as riquezas espoliadas dos impérios asteca e inca, lugar do legendário paraíso dos piratas, a ilha Tortuga, e inferno dos escravos negros trazidos do continente africano e submetidos ao sistema mais brutal de escravidão de todas as Américas. Enaltecido como primeira república negra do mundo, segunda colônia a se tornar independente no continente, viveu terríveis massacres e genocídios e sofreu sob uma brutal elite local, prefigurada em ditadores sanguinários como Papa Doc e Baby Doc. Apesar de um orgulho pela ancestralidade africana, convive em sua cultura uma intensa aspiração pelos costumes norte-americanos e franceses, às vezes travestidos de sentimento anti-americano e anti-francês, que transformam esses países em sonho de destino ao mesmo tempo que o intenso desejo de emigrar convive com um profundo orgulho de ser haitiano.

O terremoto que arrasou a capital do Haiti, Porto Príncipe, em 2010 foi um daqueles eventos fortuitos que têm o poder de trazer a tona o pior e o melhor das instituições e das pessoas. O desenrolar dos eventos após o choque inicial serve de laboratório para entender a principal tensão que afeta o país desde a sua colonização: a desesperada necessidade por ajuda

---

\* Professora do Departamento de Estudos Latino-Americanos, Doutora em Ciência Política, Brasileira, e-mail para contato: smartinsrodrigues@hotmail.com. Áreas de atuação: direitos humanos, políticas de reconhecimento e multiculturalismo; medidas restaurativas na solução de controvérsias entre indígenas na América Latina, com foco no pluralismo jurídico; autoritarismos, justiça de transição, memória, verdade e reparação na América Latina; pensamento social e político latino-americano.



internacional e sua profunda desconfiança em relação aos estrangeiros que se dizem simpatizantes e portadores de ajuda. A trajetória histórica deste pequeno país, localizado na parte oeste da importante ilha de Hispaniola, demonstra que ajuda humanitária nem sempre pode ser adjetivada desta forma.

Esta mesma tensão se apresenta no imaginário individual e social de sua população, traduzido por um fascínio pelos Estados com os quais têm relações de dominação ou rivalidade como EUA, França e República Dominicana, por exemplo, ao mesmo tempo em que temem o risco constante de suas políticas imperialistas. Não por acaso, estes países representam o principal destino dos migrantes haitianos, ao mesmo tempo em que apresentam as políticas migratórias mais restritivas.

Para compreender esse arranjo social é preciso um olhar ao passado sócio-histórico desta nação. Após um terremoto de proporções catastróficas, muitas declarações buscaram reavivar antigos preconceitos contra o Haiti, principalmente requeitando ligação entre a prática do vodu e as sucessivas tragédias que atingem o país. O pastor evangélico norte-americano Pat Robertson afirmou que o país vivia as consequências do pacto com o diabo, feito durante a guerra de independência dois séculos antes<sup>1</sup>. No entanto, podemos compreender o abalo a partir de uma explicação mais prosaica: o Haiti está situado sobre a junção de três placas tectônicas. Ainda, há explicações mais dramáticas, como a falta de adequada estrutura das edificações<sup>2</sup>, que são construídas com muita economia de cimento e ferro e instituições extremamente frágeis que não foram capazes de socorro rápido.

Neste cenário-laboratório, as primeiras nações a enviar ajuda foram justamente França, EUA e República Dominicana. Ainda que os principais comandantes norte-americanos enviados ao Haiti fossem negros, a imagem dos helicópteros Black Hawk circulando o palácio presidencial trazia de volta as dolorosas memórias da ocupação dos EUA nos anos 1915-1934 e 1994-2000. Nem os apelos do primeiro ministro Jean-Max Bellerive, afirmando as boas intenções do vizinho do norte, afastaram os rumores de nova intervenção. Mesmo o jornal mais conservador, ligado à comunidade haitiana nos EUA, o *Haiti Observateur*, reafirmou “risk inherent in any intervention of this kind”<sup>3</sup> porque o presidente Barack Obama estava sob pressão dos Republicanos para continuar uma política mais imperialista. Estas afirmações não

<sup>1</sup> O marco inicial da guerra de independência foi a reunião liderada pelo sacerdote vodu Bookman.

<sup>2</sup> Quatorze meses antes do abalo, noventa crianças morreram com um desabamento de uma escola próxima a Petiónville, sem a presença de nenhum abalo sísmico.

<sup>3</sup> Leslie Péan, “Obama pris entre deux feux et Haiti”, *Haiti Observateur*, Fevereiro 3-10, 2010, p.8.



são de todo descabidas. O senador por Connecticut Christopher Dodd evocou a possibilidade de transformar o Haiti em protetorado dos EUA ou “some sort of international receivership”<sup>4</sup>.

São muitos os paradoxos. Uma sociedade fundada, constitucionalmente, na igualdade entre negros e brancos, vive no cotidiano uma cruel divisão racial entre negros e mulatos, uma complexa relação com os estrangeiros e, apesar da imensa riqueza geográfica e cultural, fraqueza e corrupção institucional, além de uma brutal ingerência externa, paralisam seu desenvolvimento. Este texto se propõe a uma breve análise sócio-histórica, centrada em fatores internos, explanada de forma cronológica e linear para facilitar o encadeamento dos eventos, a fim de dar subsídios para a compreensão de alguns desses paradoxos e dos motivos do grande número de haitianos que emigram deste país.

Fatores externos, como a dominação imperialista dos EUA sobre a região, são importantes na compreensão de muitos processos. No entanto, esse texto não pretende aprofundar na geopolítica internacional, mas lançar luz sobre fatores endógenos da emigração haitiana. Apesar de ser um enfoque reconhecidamente limitado, é fundamental para a compreensão do cenário mais amplo que acerca o Haiti.

## **Período Colonial**

O período colonial pode ser considerado particularmente importante para a compreensão da realidade haitiana ainda hoje. Não só porque representa três séculos dos cinco passados desde a chegada de Colombo, mas também porque impactou todo o desenrolar da história sócio-política do Haiti pós-colonial. O país experimentou os dois sistemas coloniais mais duros da época, primeiro o espanhol, depois o francês. A Espanha, em pouco mais de dez anos, extraiu aproximadamente quinze mil toneladas de ouro, depois de exterminar os indígenas nativos. As plantações de cana-de-açúcar foram exploradas ao máximo em benefício do desenvolvimento da metrópole francesa, a partir de um dos sistemas escravistas mais violentos dessa era, que representava um terço da economia francesa da época (Hurbon, 1972)

Quando Cristóvão Colombo chegou em 1492 ao Caribe, rumou para o sul em busca de ouro e especiarias. Logo ocupou a ilha que chamou de Hispaniola, onde havia cerca de meio

---

<sup>4</sup> <https://www.c-span.org/video/?291699-1/haiti-earthquake-relief-efforts>



milhão de indígenas Taínos. Duas gerações depois, os nativos haviam praticamente desaparecido, vítimas da violência espanhola ou de doenças estrangeiras para as quais não estavam preparados. Diante das riquezas do Império Asteca e do Império Inca e da falta de mão-de-obra indígena a ser explorada, no século XVII a ilha foi perdendo interesse no mercado mundial da exploração colonial. Quase nada havia sobrado da civilização nativa, além de poucas palavras no vocabulário local como huracán, barbacoa e tabaco. A despeito das denúncias feitas por Bartolomeu de Las Casas, o extermínio dos Taínos foi praticamente total.

O pouco interesse dos espanhóis pela agora chamada Santo Domingo permitiu que alguns assentados franceses avançassem sobre o território. Muitos caçavam porcos selvagens que cozinhavam ao estilo taíno nos fornos chamados de *boucan*, os quais vendiam aos navios que passavam. Daí surgiram os primeiros *boucaniers*, ou bucaneiros. (Girard, 2010, p.21). Logo, estes cozinheiros descobririam que roubar os navios espanhóis cheios de riquezas do Novo Mundo era mais lucrativo que caçar porcos. Apoiados pelo governo francês, tornaram-se mercenários ladrões de navios carregados de riquezas que iam em direção à Europa. Depois que a França oficializou seu domínio sobre a parte ocidental da ilha por meio do Tratado de Ryswick de 1697, dividindo a ilha nos atuais países Haiti e República Dominicana, a presença dos bucaneiros já não era bem-vinda. De ladrões apoiados pelo Estado, passaram à ilegalidade. A maioria fugiu para a ilha de Tortuga, onde foi estabelecido um estado pirata independente, liderado inicialmente pelo ditador francês Jean le Vasseur, há poucos quilômetros ao norte da agora Saint Domingue<sup>5</sup>. O antigo Haiti não era mais lar desses tipos de piratas, mas de outra casta de exploradores.

Depois do massacre e extinção quase completa dos nativos, Saint Domingue viveu um dos regimes escravistas mais cruéis das Américas. O país era conhecido por proporcionar enriquecimento rápido, mas também famoso pelas doenças tropicais e pela dureza das fazendas de cana-de-açúcar. O açúcar era o petróleo da época, produto cobiçado pelos principais países da Europa, e Saint Domingue, pelo seu tamanho e clima, um dos mais lucrativos produtores desta preciosidade. Ao contrário das plantações de café, o açúcar demandava um grande número de trabalhadores e condições difíceis de cultivo. O perigo dos facões que provocavam frequentemente mutilações, as folhas cortantes que faziam a pele

---

<sup>5</sup> Para fazer referência ao Haiti colonial, o texto usará seu nome em francês *Saint Domingue*, em contraposição ao país a leste da ilha, Santo Domingo, colônia espanhola.



arder com o suor do trabalho, cobras, insetos e, ainda, o calor adicionado ao clima tropical das enormes caldeiras de caldo de cana fervente. Os trabalhadores europeus morriam às centenas.

A solução, proposta ironicamente pelo defensor dos indígenas Bartolomeu de Las Casas, foi a importação de mão-de-obra africana, a quem foi atribuída maior força e resistência. No início, em 1700, chegaram cerca de nove mil escravos a Saint Domingue. Em 1790, a colônia importou 48 mil só nesse ano, elevando a população de escravos para 500 mil (Girard, 2010). Eles também morriam aos milhares, mas suas vidas simplesmente importavam menos que as dos trabalhadores europeus. Eles eram rapidamente substituídos por novas levas de escravos vindos em grandes navios de tráfico negreiro. Comparado com os EUA, a pequena ilha de Saint Domingue, que aboliu a escravidão setenta anos antes que o vizinho do norte, importou bem mais escravos, que tinham uma expectativa de vida que mal chegava a 10 anos. Enquanto nos EUA ou no Brasil as condições permitiam que se reproduzissem, em Saint Domingue não viviam para tanto.

Apesar deste barril de pólvora prestes a explodir, a primeira tentativa de independência partiu dos brancos proprietários e mulatos livres. Como toda colônia da época, a população local tinha pouca autonomia decisória e o monopólio comercial imposto pela metrópole gerava revolta. Quando ocorre a Revolução Francesa em 1789, a população local branca passa a se mobilizar para garantir a independência da ilha e o controle da vida política. (James, 1989) Os mulatos se unem para reivindicar a igualdade proposta pela Declaração de Direitos francesa. A esta altura, ninguém mencionava a possibilidade de fim do regime escravista.

Os mulatos Vincent Ogé e Julien Raimond chegaram a ir perante a Assembleia Nacional em Paris para pedir igualdade de direitos, sem nada conseguir. Ao retornar a Saint Domingue iniciaram uma rebelião que terminou com a tortura e morte brutal de Vincent Ogé. Enquanto mulatos livres e brancos, ambos proprietários de escravos, lutavam entre si, a verdadeira rebelião estava por acontecer entre os negros escravos.

Na noite de 21 de agosto de 1791, escravos representantes de quase todo o norte do Haiti se reuniram em Bois Caiman, liderados pelo sacerdote vodu Dutty Boukman. Quando todos chegaram, Cécile Fatiman, uma sacerdotisa vodu degolou um porco e a partir daí todos se comprometeram com Ogun a vingar o sofrimento dos negros matando seus senhores. Para selar esse pacto sagrado beberam sangue e fizeram talismãs de proteção com os pelos do



porco (Dubois e Garrigus, 2006). Quando voltaram às suas plantações, a revolução haitiana começou. Centenas de proprietários foram mortos e suas plantações incendiadas.

O vodu, parte importante da cultura haitiana, a despeito dos mitos e lendas sobre sua prática, representa o sincretismo entre uma religião politeísta emprestada da África ocidental com o misticismo católico da França dos séculos XVII e XXVIII. Muitos proprietários franceses, seguindo uma paixão francesa pelo ocultismo na época, faziam encantamentos e rituais ocultistas em suas plantações na presença de seus escravos. Muitas dessas práticas foram absorvidas nas cerimônias vodus junto com as tradições religiosas dos ancestrais africanos. Mesmo depois da independência do Haiti, o vodu continuou uma religião proscrita, ainda que haja rumores de que era praticada pela maioria dos líderes em secreto. Toussaint Louverture, Jean-Jacques Dessalines, Henri Christophe e Jean-Pierre Boyer condenavam publicamente as cerimônias vodus, que só foram liberadas em 1846. E depois mais uma vez proibidas com a invasão dos EUA em 1915. (Hurbon, 1972)

Durante a revolta, pedidos de ajuda foram feitos a Cuba, Jamaica, Santo Domingo e aos EUA, mas poucos atenderam. O exército francês conseguiu arrebanhar alguns escravos leais e mulatos livres sob a promessa de igualdade futura. Dessa forma, em 1792 grande parte da revolta já tinha sido controlada, alguns negros estavam de volta a suas plantações ou haviam fugido para as montanhas.

Em 1793, os revolucionários franceses levam Louis XVI à guilhotina, provocando uma forte reação de outros países da Europa. A guerra das monarquias europeias contra a França faz com que menos atenção seja dada aos problemas de suas colônias além mar. Logo, Inglaterra e Espanha invadem Saint Domingue, a primeira a partir do maior porto da colônia e a segunda através da fronteira com Santo Domingo. Certamente, nenhuma das duas potências coloniais tinha a intenção de libertar os escravos, oferecendo pouca vantagem na troca de metrópoles. Dessa forma, quando a França envia um novo comissionado comprometido com os ideais de igualdade, fraternidade e liberdade da Revolução Francesa, expressamente anti-escravista, Léger-Félicité Sonthonax, os negros revoltosos têm uma janela de oportunidade. Sonthonax oferece imediata emancipação para os escravos em troca de ajuda militar para expulsar as tropas britânicas e espanholas do território. Esta decisão é confirmada por Paris, que estende a abolição da escravidão a Guadalupe, tornando-se a primeira metrópole europeia a emancipar seus escravos na América. Neste momento, o já destacado líder negro Toussaint Louverture, que lutava ao lado dos espanhóis, muda de lado e passa a compor o contingente



francês. Depois de violentas batalhas, Inglaterra e Espanha finalmente são derrotadas em 1798.

Toussaint Louverture é a personagem mais reconhecida e celebrada da história do Haiti, apesar de não livre de controvérsias. (Dubois, 2004). Filho de um rei africano, foi levado a Saint Domingue, onde trabalhou como cocheiro, ficando livre do trabalho extenuante da plantação. Ainda como escravo, foi alfabetizado e recebeu de seu dono a alforria mais de uma década antes da revolução. Quando a revolta iniciou, Louverture, que era dono de uma pequena propriedade e de cerca de treze escravos, protegeu seus antigos proprietários antes de se juntar às tropas revoltosas. Inteligente e sagaz, logo subiu na hierarquia dos rebeldes, depois na hierarquia das tropas espanholas e, depois, na hierarquia das tropas francesas. Com a derrocada dos britânicos, Louverture passa a ser a mais importante figura militar na ilha. Logo fez manobras políticas para que Sonthonax voltasse para Paris, como representante de Saint Domingue, guerreou contra André Rigaud, um mulato que controlava o sul do país e afastou seus supostos aliados Gabriel d'Hedouville e Julien Raimond, removendo qualquer obstáculo à sua chegada ao poder. (Césaire, 2004). Em 1801, Louverture promulga unilateralmente uma constituição que o transforma em governador geral vitalício com direito a nomear seu sucessor. Apesar de reinar soberano na ilha, não reivindicou a independência do país. Sua constituição vai se tornar a primeira constituição do país independente em 1805 e se tornará um marco na compreensão das relações raciais do Haiti. Para Gruner (2009, p.11),

“el artículo 14 (y toda la constitución a la cual pertenece) hace de facto la crítica, incluso anticipada, de una (ideo)lógica constitucional que imagina el Estadonación “moderno” como una unidad homogénea, sin distinciones de clases, “razas”, género, etcétera. Al mismo tiempo (“al mismo tiempo”) hay en la Constitución de 1805, y en el propio artículo 14, una concepción unitaria de la nación.”.

Seu esforço de reconstruir o país e fazer voltar ao seu antigo esplendor envolveu um conjunto de leis que obrigava a população a voltar às condições extremas de trabalho nas lavouras de açúcar, agora como “cultivadores”. Aqueles que recusavam eram severamente punidos. O sonho da pequena propriedade, com produção em pequena escala para subsistência, era destruído quando chegava o inspetor de cultivo e antigo general da revolução, Jean-Jacques Dessalines. Com braço de ferro, Louverture controlava Saint Domingue e, ao mesmo tempo, reafirmava seu alinhamento com o governo francês através de várias cartas enviadas a Napoleão.



No entanto, Napoleão não considerou essa lealdade de Louverture. Talvez influenciado por sua esposa Joséphine, filha de proprietários de lavouras em Martinica, Napoleão iniciou uma campanha para o retorno da escravidão nas colônias. Em 1801, enviou uma enorme tropa a Saint Domingue, liderada por seu cunhado Victoire Leclerc, que partiu acompanhado da irmã de Napoleão e dos dois filhos de Louverture a fim de conter a escalada de poder do governador geral. Foi a maior expedição enviada por Bonaparte a embates além da Europa: vinte mil soldados experientes primeiro, seguidos de outros vinte e três mil, dezoito meses depois.

Louverture, um astuto estrategista, usou seu conhecimento do clima e da geografia do país e iniciou uma guerra de guerrilha, que seria considerada tática de guerra na América Latina somente no século XX. (James, 1989). No entanto, aceitou conversar com um oficial francês sob a promessa de que estaria seguro. Neste momento foi capturado e deportado para o exílio em uma prisão na França. Lá, ao se recusar a revelar a Napoleão onde escondia suas supostas riquezas, foi isolado e colocado em condições pouco acolhedores, o que gerou sua morte pouco depois. (Dubois, 2004)

Grande parte dos súditos de Louverture, inclusive seu general Dessalines, passou para o lado francês logo no início da retomada do poder. Porém, as investidas em prol do retorno da escravidão, o desarmamento e execução das tropas de ex-escravos negros e outras medidas que indicavam o retorno à situação pré-revolução, levaram Dessalines, Christophe e outros generais que estavam lutando ao lado dos franceses a se revoltarem de novo ao mesmo tempo em que um surto de febre amarela assolava as tropas vindas da Europa. Em fins de 1802, a febre havia reduzido drasticamente o número de soldados e, enfim, matou Leclerc. Rochambeau, seu sucessor, iniciou um período de terror na ilha, com afogamentos em massa, enforcamentos, crucificação e fogueira para seus inimigos. Construiu uma arena em Cape Français para que cães dilacerassem negros diante de uma plateia formada por uma excitada elite de proprietários de lavouras. Para Rochambeau, somente o extermínio de todos os negros traria o esplendor da antiga colônia, que poderia facilmente voltar a trazer novos escravos da África. Este período de brutalidade durou até novembro de 1803, quando o que restou das tropas francesas ficaram cercadas, em terra pelos rebeldes negros, pelo mar pelos navios britânicos<sup>6</sup>. E assim, termina o período colonial de Saint Domingue, que passa a se chamar Haiti.

---

<sup>6</sup> A derrota no Haiti fez com que Napoleão desistisse de lutar pela Louisiana, na parte sul dos EUA.



Metade da população havia morrido nos últimos treze anos de lutas, quando em primeiro de janeiro de 1804 foi proclamada a independência em uma série de celebrações em Gonaives. O trauma e o ódio aos franceses era tão grande que um dos oficiais presentes no momento da escritura da declaração da independência afirmou “devemos usar a pele de um homem branco como um pergaminho, seu crânio como tinteiro, seu sangue como tinta e uma baioneta como caneta”. (*apud* Dubois, 2004, p.298)

Os EUA somente reconheceram a independência do Haiti em 1862<sup>7</sup>. Alguns nomes importantes da política norte-americana do século XIX, como George Fitzhugh e John Calhoun argumentavam que a escravidão era uma instituição humana capaz de manter o controle dos selvagens africanos. E completaram, se libertos eles iriam se chafurdar na preguiça e no caos.(Girard, 2010, p.61)

A maioria dos brancos de Saint Domingue que sobreviveram emigraram para os EUA, França ou para os países vizinhos. Notícias do levante negro espalharam o medo entre os proprietários de toda a região.

## O Novo Haiti

Sob a liderança de Dessalines, o país tentava achar seu rumo, ainda baseado nas grandes monoculturas para exportação. Havia grande desconfiança com os poucos estrangeiros que ainda permaneciam no país e uma divisão racial interna, que colocava os mulatos como os mais ricos, mas mais discriminados. O maior legado de Dessalines foi a promulgação da primeira constituição do Haiti, com seu famoso artigo 14 que declarava que “Todos os cidadãos, de ora em diante, serão conhecidos pela denominação genérica de negros”. A Constituição promulgada em 1805 foi escrita a partir dos rascunhos de Toussaint Louverture, feitos em 1801, que só pode se concretizar depois da independência do País. Segundo Gruner (2009, p.6)

Ningún otro texto da cuenta más elocuentemente de la naturaleza verdaderamente inaudita – impensable e irrepresentable, para decirlo con Trouillot, de esa revolución. Ningún otro documento articula más claramente, en efecto, el carácter revolucionario del nuevo estado, la contra-modernidad sincrética de sus supuestos básicos subyacentes, y los asimismo

---

<sup>7</sup> A França só reconheceu a independência do Haiti mediante uma indenização. Em 1814 a França exigiu do Haiti uma indenização de 150 milhões de francos-ouro, que em 1838 rebaixou a 90 milhões. Foi só quando o Haiti aceitou a exigência que a França passou a reconhecê-lo como nação independente, recebendo as quotas da indenização que o Haiti terminou de pagar em 1883.



extraordinarios desafíos que la revolución tuvo que enfrentar en el contexto de un segmento del sistema-mundo en el cual la esclavitud era regla, y donde la expansión colonialista estaba comenzando a extenderse hacia Asia y África, y el racismo “taxonómico” empezaba a mutar hacia un aún más frontal racismo de base biológica y “científica”.

O governo de Dessalines<sup>8</sup> durou pouco. Em 1806 foi morto por um golpe de seus próprios generais. As divisões internas e disputas por poder marcaram as relações entre os escravos e revolucionários desde seu início. Henri Christophe assumiu como presidente e Alexandre Pétion como presidente do senado, mas disputas entre os dois logo levaram a uma guerra civil. Christophe se declarou imperador do Haiti, mas controlava apenas o norte, enquanto Pétion governava o sul do país. Assim foi até que em 1818 morre Pétion e assume outro veterano da revolução, Jean-Pierre Boyer. Boyer reunifica o país depois da morte de Christophe em 1820. Durante seu governo, o sistema de grandes plantações de açúcar sustentadas por trabalho semi-escravo, voltado para a exportação, foi substituído por uma vasta divisão de terras, que passaram a representar uma economia voltada para a subsistência.

Durante muitos anos o Haiti foi lugar de destino de negros libertos dos EUA. Tanto os opositores quanto os apoiadores da escravidão nos EUA simpatizavam com a ideia dos negros emigrarem para a África, principalmente depois da fundação da Libéria em 1817, ou para o Haiti. O Haiti era mais próximo e mais viável era a viagem para lá. A emigração no período da presidência de Boyer chegou a quatro mil negros norte-americanos e continuou a crescer até a criação em 1860 do *Haytian Bureau of Emigration in the United States*. Embalados por ideias como a de Abraham Lincoln, que acreditava que a melhor solução para os negros libertos no país era a deportação em massa a fim de equilibrar liberdade com harmonia social, o governo dos EUA criou um fundo em 1862 onde um quarto das vendas de propriedades no sul seriam depositados para financiar a emigração dos negros. O Haiti era o principal destino. (Fanning, 2015) O governo de Faustin Soulouque, de 1849 a 1859, foi marcado por um discurso de nacionalismo racalista forte. Depois de dois governantes mulatos, Pétion e Boyer, Soulouque se orgulhava de sua pele negra e fez mudanças importantes na configuração de poder dentro do Haiti com base na raça. Muito antes de Jean Price-Mars, Aimée Cesaire e Walter Rodney, Soulouque já pregava o orgulho negro e a independência intelectual dos haitianos. Foi, por exemplo, o primeiro presidente a assumir sua filiação ao vodou. Esse orgulho contrastava com os ataques que recebia da mídia internacional. Nenhuma outra figura

---

<sup>8</sup>Ao saber que Napoleão iria ser coroado imperador, Dessalines preparou sua própria cerimônia de coroação e passou a ser denominado Jacques I, imperador do Haiti.



pública no Haiti havia sido tão ridicularizada por jornalistas e caricaturistas. Nos jornais europeus e nas caricaturas de Cham e Honoré Daumier, por exemplo, Soulouque aparecia vestido de trajes ultrajantes e com aparência de símios africanos.(Childs, 2004)

O período pós-independência foi marcado por longos períodos de governo ditatoriais (Christophe, 14 anos, Boyer 25 anos, Soulouque 12 anos), golpes, guerras civis e muitos distúrbios econômicos que culminaram na invasão das forças norte-americanas em 1915.

Em março de 1915 assumiu a presidência do Haiti Jean Vilbrun Guillaume Sam, em um período de grande turbulência política. Quando inicia 1914 o Haiti já havia tido três diferentes presidentes. Sua ascendência ao poder se deu principalmente pela força de sua milícia privada, chamada *Cacos*.

Receoso de que um novo golpe o tirasse do poder, prendeu e fez de reféns cerca de duzentos membros das mais ricas e prestigiosas famílias do Haiti e deu ordem a seus guardas de que se algo acontecesse a ele, estes reféns deveriam ser executados. Não tardou quatro meses e Sam foi atacado em seu palácio presidencial, conseguindo fugir para a embaixada da França. Cientes da tentativa de golpe, os guardas esquartejaram os reféns na prisão, que ficaram irreconhecíveis depois da chacina. Uma multidão enfurecida invadiu a embaixada e encontraram Guillaume Sam escondido no banheiro da residência do embaixador. Arrastaram o presidente aos chutes e socos até a rua, onde foi morto por linchamento. Sob o pretexto da violação da embaixada da França, diplomatas estrangeiros alegaram a necessidade de intervenção externa diante de um Haiti ingovernável. Não demorou muito, tropas norte-americanas invadiram a capital e assumiram o controle do país. Depois de 111 anos de independência, o Haiti retornava a sua condição de colônia.

As milícias foram desarmadas, os *marines* norte-americanos tomaram todas as regiões do país e membros da elite política foram enviados ao exílio. Os EUA tinham o monopólio da violência, reforçados por uma lei marcial severa. O controle se estendia à alfândega e ao banco nacional, tudo era administrado segundo as ordens da Casa Branca. O presidente continuava sendo um haitiano, mas os EUA designavam os dirigentes dos cinco principais setores do governo: forças armadas, alfândega, finanças, saúde pública e infraestrutura. Ainda que o congresso tenha sido mantido, o pagamento dos salários era adiado caso resistissem às decisões norte-americanas.

Em 1916, a Lei de Corvée de 1863 foi ressuscitada e previa que todos deveriam ajudar na construção de estradas, com trabalho ou com pagamento. Como a maioria da população era



pobre, foram obrigados a servir nas frentes de trabalho duro nas estradas. Muitos eram obrigados violentamente pelos soldados norte-americanos, que não tinham temor em mantê-los amarrados enquanto trabalhavam. A memória do tempo de escravidão ajudava a criar maior tensão no país. Os anos de domínio dos EUA foram marcados por ações violentas, racismo e abuso de poder. Logo se iniciou uma guerra de guerrilha, liderada no lado haitiano por Charles Péralte.

Várias acusações de abuso das forças norte-americanas eram publicadas nos jornais nacionais e repercutiam internacionalmente. Alguns oficiais foram retirados do Haiti sob provas de escravizar e executar moradores e prisioneiros. (Dalleo, 2016). Em 1920, a milícia liderada por Péralte foi brutalmente dizimada, acabando com a resistência mais organizada à invasão norte-americana. Soldados norte-americanos foram autorizados a destruir templos vodus, criando ainda mais tensão no país. O governo dos EUA pregava democracia para o Haiti enquanto praticava ocupação e racismo, numa incoerente combinação. Depois de árduas negociações, os EUA retiraram suas tropas em agosto de 1934, deixando um rastro de ressentimento e xenofobismo.

Em 1937, mais um massacre de fundo racial marcou a história do Haiti. Mais de quinze mil haitianos que trabalhavam na vizinha República Dominicana foram brutalmente assassinados por ordem do ditador Rafael Trujillo. A ordem era matar qualquer negro na região, gerando a morte de muitos dominicanos de descendência haitiana. O presidente haitiano, Stênio Vincent, mulato, pouco se manifestou neste incidente tão trágico. Depois de negociar uma insuficiente indenização por parte do governo dominicano, deu por encerrada a questão<sup>9</sup>.

Depois de mais um período de turbulência política, em 1957, o Haiti foi às urnas para eleger seu próximo presidente. Um dos dois principais candidatos era um mulato chamado Louis Déjoie que não escondia seu racismo, chegando a afirmar que, se eleito, destruiria o

---

<sup>9</sup>Em outubro de 1937, Rafael Trujillo ordenou o massacre de cerca de 15.000 haitianos que viviam na República Dominicana, pelo simples motivo de serem haitianos<sup>3</sup>. O ataque veio como uma surpresa completa para estes haitianos, bem como para muitos dominicanos, e atingiu mulheres, homens e crianças indiscriminadamente. Nenhum evento prévio os havia advertido do que estava prestes a acontecer. Trujillo ordenou que seus soldados usassem facões em vez de armas, uma brutalidade expressa pelo nome que se deu em espanhol, *El Corte*. Aqueles que sobreviveram viveram com lesões permanentes, cicatrizes e deficiências, bem como o trauma psicológico de ter sobrevivido a um genocídio. O massacre era parte do programa de Trujillo de dominicanização da fronteira, onde se concentravam muitos haitianos e dominicanos descendentes de haitianos, permitindo uma maior mestiçagem racial, cultural e religiosa. Cabe lembrar que o massacre ocorre em um momento em que a Europa vivia a ideologia da purificação racial por meio do fascismo na Espanha e a ascensão de Hitler na Alemanha.



exército e enviaria todos os negros de volta para o lugar onde pertenciam, os campos. O outro, François Duvalier, era um médico negro que havia passado anos cuidando de doenças tropicais no interior do país. Duvalier vence as eleições com uma boa vantagem, garantida pelo voto da população negra do interior.

Duvalier foi profundamente influenciado pelo movimento *noiriste*<sup>10</sup> iniciado por Jean Price-Mars, que evocava o orgulho de ser negro e das origens africanas na população haitiana, reforçado pelas lembranças da ocupação norte-americana. A exaltação de um nacionalismo negro e o anti-americanismo fizeram parte da sua retórica durante todo seu governo. Seu trabalho como médico lhe rendeu o apelido de Papa Doc. O que ninguém imaginou era como seria seu governo, marcado por prisões, execuções em massa e estupros coletivos. Uma das ditaduras mais violentas da América Latina. Nada antes seria comparável ao período de terror iniciado por este tímido e discreto médico haitiano. Qualquer opositor era morto brutalmente, juntamente com suas esposas e maridos, filhos, pais, avós e amigos. Papa Doc perseguiu profissionais com bom nível de educação, estudantes e outros membros da elite do país, temendo a propagação de ideais democráticos. Essa camada mais educada da população emigrou em massa, deixando o país sem médicos ou cirurgiões<sup>11</sup>. Em 1969, ele fechou o Office National d'Alphabétisation et d'Action Communautaire, órgão responsável por programas de alfabetização no país, preferindo governar uma população pobre e analfabeta para evitar uma oposição qualificada. O que fez Papa Doc se transformar de um benevolente médico do interior a um dos mais violentos tiranos do século XX é um mistério. Para executar seus desígnios, ele tinha um contingente de leais soldados chamados de *Tontons Macoutes*, recrutados da camada mais baixa de negros do Haiti e formada tanto de homens como de mulheres.

Após sua morte, como previsto, assumiu seu filho de dezoito anos de idade. Bébé (Baby) doc, como era chamado, não parecia capaz de continuar o reinado de terror do pai. No entanto, Jean-Claude Duvalier manteve a mesma estrutura repressiva do pai, os Tontons

---

<sup>10</sup>O *noirisme* deve ser entendida como uma ideologia radical, psicológica, cultural, etnológica e politicamente, que defendeu a supremacia negra na política haitiana. Enquanto alguns consideram o *noirisme* uma forma de Négritude do Haiti, Michael Dash (2011) avalia que a maioria dos escritores da Négritude (Aimé Césaire, Leopold Sedar Senghor etc) se distanciaram do *noirisme* quando perceberam a extensão do seu radicalismo.

<sup>11</sup>Segundo Cédric Audebert, “a autoproclamação de “Presidente vitalício” de François Duvalier em 1964 assustou os intelectuais e a classe média negra (médicos, advogados, professores) que não demoraram para ir ao exílio. Entre 1957 – o ano de ascensão de Duvalier ao poder – e 1963, 6.800 haitianos foram para os Estados Unidos com visto de imigrantes e outros 27.300 com visto temporário. Entre o ano da autoproclamação em 1964 até o ano da sua morte em 1971, os serviços de imigração estadunidense registraram 40.100 imigrantes e 100.000 não-imigrantes oriundos do Haiti (Audebert, 2012, p. 26-27).



Macoutes e as câmaras de tortura, porém, com uma aparência externa mais agradável aos olhos estrangeiros. Dessa forma, a ajuda internacional aumentou exponencialmente (a ajuda dos EUA passou de 3.8 milhões a 35.5 milhões). Na década de setenta, o orçamento do país era formado por 70 por cento de ajuda internacional e o desvio de dinheiro para cofres particulares e a corrupção eram imensos. Segundo Girard (2010, p. 106), Baby Doc descobriu que a pobreza era sua principal fonte de riqueza e, dessa forma, deixava crianças passarem fome para aumentar a ajuda internacional. Foi neste momento que a chegada das ONGs estrangeiras foi impulsionada a números extraordinários, gerando uma dependência ainda maior em relação à comunidade internacional. Receosos da corrupção do governo haitiano, a ajuda externa chegava através das ONGs que, muitas vezes, estabeleciam uma relação duvidosa com o Estado. Em 1984, a Haitian American Voluntary Association estimava que cerca de 300 ONGs trabalhavam no país, dez anos mais tarde esse número sobe para cerca de 800 e, em 2010, no momento do terremoto, esse número era estimado em dez mil organizações. (Pierre-Louis, 2011, p.190)

Trabalhadores de lavouras de cana de açúcar haitianos eram enviados à República Dominicana pelo valor de \$50 dólares a pessoa, mais do que o pagamento pelos mortos no massacre de 1937. Esse lucrativo comércio de trabalhadores, colocava centenas de haitianos em condições muito semelhantes à escravidão colonial. O turismo na capital atraía estrangeiros do mundo todo, ansiosos pelas promessas de satisfazer qualquer fantasia sexual com crianças famintas que aceitavam qualquer coisa em troca de poucos *gourdes*. O êxodo do campo para a cidade fez nascer grandes favelas na capital, como La Saline e Cité Soleil e aumentar o número de desabrigados nas ruas. Todo esse cenário gerou um forte movimento migratório cujos destinos principais eram Miami, Nova York, Montreal e Paris. Diferente da emigração causada pelo período de repressão durante o governo de Papa Doc, em que a maioria era formada de pessoas de classe média e classe alta, agora era formada por um contingente de pessoas fugindo da extrema pobreza iniciando a maior diáspora haitiana até então.

Com Baby Doc começou o fluxo das chamadas *boat people* que cruzavam o mar do caribe em embarcações pouco melhores que jangadas. O fenômeno do *boat people* teve seu auge de 1977 a 1981 quando 50.000 a 70.000 haitianos chegaram vivos às costas da Flórida, tendo morrido muitos nesse mesmo período em alto mar. (Handerson, 2015). As embarcações eram frágeis e superlotadas, sendo muitas vezes incapazes tecnicamente de chegar à costa



norte-americana. As que conseguiam eram interceptadas ou mesmo afundadas pela intervenção da guarda costeira.

Em setembro de 1981, diante do imenso fluxo de haitianos chegando à costa dos EUA, Baby Doc assina um acordo com a administração Reagan permitindo que a guarda costeira norte-americana patrulhasse o litoral do Haiti para interceptar a saída dos potenciais refugiados. A onda de refugiados arrefeceu para recomeçar somente durante a crise econômica e política dos anos noventa. O enorme impacto e propagação da AIDS no Haiti, no final dos anos 70, contribuiu para maior rejeição aos migrantes vindos do Haiti para qualquer destinação. Já tinham o estereótipo de famintos, adoradores do diabo e agora aidéticos perigosos em uma época de muito medo e desinformação.

Depois de várias crises econômicas e políticas, pressionado pelas forças internacionais, em 1986, quinze anos depois de assumir o governo, Baby Doc foge do país em um avião providenciado pelos EUA junto com sua família e todo o luxo que conseguiram carregar, deixando para trás um país extremamente espoliado por anos de duvalierismo. Só retorna ao país em 2011, onde morreu três anos depois. Quando ele deixou o governo em 1986, o número de refugiados haitianos chegava a um milhão. O que se seguiu foi uma série de governos curtos<sup>12</sup> e instáveis, não promovendo qualquer alteração substancial na vida da população.

### **A emergência de Jean-Bertrand Aristide**

Em 1988 ganha destaque um jovem padre chamado Jean Bertrand Aristide que pregava na periferia pobre de Porto Príncipe. Um homem negro de origem rural chamava a atenção pela coragem política e pela oratória. Pregava regularmente na rádio local contra o duvalierismo, especialmente durante o governo de Baby doc. Durante uma missa em 11 de setembro de 1988, com a igreja repleta com cerca de oitocentos membros, Aristide foi interrompido em seu sermão por homens armados com armas e facões que massacraram os fiéis sem piedade, deixando um cenário de mortos e mutilados. Treze morreram e muitos ficaram feridos. Após o ataque, incendiaram a igreja e fugiram. De alguma forma, Aristide sobreviveu e a ferocidade da caçada dos *Macoutes* demonstrou o quanto seus sermões estavam incomodando. Este horrível evento marcou a ascensão política de Aristide, um padre

---

<sup>12</sup> Conselho Nacional de Governo (de 7/2/1986 a 7/2/1988), Leslie Manigat (7/2/1988 a 20/6/1988), Henri Namphy (21/6/1988 a 17/9/1988), Prosper Avril (17/9/1988 a 10/3/1990), Hérard Abraham (10 a 13/3/1990), Ertha Pascal Trouillot (13/3/1990 a 7/2/1991).



salesiano que havia estudado no exterior, especialmente em Israel, Grécia e Canadá, com mestrado em psicologia e doutorado em teologia. Em 1990, Aristide lança sua candidatura à presidência, competindo contra Roger Lafontant, antigo ministro do interior de Baby Doc.

Em dezembro de 1990 o Haiti viveu um evento pouco usual, uma eleição democrática quase pacífica. Longas filas de pessoas cheias de esperança garantiram a maioria dos votos de Aristide. No entanto, em setembro de 1991, após chegar de uma viagem presidencial à Nova Iorque, Aristide foi avisado de que um golpe de estado estava em andamento. Da bela praça em frente ao palácio presidencial, Aristide fez um duro discurso contra o golpe, ao lado do principal suspeito, o comandante das forças armadas Raoul Cédras, que lhe assegurou que nenhuma conspiração havia. No dia 29, Aristide foi capturado e enviado ao exílio em Caracas em um avião norte-americano pelo líder do golpe, Raoul Cédras. Nas semanas seguintes centenas de homens e mulheres foram mortos pela repressão política. Os mais pobres, principais apoiadores de Aristide, tornaram-se os mais perseguidos pelo brutal regime de Cédras. Corpos desfigurados e mutilados eram frequentemente jogados nas ruas como forma de intimidação a qualquer oposição. Essa combinação de pobreza e perseguição violenta, levou a maior onda de emigração do Haiti. Para cerca de trezentos mil haitianos a única opção era se arriscar nas frágeis embarcações que partiam para a Flórida.

Iniciou-se a partir deste momento a maior onda de migração haitiana, a maioria chamada de *boat people* para os EUA. Essa onda durou de 1991 a 1994, bloqueada pelas imensas dificuldades, especialmente as altas ondas e tempestades que regularmente afundavam pequenas embarcações repletas de futuros refugiados ou o policiamento frequente da Guarda Costeira Norte-Americana, que encaminhava os haitianos para Guantánamo. Apesar da evasão de milhares de haitianos, somente 54 foram legalizados como refugiados nos EUA em 1992, comparado com 3720 cubanos no mesmo ano. Segundo Wooding e Moseley-Williams (2009), mais de 100.000 haitianos deixaram o país em 1991, não só em direção aos EUA, mas também para as vizinhas Cuba e República Dominicana.

As mulheres foram especialmente atingidas, uma vez que constituíam uma base forte do governo Aristide. No relatório da Comissão nacional de verdade e justiça do Haiti, verificou-se a prática de centenas de estupros como forma de repressão, fora aqueles que não foram relatados pelo constrangimento social que passavam as mulheres. Muitos ocorreram por gangues de estupradores e na frente dos familiares. Sua execução era muitas vezes



seguida do aviso de que era o preço por apoiar Aristide. Há relatos de crianças de até um ano de idade entre as vítimas.

Sob o acordo de repatriação do período Reagan-Duvalier, 23 mil haitianos em balsas e embarcações foram interceptados de 1981 a 1991. Desses, apenas 28 foram recebidos nos EUA. Ainda assim, o Governo Bush tomou providências para endurecer a política de repatriação. Ao invés de repatriá-los, o que causava um alvoroço jurídico no país, enviava-os para Guantánamo em condições muito precárias. Logo a base estava repleta com nove mil haitianos. Em maio de 1992, uma nova decisão alegava que os desejosos de ir para os EUA deveriam pleitear a condição de perseguidos políticos ainda no Haiti, sob os olhares daqueles de quem queriam fugir. Caso não o fizessem antecipadamente seriam imediatamente repatriados sem direito a ter seu pleito analisado na justiça norteamericana.

Nos EUA a comunidade haitiana já somava milhões, principalmente vindos do período Duvalier. Outro milhão havia emigrado para República Dominicana, Canadá, França, Cuba, Venezuela e Bahamas. Os haitianos de classe média e alta, educados, que fugiram de Papa Doc, configuravam um perfil diferente de haitianos, não muito receptivos aos novos chegados. Além da falta de receptividade de seus compatriotas, havia uma enorme desconfiança local que gerava dificuldades para alugar apartamentos, muito devido aos rumores de que haitianos, adoradores do diabo, tocavam seus tambores aos deuses vodus por toda a noite.

Em 1993, o governo Clinton teve um papel proeminente no Conselho de Segurança da ONU para a decisão de enviar observadores ao Haiti e para cessar a ajuda da Organização. Cédras, que parecia não se importar com os impactos dos embargos sobre a maioria da população, sentiu-se atingido pelo fim da ajuda humanitária da ONU. Em duas semanas se propôs a ir a Nova Iorque negociar com o governo deposto. Do acordo resultou a previsão de volta de Aristide à presidência em outubro do mesmo ano e anistia para os crimes de Cédras, em troca também da retomada da ajuda externa. Tão logo a ajuda internacional reiniciou, recomeçaram também os ataques violentos do regime. Os aliados de Aristide que sobraram foram rapidamente mortos, a despeito dos observadores da ONU. Era um recado claro de que não havia disposição em cumprir o acordo. Em lugar dos terríveis Macoutes da era duvalier, surgiu a FRAPH, *Front Révolutionnaire Armé pour le Progrés d'Haiti*. Sua principal meta era sequestrar, torturar e matar aliados de Aristide.



A despeito do cenário pouco auspicioso, o navio norte-americano Harlan County foi enviado com tropas para operacionalizar a transição e a chegada de Aristide. A recepção das tropas americanas foi bastante hostil, impedindo seu desembarque com ameaças de conflito. Depois de muitos debates na Casa Branca, o navio retornou sem enfrentar Cédras e seus aliados armados ostensivamente com facões e armas de fogo. O desenrolar político da debandada norte-americana fez com que novamente se preparassem para uma invasão ao Haiti.

Em 1994, havia um forte movimento em prol da invasão norte-americana, apoiada secretamente por Aristide e seus aliados. Paralelamente, o número de emigrantes aumentava. Para ganhar maior legitimidade, Clinton pede apoio às Nações Unidas para uma intervenção no Haiti. Em julho de 1994, a Resolução 940 do Conselho de Segurança autorizava o uso da força para restaurar Aristide no poder. A diáspora haitiana, especialmente nos EUA teve um papel importante no retorno do Aristide para Haiti, os haitianos residentes nos EUA pressionavam o Governo americano para intervir nos assuntos políticos do Haiti e levar o Aristide de volta ao Governo haitiano. O acordo para ajuda financeira especificava que o recurso seria administrado por ONGs ao invés do governo haitiano para evitar desvio de recursos, aumentando o fluxo de organismos internacionais para a região. Em setembro uma imensa força norte-americana de vinte mil homens chegou ao Haiti preparada para a guerra. No entanto, uma tentativa de negociação de última hora entre Jimmy Carter, Colin Powell e Sam Nunn com a junta que governava o Haiti sob a liderança de Cédras evitou o embate. Retiraram-se as tropas de guerra e retornaram as forças de paz, sob o codinome de Operação Restauração da Democracia.

Cédras partiu para o exílio no Panamá e Aristide reassumiu em outubro de 1994, um país ainda mais castigado pela violência, pela pobreza e pela emigração em massa. Antes do fim de 1995, Aristide já havia enfrentado duas tentativas de golpe para tirá-lo do poder e dependia fortemente do apoio externo para reconstruir o país. Apesar de todas as dificuldades, Aristide chegou ao fim do mandato com uma nova eleição que levou à presidência René Préval, ministro de Aristide e seu principal aliado. Durante o governo de Préval houve um rompimento político entre os dois antigos aliados, levando a uma divisão interna no partido Lavalas. Toda essa crise política também teve impactos econômicos. Em 2001, em uma polêmica eleição Aristide volta ao poder.



No terceiro mandato de Aristide duas coisas chamam a atenção: seu pedido para o envio de novas forças da ONU, a despeito de seu discurso de extremo nacionalismo, e a presença de figuras importantes do Duvalierismo em seu círculo político mais próximo. Esse novo governo ficou muito aquém do prometido em seus discursos, elevando o Haiti ao primeiro lugar entre os países considerados mais corruptos do mundo, no ranking da Transparência Internacional, além de seu histórico título de mais pobre do hemisfério ocidental. Outro ranking chama a atenção, o topo da lista dos países envolvidos com o narcotráfico, já que era uma rota necessária para os carregamentos indo da América do Sul para a Flórida. O envolvimento com o mercado de drogas mundial era sentido em toda a sociedade, inclusive entre os políticos do alto escalão de Aristide<sup>13</sup>. Uma nova milícia violenta ligada ao governo surgiu nos moldes dos antigos *Macoutes* ou FRAPH – a *Chimèra* – responsável por dezenas de assassinatos políticos.

A oposição política crescia assim como diminuía o apoio internacional. Em 2004, uma nova ameaça de golpe parecia verossímil. Os rebeldes, encabeçados pela *Frente de Revolução Nacional para libertação do Haiti*, estavam avançando rapidamente. Sem o suporte dos EUA ou da França para enfrentar esta nova ameaça, Aristide deixa o Haiti e parte para o exílio mais uma vez em 29 de fevereiro de 2004. O país mergulhou em mais uma crise política, sem uma liderança clara na presidência, e deixado na mão de “chefs de guerre” locais. No ano de comemoração do bicentenário da independência, o Haiti enfrentava uma grave crise de governabilidade.

Para agravar a crise sócio-econômica que se instaurara, no mesmo ano, o furacão Jeanne que atingiu a costa norte do país deixou cerca de três mil haitianos mortos, mil desaparecidos e trezentos mil desabrigados. Gonaives ficou destruída. O mesmo furacão havia deixado nove mortos nas Bahamas, sete na República Dominicana e dois em Porto Rico, mas no Haiti, as condições geográficas locais agravaram o impacto e as condições políticas fizeram com que o socorro fosse débil. O primeiro caminhão com suprimentos de comida e medicamentos foi enviado pelo World Food Program, antes mesmo de qualquer socorro vindo do governo haitiano. Infelizmente sua carga foi saqueada e vendida a preços inacessíveis às vítimas.

---

<sup>13</sup> Aristide foi acusado de forte envolvimento com o narcotráfico internacional, que gerou uma grande parte de sua fortuna pessoal.



Após vários problemas, sob os auspícios da MINUSTAH<sup>14</sup>, ocorreram eleições em fevereiro de 2006. Depois de dois anos sem presidente, o Haiti elegeu em uma polêmica eleição, René Prével novamente. Durante seu governo, o Haiti enfrentou um de seus maiores desafios, o terremoto. O ano de 2010 tem sido considerado o mais terrível da história haitiana, que se inicia com o terremoto de 7.0 de 12 de janeiro que destruiu a região metropolitana de Porto Príncipe, matando 316 mil pessoas e deixando um milhão e meio de desabrigados. No mesmo ano, começa o maior surto de cólera provocado pela contaminação com soldados nepaleses, matando oito mil pessoas e infectando mais de oitocentos mil. A partir dessa série de eventos trágicos, 350 mil haitianos deixam o país.

De acordo com o geógrafo, político e novelista haitiano Georges Anglade, os haitianos na diáspora constituem o *Dixième Département*, como uma província do país formada pela massa de migrantes que mantém seu vínculo afetivo, cultural e econômico com sua terra natal. Este panorama histórico nos revela que grande parte desses migrantes foram "expulsos" pelas circunstâncias adversas no país.

Há a prevalência de cinco ondas principais de emigração, ainda que este movimento para fora sempre esteve presente desde o período colonial, com a ida de filhos da classe média e alta para as escolas e universidades no exterior. Este movimento migratório cresce no período da ocupação norte-americana de 1915 a 1943, que provoca a mobilidade de trabalhadores para as indústrias americanas de cana-de-açúcar, especialmente para Cuba e para a República Dominicana. Este movimento de trabalhadores, muitos deles sazonais, ocasionou a ida de cerca de quarenta mil haitianos por ano para os campos de cana-de-açúcar nos países vizinhos. A forte presença de haitianos trabalhando nas regiões rurais da República Dominicana foi ofuscada pelo massacre de 1937, ocorrido na fronteira do país.

Mas a escala e dimensão do processo migratório começou a subir de nível a partir do governo de Papa Doc. A repressão promovida pelos *Tontons Macoutes* a serviço do governo, voltada principalmente para uma classe mais educada de profissionais liberais, médicos, advogados, professores, especialmente mulatos, gerou uma onda migratória com um perfil bastante definido. A fuga de pessoas com este perfil já havia sido sentida quando os religiosos estrangeiros que cuidavam do sistema educacional do Haiti deixaram o país no período da Revolução Haitiana, gerando a primeira "fuga de cérebros". A falta de apoio estrangeiro e o

---

<sup>14</sup> Em 1995 o Haiti aboliu as Forças Armadas e sua segurança ficou a cargo de uma Polícia Nacional. De 1993 a 2013 sete missões de intervenção militar, policial e civil patrocinadas pela ONU foram enviadas ao país.



xenofobismo interno fez com que a expertise em algumas áreas demorasse a surgir após a independência do país em 1804. Mas, o verdadeiro vácuo de profissionais capacitados foi sentida no primeiro governo Duvalier.

Uma segunda onda está identificada com uma exacerbação da pobreza e das fragilidades econômicas sentidas durante o governo de Baby Doc, de 1977 a 1981. Esse perfil de migrantes é muito diferente da primeira onda, já que é representado pela camada mais pobre da população fugindo da falta de oportunidade local. Começam a surgir os balseiros ou "boat people", que tentam alcançar a costa dos EUA.

A crise humanitária gerada pela precariedade dos "boat people" vai arrefecer nos anos oitenta para ressurgir com maior força nos anos noventa. Com a absoluta crueldade do governo de Raoul Cédras, que identifica (corretamente) os apoiadores de seu oponente, o presidente deposto Jean Bertrand Aristide, entre a população mais pobre, principalmente entre os negros habitantes das favelas, reinicia a fuga de haitianos, principalmente por meio das frágeis embarcações disponíveis. As medidas restritivas impostas pelo governo norte-americano à entrada de migrantes haitianos e o retorno de Aristide fazem reduzir este fluxo na segunda metade da década de noventa.

Por fim, a onda migratória chega a seu ápice depois do terremoto de janeiro de 2010, ocasionando uma das maiores crises vividas pelo já sofrido país. Para muitos, não havia outra opção senão emigrar. O Brasil entra no cenário como um dos países de destino mais procurados e tem que lidar com uma nova realidade internacional e local.

<b>PRINCIPAIS ONDAS EMIGRATÓRIAS</b>		
<b>PERÍODO</b>	<b>PERFIL</b>	<b>Principais Destinos</b>
1915 a 1943 – Ocupação dos EUA	Trabalhadores para as lavouras de cana-de-açúcar de propriedade dos EUA	Cuba e República Dominicana
1957 a 1971 - Ditadura de Papa Doc	Classe média educada e profissionais, a maioria mulatos, em fuga da repressão.	EUA, Canadá, Bahamas, França e alguns países africanos de língua francesa.
1977 a 1981 - Ditadura de	Classe pobre em fuga das condições econômicas	EUA e França



Baby Doc	adversas. Início do fenômeno dos boat people.	
1991 a 1994 - Ditadura de Raoul Cédras	Classe mais pobre, maioria negros, fugindo da repressão política	EUA e República Dominicana.
Terremoto de 2010	Perfil diverso, fugindo das condições adversas exacerbadas pelo terremoto e seus desdobramentos.	EUA, Brasil e Guiana Francesa

### Breves Considerações Finais

Muito fatores afetam o desenrolar sócio-histórico de um país. Em tempos de globalização, de lutas engendradas numa cruel geopolítica que mantém países em situação hegemônica e outros em reiterada subordinação, não há como isolar fatores internos de fatores regionais e globais. Principalmente quando tratamos do Caribe, considerado fronteira imperial de várias potências, os usos e abusos da política internacional é evidente.

Apesar de consciente disso, este artigo não se centrou nesta articulação global de forças internas e externas. Procurou trazer à tona os diversos momentos históricos que marcaram esse tão importante país para lançar luz na temática da emigração a partir de um aspecto limitado, mas importante: a política interna.

Desde que foi considerado a “pérola” entre as colônias até o rótulo de país mais pobre da América Latina, o Haiti é objeto de profundo desconhecimento, mitificação e interpretações equivocadas. No Brasil, especialmente, o país começa a ganhar interesse a partir da chegada de grande quantidade de migrantes, especialmente a partir da segunda década do Século XXI. Ainda assim, uma bruma de desconhecimento paira sobre a rica história do Haiti. Este artigo é um convite a que se valorize esse país como exemplo de luta de um povo contra a dominação e a favor da valorização de sua cultura e história.

### Bibliografia

ABBOT, Elizabeth. Haiti: A Shattered Nation. Duckworth Overlook, 2011.



HANDERSON, Joseph. *Diáspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa.* Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

HURBON, Laennec. *O Deus da resistência negra: o vodu haitiano.* Edições Paulinas, 1972.

ANGLADE, Georges. *L'espace haïtien.* Les Presses de l'Université du Québec, 1975.

CHILDS, Elizabeth. *Daumier and Exoticism: Satirizing the French and the Foreign.* Peter Lang Publishing, 2004.

DALLEO, Raphael. *American imperialism's undead: the Occupation of Haiti and the rise of caribbean anticolonialism.* University of Virginia Press, 2016

DUBOIS, Laurent e GARRIGUS, John, *Slave Revolution in the Caribbean, 1789-1804: a brief history with documents,* New York: Bedford/St Martin, 2006.

DUBOIS, Laurent. *Avengers of the New World: the Story of the Haitian Revolution,* Cambridge, Harvard University Press, 2004.

DUBOIS, Laurent. *Haiti: The Aftershocks of History.* Metropolitan Books, 2012.

FANNING, Sara. *Caribbean Crossing: African Americans and the Haitian Emigration Movement.* New York University Press, 2015)

GIRARD, Philippe. *Haiti: The Tumultuous History - From Pearl of the Caribbean to Broken Nation.* St. Martin's Press, 2010.

GROS, Jean-Germain. *Anatomy of a Haitian Tragedy: When the Fury of Nature Meets the Debility of the State.* Journal of Black Studies, Vol. 42, No. 2, 2011

GRÜNER, Eduardo: *Haití: “Una (olvidada) revolución filosófica”* en Revista SOCIEDAD N° 28, Prometeo, Buenos Aires, 2009.

ICART, Jean-Claude. *La migration haitienne dans le monde. Entre gens de bateau, apatrides et migrants environnementaux.* Revue Haitiano-Caraibéenne, volume 6, n.1, Mai 2017.

JAMES, C.L.R. *The Black Jacobins: Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution.* Vintage Books, 1989.

MIDY, Franklin. *Transition démocratique em Haiti! Mais démocratie dans quel État?.* Revue Haitiano-Caraibéenne, volume 6, n.1, Mai 2017.

PIERRE-LOUIS, François. *Earthquakes, Nongovernmental Organizations, and Governance in Haiti.* Journal of Black Studies, Vol. 42, No. 2, 2011

REINHARDT, Thomas. *200 Years of Forgetting: Hushing up the Haitian Revolution.* Journal of Black Studies, Vol. 35, No. 4 (Mar., 2005), pp. 246-261

SEITENFUS, Ricardo. *Haiti: dilemas e fracassos internacionais.* UniJui, 2014.



TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press, 1995.

WOODING, Bridget, MOSELEY, Richard. *Necessaires, mas indésirables: les immigrants haitiens et leurs descendants en République Dominicaine*. Port au Prince: Editions de l'University d'Etat, 2009.

### **Haiti: Aspectos Socio-Históricos Internos e Emigração**

#### **Resumo**

O Haiti, um Estado fundado constitucionalmente na igualdade entre negros e brancos, vive no cotidiano uma cruel divisão racial entre negros e mulatos, uma complexa relação com os estrangeiros e, apesar da imensa riqueza geográfica e cultural, fraqueza e corrupção institucional paralisam seu desenvolvimento. Este texto se propõe a uma breve análise sócio-histórica, explanada de forma cronológica e linear para facilitar o encadeamento dos eventos, a fim de dar subsídios para a compreensão de alguns desses paradoxos e dos motivos do grande número de haitianos que emigram deste país.

**Palavra-Chaves:** Haiti. Migração. Revolução Haitiana

### **Haiti: Internal Socio-Historical Aspects and Emigration**

#### **Abstract**

Haiti, a state constitutionally founded in equality between blacks and whites, lives in daily life a cruel racial division between blacks and mulattoes, a complex relationship with foreigners, and despite immense geographic and cultural wealth, the institutional weakness and corruption paralyze its development. This text proposes a brief socio-historical analysis, chronologically and linearly explained to facilitate the chain of events, in order to provide support for the understanding of some of these paradoxes and the reasons for the large number of Haitians emigrating from this country.

**Keyword:** Haiti. Migration. Haitian Revolution

### **Haití: Aspectos Socio-Históricos Internos y Emigración**

#### **Resumen**

Haití, un Estado fundado constitucionalmente en la igualdad entre negros y blancos, vive en el cotidiano una cruel división racial entre negros y mulatos, una compleja relación con los extranjeros y, a pesar de la inmensa riqueza geográfica y cultural, debilidad y corrupción institucional paralizan su desarrollo. Este texto se propone a un breve análisis socio-histórico, explicado de forma cronológica y lineal para facilitar el encadenamiento de los acontecimientos, a fin de dar subsidios para la comprensión de algunas de esas paradojas y de los motivos del gran número de haitianos que emigran de este país.

**Palabras-clave:** Haití. Migración. Revolución haitiana



DOI: 10.21057/10.21057/repamv13n3.2019.22257

## Políticas de Nanotecnologia em Argentina, Brasil e México: emulação e adaptação

Recebido: 15-06-2019

Aprovado: 25-11-2019

Noela Invernizzi,  
Guillermo Foladori,  
Tomás J. Carrozza,  
Edgar Záyago-Lau,  
Josemari Poerschke de Quevedo<sup>1</sup>

### Introdução

A nanotecnologia é um campo tecnocientífico emergente, frequentemente apresentado como a base de uma nova revolução industrial (Roco, 2003), que explora as propriedades

---

<sup>1</sup> **Noela Invernizzi.** Uruguaia. Doutora em Política Científica e Tecnológica (Unicamp). Professora Associada do Setor de Educação e do PPG em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná. Publicou, entre outros: "The Rise (and Fall?) of Nanotechnology Policy in Brazil"; "Nanotechnology for social needs: contributions from Latin American research in the areas of health, energy and water." e "Nanotechnology between the lab and the shop floor: what are the effects on labor?". [noela.invernizzi@gmail.com](mailto:noela.invernizzi@gmail.com)

**Guillermo Foladori.** Uruguaio, Doutor em Economía (UNAM, México) e Professor Titular da Unidad de Estudios del Desarrollo, Universidad Autónoma de Zacatecas, México. Coeditou varios livros sobre nanotecnologias: *Cadenas de producción de las nanotecnologías en América Latina* (Bogotá, 2018), *Harnessing Nanotechnology for Sustainable Development in Africa* (Nairobi, 2017), *Investigación y Mercado de Nanotecnologías en América Latina* (México, 2016). É autor de dezenas de artigos. [gfoladori@gmail.com](mailto:gfoladori@gmail.com)

**Tomás Javier Carrozza.** Argentino. Doutorando em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Nacional de Quilmes. Master em Agroecología pela Universidade Nacional de Mar del Plata, Argentina. Pesquisador da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Nacional de Mar del Plata, Argentina. Autor de artigos e capítulos de livros sobre nanotecnologias e desenvolvimento sustentável, empresas de nanotecnologia na Argentina e políticas comparativas de nanotecnologia. [tomascarrozza@gmail.com](mailto:tomascarrozza@gmail.com)

**Edgar Záyago-Lau.** Mexicano. Doutor em Estudos do Desenvolvimento pela Universidad Autónoma de Zacatecas (UAZ), México e atualmente professor do mesmo programa onde se desempenha como Secretário Acadêmico do Doutorado em Estudos de Desenvolvimento. Co-compiler de vários livros sobre nanotecnologia, entre eles: *Cadenas de producción de las nanotecnologías en América Latina* (Bogotá 2018), *Investigación y Mercado de Nanotecnologías en América Latina* (México 2016), autor de vários artigos sobre nanotecnologia e sociedade. [zayagolau@gmail.com](mailto:zayagolau@gmail.com)

**Josemari P. de Quevedo.** Brasileira, Doutora em Políticas Públicas (Universidade Federal do Paraná, com estágio na Universidade de Coimbra); Jornalista e Mestre em Comunicação e Informação (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Integrante dos Grupos de Pesquisa Tecnologias Emergentes e Sociedade e Comunicação Eleitoral. Coautora do capítulo "The Rise (and Fall?) of Nanotechnology Policy in Brazil" e "Uma experiência de educomunicação inovadora: as histórias em quadrinhos sobre nanotecnologia" [josemari.quevedo@gmail.com](mailto:josemari.quevedo@gmail.com)



específicas que a matéria exhibe em escala atômica ou molecular, tipicamente abaixo dos 100 nanômetros, para elaborar novos materiais e dispositivos com aplicações em diversos setores económicos, a saúde e o ambiente (Royal Society e Royal Academy of Engineering, 2004). Trata-se de uma tecnologia com forte potencial disruptivo dos produtos e mercados existentes (Yonas e Picraux, 2000), e é considerada uma tecnologia de uso geral (*enabling technology*), passível de ser usada nos mais variados setores produtivos (Graham e Iacopetta, 2008).

Embora a pesquisa em nanotecnologia date da década de 1980, ocorre um salto qualitativo a partir de 2000, quando começa a ser sistematicamente estimulada por programas públicos. Em 2000, os Estados Unidos lançaram a *National Nanotechnology Initiative* e, na sequência, muitos países industrializados e em desenvolvimento desenharam políticas para estimular este campo emergente. Na América Latina, ao longo da primeira década do século, 13 países a incluíram como área estratégica em suas políticas de ciência, tecnologia e inovação (PCTI). Argentina, Brasil e México, os três maiores países da região, e também os que historicamente desenvolveram as maiores capacidades científicas, ocupam as posições de liderança no desenvolvimento desta tecnologia (Foladori, Figueroa e Invernizzi, 2012).

Neste artigo examinamos, de forma comparativa, o desenho e a implementação da política de nanotecnologia em Argentina, Brasil e México, no período compreendido entre 2000 e 2016. Situamos a análise no contexto do isomorfismo resultante da emulação de políticas públicas, e evidenciamos os processos de emulação, adaptação e edição desenvolvidos em cada contexto nacional.

As dimensões examinadas se baseiam parcialmente na pesquisa desenvolvida pela OECD em 2008, *Survey on Nanotechnology* (OECD Working Party on Nanotechnology, 2009), para permitir a comparação com as políticas desenhadas nos países mais industrializados.<sup>2</sup> Estas incluem: o desenho da política; os instrumentos e o financiamento utilizados para implementá-la; os atores envolvidos na governança da nanotecnologia; as questões éticas, legais e sociais (ELS) e os aspectos ambientais, de segurança e saúde (ASS).

A informação provém de revisão da literatura e da análise de documentos de política e relatórios das agências de promoção da ciência e tecnologia dos respectivos países.

O artigo se divide em cinco seções. Na primeira situamos a emergência das políticas de nanotecnologia no contexto da emulação de políticas públicas, em particular das PCTI. As quatro seções seguintes abordam as dimensões de análise da política de nanotecnologia em

---

<sup>2</sup> Uma nova edição deste *survey* foi levantada em 2016-2017. Os resultados publicados são ainda parciais.



cada país: o desenho das políticas (segunda seção); os instrumentos utilizados e o financiamento alocado (terceira seção); os atores envolvidos na governança (quarta seção), e o tratamento das dimensões éticas, legais e sociais e das implicações para o ambiente, saúde e segurança (quinta seção). Encerramos o artigo com breves conclusões.

### **A Emergência Global das Políticas de Nanotecnologia**

O isomorfismo nas políticas públicas é bastante comum. Submetidos a forças econômicas globais, e com um crescente intercâmbio de ideias resultante do desenvolvimento das comunicações, os países tendem a emular e transferir políticas. Nesse contexto, as organizações internacionais são atores relevantes que, às vezes advogam, e às vezes impõem políticas similares em países diversos (Dolowitz e Marsh, 2000).

Em cada país, instituições, políticos, funcionários públicos, grupos de pressão e a mídia são agentes que intervêm no processo de emulação de políticas (Newark, 2001). Há, ainda, a crescente influencia das Organizações Não Governamentais (ONGs), que procuram avançar suas reivindicações em torno a problemas globais pressionando os governos para adotarem determinadas políticas (Gordenker e Weiss, 1996).

Pode ser distinguido um leque de situações na difusão de políticas. Pode haver a cópia, mais ou menos intacta, ou uma emulação, que implica adoção com ajustes a diferentes circunstâncias. Pode ocorrer uma hibridação de elementos de políticas tomadas de diferentes lugares. Uma categoria mais laxa seria a inspiração, quando programas desenvolvidos em outro lugar são fonte de estímulo intelectual para criar um novo programa (Rose, 1991). Como assinalam Dolowitz e Marsh (2000), enquanto a emulação de políticas é bastante frequente na fase de formulação de agendas, a combinação de elementos de diferentes modelos de referência é mais recorrente nas fases de desenho e implementação de políticas.

Toda política emulada passa por uma adaptação às condições locais de implementação (Newark, 2001). A partir dos exemplos estrangeiros ocorrem operações de descontextualização e recontextualização mediante as quais os atores envolvidos na formulação das políticas as inscrevem num contexto local (Louvel e Hubert, 2016). Nesse sentido, Salhin e Wedlin (2008) utilizam os conceitos de tradução e edição para evidenciar que as ideias evoluem de forma diferente nos distintos contextos.



Nas PCTI, o isomorfismo tem sido um traço característico desde sua institucionalização, em meados do século XX, abarcando suas bases conceituais, a estrutura organizacional, os instrumentos de financiamento e as formas de avaliação (Velho, 2011). Lemola (2002) afirma que a convergência das PCTI tem sido a tendência esmagadora em todos os países da OECD. As organizações internacionais tem jogado um papel importante nesse processo difundindo objetivos, racionalidades e indicadores de avaliação (Finnemore, 1993; Godin, 2009).

Nos últimos anos, salienta Velho (2011), os problemas resultantes da imitação de PCTI começaram a ser mais examinados uma vez que, não obstante os desafios globais similares, os países possuem diversas competências e capacidades, resultantes de suas diferentes histórias e culturas. Elzinga e Jamison (1995) chamam a atenção para a distância entre as semelhanças na racionalidade das políticas e as diferenças em sua implementação entre países, nas ênfases colocadas, nos instrumentos usados e nas formas de gestão. Por sua vez, Dagnino e Thomas (1999) e Bagatolli (2013) atribuem a falta de resultados esperados das PCTI, especialmente quanto à inovação, à uma replicação das políticas de países desenvolvidos nos contextos muito diferentes da América Latina e do Brasil respectivamente.

O lançamento nos Estados Unidos da *National Nanotechnology Initiative* (NNI) pelo presidente Clinton, em 2000, (National Science and Technology Council, 2000) gerou uma onda de políticas similares não só nos países industrializados, como também em países em desenvolvimento com as mais variadas capacidades científicas. Japão, China e Coreia do Sul formularam políticas nacionais em 2001; Alemanha, Israel, e Taiwan em 2002; Reino Unido em 2003, e França em 2005 (Louvel e Hubert, 2016; Peixoto, 2013). A nanotecnologia foi designada como área prioritária no Sexto Programa Marco da Comissão Europeia, iniciado em 2002, influenciando a direção da pesquisa nesse continente e, mediante a cooperação internacional, em outros países (Pouris, Pouri e Buys, 2012). No final da década, era uma área de prioridade nacional em todos os países da OECD (Larédo, Delemarle e Kahane, 2010).

As nações em desenvolvimento se acoplaram rapidamente. De acordo com Maclurcan (2005), mais de 62 países, incluindo 25 industrializados, 18 “transicionais” e 19 em desenvolvimento tinham programas de nanotecnologia em meados da década de 2000. Na América Latina, ao longo dessa década, 13 países incluíram a nanotecnologia como área estratégica em suas PCTI (Foladori, Figueroa e Invernizzi, 2012). Nas seções seguintes nos debruçamos sobre os casos de Argentina, Brasil e México.



## As Políticas de Nanotecnologia em Argentina, Brasil e México

A caracterização da nanotecnologia como revolução tecnológica e trampolim para a próxima revolução industrial na NNI dos Estados Unidos (National Science and Technology Council, 2000, p. 19) a colocou no quadro da forte concorrência global. Na justificativa para o que se tornaria umas das políticas científicas melhor financiadas da história americana (Motoyama, Appelbaum e Parker, 2011), o documento sustenta que “o apoio federal à nanotecnologia é necessário para assegurar que os Estados Unidos tirem vantagens desta tecnologia estratégica e se mantenham competitivos no mercado global no futuro” (National Science and Technology Council, 2000, p. 21).

Pouco depois, a Comissão Europeia, no documento *Towards a European Strategy for Nanotechnology*, argumentava a necessidade de uma iniciativa europeia centralizada, com financiamento público, capaz de enfrentar os desafios intelectuais, científicos e técnicos envolvidos pelas nanociências e nanotecnologias e promover pesquisa de excelência para assegurar a competitividade europeia (European Commission, 2004, p. 11).

Neste quadro de revolução tecnológica, a emulação de políticas de nanotecnologia pelos países em desenvolvimento pode ser vista como resposta a um desafio global comum – as novas condições de competitividade– tal como sugere Velho (2011), o que se verifica nos objetivos das políticas dos três países analisados. Neles, a nanotecnologia foi incluída nas PCTI com o *status* de área estratégica na primeira metade da década de 2000, com o objetivo de aumentar a competitividade das indústrias nacionais no mercado mundial (Ministério de Ciência e Tecnologia, 2003; República Argentina, 2005; CONACYT, 2008).

Entretanto, a transferência integral de políticas não resulta um processo simples. Não obstante as três nações se propuseram criar programas específicos para nanotecnologia, à imagem da iniciativa norte-americana e seguindo o caminho da maioria dos países da OECD –dos 24 países da OECD que responderam o *survey* sobre políticas de nanotecnologia, 70% tinham formulado programas nacionais (OECD Working Party on Nanotechnology, 2009, p. 8)– apenas o Brasil conseguiu constituir um programa nacional centralizado. O plano não chegou a concretizar-se no México nem na Argentina, onde as ações se desenvolveram de forma mais dispersa.

Na Argentina, desde 2003, a Secretaria de Ciência e Tecnologia da Nação (que se tornaria Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva, MCTIP, em 2007)



estabeleceu a nanociência e a nanotecnologia como uma das temáticas prioritárias no Plano Estratégico de Ciência e Tecnologia 2005-2015 (García *et al.*, 2012).

Em 2004 foi organizada uma reunião para avaliar o estado da pesquisa nesse campo e identificar os desafios para seu desenvolvimento. Os presentes, pesquisadores e representantes das agências de C&T, propuseram formar uma rede nacional de pesquisa na área e recomendaram a criação de um Programa de Vacância, para promover capacidades de P&D e formação de recursos humanos, o que a Agência Nacional de Promoção da Ciência e da Tecnologia (ANPCYT) fez nesse mesmo ano (Andrini e Figueroa, 2008a).

Durante 2005 foi proposta a criação da Fundação Argentina de Nanotecnologia (FAN), que suscitou uma série de conflitos, incluindo denúncias públicas feitas por cientistas e jornalistas sobre o papel reservado a uma corporação estrangeira no projeto. Ao mesmo tempo, foi questionada a ingerência militar dos Estados Unidos em pesquisas de nanotecnologia no país. Esses conflitos acabaram desarticulando a ideia de elaborar um programa nacional. Posteriormente, a FAN foi reformulada como fundação sem fins de lucro com o objetivo promover a infraestrutura humana e técnica no campo da micro e nanotecnologia para fomentar sua inclusão na indústria nacional. A partir de 2007 passou a ser coordenada pelo MCTIP, afirmando sua vocação de criar vínculos entre organizações públicas que produzem C&T e as empresas –especialmente pequenas e médias– que poderiam aplicar esses conhecimentos (Andrini e Figueroa, 2008b; Foladori, 2005, 2006).

O *Plan Estratégico Nacional de Ciencia, Tecnología e Innovación “Bicentenario” 2006-2010* (MINCyT, 2006) situou a nanotecnologia como área estratégica, que devia ser promovida através do fomento à redes de pesquisa, formação de recursos humanos e colaboração internacional (García *et al.*, 2012). O caráter de área estratégica foi mantido no seguinte plano de Ciência e Tecnologia *Argentina Innovadora 2020* (Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva, 2012).

As atividades que desembocariam na política de nanotecnologia no Brasil se iniciaram com um workshop organizado pelo Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 2000. Os cientistas participantes concordaram na necessidade de criar um programa nacional para o campo (Knobel, 2005). Visando articular as capacidades existentes, o CNPq lançou uma convocatória de pesquisa em 2001, que redundou em quadro redes de investigação vinculando diversas instituições (Plentz e Fazzio, 2013).



Em 2003, um grupo designado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT)<sup>3</sup> desenhou o *Programa Nacional para o Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia* que, no ano seguinte, seria incorporado ao Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 do MCT (Ministério de Ciência e Tecnologia, 2003). Em 2005, o programa foi relançado, com maior financiamento, sob o nome de *Programa Nacional de Nanotecnologia*, tendo maior vinculação com a política industrial, a qual considerou a nanotecnologia uma “área portadora de futuro” (Ministério de Ciência e Tecnologia, 2005). Neste plano, como nos subsequentes planos plurianuais, PPA 2007-2010 (Ministério de Ciência e Tecnologia, 2007), PPA 2012-2015 (Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, 2012a) e PPA 2016-2019 (Ministério de Ciência, Tecnologia, Innovación e Comunicações, 2016), a nanotecnologia foi definida como área estratégica. Em 2012, foi elaborado um novo plano, a *Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia* (IBN) (Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, 2012b). Assim, a partir de 2004, Brasil contou com um programa de nanotecnologia centralizado, coordenado por um escritório específico no MCTI, a Coordenação Geral de Micro e Nanotecnologias, cuja direção foi exercida várias vezes por destacados pesquisadores da área (Invernizzi, Foladori e Quevedo, 2017).

No México, o *Programa Especial de Ciência e Tecnologia 2001-2006* apresentou por primeira vez no país uma política de Estado em C&T. Nesse documento a nanotecnologia foi considerada como uma área estratégica dos materiais avançados (2001). O *Programa Especial de Ciência, Tecnologia e Inovação 2008-2012* voltou a situar a nanotecnologia entre as nove áreas prioritárias para o país (CONACYT, 2008).

Embora o Programa de 2001 tivesse assinalado a necessidade de contar com um programa nacional e sustentar uma rede de intercambio científico na área, o primeiro objetivo não chegou a concretizar-se, e a Rede Nacional de Nanociência e Nanotecnologia (RNYN) foi formada somente em 2010 (Red Nacional de Nanociencias y Nanotecnología, 2017). Desta forma, as ações voltadas para o fomento da nanotecnologia ocorreram de forma capilarizada em programas e ações pré-existentes no marco da política mexicana de C&T.

O *timing* e os objetivos das políticas de nanotecnologia nos três países sugerem um claro processo de emulação de políticas. Neles, a nanotecnologia foi declarada área prioritária

---

<sup>3</sup> O Ministério de Ciência e Tecnologia mudou o nome para Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) em 2011, e para Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC) em 2016, o que explica os diferentes acrônimos usados nas referências dos documentos do ministério.



com a finalidade de estimular a competitividade e foi destinado financiamento público para o desenvolvimento da área.

Embora liderada pelos ministérios de C&T e as atuantes comunidades científicas da área, a introdução da nanotecnologia nas agendas de PCTI nacionais se enquadra no ajustamento das políticas locais às recomendações que organizações internacionais vinham fazendo aos países em desenvolvimento desde a década de 1990. Estas sugeriram uma reorientação da PCTI para viabilizar a integração competitiva dos países à economia do conhecimento, o que seria obtido através da inovação e da adoção de tecnologias de ponta (OECD, 1997; OAS, 2004; World Bank, 1991). Na década seguinte, seguiram recomendações específicas da OEA para incluir a nanotecnologia como área estratégica para esse fim (OAS, 2004).

Apesar da racionalidade e dos discursos comuns, o desenho das políticas nos três países evidenciou recortes e ajustes em relação aos modelos de referencia. Enquanto no Brasil a emulação de uma política nacional de nanotecnologia centralizada foi bem sucedida, isso não ocorreu nos contextos argentino e mexicano. No primeiro, pela emergência de conflitos explícitos em torno à ingerência estrangeira na ciência local, e no México, pela mais demorada unificação dos pesquisadores em torno desse projeto. Dessa forma, as políticas de nanotecnologia se organizaram em diversos arranjos administrativos –centralizado em um caso, e capilarizado através de diversos programas nos outros dois.

### **Instrumentos e Financiamento**

Não obstante as diferenças entre o programa centralizado no Brasil e descentralizado na Argentina e no México, os instrumentos utilizados para estimular o desenvolvimento da nanotecnologia foram semelhantes. Estes incluíram a promoção da pesquisa em redes, a formação de recursos humanos, a criação de infraestrutura, o estímulo à inovação em empresas e a cooperação internacional.

A pesquisa em rede foi o formato utilizado para vincular e ampliar a quantidade de pesquisadores no novo campo. Na Argentina, o chamado a projetos em áreas de vacância demandou a formação de redes integradas por, no mínimo, três grupos de pesquisa de diferentes províncias. Do chamado resultaram quatro redes de nanotecnologia, financiadas entre 2003 e 2007, envolvendo 200 pesquisadores (Andrini e Figueroa, 2008a).



No Brasil, editais para formação de redes cooperativas de pesquisa em nanotecnologia, ligando cientistas de universidades e centros de pesquisa e incentivando a participação de empresas, foram lançados em 2001, 2004 e 2010, resultando em 31 redes temáticas. Em 2008, se agregaram 16 Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia com pesquisa na área, com formato de rede de instituições, (Plentz e Fazzio, 2013).

No México, as primeiras redes de pesquisa foram formadas espontaneamente por cientistas. Em 2006, o CONACyT lançou uma convocatória para a realização de megaprojetos de investigação científica e tecnológica em temas estratégicos, que foram implementados mediante redes temáticas. O conjunto de propostas apresentadas na área de nanotecnologia foi estruturado na Rede Temática de Nanociências e Nanotecnologia (CONACyT, 2010), que conecta 500 pesquisadores em 56 instituições (Red Nacional de Nanociencias y Nanotecnología, 2017).

A formação de novos pesquisadores em nível de pós-graduação foi estimulada para formar uma massa crítica na área. Entretanto diversas estratégias foram seguidas nos três países. Na Argentina, o conceito hegemônico entre os pesquisadores é que as ferramentas para trabalhar em nanotecnologia já existem nos currículos e disciplinas preexistentes, nas áreas de física, química e biologia. Assim, não têm sido criados cursos inteiramente focados em nanotecnologia, mas programas de especialização para complementar a formação inicial (Foladori e Carrozza, 2017). O enfoque foi totalmente diferente no México, onde proliferaram cursos especializados em nanotecnologia: em torno de 44 em nível de doutorado, 43 de mestrado e 12 cursos de graduação (Foladori et al., 2015). Brasil adotou uma perspectiva intermediária. De um lado, programas de pós-graduação existentes nas áreas de física, química, biologia, farmácia, ciência de materiais e engenharia agregaram novas linhas de pesquisa em nanotecnologia. De outro lado, foram criados cinco programas de nanotecnologia com foco em nanociências, nanomateriais, nanotecnologia farmacêutica, nanobiotecnologia e engenharia da nanotecnologia (Laureth, 2015). A diferença de enfoques resulta de sistemas de pós-graduação mais ou menos regulados, sendo que no México as universidades têm mais liberdade para formular novos cursos. Nos três países foram utilizados os programas de bolsas de pós-graduação existentes. Estas são outorgadas pelo CONICET na Argentina; pela Capes e pelo CNPq no Brasil e pelo CONACYT no México (Foladori et al., 2015; Foladori e Carrozza, 2017; Invernizzi et al., 2017).



Esforços significativos foram realizados pelas três nações para montar uma infraestrutura de laboratórios competitiva. Brasil possui a única instalação de luz síncrotron da América Latina. Grandes laboratórios públicos foram criados ou atualizados nos últimos 10 anos e, em 2012, foi instituído o SIS-Nano, Sistema de Laboratórios de Nanotecnologia, que coordena um conjunto de grandes laboratórios estratégicos e laboratórios de diversas universidades, de caráter multiusuário, abertos também à indústria (SISNano, 2017). No México há um grande número de universidades e centros públicos de pesquisa que receberam financiamento público para montar ou atualizar laboratórios de nanotecnologia, destacando-se o Laboratório de Microscopia Central, da Universidade Nacional Autónoma de México (Foladori, Figueroa, Záyago e Invernizzi, 2012). A infraestrutura de pesquisa na Argentina é mais modesta. Não obstante, laboratórios preexistentes foram atualizados e alguns novos foram criados (Foladori, Figueroa, Záyago et al., 2012). A Fundação Argentina de Nanotecnologia, por sua vez, construiu um laboratório de uso aberto para utilização por pesquisadores e pela indústria (Foladori e Carrozza, 2017).

Deu-se bastante ênfase, nos três países, aos instrumentos para apoiar a inovação nas empresas, mediante o estímulo à pesquisa conjunta entre estas e as universidades, e através do financiamento à P&D em empresas. Na Argentina, os Fundos Nano, criados em 2010, requerem de colaboração público-privada, entre instituições de pesquisa e empresas (ANPCT, [s.d.]), e a FAN tem um programa dirigido ao financiamento da inovação em pequenas e médias empresas de nanotecnologia e outro para a geração de *startups* (FAN, [s.d.]).

No Brasil, vários instrumentos de financiamento à inovação preexistentes incluíram a nanotecnologia entre as áreas focalizadas, tais como a pesquisa conjunta entre instituições de C&T e empresas; a subvenção econômica à inovação; e o programa de bolsas para formação de recursos humanos em áreas estratégicas. Esses três programas beneficiaram, em conjunto, 122 empresas com pouco mais de R\$123 milhões entre 2003 e 2013 (Barbosa, 2017). O Sistema Brasileiro de Ciência e Tecnologia, que direciona pesquisadores para atender demandas tecnológicas de empresas, financiou três redes de inovação envolvendo 40 empresas e vários laboratórios (Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, 2015).

A maioria dos fundos públicos para P&D no México tem sido reorientados para incluir a participação do setor empresarial desde o começo da década de 2000, privilegiando a investigação aplicada (Loyola-Díaz e Paredes-López, 2009). Contudo, não foram realizados



chamados especificamente dirigidos para nanotecnologia; as propostas na área concorreram em diversos editais de pesquisa (Casalet, 2012; Stezano, 2009).

O estabelecimento de acordos de cooperação internacional foi considerado fundamental para fortalecer a pesquisa em nanotecnologia. As três nações mantêm acordos bilaterais entre si, assim como com países da União Europeia, Estados Unidos, Japão e China. Brasil e Argentina têm, ademais, cooperação com África do Sul; Brasil com a Índia, Irã e Coreia do Sul; e México com Singapura (Ministério de Ciência e Tecnologia, 2008; Foladori et al., 2015).

Observa-se outra dimensão da emulação de políticas de nanotecnologia: o uso de instrumentos similares para o desenvolvimento científico e para a promoção da inovação nos três países, muito embora, em alguns casos, esses instrumentos estivessem vinculados à política de ciência, tecnologia e inovação de caráter mais amplo, incluindo a nanotecnologia entre outras áreas, e em outros casos, fossem explicitamente direcionados à nanotecnologia. Estes, por sua vez, são similares aos instrumentos utilizados nas políticas de nanotecnologia dos países mais industrializados elencados por Larédo et al. (2010).

Não há dados sistemáticos sobre o orçamento dedicado à nanotecnologia, sobretudo no México e na Argentina, onde não há programas centralizados. No caso do Brasil, o financiamento realizado através do Programa de Nanotecnologia não denota o conjunto do investimento, pois existem programas nos diferentes estados da federação.

Algumas estimativas sugerem que Argentina investiu 50 milhões de dólares entre 2006 e 2010 (Salvarezza, 2011). A maioria do financiamento, em torno de 80%, é público, mas algumas contrapartidas são exigidas às empresas participantes (Fischer et al., 2013). No Brasil, foram investidos em torno de 320 milhões de reais (uns 100 milhões de dólares atuais) desde a implementação do Programa Nacional de Nanotecnologia em 2004 até 2016. Entretanto, o orçamento caracterizou-se pela instabilidade, com maiores recursos entre 2004 e 2008, posterior queda, uma recuperação efêmera em 2013, e uma abrupta redução a partir de 2015 (Coordenação Geral de Micro e Nanotecnologias, 2016). No México, muitos recursos destinados a pesquisas em nanotecnologia foram implementados mediante programas gerais de financiamento à pesquisa. Alguns autores sugerem que se dedicaram 60 milhões de dólares de fundos públicos entre 2005 e 2010 (Takeuchi e Mora Ramos, 2011).

Apesar das limitações desses dados, ressalta o contraste entre o posicionamento discursivo da nanotecnologia como área estratégica para estimular a competitividade dos



países e os orçamentos bastante restringidos e pouco sistemáticos empenhados. Ao comparar a limitação de recursos com a pluralidade de instrumentos de execução da política, ressalta uma tendência à pulverização do financiamento disponível.

### **Atores na Governança da Nanotecnologia**

A nanotecnologia começou a se desenvolver num contexto complexo de relações ciência–sociedade, sendo objeto de forte escrutínio por diversos atores da sociedade civil. Como coloca Jasanoff (2004), desde a década de 1990 houve uma crescente mobilização de grupos sociais para reivindicar maior participação na tomada de decisões sobre ciência e tecnologia cujos resultados afetam as pessoas cotidianamente.

Em resposta a essa situação, e na esteira dos conflitos particularmente agudos em torno da biotecnologia, as políticas de nanotecnologia em muitos países industrializados incluíram ações de divulgação científica e de engajamento público que abriram espaços de participação da população. Por exemplo, a *National Nanotechnology Initiative*, nos Estados Unidos, vem promovendo uma série de ações coordenadas pelo NPEC (*Nanotechnology Public Engagement and Communications*).<sup>4</sup> A Comissão Europeia promoveu uma série de Diálogos sobre Nanotecnologia<sup>5</sup> visando ampliar os atores envolvidos em sua governança. No *survey* levantado pela OECD, 19 dos 24 países da organização tinham desenhado mecanismos para receber *input* de diversos setores sociais sobre a política de nanotecnologia, e 80% dos países tinham promovido iniciativas para o envolvimento do público (OECD Working Party on Nanotechnology, 2009).

Nos três países examinados esse tipo de atividade tem sido muito limitada ou ausente. Na Argentina não houve nenhum tipo de consulta pública ou foro cidadão para avaliar ou comentar a política de nanotecnologia. Assim, a governança dessa tecnologia se limitou aos atores mais tradicionais no âmbito da PCTI: os cientistas e os funcionários públicos na área de ciência e tecnologia. A participação do setor empresarial foi restringida.

No caso do Brasil, em 2004, o MCT elaborou uma consulta pública via internet sobre a proposta de programa de nanotecnologia. A maioria das intervenções foi feita por cientistas, com escassíssimos aportes da indústria e da sociedade civil (Quevedo, Ferreira, e Invernizzi,

<sup>4</sup> <http://www.nano.gov/npec>

<sup>5</sup> [http://ec.europa.eu/nanotechnology/dialogues\\_en.html](http://ec.europa.eu/nanotechnology/dialogues_en.html)



2016). Tanto no desenho como na implementação da política os cientistas foram o ator dominante, atuando inclusive como decisores políticos em posições-chave (Dos Santos Junior, 2011). A presença, assim como a influência, dos representantes do setor produtivo na definição da política foi pouco significativa (Mendes, 2016). Outros atores, como representantes da sociedade civil, estiveram ausentes até recentemente. A *Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia*, de 2012, buscou um desenho de governança mais amplo, que incluiu o convite a representantes sindicais para participar no Comitê Interministerial de Nanotecnologia, um espaço ampliado a vários ministérios e agências do governo criado para implementar a política (Plentz, 2016).

Um novo ator, o Partido Verde, no âmbito do Poder legislativo se conformou com a apresentação de quatro projetos de lei sobre regulação da nanotecnologia. Os primeiros dois projetos, de 2005 e 2008, foram rapidamente arquivados. Todavia, outros dois, apresentados em 2013, geraram fortes reações da comunidade científica. Numa audiência pública realizada em 2015 no Congresso, houve um debate com participação de parlamentares, pesquisadores, um advogado e uma ONG ambientalista. Entre outros conteúdos a proposta de lei de regulação –que atualmente foi retirada para maior fundamentação– incluía a necessidade de ampliar os mecanismos de participação social (Quevedo e Invernizzi, 2016).

Seguindo os lineamentos da OECD, México criou em 2002 um mecanismo institucionalizado para receber informações públicas em qualquer tema de CT&I. Trata-se dos Foros Consultivos de CT&I, concebidos como órgão de expressão e comunicação dos usuários do sistema de ciência, tecnologia e inovação –cientistas e representantes do setor empresarial–, para propiciar o diálogo com os legisladores e autoridades federais e estatais. Entretanto, nada específico sobre nanotecnologia foi tratado nesses foros (FCCYT, [s.d.]).

Nos três países, a governança da nanotecnologia tem sido definida entre margens estreitas. Os principais atores envolvidos são a comunidade científica e os formuladores de política pública. Embora a participação empresarial tenha sido prevista e estimulada, esta não foi significativa em nenhum dos três países. A sociedade civil esteve quase totalmente marginalizada do processo. Esta governança limitada evidencia as dificuldades envolvidas na transferência de modelos de políticas públicas. De um lado, no contexto latino-americano a PCTI tem sido, historicamente, um terreno dominado por um ator central, a própria comunidade científica, e as agências que a promovem. A baixa demanda por tecnologia autóctone, ou inovação, tem se traduzido em escassa participação do setor empresarial



(Dagnino, 2014). Os objetivos dos programas de nanotecnologia, que atribuem a essa tecnologia um papel chave para a inovação e a competitividade, não contaram com o respaldo de uma participação do setor produtivo que buscasse orientar a política a seus interesses.

De outro lado, à diferença dos países mais industrializados, no contexto latino-americano, a PCTI não tem se tornado um terreno contestado pela opinião pública – com poucas exceções, como o caso dos alimentos geneticamente modificados. Assuntos sobre ciência e tecnologia são marginais na agenda de alguns movimentos sociais, de modo que não houve grande pressão destes para abrir espaços de participação na política de nanotecnologia. Muito embora várias ONGs tenham desenvolvido ações em nível internacional para promover uma moratória da nanotecnologia, ou pressionar para que seus riscos fossem avaliados e a tecnologia fosse regulada (Lee e Kigalli, 2006; Triste, Engeman e Cruz, 2012), elas tiveram escasso impacto, inclusive no caso do México, onde atuou um braço do ETC Group, uma das ONGs mais combativas nessas pautas (ETC Group, 2017). Houve, no entanto, eventos extremos no México, com atentados de um grupo extremista contra científicos e laboratórios (Herrera Corral, 2011). No Brasil, em nível nacional, uma rede que inclui acadêmicos, funcionários de agências de governo, sindicatos e professores, a Renanosoma, tem replicado essas pautas e mantido atividades de divulgação desde 2004.<sup>6</sup> Alguns sindicatos da indústria química se mobilizaram nos últimos anos, demandando maior informação, transparência e participação sobre a introdução da nanotecnologia na indústria (Jensen, 2013). Na Argentina, como foi mencionado, houve certa discussão pública da nanotecnologia na mídia, quando o assunto tocou um tema sensível para o país, a ingerência militar estrangeira. No México, a seção local do IPEN (*International POP Elimination Network*) tem pressionado para incluir os riscos da nanotecnologia na agenda de regulação de produtos químicos (Bejarano, 2012). Em nível regional, a Rede Latino-americana Nanotecnologia e Sociedade, de caráter acadêmico, realiza pesquisas sobre o papel da nanotecnologia e suas implicações nos países em desenvolvimento, e tem realizado atividades de formação junto a ONGs e sindicatos.<sup>7</sup> Estas atividades, contudo, não tem conseguido, por ora, influenciar de forma substancial o modelo de governança da nanotecnologia na região.

### **Aspectos ELS (éticos, legais, sociais) e riscos**

<sup>6</sup> <http://www.nanotecnologiadoavesso.org/>

<sup>7</sup> <http://www.relans.org/>



As políticas de nanotecnologia, especialmente em países da Europa e nos Estados Unidos, onde manifestações sociais em torno do desenvolvimento tecnocientífico foram mais fortes, incorporaram ações para a avaliação de riscos para a saúde e o ambiente (aspectos ASS – ambiente, saúde e segurança) e dos aspectos éticos, legais e sociais (ELS) da nanotecnologia. Embora a avaliação de aspectos ASS e ELS de tecnologias emergentes não se iniciasse com as políticas de nanotecnologia, a inovação destas constituiu em propor tais avaliações desde o seu desenho inicial e *durante* o processo de desenvolvimento tecnológico visando, com isso, superar o modelo de avaliação *ex post* (Fisher, 2005; Macnaghten, Kearnes e Wynne, 2005). Ao introduzir essas dimensões, as políticas de nanotecnologia desses países desenharam uma nova forma de governança da CT&I na qual se reconhece explicitamente as implicações sociais, éticas, e os potenciais riscos da tecnologia.

Segundo o *Survey* da OECD, as políticas de 18 países tinham incluído as dimensões ELS, sendo que 13 deles tinham ações e programas específicos sobre o assunto e os restantes tinham-nas incorporado como princípio geral. O *Survey* não indagou de maneira específica sobre ações em relação aos riscos.

Na Argentina, em 2008, foi formado um comitê, com assessoramento da União Europeia, para elaborar um Código de Ética para a Pesquisa Responsável em Nanociência e Nanotecnologia, a semelhança do implementado na Europa em 2009 (MINCyT, 2008). A FAN realizou uma jornada sobre as implicações da nanotecnologia para a saúde, o ambiente e a sociedade em 2012, mas foi um evento sem continuidade (Balatti, 2012)

A política de nanotecnologia no Brasil mencionou escassamente os aspectos *ELS* e não os incorporou em objetivos e metas específicos (Ministério de Ciência e Tecnologia, 2003) (Ministério de Ciência e Tecnologia, 2007). Houve avanços na IBN, que reconhece que o progresso científico e tecnológico gera implicações e riscos sociais e éticos e afirma a necessidade de maior participação social no desenvolvimento da nanotecnologia (Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, 2012). Essas escassas diretrizes resultaram em ações muito limitadas. Durante o período de 2001 a 2016, houve só um chamado de investigação específico sobre as implicações sócio-econômicas e éticas da nanotecnologia, em 2004. Em 2014, o Comitê Consultivo de Nanotecnologia destinou recursos para a formação de uma rede de pesquisa sobre o tema, mas nunca se concretizou.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Ata da reunião do CCNano de 31 de Julho de 2014.



A primeira década da política de nanotecnologia no Brasil foi marcada por uma omissão quase completa da questão dos riscos. A primeira ação sistemática, o financiamento da pesquisa em nanotoxicologia, ocorreu em 2011, marcando a transição para uma abordagem mais ampla da questão na IBN de 2012, na qual a proteção do meio ambiente e dos seres humanos aparece como princípio (Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, 2012, p. 74). Nos últimos anos, tanto as discussões internacionais sobre riscos e regulação, como a proposta de lei de regulação da nanotecnologia apresentada no Congresso, conduziram a maior discussão dessas temáticas.

A ausência de referências sobre os riscos da nanotecnología caracterizou os documentos oficiais do CONACYT, no México. Entretanto, a participação do país no Tratado de Livre Comércio de América do Norte inclui a harmonização regulatória, e algumas guias de regulação voluntária têm sido emitidas desde 2012 (Anzaldo e Herrera-Basurto, 2015; Foladori e Zayago-Lau, 2014).

México, Argentina e Brasil têm participado no Comitê de Nanotecnologia da ISO, e nos dois primeiros têm sido utilizadas as definições deste para emitir normas nacionais (Anzaldo e Herrera-Basurto, 2015; Foladori, 2017).

Observamos que apesar do isomorfismo na racionalidade, nas metas e nos instrumentos das políticas de nanotecnologia na Argentina, Brasil e México em relação aos países mais desenvolvidos, os aspectos sociais e a segurança dos seres humanos e do ambiente, ou o que atualmente se denomina como “desenvolvimento responsável da nanotecnologia” (Larédo et al., 2010) foi, por muitos anos, marginalizado. Essa ausência, que só começou a ser enfrentada recentemente, evidencia um processo de “edição” das políticas emuladas (Sahlin e Wedlin, 2008) e uma governança estreita da nanotecnologia. Essa situação se explica pela escassa presença de grupos sociais que reivindiquem um desenvolvimento científico seguro e ambiental e socialmente sustentável, como também responde a um forte direcionamento das ações de desenvolvimento da nanotecnologia para o mercado, que resultou numa visão do enfrentamento dos riscos e das implicações da nanotecnologia como obstáculos à promoção da inovação.

## **Conclusões**



A análise das políticas de nanotecnologia na Argentina, Brasil e México mostra que houve um claro processo de emulação –adoção com ajustes– das políticas formuladas pelos países industrializados. A emulação se evidencia no *timing* de formulação das políticas, na adoção da mesma racionalidade e justificação discursiva da nanotecnologia como área estratégica para impulsar a competitividade, na identidade dos objetivos e na utilização de instrumentos semelhantes para sua implementação. Os pesquisadores do campo e os burocratas dos ministérios de ciência e tecnologia foram os atores locais relevantes nesse processo de emulação. A influencia das organizações internacionais foi também significativa, especialmente na inclusão da nanotecnologia nas PCTI dos países como área estratégica.

Para além das identidades, um exame mais apurado evidencia que ocorreram processos de adaptação e edição nas políticas locais em relação àquelas tomadas como modelo. Somente no Brasil conseguiu-se replicar o desenho de uma política nacional centralizada com orçamento específico, enquanto não se logrou nem na Argentina nem no México, e o estímulo à nanotecnologia nestes foi realizado mediante ações mais dispersas.

Muito embora os instrumentos de promoção da pesquisa, de formação de recursos humanos, de implementação de infraestrutura de laboratórios, de estímulo à interação universidade-empresa e de cooperação internacional fossem decisivos para conformar o campo nos três países, o orçamento alocado foi pequeno para uma área destacada da PCTI. Mais ainda, foi instável e pulverizado em uma multiplicidade de ações. Dessa forma, o caráter estratégico atribuído à nanotecnologia permaneceu em grande medida num plano discursivo.

A recontextualização da política de nanotecnologia nos três países mostrou dois aspectos de significativa “edição” dos modelos de referencia. Primeiramente, os mecanismos de governança mantiveram-se dentro do formato tradicional, limitando-se a três atores: cientistas, burocratas e, em muito menor medida, empresários. As inovações trazidas pelos países mais industrializados ao incluir mecanismos de participação social não tiveram eco nas formulações locais. Em segundo lugar, houve uma omissão ou inclusão parcial e tardia nas políticas locais da avaliação dos riscos e aspectos regulatórios da nanotecnologia, assim como de suas implicações éticas, legais e sociais. Os primeiros entraram em cena recentemente, de maneira ainda limitada, ao avançar a discussão sobre regulação em nível internacional.

## Referências



ANDRINI, L. e FIGUEROA, S. "El impulso gubernamental a las nanociencias y nanotecnologías en Argentina." In FOLADORI, G. e INVERNIZZI, N. (Orgs.), *Las nanotecnologías en América Latina*. México, DF: M. A. Porrúa, 2008a, pp. 33–48.

ANDRINI, L. e FIGUEROA, S. "Governmental encouragement of nanosciences and nanotechnologies in Argentina." In FOLADORI, G. e INVERNIZZI, N. (Orgs.) *Nanotechnologies in Latin America*, Berlin: Karl Dietz Verlag, 2008b, pp. 27–39.

ANPCT. FONTAR - Fondo Tecnológico Argentino. [s.d.], Recuperado 22 de junho de 2016, de <http://www.agencia.mincyt.gob.ar/frontend/agencia/fondo/fontar>

ANZALDO, M. e HERRERA-BASURTO, R. Actores, visiones y perspectivas de la gobernanza de la regulación de las nanotecnologías en México. In FOLADORI, G.; HASMY, A.; INVERNIZZI, N. e ZAYAGO LAU, E. (Orgs.). *Nanotecnologías en América Latina: Trabajo y Regulación*. Ciudad de México: M. A. Porrúa, 2015, pp. 25-40.

BAGATTOLLI, C. *Política Científica e Tecnológica no Brasil: mitos e modelos num país periférico*. Tese de Doutorado em Política Científica e Tecnológica. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

BALATTI, G. E. Primeras jornadas "Nanotecnología y sustentabilidad". São Paulo, 25 setembro 2012. Recuperado 22 de junho de 2016, de <http://factorcienciatectv.blogspot.com.br/2012/09/primeras-jornadas-nanotecnologia-y.html>

BARBOSA, T. *Política de Inovação em nanotecnologia no Brasil: trajetórias e empresas beneficiadas*. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

BEJARANO, F. "Las nanotecnologías como tema emergente en la agenda ambiental internacional y los restos de la sociedad civil en América Latina." In FOLADORI, G.; ZÁYAGO, E. e INVERNIZZI, N. (Orgs.), *Perspectivas sobre el desarrollo de las nanotecnologías en América Latina*. México, DF: Miguel Ángel Porrúa, 2012, pp. 235-241.

CASALET, M. "Las relaciones de colaboración entre la universidad y los sectores productivos: una oportunidad a construir en la política de innovación". In CARRRILLO, J.



HUALDE, A. e VILLAVICENCIO, D. (Orgs.). *Dilemas de la innovación en México*. Tijuana, BC: El Colegio de la Frontera Norte, 2012.

CONACYT. Programa Especial de Ciencia, Tecnología e Innovación 2008-2012. CONACYT (Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología), 2008. Recuperado de <http://www.siiicyt.gob.mx/siiicyt/docs/contenido/PECiTI.pdf>

CONACyT (Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología). "Red Temática de Nanociencia y Nanotecnología". *Mundo Nano*, 3(2), pp. 73–100, 2010.

CONACYT (Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología). Programa especial de ciencia y tecnología. Tomo II. CONACYT (Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología). México DF, 2001.

CGMNT (Coordenação Geral de Micro e Nanotecnologias). Orçamento destinado a nanotecnologia. Dados consolidados por Luciana C. Estevanato. CGMNT, Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, Brasília, 2016.

DAGNINO, R. "A anomalia da política de ciência e tecnologia." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29(86), pp. 45–55, 2014.

DAGNINO, R. e THOMAS, H. La política científica y tecnológica en América Latina. *Redes*, 12(6), pp. 49–74, 1999

DOLOWITZ, D. P. e MARSH, D. "Learning from Abroad: The Role of Policy Transfer in Contemporary Policy-Making." *Governance*, 13(1), pp. 5–23, 2000.

DOS SANTOS JUNIOR, J. L. *Ciência do Futuro: a comunidade de pesquisa e o ciclo da política de nanociência no Brasil*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ELZINGA, A. e JAMISON, A. (1995). "Changing policy agendas in science and technology". In *Handbook of science and technology studies*. Londres: Sage, 1995, pp. 572–597.



ETC GROUP. "Nanotecnología." 2017. Recuperado de <http://www.etcgroup.org/es/issues/nanotechnology>

EUROPEAN COMMISSION. Towards a European Strategy for Nanotechnology. European Commission. Brussels, 2004. Recuperado de [http://cordis.europa.eu/pub/nanotechnology/docs/nano\\_com\\_en\\_new.pdf](http://cordis.europa.eu/pub/nanotechnology/docs/nano_com_en_new.pdf)

FAN (Fundación Argentina de Nanotecnología). Programa de Inversión en Emprendimientos. [s.d.] Recuperado 22 de junho de 2016, de <http://www.fan.org.ar/acciones/programa-de-inversion-en-emprendimientos/>

FCCYT (Foro Consultivo de Ciencia y Tecnología). ¿Qué es el Foro Consultivo? [s.d.]. Recuperado 2 de fevereiro de 2015, de <http://www.foroconsultivo.org.mx/home/index.php/about-foro/que-es-el-fccyt>

FINNEMORE, M. "International organizations as teachers of norms: The United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization and science policy." *International Organization*, 87(4), pp. 565–597, 1993.

FISCHER, M., ROMERO, E., ZAMIT, A. L., VARELA, F., POLINO, C., e ALBERTI, J. P. Estado del Arte y Perspectivas de las Micro y Nano Tecnologías en Argentina. Asistencia Técnica para el Programa de Fortalecimiento de la Competitividad de las Pymes y Creación de Empleo en la República Argentina. Delegación de la Unión Europea en Argentina, 2013.

FISHER, E. "Lessons learned from the Ethical, Legal and Social Implications program (ELSI): Planning societal implications research for the National Nanotechnology Program." *Technology in Society*, 27(3), pp. 321–328, 2005.

FOLADORI, G. "Nanotecnología en Argentina. Corriendo tras la liebre." *Euroresidentes.com*, 2005. Recuperado de <https://www.euroresidentes.com/futuro/nanotecnologia/articulos/nanotecnologia-en-argentina.htm>

FOLADORI, G. "The U.S. Military Influence on Nanotechnology Research in Latin America | International Network of Engineers and Scientists Against Proliferation." *INESAP bulletin*,



(International Network of Engineers and Scientists Against Proliferation), 2006. Recuperado de <http://www.inesap.org/bulletin-28/us-military%C3%83%C2%A2%C3%A2%C2%82%C2%AC%C3%A2%C2%84%C2%A2s-influence-nanotechnology-research-latin-america>

FOLADORI, G. "Occupational and environmental safety standards in nanotechnology: International Organization for Standardization, Latin America and beyond." *The Economic and Labour Relations Review*, 28(4), 538–554, 2017.

FOLADORI, G., ARTEAGA FIGUEROA, E., ZÁYAGO LAU, E., APPELBAUM, R., ROBLES-BELMONT, E., VILLA, L., LEOS, V. "Nanotechnology in Mexico: Key Findings Based on OECD Criteria." *Minerva*, 53(3), pp. 279–301, 2015.

FOLADORI, G., e CARROZZA, T. "Políticas de nanotecnología en Argentina a la luz de criterios de la OCDE." *Revista Ciencia, Docencia y Tecnología*, 28(55), pp. 279-301, 2017.

FOLADORI, G., FIGUEROA, S. e INVERNIZZI, N. "Nanotechnology: Distinctive Features in Latin America." *Nanotechnology Law & Business Journal*, 9(1), pp. 88–103, 2012.

FOLADORI, G., FIGUEROA, S., ZÁYAGO, E., e INVERNIZZI, N. "Características distintivas del desarrollo de las nanotecnologías en América Latina." *Sociologias*, 14(30), pp. 330–363, 2012.

FOLADORI, G., e ZAYAGO-LAU, E. "The Regulation of Nanotechnologies in Mexico." *Nanotechnology Law & Business Journal*, 11(2), pp. 164–171, 2014.

GARCÍA, M., LUGONES, M., e REISING, A. M. "Conformación y desarrollo del campo nanotecnocientífico argentino: una aproximación desde el estudio de los instrumentos de promoción científica y tecnológica." In FOLADORI, G., ZÁYAGO, E e INVERNIZZI, N. (Orgs.), *Perspectivas sobre el desarrollo de las nanotecnologías en América Latina*. México, DF: Miguel Ángel Porrúa, 2012.

GODIN, B. "The making of Science, Technology and Innovation Policy: Conceptual Frameworks as Narratives (1945-2005)." Centre Urbanisation, Culture, Societé, Institut National de la Recherche Scientifique, Montréal, 2009.



GORDENKER, L. e WEISS, T. "Pluralising global governance: Analytical approaches and dimensions." In *NGOs, the UN, and Global Governance*. Boulder: Westview, 1996, pp. 13–27.

GRAHAM, S. e IACOPETTA, M. "Nanotechnology and the Emergence of a General Purpose Technology." *Annals of Economics and Statistics* N. 115/116. Recuperado de <http://ssrn.com/abstract=1334376>

HERRERA CORRAL, G. "Stand up against the anti-technology terrorists." *Nature*, 476(7361), pp 373–373, 2011.

INVERNIZZI, N., FOLADORI, G., e QUEVEDO, J. (2017). "The Rise (and Fall?) of Nanotechnology Policy in Brazil." In BOWMAN, D. et al. (Org.), *The Politics and Possibilities of Emerging Technologies*. Berlin: IOS Press, 2017, pp. 69–90,

JASANOFF, S. "Science and citizenship: a new synergy." *Science and Public Policy*, 31(2), pp. 90–94, 2004.

JENSEN, T. "Nanotecnologias na experiência recente de negociação coletiva do movimento sindical brasileiro." Apresentado em 1º. Seminário Internacional Nanotecnologia e Trabalho, Curitiba, 3. set. 2013.

KNOBEL, M. "O futuro da nanotecnologia no Brasil. Vinte anos não são nada?" *Ciência e Cultura*, 57(1), pp. 4–5, 2005.

LARÉDO, P., DELEMARLE, A. e KAHANE, B. "Dynamics of Nanosciences and Technologies: Policy Implication." *STI Policy Review*, 1(1), pp. 43–62, 2010.

LAURETH, W. "Formación de la fuerza de trabajo en nanotecnología en Brasil: recomendaciones de las políticas, acciones de las universidades y de las empresas." In FOLADORI, G.; HASMY, A.; INVERNIZZI, N. e ZAYAGO LAU. E. (Orgs.). *Nanotecnologías en América Latina: Trabajo y Regulación*. Ciudad de México: M. A. Porrúa, 2015, pp. 171-188.



LEE, J., e KIGALLI, R. Global Nanotechnology Advocacy by NGOs. Suíça: Centre for Applied Studies in International Negotiations, 2006.

LEMOLA, T. Convergence of national science and technology policies: the case of Finland. *Research Policy*, (31), pp. 1481–1490, 2002.

LOUVEL, S., e HUBERT, M. L'usage des exemples étrangers dans les politiques de financement de la recherche. Les nanosciences et nanotechnologies en France. *Revue française de sociologie*, 57(3), pp. 473–501, 2016.

LOYOLA-DÍAZ, e PAREDES-LÓPEZ, O. La ciencia y la innovación en México, en la encrucijada. *La Crónica de Hoy*. 4. Feb. 2009. Recuperado de: <http://www.comunicacion.amc.edu.mx/amc-en-medios/la-ciencia-y-la-innovacion-en-mexico-en-la-encrucijada>

MACLURCAN, D. "Nanotechnology and Developing Countries - Part 2: What Realities?" *Azajono. Online Journal of Materials*, 2005. Recuperado de <https://www.azonano.com/article.aspx?ArticleID=1429>

MACNAGHTEN, P., KEARNES, M. B., e WYNNE, B. Nanotechnology, Governance, and Public Deliberation: What Role for the Social Sciences? *Science Communication*, 27(2), pp. 268–291, 2005.

MCT (Ministério de Ciência e Tecnologia). Relatório analítico Programa de C,T&I para Nanotecnologia. Coordenação Geral de Micro e Nanotecnologias. Coordenação Geral de Micro e Nanotecnologia, Brasília, Ministério de Ciência e Tecnologia, 2008.

MCT (Ministério de Ciência e Tecnologia). Programa de desenvolvimento da nanociência e da nanotecnologia. Brasília, Ministério da Ciencia e Tecnologia, 2003.

MCT (Ministério de Ciência e Tecnologia). Programa Nacional de Nanotecnologia. Coordenação Geral de Micro e Nanotecnologia, Brasília, Ministério de Ciência e Tecnologia, 2005. Recuperado de [http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/27137/Programa\\_Nacional\\_de\\_Nanotecnologia.html](http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/27137/Programa_Nacional_de_Nanotecnologia.html)



MCT (Ministério de Ciência e Tecnologia). Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional. Plano de Ação 2007-2010. Brasília, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2007.

MCTI (Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação). Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia. Coordenação Geral de Micro e Nanotecnologia, Brasília, Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, 2012a.

MCTI (Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação). Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012–2015. Brasília, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2012b.

MCTI (Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação). Relatório de Gestão, Exercício 2014. Coordenação Geral de Micro e Nanotecnologia, Brasília, Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, 2015.

MCTIC (Ministério de Ciência, Tecnologia, Innovación e Comunicações). Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2019. Brasília, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, 2016.

MENDES, A. A política de nanotecnologia no Brasil. Entrevista, Brasília, 6 julho 2016.

MINCyT (Ministerio de Ciencia y Tecnología). Plan estratégico nacional de ciencia, tecnología e innovación “Bicentenario” (2006-2010). Buenos Aires, Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva, 2006. Recuperado de <http://www.mincyt.gob.ar/planes-nacionales/plan-estrategico-nacional-de-ciencia-tecnologia-e-innovacion-bicentenario-2006-2010-8017>

MINCyT (Ministerio de Ciencia y Tecnología). Avanza la creación de un código de ética para la investigación en nanotecnología, 2008. Recuperado 17 de junho de 2016, de <http://www.mincyt.gob.ar/noticias/avanza-la-creacion-de-un-codigo-de-etica-para-la-investigacion-en-nanotecnologia-4206>

MINCyT (Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva). Argentina innovadora 2020. Plan Nacional de Ciencia, Tecnología e Innovación. Lineamientos estratégicos 2012-



2015. Buenos Aires, MINCYT, 2012. Recuperado de <http://www.mincyt.gov.ar/adjuntos/archivos/000/022/0000022576.pdf>

MOTOYAMA, Y., APPELBAUM, R. e PARKER, R. (2011). "The National Nanotechnology Initiative: Federal support for science and technology, or hidden industrial policy?" *Technology in Society*, 33(1-2), pp. 109-118, 2011.

NSTC (National Science and Technology Council). National Nanotechnology Initiative. The initiative and its implementation plan. Washington DC, National Science and Technology Council. Recuperado de <http://www.wtec.org/loyola/nano/IWGN.Implementation.Plan/nni.implementation.plan.pdf>

NEWARK, A. J. An integrated approach to policy transfer and diffusion. *The Review of Policy Research*, 19 (2), pp. 151-178, 2002.

OECD (Organization for Economic Development). *National Innovation Systems*. Paris: OECD, 1997.

OECD (Organization for Economic Development). Working Party on Nanotechnology. *Inventory of National Science, Technology and Innovation Policies for Nanotechnology 2008* (p. 1-95). Paris: Organization for Economic Cooperation and Development, 2009. Recuperado de <http://www.oecd.org/sti/nano/43348394.pdf>

OAS (Organization of American States). Final report of the fourth regular meeting of the inter-american committee on science and technology (COMCYT). Inter-American Committee on Science and Technology. Washington DC, Organization of American States, 2004. Recuperado de <http://portal.oas.org/LinkClick.aspx?fileticket=yKkiwQONYYk%3D&tabid=1601>

PEIXOTO, F. J. M. *Nanotecnologia e sistemas de inovação: implicações para política de inovação no Brasil*. Tese de Doutorado em Economia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

PLENTZ, F. A política de nanotecnologia no Brasil, Entrevista, Belo Horizonte, 6 outubro 2016.



PLENTZ, F., e FAZZIO, A. Considerações sobre o Programa Brasileiro de Nanotecnologia. *Ciência e Cultura*, 65(3), pp. 23–27, 2013.

POURIS, A., POURI, A., e BUYS, A. "Nanotechnology and biotechnology research in South Africa: Technology management lessons from a developing country." Apresentado em Technology Management for Emerging Technologies, Vancouver, Canada, 23 julho 2012. Recuperado de <http://ieeexplore.ieee.org/document/6304055/?reload=true>

QUEVEDO, J., FERREIRA, J. H. e INVERNIZZI, N. "O mini-público como modelo comunicacional de promoção ao debate sobre riscos da nanotecnologia no Brasil." Apresentado em XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, Curitiba, 28 Maio 2016.

QUEVEDO, J. e INVERNIZZI, N. "A rede de atores nas proposições para a regulação da nanotecnologia no Brasil." Apresentado em XI Jornadas Latinoamericanas dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia, Curitiba, 25 julho 2016.

REDNyN (Red Nacional de Nanociencias y Nanotecnología). La Red Nacional de Nanociencias y Nanotecnologías, México DF, 2017. Recuperado 16 de setembro de 2017, de <http://www.nanored.org.mx/objetivos.aspx>

REPÚBLICA ARGENTINA. Decreto Presidencial 380/2005. Autorízase al Ministerio de Economía y Producción a constituir la Fundación Argentina de Nanotecnología. Buenos Aires, Presidencia de la República Argentina, 2005.

ROCO, M. C. "Broader societal issues of nanotechnology." *Journal of Nanoparticle Research*, 5, pp. 181–189, 2003.

ROSE, R. What is Lesson-Drawing? *Journal of Public Policy*, 11(01), pp. 3-30, 1991.

RS&RAE (Royal Society & Royal Academy of Engineering). *Nanoscience and nanotechnologies: opportunities and uncertainties*. London, The Royal Society; Royal Academy of Engineering, 2004.



SAHLIN, K., e WEDLIN, L. "Circulating Ideas: Imitation, Translation and Editing." In *The Sage Handbook of Organizational Institutionalism*. Los Angeles: Sage, 2008, pp. 218–242.

SALVAREZZA, R. Situación de la difusión de la nanociencia y la nanotecnología en Argentina. *Mundo Nano*, 4(2), pp. 18–21, 2011.

SISNANO. Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologia - SIS-Nano. Brasília, Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, 2014. Recuperado de <http://www.mcti.gov.br/SisNano>

STEZANO, F. El rol de los programas en CyT y organizaciones intermedias en las relaciones ciencia-industria. Revisión analítica y experiencias en México. In Martínez, A.M.; LÓPEZ DE ALBA, P., GARCÍA, A. e ESTRADA, S. (Orgs.), *Innovación y competitividad en la sociedad del conocimiento*. México, D.F: Plaza y Valdés, 2009, pp. 483-508.

TAKEUCHI, N. e MORA RAMOS, M. E. Divulgación y formación en nanotecnología en México. *Mundo Nano*, 4(2), pp. 59–64, 2011.

TRISTE, E., ENGEMAN, C. e CRUZ, H. "Nano Regulatory Policy and NGOs: a global view." Apresentado em Anual Meeting of the Society for the Study of Nanotechnology, University of Twente, Netherlands, 25 Outubro 2012.

VELHO, L. Conceitos de Ciência e a Política Científica, Tecnológica e de Inovação. *Sociologías*, 13(26), pp. 128–153, 2011.

World Bank. *World Development Report 1991: The Challenge of Development*. New York: Oxford University Press, 1991.

YONAS, G. e PICRAUX, S. T. "National needs drivers for nanotechnology". In ROCO, M. e W. S. BAINBRIDGE, W.S. (Orgs.), *Societal Implications of Nanoscience and Nanotechnology*. Arlington, VA: National Science Foundation, 2000, pp 37-44.

### **Políticas de Nanotecnologia em Argentina, Brasil e México: emulação e adaptação**



### Resumo

O objetivo deste artigo é examinar, de forma comparativa, o desenho e a implementação das políticas de nanotecnologia na Argentina, Brasil e México, de 2000 a 2016. A análise situa-se no contexto da recorrente emulação de políticas de ciência, tecnologia e inovação, e examina as adaptações realizadas durante a implementação. As dimensões analisadas se baseiam no *Survey* sobre Nanotecnologia, realizado em 2008 pela OECD, para facilitar a comparação internacional. Estas incluem: desenho da política, instrumentos e financiamento, atores envolvidos na governança, avaliação de questões sociais, éticas e riscos. A pesquisa foi desenvolvida mediante revisão de literatura e análise documental. Os resultados evidenciam a emulação da racionalidade e dos instrumentos das políticas dos países industrializados. Porém, a forma de governança e a avaliação das implicações sociais e dos riscos da nanotecnologia foram aspectos não emulados evidenciando processos de edição local nos três países latinoamericanos.

**Palavras-chave:** políticas de nanotecnologia, emulação de políticas públicas, instrumentos de política, governança.

### Nanotechnology Policies in Argentina, Brazil and Mexico: emulation and adaptation

#### Abstract

The purpose of this article is to examine, in a comparative manner, the design and implementation of nanotechnology policy in Argentina, Brazil and Mexico, from 2000 to 2016. The analysis is placed in the context of recurrent emulation of science, technology and innovation policy and examines the adaptations carried out during the implementation phase. The dimensions analyzed are based on the 2008 OECD Survey on Nanotechnology in order to facilitate international comparison. They include: policy design; instruments and funding; actors engaged in governance; ethical, social and risks assessment. The research was carried out through literature review and documental analysis. Main results show the emulation of the rationale and instruments used by industrialized countries' policies. However, the governance approach and the assessment of social implications and risks were not emulated, evidencing local editing processes in the three Latin-American countries.

**Key-words:** nanotechnology policy; public policy emulation, policy instruments, governance.

### Políticas de Nanotecnología en Argentina, Brasil y México: emulación y adaptación

#### Resumen

El objetivo de este artículo es examinar, de forma comparativa, el diseño y la implementación de las políticas de nanotecnología en Argentina, Brasil y México, de 2000 a 2016. El análisis se sitúa en el contexto de la recurrente emulación de políticas de ciencia, tecnología e innovación, y examina las adaptaciones realizadas durante la implementación. Las dimensiones analizadas se basan en el *Survey* sobre Nanotecnología, realizado en 2008 por la OECD, para facilitar la comparación a nivel internacional. Estas incluyen: diseño de la política, instrumentos y financiamiento, actores involucrados en la gobernanza, evaluación de cuestiones sociales, éticas y riesgos. La investigación fue desarrollada mediante revisión de literatura y análisis documental. Los resultados evidencian la emulación de la racionalidad y de los instrumentos de las políticas de los países industrializados. Sin embargo, la forma de gobernanza, y la evaluación de las implicaciones sociales y los riesgos de la nanotecnología fueron aspectos no emulados, mostrando procesos de edición local de las políticas en los tres países latinoamericanos.

**Palabras clave:** políticas de nanotecnología, emulación de políticas públicas, instrumentos de política, gobernanza.



DOI:10.21057/10.21057/repamv13n3.2019.27501

## **Em Busca de um Marxismo Revolucionário e Latino-Americano: uma análise de “Fernando Martínez Heredia: Pensar en tiempo de Revolución”<sup>1</sup>**

Marcos Antonio da Silva<sup>2</sup>

A instigante trajetória de Fernando Martínez Heredia está relacionada, em grande medida, com a Revolução Cubana, e a tentativa de construção de um pensamento social cubano, envolvendo um projeto revolucionário original, com suas potencialidades e limites, seus sonhos e utopias, suas opções, desafios e dilemas e a sua projeção internacional, latino-americana e terceiro-mundista.

Neste sentido, é possível constatar que esta segue como um dos principais acontecimentos da América Latina no século XX e da intensidade das ações e acontecimentos, da dinâmica das transformações sociais, políticas e econômicas, com seus avanços, retrocessos e encruzilhadas e dilemas contemporâneos, a Revolução Cubana continua inscrevendo a pequena ilha caribenha no imaginário político, intelectual e popular e desafiando as tradicionais análises políticas e sociais sobre sua condição e seu desenvolvimento.

Desta forma, tal qual uma esfinge ou uma entidade afro-caribenha, a história cubana recente ainda precisa ser estudada, (re) conhecida e (re) considerada e o pensamento social de matriz cubana, e revolucionário, permanece como algo a ser descoberto para a devida compreensão da realidade cubana contemporânea.

Isto porque, no caso do pensamento cubano recente, a centralidade da herança eurocêntrica e sua persistência, tanto interna como externamente, associada a presença de um

---

<sup>1</sup>A obra: “Fernando Martínez Heredia: pensar en tiempo de Revolución”, organizada por Rafael Magdiel Sánchez (Buenos Aires: CLACSO, 2018), está disponível em:

[http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20180524041744/Antologia\\_Fernando\\_Martinez\\_Heredia.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20180524041744/Antologia_Fernando_Martinez_Heredia.pdf)

<sup>2</sup> Doutor em Estudos sobre a Integração da América Latina (PROLAM/USP). Professor do curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Membro do Laboratório de Estudos sobre a América Latina (LIAL). Brasileiro. Email: marcosilva@ufgd.edu.br



marxismo dogmatizado, de corte soviético e fundamentado em manuais e na repetição, marcou a produção cultural e intelectual de e sobre tal processo e moldou, principalmente nos anos 70 e 80, boa parte do pensamento oficial do e sobre o país, marginalizando a atuação e a divulgação de pensadores que procuraram tratar (e intervir) em tal processo de uma forma original, autenticamente latino-americana, como se constitui o caso emblemático de Che Guevara, cujo pensamento foi revalorizado a partir dos anos 80, inclusive com a importante contribuição de Heredia.

Além disto, a visão oficializada, dogmatizada e superficial, do marxismo afetou o campo das artes e cultura, excluindo o que não estivesse sob controle e o campo das ciências sociais, distanciando-se do impulso libertário original e das tentativas de construção de um pensamento e um caminho próprio para o processo revolucionário cubano, como pode ser observado na famosa ‘polêmica de los manuales’ em meados da década de 60. Desta forma, apesar da presença de José Martí, inúmeros outros pensadores cubanos, do passado ou do presente, foram submetidos a métrica marxista oficial e alguns acabaram marginalizados, inclusive internamente, sendo resgatados ou revalorizados recentemente.

Além disto, é possível assinalar que as recentes transformações (e transições) que ocorrem no país, tanto sob Raúl Castro como Miguel Díaz-Canel, demonstram que o desafio fundamental de construir um socialismo humano e viável, adaptado as novas condições e desafios do século XXI, que mantenha as conquistas sociais revolucionárias em tempos de mercantilização total da vida humana, só poderá ocorrer de maneira profícua com um retorno aos clássicos do pensamento crítico e a recuperação de, parte, dos debates iniciais da Revolução Cubana, e a busca de um caminho próprio, original e latino-americano, para a realização de seus ideais, como podemos observar na obra mencionada..

Neste sentido, este trabalho, ao recuperar e divulgar a produção de Fernando Martínez Heredia, que pode ser considerado um dos maiores intelectuais cubanos revolucionários, se constitui num trabalho fundamental, e muito instigante, para o (re) conhecimento do pensamento crítico cubano e a tentativa de construção de uma revolução original, latino-americana em toda sua extensão e plenitude e de alternativas atuais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Sendo assim, como aponta o compilador, o jovem filósofo mexicano Rafael Magdiel Sánchez Quiróz, vida e obra se juntaram na busca de uma revolução original pois: “La vida de Fernando Martínez Heredia (FMH, en adelante) se inscribe en el proceso revolucionario que



vivió por más de 60 años. Años y vivencias que para las ciencias sociales suelen explicarse como excepciones o accidentes, por ser difícilmente asibles a sus métodos de análisis, pero que desde los actores que alteraron la historia se expresa como un esfuerzo –con dimensiones individuales y colectivas más allá de su horizonte nacional, pero bien arraigado a este– por romper con las determinaciones de lo factible. Pasar por encima de lo permisible y hacedero en el ámbito de la reproducción de la vida social. Quebrar las determinaciones de la geopolítica y, en suma, del horizonte histórico de una época y, al hacerlo, echar por la borda las leyes de la ciencia positiva (aun en sus presentaciones críticas), de la determinación de la política, del ser social y su conciencia social por la economía. En suma: romper los límites de lo posible (expresión recurrente de FMH, síntesis de vida y esfuerzos teóricos, y de la herejía cubana que se desató con todas sus fuerzas un primero de enero de 1959) (pag. 16).

A obra é parte integrante da série ‘Trayectorias’ da coleção de **Antologías del Pensamiento Social Latinoamericano y Caribeño**, publicada pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO)<sup>3</sup>, composta por cinco séries: Trayectorias, Países, Pensamientos Silenciados, Miradas Lejanas e CLACSO/SIGLO XXI (publicação conjunta), cujos textos podem ser considerados essenciais para conhecer e compreender o pensamento social latino-americano e caribenho, clássico e contemporâneo, e a construção de um caminho próprio, autônomo e original para o desenvolvimento das ciências, e, principalmente, das sociedades latino-americanas, superando o eurocentrismo acadêmico e cultural.

A série Trayectorias, na qual se insere a obra sobre Fernando Martínez Heredia, reúne os textos mais importantes e representativos de destacados intelectuais latino-americanos e possui, até o momento, as seguintes publicações: “*Gino Germani: la sociedad en cuestión*”, “*Anibal Quijano: cuestiones y horizontes*”, “*Miguel Soler Roca: educación, resistencia y esperanza*”, “*Roberto Fernández Retamar: Pensamiento anticolonial de Nuestra América*”, “*Fernando C. Gutiérrez: la construcción social de los derechos y la cuestión social del desarrollo*”, “*Eduardo Archetti: Antología Esencial*”, “*José Aricó: Dilemas del Marxismo en América Latina*”, “*Franz J. Hinkelammert: La vida o el capital- el grito del sujeto vivo y corporal frente a la ley del mercado*”, “*Norma Giarracca: Estudios rurales y movimientos sociales: miradas desde el Sur*”, “*Elsie Rockwell: Vivir entre Escuelas: relatos y*

---

<sup>3</sup> O Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) é uma instituição não-governamental, criada em 1967 e associada a UNESCO, que reúne cerca de 394 centros de pesquisa, programas de pós-graduação ou instituições em ciências humanas e sociais de 26 países da América Latina. Além deste, também são filiadas diversas instituições de EUA, Europa, África e Ásia que se dedicam ao estudo de temas latino-americanos. Para conhecer a entidade pode-se acessar: <http://www.clacso.org.ar>



*presencias*”, “*Gerónimo de Sierra: Cincuenta años de Sociología Política- Uruguay y América Latina*” e “*Boaventura de Sousa Santos: Construyendo las epistemologías del Sur*”.

A obra sobre Fernando Martínez Heredia apresenta, dentre outros, dois elementos compartilhados pelos autores da coleção. Por um lado, demonstra a unidade entre a obra (as temáticas e as reflexões) e a dinâmica social e política de seu país e região, produzindo um pensamento que procura estar a serviço da transformação social e da construção de sociedades mais justas e solidárias.

Por outro lado, demonstra que estes autores procuram associar compromisso e sensibilidade social com rigor intelectual, desenvolvendo um pensamento que procura compreender, em profundidade, as características de suas sociedades e os processos que as permeiam, desenvolvendo uma crítica profunda da sociedade realmente existente e apontando, na medida do possível, às alternativas necessárias.

Sendo assim, procura compilar e divulgar textos de toda a trajetória revolucionária de Fernando M. Heredia, revelando tanto sua dimensão humana excepcional como sua produção intelectual, marcada pela humildade e originalidade, fornecendo ao leitor uma visão ampla e profunda do autor, assim como o acesso a trabalhos que eram difíceis de serem encontrados.

Neste sentido, podemos assinalar que o trabalho, bem organizado, acompanha a trajetória de Fernando em que se destacam, de forma geral, os seguintes momentos: anos 60- Revolução e trabalho no Departamento de Filosofia da Universidade de Havana e na Revista *Pensamiento Crítico*; anos 70- marginalização com atividades burocráticas no Instituto Nacional de Reforma Agrária e no Centro de Estudos sobre a Europa Oriental, até a eclosão da Revolução Sandinista; anos 80 e 90- atuação no CEA, impulsionando (juntos com outros colegas) a recuperação e a difusão da obra de Che Guevara, junto com a assessoria para PCC, voltada a América Latina, e uma colaboração importante com a Casa de las Américas; e, finalmente, a etapa relativa ao século XXI, até sua morte em 2017, de profícua produção e atuação no Centro Juan Marinello, dentre outros.

Para combinar tal trajetória com a produção intelectual, a obra está organizada em dois eixos, que se desdobram em diversas seções.

O primeiro eixo, intitulado ‘Sobre la teoría y el pensamiento’, reúne trabalhos fundamentais sobre o pensamento do autor e sua relação com o marxismo e o pensamento cubano e latino-americano contemporâneo, demonstrando a capacidade deste de produzir uma reflexão profunda e original, manejando o pensamento crítico na melhor tradição dos



clássicos do marxismo (Marx, Lenin e Gramsci, dentre outros) em que pensar significa (re) descobrir, (re) criar e (re) construir. Este eixo está dividido em três seções.

Na primeira, denominada de Pensamiento Social, destacam-se o trabalho fundamental ‘El ejercicio de Pensar’, que pode ser considerado o manifesto do pensamento de Martínez Heredia, e os textos ‘Pensamiento Social y política de la Revolución’ que realiza um balanço da trajetória, e dos limites, das ciências sociais em Cuba, apontando para a sua necessária reinvenção.

A seção seguinte, Pensamiento Marxista, reúne trabalhos que discutem a obra de autores marxistas e de Foucault, analisando sua presença em Cuba ou sua contribuição para o desenvolvimento desta corrente, destacando-se os textos ‘Marx y el origen del marxismo’, ‘Gramsci en la Cuba de los años 60’ e ‘Problemas de la historia del pensamiento marxista: los tiempos de Mariátegui’, dentre outros. A última seção, ‘Pensamiento Político’, é dedicada a análise de temáticas que impactaram ou desafiaram a Revolução Cubana relacionados a hegemonia, ao colonialismo, imperialismo e a teologia da libertação em que se destacam os trabalhos ‘Revolución Cubana contra los colonialismos y la necesidad de Fanón’ e ‘Cristianismo y liberación: Revolución en el Cristianismo? Un estudio cubano la Teología de la Liberación latinoamericana, sus condicionantes y su situación actual’.

O segundo eixo, mais extenso, é intitulado de ‘Historia’ e reúne trabalhos que versam sobre inúmeras temáticas associadas a dinâmica histórica cubana, em todo o século XX, e do pensamento crítico, bem como entrevistas que apresentam um balanço sobre a vida e obra de Fernando.

Devido a extensão de todo o eixo, é possível assinalar que na primeira seção, ‘Sobre el estudio de la historia’, se destacam os trabalhos ‘Marx, el marxismo, Hobsbawn y nosotros’ y ‘Visiones actuales de la historia de Cuba’, enquanto que nas duas últimas seções, ‘Sobre su vida’ e ‘Entrevistas’, emergem textos que apresentam sua trajetória intelectual, que está associada aos avanços e limitações do impulso revolucionário cubano, como ‘Un muchacho del interior’, ‘Todavía no he recurrido la mitad del camino’ e ‘A cuarenta años del Pensamiento Crítico’ e, finalmente, em relação as entrevistas merecem ser destacadas as concedidas a Néstor Kohan e Emir Sader, dentre outras.

Além disto, os demais textos e seções podem ser agrupados da seguinte forma. A terceira seção, ‘América Latina’, é dedicada a análise da região, reunindo trabalhos escritos a partir dos anos 90, versando sobre a conjuntura da região, os novos projetos e forças políticas



e os processos de dominação, resistência e construção de alternativas, destacando-se os trabalhos ‘Cultura y Política en América Latina’, ‘Marxismo revolucionário en América Latina actual’, ‘La Revolución Cubana en el siglo XXI’ e ‘Siete retos para los jóvenes de América Latina’, dentre outros.

Na mesma perspectiva, podemos assinalar a sexta seção, intitulada ‘La determinación personal’ que, ao analisar a trajetória de inúmeros líderes, cubanos e latino-americanos, procura refletir sobre o papel da ação humana na história e seu impacto nos processos revolucionários, influenciando sua dinâmica e direção, em que se destacam, entre outros, os seguintes trabalhos ‘Por que Julio Antonio?’, ‘Guiteras y el socialismo cubano’, ‘Piñero’ e ‘Hugo Chávez, identidad y rebeldía latinoamericana’.

Apesar das seções mencionadas reunirem trabalhos importantes do autor, consideramos, no entanto, que as seguintes seções revelam a profundidade e a importância da obra de Fernando Martínez Heredia.

Neste sentido, destacamos a seção dois, ‘Sobre la historia de Cuba’, e a seção cinco, ‘Cuba actual’, como momentos em que emergem o intelectual cubano comprometido com o processo revolucionário, mas pensando-o a partir de sua história e tradição, de sua realidade concreta e das demandas e dos desafios próprios, sem o esquematismo dogmático ou a idealização excessiva. Neste sentido, podem ser destacados os trabalhos ‘De negros cubanos a cubanos negros’, ‘Visión de la historia de José Martí: fundamentos y proyectos’, ‘Introducción a la Revolución cubana del 30’, ‘Ideas e ideologia en la Segunda República: la posición de Raúl Cepero Bonilla’, da segunda seção, e ‘Problemas del socialismo cubano’, ‘Ciencias Sociales cubanas: el reino de todavía?’, ‘O Cuba o Washington’ e ‘Sobre el Socialismo y el hombre en Cuba’, da seção seguinte.

Da mesma forma, podem ser agrupadas, com destaque especial, por apresentarem as questões fundamentais do pensamento e da atuação de Fernando, as seções quatro, ‘Socialismo’, e sete, ‘Fidel e Che’. Em ambas emergem inúmeras e reflexões sobre a transição socialista, em sintonia com as indicações de Che e Fidel, e, principalmente, a inserção do autor nos embates para a construção de um socialismo efetivo, em que predominasse a construção de uma sociedade justa, consciente e com elaboração própria e original. Neste sentido, destacam-se os textos ‘Socialismo’, ‘Rectificación y profundización del socialismo en Cuba’, ‘Socialismo Soviético y socialismo cubano. El caso de Antonio Guiteras’ e ‘Independencia y socialismo en la América Nuestra’, da primeira seção, e os trabalhos ‘La



Concepción del Che’, ‘El pensamiento de Ernesto Che Guevara’ e ‘Orígenes y vigencia del pensamiento político de Fidel Castro’, conferência de sua última atividade internacional, em 2017.

Desta forma, apesar da centralidade que o compilador aponta a noção de transição socialista como fundamental para a compreensão do pensamento de Fernando, pode-se observar que tal conceito só se torna efetivo na medida em que se relaciona a Cuba, elemento fundamental desta, e a construção do socialismo cubano, e sua dinâmica marcada pela originalidade e repetição, pela convivência tensa entre o modelo soviético, do qual dependia economicamente, e sua história, laços e convergências com os movimentos do terceiro mundo, principalmente da América Latina.

Neste sentido, Cuba foi, sempre, o ponto de partida e o ponto de chegada da reflexão de Fernando Martínez Heredia sobre as diversas temáticas tratadas (socialismo, história, pensamento social, América Latina, ...) e sem a observação desta centralidade, não é possível captar a importância ou a originalidade de seu pensamento ou sua contribuição para a construção de um marxismo latino-americano.

Além disto, é possível perceber que, desta obra, emerge a constatação de que, com acerto, o autor consegue captar a dicotomia entre a unidade e a diversidade que caracterizam a América Latina, ao destacar suas diversas tradições e conjunturas que, no entanto, convergem para uma história e destinos comuns, além de revelar a dinâmica política e social de determinados países e processo que marcaram a região desde a década de 60.

Neste sentido, demonstra, uma vez mais, que é possível associar compromisso e sensibilidade social com rigor intelectual, desenvolvendo um pensamento próprio, cubano e latino-americano, que combina o global e o regional, o regional e o local e uma análise multidimensional fundamentada na realidade particular da ilha como nos desafios comuns que marcam a região, embora somente em tempos recentes sua importância comece a ser reconhecida, como um dos grandes nomes do pensamento social cubano contemporâneo.

Finalmente, é possível apontar que a obra, assim como toda a coleção de CLACSO, ao apresentar as trajetórias fundamentais do pensamento latino-americano contemporâneo, é fundamental para o conhecimento da América Latina e do Caribe, dos problemas recorrentes e seculares que afetam a região (desigualdade, dominação, submissão, silenciamentos,...) e das possibilidades de construção de alternativas, alicerçadas na construção de direitos



efetivos, de respeito as culturas e povos originários, de desenvolvimento económico e social, de democracia participativa e inclusiva e justiça social.

No caso de Fernando Martínez Heredia, sua obra mostra-se fundamental para conhecer os caminhos e as encruzilhadas do socialismo cubano, para compreender sua dinâmica e seus desafios atuais, e, finalmente, que seu destino se entrelaça, de certa forma, com o de Nuestra América, apontando que, apesar do contexto atual adverso, é necessário manter viva a esperança em tempos melhores, pois, segundo ele: “Mi madre nos enseñó a no tenerle miedo a la muerte, que es algo natural. A lo que temo realmente es a que muera nuestro tiempo. (...) me sostiene la esperanza de que vendrán los nuevos y crearán un tiempo superior, en el que todos puedan sonreír y hacer bien cosas diferentes [...] sientan el gozo de la vida como derecho de todos” (pag. 40). À todos, boa leitura!